

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 07/2025

16 a 29 de abril de 2025



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025



SUMÁRIO

- 04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*
- 17 - Ministros de Relações Exteriores e Sherpas de BRICS explicitam a agenda política do bloco - e Fiocruz prepara conferência de Institutos Nacionais de Saúde Pública - *Paulo Buss, João Miguel Estephano e Claudia Hoirisch*
- 21 - Declaração da Presidência da Reunião de Ministros das Relações Exteriores / Relações Internacionais dos Países Membros do BRICS
- Sistema Nações Unidas**
- 34 - Perspectivas do multilateralismo na era Trump - *Santiago Alcazar e Paulo Buss*
- 44 - O legado que nos deixou Francisco: *Laudato Si* movida pelo sopro de *Fratelli Tutti* - *Santiago Alcázar e Paulo Buss*
- 49 - *Habemus* Acordo Pandêmico - *Paula Reges, Luana Bermudez e Augusto Galvão*
- 56 - Para que serve a OMS? - *Federico Tobar y Sebastián Tobar*
- 60 - Em busca do igualitarismo perdido: Direitos Humanos e a construção de uma relação entre iguais - Rescaldos da 58ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU - *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*
- 77 - Avanços recentes na governança climática e oceânica global - *Danielly de P. Magalhães e Guto Galvão*
- 82 - Discurso do presidente Lula na Cúpula Virtual sobre Ambição Climática
- 87 - Época de muitas celebrações, mas pouco a comemorar: os muitos significados do 28 de abril e do 1º de maio para a classe trabalhadora no mundo - *René Mendes*
- 100 - Demência em contextos de migração e refúgio: Evidências globais e desafios para a saúde pública - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 106 - Semana Mundial da Imunização 2025: imunização para todos é possível - *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*
- 113 - Rumos para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*
- 126 - Informe UNESCO: Agenda estratégia Unesco Brasil 2025-27, eleição para Diretor-Geral da UNESCO e Rio Capital Mundial do Livro - *Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*
- 130 - As Reuniões de Primavera do Banco Mundial e FMI - *Isis Pillar Cazumbá*
- 138 - Projetos do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no Brasil - *Laura Tavares Soares*

150 - Sob Pressão: Incertezas globais, tensões comerciais e os desafios para o desenvolvimento sustentável - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

169 - “*Deixem-nos trabalhar!*”: A sociedade civil mantém vivas as redes de solidariedade internacional - *Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*

189 - Entre a austeridade e a reforma: O sistema financeiro internacional, o Acordo sobre Pandemias e a encruzilhada do desenvolvimento global pré-FfD4 – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

199 - Sul Global - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Livia Ferreira*

226 - Reunião dos Ministros de Finanças do G20 termina sem comunicado conjunto. G7 debate economia global e conflito no Sudão. O urbano em foco na OCDE: há ainda espaço para o futuro? - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

235 - Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde, cooperação em CT&I e segurança alimentar, desenvolvimento agrícola sustentável e redução das desigualdades rurais em foco nos BRICS - *Claudia Hoirisch*

242 - América Latina entre dois “síndicos do condomínio”: saídas solitárias para questões latino-americanas - *Miryam Minayo, Sebastián Tobar e Samia de Brito Franco*

255 - VII Reunião de Ministros da Saúde da CPLP - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Dala Djop e Felix Rosenberg*

265 - Declaração dos Ministros da Saúde da CPLP por ocasião da VII Reunião de MS da CPLP

270 - A Europa em defesa do seu território - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

275 - Dia Mundial da Saúde na Ásia e no MENA - *Lúcia Marques e Bárbara Nogueira*

285 - O tarifaço e a saúde digital - *André Costa Lobato*

288 - Atividades acadêmicas sustentam a discussão sobre clima e saúde - *Guto Galvão*

292 - A *big pharma* sob Trump: o mar, a rocha e os mariscos - *Reinaldo Guimarães*

Autores deste Caderno - 294

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 298

***Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - 299

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 07/2025 – 16 a 29 de abril de 2025

Apresentação

Foi-se o líder do fim-do-mundo e o líder de todo o mundo. **Francisco** foi um chefe de Estado, de uma igreja de quase 2.000 anos e, simultaneamente, um dos homens mais doces e lutadores dos séculos XX e XXI. Entra para a história como um defensor dos pobres, dos excluídos, dos injustiçados. Sua contribuição política, conceitual e ideológica aos seus contemporâneos e ao futuro, materializou-se em dois documentos seminais: as encíclicas papais *Laudato Si*¹ e *Fratelli tutti*², além do Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*³, uma espécie de ‘programa de governo’ do seu pontificado.

As exéquias de Francisco reuniram líderes de todo o mundo e de todas as tendências políticas: dos progressistas Lula e Xiomara Castro, a Macron, Starmer, Von der Leyen e quase todos os presidentes europeus e alguns africanos, e aos ultradireitistas do nacional-populismo - como Trump, Milei, Orbán e Meloni.

Certamente Bergoglio foi aliado e formulador de políticas e conceitos progressistas e em contraposição ao nacional-populismo global, na medida em que pelo menos duas de suas principais posições políticas – a defesa dos imigrantes e o profundo compromisso com o meio ambiente – são francamente opostos aos programas da ultradireita.

Compreendeu os perigos políticos representados pelas alianças estabelecidas entre os muitos ‘engenheiros do caos’ das redes sociais de direita e os demagogos dos nacional-populismos – que na verdade são, indissolavelmente, uma coisa só. Contra eles, como arquiteto do bem, lançava-se diariamente com seus valores humanistas, contra as guerras, as desumanizações algorítmicas, os desrespeitos aos direitos humanos, as profundas injustiças sofridas pelos mais pobres e vulneráveis da sociedade.

Vamos sentir muito a falta de Francisco! Oxalá, o colégio de cardeais eleitores – grande parte deles indicados por Francisco, ampliando a participação de África, Ásia e América Latina – decida pela continuidade das políticas lançadas pelo papa que veio do fim-do-mundo. O conclave inicia em 7 de maio de 2025. Como analisam **Alcázar e Buss**, no seu artigo sobre os legados de Francisco, que seja um novo papa inspirado por “uma *Laudato Si* movida pelo sopro de *Fratelli Tutti*”.

O grande destaque da quinzena na **saúde global e diplomacia da saúde** foi a conclusão exitosa, em 15 de abril, das negociações do *instrumento internacional para fortalecer a prevenção, preparação e resposta a futuras emergências sanitárias globais*. O **Acordo de**

¹ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

² Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

³ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

Pandemias resulta de tratativas ocorridas ao longo dos últimos anos, em mais de 13 rodadas de negociação, na sede da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, em Genebra.

O acordo logrou consolidar compromissos claros por parte dos governos e avanços em uma série de temas importantes para o mundo, como: o fortalecimento das capacidades de vigilância e prevenção, inclusive com a consagração do princípio "[Uma Só Saúde](#)"; esforços para fortalecimento de sistemas de saúde; proteção e participação social; proteção dos trabalhadores e trabalhadoras de saúde; acesso equitativo a vacinas, terapias, diagnósticos e outras tecnologias em saúde; pesquisa e desenvolvimento; aumento das capacidades de produção local; compartilhamento de benefícios decorrentes do acesso a patógenos; e rede de distribuição de produtos médicos durante emergências pandêmicas.

A implementação desses avanços, sobretudo para os países em desenvolvimento, é incentivada pela criação de um *Mecanismo de Coordenação Financeira*, para identificar e mobilizar recursos financeiros, assim como pela previsão de realização de *Conferência das Partes, para avançar medidas adicionais* em prol da saúde e do monitoramento da implementação.

O Brasil participou ativamente das negociações, inclusive como representante da região das Américas na mesa diretora dos trabalhos, reafirmando seu compromisso com o multilateralismo, a cooperação internacional em saúde pública, a solidariedade entre as nações e a promoção de princípios de equidade, transparência e respeito à soberania nacional. Apenas dois países recusaram-se a aprovar o documento: Estados Unidos da América e Argentina.

Em nota conjunta, emitida em 16 de abril, o *Ministério das Relações Exteriores* e o *Ministério da Saúde* brasileiros declararam que “o Brasil seguirá engajado nos esforços multilaterais voltados à melhoria da governança da saúde global, com o firme propósito de proteger a saúde da população e reforçar a resiliência dos sistemas de saúde nacionais diante de futuras emergências de saúde pública e pandemias, com base em princípios como equidade e solidariedade entre as nações”.

A notícia completa sobre as conclusões das históricas negociações encontram-se no portal da OMS em: [WHO Member States conclude negotiations and make significant progress on draft pandemic agreement](#). Para localizar esta medida na evolução das contribuições históricas da OMS à saúde global e à diplomacia da saúde, a OMS divulgou no seu portal <https://www.who.int/campaigns/75-years-of-improving-public-health/milestones#year-2004> os marcos da saúde pública ao longo dos anos, ao qual remetemos nossos curiosos leitores. **Reges, Bermudez e Galvão** escrevem sobre o tema neste fascículo do Caderno.

A presidência pró-tempore de BRICS do Brasil continua cumprindo sua vasta agenda, que incluiu a **Reunião de Chanceleres da Presidência Brasileira do BRICS**, realizada dias 28 e 29 de abril, no Rio de Janeiro. A Reunião foi estruturada em três sessões principais, nas quais foram tratados temas como o papel do BRICS no enfrentamento dos desafios globais e das crises regionais e geopolíticas, com foco na promoção da paz; a reforma da governança global e o fortalecimento dos regimes internacionais em diversas áreas, inclusive aquelas ligadas ao desenvolvimento sustentável; e a ampliação do diálogo com os países-parceiros. Foram realizadas também diversas reuniões bilaterais ao longo dos dois dias, segundo o Sherpa do Brasil, Embaixador Mauricio Carvalho Lyrio. A *Declaração de Ministros das Relações Exteriores* está publicada na íntegra neste Caderno, com uma breve análise de **Buss, Estephanio e Hoirisch**.

Em 29 de abril, reuniu-se pela primeira vez a **Rede BRICS de Institutos Nacionais de Saúde Pública**, sob a liderança da Fiocruz; e a 30 de abril reuniram-se online os Sherpas da Saúde de BRICS. Ambos os eventos são comentados brevemente no informe já citado, ao qual remetemos o leitor.

Em São Tomé e Príncipe, dias 14 e 15 de abril, realizou-se a **Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)**, com o tema “*Promovendo a Saúde Integral e Sustentável na CPLP. Estratégias Inovadoras para Todas as Gerações*”. Em debate, prioridades que os países compartilham quanto ao aperfeiçoamento de seus sistemas de saúde. As Redes de Institutos Nacionais, Escolas de Saúde Pública, Centros Formadores de Nível Médio e Bancos de Leite Humano foram escrutinizadas e revisadas, formulando-se as prioridades para o próximo biênio. Foi revisado o *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) 2025-2027*, que orienta as ações conjuntas em saúde do bloco. Ao final da reunião, os ministros emitiram uma *Declaração*. Ambos os documentos e mais informações sobre a reunião estão disponíveis em: <https://saude.cplp.org/informacao/noticias/noticias-detalle/?id=22027>. Publicamos a íntegra da Declaração de Ministros. Nossos especialistas do *GT sobre África*, sob a liderança de *Augusto Paulo Silva*, apresentam sua análise sobre a reunião em informe neste fascículo, ao qual remetemos o leitor.

====*====

Saúde global e diplomacia da saúde: Temas e territórios

Alcázar e Buss analisam as perspectivas do **multilateralismo na era Trump**, sabidamente hostil a todo o sistema das Nações Unidas e seus principais projetos para o século XXI, como a *Agenda 2030 e seus ODS*, as *questões climáticas e de biodiversidade*, contidas no *Acordo de Paris* e na futura *COP 30* no Brasil, assim como no *Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal*. Os autores se referem ironicamente às posições do EUA perguntando-se se são “exageros retóricos, em sintonia com a imagem, de grande apelo popular, de um novo xerife na cidade” ou, ao contrário, a posição do “bandido que lucra na desordem”. Concluem, assertivos, que “o certo é que a credibilidade dos EUA está em baixa” na arena internacional.

Reges, Bermudez e Galvão trazem informações e comentários sobre o **Acordo Pandêmico da Organização Mundial da Saúde (OMS)**, que teve suas discussões finalizadas em 15 de abril de 2025, com a adesão de 191 países, excetuando-se Argentina e EUA. O documento será submetido à 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025. O tratado visa fortalecer a resposta a emergências sanitárias, destacando a equidade no acesso a vacinas e terapias, a produção local e a implementação de conceitos como “uma só saúde”. Apesar de avanços significativos, o acordo sofre críticas por falta de mecanismos garantidores e limitações no compartilhamento de tecnologias. Seu sucesso dependerá da vontade política dos Estados. Diante dos *desafios orçamentários*, a OMS apresentou na última semana uma *nova estrutura*, que busca otimizar a eficiência frente a desafios financeiros e geopolíticos, priorizando funções essenciais. Para isso, a OMS reduzirá suas divisões de 10 para 4 e reorganizará suas atividades, transferindo responsabilidades para os escritórios regionais. Apesar da ênfase em eficiência, surgem preocupações sobre a capacidade de resposta da organização, especialmente em países em desenvolvimento.

A 8ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU** concluiu seus trabalhos no dia 04 de abril de 2025. Suas 45 resoluções ainda não foram oficialmente publicadas, mas tem-se o registro de que foram 33 processos de decisão *por consenso* e 12 *por voto*.

<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session58/res-dec-stat>. **De Negri Filho e Gaspar** apontam no seu informe os temas de consenso e de discórdia e explicam as razões. As *decisões por voto* espelham bem a polarização em torno a temas capitais dos direitos humanos (ver no informe), que refletem aspirações do Sul Global em torno a uma nova ordem mundial, com a ruptura de mecanismo históricos de dominação. Nessas votações as polarizações ficam bem definidas, com pouca margem para abstenções, pois os alinhamentos estratégicos assim o exigem. Mas as votações também refletem a discórdia em torno a temas capitais de geopolítica, nos quais colidem interesses dos blocos de países em torno a temas particulares do tabuleiro internacional, e onde a abstenção do voto é usada como manifesto político, com reservas na decisão adotada.

Neste fascículo, os autores focam ainda o tema *Trinta anos da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim: seu potencial para mulheres e meninas com deficiência*, reportando-se ao *informe da Relatora Especial sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Heba Hagrass.

Na área de **ambiente e saúde**, um dos destaques foi a *Primeira Sessão da Comissão Preparatória para o Acordo BBNJ*, que ocorreu de 14 a 25 de abril de 2025 na ONU, em Nova York. Iniciado em 2023, o tratado tem 17 países membros e requer 60 ratificações para entrar em vigor, o que pode ocorrer em junho com a adesão da União Europeia. O acordo visa regular e monitorar impactos como a mineração em alto-mar, protegendo a biodiversidade marinha essencial ao clima, segurança alimentar e meios de vida. **Magalhães e Galvão** apresentam ainda outros 4 destaques. O *16º Diálogo Climático de Petersberg* (março/2025, Berlim) reuniu 38 países para preparar a COP30, com foco na transição para economias neutras em carbono, NDCs mais ambiciosas, planos de adaptação e reformas financeiras. Reforçou-se a necessidade de alinhar crescimento econômico à ação climática, com inovação, segurança energética e menor custo. Na *Cúpula Virtual de Ambição Climática* (23/abril), organizada por Guterres e Lula, destacou-se a urgência de novos compromissos climáticos até setembro, alinhados à meta de 1,5°C do Acordo de Paris. Lula anunciou quatro iniciativas para a COP30: Balanço Ético Global, Aliança contra Fome e Pobreza, Integridade da Informação Climática e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre. A *Cúpula de Ação Climática dos EUA* (21 a 25/abril, Washington) enfatizou ações climáticas tangíveis, com foco em saúde pública como tema central frente aos impactos das mudanças climáticas. *Ministros do BRICS* concordaram em avançar em quatro áreas: poluição plástica, desertificação, valoração de ecossistemas e liderança climática. Apoiaram também o “Roteiro de Baku a Belém para 1,3 T”, para ampliar o financiamento climático aos países em desenvolvimento.

O artigo de **René Mendes** está sintonizado com o calendário e a agenda dos movimentos sociais e populares, assim como com os movimentos sindicais e com as lutas da classe trabalhadora, em escala global e no Brasil. O dia **28 de abril** é data emblemática da luta dos trabalhadores pela vida, pela saúde, por melhores condições de trabalho, e predominam as celebrações em memória das pessoas que morreram em devido ao seu trabalho, por acidentes ou por doenças relacionadas ao trabalho. As celebrações por morte impulsionam a luta pela vida, para que prevaleça a prevenção, eliminação e erradicação das doenças e mortes pelo trabalho, e vença a vida, o bem-estar, o reconhecimento, a remuneração justa e digna, a proteção social, enfim, o direito à esperança. Esta também é a mensagem central do **1º de maio**. A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, neste ano, escolheu tema e elaborou mensagem e documento técnico que abordam os supostos ganhos trazidos pelas inovações tecnológicas e organizacionais, incluindo a *Inteligência Artificial para a Saúde e Segurança no*

Trabalho. O artigo transcreve a lista destes supostos ganhos, mas os relativiza, ao questionar o uso hegemônico destas ferramentas para a gestão e dominação capitalista do trabalho, marcada por crescente e inescrupulosa voracidade.

Neste fascículo, **Massari, Santos e Gomes** apresentam a **Semana Mundial da Imunização 2025**, que se realizou com o tema “*Imunização para Todos é Humanamente Possível*”, reforçando a urgência de proteger os avanços conquistados nas últimas décadas. As vacinas salvaram mais de 150 milhões de vidas nos últimos 50 anos, mas enfrentam ameaças crescentes como desinformação, cortes de financiamento, crises humanitárias e desigualdade no acesso. Doenças antes controladas, como sarampo, meningite e febre amarela, estão ressurgindo com força em vários países. A estagnação das coberturas vacinais demanda ação coordenada e investimentos contínuos. É fundamental fortalecer sistemas de saúde e garantir o acesso equitativo às vacinas. A imunização é um pilar estratégico para reduzir mortes evitáveis e promover a equidade em saúde global.

O **Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global** aborda no seu informe a revisão global de evidências sobre saúde e migração, que analisou a *epidemiologia da demência* nessas populações, o nível de conhecimento em saúde, o acesso a serviços de cuidado, a sensibilidade cultural dos sistemas de saúde e a inclusão em políticas públicas. Poucos planos nacionais de demência integram refugiados e migrantes, e, mesmo quando o fazem, as ações são limitadas. A migração adiciona complexidade ao cuidado da demência, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas, estratégias de prevenção culturalmente adaptadas e esforços de pesquisa mais representativos.

No seu informe sobre **segurança alimentar e nutricional**, **Nilson e Oliveira** discutem o diagnóstico recente da situação das *doenças crônicas não-transmissíveis* no mundo, com destaque para aquelas *associadas à alimentação inadequada* (incluindo o consumo de produtos ultraprocessados) e as propostas da **NCD Alliance** para a priorização dessa agenda política e sua relação com os sistemas alimentares e as mudanças climáticas.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues apresentam e analisam o **Plano Plurianual da UNESCO-Brasil** para o período de 2025 a 2027. No qual foi colocada a pergunta: como as cátedras Unesco brasileiras podem contribuir para as metas propostas pelo escritório regional? De outro lado, iniciou-se o processo de eleição para a escolha do próximo Diretor-Geral da UNESCO, com três candidatos indicados. Desde o dia 23 de abril, a cidade do Rio de Janeiro tornou a Capital Mundial do Livro, título concedido pela UNESCO à primeira cidade de língua portuguesa.

Cazumbá aborda as **Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional**, realizadas em Washington, EUA, entre os dias 21 e 26 de abril. Os eventos contaram com a presença de sempre dos Chefes de Estado, das lideranças dos setores público e privado e das organizações da sociedade civil. O foco principal das Reuniões foi em como aumentar a criação de empregos, porém, o tema mais falado foi a complexidade da política monetária devido às taxações globais que o governo americano impôs para todo o mundo. A autora comenta as *Perspectivas Econômicas Globais*, publicada pelo FMI e as atualizações econômicas regionais, divulgadas pelo Banco Mundial, com as projeções de crescimento econômico e desenvolvimento macro da América Latina e Caribe (ALC), da África, da Europa e Ásia Central, do Oriente Médio e do Norte da África e Sul da Ásia.

Tavares analisa a contribuição financeira do **Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)** – ou **Banco dos BRICS** – *para o Brasil nos anos de 2023, 2024 e 2025*. Essa contribuição se dá através de empréstimos diretos ao Governo brasileiro; por intermédio de acordos diretos com o BNDES e Bancos Regionais; e por empréstimos a governos estaduais e municipais. Os empréstimos nacionais se deram com foco no desenvolvimento sustentável – com ênfase em projetos da chamada economia verde. Os regionais e locais se deram em diversas áreas, como saneamento básico, meio ambiente, emergências climáticas, desenvolvimento de regiões metropolitanas, entre outras. A autora faz uma introdução, lembrando os antecedentes do NDB com relação à sua criação, seus objetivos, e suas inovadoras modalidades de empréstimo – sem condicionalidades e introduzindo moedas locais dos países participantes. O NDB já foi apresentado em Informe anterior como uma estratégia dos BRICS no relacionamento com os países membros.

O relatório *Global Trade Outlook and Statistics*, da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, traça um panorama preocupante sobre *a evolução do comércio internacional*. Após um desempenho robusto em 2024 — quando o volume do comércio mundial de mercadorias cresceu 2,9% e o comércio de serviços comerciais se expandiu 6,8% —, as perspectivas para o comércio global deterioraram-se abruptamente devido ao aumento das tarifas e à intensificação da incerteza em relação às políticas comerciais. A *Trigésima Quarta Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual* da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** ocorrerá de 5 a 9 de maio de 2025 e focará na análise da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de iniciativas de propriedade intelectual. Análises recentes da **UNCTAD**, retratam uma economia global sob pressão, projetada para desacelerar para 2,3% de crescimento em 2025, em meio a incerteza política recorde. Barreiras comerciais persistentes, especialmente tarifas elevadas enfrentadas por países em desenvolvimento, dificultam seu acesso a mercados e esforços de industrialização. Tensões comerciais crescentes ameaçam ainda mais o crescimento global, impactando desproporcionalmente nações vulneráveis menos responsáveis pelos desequilíbrios. Concomitantemente, a transição verde revela profundas desigualdades: a significativa oportunidade do mercado de tecnologia limpa contrasta fortemente com fluxos de investimento desiguais, onde países em desenvolvimento recebem apenas uma pequena fração (por exemplo, 15% globalmente). Enfrentar isso requer políticas apropriadas e finanças inovadoras para reduzir custos de capital, que são significativamente maiores nas nações em desenvolvimento, juntamente com parcerias e participação comunitária. Este cenário complexo desenrola-se enquanto o financiamento para o desenvolvimento enfrenta restrições por ajustes na ajuda e mudanças nas prioridades fiscais nas principais economias, motivando o apelo da UNCTAD por diálogo e políticas centradas nas pessoas para o desenvolvimento sustentável. São os temas tratados neste fascículo por nossos analistas **Chamas e Cesário**.

O informe de **Souza e colegas** sobre **sociedade civil global** monitoraram 62 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, das quais doze não apresentaram manifestações dignas de nota. Nesta quinzena, observa-se o fortalecimento de uma narrativa comum entre as OSC, que clamam pelo reestabelecimento do financiamento internacional às organizações humanitárias e multilaterais, em resposta à retirada das doações da USAID e aos cortes sociais promovidos pelo governo Trump — fatores que impactaram severamente a atuação dessas entidades. Com o clamor “deixem-nos trabalhar”, protagonizado pela Save the Children, as OSC pedem a manutenção dos mecanismos de cooperação internacional. Até organizações que evitam se posicionar em temas político-partidários, como grandes fundações filantrópicas e think tanks — a exemplo da Rockefeller Foundation e do CORE Group —, manifestaram-se sobre

o tema nesta quinzena ou em meses anteriores. Vale destacar que repercussões como essas, relacionadas a questões administrativas do governo norte-americano, não haviam sido registradas entre essas categorias de OSC nos últimos três anos. Em relação às demais manifestações desta quinzena, as organizações de interesse público concentraram suas publicações na defesa dos direitos humanos, no acesso à saúde, na resposta humanitária em contextos de conflito e emergência, na promoção da justiça climática e na defesa da equidade. Já as organizações de interesse privado manifestaram-se majoritariamente sobre temas como financiamento de respostas a desastres, desenvolvimento tecnológico em saúde, combate à resistência antimicrobiana, expansão da infraestrutura digital pública e fortalecimento da economia inclusiva. Apesar das diferenças em foco e estratégias, ambas as categorias convergem na preocupação com a equidade em saúde, a resposta a emergências e o enfrentamento das desigualdades globais.

De Negri e De Negri Filho analisam os **panoramas político-econômico e de saúde global**, examinando os acontecimentos atuais no **sistema financeiro** - com a proximidade temporal da *Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4)*, da *Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades do FMI* (a primeira desde 2018) e dos métodos da *administração Trump*. Em **saúde global**, analisam a versão final do *Acordo Pandêmico*, seus pontos altos e falhas, e o estado da saúde pública ao redor do mundo.

Para avançar, é essencial que o **Sul Global** tenha representação e voz na reforma da arquitetura financeira internacional, conforme pleiteiam **Ungerer, Kastrup e Ferreira**. Com a proximidade da *4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4)* todas as instituições relevantes começam a se preparar para este grande evento, a se realizar em Sevilha, Espanha considerando alarmante a falta de ação e compromisso dos países desenvolvidos, para enfrentar essas questões.

O tema da 22ª reunião do **Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul** será *“Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Cooperação Sul-Sul como Motor de Transformação”*. Este comitê é o principal órgão de formulação de políticas sobre cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas. Durante a reunião do Comitê, será feito um balanço dos *progressos do BAPA, BAPA+40, e das novas direções estratégicas para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento*, além de discutir o documento final da *Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul*, realizada em Nairobi.

A **cooperação do Brasil** destacou a importância do *Fórum Internacional de Higiene e Epidemiologia*, realizado em Havana, Cuba, além de chamar atenção para o trabalho infantil no setor doméstico, uma das formas mais invisíveis de exploração humana. Também foi mencionada a doação de 3 mil doses de vacinas antirrábicas ao Haiti.

O **G-77 e a China** participaram das discussões administrativas e atividades operacionais, especialmente em relação ao *documento final do acordo sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além da jurisdição nacional (BBNJ)*. Além disso, estiveram na reunião do **G24**, realizada em Washington, deixando claro que o Sul Global enfrenta diversas crises interconectadas que ameaçam o desenvolvimento sustentável.

Há 70 anos, a cidade de *Bandung*, na Indonésia, sediou uma conferência internacional que se tornou um marco significativo para os países do Sul Global, que, na época, eram recém-colônias em busca de uma identidade internacional. Era difícil imaginar que esses países, tão distintos e envolvidos em seus movimentos de descolonização, poderiam assumir uma posição

conjunta no cenário internacional e contribuir significativamente para o desenvolvimento do direito internacional. Esse espírito colaborou para a criação do **Movimento dos Países Não Alinhados**, que continua a ser fundamental para o desenvolvimento sustentável no Sul Global.

O **Movimento Jovem dos Não Alinhados** destacou o *Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz*, ressaltando a necessidade de ação coletiva e soluções compartilhadas para promover um futuro estável e seguro para todos.

Por fim, o **Centro Sul** examinou as discussões sobre a Estratégia Global para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente da OMS, participou do Fórum ECOSOC 2025 sobre Financiamento para o Desenvolvimento e do 4º PrepCom para o FfD4, e elaborou informações sobre as negociações do Acordo Pandêmico da OMS.

A quinzena no **G20** foi marcada pela realização dos encontros dos ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais e da segunda reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento. O grupo do **G7** se reuniu em Washington para discutir os desafios econômicos globais e destacou a importância da cooperação frente às tensões comerciais e geopolíticas. Também houve forte condenação ao conflito no Sudão, com apelo por cessar-fogo, acesso humanitário e fim do apoio externo às forças em guerra. A sociedade civil, através do C7, criticou a inércia do G7 diante das crises globais e pediu ações concretas e inclusivas. Paralelamente, o U7+ reuniu universidades para debater o papel da educação no desenvolvimento ético da inteligência artificial. Os destaques da **OCDE** se dividem entre duas publicações de estudos urbanos da organização e a atualização do índice de taxa de emprego e desemprego mundial. É o informe de **Burger e colegas** para este Caderno 7.

Nos **BRICS**, ocorreu dia 15 de abril, a 1ª reunião da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde, sob a presidência brasileira, organizada pela Fiocruz e Ministério da Saúde. Segundo **Hoirisch**, o objetivo da Rede é fortalecer os sistemas de saúde dos países BRICS e a Cooperação Sul-Sul em saúde pública. Cada um dos países-membros apresentou seu sistema de saúde, políticas prioritárias e desafios, bem como áreas potenciais para colaboração. O trabalho da Rede abrange três frentes: a cooperação técnica, a formação e a pesquisa em áreas prioritárias para o fortalecimento dos sistemas de saúde. A próxima reunião está programada para o dia 29 de maio. O MCTI sediou o seminário internacional *Prospecção Tecnológica: Oportunidades em CTI para a Cooperação do BRICS*, abordando temas estratégicos como IA, sustentabilidade, integração de big data e prospecção tecnológica. Foi uma oportunidade para que cada país compartilhasse suas experiências em CT&I, além de fortalecer o incentivo a parcerias multilaterais. *Ministros da Agricultura* e líderes dos países BRICS aprovaram uma Declaração Conjunta em Brasília, reforçando o compromisso do grupo com a *segurança alimentar, o desenvolvimento agrícola sustentável e a redução das desigualdades nas áreas rurais*.

A América Latina vive hoje os efeitos da intensa competição geopolítica entre Estados Unidos e China, que se reflete em áreas como segurança, economia e saúde. O informe sobre **América Latina e Caribe**, preparado por **Franco, Minayo e Tobar** destaca que o novo Comando Sul (*Southcom*) expandiu sua presença militar e de cooperação – com exercícios e missões médicas na Guiana e acordos de reativação de bases no Panamá – enquanto pressiona aliados regionais (El Salvador, Argentina) a se alinharem contra a “influência maligna” da China. Em paralelo, Pequim segue investindo sobretudo em infraestrutura e comércio, consolidando-se como parceiro econômico-chave. No campo interno, desafios cruciais se sobrepõem: a Colômbia declarou emergência sanitária por um surto de febre amarela; Trinidad e Tobago realiza eleições

marcadas por crise econômica e violência de gangues; e a Argentina debate a interferência do FMI, após elogios de Kristalina Georgieva ao programa de Javier Milei. Ao mesmo tempo, América Latina e Caribe reiteram seu apoio à candidatura de um novo Secretário-Geral da ONU latino-americano, especialmente uma mulher, refletindo os anseios regionais por maior representatividade e voz global.

A **VII Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** foi realizada em São Tomé e Príncipe, em 15 de abril. O encontro reuniu Ministros da Saúde dos Estados-Membros da CPLP, exceto Timor-Leste, que foi representado pelo Diretor-Geral. Durante a reunião, foram discutidos desafios estruturais dos sistemas de saúde dos países de língua portuguesa e estratégias para enfrentá-los, com ênfase na solidariedade e cooperação para superar os impactos da pandemia de Covid-19. A reunião resultou na assinatura da *Declaração Final* e na adoção de vários documentos, incluindo o *Plano de Ação 2025-2026*. O Ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, destacou a importância do multilateralismo e da cooperação internacional para enfrentar os desafios de saúde globais e regionais. Ele também propôs um encontro de Ministros da Saúde da CPLP à margem da próxima Assembleia Mundial de Saúde em Genebra. Foram avaliados avanços e desafios do Plano Bienal e discutidas ações para fortalecimento dos institutos. É o informe do **GT CRIS sobre África**.

Sobre a **Europa**, **Freire** comenta o falecimento do Papa Francisco como grande destaque da quinzena e o importante evento internacional que emergiu de seu funeral. A autora também aborda a insegurança territorial europeia enfrentada pelo contexto atual da guerra, com a perda do apoio financeiro e militar dos EUA e o evidente faticamento da Ucrânia entre estadunidenses (minerais-raros) e russos (territórios). A guerra, no entanto, esvaziou, mas não paralisou as outras esferas políticas: pelo contrário, as vem pautando. Este movimento é perceptível na grande revisão de sua estrutura de preparação de crises que começa a ser apresentada pelo bloco.

Ásia Sul, região MENA e África Subsaariana são as regiões com maiores índices de **mortalidade materna**, como apontado no *relatório da OMS, de 2023*, que traz uma tabela comparando as seis regiões da OMS. Outra tabela do mesmo relatório apresenta as estimativas por país e território. Dentre os 195 países membros da OMS, Afeganistão (7.600 mortes), Bangladesh (4.000), Congo (19 mil), Etiópia (8.000), Índia (19 mil), Indonésia (6.300), Nigéria (75 mil), Paquistão (11 mil) e Tanzânia (6.500) foram destacados como países com os maiores índices de mortalidade materna. Note-se que, muitos desses países, como Bangladesh e Índia, por exemplo, são países com alto índice de casamento infantil. Para **Marques e Nogueira**, confirma-se que para reduzir a mortalidade materna e neonatal se requer uma atuação ampla, para além do reforço dos sistemas de saúde e da atenção médica, incluindo saúde sexual e reprodutiva e saúde mental. É necessário olhar para *os direitos das mulheres e meninas*; são necessárias *políticas públicas abrangentes*, com foco nos determinantes sociais e setores interconectados, como *igualdade de gênero, empoderamento feminino, educação* - sabe-se que as oportunidades econômicas permitem que as mulheres educadas e economicamente capacitadas tomem decisões informadas sobre sua saúde e suas famílias. Dado o impacto das mudanças climáticas, estresse térmico e poluição do ar na gravidez, a saúde materna também deve ser priorizada nos planos de adaptação climática para enfrentar essas ameaças emergentes. As três regionais da OMS para Pacífico Ocidental, Mediterrâneo Oriental e Sudeste da Ásia trabalham neste sentido junto com parceiros locais, personalizando as soluções e inovando para acelerar a redução das taxas de mortalidade e alcançar as metas 3.1 e 3.2 do Objetivo 3, dos ODS. Falta pouco para 2030.

Lobato assevera que as reações da **China** ao desmantelamento das cadeias globais por parte dos EUA revelam uma nova ordem econômica, em que a originalidade e a qualidade dos produtos chineses ganham destaque. Fábricas chinesas usam plataformas como TikTok para vender diretamente ao consumidor, desafiando marcas tradicionais. A pandemia expôs fragilidades do Ocidente em emergências sanitárias e reforçou a necessidade de soberania em dados de saúde. Com iniciativas como o Projeto Texas e o uso de IA aberta como o DeepSeek, o Brasil tem a chance de fortalecer seu sistema de saúde e ampliar sua autonomia digital e científica.

Sobre os **EUA**, nosso analisa **Guto Galvão** informa que a Academia Nacional de Medicina (NAM) dos EUA realizou a *Cúpula do Clima e Saúde de 2025*, em 22 de abril, com foco nos impactos das mudanças climáticas na saúde, incluindo condições climáticas extremas e desigualdades em comunidades marginalizadas. Uma iniciativa importante discutida foi o "*Grande Desafio Climático*" da NAM, que visa integrar a ação climática à saúde pública e reduzir as emissões do setor de saúde. O "*Roteiro para Ação Transformadora*" descreve estratégias para reduzir as emissões e, ao mesmo tempo, promover a equidade na saúde. A Cúpula enfatizou a necessidade de colaboração intersetorial para alcançar um futuro sustentável e saudável para todos.

100 dias de governo Trump 2.0

A guerra comercial declarada unilateralmente por *Trump* contra o mundo todo, tem produzido consequências econômicas, sociais e geopolíticas de monta e impactos dolorosos sobre o cotidiano de bilhões de pessoas mundo afora, pois começam a produzir desemprego notável e inflação que afetam exatamente os mais vulneráveis. Completados os 100 dias de governo, diversas pesquisas apontam a queda de popularidade entre os eleitores americanos, inclusive entre os próprios republicanos. A imprensa americana e mundial é unânime em responsabilizar Trump pelo caos econômico e social instalado no mundo e unanimemente reconhece os pendores negativos de suas políticas domésticas e internacionais.

Seguindo o triunfalismo da Casa Branca ao focar os 100 dias de Trump o gabinete do Secretario de Saúde dos EUA (HHS) publicou uma visão também autoelogiosa na saúde [HHS Celebrates 100 Days of Big Wins to Make America Healthy Again | HHS.gov](https://www.hhs.gov/about/news/2025/04/22/hhs-celebrates-100-days-of-big-wins-to-make-america-healthy-again/)

Um click em [Trump's First 100 Days Through a Health Law Lens - O'Neill : O'Neill](https://www.pesquisarnews.com/2025/04/22/trumps-first-100-days-through-a-health-law-lens/) e em [100 days Trump government health - Pesquisar News](https://www.pesquisarnews.com/2025/04/22/100-days-trump-government-health/) levará o leitor uma síntese das principais medidas de Trump 2.0 e seus impactos em diversas áreas, inclusive sobre a saúde *sensu latu*, nos âmbitos doméstico e internacional. Neste fascículo trazemos particularmente dois casos.

A revista *Nature* publicou importante artigo apontando que 25 milhões de mortes podem ocorrer no mundo se os EUA acabarem com o financiamento global da saúde que proporcionavam até aqui, como promete Trump [25 million deaths: what could happen if the US ends global health funding](https://www.nature.com/articles/d41586-025-01361-z).

A mesma *Nature* <https://www.nature.com/articles/d41586-025-01361-z> publica que a nova política dos *Institutos Nacionais de Saúde dos EUA (NIH)* da era Trump eliminará bilhões de dólares em financiamento para laboratórios e hospitais fora dos Estados Unidos, colocando em risco milhares de projetos de saúde global e ensaios clínicos sobre tópicos como doenças infecciosas emergentes e câncer.

Reinaldo Guimarães analisa para os Cadernos as consequências do tarifaço de Trump e de suas políticas de *reshoring* (transferência física das manufaturas para os EUA) da *big pharma*,

alertando, contudo, que quem efetivamente sentirá as consequências são as pessoas que necessitam medicamentos.

No espaço político mais amplo, a frase mais emblemática de Trump sobre seus 100 dias foi: “no primeiro mandato, eu mandava nos EUA; neste segundo, mando no mundo”. Modesto, né?

=====*

OMS lança Relatório Mundial sobre Determinantes Sociais da Equidade em Saúde

Dia 6 de maio, em evento online, de 8 às 9 horas de Brasília, a Organização Mundial da Saúde lança o **Relatório Mundial sobre Determinantes Sociais da Equidade em Saúde**, documento que analisa o progresso insuficiente no cumprimento das metas de equidade em saúde refletidas na *Comissão da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde de 2008*. Com 14 recomendações específicas para ação, o *Relatório Mundial* concentra a narrativa e a agenda de ação no que produz e reproduz as iniquidades em saúde e nas soluções políticas comprovadas disponíveis. Seu objetivo é informar a formulação de políticas globais, nacionais e locais, fornecendo uma base para ações coordenadas e investimentos em determinantes sociais da equidade em saúde.

Trata-se de um riquíssimo documento de cerca de 215 páginas, dividido em 3 partes e 9 capítulos, com 1.053 referências, reunindo, portanto, as mais relevantes atualidades em determinantes sociais da equidade em saúde. Reconhece a persistência das lacunas inaceitáveis na expectativa de vida saudável das pessoas, que dependem dos países e comunidades em que as pessoas vivem; do seu nível de educação e renda; da sua raça, etnia e gênero; e da existência ou não de alguma condição de saúde. Os *determinantes sociais da equidade em saúde* – ou seja, as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, e o acesso das pessoas a poder, dinheiro e recursos – têm uma influência poderosa nessas lacunas de saúde evitáveis e injustas.

O evento incluirá: uma apresentação do Relatório, destacando as suas principais conclusões e recomendações; comentários de representantes dos Estados-Membros; um painel de discussão de alto nível sobre como levar adiante a agenda da equidade na saúde; e declarações da direção da OMS.

Inscrições para participar: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2025/05/06/default-calendar/launch-of-the-world-report-on-social-determinants-of-health-equity>

Visita do CDC África à Fiocruz

Dirigentes e técnicos do **CDC África**, ligado à **União Africana**, visitaram a Fiocruz nos dias 28 e 29 de abril para estabelecer acordos de cooperação para pesquisa, formação de recursos humanos e desenvolvimento institucional dos Institutos que compõem a estrutura do CDC. A visita dá sequência à missão do presidente Mário Moreira ao CDC, em fevereiro de 2024.



Simpósio Internacional sobre Imunobiológicos em Biomanguinhos



Biomanguinhos/Fiocruz organiza na primeira semana de maio de 2025 o *International Symposium on Immunobiologicals – ISI*, cujos objetivos são: Fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico; Integrar cientistas e pesquisadores com instituições de produção e desenvolvimento; Dar visibilidade à produção científica nacional, principalmente a do setor de biotecnologia; Capacitar e qualificar profissionais e líderes para atuar no mercado de biotecnologia; Proporcionar a formação de redes colaborativas de pesquisa científica e tecnológica, nos planos nacional e internacional. A programação completa encontra-se em:

<https://www.bio.fiocruz.br/images/9th-isi.pdf> A participação no simpósio é aberta ao público e gratuita.

Família, amigos, colegas e a ciência brasileira perdem Marco Aurélio Krieger



Krieger era vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz desde 2017. Biólogo de formação, mestre e doutor em ciências biológicas pela UFRJ, foi vital no desenvolvimento do IBMP do Paraná e da área de produção e inovação na Fiocruz.

Deixa saudades para a família e amigos, e uma grande contribuição à ciência brasileira.

Para detalhes sobre a vida e trabalho de nosso querido amigo e colega, visite o portal da Fiocruz

<https://fiocruz.br/noticia/2025/04/fiocruz-lamenta-morte-de-seu-vice-presidente-marco-aurelio-krieger>

Seminário do CRIS dia 7 de maio tratará da migração, refúgio e saúde

No dia 7 de maio, de 10 às 13 horas, como de praxe, realiza-se o **Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre “Migração, refúgio e saúde”**. Organizado pelo prof. Rafael Gomes França, coordenador do GT temático do CRIS e doutor em saúde e sustentabilidade pela FSP/USP, terá como painelistas os representantes no Brasil da *Organização Mundial para as Migrações (OIM)* e da *Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)*, que esporão a situação e as principais questões de ambas as áreas no mundo e na ALC. Especialistas brasileiros e internacionais comporão o painel.

====*=====

Encerramos este fascículo do Caderno saudando a todos as trabalhadoras e trabalhadores que o fazem, estendendo nossas homenagens aos trabalhadores da Fiocruz e a todos os trabalhadores do mundo, por ocasião da passagem do *Dia dos Trabalhadores, 1º de maio*.

Seguimos aqui no CRIS e na Fiocruz com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Este Caderno é mais um tributo a estas posições. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 30 de abril de 2025

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar
Editor e editoras-associadas dos Cadernos CRIS/Fiocruz



Ministros de Relações Exteriores e Sherpas de BRICS explicitam a agenda política do bloco – e Fiocruz prepara conferência de Institutos Nacionais de Saúde Pública

Paulo Buss, João Miguel Estephania e Claudia Hoirisch

Os *Ministros das Relações Exteriores do BRICS* reuniram-se no Rio de Janeiro, em 28 e 29 de abril de 2025, para revisar a agenda política a ser adotada pelo bloco na Cúpula de Líderes de julho de 2025, à luz das velozes transformações geopolíticas em curso.

Estiveram presentes todos os *membros oficiais* do bloco, incluindo o último país a ingressar, a Indonésia, além dos *dez países parceiros*⁴, demonstrando a crescente relevância e abertura do grupo ao *Sul Global*.



O documento resultante não foi uma “*declaração conjunta*”, o que mostraria unânime convergência política sobre os temas abordados, mas uma “*declaração da presidência*”, instrumento utilizando quando não há consenso em relação a um ou mais pontos da agenda. A íntegra da declaração vem a seguir, neste fascículo. Minimizando eventuais discordâncias, o Ministro Mauro Vieira, chanceler brasileiro que presidia o encontro, preferiu dizer que a opção foi adotada para que seja a Cúpula de Chefes de Estado do próximo mês de julho a trazer mais fortes as posições políticas consensuais.

Os ministros reiteraram o compromisso de fortalecer a *Parceria Estratégica* sob os *três pilares da cooperação*: política e segurança, economia e finanças, e intercâmbios culturais e

⁴ Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Nigéria, Malásia, Tailândia, Uganda e Uzbequistão

entre povos. Reafirmaram o espírito de BRICS de respeito mútuo, igualdade, inclusão, solidariedade e cooperação baseada no consenso.

Os ministros reafirmaram o firme apoio de BRICS ao *multilateralismo* e à Carta das Nações Unidas, condenando ações unilaterais que enfraquecem instituições multilaterais, certamente uma crítica, ainda que velada, às políticas implementadas pela Casa Branca sob Trump 2.0.

Diante das atuais tensões globais, defenderam a diplomacia, a mediação e soluções políticas para prevenir e mitigar *conflitos* e destacaram a indivisibilidade da segurança, a resolução pacífica de controvérsias e o papel das organizações regionais na prevenção de crises.

Atentos às fissuras na tradicional “aliança atlântica” (EUA – UE, inclusive quanto à OTAN) ressaltaram o papel da *multipolaridade* na geopolítica, capaz de empoderar os países em desenvolvimento, e que o *BRICS quer ser a plataforma de expressão do Sul Global*, rumo a uma ordem internacional mais justa e democrática. Ou seja, polo forte da multipolaridade, ao acenar para um Sul Global amplo, não limitado aos atuais membros de BRICS.

Renovaram o apelo à *reforma das estruturas de governança global* para garantir maior representatividade de países em desenvolvimento, inclusive africanos, em instâncias como o *Conselho de Segurança da ONU*. Este foi um tema de divergência, diante da explícita menção à Brasil e Índia, assim como a África do Sul, o que levou a que Egito e Etiópia fizessem ressalvas e não aderissem ao parágrafo 8 que trata da questão. Segundo diplomatas brasileiros, há espaço para “pavimentar” uma solução até a Cúpula de BRICS.

Reafirmaram a importância do *desenvolvimento sustentável, da Agenda 2030 e do combate à pobreza e à fome*. Criticaram o *aumento dos gastos militares* em detrimento do financiamento ao desenvolvimento e defenderam o diálogo entre nações.

Em *comércio*, condenaram medidas protecionistas e defenderam um sistema multilateral transparente com a OMC no centro, numa clara alusão ao desprezo da Casa Branca pelas regras de comércio quanto opta pelos tarifas e outras medidas coercitivas.

Oposição firme foi expressa contra *sanções unilaterais*, considerando seus impactos negativos sobre os direitos humanos e o desenvolvimento. Reforçaram a importância do respeito ao *direito humanitário internacional*. Aqui certamente se referiam, sem mencionar, as sanções do Ocidente contra a Rússia, e dos Estados Unidos contra Cuba.

Na agenda *Mulheres, Paz e Segurança*, destacaram a importância da participação plena das mulheres nos processos de paz e reafirmaram os compromissos com a Declaração de Pequim e a Resolução 1325 do CSNU.

Referente ao *Oriente Médio*, condenaram a escalada da violência em Gaza, exigiram cessar-fogo, ajuda humanitária e solução baseada em dois Estados, com fronteiras de 1967 e Jerusalém Oriental como capital palestina.

Condenaram o *terrorismo* em todas as suas formas e manifestaram apoio ao Grupo de Trabalho de Contraterrorismo do BRICS. Defenderam também o combate aos *fluxos financeiros ilícitos, crime organizado e corrupção*, com fortalecimento da cooperação técnica.

Reafirmaram compromisso com o *desarmamento nuclear*, a não proliferação e o uso pacífico do *espaço*, incluindo para evitar lá uma corrida armamentista.

Em *governança digital*, enfatizaram a segurança cibernética, o combate à desinformação e a promoção de um ambiente digital aberto e seguro. Saudaram a adoção da Convenção da ONU contra Crimes Cibernéticos.

Reivindicaram a *reforma da arquitetura financeira global* para ampliar a voz dos países em desenvolvimento e apoiaram o aumento das cotas do FMI. Valorizaram o papel do *Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)* e seu financiamento em *moedas locais*.

Para o âmbito do G20, destacaram a importância do consenso e das prioridades do Sul Global. Em *segurança alimentar*, acolheram novas parcerias para combater a fome e a degradação da terra.

Quanto às *mudanças climáticas*, reafirmaram o compromisso com o Acordo de Paris, defenderam transições justas e financiamento climático adequado. Rejeitaram medidas ambientais unilaterais e saudaram a liderança do Brasil na COP30.

Apoiaram ações em *biodiversidade, mercados de carbono e combate à desertificação*. Defendem a negociação de tratado internacional contra a *poluição plástica* com financiamento dedicado aos países em desenvolvimento.

Sobre *Inteligência Artificial*, defenderam governança global inclusiva, ética e soberana. Enfatizaram o desenvolvimento de capacidades e a cooperação científica.

Em *saúde*, reiteraram o papel central da OMS e a importância do *acesso equitativo a serviços e insumos*. Valorizaram as iniciativas do BRICS na luta contra *tuberculose, doenças determinadas socialmente e resistência antimicrobiana*.

Reforçaram o valor dos *intercâmbios culturais* e o *desenvolvimento institucional do BRICS* após sua expansão. Acolheram o lema da presidência brasileira de 2025 — “*Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável*” — e comprometeram-se com o êxito da *XVII Cúpula do BRICS*.

Em conclusão, nada bombástico, bastante cautela, possivelmente aguardando a velocidade dos desdobramentos da geopolítica mundial até a Cúpula de julho.

A reunião de Sherpas da saúde de BRICS

A reunião de oficiais seniores de saúde, que ocorreu em 30 de abril, discutiu assuntos específicos trazidos por outros países em suas presidências do bloco, agindo como um ambiente que proporciona a continuidade dos esforços técnicos e diplomáticos empreendidos pelos países BRICS nos últimos anos. Além disso, os *sherpas* de saúde possuem a prerrogativa de se articularem para alcançar consenso em relação aos principais temas em discussão pelo grupo, seja para a própria Declaração de Ministros da Saúde de BRICS, seja para o posicionamento de seus membros em diversos fóruns globais acerca dos desafios contemporâneos da Saúde Global, como, por exemplo, a Assembleia Mundial da Saúde e a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Foram apresentadas as prioridades de saúde da PPT do Brasil, em torno das quais os países teceram comentários e fizeram aproximações que deverão ser aprofundadas nas reuniões subsequentes do grupo, até a *reunião de Ministros da Saúde de BRICS* que ocorrerá alguns dias antes da Cúpula de Chefes-de-Estado do bloco.

Conferência de Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) de BRICS

A reunião dos INSP de BRICS, que ocorreu no dia 29/04, iniciou um trabalho colaborativo e estratégico para preparar a Conferência que será realizada em setembro próximo. Os institutos, liderados pelo Brasil, sob coordenação da Fundação Oswaldo Cruz e apoio do Ministério da Saúde, tiveram a oportunidade de conhecer em detalhes as iniciativas sobre saúde em desenvolvimento pelo BRICS, de apresentarem suas estruturas, projetos e necessidades, a fim de identificarem oportunidades concretas de cooperação entre eles, bem como, discutiram aspectos estratégicos de suas atuações como instituições que apoiam o processo decisório de alto nível em seus países.

Entre abril e setembro, os INSP devem trabalhar intensamente para influenciar consensos importantes na concertação dos ministérios, tanto em relação ao que os próprios institutos podem implementar conjuntamente e individualmente em seus países, e, conseqüentemente, transformar a vontade política em ação e impacto na vida das pessoas, quanto em relação ao que eles recomendam diretamente aos Ministros da Saúde para enfrentar os desafios globais em saúde. Além disso, irão definir conjuntamente os principais temas que serão aprofundados na Conferência em setembro, bem como, irão construir, coletivamente, um *booklet* contendo as informações dos institutos, o que pode ser uma ferramenta relevante para impulsionar a cooperação entre eles.

ANEXO

Declaração da Presidência da Reunião de Ministros das Relações Exteriores/Relações Internacionais dos Países Membros do BRICS[*]

Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, Brasil

29 de abril de 2025

Fonte: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-presidencia-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-relacoes-internacionais-dos-paises-membros-do-brics

1. Os Ministros das Relações Exteriores do BRICS reuniram-se em 28 e 29 de abril de 2025, na cidade do Rio de Janeiro. Eles trocaram opiniões sobre as principais tendências e questões globais e regionais. Reafirmaram seu compromisso de fortalecer a estrutura da Parceria Estratégica do BRICS sob os três pilares de cooperação – política e segurança, economia e finanças, e [intercâmbio cultural e da sociedade civil](#). Reafirmaram também seu compromisso com o espírito do BRICS de respeito e entendimento mútuos, igualdade, solidariedade, abertura, inclusividade e consenso.



2. Os Ministros saudaram a República da Indonésia como membro do BRICS, bem como a República da Belarus, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Cazaquistão, a República de Cuba, a República Federal da Nigéria, a Malásia, o Reino da Tailândia, a República do Uganda e a República do Uzbequistão como países parceiros do BRICS a partir de 1º de janeiro de 2025.

3. Os Ministros reiteraram seu firme compromisso com o multilateralismo e com o direito internacional, incluindo os Propósitos e Princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, em sua totalidade e interconexão, como seu alicerce indispensável, bem como o papel central da ONU em um sistema internacional no qual estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança internacionais, promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a promoção e proteção dos direitos humanos para todas as pessoas. Nesse sentido, os Ministros condenaram tentativas unilaterais de minar o trabalho das

instituições multilaterais globais e prejudicar a implementação de seus respectivos mandatos, inclusive por meio da retenção deliberada de contribuições obrigatórias.

4. Recordando que 2025 marca o octogésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, conflito que trouxe profundo sofrimento à humanidade, particularmente na Europa, África, Ásia, Pacífico e outras partes do mundo, os Ministros manifestaram seu pleno apoio à Resolução 79/272 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o octogésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, sobre esse evento histórico, que estabeleceu as condições para a criação das Nações Unidas, concebida para proteger as gerações futuras do flagelo da guerra.

5. Os Ministros notaram o atual contexto global de polarização e desconfiança e encorajaram ação global para fortalecer a paz e a segurança internacionais. Conclamaram a comunidade internacional a responder a esses desafios e às ameaças à segurança associadas por meio de medidas político-diplomáticas para reduzir o potencial de conflitos, e enfatizaram a necessidade de engajar-se em esforços de prevenção de conflitos, inclusive por meio do enfrentamento de suas causas profundas. Ressaltaram que a segurança entre todos os países é indivisível e reiteraram seu compromisso com a solução pacífica de controvérsias internacionais por meio do diálogo, da consulta e da diplomacia. Incentivaram o papel ativo das organizações regionais na prevenção e resolução de conflitos e apoiaram todos os esforços que contribuam para a solução pacífica de crises. Destacaram a importância da mediação e da diplomacia preventiva como ferramentas essenciais para evitar crises e prevenir sua escalada, em conformidade com os Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas.

6. Os Ministros observaram que a multipolaridade oferece mais oportunidades para que os Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento (EMDCs) atinjam seu potencial construtivo e usufruam de uma globalização econômica e cooperação universais, inclusivas e equitativas. Concordaram que, em um contexto de mudanças globais, é crucial que os países em desenvolvimento trabalhem em estreita colaboração para promover o diálogo e relações mutuamente benéficas entre as nações. Os Ministros ressaltaram a importância do Sul Global como indutor de uma ordem mundial multipolar mais justa, equitativa, democrática e equilibrada, especialmente diante dos significativos desafios globais, como o aprofundamento das tensões geopolíticas, a competição estratégica entre nações, a desaceleração econômica, medidas protecionistas, mudanças tecnológicas e crises migratórias. Alertaram ainda que o agravamento de antagonismos não conduzirá à paz nem ao desenvolvimento e recordaram a necessidade urgente de se concentrar na convivência pacífica, na tolerância, na cooperação e no diálogo, em oposição a narrativas que apenas aprofundam a fragmentação e a polarização geopolítica. Reiteraram o papel central que os países do BRICS podem desempenhar ao oferecer ao Sul Global uma plataforma para expressar suas preocupações e interesses, bem como para participar ativamente da promoção de uma ordem internacional mais justa, sustentável, inclusiva e multipolar.

7. Os Ministros reiteraram seu compromisso com a reforma da governança global por meio da promoção de um sistema internacional e multilateral mais justo, equitativo, ágil, efetivo, eficiente, responsivo, representativo, legítimo, democrático e responsável, no espírito de ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados. Reiteraram também seu compromisso de assegurar uma maior e mais significativa participação e representação dos países em desenvolvimento e dos países de menor desenvolvimento relativo, especialmente países africanos, nos processos e nas estruturas globais de tomada de decisão, tornando-os mais sintonizados com as realidades contemporâneas. Reiteraram ainda a necessidade urgente de alcançar uma representação geográfica equitativa no Secretariado das Nações Unidas e em outras organizações internacionais de forma oportuna. Os Ministros enfatizaram a necessidade de que o processo de seleção e nomeação das lideranças executivas e dos altos cargos da ONU seja guiado pelos princípios de transparência e inclusão, e conduzido de acordo com todas as disposições do Artigo 101 da Carta das Nações Unidas, com a devida consideração a critérios geográficos na contratação de pessoal e à maior participação de mulheres, observando a regra geral de que não deve haver monopólio de cargos superiores no sistema da ONU por nacionais de qualquer estado ou grupo de estados.

8. Reconhecendo a Declaração de Johannesburg II de 2023, os Ministros apoiaram uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente, e a aumentar a representação de países em desenvolvimento nos quadros de membros do Conselho, para que ele possa responder adequadamente aos desafios globais prevaletentes, e apoiaram as aspirações legítimas dos países emergentes e em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, incluindo Brasil e Índia, de desempenhar um papel mais relevante nos assuntos internacionais, em particular nas Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança. Reconheceram também as aspirações legítimas dos países africanos, refletidas no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte.

9. À luz do 80º aniversário das Nações Unidas, os Ministros lembraram as Resoluções 75/1, 77/335 da Assembleia Geral da ONU e outras resoluções relevantes, e reiteraram o apelo urgente por reformas nos principais órgãos das Nações Unidas, com vistas a alcançar progressos concretos. Reafirmaram o compromisso de relançar as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU e de continuar o trabalho de revitalização da Assembleia Geral e de fortalecimento do Conselho Econômico e Social. Aguardaram com expectativa a conclusão bem-sucedida da Revisão de 2025 da arquitetura de Consolidação da Paz e concordaram em reforçar a coordenação na Comissão para Consolidação da Paz.

10. Os Ministros manifestaram sua preocupação com os conflitos em curso em diversas partes do mundo e com o atual estado de polarização e fragmentação da ordem internacional. Manifestaram apreensão diante da tendência atual de aumento crítico dos gastos militares globais, em detrimento do financiamento adequado para o desenvolvimento. Os Ministros defenderam uma abordagem multilateral que respeite as diversas perspectivas e posições nacionais sobre questões globais cruciais, incluindo o desenvolvimento sustentável, a erradicação da fome e da pobreza e o enfrentamento adequado dos desafios impostos pela mudança do clima.

11. Os Ministros expressaram séria preocupação com a perspectiva de fragmentação da economia global e enfraquecimento do multilateralismo, bem como seu apoio a um sistema multilateral de comércio aberto, transparente, justo, previsível, inclusivo, equitativo, não discriminatório e baseado em regras, tendo a Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu centro. Ressaltaram que o comércio internacional é importante motor do crescimento inclusivo, da erradicação da pobreza e da fome, da promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Sul Global.

12. Os Ministros expressaram sérias preocupações com o aumento de medidas protecionistas unilaterais injustificadas, inconsistentes com as regras da OMC, incluindo o aumento indiscriminado de medidas tarifárias e não tarifárias e o uso abusivo de políticas verdes para fins protecionistas. Eles alertaram que essas medidas causam perturbações na cadeia de suprimentos global e trazem mais incerteza para a economia global. Nesse sentido, exortaram todas as partes a tomar medidas para defender o livre comércio e o sistema multilateral de comércio, com vistas a enfrentar os desafios comerciais atuais e promover ambiente favorável de comércio e investimento para todos, especialmente para EMDCs. No ano de seu 30º aniversário, reconheceram que a Organização Mundial do Comércio (OMC) é a única instituição multilateral com o mandato necessário para estabelecer as regras do sistema multilateral de comércio e liderar nas múltiplas dimensões do comércio internacional, incluindo a dimensão do desenvolvimento, nas discussões internacionais sobre o tema. Reafirmaram seu compromisso de continuar a promover a necessária reforma da OMC para melhorar todas as suas funções, reforçando simultaneamente os seus princípios fundamentais. Eles ressaltaram a necessidade de fortalecer a OMC à luz das medidas arbitrárias unilaterais e protecionistas emergentes. Eles lamentaram que o prazo de 2024 para a restauração completa do sistema de solução de controvérsias de duas instâncias tenha expirado sem resultado e permaneceram comprometidos em ter um sistema de solução de controvérsias completo e funcional acessível a todos os Membros com urgência. Reiteraram seu compromisso de intensificar o diálogo sobre o sistema multilateral de comércio e questões relacionadas à OMC por meio do Quadro Consultivo Informal do BRICS sobre a OMC e concordaram em participar ativamente da preparação da 14ª

Conferência Ministerial da OMC (MC14), a ser realizada em 2026, com vistas à obtenção de resultados concretos. Tomaram nota e expressaram forte apoio à candidatura da Etiópia de acesso à OMC.

13. Os Ministros reiteraram que medidas coercitivas unilaterais, na forma de, entre outras, sanções econômicas unilaterais e sanções secundárias, que são contrárias ao direito internacional, têm implicações amplas para os direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento, da população dos estados atingidos, afetando de forma desproporcional os pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade. Apelaram, nesse sentido, pela eliminação dessas medidas.

14. Os Ministros reafirmaram a necessidade de esforços voltados para a redução das tensões e a busca de um caminho para a paz, bem como do pleno respeito ao e cumprimento do direito internacional humanitário por todas as partes envolvidas em conflitos armados, em especial a obrigação de proteger civis e pessoal humanitário. Condenaram veementemente todas as violações do direito internacional humanitário e a negação ou obstrução do acesso humanitário. Recordaram que a assistência humanitária deve ser prestada de acordo com os princípios orientadores de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, conforme estabelecido na Resolução 46/182 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

15. No contexto do 30º aniversário da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, os Ministros reiteraram seu compromisso com a promoção da implementação plena e efetiva da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim. Reafirmaram também seu compromisso com a plena implementação e o avanço da agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS), especialmente tendo em vista o 25º aniversário da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reiteraram, ainda, a importância de garantir a participação plena, igualitária, segura e significativa das mulheres nos processos de tomada de decisão em todos os níveis dos processos de paz e segurança, incluindo prevenção e resolução de conflitos, ajuda humanitária, mediação, operações de paz, construção da paz e reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

16. Os Ministros recordaram suas posições nacionais relativas ao conflito na Ucrânia, conforme expressas nos foros apropriados, inclusive o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral das Nações Unidas. Notaram com apreço propostas relevantes de mediação e de bons ofícios, inclusive a Iniciativa Africana de Paz e a criação do Grupo de Amigos para a Paz, voltadas para a solução pacífica do conflito por meio do diálogo e da diplomacia. Expressaram a expectativa de que os esforços atuais conduzam a um acordo de paz sustentável.

17. Os Ministros expressaram séria preocupação com a continuidade dos conflitos na região do Oriente Médio e Norte da África e saudaram a Declaração Conjunta dos Vice-Ministros das Relações Exteriores e Enviados Especiais do BRICS, emitida por ocasião de sua reunião de 28 de março de 2025.

18. Os Ministros manifestaram grande preocupação com a situação no Território Palestino Ocupado, com a retomada dos ataques israelenses contra Gaza e com a obstrução da entrada de ajuda humanitária no território. Eles lamentaram o colapso do cessar-fogo anunciado em 15 de janeiro e instaram as partes a cumprir integralmente seus termos. Eles exortaram as partes a se engajarem de boa-fé em novas negociações para alcançar a cessação permanente das hostilidades, a retirada total das forças israelenses da Faixa de Gaza e a libertação de todos os reféns e detidos em violação do direito internacional, assim como para facilitar e permitir acesso irrestrito de ajuda humanitária.

19. Os Ministros convocaram a comunidade internacional a apoiar a Autoridade Palestina na realização de reformas para cumprir as legítimas aspirações palestinas de independência e soberania, assim como a rápida reconstrução da infraestrutura civil do território, com papel central dos palestinos, conforme acordado na Cúpula Árabe de Emergência sobre a Palestina, em 4 de março de 2025, e notaram com apreço a iniciativa de convocar uma próxima conferência de doadores a ser realizada no Cairo.

20. Os Ministros expressaram firme oposição ao deslocamento forçado, temporário ou permanente, sob quaisquer pretextos, de qualquer parte da população palestina do Território Palestino Ocupado. Eles condenaram declarações provocativas sobre planos para a imposição da soberania de Israel sobre a Cisjordânia ocupada e a intensificação das atividades relacionadas a assentamentos no território.

Reiteraram que esses assentamentos são ilegais sob o direito internacional e que qualquer atividade de assentamento deve ser interrompida e revertida.

21. Os Ministros reafirmaram firme apoio à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) e enfatizaram a necessidade de respeitar plenamente o mandato, concedido pela AGNU, para a prestação de serviços básicos aos refugiados da Palestina em seus cinco campos de operações. Eles notaram, a esse respeito, as medidas provisórias da Corte Internacional de Justiça nos processos judiciais instaurados pela África do Sul contra Israel, que, entre outros aspectos, reafirmaram a obrigação de Israel de assegurar a prestação de ajuda humanitária em Gaza.

22. Os Ministros reafirmaram que uma solução justa e duradoura para o conflito entre Israel e Palestina só pode ser alcançada por meios pacíficos e depende do cumprimento dos direitos legítimos do povo palestino, incluindo o direito à autodeterminação e ao retorno. Reiteraram o compromisso inabalável com a Solução de Dois Estados, de acordo com o direito internacional, incluindo as resoluções relevantes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, e a Iniciativa de Paz Árabe, com um Estado Palestino independente e viável vivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, com Jerusalém Oriental como sua capital. Eles manifestaram expectativa pela realização da Conferência Internacional de Alto Nível para a Resolução Pacífica da Questão da Palestina e a Implementação da Solução de Dois Estados, a ser realizada em junho de 2025.

23. Os Ministros saudaram o cessar-fogo no Líbano e apelaram a todas as partes para que cumpram rigorosamente os seus termos e implementem plenamente a Resolução 1701 do CSNU. Condenaram as contínuas violações do cessar-fogo e da soberania, independência e integridade territorial do Líbano. Eles pediram a Israel que respeite os termos acordados com o governo libanês e retire suas forças de ocupação de todo o território libanês, incluindo dos cinco locais no sul do Líbano onde ainda permanecem.

24. Eles reafirmaram seu compromisso com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial da Síria e pediram um processo político pacífico e inclusivo, feito e liderado por sírios, facilitado pelas Nações Unidas, com base nos princípios da Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança, de forma a garantir a segurança e o bem-estar da população civil, sem discriminação. Condenaram a violência generalizada perpetrada nas províncias sírias de Latakia e Tartus desde 6 de março, incluindo assassinatos em massa de civis na comunidade alauita, a continuação das atividades terroristas do ISIL e afiliados da Al-Qaeda na Síria, a ameaça representada pela presença de combatentes terroristas estrangeiros em território sírio, bem como o risco de disseminação de terroristas da Síria para países da região. A Síria deve se opor firmemente a todas as formas de terrorismo e extremismo.

25. Os Ministros reiteraram que o princípio “Soluções africanas para os problemas africanos” deve continuar a servir de base para a resolução de conflitos no continente africano. Reconheceram o papel fundamental da União Africana na prevenção, gestão e resolução de conflitos na África e reafirmaram o apoio aos esforços africanos de paz no continente, incluindo os empreendidos pela União Africana e pelas organizações sub-regionais africanas.

26. Os Ministros elogiaram os esforços e êxitos dos países africanos na busca de paz duradoura e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que expressaram séria preocupação com as graves crises humanitárias resultantes de conflitos armados novos e duradouros em algumas regiões da África, particularmente os efeitos devastadores dos conflitos no Sudão, na região dos Grandes Lagos e no Chifre da África, que levaram a graves crises humanitárias. Nesse sentido, reafirmaram apoio aos esforços destinados a encontrar soluções políticas para essas crises, reiteraram o apelo ao fim das hostilidades e enfatizaram a necessidade da resolução pacífica dos conflitos.

27. Eles expressaram grande preocupação com a escalada da violência e da crise humanitária no Sudão e com o alastramento dos conflitos na região, assim como com o aumento do risco de propagação do extremismo e do terrorismo, e reiteraram o apelo a um cessar-fogo imediato, permanente e incondicional e a uma resolução pacífica do conflito, com o envolvimento em negociações de paz como a única forma

de pôr fim a este conflito, ao acesso sustentado, urgente e desimpedido da população sudanesa à assistência humanitária e à ampliação da assistência humanitária ao Sudão e aos estados vizinhos. Saudaram a convocação da Conferência Humanitária de Alto Nível para o Povo do Sudão em 14 de fevereiro de 2025, coorganizada por União Africana, Etiópia, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e Emirados Árabes Unidos, em coordenação com as Nações Unidas.

28. Os Ministros expressaram séria preocupação com a deterioração contínua da situação securitária, humanitária, política e econômica no Haiti. Eles enfatizaram que a crise atual requer uma solução liderada por haitianos que abranja o diálogo nacional e a construção de consenso entre as forças políticas locais, as instituições e a sociedade, e pediram à comunidade internacional que apoie os esforços haitianos para dismantelar as gangues, melhorar a situação de segurança e estabelecer as bases para o desenvolvimento social e econômico duradouro no país.

29. Os Ministros expressaram forte condenação a quaisquer atos de terrorismo, considerados criminosos e injustificáveis, independentemente de sua motivação, quando, onde e por quem quer que os tenha cometido. Eles condenaram nos mais fortes termos o ataque terrorista em Jammu e Caxemira em 22 de abril de 2025, durante o qual pelo menos 26 pessoas foram mortas e muitas mais ficaram feridas. Reafirmaram o compromisso de combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, incluindo o movimento transfronteiriço de terroristas, o financiamento do terrorismo e os santuários para terroristas. Reiteraram que o terrorismo não deve ser associado a nenhuma religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico e que todos os envolvidos em atividades terroristas e em seu apoio devem ser responsabilizados e levados à justiça de acordo com os termos relevantes do direito nacional e internacional. Os Ministros instaram a garantia de tolerância zero com o terrorismo e rejeitaram a adoção de duplos padrões no combate ao terrorismo. Enfatizaram a responsabilidade primária dos estados no combate ao terrorismo e que os esforços globais para prevenir e enfrentar ameaças terroristas devem estar plenamente em conformidade com suas obrigações sob o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, em especial seus Propósitos e Princípios, bem como os tratados e protocolos internacionais pertinentes, em particular o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário, conforme aplicável. Saudaram as atividades do Grupo de Trabalho de Contraterrorismo do BRICS (CTWG) e seus cinco subgrupos com base na Estratégia de Contraterrorismo do BRICS, no Plano de Ação de Contraterrorismo do BRICS e no documento de posição do CTWG. Eles também demonstraram expectativa de aprofundar ainda mais a cooperação antiterrorista. Os Ministros pediram uma rápida finalização e adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional no âmbito das Nações Unidas. Os Ministros exortaram ações concertadas contra todas as entidades terroristas e terroristas designados pela ONU.

30. Os Ministros reiteraram seu compromisso com a prevenção e o combate aos fluxos financeiros ilícitos, incluindo a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, bem como outras formas de crime organizado transnacional, como o narcotráfico, os crimes que afetam o meio ambiente, o tráfico ilícito de armas de fogo, o tráfico de pessoas e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para fins criminosos e para corrupção. Reafirmaram seu compromisso com os princípios de natureza técnica e não politizada da cooperação internacional anticrime, inclusive para fins de prevenção e de investigações financeiras. Notaram a necessidade de fortalecer ainda mais essa cooperação, inclusive por meio de grupos de trabalho pertinentes e existentes do BRICS, com base nos documentos adotados no BRICS, bem como nos instrumentos jurídicos internacionais pertinentes dos quais os países do BRICS são partes. Eles também enfatizaram a importância de criar condições para o desenvolvimento seguro das gerações mais jovens, reduzindo o risco de seu envolvimento em atividades ilegais, e saudaram o desenvolvimento de projetos internacionais relevantes com a participação de jovens.

31. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de promover a cooperação do BRICS na prevenção e no combate à corrupção e de proceder à implementação contínua de acordos internacionais pertinentes a esse respeito, em particular a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Eles saudaram o trabalho do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS de promover a colaboração em questões anticorrupção, incluindo a formulação da Visão Comum e da Ação Conjunta do BRICS sobre Cooperação Anticorrupção

Aprimorada e Recuperação e Devolução de Ativos e Produtos da Corrupção, a negação de refúgio seguro e o fortalecimento das capacidades dos países membros.

32. Os Ministros expressaram preocupação com os riscos crescentes da ameaça nuclear e do conflito nuclear. Reiteraram a necessidade de revigorar o sistema de desarmamento, controle de armas e não proliferação e de preservar integridade e eficácia do sistema para alcançar a estabilidade global, a paz e segurança internacionais. Enfatizaram a contribuição significativa das zonas livres de armas nucleares para o fortalecimento do regime de não proliferação nuclear, reafirmaram apoio e respeito a todas as zonas livres de armas nucleares existentes e garantias contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares a elas associadas e reconheceram a importância primordial dos esforços que visam acelerar a implementação das resoluções sobre o Estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio, incluindo a Conferência convocada de acordo com a Decisão 73/546 da Assembleia Geral da ONU. Os Ministros apelaram a todas as partes convidadas para participarem desta conferência de boa-fé e para se engajarem a este esforço de forma construtiva. Saudaram a adoção da Resolução 79/241 da AGNU “Estudo abrangente da questão das zonas livres de armas nucleares em todos os seus aspectos”.

33. Os Ministros reconheceram a necessidade de garantir o uso de sistemas espaciais e das conquistas da ciência e tecnologia espacial para fins pacíficos. Eles também reafirmaram seu apoio a que se garanta a sustentabilidade a longo prazo das atividades espaciais e a Prevenção de uma Corrida Armamentista no Espaço Sideral (PAROS) e de seu uso como arma, bem como das ameaças ou do uso da força contra objetos espaciais, inclusive por meio de negociações para adotar um instrumento multilateral legal pertinente para garantir a segurança global. Eles reconheceram a apresentação do Projeto de Tratado atualizado sobre a Prevenção da Colocação de Armas no Espaço Exterior, da Ameaça ou do Uso da Força contra Objetos Espaciais (PPWT) à Conferência sobre Desarmamento em 2014 como um passo importante para esse objetivo. Eles enfatizaram que compromissos práticos e não vinculantes, como Medidas de Transparência e Construção de Confiança (TCBMs), e normas, regras e princípios universalmente acordados também podem contribuir para a PAROS. Eles observaram a iniciativa de alguns membros do BRICS na Assembleia Geral de criar um único Grupo de Trabalho Aberto para permitir discussões coerentes, inclusivas e eficazes que sirvam a esse propósito e se comprometem a se envolver construtivamente no processo, com base nos êxitos existentes, inclusive em elementos substanciais sobre um instrumento juridicamente vinculativo sobre PAROS.

34. Ao enfatizar o potencial das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para reduzir a crescente exclusão digital dentro dos países e entre eles, os Ministros reconheceram os desafios e ameaças que se originam no ambiente digital e que são provenientes dele. Eles reafirmaram seu compromisso com a promoção de um ambiente de TICs aberto, seguro, estável, acessível, pacífico e interoperável. Destacaram o papel central das Nações Unidas na promoção de um diálogo construtivo para a construção de entendimentos comuns sobre a segurança no uso das TICs. Saudaram o trabalho em andamento do Grupo de Trabalho de Composição Aberta sobre a segurança de e no uso das TICs 2021–2025 como o único mecanismo global e inclusivo sobre o tema, e destacaram seu objetivo comum de concluir com êxito os trabalhos do grupo em julho deste ano. Reafirmaram o compromisso com o estabelecimento, por consenso, de um mecanismo permanente, de única via de negociação e liderado pelos estados, sob os auspícios das Nações Unidas, reportando à Primeira Comissão da Assembleia Geral da ONU. Defenderam uma abordagem abrangente, equilibrada e objetiva para o desenvolvimento e a segurança de produtos e sistemas de TICs, bem como para a elaboração e implementação de regras e padrões comuns globais interoperáveis para a segurança das cadeias de fornecimento.

35. Os Ministros comemoraram a adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção das Nações Unidas Contra Crimes Cibernéticos, que representa um marco histórico no âmbito multilateral e constituirá um instrumento eficaz, provendo o arcabouço jurídico necessário para a cooperação internacional na prevenção e no combate a crimes cibernéticos, assegurando a coleta e o compartilhamento de evidências de maneira rápida e de acordo com a lei, em formato eletrônico, relativas a crimes graves que possam ser cometidos por meio do uso de sistemas de TICs. Eles destacaram a

importante contribuição dos países do BRICS para a sua adoção desde quando foi proposta. Eles convocaram todos os estados a assinarem a Convenção na primeira oportunidade, em Hanói, em 2025, e a ratificá-la o mais rápido possível, de acordo com suas legislações, processos e procedimentos internos, a fim de assegurar sua rápida entrada em vigor, bem como a continuarem seu engajamento no Comitê Ad Hoc, em conformidade com as resoluções 74/247 e 75/282 da Assembleia Geral, com vistas à negociação de um minuta de protocolo suplementar à Convenção, abordando, entre outros temas, a tipificação de novos delitos, conforme apropriado.

36. Os Ministros reiteraram a necessidade de todos os países cooperarem na promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, com base nos princípios da igualdade e do respeito mútuos. Concordaram em continuar tratando de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, de maneira justa e igualitária, da mesma forma e com a mesma ênfase. Concordaram em fortalecer a cooperação em questões de interesse comum, tanto dentro do BRICS quanto em fóruns multilaterais, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos, levando em consideração a necessidade de promover, proteger e cumprir os direitos humanos de maneira não seletiva, não politizada e construtiva, sem duplos critérios. Conclamaram o respeito pela democracia e pelos direitos humanos e ressaltaram que estes devem ser implementados no nível da governança global, assim como nos níveis regional e nacional. Reafirmaram seu compromisso em garantir a promoção e proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, com o objetivo de construir um futuro compartilhado mais promissor para a comunidade internacional, baseado em uma cooperação mutuamente benéfica. Reafirmaram também seu compromisso na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância relacionada, assim como em promover a igualdade racial.

37. Os Ministros reconheceram a resolução anual da Assembleia Geral da ONU sobre “Combate à Glorificação do Nazismo, Neonazismo e Outras Práticas que Contribuem para Alimentar Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada”.

38. Os Ministros expressaram séria preocupação com a disseminação e proliferação exponenciais de desinformação, informações falsas, incluindo a propagação de narrativas falsas e notícias falsas, assim como o discurso de ódio, especialmente em plataformas digitais, que alimentam a radicalização e os conflitos. Ao reafirmarem o compromisso com a soberania dos estados, eles enfatizaram a importância da integridade e autenticidade da informação, de assegurar o fluxo livre e o acesso público a informações precisas e baseadas em fatos, incluindo a liberdade de opinião e expressão, bem como da alfabetização digital e midiática, para permitir uma conectividade significativa, em conformidade com as leis nacionais e internacionais aplicáveis. Os Ministros enfatizaram ainda a necessidade de promover um arcabouço unificado de ação no nível multilateral.

39. Os Ministros enfatizaram a necessidade de uma reforma abrangente da arquitetura financeira global para ampliar a voz dos países em desenvolvimento e sua representação nas instituições financeiras internacionais. Reafirmaram o apelo para garantir que a reforma das instituições financeiras internacionais se concentre em aumentar o volume de financiamento e em permitir o acesso simplificado a recursos, especialmente para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. Eles aguardam com expectativa uma bem-sucedida Revisão da Participação Acionária de 2025 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, de acordo com os princípios de Lima de Participação Acionária. Apoiaram uma rede global de segurança financeira robusta, centrada em um Fundo Monetário Internacional (FMI) forte, baseado em cotas e adequadamente financiado. Tomaram nota do aumento de cotas na 16ª Revisão Geral de Cotas, e instaram os membros do FMI a garantir aprovação em âmbito interno para tornar o aumento de cotas eficaz. Conclamaram à continuidade do processo de reforma da governança do FMI e o realinhamento das cotas, incluindo a criação de uma nova fórmula de cotas que reflita o peso econômico de seus membros até junho de 2025, no âmbito da 17ª Revisão Geral de Cotas, com o propósito de aumentar a voz e a representação dos membros mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDE).

40. Os Ministros destacaram a importância do uso ampliado de moedas locais nas compensações comerciais e financeiras entre os países do BRICS e seus parceiros comerciais. Recordaram o parágrafo 66

da Declaração de Kazan, que incumbiu os Ministros da Fazenda e Governadores de Bancos Centrais, conforme apropriado, de continuar a apreciação da questão das moedas locais, instrumentos de pagamento e plataformas, e de relatar aos Chefes de Estado e de Governo do BRICS, incluindo o estudo da viabilidade da Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS, BRICS Clear e o reforço da capacidade de resseguro do BRICS.

41. Os Ministros reconheceram o papel fundamental do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) na promoção da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável dos seus países membros e saudaram os resultados alcançados pelo NDB no contexto de seu 10º aniversário. Encorajaram o Novo Banco de Desenvolvimento a seguir os princípios “member-led” e “demand-driven”, empregar mecanismos financeiros inovadores para mobilizar recursos de fontes diversificadas, aprimorar a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos, incluindo com fontes de conhecimento de países em desenvolvimento, auxiliar os países membros a alcançar os ODS e melhorar ainda mais a eficiência e a eficácia para cumprir seu mandato, com o objetivo de se tornar uma instituição multilateral de desenvolvimento de referência para os EMDCs. Os Ministros enfatizaram a importância de continuamente expandir o financiamento em moedas locais e fortalecer a inovação em ferramentas de investimento e financiamento, reconhecendo a iniciativa de criar uma nova plataforma de investimentos para impulsionar os fluxos de investimentos nos países do BRICS e nos mecanismos do Sul Global. Concordaram em conjuntamente tornar o Novo Banco de Desenvolvimento um novo tipo de banco multilateral de desenvolvimento do século XXI. Os Ministros recordaram o parágrafo 62 da Declaração de Kazan sobre o apoio dos líderes à apreciação célere das candidaturas dos países do BRICS para se tornarem membros do NDB e reiteraram seu apoio à expansão contínua da adesão ao NDB e à rápida consideração das candidaturas dos países membros do BRICS, de acordo com a Estratégia Geral do NDB para 2022-2026 e suas políticas relacionadas. Acolheram a reeleição unânime da ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff como Presidenta do NDB para um mandato adicional de cinco anos.

42. Os Ministros reafirmaram o papel importante do G20 como o principal fórum de cooperação econômica internacional, que compreende tanto economias emergentes quanto desenvolvidas, trabalhando com base no consenso e buscando conjuntamente soluções para os desafios globais, com vistas a um crescimento econômico global universalmente benéfico, resiliente e inclusivo. Reafirmaram a necessidade de o G20 funcionar de forma inclusiva, igualitária e mutuamente benéfica. Reiteraram seu compromisso com abordagem equilibrada, continuando a amplificar a voz do Sul Global e a integrar ainda mais suas prioridades na agenda do G20. Os Ministros também reiteraram que as presidências consecutivas do G20 da Indonésia, da Índia, do Brasil e da África do Sul, entre 2022-2025, estabelecem base sólida para abordar as desigualdades, os desequilíbrios e as deficiências da economia mundial, bem como para resistir a medidas protecionistas. Nesse sentido, acolheram as quatro prioridades da África do Sul que detém a atual presidência do G20: resiliência e resposta a desastres; sustentabilidade da dívida para países de baixa renda; financiamento para transições energéticas justas; minerais críticos para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Os Ministros também reconheceram a importância de fortalecer a cooperação internacional no setor de minerais críticos, incluindo por meio da industrialização, transferência de tecnologia e práticas sustentáveis, para garantir que esses recursos contribuam para o desenvolvimento inclusivo e equitativo, especialmente para os países fornecedores. Os Ministros acolheram o fortalecimento da voz do Sul Global no G20 por meio da adesão da União Africana e do convite ao NDB durante as presidências de economias emergentes.

43. Os Ministros reiteraram o apelo por maior cooperação na agricultura, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional global, especialmente em níveis nacional e local, e promover a revitalização e o desenvolvimento rural. Nesse sentido, os Ministros reconheceram a importância de fortalecer a cooperação internacional sobre óleos vegetais sustentáveis e acolheram os esforços em curso para promover a sustentabilidade, a inclusão e o acesso equitativo ao mercado no setor global de óleos vegetais. Também saudaram a criação da Parceria do BRICS para a Restauração de Terras Degradadas e da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Reafirmaram a importância da plena implementação da Agenda de Ação de Addis Abeba, adotada na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em 2015, e da participação efetiva dos países em desenvolvimento na Quarta

Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que será realizada na Espanha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025. Além disso, instaram os países desenvolvidos a cumprirem o seu compromisso com o financiamento para o desenvolvimento, incluindo o cumprimento integral e pontual de seus respectivos compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento, com vistas a contribuir com o atendimento das necessidades financeiras dos países em desenvolvimento.

44. Os Ministros acolheram o progresso nas negociações em andamento da Estratégia para a Parceria Econômica BRICS 2030, com base na versão anterior do documento acordada durante a Presidência russa em 2020.

45. Os Ministros reconheceram o papel fundamental da Parceria para a Nova Revolução Industrial (PartNIR) na promoção da cooperação entre os países BRICS, identificando interesses industriais compartilhados, desafios e oportunidades, e promovendo colaboração estruturada entre os membros. Expressaram apreciação pelas valiosas discussões técnicas sobre temas-chave, como transformação digital da indústria, manufatura inteligente e robótica (IMR), desenvolvimento de PMEs, Inteligência Artificial (IA) soberana para a industrialização digital, bioindústria, economia circular, indústria fotovoltaica e equipamentos médicos. Reafirmaram seu compromisso de aprimorar e facilitar a cooperação nessas áreas, com foco especial em treinamento inclusivo e desenvolvimento de capacidades, visando à contínua atualização tecnológica dos setores industriais dos países membros. Incentivaram a cooperação intra-BRICS por meio do Centro de Inovação BRICS PartNIR (BPIC), do Centro de Competências Industriais BRICS (BCIC) e do Fórum de Startups BRICS, a ser sediado pela Índia em 2025.

46. Os Ministros reconheceram que a mudança do clima representa um desafio urgente do nosso tempo e que enfrentá-lo exige avanço na direção do desenvolvimento sustentável até 2030, bem como a mobilização de recursos globais para combater as desigualdades estruturais dentro dos países e entre eles, e o fornecimento, pelos países desenvolvidos, de meios de implementação aos países em desenvolvimento, abrindo caminho para transições justas rumo a sociedades de baixa emissão e resilientes ao clima, com base no Acordo de Paris e nas decisões relevantes da COP 27, COP 28 e COP 29 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), como o Resultado do primeiro balanço global e a Nova Meta Coletiva Quantificada sobre Financiamento do Clima. Reconheceram ainda que a mudança do clima é uma grave ameaça para todos os países em desenvolvimento. Reiteraram que o BRICS está disposto e pronto a contribuir com seus melhores esforços para enfrentar os desafios climáticos, por meio da cooperação com todos os países. Reconheceram o Grupo de Contato para Mudança do Clima e Sustentabilidade (CGCCSD) como um mecanismo eficaz de cooperação do BRICS em questões relacionadas à mudança do clima, inclusive por meio da implementação do Quadro sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável.

47. Profundamente preocupados com o fato de que a tendência ao unilateralismo, ao protecionismo comercial e à fragmentação da cooperação internacional comprometem a confiança e, consequentemente, a ambição da ação climática, os Ministros reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo, especialmente à luz dos avanços alcançados no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris, e decidiram manter-se unidos na busca por esforços para alcançar o propósito e os objetivos de longo prazo do Acordo de Paris e os objetivos da UNFCCC. Conclamaram todos os países a respeitarem seus compromissos existentes como Partes do Acordo de Paris e a manterem e ampliarem seus esforços para combater a mudança do clima. Reiteraram que os objetivos, princípios e disposições da UNFCCC, de seu Protocolo de Quioto e de seu Acordo de Paris, incluindo os princípios de equidade e de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades (CBDR-RC), à luz das diferentes circunstâncias nacionais, devem ser honrados.

48. Os Ministros reafirmaram seus firmes compromissos, em prol do objetivo da UNFCCC, de combater a mudança do clima por meio do fortalecimento da implementação plena e efetiva do Acordo de Paris, incluindo suas disposições relacionadas à mitigação, à adaptação e à provisão de meios de implementação para os países em desenvolvimento, refletindo a equidade e o princípio CBDR-RC, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

49. Os Ministros também recordaram que a UNFCCC, incluindo as sessões anuais da Conferência das Partes (COP), é o fórum internacional apropriado e legítimo para discutir a questão da mudança do clima em todas as suas dimensões. Como tal, os Ministros expressaram seu apoio à liderança do Brasil em sediar a COP30 e saudaram a candidatura da Índia para sediar a COP 33 em 2028. Afirmaram seu total compromisso com uma COP30 bem-sucedida que revitalizará a diplomacia climática multilateral e catalisará a transição das negociações para ações concretas e inclusivas, para implementar a UNFCCC e seu Acordo de Paris. Os Ministros também expressaram apoio ao Azerbaijão e ao Brasil, na condução do “Roteiro de Baku a Belém para 1,3 Trilhão” com o objetivo de ampliar o financiamento climático para os países em desenvolvimento.

50. Os Ministros enfatizaram que garantir financiamento climático acessível, oportuno e econômico é fundamental para permitir caminhos de transições justas que combinem ação climática com desenvolvimento sustentável. Instaram os países desenvolvidos a cumprir suas obrigações nos termos da Convenção e avançar na implementação da decisão sobre a nova meta coletiva quantificada sobre financiamento climático (NCQG) adotada na COP29, bem como a cumprir integralmente seus compromissos de fornecer recursos financeiros para ajudar os países em desenvolvimento, levando em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. Sublinharam também a importância de um esforço reorientado para reforçar o papel do setor privado no combate à mudança do clima, de uma forma que complemente o financiamento público, através de instrumentos financeiros inovadores, financiamento misto e apoio a iniciativas de capacitação e financiamento concessional direcionado. Reconhecendo a natureza transversal do financiamento climático, tomaram nota da proposta de Declaração-Quadro dos Líderes, que se destina a liderar uma mobilização global para um sistema de financiamento climático mais justo e eficaz, como um facilitador crítico para caminhos de transição justos.

51. Os Ministros rejeitaram medidas protecionistas unilaterais, punitivas e discriminatórias, que não estão em consonância com o direito internacional, sob o pretexto de preocupações ambientais, como mecanismos unilaterais e discriminatórios de ajuste de carbono na fronteira (CBAM), requisitos de devida diligência, impostos e outras medidas, e reconfirmaram o apoio total à convocação na COP28 relacionada à prevenção de medidas comerciais unilaterais baseadas no clima ou no meio ambiente. Os Ministros também se opuseram a medidas protecionistas unilaterais, que perturbam deliberadamente as cadeias globais de fornecimento e produção e distorcem a concorrência.

52. Os Ministros tomaram nota da proposta, em debate no CGCCSD, de estabelecer um Laboratório do BRICS sobre Comércio, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, para promover a colaboração em abordagens de apoio mútuo à política comercial e ambiental. Os Ministros anseiam pelo avanço na implementação do Memorando de Entendimento da Parceria do Mercado de Carbono do BRICS de 2024 para fortalecer a colaboração entre os membros do BRICS. Essa parceria facilitará a cooperação no campo dos mercados de carbono, com foco específico na capacitação e troca de experiências.

53. Os Ministros reafirmaram a importância da implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica e seus Protocolos, bem como do Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, adotado no âmbito da referida Convenção. Eles enfatizaram que o BRICS desempenhou papel crucial durante a Décima Sexta Reunião da Conferência das Partes para chegar a um acordo sobre a mobilização de recursos de acordo com suas respectivas posições de negociação nacionais e regionais. Os Ministros tomaram nota dos planos de lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, em inglês) e reconheceram-no como uma ferramenta inovadora para a conservação florestal. Os Ministros apreciam a criação do Fundo de Biodiversidade de Kunming e a contribuição feita pela China.

54. Os Ministros reconheceram que a desertificação, incluindo tempestades de areia e poeira, a degradação do solo e a seca, constitui sério desafio que representa ameaça ao bem-estar e aos meios de subsistência dos povos, em particular em muitos países em desenvolvimento, e sublinharam a importância da cooperação internacional, dos recursos necessários e do compartilhamento de conhecimento/tecnologia para enfrentar esses desafios. Reiteraram seu firme compromisso na implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).

55. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de engajar-se ativa e construtivamente, no espírito de colaboração e construção de consenso, e com senso de urgência e solidariedade na negociação em andamento de um instrumento internacional juridicamente vinculante sobre poluição por plásticos, inclusive no ambiente marinho, conforme a resolução 5/14 da UNEA, buscando alcançar entendimento comum sobre um instrumento internacional juridicamente vinculante justo, eficaz e equilibrado, por meio do Comitê Internacional de Negociação, garantindo transições justas para que ninguém seja deixado para trás. Ressaltaram que sua eficácia dependerá da disponibilização de meios adequados de implementação, o que inclui o estabelecimento de um fundo multilateral independente e dedicado, aportado pelos países desenvolvidos, para auxiliar os países em desenvolvimento, com cooperação internacional em ciência, tecnologia avançada, inovação e educação ambiental voltada para o desenvolvimento e compartilhamento de soluções inovadoras e sustentáveis.

56. Os Ministros enfatizaram que a Inteligência Artificial é fundamental para promover o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento inclusivo em todas as sociedades e, para esse fim, é importante garantir que a IA seja projetada, desenvolvida e utilizada de maneira responsável, segura e ética. Concordaram que a governança global da IA deve mitigar riscos potenciais e atender às necessidades de todos os países, especialmente os do Sul Global. Deve operar sob os marcos regulatórios nacionais e a Carta das Nações Unidas, respeitar a soberania, bem como ser representativa, orientada para o desenvolvimento, acessível, inclusiva, dinâmica, responsiva, fundamentada em proteção de dados pessoais, direitos e interesses da humanidade, segurança, transparência, sustentabilidade e propícia para superar as crescentes desigualdades digitais e de dados, dentro dos e entre os países. Nesse contexto, os Ministros defenderam o reforço da governança internacional da IA por meio do sistema das Nações Unidas, como uma instância internacional totalmente inclusiva e representativa, e incentivaram intercâmbios de políticas e diálogos sobre IA, com vista a estimular a inovação e promover o crescimento econômico.

57. Os Ministros expressaram expectativa de cooperação do BRICS para auxiliar os países em desenvolvimento a fortalecer o desenvolvimento de capacidades em IA. Reafirmaram a Resolução A/RES/78/311 da Assembleia Geral das Nações Unidas – Reforçar a Cooperação Internacional no Desenvolvimento de Capacidades de Inteligência Artificial. Os Ministros também enfatizaram a importância de promover o desenvolvimento em código aberto e a cooperação científica e tecnológica internacional como fatores-chave para a capacitação em pesquisa, desenvolvimento, inovação, proteção de dados, soberania de dados e implementação de IA.

58. Reconhecendo a crescente importância dos dados como impulsionadores de crescimento econômico, criação de empregos, inovação, soberania e desenvolvimento sustentável, os Ministros elogiaram o crescente consenso a respeito do documento sobre Governança da Economia de Dados do BRICS, que visa estabelecer um mapa do caminho sobre futuras áreas de trabalho para explorar pontos em comum e alavancar a economia de dados em todo o BRICS.

59. Os Ministros notaram a crescente relevância da interface entre o desenvolvimento sustentável e as questões de saúde global, reconhecendo simultaneamente que a cooperação internacional em saúde deve ser inclusiva, baseada na equidade e orientada para resultados em benefício de todas as pessoas. Reafirmaram que a arquitetura global de saúde deve ser aberta, inclusiva, baseada em ciência e em evidências, despolitizada e baseada nos princípios de equidade e transparência, igualdade, respeito mútuo, em consonância com os Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas e com o devido respeito à soberania e aos interesses de todos os países. Ressaltaram o papel de liderança da Organização Mundial da Saúde (OMS) como autoridade diretora e coordenadora do trabalho internacional em saúde. Enfatizaram a necessidade de defender e fortalecer a OMS, garantindo que ela permaneça uma instituição robusta, responsiva e financiada de forma sustentável, capaz de efetivamente cumprir seu mandato. Reafirmaram seu compromisso de intensificar esforços em nível nacional para alcançar a cobertura universal de saúde, incluindo a melhoria do acesso equitativo a serviços de saúde essenciais de qualidade e a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. Os Ministros reconheceram que a cooperação do BRICS no combate à tuberculose e à resistência antimicrobiana, bem como no fortalecimento das capacidades na prevenção de doenças transmissíveis e

não transmissíveis, no compartilhamento de experiências sobre outras questões de saúde, inclusive em sistemas de medicina tradicional, e na saúde digital, contribui imensamente para os esforços internacionais relevantes. Concordaram em apoiar a intensificação dos esforços para abordar doenças socialmente determinadas, juntamente com outros desafios de saúde que afetam desproporcionalmente o Sul Global, e tomaram nota do trabalho em andamento sobre o lançamento da Parceria do BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas. Os Ministros saudaram a conclusão da negociação de um acordo sobre pandemias na Organização Mundial da Saúde e aguardam com expectativa a conclusão bem-sucedida da negociação do seu Anexo sobre Acesso a Patógenos e Sistema de Repartição de Benefícios.

60. Os Ministros reafirmaram a importância dos intercâmbios interpessoais do BRICS para aprimorar a compreensão mútua, amizade e cooperação. Reconheceram que os intercâmbios interpessoais desempenham um papel essencial no enriquecimento das sociedades e no desenvolvimento das economias. Nesse sentido, clamaram por maiores esforços para promover o respeito à diversidade de culturas, valorizar a ancestralidade, a inovação e a criatividade, defender conjuntamente intercâmbios e cooperação internacionais robustos entre os povos.

61. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de fortalecer o BRICS por meio de discussões contínuas sobre o desenvolvimento institucional do grupo. Eles enfatizaram a importância de apoiar os países parceiros a participar da cooperação do BRICS de acordo com as Modalidades da Categoria de Países Parceiros do BRICS, adotadas durante a Cúpula do BRICS em Kazan, Rússia. Dada a recente expansão do grupo, eles reconheceram a importância de explorar o potencial da cooperação do BRICS por meio do desenvolvimento institucional. Tomaram nota da necessidade de estabelecer um banco de dados comum do BRICS para facilitar o acesso a documentos relevantes e informações básicas. Ressaltaram sua forte convicção de que a ampliação da parceria do BRICS com EMDCs contribuirá ainda mais para fortalecer o espírito de solidariedade e a verdadeira cooperação internacional para o benefício de todos.

62. Os Ministros expressaram seu total apoio à presidência do BRICS exercida pelo Brasil em 2025, sob o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”. Expressaram seu compromisso de trabalhar juntos para garantir o sucesso da XVII Cúpula do BRICS. Os Ministros aguardam com expectativa a próxima reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS, a ser realizada à margem da 80ª Assembleia Geral da ONU e organizada pela Índia, na qualidade de presidente do BRICS em 2026.

Perspectivas do multilateralismo na era Trump

Santiago Alcazar e Paulo Buss

O que é multilateralismo?

Todos têm uma noção do que é multilateralismo. A *Organização das Nações Unidas*, o exemplo máximo da experiência multilateral, está presente, de alguma maneira ou outra, no dia a dia de pessoas expostas ao que acontece no mundo. Todos têm uma opinião sobre a Organização, mais ou menos informada, mais ou menos acertada, mais ou menos revestida de preconceitos. Por que, então, insistir com uma pergunta para a qual todos já teriam uma resposta? Que necessidade poderia haver em fazer a pergunta?

A crítica é válida. A pergunta em abstrato levaria forçosamente a uma resposta, também abstrata, que não ajudaria a entender por que há hoje um movimento de descrença com o multilateralismo. Nesse contexto, é melhor perguntar o que é multilateralismo para os seus atuais detratores, de que são exemplo grande parte do eleitorado norte-americano que, em tese, apoiaria a saída daquele país da OMS, do Acordo de Paris, do Conselho de Direitos Humanos e da UNRWA, a agência das Nações Unidas de assistência aos refugiados palestinos.

O *Projeto 2025*, que é um documento com recomendações elaborado por conservadores para o Partido Republicano norte-americano, define o multilateralismo da seguinte maneira: “A esquerda woke busca um mundo determinado por tratados globais, por ela redigidos, que lhe conferem poderes ditatoriais sobre todas as nações, sem risco de ter que responder por seus atos”⁵.

Não se trata de contestar a opinião acima, nem de procurar, em contracorrente, defender a importância histórica do multilateralismo. O que importa destacar é que essa interpretação, na atual conjuntura, é a que melhor parece coincidir com a do atual Governo estadunidense. Alguns dizem que Donald Trump se afastou do Projeto 2025 ainda durante a campanha, com vistas a não perder os votos do centro. É possível, mas não deixa de ser curioso que a nova administração tenha nomeado para postos chave do Governo personalidades que tiveram papel importante na elaboração daquele documento⁶.

Acordos multilaterais que pregam a redução da queima de combustíveis fósseis, por exemplo, encontram forte resistência entre eleitores que se encontram no chamado *Rust Belt* (o cinturão enferrujado) e ainda sonham com a volta aos velhos tempos de bonança da poderosa indústria pesada norte-americana que cuspiu fumaça. Desempregados, endividados, vítimas do uso de drogas, sentem-se abandonados e culpam a desindustrialização, o NAFTA, a globalização e a fuga de empregos para terceiros países que têm custos de produção mais vantajosos.

A caracterização do multilateralismo nas linhas propostas pelo Projeto 2025 também encontra simpatizantes entre os magnatas das tecnologias digitais, contrários a qualquer

⁵ Ver páginas 10/11 do documento *Mandate for Leadership: the Conservative Party Promise* em https://static.project2025.org/2025_MandateForLeadership_FULL.pdf

⁶ Ver matéria da BBC sobre o Projeto 2025 em <https://www-bbc-com.translate.goog/news/articles/c977njnvq2do? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc& x tr hist=true>

regulação do mercado para ajustar-se a padrões internacionais, por entenderem que elas elevam custos e impõem taxas injustas.

Em setembro de 2024, no âmbito da 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizou-se a *Cúpula do Futuro*⁷, que adotou o *Pacto para o Futuro*⁸, importante documento que pretende garantir que as instituições internacionais que emanaram da *Carta de São Francisco* possam cumprir as suas funções em um mundo muito diferente daquele para o qual foram criadas. O Pacto para o Futuro tem dois anexos: i) o *Pacto Digital Global*; ii) a *declaração sobre as gerações futuras*.

O *Pacto Digital Global*⁹, instrumento multilateral que pretende lançar as bases para a governança digital global, reconhece que as tecnologias digitais estão transformando o mundo de maneira radical e que tem importante contribuição para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Pacto cobre todos os aspectos das tecnologias digitais, inclusive a Inteligência Artificial, e inclui princípios, valores e leis sobre direitos humanos. Mais importante: o Pacto reconhece que as tecnologias digitais podem facilitar a manipulação da informação, prejudicando indivíduos e sociedades. Por essa razão, compromete todos os Estados a promover a integridade da informação, com vistas a proteger a integridade do processo democrático¹⁰.

As ambições do Pacto Digital Global contrastam com as decisões tomadas por Mark Zuckerberg, dono da Meta, que controla *Facebook* e *Instagram*, entre outras plataformas, no sentido de suspender programa de verificação da informação. A decisão significa que a informação veiculada por Meta pode ser manipulada e usada de maneira a prejudicar indivíduos e a minar o Estado de Direito. Zuckerberg disse que os responsáveis pela checagem eram politicamente comprometidos e acabaram destruindo a confiança ao invés de contribuir para a sua consolidação¹¹.

O Presidente do Conselho de Assesores sobre Ciência e Tecnologia da Casa Branca (Czar para assuntos de Inteligência Artificial), David Sacks, e o Chefe do Escritório de Política Científica e Tecnológica da Casa Branca, Michael Kratsios, são conhecidos opositores de regulamentações no setor digital que, entendem, podem prejudicar os interesses dos EUA na corrida tecnológica contra a China.

Uma área crítica para o desenvolvimento sustentável – leia-se Agenda 2030, Acordo de Paris e o Pacto para o Futuro com seus 2 anexos – é a questão de financiamento. É de conhecimento geral que a atual arquitetura financeira internacional é obsoleta e não atende os desafios do desenvolvimento sustentável. Concebido e desenvolvido por países desenvolvidos para um mundo que renascia das cinzas da Segunda Guerra, o sistema financeiro internacional é ineficiente para abordar mudança climática, inequidades sociais crescentes, avanço das tecnologias digitais, entre outros. Essas e outras questões no mesmo âmbito são tratadas pelo

⁷ <https://brasil.un.org/pt-br/276588-cúpula-do-futuro>

⁸ <https://brasil.un.org/pt-br/279297-nações-unidas-adotam-o-inovador-pacto-para-o-futuro-para-transformar-governança-global>

⁹ <https://www-un-org.translate.google/global-digital-compact/en? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc>

¹⁰ Informação mais abrangente sobre o Pacto Digital Global pode ser acessado em <https://www.un.org/digital-emerging-technologies/global-digital-compact>

¹¹ <https://www.theguardian.com/technology/2025/jan/07/meta-facebook-instagram-threads-mark-zuckerberg-remove-fact-checkers-recommend-political-content>

TF (Grupo de Trabalho) 03 do T20¹², que é um grupo dentro do G-20 e reúne *think tanks* e centros de pesquisa de vários países com o propósito de assessorar o G-20 nas seguintes áreas: i) TF01 - combate às inequidades, pobreza e fome; ii) TF02 - ação climática sustentável e transição energética justa; iii) TF03¹³ - reforma da arquitetura financeira internacional; iv) TF04 - comércio e investimentos para o crescimento sustentável inclusivo; v) TF05 - transformação digital inclusiva; vi) TF06 - fortalecimento do multilateralismo e da governança global.

O Pacto do Futuro, ademais, inclui 6 ações relativas à reforma do sistema financeiro internacional para:

- Ação 47 – abordar hoje os desafios de amanhã;
- Ação 48 – fortalecer a representatividade dos países em desenvolvimento;
- Ação 49 – habilitar a mobilização de recursos adicionais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, responder às necessidades dos países em desenvolvimento e direcionar financiamento a quem mais precisa;
- Ação 50 – permitir aos países em desenvolvimento obter empréstimos para investimento em desenvolvimento de longo prazo;
- Ação 51 – fortalecer a sua capacidade para apoiar de maneira mais eficiente e justa os países em desenvolvimento durante choques sistêmicos;
- Ação 52 – abordar os desafios urgentes da mudança climática

É mais que evidente que as propostas contidas nos TFs e no Pacto para o Futuro divergem dos objetivos anunciados pelo Governo Trump. Ainda que os TFs e o T20 façam parte do universo de assuntos tratados pelo G20, que tem os EUA como um de seus atores principais, o mais provável é que esses temas deixem de avançar enquanto durar a resistência trumpista.

A reforma do sistema financeiro internacional é matéria urgente frente aos desafios crescentes da mudança climática e do desenvolvimento sustentável. Vale lembrar, como o faz o TF03, que “alcançar os ODS na meta fixada de 2030 requer dobrar os gastos anuais em desenvolvimento em US\$ 5,4 trilhões para os países em desenvolvimento. Isso requer ampla estratégia financeira que inclua fundos domésticos e internacionais, públicos e privados, reduzindo a perda de capital e alinhando toda a finança com a sustentabilidade. O sistema financeiro deve apoiar novos caminhos para superar o gap financeiro”.

Não se deve esperar que os EUA, sob as diretrizes do Governo Trump, apoiem essas iniciativas multilaterais. Tampouco o farão com respeito às negociações intergovernamentais previstas na declaração adotada no âmbito do G20 relativa a uma convenção-quadro sobre cooperação tributária internacional¹⁴. Como se sabe, a declaração foi iniciativa do Brasil no G-20. As negociações, entretanto, deverão realizar-se sob os auspícios das Nações Unidas, com a primeira sessão em agosto do corrente ano¹⁵.

A imposição de tarifas a torto e a direito pelo Governo dos EUA constitui a manifestação mais gritante do absoluto desprezo de Donald Trump com o multilateralismo. O órgão responsável para a facilitação do comércio global, a OMC, é acusada por Trump de favorecer ou, ao menos, de não refrear as alegadas práticas injustas da China. A acusação é grave e conduz

¹² <https://www.t20brasil.org>

¹³ https://www.t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF03_Statement_A516672d7bc91ee5.pdf

¹⁴ https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/arquivos/copy3_of_DECLARACAOMINISTERIALPORTUGUES.pdf

¹⁵ <https://financing.desa.un.org/inc>

necessariamente a uma completa falta de confiança com os mecanismos reguladores daquela Organização para ordenar o comércio internacional.

Entre esses mecanismos está o *sistema de solução de controvérsias*¹⁶, desenvolvida em quatro fases: i) consultas; ii) estabelecimento de painel; iii) apelação; iv) implementação. O sistema encontra-se paralisado pela recusa do Governo norte-americano (desde Obama) em aceitar a nomeação de juízes para o órgão de apelação. A paralisação resulta em um vazio jurídico, que retira da OMC a capacidade de retaliar, com sanções, práticas prejudiciais ao comércio mundial. O caso do tarifaço de Trump é um exemplo de prática prejudicial que não está podendo ser contestada na OMC. O resultado deverá ser uma guerra comercial sem quartel de consequências desconhecidas.

Frente à resistência do Governo Trump frente ao multilateralismo, o que esperar do:

- I - Pacto para o Futuro, que implica a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris, que também inclui a questão de financiamento?
- II - Pacto Digital Global?
- III - TF03 e T20?
- IV - Negociações intergovernamentais para o projeto de Convenção-Quadro sobre cooperação tributária internacional?
- V - Tarifaço de Donald Trump?

Mais acima, ao mencionar o Pacto para o Futuro, dissemos que ele pretende que as instituições que emanaram da Carta de São Francisco possam cumprir as suas funções em um mundo muito diferente daquela para a qual foram criadas. De que se trata?

A *Carta de São Francisco* é o instrumento constitutivo da Organização das Nações Unidas (ONU), assinada em 26 de junho de 1945, por 50 países. A Carta estabelece 6 órgãos principais:

- i) Assembleia Geral
- ii) Conselho de Segurança
- iii) Conselho Econômico e Social (ECOSOC)
- iv) Conselho de Tutela, hoje inativo¹⁷
- v) Secretariado
- vi) Corte Internacional de Justiça

O *Sistema Nações Unidas* é constituído pela *ONU e outras entidades e órgãos* que assim formam um universo. Fazem parte *Programas* (PNUD, PMA), *Fundos* (UNICEF, UNFPA); *comissões regionais* (CEPAL) e *funcionais* (Estatística – o Brasil acaba de ser eleito para esta comissão¹⁸); *Departamentos* (Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA); *Escritórios* (Escritórios para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA); *Agências Especializadas* (OIT, OMS, FAO, Grupo Banco Mundial, FMI); *organizações correlatas* (OMC,

¹⁶ <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/comercio-internacional/o-sistema-de-solucao-de-controversias-da-omc>

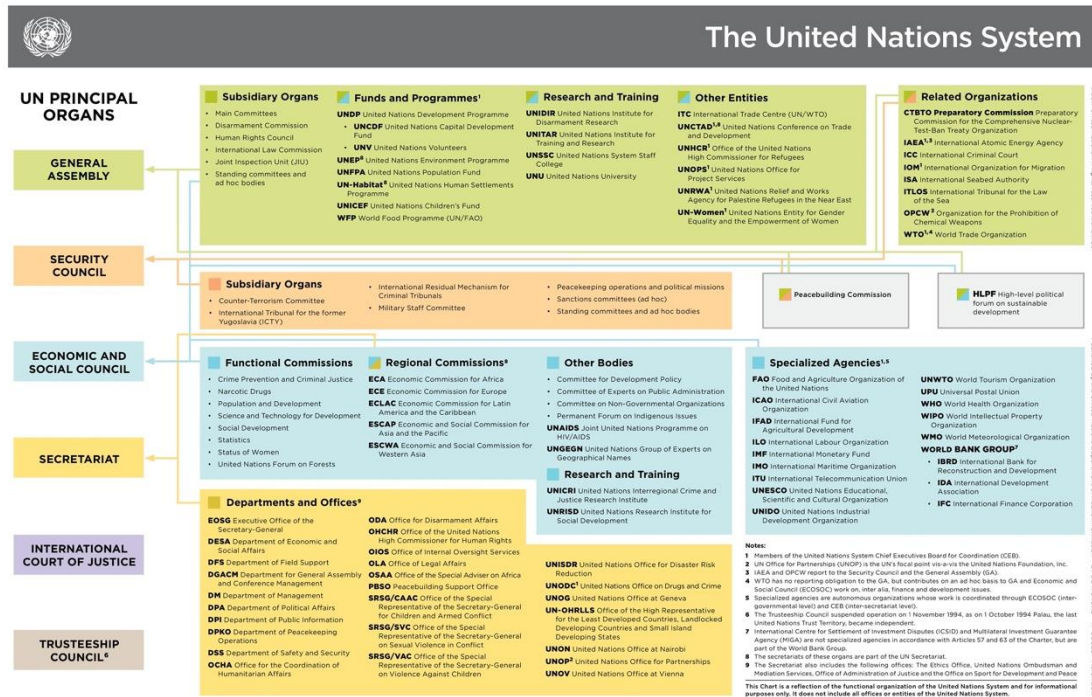
¹⁷ O Conselho de Tutela suspendeu suas operações em 1º de novembro de 1994, um mês após a independência de Palau, o último território sob regime de tutela das Nações Unidas.

¹⁸ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicao-do-brasil-para-a-comissao-de-estatistica-do-ecosoc

AIEA); entidades de ensino e pesquisa (Universidade da ONU e Instituto da ONU para Treinamento e Pesquisa - UNITAR); entidades especializadas (UNCTAD, ACNUR, UNRWA).

Como se pode ver no organograma, o Sistema Nações Unidas é um universo enorme e de grande complexidade.

Organograma do Sistema Nações Unidas



É desafiador ver o conjunto e a complexidade de órgãos, entidades, comissões, fundos e programas, e como tudo se relaciona. Felizmente, toda a essa enorme complexidade repousa em 3 ideias simples, profundamente inter-relacionadas que, não somente sustentam a construção, mas explicam e orientam a sua evolução.

Não é este o lugar para fazer história e tentar reconstituir os passos que levaram os fundadores a proporem aquelas 3 ideias em pleno desenrolar da guerra. É mesmo provável que os fundadores não imaginaram as inúmeras implicações do que estavam propondo.

Para os fundadores, o importante era terminar a guerra e criar, em pleno fragor da batalha, as condições necessárias para evitar a repetição dos horrores da Primeira Guerra Mundial, ainda muito presentes nas consciências. O preâmbulo da Carta de São Francisco explicita de maneira clara essa intenção: *salvar as gerações futuras do flagelo das guerras*.

A Segunda Guerra Mundial foi uma exposição concreta dos povos de países grandes ou pequenos àquilo que se entende como globalização. Homens e mulheres de diferentes raças, etnias, cor, língua, religião, opinião, de diferentes nacionalidades, extração social ou riqueza – constituíram uma comunidade que compartilhou os mesmos medos, as mesmas incertezas, as mesmas esperanças. A noção de comunidade global é o que caracteriza a globalização. O termo hoje enfatiza justamente esse aspecto de comunidades expostas a impactos produzidos por decisões políticas, econômicas, financeiras, sociais e culturais.

Direitos humanos

É nesse contexto de exposição comum de medos, incertezas, esperanças que surge a ideia de *direitos humanos* como uma das condições para salvar as gerações futuras do flagelo das guerras.

A ideia dos direitos humanos está presente na Carta, mas é na Declaração Universal que ela se desenvolve.

O principal obstáculo a impedir o desenvolvimento e a implementação dos direitos humanos é a exigência do reconhecimento e do respeito do outro, independentemente de qualquer caracterização. Essa circunstância é a que alimenta o racismo, a discriminação, a intolerância, a desconfiança, a falta de empatia, os preconceitos, as inequidades.

Se, por um lado, deve-se reconhecer que houve progresso no campo dos direitos humanos, com mais reconhecimento e respeito por parte de amplos segmentos das sociedades em geral, o atual estado do mundo, por outro lado, com as guerras em andamento; o aquecimento global e as suas consequências devastadoras; a fome, a pobreza, as inequidades em aumento; a tragédia dos migrantes – reclamam um aprofundamento daquele reconhecimento e a ampliação do respeito ao ponto de plena aceitação, sem ressalvas.

O drama da ideia dos direitos humanos é essa evolução tortuosa, com avanços promissores e retrocessos penosos, que testemunham da dificuldade de vencer o desafiante obstáculo do reconhecimento e do respeito. Talvez por isso, porque é algo que reclama uma transformação radical do que é ser humano, a ideia dos direitos humanos, no contexto de criação do Sistema Nações Unidas, é algo totalmente novo, revolucionário, inesperado até.

O início do programa das Nações Unidas para levar adiante a ideia dos direitos humanos foram modestos¹⁹. A estrutura multilateral criada para tratar aquela ideia foi, primeiro, a Comissão de Direitos Humanos, criada em 1946 e depois substituída pelo Conselho de Direitos Humanos, em 2006.

Desenvolvimento

A segunda ideia pilar que sustenta o Sistema é a noção de desenvolvimento que, desde a Rio-92, vem qualificada com o adjetivo *sustentável*. O ponto crítico do desenvolvimento é o acesso desimpedido às fontes de financiamento. O modelo de desenvolvimento pode variar segundo as opções políticas locais, mas a necessidade de financiamento é uma constante incontornável. O que caracteriza os países em desenvolvimento é a falta de excedentes de capital. Para corrigir essa deficiência, recorre-se a empréstimos. Se os serviços da dívida forem favoráveis para o desenvolvimento, a questão está resolvida. Se não, a meta do desenvolvimento é postergada e, provavelmente, agravada.

O mapa de caminho de consenso para o desenvolvimento sustentável é a Agenda 2030. O mapa de caminho para combater o aquecimento global é o Acordo de Paris. Como vimos acima, o TF03 estima em US\$ 5.4 trilhões, por ano, o financiamento necessário para alcançar os ODS da Agenda 2030. A COP 29, em Baku, projetou investimentos da ordem de US\$ 1.3 trilhão, por ano, para as ações de adaptação que os países em desenvolvimento têm que realizar para

¹⁹ Ver <https://www.ohchr.org/en/about-us/brief-history-un-human-rights>

cobrir-se dos efeitos do aquecimento global. A soma das 2 necessidades alcançaria aproximadamente US\$ 6.7 trilhões, anuais.

É uma cifra enorme quando comparada ao PIB da maioria dos países. Existe esse dinheiro todo? O PIB mundial é superior a US\$ 100 trilhões. As necessidades para a Agenda 2030 e para a adaptação dos países em desenvolvimento representaria menos de 7% do PIB mundial. Ainda assim, sem a transformação do sistema financeiro internacional, é pouco provável esperar avanços significativos tanto na Agenda 2030, quanto no Acordo de Paris, o que em última instância significaria que estamos a caminho de cometer suicídio. A reforma do sistema financeiro internacional, ademais, depende da formação de um consenso com essa finalidade. A crise do multilateralismo não contribui para a formação de consensos para o bem comum.

O *locus* para avançar com a ideia do desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas é o *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)*, que tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar a implementação da Agenda 2030.

Paz e segurança

A terceira ideia pilar é a da paz e segurança, de responsabilidade do Conselho de Segurança. Pode-se argumentar que a estrutura criada no seio das Nações Unidas para salvar as gerações vindouras do flagelo das guerras cumpriu esse objetivo na Europa. Desde 1945 não há guerra na Europa, com a exceção dos conflitos que provocaram a destruição da antiga Iugoslávia, na década de 1990, e, agora, a guerra na Ucrânia. A consciência europeia não se perturba com as guerras e conflitos em outros quadrantes do mundo. A guerra na Ucrânia, no entanto, desperta medo de que a guerra voltará ao espaço europeu.

As três ideias pilares tomadas juntas exibem uma profunda inter-relação que se retroalimenta: reconhecimento e respeito dos direitos humanos são uma mesma coisa que, por sua vez reclama o desenvolvimento; direitos humanos e desenvolvimento são a única garantia para paz e a segurança; paz e segurança, por sua vez, são essenciais para os direitos humanos e o desenvolvimento. É importante entender que cada ideia pilar implica e é implicada pelas outras duas.

Salvar as gerações futuras do flagelo das guerras viria da plena realização daquelas 3 ideias. É mais que evidente que isso nunca ocorreu. A implementação dos direitos humanos ainda não se realizou em sua totalidade. Essa deficiência talvez explique que a maioria dos países ainda não tenha alcançado o grau de desenvolvido. A falência do desenvolvimento, por sua vez, talvez explique a deficiência na observação dos direitos humanos. Ambas as deficiências talvez expliquem a geografia da maioria das guerras e dos conflitos.

O que é importante observar neste ponto não é tanto a realização das 3 ideias pilares, que talvez somente seja possível em mundo ideal, mas a confiança para tentar levá-las adiante não obstante os obstáculos que se possam interpor. É essa confiança que está na base de qualquer exercício multilateral. Confia-se que, juntos, é possível encontrar uma solução para um problema que afeta a todos. Confia-se que os valores de solidariedade, justiça e equidade são fundamentais para unir e para avançar no encaminhamento de soluções.

Hoje, o maior desafio que enfrenta o multilateralismo é a falta de confiança, ampla, geral e irrestrita. Desconfia-se da correção da informação; duvida-se do que é apresentado como verdade; prefere-se a via extremista, rápida, mas impensada, à lenta e trabalhosa construção de

soluções de bom senso; desliza-se com facilidade para a intolerância, que abre caminho para o ódio e a violência;

Acima, no começo perguntou-se o que multilateralismo e respondeu-se com uma definição que seria aceita por amplos segmentos da sociedade norte-americana. A questão é perguntar se a mesma definição não seria aceita também em outros quadrantes.

Recentemente, o Secretário-Geral da OTAN, Mark Rutte, disse em entrevista à plataforma de notícias *Político: Nós (membros da OTAN) vamos ter que priorizar a defesa sobre outras coisas*²⁰. As outras coisas, displicentemente mencionadas pelo Secretário-Geral, constituem todo o horizonte de proteção social que inclui, entre outros, o pagamento de aposentadorias, a cobertura de saúde, os subsídios para a educação pública, o seguro-desemprego, o vale transporte, o auxílio para moradia. O invejável sistema de proteção social é um dos fatores que explicam a atração que a Europa exerce junto a não-europeus. Estima-se que 25% do PIB é destinado a financiar esse sistema, enquanto apenas 1,9% iriam para a defesa. Mark Rutte quer alterar essa relação em favor da defesa²¹.

É extraordinário como o SG de uma organização internacional de defesa possa emitir, publicamente, opinião sobre como devem ser utilizados os recursos provenientes dos PIBs dos países membros. O SG, é preciso esclarecer, é um funcionário público, eleito por seus pares no âmbito do Conselho do Atlântico Norte, a máxima instância política da Organização. Mark Rutte não apenas propõe a liquidação do estado de bem-estar social europeu, mas sinaliza que o gasto com defesa é prioritário vis-à-vis investimentos sociais. No plano multilateral, a nova priorização levaria a sacrificar a Agenda 2030, o Pacto para o Futuro, a mitigação e a adaptação do Acordo de Paris.

As palavras de Mark Rutte, que parecem expressar opinião de importantes segmentos da sociedade europeia, podem significar também que a UE não contribuiria para cobrir o buraco financeiro que resultará da saída dos EUA da OMS. A decisão do Governo Trump de deixar aquela Organização implica que o seu orçamento sofrerá um corte de US\$ 1.2 bilhão. Pensou-se que a UE e BRICS poderiam unir-se para cobrir esse valor. Com a nova priorização, o mais provável é que a UE se abstenha de socorrer a OMS.

A guerra na Ucrânia, como se disse acima, desperta o temor que ela se espalhe por todo o espaço europeu. Donald Trump e de Peter Segseth, o Secretário de Defesa, afirmaram que Kiev perdeu de maneira definitiva os territórios atualmente ocupados pela Rússia. Essas afirmações representam a retirada do apoio norte-americano a Kiev. O buraco financeiro deixado deverá ser preenchido pela UE, se ela de fato quiser recuperar todos os territórios ocupados. De novo as palavras de Mark Rutte são claras: *Teremos que acabar (essa guerra) de maneira que Putin não capture um quilômetro quadrado da Ucrânia*²². Em realidade, Rutte poderia ter agregado que Putin não capture um quilômetro quadrado da Europa Ocidental. A pergunta que se deve fazer é esta: o que aconteceria se o medo ao Putin for infundado? O que aconteceria se descobrissem que Putin nem quer, nem pode, invadir Sevilha? Continuariam a priorizar a defesa sobre o social? O que explica o temor ao lobo mau que ronda por aí?

²⁰ <https://www.politico.eu/article/mark-rutte-nato-defense-spending-target-considerably-more-3-percent-munich-security-conference/>

²¹ <https://www.weforum.org/stories/2025/02/can-europe-fundamentally-reshape-its-economies-to-focus-on-defence/>

²² Ver 17.

Como devem interpretar as palavras de Mark Rutte os diplomatas em Nova York que trabalham para o êxito da Agenda 2030 e do Pacto para o Futuro? Muitos recordarão a magnífica intervenção do Ministro de Assuntos Exteriores da França, Dominique de Villepin, em sessão do Conselho de Segurança, em fevereiro de 2003, com vistas a evitar a guerra contra o Iraque²³. Villepin referiu-se às Nações Unidas como um templo que deve ser resguardado contra os ataques dos que pregavam, e pregam, a sua destruição. Villepin falou em nome da França, mas muitos dos presentes saudaram a sua intervenção em defesa do multilateralismo com a inédita manifestação de aplauso na sala onde se reúne o Conselho de Segurança.

O que é multilateralismo? O que é governança global?

O Secretário Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, não parece muito otimista com o multilateralismo na atual conjuntura. Com efeito, em 14 de fevereiro de 2024, fez intervenção na Conferência de Munique sobre Segurança, na qual fez duas afirmações surpreendentes²⁴: *A ordem global não está funcionando para todos. Em realidade, ela não atende ninguém*

A ordem global mais parece, em realidade, uma desordem global. Execução de políticas que ignoram decisões alcançadas no âmbito das Nações Unidas, como a ocupação dos territórios da Palestina por Israel, ou que promovem, com total impunidade, genocídio a céu aberto. A busca da verdade é substituída pela relativização que anuncia que cada um tem a sua própria verdade. *Fakes* ganham terreno sobre fatos e, na desinformação absoluta, no mundo que prometia acesso à informação para todos, nada é verdade e nada é mentira. Talvez por isso a impunidade, que arrasta a suspeição e a desconfiança. Nada mais é previsível. A credibilidade saiu, foi por aí e não deixou endereço.

O fim da União Soviética marcou o começo do mundo unipolar, dominado pela hegemonia indiscutível dos EUA. O que ocorre agora é a transição para um mundo multipolar. A transição provoca uma crise. As instituições, que funcionavam a contento no mundo unipolar, parecem ineficientes e fracas e reclamam uma transformação, ou um novo começo. Em artigo publicado no *Caderno Cris/Fiocruz 6 (2 a 15 de abril de 2025)*, Jeffrey Sachs recorda o célebre diagnóstico Antonio Gramsci sobre a crise de autoridade nos tempos de mudança profunda: *a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer*.

O Sistema das Nações Unidas que nasceu das cinzas da Segunda Guerra, receita de consenso para a construção de um mundo melhor, está morrendo, esfacelado por forças que se opõem com violência. Forças de conservação se chocam com forças inexoráveis de mudança. O velho irá morrer, mais ainda não se sabe o que trará o novo.

A saída dos EUA da OMS, do Acordo de Paris e do Pacto para o Futuro, que incluem uma plethora de compromissos multilaterais, assustam e causam incertezas, assim como o anúncio de tomar a Groenlândia, com uso de força se necessário; tornar o Canadá o 51º Estado; invadir o Panamá; impor tarifas a torto e a direito – talvez sejam exageros retóricos em sintonia com a imagem, de grande apelo popular, de um novo Xerife na cidade. No plano externo, esses exageros preocupam pelo elevado grau de incerteza que trazem à chamada ordem internacional, construída e defendida com valores caros à cultura ocidental – respeito à lei e à ordem, à justiça, à democracia. A preocupação torna-se alarmante ao observar que toda essa

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=jaiEPgTDiq8>

²⁴ <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2024-02-16/secretary-generals-remarks-the-munich-security-conference-growing-the-pie-global-order-works-for-everyone%C2%A0>

desordem é promovida pelo, até pouco, campeão daqueles valores. Por isso, talvez a imagem que melhor descreve a situação não seja a do Xerife que quer impor ordem, mas a do bandido que lucra na desordem. O certo é que a credibilidade dos EUA, que entre outras coisas sustenta o valor da moeda, o dólar, está em baixa.

A credibilidade, ao contrário das ações de mercado, que podem baixar um dia e no outro serem negociados nas alturas, uma vez perdida custaria uma enormidade para ser resgatada. Ainda assim, não há garantia que se deposite confiança em algo que foi pisoteado pelo próprio detentor desse valor.

A democracia e os valores a ela associados serão prejudicados. O velho está morrendo e o novo ainda tardará para surgir. O que será do multilateralismo? Ninguém sabe, mas nestes tempos de incerteza e caos há sinais de resistência às ações bandidas que nada respeitam. Há forças novas, ainda incipientes que contestam o trumpismo e as suas variantes. São elas, essas novas forças, que irão definir o mundo de amanhã. É ainda possível que essas forças novas moldem um futuro mais promissor, como aquele do Pacto para o Futuro.

O legado que nos deixou Francisco:
Laudato Si* movida pelo sopro de *Fratelli Tutti

Santiago Alcázar e Paulo Buss

13 de março, de 2013. As primeiras imagens davam conta de um homem simples, simpático até, e frágil. Não vestia com pompa e a batina branca sugeria improvisação ante a grandeza do momento. Fugia do cânon. Era um bom sinal.

No dia seguinte, os jornais traziam notícias de que aquele homem vinha do fim do mundo, como ele mesmo dissera, imagem com inegável graça, ainda que carregada de possíveis equívocos. Para aquele homem, o fim do mundo era aquele deixado à beira do caminho, como um traste, que tinha que ser atendido com cuidados e desvelos, *como num hospital de campanha*. Poucos terão percebido que naquela imagem usada pelo novo Papa encerrava-se a disposição de deslocar o centro de gravidade do cristianismo para a periferia, longe do velho mundo rico. Como um revolucionário.

Adotara o nome de Francisco, escolha singular pois, curiosamente, a nenhum de seus antecessores ocorrera compartilhar aquela designação com o *poverino*, *a luz que brilhou sobre o mundo*, como dizia Dante.

Tinha-se a impressão de promessas renunciando a primavera. Era preciso aguardar, no entanto, como sempre. Como há tantos anos.



Os dias foram passando. Os dizeres e as ações, estampadas uma na outra, dissipavam as dúvidas que ainda resistiam. Mas não tardou para que também estas, uma a uma, fossem caindo, deixando a sensação de que desta vez o diálogo com o mundo, com toda a sua riqueza e complexidade, seria retomado.

O Concílio Vaticano II havia iniciado esse diálogo. Abrir-se para o ecumenismo; lançar as bases para a cooperação; reconhecer a unidade na diversidade; respeitar as diferenças; simplificar a liturgia; torná-la compreensível no idioma comum dos fiéis; ressaltar a mensagem do Cristo na opção preferencial pelos pobres, como vinham fazendo padres da chamada Teologia da Libertação, muitos deles desacreditados primeiro, depois ameaçados, mais tarde presos, torturados, assassinados.

Os regimes de exceção, então em vigor em vários países da sofrida América Latina, dirigiram as fúrias contra todo aquele que poderia ser visto como ameaça contra o regime, a

tradição, os costumes, a propriedade. Tudo era feito e justificado em nome da proteção e segurança do país, ante a ameaça de uma possível revolução comunista. Em algumas ocasiões as torturas e assassinatos eram do conhecimento da cúria. Às vezes perpetrados em centros de detenção defronte de igrejas e catedrais, para marcar posição ou para lançar um insolente desafio.

- A Igreja tem que cuidar das almas, como sempre o fez, e não se imiscuir em política, como esses padres de passeata, que tanto desgosto trazem para os católicos de domingo, acomodados e acostumados ao cristianismo sem Cristo. O regime, a tradição e os costumes assim esperam.

À opção preferencial pelos pobres seguiu a opção preferencial anticomunista extremada, acionando o código canônico mais vezes que a misericórdia. Opção estranha, alienada, centrada na Europa, distante das tragédias diárias provocadas pela exclusão. A esta, seguiu a opção preferencial pela teologia, fechada, surda à realidade que batia à porta. É nesse contexto de esperas angustiantes que surge Francisco, a luz na escuridão das opções desencontradas do amor. Era preciso voltar, retomar, recomeçar. O caminho escolhido seria o de Francisco de Assis, que entendeu, antes que todos, como tudo está ligado.

Logo de partida, após o Sínodo dos Bispos, o primeiro de seu pontificado, realizado em Roma (outubro de 2012), Francisco emite, em 24 novembro de 2013, sua Exortação Apostólica '*Evangelii Gaudium*'²⁵, uma espécie de 'programa de governo' do seu pontificado.

A exortação tem mais de 200 páginas e está dividida em cinco capítulos, além da introdução. Adianta o que queria implementar Francisco sobre a doutrina e reformas da Igreja, sobre as novas formas de agir e de pregar (e viver) os Evangelhos e do diálogo inter-religioso. Mas também se posiciona sobre o que nos interessa destacar de sua visão político-ideológica de mundo e sociedade: sua visão das políticas sociais e econômicas, do multilateralismo, do meio ambiente, dos direitos humanos, da justiça social, do papel da mulher, do capitalismo e suas opções a ele.

No documento, critica o consumo da sociedade capitalista, acusa o sistema econômico dominante de ser injusto, baseado na *tiranía do mercado*, e aponta como males a serem enfrentados a especulação financeira, a corrupção generalizada e a evasão fiscal.

Diz o ditado que somos tão fortes quanto o elo mais fraco da corrente que nos une. O cântico de louvor ao Senhor é prova daquele profundo entendimento. Mergulhados na pós-modernidade da globalização, nos damos conta de que somos todos coparticipantes do empreendimento colossal de ligar tudo; ligar todos; ligar todos a tudo.

E nesse contexto de visão holística que deve ser interpretada a leitura da encíclica *Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum*²⁶. Choram os abandonados. Chora a Mãe Terra. Tudo o que a ela fazemos, a nós fazemos. As decisões políticas, econômicas e financeiras não são abstrações que podem ser levadas adiante sem considerar os impactos que podem produzir, sobretudo sobre os mais desvalidos.

²⁵ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

²⁶ https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

Em abril de 2007, um grupo de sete ministros de negócios estrangeiros adotou, em Oslo, a *Declaração Saúde Global e Política Exterior: um tema urgente de nossa época*²⁷. Na mesma, decidem propor que o impacto à saúde seja o ponto de partida e a lente definidora pela qual devem ser examinadas as políticas e as estratégias de desenvolvimento. O impacto sobre a saúde, entendida no sentido conferido pelos seus determinantes sociais, incluiu em realidade todas as políticas, tanto as do plano interno, quanto as do plano externo. A proposta dos ministros aponta na direção holística dos dois Franciscos. Não é pouca coisa, mas a proposta ficou no ar, sozinha, como a esperar um apoio que nunca veio.

Ao examinar o que acontece com a nossa casa comum, transformada em montanhas de lixo que degradam o ser humano e o meio ambiente, Francisco deteve-se sobre as reações dos governos: *preocupa a fraqueza da reação política internacional. A submissão da política à tecnologia e à finança demonstra-se no fracasso das cimeiras sobre meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse econômico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projetos*²⁸.

- Padre de passeata.

A subordinação da política é grave. Mina a base da democracia. O eleitor vota em seu candidato. Este ganha e, em tese, se torna representante do eleitor. A subordinação da política, contudo, altera essa relação, para fazer do eleito um representante de magnatas das tecnologias digitais ou de financiadores de projetos contrários ao bem comum. Quem permitiu aquela subordinação? Os próprios políticos, ao abraçarem as teses do neoliberalismo, que é um termo técnico para dizer capitalismo sem bridas. Liberar. Hipotecar. Ceder. Subordinar-se. Fraqueza da reação é eufemismo.

A reação tibia já se observara no fracasso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que propunha erradicar a fome e a pobreza extrema até 2015. Em outubro daquele ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por consenso resolução intitulada *Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*²⁹. A proposta, mais ambiciosa que aquela primeira, estende por mais 15 anos o projeto de erradicar a fome e a pobreza extrema e inclui outros 16 objetivos de desenvolvimento sustentável. A resposta até agora, a julgar pelos relatórios sobre implementação, faria arquear algumas sobancelhas. Apenas uma pequena porcentagem das 169 metas estaria a caminho de ser cumprida até a data limite de 2030. As demais, a maioria, estão paralisadas, em retrocesso ou com avanços tímidos e insuficientes. Num mundo de 8 bilhões de pessoas, estima-se que a metade tenha sido largada pelas resistências encontradas para implementar o projeto de desenvolvimento sustentável, que tinha como lema não deixar ninguém para trás. A ironia não poderia ter sido maior.

A *Laudato Si* é uma chamada à ação frente aos desafios do desenvolvimento sustentável, como a que se pode ler na *Declaração do Milênio*³⁰, na resolução '*Transformando o Nosso Mundo*', na proposta *Saúde Global e Política Exterior* ou na ambiciosa *Agenda 21*³¹. Todos esses

²⁷ [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(07\)61008-3/references](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(07)61008-3/references)

²⁸ Laudato Si par. 53 e 54

²⁹

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

³⁰ <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio>

³¹ <https://sdgs.un.org/publications/agenda21>

Mas Francisco, sendo Francisco, pede mais, porque sabe por onde entram e saem as recomendações, por mais balizadas no bom senso. Francisco pede a profunda transformação do homem que o leve a amar ao outro como a si mesmo e a proteger o meio ambiente como a sua casa. Nesse espírito recorda a pergunta dos bispos da Nova Zelândia: *que sentido pode ter o mandamento “não matarás” quando vinte por cento da população mundial consome recursos numa quantidade tal que rouba às nações pobres, e às gerações futuras, o que precisam para sobreviver*³³?

Pouco depois de assumir como Papa, em julho de 2013, no avião que o levou de volta à Itália, depois de participar da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, Francisco conversou com jornalistas. Como é costume nessas ocasiões, submeteu-se a rodada de perguntas. Uma delas, sobre a questão gay. Francisco, inclinou a cabeça, indagando-se. Quatro, cinco segundos e então perguntou, como a si mesmo: *se uma pessoa é gay, quem sou eu para julgá-la?* Surpresa. Choque. Algumas mentes finas terão percebido que a abertura não poderia limitar-se a um grupo específico, mas teria que incluir a todos, inclusive àqueles que a Igreja havia deixados para trás, como trastes: ateus, agnósticos, divorciados, pecadores. Abrir-se a todos, sem julgamento, sem condenação, sem exceção. Acolhe-los e cuidá-los com desvelo, como pacientes de um *hospital de campanha*.

Declararam guerra. Acusaram-no de farsante, de desconhecer os cânones e dogmas – estreitos, sufocantes, cheios de vazios insuportáveis, incapazes de explicar o assassinato, muito antes, daquele que acolheu a todos sem perguntar.

- Os que estão na Igreja voltam-se contra o pastor. Os que estão fora o acolhem. Algo está errado.

³³ Laudato Si par. 95

Em outubro de 2020, em plena pandemia da Covid-19, Francisco ofereceu a encíclica *Fratelli Tutti*³⁴, inspirada nas exortações do *poverello* de Assis. A pandemia, que hoje não mais assusta, manteve em suspenso o mundo. Avenidas e ruas vazias. Notícias assustadoras sobre crescente número de mortes. Medo. Pânico do outro, que poderia passar a doença. Protocolos de distanciamento, de uso de máscaras e higienização das mãos. Informação contestada. Desinformação. *Fake news*. Incerteza. Ninguém sabia o que fazer. Ninguém estava preparado para a pandemia. Faziam-se necessários gestos de solidariedade e de fraternidade.

Em setembro de 2021, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, referiu-se à inequidade na distribuição de vacinas em plena pandemia da Covid-19. *Enquanto a maioria dos países mais ricos vacinaram as suas respectivas populações com duas doses, 90% da população da África aguardava ainda a primeira dose. Esse fato é uma acusação contra o estado do mundo. É uma obscenidade. Fomos aprovados em ciência, mas reprovados em ética*³⁵.

A falta de ética, que saltou aos olhos na distribuição de vacinas, não é a mesma que responde pela fraqueza da reação internacional com respeito à mudança de clima, a perda da biodiversidade, o aquecimento global, a fome, a pobreza, as inequidades, a injustiça do sistema financeiro internacional? A falta de ética a que se refere o Secretário-Geral, não é por acaso a falta de solidariedade? Até onde pode ir a solidariedade, que é uma espécie de projeto social que busca a igualdade entre os desiguais? E se a falta de ética é a falta de solidariedade, não é preciso além? Além da solidariedade, para a fraternidade? *Fratelli Tutti* é essa proposta singular

Ninguém respondeu ao Secretário-Geral, talvez por não se sentir aludido. A solidariedade teria sido suficiente? Mas, o que a move?

Hoje estamos tomando uma decisão de importância histórica. Decidimos criar um mundo melhor para todos, incluindo os milhões a que foram negadas a chance de viver vida decente, digna, gratificante e de poder desenvolver as suas potencialidades. Podemos ser a primeira geração a ter êxito na eliminação da pobreza, mas também podemos ser a última que pode salvar o planeta.

*“Nós, os povos”, são as famosas palavras iniciais da Carta das Nações Unidas. “Nós, os povos” estamos embarcando hoje a caminho de 2030. A nossa jornada envolve governos, parlamentos, o Sistema Nações Unidas, instituições internacionais, autoridades locais, povos originários, sociedade civil, empresários e setor privado, comunidade científica e acadêmica – todo mundo*³⁶.

Francisco nos deixou um legado enorme. Os desafios estão lançados. “Nós, os povos” expressa a fraternidade que não conhece fronteiras, que não se detém para pesar a farinha ou para medir o risco. Fraternidade entre pessoas. Fraternidade política, entre nações. Erradicar a pobreza, salvar o planeta. É possível isso? Sim, mas é preciso ir além. *Laudato Si* movida pelo sopro de *Fratelli Tutti*.

³⁴ Ver: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

³⁵ <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2021-09-21/address-the-76th-session-of-general-assembly>

³⁶ A/Res/70 acima, par. 50 e 52

Habemus Acordo Pandêmico

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Após intensas negociações, o Acordo Pandêmico teve suas discussões finalizadas em 15 de abril de 2025, com a adesão de 191 países, excetuando-se Argentina e EUA. O tratado visa fortalecer a resposta a emergências sanitárias, destacando a equidade no acesso a vacinas e terapias, a produção local e a implementação de conceitos como “uma só saúde”. Apesar de avanços significativos, o acordo sofre críticas por falta de mecanismos garantidores e limitações no compartilhamento de tecnologias. Seu sucesso dependerá da vontade política dos Estados. Diante dos desafios orçamentários, a OMS apresentou na última semana uma nova estrutura, que busca otimizar a eficiência frente a desafios financeiros e geopolíticos, priorizando funções essenciais. Para isso, a OMS reduzirá suas divisões de 10 para 4 e reorganizará suas atividades, transferindo responsabilidades para os escritórios regionais. Apesar da ênfase em eficiência, surgem preocupações sobre a capacidade de resposta da organização, especialmente em países em desenvolvimento.

Palavras-chave: INB, Acordo Pandêmico, OMS

Abstract. After intense negotiations, the Pandemic Agreement was finalized on April 15, 2025, with the alignment of 191 countries, excluding Argentina and the United States. The treaty aims to strengthen the response to health emergencies, highlighting equity in access to vaccines and therapies, local production, and the implementation of concepts such as “one health.” Despite significant progress, the agreement has been criticized for lacking guaranteed mechanisms and limitations in technology and benefit sharing. Its success will depend on the political will of States. Faced with budgetary challenges, the WHO presented a new structure last week, which seeks to optimize efficiency in the face of financial and geopolitical challenges, prioritizing essential functions. To this end, the WHO will reduce its divisions from 10 to 4 and reorganize its activities, transferring responsibilities to regional offices. Despite the emphasis on efficiency, concerns arise about the organization's response capacity, especially in developing countries.

Keywords: INB, Pandemic Agreement

Finalmente, o acordo pandêmico

Após mais de três anos de intensas negociações, ajustes e compromissos — permeados por tensões, avanços e retrocessos —, na madrugada do último 15 de abril foi finalmente concluído o texto do Acordo Pandêmico, alcançando-se o esperado “[texto em verde](#)”(1), sinal de consenso entre os Estados-membros negociadores. Em nossas contribuições ao Caderno CRIS, ao longo desse extenso processo, acompanhamos os caminhos, as disputas e os dilemas que culminaram no que temos hoje. O Acordo Pandêmico está longe do ideal e da ambição

inicialmente desejada, mas representa, dentro da atual dinâmica geopolítica global, um feito relevante — e isso, por si só, já é muito.

Com o consenso de 192 Estados-membros, à exceção de Argentina e Estados Unidos da América, o acordo será submetido à aprovação formal na 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que se inicia em 19 de maio de 2025. Para tal, o acordo será submetido a procedimento escrito de silêncio para confirmação do texto, após revisão jurídica realizada pelo secretariado da OMS, e o projeto de resolução será negociado pelos Estados Membros em consultas informais prévias à AMS.

Em um marco histórico para a governança da saúde global, o Acordo Pandêmico busca fortalecer a prevenção, preparação e resposta a futuras emergências sanitárias, respondendo às profundas falhas expostas pela pandemia de covid-19. O texto de 32 páginas resulta das tratativas intensas e por vezes divisivas, realizadas em Genebra, em meio a um contexto de crescente instabilidade geopolítica e desinformação.

O Acordo Pandêmico consolida uma série de compromissos importantes, muitos dos quais refletem demandas históricas dos países em desenvolvimento e do Sul Global. Dentre os avanços mais relevantes estão:

- Fortalecimento dos sistemas de saúde e da força de trabalho em saúde, reconhecendo a necessidade de resiliência diante de futuras emergências;
- Implementação do princípio "Uma Só Saúde" (One Health), estabelecendo vínculos entre a saúde humana, animal e ambiental como pilar da vigilância e prevenção de doenças;
- Diversificação e fortalecimento das cadeias de suprimentos, inclusive com o inédito monitoramento pela OMS da produção global de equipamentos de proteção individual (EPIs);
- Acesso equitativo a vacinas, terapias, diagnósticos e outras tecnologias em saúde, com ênfase no fortalecimento da capacidade de produção local;
- Criação do Mecanismo de Coordenação Financeira, destinado a identificar e mobilizar recursos para apoiar a implementação, especialmente nos países em desenvolvimento;
- Estabelecimento do Mecanismo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), que prevê a oferta à OMS de 10% de testes, vacinas e tratamentos de forma gratuita e mais 10% a preços acessíveis, em futuras emergências pandêmicas;
- Compromisso de que produtos desenvolvidos com financiamento público sejam distribuídos de forma equitativa, buscando evitar a repetição da escassez enfrentada por populações de baixa renda durante a pandemia de covid-19.

Esses pontos, pela primeira vez em instrumentos jurídicos internacionais, articulam a preparação para pandemias a temas centrais como equidade em saúde, produção local, pesquisa e desenvolvimento e proteção dos trabalhadores de saúde.

Apesar da relevância dos avanços, o entusiasmo foi, em muitos momentos, contido, especialmente por representantes de países de baixa e média renda. Observadores críticos apontam que o tratado, embora legalmente vinculante, carece de instrumentos de *enforcement* efetivo: assim como ocorre com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), o descumprimento

das obrigações poderá não acarretar sanções práticas. A eficácia do acordo dependerá, portanto, da vontade política dos Estados Partes.

O texto também sofreu diluições importantes durante o processo de negociação. Exemplo disso é o tratamento dado ao compartilhamento de tecnologias em tempos de crise sanitária: diante da forte oposição de países de alta renda e da indústria farmacêutica, as disposições finais falam em compartilhamento "quando mutuamente acordado", removendo qualquer obrigação concreta de transferir conhecimento e tecnologias críticas.

Outro ponto sensível é o alcance do Mecanismo PABS: embora a previsão de 20% de produtos reservados à OMS seja um avanço, ainda restam dúvidas sobre a operacionalização, financiamento e eficácia desse mecanismo na prática. Modelagens preliminares indicam que esse percentual permitiria a vacinação completa (com uma dose) das populações de países de baixa renda em até 19 meses — um intervalo ainda preocupante diante da dinâmica de patógenos de alta transmissibilidade, conforme apontado por este [estudo](#) (2) publicado em novembro de 2024.

Além disso, temas como mudanças climáticas, desastres naturais e crises humanitárias — que impactam diretamente a capacidade de resposta a pandemias — foram tratados de forma periférica. Da mesma forma, compromissos mais robustos com a cobertura universal de saúde e com a regulamentação do setor farmacêutico foram suavizados nas versões finais.

As negociações foram marcadas por tensões estruturais entre países do Norte e do Sul Global. O debate sobre o acesso a tecnologias de saúde evidenciou a persistente assimetria de poder: enquanto países desenvolvidos enfatizavam a proteção da propriedade intelectual e a flexibilidade nas transferências de tecnologia, países em desenvolvimento insistiam em medidas obrigatórias para garantir acesso equitativo.

A criação do mecanismo de compartilhamento de benefícios sobre patógenos também gerou controvérsias, especialmente em torno da soberania dos Estados sobre seus recursos biológicos. A necessidade de equilibrar o compartilhamento rápido de informações para proteger a saúde pública com a justa distribuição dos benefícios derivados do uso de patógenos foi uma tensão permanente.

Outro ponto crítico foi a governança do acordo: propostas iniciais que previam a criação de um mecanismo de monitoramento independente foram abandonadas em favor de estruturas mais leves de facilitação e monitoramento, sem poder de sanção.

Apesar de suas limitações, o Acordo Pandêmico reafirma a relevância do multilateralismo na governança da saúde global. Em tempos de nacionalismo crescente, de campanhas de desinformação e de fragilização de instituições multilaterais, a conclusão do tratado é um feito diplomático significativo.

A negociação demonstra que, mesmo em um ambiente internacional adverso, é possível construir consensos em torno de princípios como solidariedade, equidade e cooperação internacional. O processo também conferiu novo protagonismo à OMS como fórum legítimo para a construção de respostas coletivas a ameaças globais.

O Brasil teve atuação destacada nas negociações, participando ativamente como representante da região das Américas na mesa diretora dos trabalhos, através do embaixador Tovar Nunes. A posição brasileira reafirmou o compromisso histórico do país com o multilateralismo, a equidade em saúde e a promoção da solidariedade entre as nações.

O governo brasileiro saudou a conclusão exitosa do acordo, destacando pontos de interesse nacional e regional, como o fortalecimento de capacidades de vigilância, a promoção do conceito "Uma Só Saúde", a valorização da produção local de vacinas e medicamentos, a proteção dos trabalhadores de saúde e o compartilhamento de benefícios. Para o Brasil, o Acordo representa uma oportunidade estratégica de fortalecer suas políticas de inovação em saúde, ampliar a capacidade de produção nacional e reposicionar-se como ator relevante no campo da diplomacia sanitária global.

Na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, prevista para adoção formal do tratado, a expectativa é de que o Brasil reforce seu apoio ao instrumento e, internamente, avance na preparação para a sua ratificação e implementação. O sucesso dessa agenda dependerá, entretanto, da capacidade de traduzir os compromissos internacionais em políticas públicas concretas e de assegurar a sustentabilidade do financiamento necessário para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) em futuras emergências.

O Acordo Pandêmico marca um novo capítulo na resposta global a emergências de saúde pública, lançando bases importantes para uma preparação mais equitativa e coordenada. No entanto, seu impacto dependerá da vontade política dos Estados e da mobilização da sociedade civil para exigir a implementação efetiva de seus princípios. Em última instância, a pandemia de covid-19 ensinou que acordos assinados em papel só se traduzem em vidas salvas quando transformados em ação concreta e solidária.

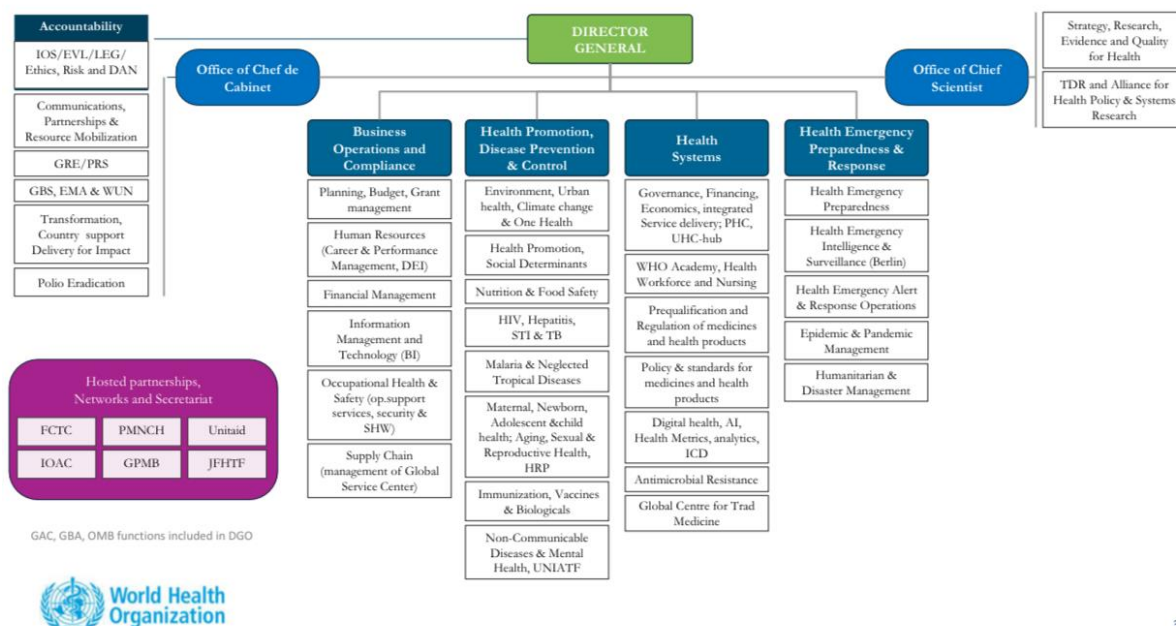
Diante dos cortes, nova estrutura para a OMS

A reunião de alinhamento estratégico e orçamento programático da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em 22 de abril de 2025, abordou os desafios e prioridades para o período de 2026–2027. O foco principal foi a promoção de equidade e resiliência num mundo turbulento, preservando o mandato central da organização e adaptando as suas formas de trabalho para melhorar a eficiência e eficácia. A OMS reafirmou o seu compromisso com funções essenciais, como fornecer orientação normativa, monitorar doenças, preparar-se e responder a emergências de saúde, enquanto busca evoluir as suas operações para atender melhor às necessidades dos países.

Para alcançar esses objetivos, a OMS adotou uma estrutura de priorização baseada nos objetivos do GPW14 (14º Plano Geral de Trabalho), classificando as suas entregas em três categorias: essencial (P1); importante, mas passível de redução ou adiamento (P2); e aquelas que podem ser descontinuadas (P3). Essa abordagem permitiu identificar áreas prioritárias que devem ser preservadas, como liderança global, produção de bens públicos essenciais e capacidade de resposta a emergências, enquanto outras áreas, como iniciativas não essenciais e produtos técnicos duplicados, serão reduzidas ou descontinuadas.

Essa proposta apresenta mudanças significativas no formato e funcionamento da agência, reduzindo suas divisões de 10 para apenas quatro. Essa reestruturação visa otimizar a eficiência da organização em um cenário global cada vez mais complexo, ao mesmo tempo que enfrenta desafios financeiros e políticos. A reformulação reflete uma tentativa de conciliar necessidades de inovação com a realidade de limitações orçamentárias, além de um contexto geopolítico desafiador, especialmente com o afastamento dos Estados Unidos da OMS e o crescente nacionalismo que tem moldado as negociações multilaterais.

O novo plano de organização propõe que a OMS seja composta por quatro divisões principais, além de duas entidades separadas – o Escritório do Cientista-Chefe e o Escritório de Relações Externas. Essa redução drástica visa tornar a estrutura mais ágil e menos dispersa, facilitando a implementação de políticas e programas. A reestruturação mantém, ainda, 34 departamentos, um número consideravelmente menor que os quase 60 atuais.



Fonte: Apresentação OMS - WHO strategic alignment -Member States briefing, 22 de abril de 2025

Em relação à divisão de responsabilidades entre a sede em Genebra e os escritórios regionais, a proposta evidencia a necessidade de alinhar melhor as funções, eliminando sobreposições e fragmentações. Em muitos casos, haverá uma transferência de responsabilidades para os escritórios regionais, de modo a garantir que as funções essenciais sejam mantidas na sede, enquanto os esforços locais sejam fortalecidos.

A OMS também tem dado ênfase ao papel das regiões, com foco na colaboração mais estreita com os países, especialmente os de baixa e média renda). Essa colaboração envolve tanto a tradução de normas globais para o contexto local quanto o apoio direto ao fortalecimento dos sistemas de saúde locais e suas capacidades.

A reorganização proposta sugere a manutenção de áreas centrais para a missão da OMS, como a produção de bens públicos globais essenciais (diretrizes clínicas, sistemas de vigilância, etc.), a pré-qualificação de vacinas e medicamentos, e a coordenação da segurança sanitária global, incluindo a vigilância e a resposta a emergências de saúde pública. Estas funções são vistas como essenciais para o papel da OMS como líder global em saúde pública.

A nova estrutura também implica em um enxugamento drástico no número de postos de liderança na sede, reduzindo de 11 para apenas 6 posições. Isso levanta dúvidas sobre o equilíbrio entre competência técnica e representação geopolítica nas decisões-chave da OMS,

especialmente em um momento de reestruturação em resposta a pressões orçamentárias, como as decorrentes da crise financeira e da retirada de contribuições por parte dos Estados Unidos.

O plano sugere ainda uma redução ou suspensão de atividades menos prioritárias ou com impacto limitado. Áreas como o apoio a diálogos políticos ad hoc, a assistência técnica para a adaptação de normas não essenciais e a entrega direta de capacitação em contextos onde outros parceiros são mais bem posicionados para agir, serão ajustadas ou até mesmo encerradas. Além disso, funções como o desenvolvimento de campanhas de comunicação sobre prioridades não essenciais também serão reduzidas, visando um foco mais estreito e estratégico da organização.

Embora essa reorganização tenha como objetivo criar uma OMS mais ágil, a centralização das funções em um número reduzido de divisões pode resultar em uma estrutura excessivamente hierárquica e com uma capacidade limitada de resposta rápida às necessidades locais e regionais. A proposta de focar em poucas prioridades e eliminar redundâncias pode ser vista como positiva, mas também gera a preocupação de que áreas essenciais, como a adaptação de normas para contextos locais, sejam marginalizadas. Além disso, a reconfiguração das funções, como a transferência de responsabilidades para os escritórios regionais, pode ser desafiadora, uma vez que esses escritórios não têm, historicamente, o mesmo nível de capacidade técnica e recursos que a sede da OMS.

Outro ponto crítico é a separação das questões de saúde ambiental, resistência antimicrobiana e saúde animal, que exigem uma abordagem holística. Ao tratar a resistência antimicrobiana (RAM) isoladamente dentro dos sistemas de saúde, a OMS corre o risco de desconsiderar a interconexão crescente entre RAM, o conceito de One Health (Saúde Única, Uma só saúde), e os impactos ambientais e climáticos nas doenças infecciosas. As crises de saúde pública não podem mais ser vistas apenas sob a ótica da saúde humana; elas exigem um olhar integrado que leve em conta o impacto de práticas ambientais e de saúde animal.

O cenário financeiro da OMS é um dos principais fatores impulsionando essa reorganização. Com um déficit orçamentário projetado de US\$ 600 milhões para 2025 e um gap de US\$ 1,9 bilhão para o período 2026-2027, a organização se vê diante de um cenário difícil, especialmente após a decisão dos EUA de não contribuir para o orçamento de 2024. A reorganização, portanto, também tem o objetivo de tornar a OMS mais eficiente, ajustando sua estrutura e reduzindo custos operacionais. O orçamento programático proposto para 2026-2027 foi significativamente reduzido em 9% em comparação com o período anterior, refletindo restrições financeiras e mudanças nas prioridades globais. Essa redução impactou todos os principais escritórios da OMS, com cortes mais acentuados na sede (-23%) e nos escritórios regionais (-14-15%), enquanto os centros técnicos globais tiveram um aumento de 79%. Ajustado pela inflação, o orçamento representa uma redução real de mais de \$500 milhões em relação ao período de 2020-2021. A OMS destacou que essa redução foi orientada de forma geral, sem comprometer as prioridades estratégicas.

No entanto, essa reestruturação levanta preocupações quanto à capacidade da OMS de responder adequadamente às necessidades globais, especialmente em relação à sua presença e apoio em países em desenvolvimento. A redução de funções ou a transferência de atividades para os escritórios regionais pode resultar em uma menor capacidade de agir de forma centralizada e coordenada em resposta a emergências de saúde pública globais.

A reorganização proposta da OMS marca um ponto de inflexão para a organização, buscando otimizar suas operações diante de um cenário de desafios financeiros e globais. O Brasil, como país estratégico para a saúde global, desempenha um papel crucial na adaptação da OMS a essa nova realidade, colaborando na implementação das prioridades definidas pela reorganização. O sucesso dessa reestruturação dependerá não apenas da eficácia na redução de custos e na eliminação de sobreposições, mas também da capacidade de manter o foco nas necessidades de saúde pública mais urgentes e de garantir que a OMS continue a liderar os esforços globais para a melhoria da saúde e segurança sanitária.

Referências

1. World Health Organization. Intergovernmental Negotiating Body to draft and negotiate a WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness and response: proposal for the WHO pandemic agreement. 16 Apr 2025. Disponível em https://www.keionline.org/wp-content/uploads/Proposal_for_WHO_Pandemic_Agreement_E-Onscreen-16-April-2025-at-01_57-CEST.docx.pdf.
2. Salud Por Derecho. Equitable access in pandemics: a system to distribute the benefits derived from access to pathogen materials and data. 4 Nov 2024. Disponível em <https://saludporderecho.org/en/equitable-access-in-pandemics-a-system-to-distribute-the-benefits-derived-from-access-to-pathogen-materials-and-data/>

Para que serve a OMS³⁷?

Federico Tobar y Sebastián Tobar

Em sua introdução a *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, Leary conta a história de um famoso médico de uma renomada família de curandeiros que explicou que seu irmão mais velho era capaz de prever e prevenir doenças, seu irmão do meio as diagnosticava e tratava precocemente, enquanto ele sozinho aliviava a dor. O paradoxo era que o irmão mais velho era desconhecido, o irmão do meio era pobre, enquanto o médico da história era o favorito dos nobres e pessoas poderosas. Duas descobertas importantes da sociologia da saúde ajudam a explicar esse paradoxo. Primeiro, valorizamos mais nossa saúde quando começamos a perdê-la. Em segundo lugar, nossa saúde é sempre uma preocupação individual das pessoas. Temos dificuldade em pensar em saúde no plural.

Se essa lógica é difícil de entender no nível micro, é de se esperar que o mesmo aconteça no nível macro. Valorizamos um organismo focado em prevenir doenças? Não seria mais aprovado outro que priorizasse o fornecimento de tecnologias?

Para responder à pergunta do título, propomos uma análise contrafactual: considere o que teria acontecido no campo da saúde se a OMS não existisse. Podemos listar as seguintes consequências.



³⁷ Este artigo foi publicado como editorial em espanhol e inglês na Revista da Fundação Huesped - Sociedade Argentina de Infectologia. VOL 33/N 117 Abril-Julho 2025. Páginas 4-6. Disponível em: <https://revista.infectologia.info/index.php/revista/issue/view/36/20>

1. A varíola não teria sido erradicada

Desde 1967, a OMS coordena a campanha, alcançando uma resposta unificada, com cada país comprometendo recursos e colaborando na implementação da estratégia. Ele implementou uma estratégia de "*vacinação em anel*" e vigilância intensiva, na qual os casos de varíola foram rapidamente identificados para contê-los e evitar surtos mais amplos. Embora a vacina contra a varíola existisse antes da campanha global, a OMS desempenhou um papel fundamental em sua distribuição e aprimoramento, garantindo que quantidades suficientes estivessem disponíveis e coordenando sua distribuição global.

Em 1980³⁸, a OMS declarou oficialmente a erradicação da varíola, tornando-a a primeira doença humana a ser eliminada por meio de esforços globais coordenados.

2. O sarampo continuaria a ser uma doença altamente prevalente

A OMS implementou estratégias e campanhas que reduziram significativamente a incidência de sarampo em muitas partes do mundo. Desde a década de 1970, ele defende que os governos incluam a vacinação contra o sarampo em seus programas nacionais de imunização, com ênfase em **crianças, bem como campanhas em massa**, mesmo em áreas remotas e de difícil acesso³⁹.

Em 2012, a OMS estabeleceu uma **meta global para reduzir as mortes por sarampo em 95%** em comparação aos níveis de 2000 e, embora o progresso tenha sido desigual entre as regiões, essa meta orientou muitos dos esforços globais para erradicar a doença. Em 2016, a Região das Américas se tornou a primeira do mundo a ser certificada como livre de sarampo⁴⁰, marcando um marco importante nos esforços globais para erradicar a doença.

3. A APS não teria sido consolidado

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido uma das principais prioridades da OMS desde sua criação. A Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada no Cazaquistão em 1978, culminou na Declaração de Alma-Ata, marcando um ponto de virada na maneira como a saúde global era entendida.

Se a OMS não existisse, é muito provável que os países tivessem sido seduzidos pelo canto da sereia da alta complexidade. Em muitos países de baixa e média renda, a grande maioria das pessoas continuaria sem acesso a serviços básicos, enquanto os custos com assistência médica disparariam.

³⁸ Em 8 de maio de 1980, a 33ª Assembleia Mundial da Saúde declarou que o mundo estava livre da varíola, marcando o fim de uma doença que devastou a humanidade por pelo menos 3.000 anos e, somente no século XX, matou 300 milhões de pessoas. Ver: <https://www.who.int/es/news/item/13-12-2019-who-commemorates-the-40th-anniversary-of-smallpox-eradication>. Acesso 10 de março de 2025

³⁹ Além disso, quando um surto de sarampo é identificado, ele promove a vacinação em anel em torno dos casos detectados, vacinando todos os contatos próximos e suas comunidades para prevenir a propagação.

⁴⁰ <https://www.paho.org/es/noticias/27-9-2016-region-america-es-declarada-libre-sarampio>. Acesso 10 de março de 2025

4. As Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP) não teriam sido promovidas

Desde a década de 1990, a OMS conceituou, padronizou e promoveu um conjunto de funções essenciais que orientam os sistemas de saúde a fornecer cuidados de saúde eficazes, prevenir doenças e promover a saúde. Desde então, tem trabalhado para fortalecer as capacidades nacionais para implementar os FESP por meio de assistência técnica, treinamento e fornecimento de guias, ferramentas e estruturas para permitir que os países os apliquem de forma eficaz, adaptando-os aos seus contextos específicos.

5. A vigilância sanitária não teria sido desenvolvida

A vigilância em saúde é o pilar mais importante da saúde pública e merece destaque especial entre os serviços de saúde pública, pois permite a detecção e o monitoramento de doenças, surtos epidêmicos e outros problemas de saúde que podem afetar a população. A OMS é responsável por desenvolver e consolidar a vigilância sanitária em nível global. Por meio da vigilância de doenças, do Regulamento Sanitário Internacional, da capacitação nacional e da resposta emergencial à saúde. Dessa forma, a OMS promoveu a melhoria da capacidade global de detectar, prevenir e controlar surtos de doenças e outros problemas de saúde pública. Graças aos seus esforços, a vigilância em saúde proporcionou uma resposta rápida e eficaz às crises de saúde e continua sendo uma ferramenta fundamental para alcançar a saúde global e uma saúde pública eficaz.

6. Os Ministérios da Saúde seriam menos eficientes

A OMS influenciou a estrutura, o funcionamento e as políticas dos ministérios da saúde, orientando os países para a implementação de princípios-chave para otimizar os resultados e fornecendo aconselhamento técnico e regulatório para a formulação de políticas nacionais de saúde. Ao assumir um papel regulador, também contribuiu para fortalecer as capacidades institucionais, garantindo que as estruturas de saúde do governo estejam bem equipadas para gerenciar a saúde de forma eficaz.

7. O mundo experimentaria uma infodemia endêmica

Outra contribuição importante da OMS é a educação em saúde global, oferecendo informações claras e confiáveis sobre temas como vacinação, higiene, doenças não transmissíveis e saúde mental. Sem essa organização, a desinformação e a confusão em torno da saúde pública provavelmente aumentariam.

8. O desenvolvimento, a produção, a circulação e a utilização de medicamentos seriam mais perigosos

A OMS trabalha para garantir acesso a medicamentos, vacinas e tratamentos essenciais em todo o mundo. Por meio de seus programas, como o Programa Global de Imunização, a organização facilitou o acesso a tratamentos e vacinas em países carentes. Sem a OMS, distribuir medicamentos e vacinas essenciais para populações vulneráveis seria mais difícil, especialmente em países de baixa renda.

Mas a OMS também influencia os países fortalecendo a estrutura de medicamentos essenciais, harmonizando regulamentações de saúde e estabelecendo padrões de segurança e qualidade. Sem suas contribuições, haveria milhões de envenenamentos e mau uso de recursos públicos.

9. Não haveria coordenação global diante de pandemias e catástrofes globais.

A OMS é a principal organização responsável pela coordenação de respostas globais a emergências de saúde. Embora a OMS não emita recomendações vinculativas que os países devam cumprir, ela sugere a adoção de medidas de resposta com base nas evidências científicas disponíveis. Sem a OMS, não haveria uma plataforma global eficaz para monitorar e responder a surtos ou pandemias de doenças infecciosas. Exemplos como o surto de ebola de 2014, a pandemia de COVID-19 e a pandemia de gripe H1N1 de 2009 mostram como a OMS foi essencial na coordenação da resposta internacional, na distribuição de recursos e no compartilhamento de informações vitais.

Sem a OMS, os países podem estar muito menos preparados para lidar com crises globais de saúde. A capacidade de resposta a emergências seria mais desorganizada, o que poderia levar a uma maior disseminação de doenças e, conseqüentemente, a mais mortes.

10. Não teríamos uma visão global de onde os sistemas de saúde deveriam avançar.

De fato, a cobertura universal de saúde (CUS) tem sido fundamental para melhorar a equidade na assistência médica e reduzir as disparidades de saúde. Sem a OMS, os sistemas nacionais de saúde provavelmente não terão uma visão coerente e globalmente aceita para promover a saúde e reduzir as desigualdades, abrangendo as funções de prevenção, promoção e assistência à saúde.

Ao longo dos 77 anos de existência da OMS, ela ajudou países a formar equipes técnicas de saúde, adotar padrões, normas e recomendações e fornecer evidências que nos ajudaram a prevenir, monitorar, responder, erradicar e superar epidemias e pandemias, bem como melhorar os sistemas de saúde e o bem-estar geral das populações.

O custo⁴¹ de ser um membro da OMS é muito baixo em relação aos benefícios. E esses benefícios são ainda maiores considerando os riscos atuais de outros surtos potencialmente pandêmicos, como gripe aviária, Oropouche e varíola M, entre outros.

Pode-se argumentar que, sem a OMS, haveria um risco maior de doenças e mortes em todo o mundo, e que fornecer assistência médica seria mais difícil e mais caro.

⁴¹ No caso do custo da participação da Argentina na OMS, informações falsas foram divulgadas alegando que ele equivale a US\$ 10 milhões por ano. Isso está longe da realidade. Segundo documentos oficiais publicados no site da OMS, a Argentina paga uma contribuição anual de US\$ 1.720.135 e os francos suíços 1.701.214, o equivalente a US\$ 3,6 milhões. Veja OMS. 77ª Assembleia Mundial da Saúde. “Situação da cobrança das Contribuições Tributárias e Estados-Membros com contribuições em atraso de tal importância que justifica a aplicação do Artigo 7.º da Constituição”. Documento A77/21. Genebra, 7 de maio de 2024. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_21-sp.pdf. Acesso 10 de março de 2025.

**Em busca do igualitarismo perdido:
Direitos Humanos e a construção de uma relação entre iguais
Rescaldos da 58ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

Armando De Negri Filho

Fabiane Gaspar

A 58ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu seus trabalhos no dia 04 de abril de 2025. Suas 45 resoluções ainda não foram oficialmente publicadas, mas temos acesso aos processos de decisão por consenso (33) ou por voto (12). <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session58/res-dec-stat>

As decisões por voto espelham bem a polarização em torno a temas capitais dos direitos humanos que refletem aspirações do Sul Global em torno a uma nova ordem mundial com a ruptura de mecanismo históricos de dominação, tais como:

- 58/3 O impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos 3 A/HRC/58/L.1 Aprovado por votação nominal | 28 a 16, com 3 abstenções, 55.ª reunião, 2 de abril de 2025;
- 58/7 O impacto negativo da não repatriação de fundos de origem ilícita para os países de origem no gozo dos direitos humanos e a importância de melhorar a cooperação internacional 3 A/HRC/58/L.16 Aprovado por votação nominal | 29 a 15, com 3 abstenções, 55.ª reunião, 2 de abril de 2025;
- 58/12 Efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais 3 A/HRC/58/L.14 Aprovado por votação nominal | 29 a 12 com 6 abstenções, 56.ª reunião, 3 de abril de 2025.

Nessas votações se definem de forma clara a polarização em favor ou contra com pouca margem de abstenções pois os alinhamentos estratégicos assim o exigem.

Mas as votações também refletem a discórdia em torno a temas capitais de geopolítica, onde colidem interesses dos blocos de países em torno a temas particulares no tabuleiro internacional e onde a abstenção do voto é usada como manifesto político, com reservas na decisão adotada:

- 58/1 Promoção dos direitos humanos no Sudão do Sul 2 A/HRC/58/L.6 Aprovado por votação nominal | 24 a 6 com 17 abstenções, 55.ª sessão, 2 de abril de 2025
- 58/2 Situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a obrigação de garantir a responsabilização e a justiça 2 A/HRC/58/L.30/Rev.1 (revisto oralmente) Aprovado por votação nominal | 27 a 4 e 16 abstenções, 55.ª reunião, 2 de abril de 2025
- 58/18 Promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua 4 A/HRC/58/L.3 Aprovado por votação nominal | 29 a 4 e 14 abstenções, 57.ª reunião, 3 de abril de 2025.
- 58/19 Situação dos direitos humanos na Bielorrússia 4 A/HRC/58/L.10 Aprovado por votação nominal | 25 a 5 com 17 abstenções, 57.ª reunião, 3 de abril de 2025

- 58/21 Situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã 4 A/HRC/58/L.20/Rev.1 Aprovado por votação nominal | 24 a 8 com 15 abstenções, 57.^a reunião, 3 de abril de 2025.
- 58/24 Situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa 4 A/HRC/58/L.22 Aprovado por votação nominal | 25 a 4 e 18 abstenções, 58.^a reunião, 4 de abril de 2025;
- 58/26 Direitos humanos no Golã sírio ocupado 7 A/HRC/58/L.19 Aprovado por votação nominal | 27 a 6 e 14 abstenções, 59.^a reunião, 4 de abril de 2025;
- 58/27 Direito do povo palestino à autodeterminação 7 A/HRC/58/L.31 Aprovado por votação nominal | 43 votos a favor, 2 abstenções, 59.^a reunião, 4 de abril de 2025;
- 58/28 Assentamentos israelenses no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado 7 A/HRC/58/L.32/Rev.1 (revisado oralmente) Aprovado conforme revisado oralmente por votação nominal | 34 votos a 3 e 10 abstenções, 59.^a reunião, 4 de abril de 2025.

A persistência do tema palestino-árabe-israelense se traduz em várias resoluções relacionadas a diferentes linhagens de comissões e documentos, travados na luta entre blocos.

A dinâmica da politização dos direitos humanos e a forma como são apropriados esses direitos falam das falências políticas democráticas do nosso tempo e sobretudo da negação do sentido fundamental dos direitos como um estatuto político para estabelecer relações entre iguais. Desta forma o marco constitucional deveria estabelecer o princípio da igualdade como elemento central de sustentação de um marco jurídico democrático. Projetado no âmbito internacional, a assimetria das relações de poder e submissão herdadas da ordem colonial, projetam constantemente vetores de desumanização que buscam legitimar uma relação entre desiguais e que dessa forma explicariam o veto do pleno direito de povos e nações e reduziriam as possibilidades de reconhecimento do direito a uma esfera privada, de reconhecimento individual.

Para entender as bases deste resgate imperativo do reconhecimento de relações entre iguais, único caminho para estabelecer a égide fundamental dos direitos humanos, os convidamos a explorar uma perspectiva de esquerda do direito, centrado no maior valor do pensamento de esquerda: a igualdade. Para tanto vale a pena explorar o proposto pelo jurista argentino Roberto Gargarella, no excerto de texto abaixo:

1. Ensaio: O que é o Direito de Esquerda? Revista Nueva Sociedad 313, septiembre – Octubre de 2024. Autor: Roberto Gargarella.

<https://nuso.org/articulo/313-que-es-el-derecho-de-izquierda/>

Nota: este artigo é um extrato, com pequenas modificações, do livro “Manifiesto por un derecho de izquierda”, Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 2023.

...“Permita-me, a seguir, fazer um breve relato da história mencionada. Assim como depois da Primeira Guerra Mundial a Liga das Nações promoveu alguns acordos internacionais básicos – as primeiras Convenções de Genebra, que estabeleceram, por exemplo, os direitos dos prisioneiros de guerra – no final da Segunda Guerra Mundial a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 1948, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”. A partir de então (e em grande medida até hoje, para o bem ou para o mal), a doutrina constitucional – incluindo, como argumentarei, a doutrina mais próxima da esquerda política – também mostrou uma forte mudança, e seu trabalho parecia estar total e obsessivamente voltado para o pensamento sobre

direitos: como se todo o resto das questões jurídicas estivesse perdendo importância. Iniciou-se a reflexão sobre a origem dos direitos¹⁰, a interpretação dos direitos¹¹, os conflitos gerados pelo controle de constitucionalidade dos direitos¹², a relação entre direitos e políticas¹³, a distinção entre direitos e democracia¹⁴, os direitos de resistência, objeção de consciência e desobediência à lei¹⁵, a ponderação dos direitos¹⁶, a *aplicação* judicial de (todos) os direitos¹⁷, etc. É claro que os esforços realizados na área, voltados principalmente para dar vida aos direitos sociais constitucionalmente declarados, foram excepcionais¹⁸.

O problema é que, no seio dos grupos jurídicos mais avançados, qualquer iniciativa de mudança estava subsumida sob o guarda-chuva do "discurso dos direitos", com os riscos óbvios de empobrecimento da política democrática, ou mesmo de desmobilização política¹⁹. As lutas sociais de outra época – a "tomada (política) da Bastilha" do século XVIII – foram postas de lado. De repente, em nosso tempo, "a tomada da Bastilha" começou a ser ligada à "conquista" e à aplicação de novos direitos.

A luta pela consagração de novos direitos reconhece, no século XX, dois exemplos particularmente influentes, e notáveis por suas disputadas conquistas: o movimento pelos direitos civis e o movimento feminista. O primeiro deles foi um movimento que ganhou visibilidade particular nos Estados Unidos sob a liderança de Martin Luther King. Seu objetivo era a conquista de direitos civis e políticos (direito ao voto, acesso ao ensino superior) e a abolição de práticas seculares de discriminação e segregação racial. O trabalho do movimento foi especialmente perceptível entre 1954 e 1968, por meio de mobilizações populares massivas e ações de resistência não violenta. O grupo começou a ganhar reconhecimento legal, principalmente, durante os anos do chamado Tribunal Warren. Esta Suprema Corte se tornaria, de certa forma, o porta-estandarte dessas lutas raciais - a vanguarda legal dessas lutas. Nesse contexto, apoiou algumas das principais demandas do movimento, começando com a famosa decisão *Brown v. Board of Education*, de 1954, que pôs fim à doutrina (discriminatória) do "separado, mas igual" (que, por exemplo, reconhecia o direito de brancos e negros à educação pública, mas bloqueava a possibilidade de frequentarem as mesmas escolas). Da mesma forma, e talvez mais significativamente, o movimento ganhou apoio político significativo naqueles anos, em nome de leis como a Lei dos Direitos Civis de 1964, que proibia toda discriminação com base na raça, ou a Lei dos Direitos de Voto de 1965, destinada a proteger o direito das minorias raciais [de votar](#).

Da mesma forma, o movimento feminista, que esteve intensamente ativo por décadas, ganhou particular força na década de 1960: naquela época, nos Estados Unidos, tornou-se o movimento social mais importante e numeroso da história do país²¹. As demandas dos ativistas se estenderam a diversas áreas e questões, incluindo direitos reprodutivos, não discriminação e igualdade perante a lei, fim da violência contra as mulheres, direito ao divórcio, melhorias nos direitos trabalhistas, mudanças nas leis de direitos dos pais, etc. Lentamente, de forma incompleta e com reversões significativas (*reação*) e algumas derrotas (recentes) (como na decisão *Dobbs* de 2022 sobre o aborto), o movimento obteve vitórias importantes em termos de igualdade de direitos, educação, não discriminação, contracepção e saúde reprodutiva, entre muitas outras disputas importantes que empreendeu²². Tais vitórias incluem algumas conquistas recentes – estou pensando no direito ao aborto em países tão diferentes como a Irlanda ou a Argentina – por meio de extraordinárias mobilizações democráticas, que ratificaram o papel notável que a discussão coletiva e o ativismo social (democracia, finalmente) podem desempenhar na luta pelo conteúdo e alcance dos direitos pessoais²³. Isso, embora estejamos muito longe de uma situação como a que a "esquerda da direita" exige em termos de igualdade,

ou seja, aquela em que a sociedade não transforme "diferenças moralmente irrelevantes" em "desvantagens sistêmicas"²⁴.

Nas últimas décadas, o debate político em torno dos direitos (seus limites e implicações) e dos conflitos que visam a conquista de novos direitos (ou a garantia da efetiva implementação dos direitos existentes) não deixou de se expandir. As massivas violações de direitos humanos ocorridas na América Latina na década de 1970 também acabaram se traduzindo em um movimento global que lutou pela internacionalização do direito, pela proteção definitiva de certos direitos humanos básicos e pela responsabilização e punição dos responsáveis pelas violações de direitos ocorridas naqueles anos 70. Muitos países da região, nesse sentido, modificaram seus sistemas jurídicos para conceder status constitucional ou supralegal aos tratados de direitos humanos²⁵.

Incentivado pelo impacto dessa nova onda, o movimento jurídico em favor dos novos direitos não deixou de se aprofundar e se expandir, desde então, para novas áreas, que incluíam, de forma especial, os povos indígenas e o meio ambiente. Em particular, no final do século XX, chegou a hora de uma nova onda de direitos: os direitos indígenas. Estes foram inicialmente reconhecidos na Guatemala (1985) e na Nicarágua (após um conflito entre o governo sandinista e o grupo indígena dos misquitos em 1987). A Constituição brasileira de 1988 também mostrou abertura para a questão indígena, incluindo, sobretudo, uma série de proteções especiais para os aborígenes, no capítulo viii do texto. A esses casos pioneiros seguiu-se o surgimento, em 1989, da conhecida Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que incluía disposições destinadas a garantir o respeito à cultura, modo de vida e instituições indígenas, e outras destinadas a assegurar o direito à consulta efetiva dos povos indígenas quando são tomadas decisões que os afetam. Após a aprovação da Convenção 169, surgiu uma nova onda de constituições que introduziram a questão indígena. A maioria dessas constituições inclui listas abrangentes de direitos indígenas e se posiciona a favor do pluralismo jurídico. Estes incluem Colômbia, 1991; Paraguai, 1992; Argentina e Bolívia, 1994; Equador, 1996 (e 1998); Venezuela, 1999 e México, 2001.

Entre esses documentos encontramos constituições que adotam fórmulas que definem o Estado como multicultural ou intercultural (Colômbia, Peru, Bolívia, Equador) e garantem o direito à diversidade cultural (Colômbia, Peru) ou a igualdade de culturas (Colômbia, Venezuela) e, assim, quebram o desenho monocultural herdado do século XIX²⁶. O outro documento importante que mudou a história dos direitos indígenas foi a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada pelas Nações Unidas em 2007. A Declaração se concentrou em questões como a identidade cultural, a educação, o emprego e a língua desses povos, garantindo seu direito à diferença e ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural. A esse novo e fundamental documento seguir-se-iam as constituições mais avançadas sobre o tema, que foram as primeiras do século XXI: Equador, 2008, e Bolívia, 2009.

De forma notável e controversa, constituições como as do Equador e da Bolívia também foram originais na incorporação de direitos muito novos, como os direitos da natureza. Dessa forma, retomaram e ampliaram as proteções ambientais que grande parte das constituições da região já haviam reconhecido nos anos anteriores. Assim, por exemplo, as constituições da Argentina, art. 41; Bolívia, art. 33; Brasil, art. 22; Chile, art. 19 inc. 8; Colômbia, art. 79; Costa Rica, art. 50; Equador, art. 14; El Salvador, art. 117; Guatemala, art. 97; Honduras, art. 143; México, art. 4; Nicarágua, art. 60; Panamá, art. 118; Paraguai, art. 7; Peru, art. 2; República Dominicana, art. 66; Uruguai, art. 47; Venezuela, art. 117.

O que significa a história resumida acima, dentro do exame que estamos realizando aqui? Isso significa que uma parte importante da esquerda legal – uma esquerda que, por muito tempo, desconfiou da lei; uma esquerda que tendia a considerar as reivindicações de novos direitos como irrelevantes ou absurdas – passou a distorcer sua posição anterior, às vezes para o extremo oposto. Isto, em particular, pela comoção causada pelas violações massivas e gravíssimas de direitos, ocorridas na época da Segunda Guerra Mundial; ou, mais tarde, dos crimes horrendos provocados pelas ditaduras da segunda metade daquele século. O impacto que esses eventos tiveram no pensamento jurídico de esquerda foi tal que, mais comumente do que excepcionalmente, seus representantes tenderam a colapsar a esquerda legal no velho liberalismo constitucional. Isso, com todas as implicações esperadas e pouco atraentes desse movimento. Assim, o ativismo jurídico de esquerda passou a ser vinculado ao litígio jurídico, e não à mobilização social (em certos círculos, sim, mas em círculos amplos); o foco de atenção desse ativismo passou a se concentrar (consequentemente) menos na política do que nos tribunais; questões que antes eram concebidas, fundamentalmente, em termos de processos políticos coletivos tornaram-se disputas individuais (realizadas, essencialmente, por um indivíduo, e a serem resolvidas por um técnico especializado); A reflexão teórica da esquerda, em geral, foi redirecionada, de uma reflexão sobre os modos de mudança social, para outros temas relacionados às abstrações jurídicas: as teorias da interpretação constitucional, o litígio estratégico, os modos de *execução* judicial etc. En los peores casos, que no fueron pocos, la transformación del «derecho de izquierda» (o de cierta porción de él) en una vertiente del liberalismo constitucional vino de la mano de algunos de los supuestos e implicaciones más objetables propios de esta última tradición constitucional. Penso, de modo especial, na desconfiança em relação à democracia – que muitos liberais, de forma desajeitada ou maliciosa, identificaram como a base social do nazismo – e, de modo mais geral, na desconfiança que alguns doutrinários da esquerda demonstraram em relação aos processos de reflexão coletiva²⁷. Uma consequência crucial, e também chocante, desse tipo de mudança é o fato de que o radicalismo constitucional, que há muito se caracterizava por sua preocupação com a "questão social" e as "condições materiais" da liberdade, que exigia a redistribuição da propriedade, como José Gervasio Artigas no século XIX; ou que ousou chamar a Constituição de "a lei da terra", passou a deixar essas reivindicações em um lugar relegado ou esquecido, como se a prioridade não fosse redistribuir riqueza, mas buscar, em litígio, o reconhecimento judicial de um direito individual de natureza social.

A deriva majoritária: Autonomia individual ou governo da maioria pura?

A última deriva que quero tratar está ligada à maneira como uma certa esquerda legal vem recuperando o princípio majoritário. Aqui (e, em grande medida, de forma oposta ao que examinamos no caso anterior), encontraremos uma parcela da esquerda que, em sua adesão obstinada ou dogmática ao governo da maioria, começa a deslocar ou esquecer o outro lado de seus compromissos fundamentais, ligados à proteção das liberdades pessoais. Nesse caso, as liberdades pessoais perdem força jurídica, como se fossem mais uma vez (como antes eram consideradas) meras formalidades abstratas, irrelevantes na prática constitucional.

Para esclarecer essa dimensão, deixe-me dar um passo atrás. Em grande medida, todos os processos revolucionários que examinamos basearam sua reivindicação de autogoverno em demandas por maior liberdade pessoal e contrarregimes que, de uma forma ou de outra, buscavam impor uma concepção do bem (ou seja, uma religião, que era considerada oficial), perseguiram dissidentes, exerciam censura sobre a imprensa e vozes críticas etc. A força das revoluções sociais nasceu muito comumente de tais motivações: rebelião contra o poder

opressor, a busca pela liberdade pessoal. Dito isso, no entanto, também é verdade que – como vimos, como veremos – em muitas ocasiões, e para afirmar a regra da maioria (ou uma possível versão de "participação popular"), o pensamento que associamos à esquerda também acabou comprometido com a imposição de "modelos morais" particulares. Em alguns casos, essa visão manifestou dificuldades em se relacionar ou com o devido respeito às minorias étnicas, raciais ou políticas.

A teoria de Jean-Jacques Rousseau tendia a identificar aqueles que não participam da "vontade geral" como pessoas erradas. Da mesma forma, o antifederalismo americano passou a favorecer o tratamento privilegiado para as religiões majoritárias em nível estadual, porque elas são a maioria; e parte do radicalismo latino-americano subscreveu abertamente uma visão do constitucionalismo em que os deveres do cidadão para com os outros, ou para com sua pátria, deslocaram fortemente as reivindicações mais básicas ligadas à própria vida, liberdade ou propriedade. Nesse sentido, poderíamos dizer que, em certas ideias comuns dentro da tradição do pensamento jurídico de esquerda (ideias compartilhadas ou relacionadas às do majoritarismo político) havia um componente perigosamente antiliberal, desinteressado no valor primordial das liberdades pessoais.

Mais contemporaneamente, esses impulsos antiliberais que se aninhavam na esquerda legal mais tradicional renasceram ou recuperaram força. As razões que explicam a revitalização desses impulsos majoritários são, novamente, muito diversas. Isso pode incluir, entre eles, a consciência generalizada de que nossos sistemas democráticos funcionam muito mal; que o poder foi concentrado em burocracias e elites; e que há uma enorme demanda social – às vezes silenciosa, às vezes barulhenta – por maiores oportunidades de participação política (pressupostos típicos de um movimento anti-establishment, muito em voga nestes anos). Da mesma forma, o fato de parte de nossas elites mostrarem uma renovada sensibilidade majoritária pode estar ligado a um uso manipulador do discurso majoritário: simplesmente, uma forma de minar o poder dos órgãos decisórios nacionais, ou uma forma de conceder legitimidade democrática a expressões que dificilmente merecem ser caracterizadas como democráticas. Da mesma forma, pode acontecer que o argumento majoritário seja apelado de forma meramente estratégica, visando galvanizar um determinado setor da sociedade, contra outro setor que é identificado como "inimigo". Quero dizer: há muitas razões que nos permitem explicar o renascimento do pensamento majoritário. É mais difícil, no entanto, explicar por que – se não for por inércia, dogmatismo ou falta de reflexão – certos setores da esquerda jurídica acabam aderindo a esse tipo de visão.

Em todo o caso, o fato é que, por vezes – não poucas, com o aval de uma certa parte da esquerda jurídica – o direito moderno tem apoiado graves violações dos direitos pessoais, em nome da democracia e do governo da maioria. Lembre-se, por exemplo, da iniciativa popular realizada no estado do Colorado, em 1992, de emendar a Constituição para evitar que proteção especial seja dada aos homossexuais, e que foi aprovada por maioria. A emenda, invalidada pela Suprema Corte dos EUA em *Romer v. Evans*, 517 u.s. 620 (1996), provou ser uma maneira trágica de tentar restringir severamente os direitos de uma minoria perseguida por meio de um mecanismo puramente majoritário. Parte da esquerda, no entanto, estava presa em um dilema, devido à sua dificuldade teórica em se opor ao majoritarismo que reduz a democracia a um sistema de mera agregação ou sobreposição de votos. Da mesma forma – e de forma igualmente trágica – a decisão mais recente da Suprema Corte sobre o aborto – *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization* (2022) – nos oferece um exemplo paralelo e diferente do anterior. Aqui, um Tribunal ultraconservador considerou que questões como o aborto, que envolvem algumas das

decisões pessoais mais íntimas, deveriam doravante ser objeto de decisão pelas legislaturas locais - isto é, puramente o resultado da vontade da maioria. Em todo o caso, e para concluir, acrescentaria simplesmente que estes são apenas alguns exemplos importantes – presentes e passados – da forma como o argumento (puramente) maioritário no constitucionalismo passou a ser colocado ao serviço da restrição de direitos pessoais.

O igualitarismo constitucional aqui proposto claramente desafia e resiste a essa visão, pois pressupõe que a defesa do princípio democrático é, pode e deve ser inteiramente compatível com a preservação das liberdades pessoais mais básicas.

Neste exercício de reintegração do direito à uma perspectiva igualitária e portanto de esquerda, podemos interpretar de forma mais profunda o proposto pelo Relatório sobre o **Direitos das Pessoas com Deficiência e Tecnologias Digitais e Dispositivos, incluindo Tecnologias Assistivas**⁴² - **Doc A/HRC/58/33**, cuja apresentação e comentários apresentamos no Informe CRIS numero 6 / 2025 e o agora apresentado Relatório sobre os **“Trinta anos da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim: seu potencial para mulheres e meninas com deficiência”**([A/HRC/58/56](#)) submetido ao Conselho de Direitos Humanos, o qual contém uma descrição das atividades realizadas pela Relatora Especial Heba Haggras em 2024, além de um estudo temático sobre o potencial da Declaração de Pequim para mulheres e meninas com deficiência, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Agenda 2030.

Este último informe conjuga duas linhagens de direitos humanos, a relativa aos direitos das mulheres e aos direitos das pessoas com deficiência, justamente considerando todos os seres humanos como iguais para poder então reivindicar a igual condição segundo cada necessidade dos indivíduos e suas coletividades.

Nesta perspectiva radical da aplicação do princípio essencial dos direitos humanos – a igualdade, começamos a materializar o que deveria animar constantemente a perspectiva dos direitos em todo o mundo, tanto no referente ao exercício dos direitos civis e políticos como aqueles referentes aos direitos econômicos, sociais e culturais.

2. Trinta anos da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim: seu potencial para mulheres e meninas com deficiência

Introdução

O relatório “Trinta anos da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim: seu potencial para mulheres e meninas com deficiência”([A/HRC/58/56](#)) submetido ao Conselho de Direitos Humanos, contém uma descrição das atividades realizadas pela Relatora Especial (*Special Rapporteur*, em inglês) em 2024, além de um estudo temático sobre o potencial da Declaração de Pequim para mulheres e meninas com deficiência, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Agenda 2030.

Também fornece uma visão geral de como as sinergias entre a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável podem ser empregadas para fortalecer o quadro político internacional sobre igualdade de gênero para mulheres e meninas com deficiência, ao mesmo tempo que reafirma o modelo de deficiência baseado nos direitos humanos.

⁴² Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/HRC/58/33>

Importante contextualizar a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, adotada em 1995, antes de seguir com a apresentação do Relatório apresentado na 58ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Sobre a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim ([A/CONF.177/20/Rev.1](#)) é um quadro de políticas abrangente destinado a promover os direitos das mulheres e alcançar a igualdade de gênero. Foi adotada por 189 Estados Membros na [Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres](#), realizada em Pequim, China, de 4 a 15 de setembro de 1995.

No escopo do objetivo da Declaração, podemos destacar a reafirmação do compromisso dos Estados Membros com os direitos iguais e a dignidade humana inerente de mulheres e homens; em assegurar a plena implementação dos direitos humanos das mulheres e das meninas como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e; o fortalecimento e o avanço das mulheres, incluindo o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e crença, o que contribui para a satisfação das necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais de mulheres e homens, individualmente ou em comunidade, de forma a garantir-lhes a possibilidade de realizar seu pleno potencial na sociedade e organizar suas vidas de acordo com as suas próprias aspirações.

A Plataforma de Ação é uma agenda para o empoderamento das mulheres. Ela visa acelerar a implementação das Estratégias Orientadas para o Futuro de Nairobi para o Avanço das Mulheres e remover todos os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, através de uma participação plena e igualitária na tomada de decisões econômicas, sociais, culturais e políticas. Isso significa que o princípio de poder e responsabilidade compartilhados deve ser estabelecido entre mulheres e homens em casa, no local de trabalho e nas comunidades nacionais e internacionais mais amplas. A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição para a justiça social, sendo também um pré-requisito necessário e fundamental para a igualdade, desenvolvimento e paz. Uma parceria transformada baseada na igualdade entre mulheres e homens é uma condição para o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas. Um compromisso sustentado e de longo prazo é essencial, para que mulheres e homens possam trabalhar juntos por si mesmos, por seus filhos e pela sociedade para enfrentar os desafios do século XXI.

As áreas críticas de preocupação foram determinadas a partir de uma revisão do progresso desde a Conferência de Nairobi que se destacam como prioridades para ação. Tais áreas são, necessariamente, inter-relacionadas, interdependentes e de alta prioridade. A plataforma de ação possui 12 áreas críticas de preocupação que requerem objetivos estratégicos e ações dos Governos, da comunidade e sociedade civil internacional, incluindo organizações não-governamentais e o setor privado:

- (1) A persistente e crescente carga da pobreza sobre as mulheres
- (2) Desigualdades e inadequações no acesso desigual à educação e à capacitação
- (3) Desigualdades e inadequações no acesso desigual aos cuidados de saúde e serviços relacionados
- (4) Violência contra as mulheres
- (5) Os efeitos de conflitos armados ou de outros tipos sobre as mulheres, incluindo aquelas que vivem sob ocupação estrangeira

- (6) Desigualdade nas estruturas e políticas econômicas, em todas as formas de atividades produtivas e no acesso aos recursos
- (7) Desigualdade entre homens e mulheres na partilha de poder e na tomada de decisões em todos os níveis
- (8) Mecanismos insuficientes em todos os níveis para promover o avanço das mulheres
- (9) Falta de respeito e promoção inadequada e proteção dos direitos humanos das mulheres
- (10) Estereotipagem das mulheres e desigualdade no acesso e participação das mulheres em todos os sistemas de comunicação, especialmente na mídia
- (11) Desigualdades de gênero na gestão de recursos naturais e na proteção do meio ambiente
- (12) Discriminação persistente e violação dos direitos da menina

No capítulo da Declaração sobre as ações e objetivos estratégicos, em cada área crítica de preocupação, o problema é diagnosticado e são propostos objetivos estratégicos com ações concretas a serem tomadas por vários atores para alcançar esses objetivos. Os objetivos estratégicos são derivados das áreas críticas de preocupação e as ações específicas a serem tomadas para alcançá-los atravessam as fronteiras da igualdade, desenvolvimento e paz - os objetivos das Estratégias Orientadas para o Futuro de Nairobi para o Avanço das Mulheres - e refletem sua interdependência. Os objetivos e ações são interligados, de alta prioridade e se reforçam mutuamente. A Plataforma de Ação destina-se a melhorar a situação de todas as mulheres, sem exceção, que muitas vezes enfrentam barreiras semelhantes, enquanto atenção especial deve ser dada aos grupos mais desfavorecidos.

A Plataforma de Ação reconhece que as mulheres enfrentam barreiras à plena igualdade e avanço devido a fatores como raça, idade, idioma, etnia, cultura, religião ou deficiência, por serem mulheres indígenas ou por outro status. Muitas mulheres encontram obstáculos específicos relacionados ao seu estado civil, particularmente como mães solteiras; e ao seu status socioeconômico, incluindo suas condições de vida em áreas rurais, isoladas ou empobrecidas. Barreiras adicionais também existem para mulheres refugiadas, outras mulheres deslocadas, incluindo mulheres deslocadas internamente, bem como para mulheres imigrantes e migrantes, incluindo trabalhadoras migrantes. Muitas mulheres também são particularmente afetadas por desastres ambientais, doenças graves e infecciosas e várias formas de violência contra as mulheres.

Os mecanismos institucionais e financeiros para implementar a plataforma de forma eficaz, em nível nacional, sub-regional/regional e internacional são detalhados nos capítulos V e VI do documento, buscando promover em todos os níveis e áreas de atuação, políticas públicas, ações nacionais envolvendo governo local, e no âmbito internacional, o envolvendo das organizações internacionais tanto do sistema ONU quanto demais outras instituições de ação internacional. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim continua sendo um dos planos mais progressivos para o avanço dos direitos das mulheres globalmente, sendo referência básica para todos os demais instrumentos de direitos humanos da mulher.

Relatório sobre os direitos das pessoas com deficiência, Relatora Especial Heba Hagrass

No relatório apresentado ao Conselho dos Direitos do Homem em conformidade com a Resolução 53/14 do Conselho, a Relatora Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, Heba Hagrass, procura contribuir para os debates e a revisão do trigésimo aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, fornecendo uma análise da forma como esse

framework histórico incluiu e impactou mulheres e meninas com deficiência. Também fornece uma visão geral de como as sinergias entre a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável podem ser utilizadas para reforçar o *framework* político internacional sobre a igualdade de gênero para as mulheres e meninas com deficiência, enquanto reafirma o modelo social de deficiência baseado nos direitos humanos.

Mulheres e Meninas com Deficiência e a Declaração de Pequim

A Relatora Especial faz um breve histórico sobre a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, adotada na Quarta Conferência Mundial das Mulheres, reforçando que o documento pioneiro é um dos mais abrangentes *frameworks* políticos globais para a realização da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas. Em seguida, indica que revisões periódicas da implementação da Declaração de Pequim destacaram progressos específicos para mulheres e meninas com deficiência, mas também identificaram desafios persistentes, como a falta de dados desagregados e a necessidade de políticas específicas.

Importa o registro da Relatora em seu relatório sobre a luta das mulheres com deficiência e organizações de direitos das pessoas com deficiência tiveram para participar da Conferência em Pequim:

(...) No entanto, mulheres com deficiência e organizações de direitos das pessoas com deficiência tiveram que lutar arduamente e superar uma resistência substancial para que suas vozes fossem ouvidas durante as discussões da sociedade civil que levaram à adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Antes da Conferência, muitas organizações de mulheres e organizadores de eventos consideravam as questões de deficiência como periféricas. Essa percepção, juntamente com barreiras logísticas e de acessibilidade, representou desafios à participação. Por exemplo, o Fórum de ONGs sobre Mulheres em Huairou, China, que ocorreu paralelamente à Conferência oficial de Pequim, não garantiu medidas de acessibilidade para que mulheres com deficiência pudessem participar (p.4).

Quanto às revisões, podemos destacar que em revisões sob o mandato da Comissão sobre a Situação da Mulher, as mulheres com deficiência foram incluídas como um dos vários grupos vulneráveis mais propensos à marginalização e que precisam de proteção específica e políticas direcionadas. A falta de recursos financeiros para tratar dessas deficiências também foi repetidamente relatada.

A Relatora destacou alguns resultados da revisão feita em 2020 e da revisão de 25 anos da Declaração. O Secretário-Geral da ONU, em seu relatório, reconheceu que as mulheres e meninas que sofreram múltiplas formas de discriminação, inclusive com base na deficiência, foram as que menos se beneficiaram do progresso feito até aquele momento. Embora alguns bons exemplos tenham sido mencionados, foram destacadas desigualdades agravadas para as mulheres com deficiência no que diz respeito à educação, emprego, pobreza, acesso a serviços de saúde reprodutiva e informações, maior risco de violência baseada em gênero e acesso à proteção social adequada.

Outro ponto destacado nas revisões está relacionado à acessibilidade nos eventos, espaços e foruns internacionais desde sua concepção até a sua finalização para que os pleitos das mulheres com deficiência sejam levados em consideração. Nesse sentido, o Coletivo Inclusivo de Igualdade de Gerações (The Inclusive Generation Equality Collective, em inglês)

publicou o [Protocolo de Acessibilidade Feminista](#) buscando garantir que os espaços, tanto presenciais quanto virtuais, sejam totalmente acessíveis e inclusivos para as feministas com deficiência.

O Protocolo visa a participação e liderança no movimento feminista em igualdade de condições com as demais lideranças e participantes, e que as medidas de acessibilidade e acomodações necessárias para essa liderança e participação sejam plenamente atendidas. Outrossim, as discussões e decisões tomadas nesses espaços reflitam as prioridades e realidades vividas por aqueles que experimentam exclusão estrutural na interseção de gênero e deficiência (mulheres, meninas, pessoas trans, intersexuais e não-binárias com deficiência). O Protocolo destina-se a orientar o trabalho de todos os atores que buscam promover a igualdade de gênero nos níveis local, nacional, regional e/ou global.

Por fim, as revisões mais recentes trazem questões que incluem:

- falta de dados desagregados com base no gênero e deficiência por regiões,
- necessidade de passar completamente do modelo médico de deficiência para um modelo baseado em direitos humanos;
- a falta de uma abordagem interseccional nas políticas e leis sobre deficiência e gênero;
- apelo para considerar a situação das mulheres que prestam cuidados e apoio às pessoas com deficiência;
- recomendação para adotar medidas adicionais para garantir que mulheres com deficiência tenham acesso à educação, emprego, posições de liderança e tecnologia digital.

As mulheres e meninas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Convenção enfatiza a igualdade de gênero e aborda os direitos das mulheres e meninas com deficiência, reconhecendo os desafios únicos e formas interseccionais de discriminação que enfrentam devido tanto ao gênero quanto à deficiência.

No preâmbulo, é reconhecido que algumas pessoas com deficiência são sujeitas a formas múltiplas ou agravadas de discriminação com base em características pessoais, como o sexo. Além disso, mulheres e meninas com deficiência estão frequentemente em maior risco de violência, lesão ou abuso, negligência ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração. Além disso, um dos princípios gerais da Convenção é a igualdade entre homens e mulheres (art. 3). Isso significa que na legislação, políticas, estratégias e outras medidas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, a interseção entre gênero e deficiência deve ser considerada, as vozes das mulheres e meninas devem ser ouvidas de forma significativa, e suas preocupações e necessidades devem ser adequadamente abordadas.

Dentro do direito de estar livre de exploração, violência e abuso (art. 16), os Estados Partes também são obrigados a implementar legislação e políticas eficazes, incluindo legislação e políticas focadas nas mulheres, para garantir que casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, quando apropriado, processados. Por fim, no que diz respeito à proteção social inclusiva e a um padrão de vida adequado (art. 28), os Estados são obrigados a tomar medidas para garantir o acesso a programas de proteção social e redução da pobreza, em particular para mulheres e meninas.

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a promessa de igualdade de gênero até 2030

A Agenda 2030 destaca a necessidade de coletar e analisar dados desagregados por sexo, deficiência, idade e outros fatores para monitorar o progresso e desenhar políticas inclusivas.

Vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas abordam explicitamente ou implicitamente os requisitos e direitos das mulheres e meninas com deficiência. Por exemplo, o indicador para a meta 1.3, sobre a implementação de sistemas de proteção social para todos, exige que os dados sejam coletados sobre o acesso a esses sistemas por sexo e deficiência. Isso é crucial para lançar luz sobre as desigualdades agravadas que as mulheres com deficiência enfrentam.

Além disso, o Objetivo 4, sobre garantir educação de qualidade, menciona pessoas com deficiência na meta 4.5, sobre eliminar disparidades de gênero na educação e garantir acesso igualitário à educação. O Objetivo 8, sobre crescimento econômico sustentável e trabalho decente, tem como meta (meta 8.5) alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, incluindo pessoas com deficiência, o que também representa uma oportunidade chave para abordar a interseção específica de gênero e deficiência.

A meta 10.2, dentro do Objetivo 10, sobre reduzir a desigualdade, prescreve a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de fatores como deficiência e sexo, o que exige a coleta de dados desagregados sobre essa interseção (refletido no indicador). As metas 11.2 e 11.7 do Objetivo 11, sobre garantir cidades inclusivas para todos, mencionam pessoas com deficiência e mulheres em relação ao acesso a sistemas de transporte e espaços verdes e públicos.

O Objetivo 5, sobre alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, não aborda aquelas com deficiência em nenhuma de suas metas e indicadores relacionados. Mesmo que não sejam especificamente mencionadas na meta 3.7, sobre garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva, tal acesso é fundamental para mulheres com deficiência. O Objetivo 16, sobre sociedades pacíficas e inclusivas, tem muitos aspectos chave relevantes para mulheres com deficiência, que devem ser especialmente consideradas mesmo que não sejam mencionadas diretamente, por exemplo, em termos de garantir uma tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis (meta 16.7) e promover leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável (meta 16.b).

Interseccionalidade entre gênero e deficiência

Elencamos alguns parágrafos do relatório de Heba Hagrass sobre a interseccionalidade entre gênero e deficiência.

A interseccionalidade é um quadro conceitual que reconhece como identidades múltiplas e sobrepostas – como gênero, deficiência, raça, origem nacional e étnica, e status socioeconômico – interagem para moldar experiências individuais e coletivas de discriminação e marginalização. Compreender a interseccionalidade é essencial para abordar a discriminação agravada enfrentada por indivíduos que pertencem a mais de um grupo marginalizado.

Através de uma análise interseccional, um grupo que de outra forma seria considerado homogêneo é visto como abrangendo identidades diversas. Ao mesmo tempo, tal análise

reconhece que identidades e experiências estão em constante mudança, são fluidas e específicas ao contexto. Ela também examina como as identidades interagem com instituições, estruturas, sistemas, práticas e comportamentos em diferentes esferas, geralmente lançando luz sobre padrões de discriminação que podem ter sido invisíveis para os formuladores de políticas ou que não são adequadamente abordados. Ao abordar qualquer questão a partir de uma perspectiva interseccional, as vozes e experiências vividas daqueles afetados devem ser ouvidas e consideradas.

Tanto o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência quanto o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres enfatizam a importância de adotar uma abordagem interseccional para realizar plenamente os direitos das pessoas com deficiência, especialmente mulheres e meninas.

A interseção de gênero e deficiência cria vulnerabilidades específicas que são frequentemente negligenciadas no discurso principal dos direitos humanos. Mulheres e meninas com deficiência enfrentam desafios distintos em múltiplas esferas, incluindo acesso à educação, emprego, saúde, participação política e proteção contra violência e abuso.

Além disso, a discriminação combinada com base no gênero e na deficiência restringe significativamente a independência e a estabilidade econômica das mulheres com deficiência. É mais provável que elas vivam na pobreza, enfrentem diferenças salariais e encontrem barreiras ao emprego em comparação com homens com deficiência e mulheres sem deficiência. Elas também enfrentam a falta de acomodações razoáveis no local de trabalho e, muitas vezes, são excluídas com base em estigmas profundamente enraizados em relação à sua capacidade e valor na sociedade.

Além disso, elas geralmente enfrentam barreiras sistêmicas para acessar os serviços de saúde sexual e reprodutiva. A discriminação nesse contexto inclui a esterilização forçada, a negação do consentimento informado relacionado às práticas de saúde e a falta de informações acessíveis. Elas também enfrentam barreiras no acesso à justiça, decorrentes de estereótipos que questionam sua credibilidade e capacidade de participar de processos judiciais. Ambos os Comitês conclamam os Estados Partes a garantir que os sistemas jurídicos sejam inclusivos e que sejam fornecidas acomodações processuais para apoiar as mulheres com deficiência na busca de reparação por violações.

Mulheres e meninas com deficiência não são um grupo homogêneo, e suas características pessoais e deficiências específicas interagem com seu gênero e deficiência, criando experiências únicas de discriminação. Alguns grupos de mulheres com deficiência, como mulheres idosas, mulheres indígenas, refugiadas, deslocadas internamente e migrantes, mulheres em ambientes de detenção, mulheres que vivem na pobreza, mulheres de diferentes origens étnicas, religiosas e raciais, mulheres com deficiências múltiplas que exigem altos níveis de apoio, mulheres com albinismo e mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneros, bem como pessoas intersexuais, enfrentam barreiras de forma diferente. Um entendimento e uma conscientização completos dessas interseções por parte das autoridades e dos formuladores de políticas são cruciais para proteger e cumprir plenamente seus direitos.

Por exemplo, as mulheres idosas com deficiência estão em uma situação excepcional quando comparadas às mulheres idosas sem deficiência ou aos homens idosos com deficiência. Elas geralmente estão propensas à dependência econômica e à pobreza e têm maior

probabilidade de serem submetidas à violência, abuso e negligência e de serem colocadas em instituições devido à sua maior expectativa de vida em comparação com os homens.

Outro exemplo são as mulheres indígenas com deficiência, que estão sujeitas a mais barreiras e discriminação do que seus colegas homens, inclusive com relação ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva ou exposição a práticas prejudiciais, violência doméstica e emprego precário, entre outras coisas.

Leitura crítica à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Nesta seção, a Relatora identifica como a Convenção pode complementar a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim para que políticas e ações voltadas para sua implementação sejam inclusivas para pessoas com deficiência e sigam um modelo de deficiência baseado em direitos humanos (Modelo social da deficiência).

Inicia a seção tratando da importância de inserir os princípios fundamentais da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.

O Relatório destaca como a Convenção foi inovadora ao se afastar dos modelos médicos e de caridade da deficiência, adotando um modelo baseado em direitos humanos que promove a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na sociedade.

A Convenção exige que os Estados e outros atores promovam sociedades inclusivas e implementem medidas de acessibilidade para que as pessoas com deficiência possam usufruir de suas comunidades tanto quanto os demais membros.

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, que antecede a Convenção em mais de 10 anos, não articulou plenamente os aspectos dos direitos protegidos pela Convenção, como autonomia, capacidade legal, reconhecimento igual perante a lei, inclusão e participação. A Convenção reafirma que pessoas com deficiência têm o direito ao reconhecimento como pessoas perante a lei e devem desfrutar de capacidade legal em igualdade de condições com os outros em todas as áreas da vida.

A acessibilidade é um princípio chave da Convenção que deve ser incorporado em todos os processos e ações para implementar a Declaração de Pequim. A acessibilidade é abordada principalmente no artigo 9 da Convenção, mas também é refletida em outras disposições como uma obrigação transversal.

A participação significativa é um princípio central para garantir que pessoas com deficiência possam se envolver plenamente e efetivamente na vida política, social, cultural e econômica. Os artigos 4 e 33 da Convenção devem ser a base para as discussões sobre a inclusão de mulheres e meninas com deficiência na Declaração de Pequim e nas decisões que as afetam.

O Relatório enfatiza a necessidade de desenvolver legislação e políticas para garantir padrões de acessibilidade e investir em infraestrutura e tecnologias para remover barreiras existentes, garantindo que mulheres e meninas com deficiência possam participar e ser incluídas em todas as discussões que as afetam.

O ponto seguinte da seção aborda a importância da interseccionalidade na compreensão dos desafios multifacetados que mulheres e meninas com deficiência enfrentam devido à interseção de seu gênero e deficiência. Ele destaca como a Declaração e Plataforma de

Ação de Pequim reconhecem várias vezes que alguns grupos de mulheres e meninas estão em circunstâncias especialmente desfavorecidas devido a fatores como deficiência.

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim chamam para o design e implementação de programas de saúde sensíveis ao gênero que atendam às necessidades das mulheres ao longo de suas vidas e considerem os requisitos especiais de mulheres e meninas com deficiência. No entanto, não há uma análise específica dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas com deficiência e os desafios que enfrentam na prática.

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim referem-se à garantia de educação e emprego para, e assim empoderamento econômico de, mulheres e meninas com deficiência. No entanto, falta alinhamento com a linguagem e os princípios chave da Convenção.

Segundo o artigo 19 da Convenção, pessoas com deficiência têm o direito de viver de forma independente, ser incluídas na comunidade e acessar serviços e apoio baseados na comunidade. No entanto, na prática, muitos países continuam a institucionalizar pessoas com deficiência, confinando-as em instalações segregadas e frequentemente negando-lhes acesso à vida comunitária, autonomia e dignidade.

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim falhou ao reconhecer a prática de institucionalização de mulheres e meninas com deficiência, incluindo em instalações psiquiátricas e ambientes residenciais congregados, seus efeitos dramáticos sobre o gozo de seus direitos e a necessidade de se afastar de tais práticas. A vida independente, que está intimamente ligada ao reconhecimento da capacidade legal, deve ser incluída na revisão e avaliação da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim como um facilitador essencial para que mulheres e meninas com deficiência tenham seus direitos humanos plenamente protegidos e respeitados.

O Relatório enfatiza a necessidade de desenvolver legislação e políticas para garantir padrões de acessibilidade e investir em infraestrutura e tecnologias para remover barreiras existentes, garantindo que mulheres e meninas com deficiência possam participar e ser incluídas em todas as discussões que as afetam.

A respeito do apoio às famílias de pessoas com deficiência, com ênfase nas mães, a Relatora Especial destaca que o papel das famílias, na prática, as mães são as principais provedoras de cuidados para crianças com deficiência e continuam desempenhando esse papel na vida adulta. A falta de apoio adequado para as famílias pode levar à negligência, abuso ou institucionalização das pessoas com deficiência. Mulheres e meninas com deficiência, em especial as mães, assumem uma parcela desproporcional de cuidados de forma invisível, não remunerada e não reconhecida, enfrentando desafios contínuos para sua saúde mental e independência econômica.

A Plataforma de Ação de Pequim menciona a necessidade de serviços de apoio adequados para famílias de meninas com deficiência e promove a divisão igualitária das responsabilidades familiares entre homens e mulheres. A revisão da Declaração de Pequim deve incentivar compromissos para sistemas de apoio robustos e inclusivos, destacando a situação das mulheres que cuidam de pessoas com deficiência, considerando que essas mulheres enfrentam desafios específicos e devem ser apoiadas com políticas e programas dedicados.

Resposta a emergências e crises

Nesta seção, o Relatório trata da resposta a emergências e crises. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim reconhecem que mulheres e meninas são particularmente afetadas por desastres ambientais e conflitos armados, incluindo violência e abusos como assassinato, estupro sistemático, escravidão sexual e gravidez forçada. O Artigo 11 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência exige que os Estados tomem medidas para garantir a proteção e segurança das pessoas com deficiência em situações de risco, como conflitos armados, emergências humanitárias e desastres naturais.

A resolução 2475 (2019) do Conselho de Segurança destaca a necessidade de fornecer assistência inclusiva e acessível a civis com deficiência afetados por conflitos armados, incluindo reintegração, reabilitação e apoio psicossocial. Durante crises, pessoas com deficiência, especialmente mulheres e meninas, enfrentam riscos desproporcionais e barreiras sistêmicas para acessar proteção civil e respostas humanitárias. Elas são mais propensas a serem mortas, sofrer de fome, desidratação, complicações de saúde e violência devido à falta de assistência humanitária acessível.

A revisão da implementação da Declaração de Pequim é uma oportunidade crucial para tornar esses desafios mais visíveis e exigir compromissos concretos para proteger mulheres e meninas com deficiência durante crises, incluindo assistência humanitária adaptada e coleta de dados desagregados e por fim, a contribuição de mulheres com deficiência na prevenção de conflitos, mediação, resolução de conflitos, construção da paz e recuperação pós-conflito deve ser reconhecida e sua participação significativa e inclusiva garantida.

Conclusões e recomendações do Relatório

Nos últimos 30 anos, houve avanços significativos na promoção dos direitos de mulheres e meninas com deficiência dentro do marco global de igualdade de gênero. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, juntamente com revisões subsequentes, aumentaram a visibilidade desse grupo e o reconhecimento dos desafios únicos e da discriminação múltipla que enfrentam. No entanto, apesar dos progressos, barreiras sistêmicas, acessibilidade limitada e falta de inclusão significativa ainda impedem a plena realização dos direitos dessas mulheres e meninas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ajudou a mudar paradigmas de um modelo médico para um modelo baseado em direitos humanos, fornecendo um quadro robusto para integrar os direitos das pessoas com deficiência.

As revisões regionais e nacionais da Declaração de Pequim mostram que ainda existem lacunas na implementação dos princípios da Convenção, especialmente em áreas como capacidade legal, vida independente e formas múltiplas e interseccionais de discriminação. Conclui que a próxima revisão e avaliação oferecem uma oportunidade crucial para revitalizar os compromissos com a igualdade de gênero, com uma compreensão mais detalhada das necessidades de mulheres e meninas com deficiência. Um enfoque interseccional é essencial para garantir sua inclusão em todos os aspectos da formulação de políticas, implementação e monitoramento. E por fim, ao priorizar acessibilidade, participação significativa e medidas direcionadas para atender às necessidades específicas dessas mulheres e meninas, os *stakeholders* podem criar um *framework* mais inclusivo e equitativo que realmente não deixe ninguém para trás, cumprindo os compromissos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

As Recomendações gravitam em torno dos dever dos Estados em fortalecer os quadros legais e políticos nacionais para alinhar com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, garantir a educação inclusiva, implementar políticas de emprego equitativas, promover a liderança de mulheres com deficiência, e proteger os direitos de mulheres e meninas com deficiência durante crises e considerar estabelecer o tema do relatório e a situação de mulheres e meninas com deficiência como uma das prioridades temáticas no programa de trabalho da Comissão.

Quanto à implementação dos compromissos da Declaração de Pequim, recomenda-se:

- (1) Alinhar as estruturas nacionais com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, garantindo acessibilidade, capacidade legal e participação significativa;
- (2) Revogar mecanismos de decisão substitutiva e garantir autonomia e sistemas de apoio para mulheres e meninas com deficiência;
- (3) Coletar dados desagregados por gênero e deficiência para informar políticas baseadas em evidências e monitorar o progresso;
- (4) Garantir educação inclusiva para mulheres e meninas com deficiência no sistema educacional regular.
- (5) Implementar políticas que garantam acesso a oportunidades de emprego equitativas, abordando a lacuna salarial de gênero.
- (6) Promover a liderança de mulheres com deficiência nos setores público e privado.
- (7) Coletar dados sobre os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas com deficiência e desenvolver políticas para abordar práticas prejudiciais.
- (8) Adotar leis e políticas inclusivas para prevenir violência de gênero e desenvolver programas especializados para proteger mulheres e meninas com deficiência.
- (9) Reconhecer e apoiar financeiramente, psicologicamente e informativamente as mulheres que cuidam de pessoas com deficiência.
- (10) Proteger os direitos de mulheres e meninas com deficiência durante crises e envolvê-las na prevenção e resolução de conflitos.

Em relação aos mandatos das Agências da ONU, recomendou-se:

- (1) Garantir que todos os quadros de igualdade de gênero abordem explicitamente os direitos de mulheres e meninas com deficiência.
- (2) Apoiar Estados e sociedade civil na implementação de políticas inclusivas para deficiência.
- (3) Garantir que todos os fóruns, publicações e eventos da ONU sejam totalmente acessíveis.
- (4) Estabelecer processos de monitoramento e relatórios focados na inclusão de mulheres e meninas com deficiência.
- (5) Adotar o Protocolo de Acessibilidade Feminista para garantir acessibilidade em reuniões e eventos relacionados à igualdade de gênero.

Quanto às Organizações da Sociedade Civil e outros *stakeholders*, recomendou-se:

- (1) Promover a participação significativa de mulheres com deficiência em papéis de liderança.
- (2) Adotar abordagens interseccionais nas políticas de igualdade de gênero.
- (3) Desenvolver e apoiar iniciativas comunitárias que empoderem mulheres e meninas com deficiência.
- (4) Formar parcerias com mídia, academia e setor privado para aumentar a conscientização sobre os direitos de mulheres e meninas com deficiência.

Avanços Recentes na Governança Climática e Oceânica Global

Recent Advances in Global Climate and Ocean Governance

Danielly de Paiva Magalhães & Guto Galvão

Resumo: A Primeira Sessão da Comissão Preparatória para o Acordo BBNJ ocorreu de 14 a 25 de abril de 2025 na ONU, em Nova York. Iniciado em 2023, o tratado tem 17 países membros e requer 60 ratificações para entrar em vigor, o que pode ocorrer em junho com a adesão da União Europeia. O acordo visa regular e monitorar impactos como a mineração em alto-mar, protegendo a biodiversidade marinha essencial ao clima, segurança alimentar e meios de vida.

O 16º Diálogo Climático de Petersberg (março/2025, Berlim) reuniu 38 países para preparar a COP30, com foco na transição para economias neutras em carbono, NDCs mais ambiciosas, planos de adaptação e reformas financeiras. Reforçou-se a necessidade de alinhar crescimento econômico à ação climática, com inovação, segurança energética e menor custo.

Na Cúpula Virtual de Ambição Climática (23/abril), organizada por Guterres e Lula, destacou-se a urgência de novos compromissos climáticos até setembro, alinhados à meta de 1,5°C do Acordo de Paris. Lula anunciou quatro iniciativas para a COP30: Balanço Ético Global, Aliança contra Fome e Pobreza, Integridade da Informação Climática e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

A Cúpula de Ação Climática dos EUA (21 a 25/abril, Washington) enfatizou ações climáticas tangíveis, com foco em saúde pública como tema central frente aos impactos das mudanças climáticas.

Ministros do BRICS concordaram em avançar em quatro áreas: poluição plástica, desertificação, valorização de ecossistemas e liderança climática. Apoiaram também o “Roteiro de Baku a Belém para 1,3 T”, para ampliar o financiamento climático aos países em desenvolvimento.

Abstract: The First Session of the Preparatory Commission for the BBNJ Agreement took place from April 14 to 25, 2025, at the UN headquarters in New York. Initiated in 2023, the treaty currently has 17 member countries and requires 60 ratifications to enter into force, which may occur in June with the European Union's accession. The agreement aims to regulate and monitor activities such as deep-sea mining, protecting marine biodiversity essential to climate regulation, food security, and livelihoods.

The 16th Petersberg Climate Dialogue (March 2025, Berlin) brought together 38 countries to prepare for COP30, focusing on the transition to carbon-neutral economies, more ambitious Nationally Determined Contributions (NDCs), national adaptation plans, and financial reforms. The need to align economic growth with climate action—promoting innovation, energy security, and cost reduction—was reinforced.

The Virtual Climate Ambition Summit (April 23), organized by António Guterres and Luiz Inácio Lula da Silva, highlighted the urgency for new climate commitments by September, aligned with the Paris Agreement's 1.5°C goal. Lula announced four initiatives to be presented at COP30:

Global Ethical Stocktake, Global Alliance Against Hunger and Poverty, Global Initiative for Climate Information Integrity, and the Tropical Forests Forever Fund.

The 2025 U.S. Climate Action Summit (April 21–25, Washington, D.C.) emphasized turning climate commitments into tangible actions, with public health emerging as a central theme due to the impacts of climate change.

BRICS ministers agreed to advance cooperation in four key areas: plastic pollution and waste management, desertification and land degradation, valuation of ecosystem services, and collective climate leadership. They also expressed support for the “Baku to Belém Roadmap to 1.3 T” as a strategy to increase climate finance flows to developing countries.

O Dia Internacional da Mãe Terra, celebrado em 22 de abril, nos convida a refletir sobre a interdependência entre o bem-estar do planeta e a saúde das populações humanas. Em um momento crítico para a ação climática e ambiental, diversas iniciativas e encontros internacionais ocorridos em abril de 2025 demonstram avanços para a proteção da vida e na promoção de justiça climática e ecológica.

Neste informe daremos destaque à Primeira Sessão da Comissão Preparatória para o Acordo sobre Biodiversidade Marinha de Áreas Além da Jurisdição Nacional; o 16º Diálogo Climático de Petersberg, que fortalece compromissos com a transição para economias de baixo carbono; e a Cúpula Virtual de Ambição Climática, que busca mobilizar compromissos climáticos mais ambiciosos antes da COP30.

Além disso, a Cúpula de Ação Climática dos EUA destacou o impacto das mudanças climáticas na saúde pública, enquanto os países do BRICS reafirmaram sua cooperação em áreas-chave da agenda ambiental e climática global. Esses esforços coletivos são fundamentais para garantir a integridade dos ecossistemas, a resiliência das comunidades e o futuro sustentável da Mãe Terra.

A conexão entre a saúde do planeta e a saúde humana é inegável: a degradação ambiental, as mudanças no clima e a perda da biodiversidade afetam diretamente a qualidade do ar, da água e dos alimentos, além de ampliar riscos de doenças. Proteger a Mãe Terra é, portanto, proteger também a saúde das pessoas — sobretudo das populações mais vulneráveis. Integrar a saúde nas decisões ambientais e climáticas é essencial para construir sociedades mais justas, resilientes e saudáveis.

Primeira Sessão da Comissão Preparatória do BBNJ

O [Uso da Biodiversidade Marinha de Áreas Além da Jurisdição Nacional](#) (Acordo BBNJ), adotado no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), centra-se na conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora da jurisdição nacional. Isso inclui o alto mar e o fundo do mar.

A Primeira Sessão da Comissão Preparatória (PrepCom I) para a Entrada em Vigor do Acordo sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha de Áreas Além da Jurisdição Nacional (Acordo BBNJ) ocorreu de 14 a 25 de abril de 2025 na sede das Nações Unidas em Nova York. Esta sessão marcou um passo crítico para a operacionalização de um tratado internacional histórico adotado em junho de 2023, destinado a proteger a biodiversidade

marinha em áreas do oceano que ficam fora das fronteiras nacionais – uma região que compreende quase dois terços da superfície do planeta.

A primeira sessão da Comissão Preparatória do BBNJ reuniu aproximadamente 200 participantes, incluindo representantes governamentais dos estados membros da ONU, organizações da sociedade civil e órgãos intergovernamentais. Co-presidida por Adam McCarthy (Austrália) e Janine Coye-Felson (Belize), a sessão foi apoiada pela Divisão das Nações Unidas para Assuntos Oceânicos e Direito do Mar (UNDOALOS) como Secretariado Interino.

As principais conclusões incluíram:

- Os delegados se concentraram na elaboração de regras de procedimento para a Conferência das Partes (COP) do Acordo e seus órgãos subsidiários, arranjos operacionais para o Secretariado e estabelecimento de mecanismos de financiamento.
- Importantes discussões avançaram sobre a criação **de um Mecanismo de Intercâmbio de Informações** para facilitar o compartilhamento de dados e a cooperação.
- Foram dados passos iniciais em direção a mecanismos para garantir o acesso justo aos recursos genéticos marinhos e promover a transferência de tecnologia, especialmente para os países em desenvolvimento.
- O Fundo Mundial para o Ambiente comprometeu-se a disponibilizar fundos significativos (até 34 milhões de dólares) para apoiar as ações de ratificação e implementação antecipada do Acordo.
- Foi dada atenção especial à garantia da participação equitativa dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e grupos marginalizados.

O oceano é crucial para regular o clima da Terra, apoiar a segurança alimentar global e sustentar os meios de subsistência de bilhões de pessoas. No entanto, a biodiversidade marinha, particularmente em áreas fora da jurisdição nacional, tem sido cada vez mais ameaçada pela pesca excessiva, poluição, mineração em alto mar e mudanças climáticas.

Ao estabelecer uma estrutura internacional robusta por meio do Acordo BBNJ, a humanidade está dando um passo essencial para salvaguardar a saúde do oceano – e, por extensão, a saúde das pessoas em todos os lugares. A proteção dos ecossistemas marinhos aumenta a segurança alimentar, apoia o sequestro de carbono (crítico para a regulação do clima) e preserva os recursos genéticos que podem levar a futuras inovações médicas e biotecnológicas.

No entanto, O Acordo sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) entrará em vigor 120 dias após a ratificação pelo 60º país, mas até o momento apenas 17 países ratificaram. A UE comprometeu-se a ratificá-lo antes da Conferência dos Oceanos da ONU, em junho de 2025, e, caso esse compromisso não seja cumprido, o Acordo BBNJ poderá entrar em vigor logo após junho de 2025.

Este acordo será fundamental para regular e monitorar os impactos da potencial mineração em alto mar (já está em discussão). Sem uma regulamentação clara dessa área, a vida oceânica pode estar em perigo. O Acordo BBNJ introduz disposições para avaliações de impacto ambiental (EIAs), ferramentas de gerenciamento baseadas em área (ABMTs) e medidas de capacitação que podem influenciar a forma como as atividades de mineração em alto mar são conduzidas e regulamentadas. O Acordo BBNJ determina que as atividades em áreas além da jurisdição nacional, incluindo potenciais operações de mineração em alto mar, passem por EIAs

rigorosos para avaliar seus impactos potenciais na biodiversidade marinha. Este requisito visa garantir que tais atividades não prejudiquem o ambiente marinho e que quaisquer riscos potenciais sejam cuidadosamente avaliados antes do início das operações.

Diálogo de Petersberg de 2025

O [16º Diálogo Climático de Petersberg](#), realizado em 25 e 26 de março de 2025 em Berlim, reuniu ministros e representantes de 38 países, abrangendo desde pequenas nações insulares até grandes emissores, com o objetivo de preparar o terreno para a COP30, que ocorrerá em novembro em Belém, Brasil. Este encontro anual, iniciado em 2010 pela então chanceler alemã Angela Merkel, é coorganizado pela Alemanha e pelo país que sediará a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Nesta edição, os debates centraram-se na aceleração da transição para economias neutras em carbono, destacando a importância de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) mais ambiciosas, planos nacionais de adaptação (NAPs) e reformas no sistema financeiro global. Os ministros enfatizaram a necessidade de alinhar o crescimento econômico com a ação climática, promovendo inovação, segurança energética e redução de custos.

Uma [análise preliminar apresentada pela OCDE e pelo PNUD](#) indicou que políticas climáticas bem elaboradas poderiam evitar perdas no PIB global de pelo menos 3% até 2050 e 13% até 2100. Além disso, ações climáticas aceleradas poderiam aumentar o PIB global em 0,2% até 2040, equivalente ao tamanho da economia da Suécia. Investimentos em energia limpa e eficiência energética foram destacados como motores de produtividade e inovação, com o mercado de tecnologias limpas projetado para ultrapassar US\$ 2 trilhões até 2035. Outros pontos ressaltados pelo relatório são:

1. Benefícios econômicos do aumento da ação climática

- **Crescimento do PIB:** A implementação de políticas climáticas mais fortes pode aumentar o PIB global em até 3% até 2050 e 13% até 2100, em comparação com um cenário de negócios como de costume. [Rinnovabili](#)
- **Redução da pobreza:** Investimentos em energia limpa e eficiência energética, juntamente com políticas de apoio, podem tirar 175 milhões de pessoas da pobreza extrema até 2050.
- **Melhorias na saúde:** Políticas climáticas mais fortes podem trazer benefícios à saúde, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade do ar.

2. Principais mensagens e recomendações

- Entre 2015 e 2022, o PIB global cresceu 22%, enquanto as emissões aumentaram apenas 7%, indicando progresso para dissociar o crescimento econômico das emissões de gases de efeito estufa.
- Políticas climáticas claras e consistentes são essenciais para mobilizar investimentos e impulsionar o crescimento sustentável. A incerteza política pode enfraquecer o investimento e retardar o progresso econômico.
- Colocar as pessoas no centro das estratégias climáticas garante uma transição justa e equitativa, construindo apoio público e aumentando a eficácia das ações climáticas.

Os participantes também discutiram a necessidade de fortalecer a governança climática global, adotando abordagens integradas que envolvam governos, sociedade civil e setor privado.

Foi ressaltada a importância de conectar o regime climático à vida das pessoas, promovendo transformações estruturais necessárias para implementar o Acordo de Paris.

Os palestrantes enfatizaram a necessidade de avançar nas discussões sobre a reforma do sistema financeiro global na primavera de 2025 e nas reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) e no processo do G20. Reconhecendo a nova decisão de meta quantificada coletiva (NCQG) e o 'Roteiro de Baku a Belém' como fundamentais para alcançar US\$ 1,3 trilhão em financiamento climático e fortalecer a cooperação global, muitos ministros ressaltaram que, embora as finanças públicas continuem sendo essenciais, particularmente para adaptação, é necessário um maior foco no financiamento privado. Outros pediram mais doações e financiamento concessional, bem como acesso simplificado ao financiamento, especialmente para países menos desenvolvidos (LDCs) e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS). O secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu aos países desenvolvidos que dobrem o financiamento da adaptação para pelo menos US\$ 40 bilhões por ano.

O Diálogo de Petersberg de 2025 serviu como um marco importante na diplomacia climática internacional, estabelecendo as bases para decisões críticas na COP30 e reforçando o compromisso global com um futuro sustentável e resiliente.

Cúpula Virtual sobre Ambição Climática

A Cúpula Virtual de Ambição Climática ocorreu em 23 de abril de 2025 e foi organizada pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, e pelo presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, teve como objetivo criar impulso para (Contribuições Nacionalmente Determinadas, ou NDCs) mais ambiciosas antes da COP30. A reunião incluiu 17 chefes de Estado e de governo das principais economias e países vulneráveis ao clima, incluindo representantes de grandes economias como a China, bem como líderes da União Africana, União Europeia, ASEAN, AOSIS e CARICOM, participaram da cúpula. O objetivo era acelerar a ambição climática global sob o Acordo de Paris.

Com apenas cerca de 10% dos signatários da UNFCCC tendo apresentado NDCs revisadas até o prazo original de fevereiro, a cúpula enfatizou a necessidade de todos os países apresentarem metas atualizadas até o prazo estendido de setembro. Essas metas são cruciais para se alinhar com a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

O presidente Lula destacou a necessidade de um esforço coletivo para cumprir os compromissos climáticos, afirmando: "O planeta está cansado de promessas não cumpridas". Ele ressaltou a importância do multilateralismo e da cooperação internacional no enfrentamento das mudanças climáticas (discurso completo abaixo). O secretário-geral Guterres pediu às nações que apresentem os planos de ação climática "mais fortes possíveis", acelerem a transição para a energia limpa e honrem os compromissos de financiamento climático.

O presidente Xi Jinping afirmou a dedicação da China ao multilateralismo e anunciou planos para apresentar NDCs abrangentes cobrindo todos os setores econômicos e gases de efeito estufa antes da COP30.

A urgência da cúpula foi ressaltada pelo [relatório State of the Global Climate](#) da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que confirmou que 2024 foi provavelmente o primeiro ano civil com temperaturas globais superiores a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais,

registrando uma média de $1,55 \pm 0,13^{\circ}\text{C}$. Este marco significa o ano mais quente no registro observacional de 175 anos e destaca os impactos crescentes das mudanças climáticas.

Em resposta a essas descobertas, a OMM planeja apresentar uma atualização do Estado do Clima Global 2025 para informar os tomadores de decisão na COP30, enfatizando a necessidade crítica de ação climática imediata e ambiciosa.

A seguir, reproduzimos o discurso do presidente Lula na Cúpula.

Discurso do presidente Lula na Cúpula Virtual sobre Ambição Climática

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a
Cúpula Virtual sobre Ambição Climática, realizada de forma online, em 23 de abril de 2025

Acesso: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/04/discurso-do-presidente-lula-na-cupula-virtual-sobre-ambicao-climatica>

Cumprimento o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e todos meus colegas, chefes de Estado e de governo que aceitaram o nosso convite para esta Cúpula.

Nosso encontro ocorre em um momento particularmente triste, em razão do falecimento do Papa Francisco.

Tenho certeza de que seus ensinamentos sobre a necessidade de uma “ecologia integral”, que enxergue a natureza e o ser humano como uma totalidade, vão nos servir de inspiração.

A menos de sete meses da COP30, que o Brasil sediará em Belém do Pará, o planeta parece estar entrando em território desconhecido pela ciência.

O aquecimento global está ocorrendo em ritmo mais acelerado do que o previsto.

Em 2024, a temperatura média da Terra ultrapassou pela primeira vez o limite crítico de um grau e meio acima dos níveis pré-industriais.

Muitos ecossistemas, como as florestas, as geleiras e os mares, correm o risco de atingir um ponto de não retorno.

A Amazônia registrou a pior seca da sua história e o calor extremo tem provocado o branqueamento massivo de corais no oceano.

Negar a crise climática não vai fazê-la desaparecer.

Precisamos assegurar que o multilateralismo e a cooperação internacional sigam como pedra angular da resposta global à mudança do clima.

Apesar das investidas contra o Acordo de Paris, foi graças a ele que revertemos as projeções mais pessimistas de elevação da temperatura, que previam aumento de quatro graus até o fim do século.

No Brasil, quando queremos mobilizar esforços em torno de um objetivo comum, utilizamos uma palavra de origem indígena chamada “mutirão”.

Queremos fazer da COP30 um grande mutirão em prol da implementação dos compromissos climáticos.

Guerras, corridas armamentistas e cortes na ajuda ao desenvolvimento e no financiamento climático nos empurram para trás.

O planeta já está farto de promessas não cumpridas.

Neste ano, todos os países devem apresentar suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas, as NDCs, com metas de redução de emissões de carbono até 2035.

O Brasil apresentou sua NDC na COP de Baku. Prevemos redução de 59 a 67% de emissões, abrangendo todos os gases de efeito estufa e todos os setores da economia.

Internamente, estamos formulando um Plano Clima que contemplará estratégias de mitigação, adaptação e justiça climática.

Não se pode falar em transição justa sem incorporar a perspectiva de setores historicamente marginalizados, como mulheres, negros e indígenas, e sem considerar as circunstâncias do Sul Global.

A arquitetura de preparação das NDCs é suficientemente flexível para combinar metas ambiciosas e as necessidades de desenvolvimento de cada Estado.

Os países ricos, que foram os maiores beneficiados pela economia baseada em carbono, precisam estar à altura de suas responsabilidades.

Está em suas mãos antecipar metas de neutralidade climática e ampliar o financiamento até o objetivo de um trilhão e trezentos bilhões de dólares.

Faço um chamado especial por apoio a quatro iniciativas que devem pavimentar nosso caminho até Belém nos próximos meses.

A primeira delas é um esforço que chamamos de Balanço Ético Global. O Brasil e a ONU reunirão lideranças jovens e religiosas, artistas, povos originários, cientistas e tomadores de decisão em torno de um novo pacto com o planeta.

A segunda é a Aliança Global de Combate à Fome e a Pobreza. Junto com a FAO, elaboramos um guia para a inclusão de políticas sociais e de transformação de sistemas alimentares nas NDCs.

A terceira é a Iniciativa Global pela Integridade das Informações sobre a Mudança do Clima, em parceria com a UNESCO, que visa a valorizar a ciência e combater a desinformação.

Por fim, temos o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, a ser lançado na COP30, que vai remunerar países em desenvolvimento que preservam suas florestas.

Esta cúpula representa o início de um amplo movimento rumo à COP 30.

No ano em que celebramos o 80º (octogésimo) aniversário das Nações Unidas, convido a todos para um diálogo franco, aberto e genuíno sobre o que é preciso fazer para avançar na luta contra a mudança do clima.

Muito obrigado.

===*===

O Presidente Lula, cita em seu discurso 4 iniciativas importantes que foram sugeridas pelo governo brasileiro e acordadas com diferentes instituições das Nações Unidas e Estados membros em ocasiões diferentes e que se serão mais lançadas e melhor apresentadas durante a COP 30:

1. Balanço Ético Global

- **O que é:** Um esforço para reunir lideranças jovens e religiosas, artistas, povos originários, cientistas e tomadores de decisão em torno de um novo pacto com o planeta.
- **Quem criou:** Iniciativa conjunta do Brasil e das Nações Unidas.
- **Quando:** Anunciada em 2024, com atividades previstas até a COP30 em 2025.
- **Objetivo:** Promover um compromisso ético global que envolva diversos setores da sociedade na construção de soluções sustentáveis para o planeta.

2. Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza

- **O que é:** Uma aliança internacional para integrar políticas sociais e a transformação dos sistemas alimentares nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).
- **Quem criou:** Parceria entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
- **Quando:** Desenvolvida em 2024, com implementação prevista nos meses seguintes.
- **Objetivo:** Elaborar um guia que auxilie os países a incluir políticas de combate à fome e à pobreza em suas estratégias climáticas, promovendo justiça social e sustentabilidade.

3. Iniciativa Global pela Integridade das Informações sobre a Mudança do Clima

- **O que é:** Uma iniciativa para combater a desinformação climática e promover a integridade da informação sobre mudanças do clima.
- **Quem criou:** [Lançada pelo Brasil](#), em parceria com as Nações Unidas e a UNESCO.
- **Quando:** Formalizada em 19 de novembro de 2024, durante a Cúpula de Líderes do G20 no Rio de Janeiro.
- **Objetivo:** Fortalecer pesquisas e medidas para combater a desinformação que atrasa ações climáticas, incluindo a criação de um fundo global administrado pela UNESCO para financiar pesquisas e campanhas de conscientização

4. Fundo Florestas Tropicais para Sempre

- **O que é:** Um fundo destinado a remunerar países em desenvolvimento que preservam suas florestas tropicais.
- **Quem criou:** [Iniciativa do governo brasileiro](#), com apoio de parceiros internacionais. DUBAI (2 de dezembro de 2023) – No segundo dia da COP28 em Dubai, os ministros Marina Silva e Fernando Haddad, juntamente com o embaixador André Corrêa do Lago, anunciaram o lançamento do fundo 'Tropical Forests Forever', um **instrumento financeiro de pagamento por florestas em pé**, com contribuições de países com fundos soberanos, entre outros investidores.
- **Quando:** Previsto para ser lançado oficialmente durante a COP30 em 2025.
- **Objetivo:** Incentivar a conservação das florestas tropicais, reconhecendo e recompensando os esforços dos países que mantêm suas florestas em pé, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade.

Cúpula de Ação Climática dos EUA (21 a 25 de abril de 2025)

A [Cúpula de Ação Climática dos EUA 2025](#) aconteceu de **21 a 25 de abril** em **Washington, D.C.**, marcando seu quinto ano como um encontro crucial para o avanço de iniciativas climáticas nos Estados Unidos. Organizada pelo **Climate Group**, a cúpula reuniu líderes do governo, empresas, academia e sociedade civil para promover a colaboração e impulsionar políticas climáticas acionáveis aconteceu de 21 a 27 de abril em Washington, D.C., organizado pelo Grupo do Clima. Esta quinta cúpula anual reuniu líderes de empresas, governos e sociedade civil para acelerar a ação climática nos Estados Unidos.

Principais eventos e participantes

➤ **Fórum de Líderes (24 de abril):** O principal evento da cúpula reuniu mais de 200 líderes climáticos para discussões de alto nível, workshops e negociações a portas fechadas com o

objetivo de traduzir compromissos em estratégias acionáveis. Foram discutidos os seguintes tópicos:

- Implementação da Lei de Redução da **Inflação (IRA)**
- Estratégias para uma **transição justa** para uma economia verde
- Aprimorando **parcerias público-privadas** para acelerar os esforços de descarbonização
- Fortalecimento **das cadeias de suprimentos** e da produção doméstica para reduzir a dependência das importações

Dia do Clima e da Saúde (22 de abril): Em parceria com a Academia Nacional de Medicina, esta sessão explorou a interseção das mudanças climáticas e da saúde pública, abordando os impactos da degradação ambiental no bem-estar humano. A cúpula serviu como uma plataforma fundamental para as partes interessadas compartilharem as melhores práticas, estabelecerem novas parcerias e se comprometerem com resultados mensuráveis na luta contra as mudanças climáticas. Co-organizado pela NAM e Kaiser Permanente, este evento:

- Riscos para a saúde associados às mudanças climáticas, como calor extremo e poluição do ar
- Soluções equitativas para lidar com as disparidades de saúde relacionadas ao clima
- Colaboração intersetorial para construir comunidades resilientes ao clima

Durante este evento, a Academia Nacional de Medicina lançou a **iniciativa "Acelerando o Movimento Nacional pelo Clima e Saúde"**, com o objetivo de mobilizar organizações do setor de saúde em todo o país para enfrentar os desafios climáticos e de saúde de forma colaborativa.

A cúpula contou com uma série de ativações e eventos ao longo da semana, promovendo a colaboração entre várias organizações comprometidas com a ação climática. A ênfase foi colocada no papel dos estados dos EUA na condução da ação climática, particularmente por meio de iniciativas apoiadas pela Lei de Redução da Inflação. A cúpula destacou a importância das parcerias entre entidades governamentais, empresas e organizações sem fins lucrativos para superar as barreiras à ação climática eficaz.

A cúpula enfatizou a urgência de traduzir os compromissos climáticos em ações tangíveis, com foco em resultados mensuráveis em políticas e práticas de negócios. A saúde emergiu como tema central, reconhecendo o profundo impacto das mudanças climáticas na saúde pública e a necessidade de soluções integradas. O evento promoveu um ambiente colaborativo, incentivando parcerias entre setores para impulsionar a inovação e a equidade na ação climática. Para obter informações e recursos mais detalhados da cúpula, você pode visitar [a página oficial do evento do Climate Group](#).

Ministros do BRICS concordam em avançar na cooperação ambiental

Em 3 de abril de 2025, a 11ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do BRICS foi realizada em Brasília, Brasil, sob a liderança da Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva. Este encontro marcou a primeira cúpula ambiental desde a expansão do BRICS para incluir Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, ao lado dos membros originais: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os ministros emitiram uma [declaração conjunta abrangente enfatizando o compromisso do bloco com soluções ambientais colaborativas e uma transição justa para todos](#).

Na Declaração, os ministros identificaram quatro áreas centrais para uma ação comum:

1. **Poluição plástica e gestão de resíduos:** As nações do BRICS se comprometeram a se envolver ativamente nas negociações de um instrumento internacional juridicamente vinculativo para combater a poluição plástica, incluindo o lixo marinho. Eles enfatizaram a necessidade de os países desenvolvidos fornecerem recursos financeiros e transferência de tecnologia para apoiar as nações em desenvolvimento nesse esforço.
2. **Desertificação, Degradação da Terra e Seca:** Reconhecendo as graves ameaças representadas pela Desertificação, Degradação da Terra e Seca, os ministros reafirmaram seu apoio para alcançar a Neutralidade da Degradação da Terra, conforme descrito no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15. Eles pediram uma maior colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil para ampliar as práticas sustentáveis de gestão da terra e aumentar a resiliência contra os impactos da degradação da terra e da desertificação.
3. **Preservação, Restauração e Valoração de Serviços Ecossistêmicos:** Os países do BRICS se comprometeram a intensificar os esforços para conservar biomas, deter a perda de biodiversidade e restaurar ecossistemas. Eles reconheceram o potencial de instrumentos econômicos inovadores, como pagamentos por serviços ecossistêmicos, para apoiar os esforços de conservação e enfatizaram a importância de envolver os povos indígenas e as comunidades locais nos processos de tomada de decisão.
4. **Liderança Coletiva na Ação Climática:** Os ministros expressaram preocupação com as lacunas substanciais entre as atuais disposições de financiamento climático e as necessidades dos países em desenvolvimento. Eles apoiaram o "Roteiro de Baku a Belém para 1,3 T" como um esforço direcionado para aumentar os fluxos de financiamento climático para os países em desenvolvimento e instaram as nações desenvolvidas a cumprir suas obrigações, incluindo o cumprimento da meta de US\$ 300 bilhões por ano até 2035 sob a Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG).

Financiamento climático e o "Roteiro de Baku a Belém": A declaração conjunta destacou a preocupação dos ministros com as "lacunas substanciais" entre o atual quantum anual fornecido pelo NCQG e as necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento. Eles aguardam com expectativa o "Roteiro de Baku a Belém para 1,3 T" como um esforço direcionado para aumentar os fluxos de financiamento climático para os países em desenvolvimento. Os ministros instaram os países desenvolvidos a cumprirem suas obrigações de financiamento climático, inclusive divulgando como planejam atingir a meta de US\$ 300 bilhões por ano até 2035 sob o NCQG.

Desenvolvimentos institucionais e planos futuros: Os ministros aprovaram um plano de trabalho, incluindo um Memorando de Entendimento sobre cooperação ambiental para o período de 2024-2027. Este documento descreve cerca de 50 atividades práticas em áreas como qualidade do ar, educação ambiental, biodiversidade, gestão de resíduos e produtos químicos, recursos hídricos, áreas costeiras e marinhas e mudanças climáticas. Eles também reconheceram a proposta do Brasil para o Tropical Forests Forever Fundy (TFFF), voltado para a conservação florestal.

A reunião ressaltou o potencial ampliado do bloco BRICS para contribuir positivamente para a agenda ambiental global, representando cerca de metade da população mundial e 39% do PIB global. Os ministros enfatizaram a importância do multilateralismo e da cooperação internacional, particularmente no contexto da próxima 17ª Cúpula do BRICS, em julho, e da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2025 (UNFCCC COP 30), em novembro, ambas a serem sediadas pelo Brasil.

Época de muitas celebrações, mas pouco a comemorar: os muitos significados do 28 de abril e do 1º de maio para a classe trabalhadora no mundo

A time of many celebrations, but little to celebrate: the many meanings of April 28 and May 1 for the working class around the world

René Mendes

Resumo: O presente artigo está sintonizado com o calendário e a agenda dos movimentos sociais e populares, assim como os movimentos sindicais e com as lutas da classe trabalhadora, em escala global, assim como no Brasil. O dia 28 de abril é data emblemática da luta dos trabalhadores pela vida, pela saúde, por melhores condições de trabalho, e predominam as celebrações em memória das pessoas que morreram em devido ao seu trabalho, por acidentes ou por doenças relacionadas ao trabalho. As celebrações por morte impulsionam a luta pela vida, para que prevaleça a prevenção, eliminação e erradicação das doenças e mortes pelo trabalho, e vença a vida, o bem-estar, o reconhecimento, a remuneração justa e digna, a proteção social, enfim, o direito à esperança. Esta também é a mensagem central do 1º de maio. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), neste ano, escolheu tema e elaborou mensagem e documento técnico que abordam os supostos ganhos trazidos pelas inovações tecnológicas e organizacionais, incluindo a Inteligência Artificial para a Saúde e Segurança no Trabalho. Nosso artigo transcreve a lista destes supostos ganhos, mas os relativiza, ao questionar o uso hegemônico destas ferramentas para a gestão e dominação capitalista do trabalho, marcada por crescente e inescrupulosa voracidade.

Palavras-chave: trabalho & saúde; acidentes do trabalho fatais; doenças do trabalho fatais; 28 de abril, 1º de maio, OIT.

Summary: *This article is in tune with the calendar and agenda of social and popular movements, as well as trade union movements and the struggles of the working class, on a global scale, as well as in Brazil. April 28 is an emblematic date in the struggle of workers for life, health, and better working conditions, and celebrations in memory of people who died due to their work, accidents, or work-related illnesses predominate. Death celebrations drive the fight for life, so that prevention, elimination, and eradication illnesses and deaths at work prevail, and life, well-being, recognition, fair and dignified remuneration, social protection, and ultimately, the right to hope, win. This is also the central message of May 1. This year, the International Labor Organization (ILO) chose a theme and prepared a message and technical document that address the supposed gains brought about by technological and organizational innovations, including Artificial Intelligence for Health and Safety at Work. Our article transcribes the list of these supposed gains, but relativizes them, by questioning the hegemonic use of these tools for the capitalist management and domination of labor, marked by increasing and unscrupulous voracity.*

Keywords: *work & health; fatal occupational accidents; fatal occupational diseases; 28 April, 1 May, ILO.*

INTRODUÇÃO

Ao se aproximar esta época do ano – últimos dias de abril e primeiros dias de maio - todos nós - os profissionais que se dedicam a promover e cuidar da saúde de trabalhadores e trabalhadoras, em quase todos os países do mundo, nos sensibilizamos pelos significados tão próximos e convergentes, evocados pela celebração do dia 28 de abril e do dia 1º de maio. Estas datas e estes significados não podem passar em “brancas nuvens”, como se fossem dias comuns. E isto todos e todas sabem (ou deveriam saber), mas, por meio deste breve texto, desejamos renovar a lembrança destas datas e convidar a que a todos e todas celebrem em seus locais de trabalho, empresas, serviços, instituições ou onde estiverem. Ou, para que se juntem às celebrações que outros promoverem, levando, porém, uma mensagem de solidariedade, de apoio e de esperança!

Saliente-se que o dia **28 de abril** foi escolhido por ser o aniversário da data em que a Lei de Segurança e Saúde Ocupacional (OSHA Act) de 1970 entrou em vigor e quando a Administração de Segurança e Saúde Ocupacional (OSHA) foi instituída (28 de abril de 1971). Neste ano de 2025, esta importante agência, bem como o NIOSH (Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional), correm o risco de serem mutilados, se não extintos.

Nesta breve reconstituição histórica, cabe lembrar que em 1984, o Sindicato Canadense de Funcionários Públicos (CUPE) estabeleceu um **dia de luto** (**‘Mourning Day’**). O Congresso Trabalhista Canadense declarou um dia anual de lembrança (memória) em 28 de abril de 1985, que é o aniversário de uma Lei de Indenização (‘compensation’) dos Trabalhadores, aprovada em 1914. Em 1991, o parlamento canadense aprovou uma lei respeitando um **“Dia Nacional de Luto por pessoas mortas ou lesionadas no local de trabalho”**, tornando o dia 28 de abril um **“Workers’ Mourning Day”**, isto é, **“Dia de Luto pelos Trabalhadores”**.

Nos Estados Unidos, a partir de 1989, a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais, conhecida por sua sigla AFL-CIO - a maior central operária dos Estados Unidos e Canadá - declarou o dia 28 de abril como o **“Memorial Day”** (**“Dia em Memória dos Trabalhadores”**) para homenagear as centenas de milhares de trabalhadores mortos e feridos no trabalho todos os anos.

Universalmente, o **“DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DOS ACIDENTES E DAS DOENÇAS DO TRABALHO”** vem com o subtítulo: **“RELEMBRE OS MORTOS – LUTE PELOS VIVOS!”**.

No Brasil, o **“Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho”** tornou-se, de 2005 em diante, o **“Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho”**, graças à Lei no. 11.121/2005, de autoria do Deputado Roberto Gouveia (PT/SP), sancionada pelo Presidente Lula.

Desde 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu, também, sua proposta para o “28 de abril”, denominando-o **“Dia Mundial da Promoção da Saúde e Segurança do Trabalho”**. Para este ano de 2023, o tema proposto pela OIT é o **“Revolucionar a segurança e saúde no trabalho: O papel da IA e da digitalização”**⁴³. No âmbito da OIT, “a celebração do dia

⁴³ https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-04/ILO_Safeday25_Report_r8-FULL-PT.pdf

consiste em uma campanha anual internacional para promover o trabalho seguro, saudável e decente, que culmina no dia 28 de abril”.

No Brasil, ambas as versões do “**28 de abril**” são celebradas, quase sempre dando destaque a um tema mais específico, proposto pelos idealizadores das celebrações, em escala mundial.

Neste 28 de abril de 2025, assim como no próximo dia 1º de maio – “**DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA**”, destacamos, no Brasil, algumas importantes bandeiras de luta, a saber:

- ❖ Pela REDUÇÃO PROGRESSIVA DA JORNADA DE TRABALHO (diária, semanal, mensal e anual), e APOIO À LUTA PELO FIM DA “ESCALA 6X1”!
- ❖ Pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores de plataformas digitais (“aplicativos”), e denúncia da tentativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de desqualificar a Justiça do Trabalho e suspender os processos contra a falácia e as fraudes da “PEJOTIZAÇÃO”!
- ❖ Pela VALORIZAÇÃO PROGRESSIVA DO SALÁRIO-MÍNIMO, e denúncia contra as propostas de seu congelamento!
- ❖ Pela IGUALDADE DE OPORTUNIDADES DE CARREIRA PARA HOMENS E MULHERES, igualdade salarial, paridade, e fim da discriminação em todos os níveis, inclusive no Poder Executivo e no Poder Judiciário!
- ❖ Pela ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA para quem ganha até R\$ 5mil, e pela TAXAÇÃO PROGRESSIVA, como mecanismos de redução das injustiças tributárias!
- ❖ Pela PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL nos ambientes de trabalho, como prática de gestão, e pelo combate do FEMINICÍDIO!
- ❖ Pela VALORIZAÇÃO DA “SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA” em todas as políticas públicas de Saúde, refletidas na organização, estrutura, orçamento e poder dentro do SUS, e não apenas uma estrutura complementar e marginal no organograma do Ministério da Saúde!
- ❖ Por um PACTO NACIONAL PELA VIDA, capaz de reduzir e eliminar as MORTES POR ACIDENTES DO TRABALHO, que ainda ocorrem aos milhares, no Brasil, anualmente. Destaque para os ACIDENTES COM MOTOCICLISTAS, a serviço ou em trajeto (percurso), ocultados sob o título de conveniência de “acidentes de trânsito”..
- ❖ Enfim, por uma **reflexão profunda (e denúncia)** sobre os impactos da crescente hegemonia do CAPITAL FINANCEIRO IMPRODUTIVO (PARASITA, VOLÁTIL, SEM CARA E SEM ÉTICA), e da “FINANCEIRIZAÇÃO” da economia e da produção, que impõem a lógica de “**trabalhar cada vez mais e ganhar cada vez menos**”, e se possível, **sem o “trabalho vivo” de homens e mulheres, e sem direitos sociais**. O RETORNO ACELERADO, A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO (e sua densificação), ao lado da PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, estão na raiz do sofrimento, adoecimentos e mortes no trabalho e pelo trabalho!

Ambas as datas – 28 de abril e 1º de maio – já estão sendo celebradas com antecedência e com formatações muito diversificadas. As **Centrais Sindicais** brasileiras farão a sua principal manifestação em São Paulo, na praça Campo de Bagatelle, na zona Norte da cidade, no dia 1º de

maio, a partir das 11h. Além da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a manifestação é organizada pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a Pública – Central do Servidor. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) entrou como convidada.

Segundo nota conjunta divulgada pelas centrais, o 1º de Maio “é uma data para trabalhadores e trabalhadoras de todo Brasil refletirem e celebrarem as conquistas e debater sobre os novos desafios e as bandeiras de lutas”⁴⁴.

Uma das pautas que deve dominar os atos é o **fim da escala 6x1**. O debate sobre a jornada na qual se trabalham seis dias para folgar apenas um ganhou destaque nas redes sociais a partir do influenciador e criador do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), Rick Azevedo, que vem convocando por meio das redes sociais a população a participar das manifestações.

O movimento auxiliou na construção da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/2025, da deputada Erika Hilton (Psol-SP), que propõe a redução da jornada de trabalho semanal de 44 para 36 horas.

Na prática, o texto da PEC altera o artigo 7º da Constituição para inserir a previsão de jornada de trabalho de quatro dias por semana no Brasil. O texto estabelece uma “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, sendo facultadas a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

Mensagem da OIT a propósito da sua versão do 28 de abril⁴⁵

“O tema escolhido pela OIT para assinalar o **Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho em 2025** centrar-se-á nos **impactos da digitalização e da inteligência artificial (IA)** na segurança e saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Com este tema pretende-se analisar os impactos da integração e da inovação tecnológica na ótica da segurança e saúde no trabalho, incluindo:

- ❖ Robôs avançados
- ❖ Inteligência artificial (IA) e machine learning (aprendizagem automática)
- ❖ Exoesqueletos
- ❖ Veículos aéreos não tripulados (UAV)
- ❖ Internet das Coisas (IoT)
- ❖ Realidade Virtual e Aumentada

A campanha também destacará novas práticas de trabalho, sejam procedimentos e formas de organização do trabalho, ou recursos, como por exemplo a automação de tarefas, análise de *big data* (grandes volumes de dados), **sistemas digitais inteligentes e gestão de pessoas por através de IA**.

⁴⁴ <https://www.brasilefato.com.br/2025/04/28/1o-de-maio-dia-do-trabalhador-tera-manifestacoes-por-todo-o-pais-confira-a-agenda/>

⁴⁵ <https://www.ilo.org/pt-pt/meetings-and-events/revolucionar-seguranca-e-saude-no-trabalho-o-papel-da-ia-e-da-digitalizacao>

As novas tecnologias deram também origem a novas formas de trabalho, como o trabalho através de **plataformas digitais** e o **trabalho remoto/híbrido/teletrabalho**, que serão objeto de uma análise mais aprofundada.

Neste contexto a OIT irá publicar um relatório e outros instrumentos informativos para promover a campanha, onde será apresentada uma reflexão crítica sobre o tema, sobre como pode a transformação digital do trabalho contribuir para ambientes de trabalho seguros e saudáveis, e com exemplos sobre está a ser feito por governos, empregadores e trabalhadores e outras partes interessadas para responder a estes desafios emergentes.”

CONHEÇA A SÍNTESE DO “RELATÓRIO GLOBAL” ELABORADO PELA OIT, A PROPÓSITO DO 28 DE ABRIL

Como mencionado na Mensagem da OIT (acima), lançada em março deste ano, com a aproximação do “Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho” de 2025 (denominação e enfoque utilizado pela OIT, desde 2003), foi lançado na semana passada o **“Relatório Global”** (88 páginas) que embasa a mensagem e o tema de 2025, cuja versão em português foi denominada **“Revolucionar a segurança e saúde no trabalho: O papel da IA e da digitalização”**⁴⁶. O mesmo documento foi lançado em inglês, sob o título **“Revolutionizing health and safety: The role of AI and digitalization at work”**⁴⁷; em francês: **“Révolutionner la santé et la sécurité: le rôle de l’IA et de la numérisation au travail”**⁴⁸, e em espanhol: **“Revolución de la seguridad y salud: Papel de la IA y la digitalización en el trabajo”**⁴⁹, além de outros idiomas.

Este “Relatório Global” da OIT baseia-se em informação essencial recolhida através de uma revisão exaustiva do conhecimento e evidências produzidas sobre o tema, bem como de políticas e prática. O Relatório ilustra as transformações produzidas pela introdução das tecnologias digitais na segurança e saúde no trabalho e a necessidade de assegurar que essas transformações não resultem em riscos adicionais.

Este documento inclui a análise de políticas, práticas e exemplos de casos reais e pode ser utilizado por governos, empregadores e trabalhadores, e constitui-se como um recurso para se orientarem no mundo digital que envolve a segurança e saúde no trabalho.

A **primeira parte** do relatório analisa de que modo a automatização e a robótica avançada, os instrumentos inteligentes de SST e os sistemas de monitorização, a realidades virtual e aumentada, a gestão do trabalho por algoritmos e a alteração dos regimes e formas de trabalho estão reconfigurando a segurança e a saúde nos locais de trabalho, considerando tanto as oportunidades como potenciais riscos.

A **segunda parte** aborda políticas internacionais, regionais e nacionais que se debruçam sobre a governança da SST em locais de trabalho digitalizados, com destaque para as lacunas regulamentares e respostas políticas. O documento também aborda a avaliação de riscos, a

⁴⁶ https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-04/ILO_Safeday25_Report_r8-FULL-PT.pdf

⁴⁷ https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-04/ILO_Safeday25_Report_r8%2B%282%29%20FULL%20%281%29.pdf

⁴⁸ https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-04/ILO_Safeday25_Report_FR_r4%2B%281%29.pdf

⁴⁹ https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-04/ILO_Safeday25_Report_ES_r3%2B%281%29.pdf

participação dos trabalhadores e estratégias de prevenção, na integração segura de ferramentas digitais nos locais de trabalho.

Finalmente, termina com uma síntese das principais conclusões, sublinhando as ações prioritárias necessárias para garantir uma transição digital responsável, inclusiva e centrada nos trabalhadores e trabalhadoras.

Eis a súmula do conteúdo e estrutura:

1. A digitalização está transformando a segurança e a saúde no trabalho

- 1.1 Automatização e robótica avançada
- 1.2 Ferramentas inteligentes de SST e sistemas de monitorização
- 1.3 Realidade expandida e virtual
- 1.4 Gestão por algoritmos do trabalho
- 1.5 Alterar as modalidades de trabalho através da digitalização

2. Abordar a SST na era digital: Políticas, lacunas, e iniciativas colaborativas

- 2.1 Esforços mundiais para garantir um trabalho seguro e saudável na transição digital
- 2.2 Iniciativas regionais que podem contribuir para melhorias na SST através da digitalização
- 2.3 Quadros nacionais para a governança da SST e a digitalização
- 2.4 Gestão da digitalização e da SST nos locais de trabalho

SUMÁRIO EXECUTIVO (produzido pela OIT)

De que modo a digitalização está transformando a segurança e a saúde no trabalho?

Em milhões de empregos por todo o mundo são já bastante evidentes os impactos da digitalização e da automatização, representando uma oportunidade sem precedentes para a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho. A automatização e os sistemas inteligentes de monitorização podem contribuir para reduzir a exposição ocupacional a diferentes perigos, prevenir acidentes e melhorar as condições de trabalho de uma maneira geral.

Não obstante são necessárias políticas e práticas proativas que abordem os potenciais riscos da introdução dessas tecnologias.

- ❖ **A automatização e a robótica avançada** têm vindo a reconfigurar as tarefas físicas e cognitivas, reduzindo a exposição das pessoas a ambientes perigosos e lesões devido a movimentos repetitivos. As eventuais preocupações relacionadas à introdução dessas tecnologias, deverão incluir abordagens para evitar e gerir falhas mecânicas, juntamente com riscos ergonômicos, físicos (o ruído, por exemplo) e psicossociais.
- ❖ **Ferramentas inteligentes de Segurança e Saúde no Trabalho e sistemas de monitorização**, especificamente sensores de dados alimentados por IA e dispositivos ou equipamentos vestíveis, permitem a deteção de perigos em tempo real, avaliações de risco preditivas e gestão proativa da SST. Garantir a usabilidade e a adequabilidade às características dos trabalhadores, a proteção da privacidade e a prevenção do estresse, gerado pela vigilância permanente é absolutamente essencial.

- ❖ **As realidades virtuais e aumentada** têm o potencial de transformar as aprendizagens na formação através de simulações imersivas facilitando o reconhecimento de perigos e na preparação e resposta a emergências. Contudo, estas tecnologias podem introduzir novos riscos relacionados com visibilidade reduzida ou bloqueada, problemas de equilíbrio, tensão visual e sobrecarga, que devem ser geridos de forma adequada.
- ❖ **A gestão do trabalho por algoritmos** utiliza sistemas programados ou com recurso à IA para coordenar o trabalho das organizações, e pode otimizar a distribuição de tarefas, contribuir para um maior envolvimento das equipas e para o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, e gerir as lacunas de competências. No entanto, os potenciais riscos associados a uma excessiva vigilância e da pressão resultante do volume e ritmo de trabalho deverão ser controlados e geridos.
- ❖ **Alteração das formas de trabalho** através da digitalização, incluindo o teletrabalho e o trabalho através de plataformas digitais que se, por um lado, proporcionam alguma flexibilidade, por outro, colocam desafios significativos para a segurança e saúde no trabalho relacionados tanto com os riscos físicos como psicossociais.

Para maximizar os benefícios da digitalização para a segurança e saúde no trabalho e simultaneamente mitigar os seus riscos, torna-se absolutamente necessário implementar uma abordagem proativa e participativa, baseada em evidências. Assegurar que a transição digital promova a segurança e saúde no trabalho em vez de a comprometer requer o envolvimento ativo dos governos e das organizações de empregadores e de trabalhadores em colaboração com os profissionais de SST e outras partes interessadas.

Como podemos assegurar a Segurança e Saúde dos Trabalhadores na era digital?

Os quadros normativos e regulamentares de SST existentes, incluindo as normas internacionais do trabalho, continuam a ser uma base sólida na salvaguarda do direito a trabalhar num ambiente seguro e saudável na era digital.

Reconhecendo a natureza interdisciplinar quer da SST quer da digitalização, alguns países têm integrado progressivamente disposições de SST em políticas mais abrangente sobre a IA e a transição digital. Outros países, integraram a digitalização em políticas de SST para promover a prevenção de acidentes e doenças relacionados com o trabalho, o controle do cumprimento legal e a proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Alguns países também procederam à revisão e adaptação dos seus quadros jurídicos. Têm sido produzidas alterações legislativas principalmente em áreas como a atualização dos regulamentos de segurança da robótica e dos protocolos de interação entre os seres humanos e os robôs, de forma a controlar os riscos em ambientes de trabalho colaborativos. Também foram introduzidas novas disposições sobre o direito de desconexão, como forma de evitar o *burnout* digital e o excesso de trabalho. Adicionalmente, as proteções legais em matéria de SST têm sido ampliadas para abranger o trabalho remoto e através de plataformas digitais, considerando o estado de evolução e natureza do trabalho.

Para complementar estas medidas políticas, outras como as normas e orientações de carácter voluntário, as campanhas de sensibilização, as iniciativas de formação e programas de investigação, constituem igualmente orientações importantes para empresas, e dotar os

trabalhadores e trabalhadoras com as competências necessárias para utilizar as tecnologias de forma segura. Contudo, é necessário desenvolver mais pesquisa para aprofundar o conhecimento e permitir uma maior compreensão dos impactos das tecnologias digitais na segurança e saúde no trabalho a longo prazo e para implementar as mesmas de forma consciente.

Ao nível dos locais de trabalho, as avaliações e a gestão sistemática dos riscos continuam a ser fundamentais para uma abordagem proativa dos riscos digitais que possam emergir. Tal, exige proceder a avaliações regulares dos riscos relacionados com as novas tecnologias, a implementação de medidas de prevenção alinhadas com a hierarquia dos controles e a contínua atualização das políticas de SST para sejam aplicáveis e eficazes à medida que as tecnologias e os conhecimentos de SST evoluem, devendo incorporar as contribuições dos trabalhadores e das trabalhadoras.

As ferramentas digitais como as ferramentas analíticas geridas por IA, a monitorização em tempo real, e os modelos preditivos podem contribuir para melhorar os procedimentos de validação de riscos e as estratégias de SST, no entanto devem complementar e não substituir a decisão humana sobre as práticas de SST.

Os trabalhadores e os seus representantes devem ser envolvidos e devem participar ativamente em todas as fases da implementação das tecnologias digitais, desde a concepção e operacionalização até à monitorização, para assegurar que estas tecnologias reforçam em vez de comprometer a segurança e saúde no trabalho.

Ao adotar uma abordagem colaborativa, visionária e centrada nos seres humanos, as partes interessadas podem garantir que a inovação digital promove ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e sustentáveis, e que possam beneficiar todos os intervenientes.

PRINCIPAIS ‘CONCLUSÕES’ DO “RELATÓRIO GLOBAL”

A digitalização está reconfigurando o mundo do trabalho, promovendo novas oportunidades de melhoria da SST.

A digitalização pode contribuir para melhorar a SST através da redução de exposições profissionais perigosas, da melhoria dos procedimentos de deteção e prevenção, da racionalização e otimização de processos e da organização do trabalho que reduzam as cargas de trabalho físico e cognitivo, entre outros benefícios.

A integração das tecnologias digitais pode introduzir também novos riscos físicos e psicossociais (incluindo fatores organizacionais), que devem ser cuidadosamente avaliados e geridos.

A automatização pode melhorar significativamente a segurança e a saúde no local de trabalho, reduzindo exposições ocupacionais perigosas.

A robótica avançada pode executar tarefas perigosas ou em ambientes perigosos, como algumas áreas operacionais de risco elevado, evitando a exposição humana a temperaturas extremas ou a substâncias tóxicas.

- Os robôs e os exoesqueletos podem facilitar tarefas fisicamente exigentes, reduzir as perturbações musculoesqueléticas e aumentar a segurança geral.

- A automatização pode eliminar tarefas repetitivas e monótonas, como por exemplo o preenchimento de formulários e o processamento de candidaturas, permitindo que os trabalhadores e as trabalhadoras se concentrem em tarefas de maior responsabilidade mais complexas e interessantes.

Embora benéfica, a automatização pode também introduzir riscos, que incluem falhas mecânicas, desafios ergonômicos, exposição a produtos químicos, ao ruído e a riscos psicossociais, especificamente a intensificação do ritmo de trabalho, a sobrecarga cognitiva, o isolamento social e a insegurança no emprego.

A utilização de ferramentas inteligentes de sistemas de monitorização da segurança e saúde dos/as trabalhadores/as melhoram a deteção e a resposta aos riscos, através de dados em tempo real e de análises preditivas.

- Os dispositivos vestíveis, os sensores e os sistemas baseados em IA podem detectar perigos como a fraca qualidade do ar, a exposição excessiva ao ruído e riscos ergonômicos, e contribuem para prevenir acidentes e para melhorar a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

- A análise preditiva, permite identificar os perigos, precocemente e intervir proativamente com vista a reduzir acidentes de trabalho, contribuindo assim para melhorar os níveis de segurança e a saúde.

As tecnologias de Realidade Expandida podem revolucionar a formação em SST e a sensibilização para os perigos.

- A Realidade virtual e a Realidade aumentada (RA) proporcionam uma experiência imersiva em contexto formativo, com simulações de ambientes de trabalho de risco elevado, mas sem a exposição a esses riscos, potenciando a retenção de talentos e o desenvolvimento de competências para resposta a emergências.

- As simulações virtuais podem servir de suporte à fiscalização dos locais de trabalho e ao planeamento de visitas de inspeção, à identificação de perigos e avaliação ergonómica do posto de trabalho, reduzindo a exposição a riscos presentes nos locais de trabalho.

Para garantir a utilização segura destas tecnologias, os riscos que possam surgir decorrentes do bloqueio da visibilidade, problemas de equilíbrio, tensão visual e sobrecarga cognitiva, devem ser cuidadosamente avaliados e geridos.

Os dispositivos vestíveis inteligentes, incluindo os EPI inteligentes, contribuem para melhorar a segurança, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras, mas as questões relacionadas com o conforto, a adequabilidade e o correto uso - especialmente em grupos com características diversificadas - devem ser abordadas para garantir a eficácia dos mesmos. A preocupações colocadas pela privacidade, o estresse originado pela vigilância e monitorização contínuas do trabalho, são elementos importantes a ter em conta na adoção destes sistemas.

A utilização crescente da gestão por algoritmos tem vindo a imprimir novas dinâmicas nos locais de trabalho e influenciar a forma como as tarefas são atribuídas, monitorizadas e avaliadas.

Os sistemas de gestão por algoritmos podem otimizar o planeamento, a distribuição e a atribuição de tarefas, melhorar a eficiência e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

A vigilância excessiva, a pressão para aumentar a produtividade e a automatização de processos de tomada de decisão de podem reduzir a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras e aumentar os níveis de estresse. Outros riscos psicossociais podem surgir associados à gestão por algoritmos, especificamente o isolamento social. Existe ainda o risco promover desigualdades nos processos contratação, na progressão na carreira, além coleta intrusiva de dados sensíveis.

A mudança para o trabalho digital, formas de trabalho remoto e o trabalho através de plataformas digitais vieram transformar onde e como o trabalho é realizado.

O trabalho remoto e o trabalho híbrido (teletrabalho) e as plataformas digitais permitem maior flexibilidade, equilíbrio entre a vida profissional e familiar e favorecem a inclusão, podem beneficiar ainda os trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades de prestação de cuidados familiares, pessoas com deficiência ou restrições de mobilidade.

O teletrabalho e o trabalho através de plataformas digitais podem conduzir a um aumento do volume do trabalho, da vigilância digital, ao isolamento social e a riscos ergonômicos. Os trabalhadores e trabalhadoras das plataformas digitais também se confrontam frequentemente com a insegurança no emprego, a falta de proteção social e laboral, incluindo de SST e horários de trabalho irregulares, com impacto na sua saúde e bem-estar.

A criação, o funcionamento e a eliminação dos resíduos digitais dependem de um número considerável de pessoas, o que suscita preocupações significativas em matéria de SST e ambientais.

- As pessoas que trabalham na anotação de dados, na moderação de conteúdos e no desenvolvimento de IA encontram-se sujeitas a ritmos intensos de trabalho, elevada tensão psicológica e excesso de vigilância, encontram-se muitas vezes sem a proteção adequada.

- As pessoas envolvidas na produção de tecnologias e na gestão de resíduos eletrónicos trabalham frequentemente em condições perigosas, especificamente na extração de minerais raros como o cobalto e o lítio em ambientes insalubres. Os trabalhadores e trabalhadoras da indústria trabalham frequentemente por longas horas, em condições inseguras e os trabalhadores informais envolvidos no manuseio de resíduos digitais encontram-se expostos e expostas a produtos químicos tóxicos.

- Embora a IA e a automatização possam contribuir para melhorar a segurança dos processos de produtivos e de reciclagem, as suas crescentes exigências energéticas e os impactos ambientais devem ser geridos para garantir a proteção das pessoas e promover práticas empresariais sustentáveis

Uma abordagem equilibrada, interdisciplinar e multilateral é essencial para garantir a SST na era digital.

- Os quadros normativos de SST existentes continuam a ser essenciais para responder aos desafios colocados pela digitalização. Por exemplo, os instrumentos de SST desenvolvidos pela OIT são determinantes para garantir o direito fundamental a um ambiente de trabalho seguro e saudável, na era digital.

- As políticas e estratégias nacionais abordam cada vez mais os impactos da digitalização na SST, procurando garantir a proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras em ambientes de trabalho em evolução e promover uma transição digital responsável, com o objetivo de equilibrar a inovação com a proteção dos trabalhadores.

- Os regulamentos que abordam os riscos ocupacionais decorrentes das tecnologias digitais, têm evoluído com a criação de novas medidas que abrangem a interação entre os seres humanos e os robôs, o direito à desconexão, a gestão por algoritmos, o teletrabalho e o trabalho através de plataformas digitais. Por sua vez os acordos coletivos ou as convenções coletivas de trabalho contribuem para a salvaguardar a proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras em locais de trabalho digitalizados.

- As normas e princípios orientadores de aplicação voluntária (não-vinculativos), as campanhas de sensibilização e as iniciativas de formação desempenham um papel determinante para assegurar uma utilização segura e saudável das tecnologias, promover o cumprimento das obrigações legais, orientar as empresas e dotar os trabalhadores e trabalhadoras das competências digitais necessárias para melhor se adaptarem à transição digital.

- Os parceiros sociais desempenham um papel fundamental na definição das políticas sobre a transição digital, através da sua participação na tomada de decisões e da negociação de acordos coletivos ou convenções coletivas e da organização de iniciativas de sensibilização para promover a utilização das tecnologias de forma justa e segura.

A avaliação e a gestão dos riscos são essenciais para garantir uma abordagem proativa de prevenção de novos riscos.

- A avaliação de riscos deve ser efetuada regularmente para identificar os perigos associados às tecnologias digitais, tendo em conta os fatores físicos, e psicossociais (incluindo fatores organizacionais).

- As medidas de prevenção devem basear-se na hierarquia dos controles, priorizar a eliminação dos perigos e as soluções de engenharia e só depois os controles administrativos e os EPI, assegurando que as tecnologias são utilizadas para melhorar a segurança e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras e não como substituto de medidas de proteção coletiva em matéria de SST.

- As ferramentas digitais, como a análise de dados baseada em ferramentas de IA, os sistemas de monitorização em tempo real e os modelos preditivos, podem melhorar a avaliação de riscos e melhor direcionar estratégias de segurança no trabalho, mas devem complementar - e não substituir - o juízo humano nas práticas de SST.

- As medidas de prevenção e de controle dos riscos devem ser adaptadas às necessidades e características de grupos específicos de trabalhadores e trabalhadoras, garantindo oportunidades para todas as pessoas, que permitam mitigar os riscos para quem apresenta maiores vulnerabilidades aos desafios da SST.

- Os trabalhadores e trabalhadoras devem participar ativamente em todas as fases da implementação da tecnologia digital, contribuir para a sua concepção, funcionamento e controle, garantindo que as suas opiniões são tidas em conta e que a digitalização apoia e não prejudica a SST.

- Os Programas de formação deverão ser abrangentes para dotar os trabalhadores e trabalhadoras das competências necessárias que lhes permitam utilizar as novas tecnologias em segurança, reconhecer os potenciais riscos e responder de forma eficaz aos perigos emergentes, e acesso a formação específica para quem desempenha funções de risco elevado ou com utilização intensiva de tecnologias digitais.

- As políticas empresariais de SST devem ser sistematicamente avaliadas e ajustadas e manter a sua atualidade à medida em que a tecnologia evolui, incorporando as contribuições dos trabalhadores e trabalhadoras e os mais recentes avanços em matéria de segurança.

É necessário aprofundar a pesquisa para compreender os impactos das tecnologias digitais na SST a longo prazo e garantir uma implementação informada.

- São necessários mais dados sobre os potenciais benefícios e os impactos negativos da SST em todos os setores - para determinar se haverá uma redução ou um aumento de acidentes de trabalho e doenças profissionais e relacionadas com o trabalho.

- É necessária uma maior colaboração entre governos, o meio académico e parceiros sociais para preencher as lacunas da pesquisa e apoiar estratégias baseadas em evidências para garantir locais de trabalho digitalizados seguros e saudáveis.

COMENTÁRIOS FINAIS

A proximidade de duas datas extremamente emblemáticas para a classe trabalhadora e para quem se interessa pelo bem-estar, saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras – 28 de abril e 1º de maio – abre uma temporada propícia para reflexões a partir da situação atual do “mundo do trabalho”, os grandes processos de mudanças, e como estas mudanças vêm impactando a vida e saúde de quem vive do trabalho.

A versão do “**Dia em Memória das Vítimas dos Acidentes e Doenças do Trabalho**” – seja o dia internacional, seja o dia nacional – obriga a identificação das grandes pautas de lutas, tanto para a proteção da vida e saúde da classe trabalhadora, marcada por constantes e recentes retrocessos e por ameaças sem cessar.

Estas inquietudes e lutas se assemelham às pautas gerais do 1º de maio – o “**Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras**” -, isto é, por trabalho digno, emprego, renda, redução da jornada de trabalho e proteção social. Portanto, não são apenas datas próximas, mas pautas coincidentes.

Fazendo um aparente contraponto, neste ano de 2025 a versão **“Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho”**, promovido pela OIT, traz mensagens otimistas, no limiar da glorificação das tecnologias em suposto benefício da Saúde e Segurança dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por certo, estas tecnologias devem ser conhecidas e divulgadas, mas elas devem ser criticamente analisadas e contextualizadas, sobretudo num mundo tão desigual, dominado pelo capital financeiro e pelas “big techs”. Até que ponto estas tecnologias, na mão do capital, irão, de fato, beneficiar os trabalhadores e trabalhadoras?

**Demência em Contextos de Migração e Refúgio:
Evidências Globais e Desafios para a Saúde Pública**

***Dementia in Migration and Refugee Contexts:
Global Evidence and Public Health Challenges***

**Rafael Gomes França, Caio Murta,
Giacomo Giannelli, Júlia Moraes,
Marina Sujkowski e
Deisy de Freitas Lima Ventura**

Abstract. *In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health addresses the Global Evidence Review on Health and Migration, which analyzed the epidemiology of dementia in these populations, the level of health literacy, access to care services, the cultural sensitivity of health systems, and inclusion in public policies. Few national dementia plans incorporate refugees and migrants, and even when they do, actions are limited. Migration adds complexity to dementia care, highlighting the need for inclusive public policies, culturally adapted prevention strategies, and more representative research efforts.*

Keywords: *Dementia; Migration; Global Health.*

Resumo. Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global aborda a revisão global de evidências sobre saúde e migração, que analisou a epidemiologia da demência nessas populações, o nível de conhecimento em saúde, o acesso a serviços de cuidado, a sensibilidade cultural dos sistemas de saúde e a inclusão em políticas públicas. Poucos planos nacionais de demência integram refugiados e migrantes, e, mesmo quando o fazem, as ações são limitadas. A migração adiciona complexidade ao cuidado da demência, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas, estratégias de prevenção culturalmente adaptadas e esforços de pesquisa mais representativos.

Palavras-chave: Demência; Migração; Saúde Global.

Demência em refugiados e migrantes: epidemiologia, implicações para a saúde pública e respostas globais.

Introdução

As populações globais estão passando por um período acelerado de envelhecimento, impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e pela redução das taxas de fertilidade. Essa transição demográfica tem impactado de forma mais intensa os países de baixa e média renda: projeções indicam que, até o ano de 2050, cerca de 80% da população idosa mundial irá residir em países com esses perfis socioeconômicos ou em regiões marcadas por conflitos e mudanças climáticas, contextos nos quais a ocorrência de crises humanitárias e emergenciais tendem a ocorrer frequentemente¹.

O envelhecimento populacional está gerando transformações profundas nas estruturas sociais contemporâneas, impactando tanto migrantes e refugiados quanto as populações nativas dos países que realizam acolhimento. Analisando de forma global, o número de migrantes internacionais com 60 anos ou mais — ou seja, indivíduos que residem fora de seu país de origem em idade avançada — praticamente dobrou nas últimas décadas, aumentando de 25,5 milhões em 1990 para 48,2 milhões em 2020. Esse grupo contempla tanto aqueles que envelheceram nos países de destino quanto os que migraram já em idade avançada. Dados apontam que ao menos 3,6% dos refugiados e 17,2% dos imigrantes internacionais possuem mais de 60 anos. O envelhecimento dessas populações é um fenômeno observado em todas as regiões do mundo, com destaque para seu avanço acentuado em áreas como a África Central e Ocidental, o Sudeste e Oeste Asiático, bem como o Sul e Oeste da Europa¹.

Esse cenário está associado às mudanças nos padrões de morbidade e nas necessidades de saúde observadas nesse grupo. Certamente, esses indivíduos estão cada vez mais expostos aos impactos de doenças associadas à idade e às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas e diabetes. As DCNTs estão entre a principal causa de mortalidade global, podendo ser vista como uma séria ameaça à funcionalidade dos sistemas de saúde. Os determinantes sociais da saúde relacionados à migração, assim como ao status de refugiado ou migrante, podem exacerbar os fatores de risco para DCNTs, influenciar a adesão a estratégias preventivas e resultar em profundas desigualdades e iniquidades no acesso aos cuidados e na continuidade do tratamento¹.

Além disso, os refugiados e migrantes mais velhos estão suscetíveis ao desenvolvimento de condições de saúde adversas características do envelhecimento, como fragilidade, multimorbidade e deficiência, fatores que podem levar à dependência de cuidados específicos. As atitudes etaristas podem se entrelaçar com outras formas de discriminação, incluindo aquelas baseadas no status de refugiado ou migrante, exacerbando ainda mais os obstáculos que esses indivíduos enfrentam no dia a dia.

Perante essas transformações epidemiológicas, é imprescindível que esses grupos sejam integrados nas políticas públicas existentes e nas futuras estratégias voltadas ao envelhecimento saudável. Identificar e adaptar-se adequadamente às suas necessidades de saúde é primordial para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades), de acordo com o que foi defendido na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Em consonância com os princípios da Década do Envelhecimento Saudável das Nações Unidas (2021–2030), é essencial o desenvolvimento de políticas e práticas que otimizem as capacidades funcionais de todas as pessoas idosas, incluindo aquelas com histórico migratório¹.

A Revisão Global de Evidências sobre Saúde e Migração (do inglês Global Evidence Review on Health and Migration – GEHM), elaborada pelo Programa de Migração e Saúde da Organização Mundial da Saúde, analisou as evidências disponíveis sobre o impacto da demência em populações de refugiados e migrantes, assim como os cuidados e formas de suporte presentes na atualidade, que são ofertados a esses grupos. Através de uma revisão de escopo, foram examinadas fontes da literatura científica focando nos seguintes eixos temáticos¹:

- A epidemiologia da demência entre refugiados e migrantes, incluindo dados sobre prevalência, fatores de risco e estratégias de prevenção;
- O nível de conhecimento em saúde relacionado à demência entre essas populações e seus respectivos cuidadores;

- O acesso aos serviços de saúde e assistência social, bem como as barreiras e facilitadores que influenciam esse processo;
- A capacidade dos sistemas de saúde em oferecer diagnóstico, cuidado e suporte culturalmente sensíveis;
- As formas de apoio disponibilizadas aos cuidadores, formais e informais, de pessoas refugiadas ou migrantes que vivem com demência;
- E a inserção de refugiados e migrantes nas políticas públicas voltadas à demência¹.

Uma busca inicial foi realizada em junho de 2022 nas bases de dados Cochrane Database of Systematic Reviews, Open Science Framework, PROSPERO e PubMed e não encontrou revisões sistemáticas ou de escopo, publicadas ou em andamento, que abordassem de modo direto a temática. Diante dessa ausência na literatura, optou-se pela realização de uma revisão de escopo, uma metodologia mais apropriada para identificar e sintetizar evidências provenientes tanto da literatura científica quanto da literatura cinzenta, localizar as lacunas de conhecimento e subsidiar o desenvolvimento de futuras pesquisas e políticas públicas na área¹.

A revisão considerou documentos que atendiam aos seguintes critérios de inclusão¹:

- População: sujeitos com trajetórias migratórias distintas e situação documental legal, além de cuidadores formais (profissionais remunerados) e informais (familiares, amigos ou não remunerados) de refugiados e migrantes diagnosticados com demência;
- Conceito: demência (ou transtorno neurocognitivo maior), independentemente da etiologia, caracterizada como uma condição de declínio cognitivo em relação ao nível anterior de funcionamento, suficientemente grave para comprometer a vida cotidiana e a autonomia da pessoa, não explicada exclusivamente por um quadro de delirium ou por outro transtorno mental primário;
- Contexto: estudos conduzidos em qualquer região geográfica e em qualquer tipo de cenário (urbano, rural, institucional etc.)¹.

Foram incluídos estudos de qualquer delineamento metodológico (quantitativo, qualitativo ou misto), desde que publicados em qualquer um dos seis idiomas oficiais das Nações Unidas (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol) e que apresentassem informações originais, seja por meio de análises primárias ou secundárias, ou ainda documentos de políticas públicas que mapeassem evidências relevantes para o campo em questão¹.

Resultados e discussão

O relatório revela que o número de estudos sobre demência em refugiados e migrantes cresceu significativamente na última década, embora permaneçam grandes lacunas de conhecimento — especialmente em países de baixa renda. A maioria das pesquisas foi realizada em nações de alta renda, como Estados Unidos, Reino Unido e Países Baixos, e focou principalmente em migrantes internacionais. Poucos estudos abordam especificamente refugiados ou detalham o país e/ou território de origem, tipo de migração ou critérios diagnósticos da demência. Segundo o levantamento, apenas oito países incluíram medidas voltadas a migrantes em seus planos nacionais de demência, como Alemanha, Canadá e Suécia. Ainda assim, as ações são limitadas, geralmente focadas em campanhas de conscientização.

A seguir, são levantados os principais aspectos das políticas voltadas para demência nas populações de migrantes e refugiados mencionados no estudo:

1. **Áustria:** A Estratégia para Demência Austríaca reconhece a necessidade de reduzir a iniquidade no acesso aos cuidados para pessoas com histórico de migrações. No relatório sobre demência elaborado em 2014, foi incluído um capítulo completo para a temática de demência em migrantes, trazendo à tona questões como os atrasos para diagnósticos, a falta de cuidados específicos para migrantes e a falta de conexão entre experts em demência e em migração.
2. **Bélgica:** O Plano para Demência de Flandres (*Building Further Together to a Dementia-friendly Flanders*) trata da crescente diversidade cultural e étnica na população, inclusive entre grupos de idade avançada. O documento relata os esforços direcionados a aumentar a conscientização sobre a demência entre minorias culturais. Sobre cuidados, o plano destaca que são necessários cuidados especiais para pessoas em maior risco, inclusive com histórico migratório.
3. **Canadá:** A Estratégia para Demência do Canadá endereça a importância de adaptar as mensagens de saúde pública para as necessidades específicas e expectativas de comunidades diversas, inclusive de migrantes, a fim de facilitar o acesso aos cuidados.
4. **Alemanha:** A Estratégia Nacional para Demência considera a provisão de suporte para pessoas com demência e cuidadores familiares com históricos migratórios uma questão de grande importância, em especial, frente a um cenário em que quase 100 mil pessoas idosas migrantes vivem com demência na Alemanha. São enfatizadas as necessidades de oferecer serviços acessíveis, treinar profissionais da saúde e funcionários de organização de apoio a migrantes sobre a demência, e que estes pontos farão parte de iniciativas específicas.
5. **Países Baixos:** Segundo a Estratégia Nacional para Demência de 2021-2030, migrantes representam quase 14% do total de pessoas com demência que possuem acesso ao sistema de saúde no país, e é um número crescente considerando que estes são considerados grupos de maior risco para o desenvolvimento da doença. Dessa forma, as iniciativas para o cuidado em demência exigem um foco na diversidade cultural dos pacientes.
6. **Nova Zelândia:** O Plano da Nova Zelândia para Cuidados para Demência destaca a importância da compreensão e de estratégias de redução de risco especificamente desenvolvidas para comunidades migrantes. Além disso, o plano traz que diferentes interpretações da demência entre grupos de migrantes podem resultar na estigmatização da doença e desencorajar famílias a buscar cuidados e tratamentos.
7. **Noruega:** Os Planos para Demência da Noruega de 2020 e 2025 defendem que todas as pessoas com demência vivendo no país precisam ter acesso equânime a cuidados. Contudo, migrantes idosos tendem a ter maior demora para serem encaminhados a serviços de saúde, principalmente pela falta de conhecimento em saúde sobre a demência. Para mitigar essa situação, o governo norueguês planeja investir na disseminação de informações e conhecimento sobre a demência entre migrantes e comunidades minoritárias, por meio de medidas culturalmente situadas.
8. **Suécia:** A Estratégia Nacional de Cuidados para Pessoas com Demência da Suécia destaca a importância da melhoria do cuidado e do apoio a pessoas com histórico de migração, elencando as oportunidades e desafios de exames clínicos com assistência de intérpretes. A Estratégia contém uma indicação clara para utilização da Escala de Rowland para avaliação cognitiva de pessoas idosas com baixo nível educacional e histórico migratório.

Ainda que alguns países tenham iniciativas mais direcionadas e detalhadas, no geral, o tópico da demência em migrantes é apenas marginalmente citado nas políticas nacionais para cuidados das pessoas com a doença. Nenhum dos oito países mencionados definem o que são considerados migrantes ou trazem informações sobre as peculiaridades de grupos de migrantes diferentes. Ademais, nenhum trata da questão da demência em pessoas refugiadas.

Na sequência, o relatório analisa algumas áreas específicas retratadas dentro dos estudos levantados, como política e legislação, conscientização e inclusão, redução de danos, diagnóstico, tratamento e cuidado, suporte para os cuidadores e sistemas de informação e monitoramento e pesquisa e inovação.

Em política e legislação, o relatório indica que foram identificados 50 países com planos nacionais para demência, no entanto, apenas 8 destes consideram a população migrante e refugiada em seus planos. Vale ressaltar que todos os países mencionados são países considerados desenvolvidos. Em conscientização e inclusão, estudos indicam que o conhecimento sobre demência é limitado entre migrantes e seus cuidadores, o que dificulta o reconhecimento precoce da doença. Em muitas culturas, a demência é vista como parte natural do envelhecimento ou envolta em estigmas, dificultando a busca por ajuda médica. Barreiras linguísticas, falta de informação e recursos culturalmente adequados também contribuem para o diagnóstico tardio.

Em redução de danos, dos 17 estudos sobre redução de risco de demência em migrantes, a maioria apontou a baixa escolaridade como principal fator associado à maior vulnerabilidade, especialmente entre migrantes latino-americanos. Evidências sobre migração tardia, bilinguismo e traumas de guerra são inconclusivas, mas sugerem possíveis influências no risco. Não foram encontradas estratégias específicas de prevenção voltadas a migrantes ou refugiados.

Sobre diagnóstico, tratamento e cuidado, trata que entre os principais desafios estão o baixo conhecimento sobre a doença, dificuldades linguísticas e a falta de preparo dos sistemas de saúde para lidar com a diversidade cultural. Profissionais não treinados, ausência de intérpretes e o uso de testes cognitivos inadequados comprometem o diagnóstico. Ferramentas adaptadas, como a Rowland Universal Dementia Assessment Scale, mostraram-se mais eficazes. Além disso, migrantes têm menor acesso a medicamentos e instituições de longa permanência, sendo cuidados majoritariamente por familiares, influenciados por valores culturais que desencorajam a institucionalização.

Referente ao suporte dado aos cuidadores, os estudos qualitativos realizados na Europa, Austrália e Estados Unidos mostram que cuidadores formais e informais de migrantes com demência enfrentam desafios recorrentes, especialmente relacionados à falta de apoio e serviços culturalmente adequados. Há forte preferência pelo cuidado domiciliar, influenciada por valores familiares e religiosos, e muitas vezes a responsabilidade é compartilhada entre parentes e redes informais. Cuidadores relatam desconhecimento inicial sobre a demência, dificuldades em aceitar o diagnóstico e em navegar pelo sistema de saúde.

Na temática dos sistemas de informação e monitoramento, a revisão identificou 39 estudos sobre prevalência, incidência e indicadores relacionados à demência em migrantes, com resultados variados. Pesquisas baseadas em registros administrativos em países desenvolvidos geralmente apontam taxas mais baixas de demência entre migrantes, enquanto estudos clínicos mostram o oposto — sugerindo possível subdiagnóstico devido ao acesso limitado e uso de

instrumentos não adaptados culturalmente. Estudos que utilizaram ferramentas culturalmente sensíveis, como versões adaptadas do MMSE e o Cross-Cultural Dementia Screening, indicaram maior ocorrência da doença.

Por fim, em pesquisa e inovação, apenas dois estudos abordaram a inclusão de migrantes com demência e seus cuidadores na pesquisa científica, destacando sua sub-representação. Parcerias com líderes comunitários e espaços de convivência são estratégias promissoras. No entanto, questões éticas e metodológicas precisam ser cuidadosamente tratadas.¹

Conclusão

A vivência com a demência entre refugiados e migrantes vem ganhando atenção devido ao envelhecimento dessas populações e ao aumento das demandas por cuidados de saúde. A pesquisa e as políticas públicas começam a refletir essa mudança, mas ainda existem lacunas importantes — especialmente em países de baixa e média renda ou em contextos de emergência. A maioria dos dados disponíveis concentra-se em migrantes em países de alta renda, deixando muitos desassistidos.

A migração adiciona complexidade ao cuidado da demência, desde a prevenção até o suporte contínuo, o que frequentemente resulta em acesso desigual aos serviços. No que diz respeito a políticas públicas, foram poucos os países que trataram do tema em seus planos para cuidados de pessoas com a doença, e mesmo os que mencionaram pessoas migrantes, pouco detalharam ou especificaram iniciativas direcionadas a esses grupos. Para enfrentar esse cenário, os esforços globais para o cuidado de pessoas idosas devem incluir refugiados e migrantes, desenvolvendo caminhos de cuidado inclusivos, sensíveis à diversidade cultural e estratégias de apoio adaptadas às suas necessidades.

Referências Bibliográficas

1. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Dementia in refugees and migrants: Epidemiology, public health implications and global responses.** Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240102224>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Semana Mundial da Imunização 2025: Imunização para todos é possível

World Immunization Week 2025: Immunization for All is Possible

Semana Mundial de la Inmunización 2025: La inmunización para todos es posible

Maria Teresa Rossetti Massari

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos

Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: A Semana Mundial da Imunização 2025, sob o tema “*Imunização para Todos é Humanamente Possível*”, reforça a urgência de proteger os avanços conquistados nas últimas décadas. As vacinas salvaram mais de 150 milhões de vidas nos últimos 50 anos, mas enfrentam ameaças crescentes como desinformação, cortes de financiamento, crises humanitárias e desigualdade no acesso. Doenças antes controladas, como sarampo, meningite e febre amarela, estão ressurgindo com força em vários países. A estagnação das coberturas vacinais demanda ação coordenada e investimentos contínuos. É fundamental fortalecer sistemas de saúde e garantir o acesso equitativo às vacinas. A imunização é um pilar estratégico para reduzir mortes evitáveis e promover a equidade em saúde global.

Palavras-chave: Vacinação; Saúde da Criança; Saúde global.

Abstract: *World Immunization Week 2025, under the theme “Immunization for All is Humanly Possible”, highlights the urgent need to protect the progress achieved over recent decades. Vaccines have saved more than 150 million lives in the past 50 years, yet they now face growing threats such as misinformation, funding cuts, humanitarian crises, and inequities in access. Diseases once under control, including measles, meningitis, and yellow fever, are re-emerging with intensity in several countries. The stagnation in vaccination coverage calls for coordinated action and sustained investment. Strengthening health systems and ensuring equitable access to vaccines are essential steps. Immunization remains a strategic pillar for reducing preventable deaths and promoting global health equity.*

Keywords: Vaccination; Child health; Global health.

Resumen: *La Semana Mundial de la Inmunización 2025, bajo el lema “La inmunización para todos es humanamente posible”, destaca la urgencia de proteger los avances logrados en las últimas décadas. Las vacunas han salvado más de 150 millones de vidas en los últimos 50 años, pero enfrentan amenazas crecientes como la desinformación, los recortes de financiación, las crisis humanitarias y las desigualdades en el acceso. Enfermedades anteriormente controladas, como el sarampión, la meningitis y la fiebre amarilla, están resurgiendo con fuerza en varios países. La estancación de las coberturas vacunales exige una acción coordinada e inversiones sostenidas. Es fundamental fortalecer los sistemas de salud y garantizar un acceso equitativo a las vacunas. La inmunización sigue siendo un pilar estratégico para reducir muertes evitables y promover la equidad en salud global.*

Palabras-clave: Vacunación; Salud infantil; Salud global

Ameaças emergentes à imunização global: desafios atuais e respostas necessárias

É importante ressaltar para o cenário alarmante de regressão nos programas de imunização, impulsionado por uma combinação de desinformação, crescimento populacional, crises humanitárias e cortes no financiamento internacional. Esses fatores têm comprometido avanços históricos, expondo milhões de crianças, adolescentes e adultos a riscos elevados de doenças evitáveis por vacinas.

Crescimento de surtos e fragilidade dos sistemas de saúde

Nos últimos anos, registrou-se o aumento expressivo de surtos de doenças anteriormente controladas, como sarampo, meningite, difteria e febre amarela. O sarampo, em especial, apresentou crescimento contínuo desde 2021, totalizando cerca de 10,3 milhões de casos em 2023 – um aumento de 20% em relação ao ano anterior. Entre 2024 e 2025, 138 países relataram casos, com 61 enfrentando surtos significativos, configurando o maior número de registros desde 2019.

Dados de 2024 revelam também um crescimento agudo dos casos de meningite na África, com mais de 5.500 casos suspeitos e cerca de 300 óbitos nos três primeiros meses de 2025. A febre amarela, após anos de declínio, voltou a se expandir em 12 países africanos e em quatro países das Américas, indicando a fragilidade das coberturas vacinais de rotina e a dependência de estoques emergenciais.

Esse cenário se agrava diante da retração no financiamento global. Levantamento rápido conduzido pela OMS em 108 escritórios nacionais apontou que quase metade dos países de baixa e média renda enfrenta interrupções moderadas ou graves em campanhas de vacinação, serviços de rotina e acesso a insumos. A vigilância epidemiológica, essencial para o controle de doenças imunopreveníveis, também está comprometida em mais da metade das nações avaliadas.

- Retrocesso na cobertura vacinal infantil

Apesar de iniciativas de recuperação após a pandemia de COVID-19, o número de crianças que não receberam nenhuma vacina aumentou. Em 2023, estimou-se que 14,5 milhões de crianças não receberam nenhuma dose de vacinas essenciais – número superior aos registrados em 2022 (13,9 milhões) e 2019 (12,9 milhões). Mais da metade dessas crianças vive em contextos de conflito ou instabilidade, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade sanitária.

- Respostas e avanços recentes

Apesar do contexto adverso, há evidências de progresso em diversas frentes. Campanhas coordenadas pela OMS, UNICEF e da Aliança para Imunização (Gavi) continuam ampliando o acesso vacinal e fortalecendo os sistemas de imunização primária. Estima-se que 4,2 milhões de vidas sejam salvas anualmente por meio da imunização contra 14 doenças, com cerca de metade dessas vidas salvas no continente africano.

A eliminação da meningite A na chamada “cintura da meningite” africana destaca o êxito das estratégias de vacinação em massa. A introdução de uma nova vacina conjugada

pentavalente contra meningite reforça o potencial de prevenção mais ampla e eficaz em resposta a surtos.

Em relação à febre amarela, embora recentes surtos tenham exposto lacunas, a cobertura vacinal de rotina e os estoques emergenciais contribuíram para redução substancial de casos e mortes ao longo da última década.

Outro marco relevante refere-se à vacinação contra o HPV na África. Entre 2020 e 2023, a cobertura quase dobrou (de 21% para 40%), o que representa avanço importante na prevenção do câncer do colo do útero. Além disso, a introdução de vacinas pneumocócicas em países como Chade e Somália, bem como o aumento da cobertura na região do Sudeste Asiático, amplia a proteção contra pneumonias e doenças invasivas.

A introdução progressiva das vacinas contra malária em quase 20 países africanos representa um passo histórico no combate à doença. Estima-se que, com a expansão dessas campanhas, seja possível salvar até meio milhão de vidas adicionais até 2035.

Semana Mundial de Imunização 2025

Comemorada na última semana de abril, a Semana Mundial da Imunização reúne uma ampla e diversa rede de governos, organizações e parceiros com o objetivo de incentivar o uso das vacinas como ferramenta essencial para proteger pessoas de todas as idades contra doenças.

Com o compromisso de manter e ampliar os avanços obtidos ao longo dos últimos 50 anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o UNICEF, a [Aliança para Vacinas](#) e outros aliados seguem utilizando a campanha “Humanamente Possível”, iniciada em 2024, reforçando a visão de que a imunização universal é um objetivo realizável.

O ano de 2025 marca a metade do caminho da Agenda de Imunização 2030. Neste contexto, a campanha convida à reflexão não apenas sobre os benefícios atuais da vacinação, mas também sobre o seu potencial futuro. À medida que mais crianças são alcançadas pelas vacinas essenciais e novas imunizações são desenvolvidas para prevenir um número cada vez maior de doenças, o impacto positivo da vacinação tende a crescer ainda mais nas próximas décadas.

Imunização para todos é possível

As vacinas estão entre as maiores conquistas da humanidade. Nos últimos 50 anos, as vacinas essenciais salvaram mais de 154 milhões de vidas — o equivalente a seis vidas por minuto, todos os dias, durante meio século.

Nesse período, a vacinação foi responsável por 40% da melhoria na sobrevivência infantil. Hoje, mais crianças chegam ao primeiro ano de vida e seguem crescendo saudáveis do que em qualquer outra época da história. Se considerarmos apenas a vacina contra o sarampo, ela contribuiu para cerca de 60% dessas vidas salvas.

Ainda há muito a fazer. O futuro da imunização passa pelo desafio de alcançar milhões de crianças que nunca receberam uma única dose de vacina, mas também por proteger idosos contra a gripe, bebês contra a malária e o vírus sincicial respiratório (VSR), gestantes contra o tétano e adolescentes contra o HPV.

A humanidade está diante de um momento decisivo na saúde global. Os avanços obtidos com tanto esforço no combate a doenças evitáveis por vacinas correm risco. Décadas de cooperação entre governos, agências humanitárias, cientistas, profissionais de saúde e famílias tornaram possível erradicar a varíola e quase eliminar a poliomielite.

Sob o lema "**Imunização para Todos é Possível com Esforço Humano**", a Semana Mundial da Imunização 2025 tem como objetivo garantir que ainda mais crianças, adolescentes, adultos — e suas comunidades — estejam protegidos contra doenças que podem ser prevenidas com vacinas.

Objetivos da Campanha

- Mostrar que é possível viver com menos doenças e mais saúde quando as pessoas — junto com suas comunidades — se protegem e protegem quem amam contra doenças evitáveis por vacinas.
- Incentivar os governos a transformarem vacinas em ações concretas por meio de programas de imunização eficazes, tanto em nível local quanto nacional, cumprindo o compromisso de garantir a imunização para todos.

Mensagens principais

1. A imunização representa uma das mais impactantes conquistas da saúde pública global.

Nas últimas cinco décadas, estima-se que os programas de vacinação tenham evitado aproximadamente 154 milhões de mortes, evidenciando seu papel central na redução da mortalidade global. Dentre essas, cerca de 94 milhões de vidas foram salvas exclusivamente pela vacina contra o sarampo.

A vacinação foi responsável por 40% da melhoria nas taxas de sobrevivência infantil durante esse período, refletindo seu impacto direto na saúde das populações pediátricas. Além disso, a imunização constitui atualmente o serviço de saúde com maior cobertura no mundo, sendo um ponto estratégico de conexão entre comunidades e sistemas de saúde, facilitando o acesso a cuidados essenciais em contextos diversos.

→ Ponto para avanço: É necessário fortalecer a integração da imunização com outros componentes da atenção primária à saúde, ampliando sua função como porta de entrada e facilitador do cuidado longitudinal.

2. A proteção individual gerada pelas vacinas estende-se coletivamente, contribuindo para a segurança sanitária global.

No contexto da interconectividade mundial, surtos localizados de doenças infecciosas representam riscos transnacionais. A vacinação sistemática não apenas protege indivíduos, mas também atua como uma barreira contra a propagação de doenças como sarampo, difteria e cólera.

As estratégias de resposta a surtos são ineficientes do ponto de vista econômico e ineficazes como política de saúde de longo prazo. A imunização preventiva, aplicada de forma contínua e oportuna, constitui a medida mais racional e sustentável para o controle dessas ameaças.

→ Ponto para avanço: Políticas públicas devem priorizar a vacinação como instrumento de segurança sanitária, fortalecendo a vigilância epidemiológica e a resposta rápida, mas com ênfase em prevenção estruturada e equitativa.

3. Vacinas contribuem para a longevidade e qualidade de vida em todas as fases da vida.

Mais de 30 doenças infecciosas atualmente podem ser prevenidas por vacinas seguras e eficazes. Desde 1988, cerca de 3 bilhões de crianças foram vacinadas contra a poliomielite, evitando a paralisia de aproximadamente 20 milhões de pessoas.

A imunização é determinante não apenas para a sobrevivência, mas para o pleno desenvolvimento. Crianças completamente vacinadas apresentam maior probabilidade de frequentar a escola, crescer saudáveis e contribuir social e economicamente em suas comunidades.

→ Ponto para avanço: A mensuração dos impactos indiretos da imunização — como melhoria de indicadores educacionais, produtividade e redução de pobreza — deve ser incorporada nas análises de custo-efetividade que embasam decisões políticas.

4. As desigualdades no acesso às vacinas persistem e comprometem a equidade em saúde.

Apesar dos avanços históricos na cobertura vacinal, a estagnação recente representa um alerta. Em 2023, cerca de 14,5 milhões de crianças permaneceram sem acesso a nenhuma dose de vacina. Tais lacunas indicam fragilidades estruturais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, instabilidade política ou baixa capacidade institucional.

A Poliomielite, por exemplo, foi uma situação dramática em países do continente africano, cujas desigualdades se sobressaltam. A poliomielite esteve em emergência sanitária na África por mais de 30 anos (1996-2016), o que gerou cerca de 75.000 crianças parálíticas no continente. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a África livre do poliovírus selvagem, após quatro anos sem casos registrados. No entanto, em 2022, foram detectados casos importados do “poliovírus selvagem tipo 1” no Maláui e em Moçambique, ligados a uma cepa originária do Paquistão. Graças a campanhas de vacinação em massa, envolvendo mais de 50 milhões de crianças em cinco países da África Austral, esses surtos foram controlados, e a transmissão foi interrompida.

Apesar do sucesso contra o poliovírus selvagem, a África enfrenta surtos de poliovírus circulante derivado da vacina (cVDPV), que ocorre quando o vírus atenuado da vacina oral sofre mutações em comunidades com baixa cobertura vacinal. [Em 2024, foram registrados 72 casos de cVDPV na África, com destaque para a Nigéria, que reportou 30 casos. Outros países afetados incluem Etiópia, Guiné Equatorial e Moçambique.](#)

Para conter esses surtos, a OMS e parceiros lançaram campanhas de vacinação em massa. Em 2024, uma iniciativa visou imunizar 72 milhões de crianças menores de cinco anos em 15 países africanos. [Além disso, a OMS mantém a poliomielite como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional \(ESPII\), devido ao risco contínuo de propagação do vírus.](#)

Embora a África tenha alcançado a erradicação do poliovírus selvagem, a luta contra a poliomielite continua, especialmente devido aos surtos de cVDPV. Manter altas taxas de

vacinação e fortalecer os sistemas de vigilância são essenciais para prevenir novos casos e avançar rumo à erradicação total da doença.

Importante ressaltar que, mesmo em países desenvolvidos e de alta renda, também é possível observar retrocessos na cobertura vacinal. Apenas a vacina contra o sarampo, apesar de ser a mais efetiva em termos de vidas salvas, teve mais de 22 milhões de crianças sem a primeira dose, e 12 milhões sem a segunda. [Em fevereiro deste ano, no Texas \(EUA\), uma criança em idade escolar, não vacinada, que faleceu em um hospital em Lubbock](#). Esse foi o primeiro óbito por sarampo nos EUA em quase uma década. O surto teve início em comunidades com baixa cobertura vacinal, especialmente entre grupos religiosos como os menonitas no condado de Gaines, onde há resistência histórica à vacinação.

A segunda morte ocorreu no início de março no Novo México. O paciente também não havia sido vacinado, e o diagnóstico de sarampo foi confirmado postumamente. [Até aquele momento, os estados do Texas e Novo México haviam registrado mais de 200 casos confirmados da doença](#).

Especialistas em saúde pública alertam que essas mortes são evitáveis e refletem a queda nas taxas de vacinação. A situação é agravada por discursos antivacina de figuras públicas, como o secretário de Saúde Robert F. Kennedy Jr., que tem questionado a segurança e eficácia da vacina tríplice viral (MMR). O sarampo é altamente contagioso e pode ser fatal, especialmente entre crianças não vacinadas. A vacinação continua sendo a forma mais eficaz de prevenção.

→ Ponto para avanço: São urgentes políticas direcionadas à equidade vacinal, com foco em populações negligenciadas, migrantes, zonas rurais e grupos em situação de vulnerabilidade, integrando esforços de imunização com estratégias intersetoriais de inclusão social.

5. A meta de imunização universal é factível, mas exige compromisso político, financiamento sustentável e inovação.

A atual conjuntura representa um ponto de inflexão para a saúde global. Os avanços obtidos por meio de décadas de cooperação internacional — como a erradicação da varíola e o avanço rumo à eliminação da poliomielite — estão sob ameaça.

Para garantir a continuidade desses ganhos, é fundamental expandir o acesso às vacinas em todas as faixas etárias, incluindo idosos (gripe), gestantes (tétano) e adolescentes (HPV), além de introduzir novas vacinas, como as contra malária e tuberculose, em sistemas de saúde pública de forma eficaz e acessível.

→ Ponto para avanço: A sustentabilidade dos programas de imunização dependerá da priorização política do tema, da alocação consistente de recursos financeiros — incluindo apoio a iniciativas como a Aliança para Vacinas — e do fortalecimento da inovação científica para responder a ameaças emergentes.

Todos os setores da sociedade podem contribuir para o fortalecimento da imunização

- **Indivíduos e famílias devem estar cientes de suas necessidades vacinais** - É fundamental que cada pessoa conheça o calendário vacinal recomendado em sua faixa etária, assegurando a adesão oportuna e completa às imunizações, tanto para si quanto para os membros de sua família.

- **Educação e combate à desinformação devem ser promovidos coletivamente** - A disseminação de informações baseadas em evidências científicas sobre os benefícios das vacinas é essencial. Atividades educativas devem incluir a identificação e correção de conteúdos enganosos, fortalecendo a confiança pública na vacinação.
- **Mobilização social e comunicação em rede são estratégias relevantes** - A atuação em redes sociais e comunitárias constitui uma ferramenta poderosa para ampliar o alcance das campanhas de imunização. A promoção ativa da Semana Mundial da Imunização pode estimular o engajamento coletivo em defesa da saúde pública.
- **Profissionais de saúde desempenham papel estratégico na verificação e atualização do status vacinal** - Cada contato com o sistema de saúde, mesmo em contextos não relacionados à vacinação, representa uma oportunidade de revisar e atualizar o esquema vacinal dos pacientes, especialmente em populações com baixa adesão. A OMS ressalta os cursos para profissionais de saúde sobre imunização que estão disponíveis em sua plataforma, na [WHO Academy](#).
- **Governos devem priorizar investimentos estruturantes em imunização** - A consolidação de programas de imunização depende de financiamento sustentável e de políticas públicas que fortaleçam a capacidade operacional dos sistemas de saúde, tanto em nível local quanto nacional, garantindo o acesso universal às vacinas essenciais.

A semana mundial de imunização disponibiliza recursos visuais, incluindo vídeos e outras mídias para serem amplamente divulgados no contexto da campanha, disponibilizados neste [link](#).

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World Immunization Week 2025*. Disponível em: <https://www.who.int/campaigns/world-immunization-week/2025>. Acesso em: 28 abr. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World Immunization Week 2025 – Campaign materials*. Canto Media Library. Disponível em: <https://who.canto.global/v/WorldImmunizationWeek/landing?viewIndex=0>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Increases in vaccine-preventable disease outbreaks threaten years of progress, warn WHO, UNICEF and Gavi*. 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/increases-vaccine-preventable-disease-outbreaks-threaten-years-progress-warn-who>. Acesso em: 28 abr. 2025.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Measles cases are spiking globally*. [S.l.]: UNICEF, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/stories/measles-cases-spiking-globally>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Rumos para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação

Eduardo Nilson

Denise Oliveira

Resumo. Nesse informe, discutimos o diagnóstico recente da situação das doenças crônicas não transmissíveis no mundo, com destaque para aquelas associadas à alimentação inadequada (incluindo o consumo de produtos ultraprocessados) e as propostas da NCD Alliance para a priorização dessa agenda política e sua relação com os sistemas alimentares e as mudanças climáticas.

As doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) são a principal causa de morbimortalidade no mundo, independentemente da renda dos países, e os fatores de risco dietéticos figuram entre os principais fatores modificáveis para sua prevenção e controle.

O enfrentamento da carga global da má nutrição é complexo e precisa abordar desde a desnutrição e carências nutricionais até o excesso de peso/obesidade e as DCNTs (como doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e cânceres, entre outras), cuja determinação é comum e deve estar contemplada nas metas atuais e nas soluções existentes para promover dietas saudáveis que ajudem a prevenir essas DCNTs e promover vidas mais saudáveis.

De modo geral, as dietas não saudáveis como principal fator de risco para DCNTs são caracterizadas por excesso de nutrientes críticos como gorduras trans, saturadas, açúcares livres e sódio (frequentemente presentes em produtos ultraprocessados) e baixo consumo de grãos integrais, legumes, vegetais e frutas (em grande parte substituídos pelos ultraprocessados na transição nutricional por que passamos rapidamente).

Estima-se que essas dietas causem mais de 7 milhões de mortes anuais, sendo 99% associadas a DCNTs e que apresentaram um aumento de 19% na mortalidade atribuível entre 2010-2021. Nesse contexto, o excesso de peso e a obesidade estão crescentes em todos os grupos etários, desde crianças e adolescentes até os adultos. A prevalência continua crescendo, mesmo com metas globais para estagná-la, sendo particularmente preocupante em países de baixa e média renda, que enfrentam agora uma dupla carga de má nutrição (a coexistência da obesidade e da desnutrição).

Nesse sentido, vale ressaltar que muitos países ainda vivem o problema da desnutrição infantil, que possui um impacto duradouro na vida, no desenvolvimento e na saúde dos indivíduos, estando ligadas a cerca de 50% das mortes em menores de 5 anos e ao maior risco de desenvolver DCNTs na vida adulta. Contudo, apesar de décadas de metas de redução e ou de eliminação da pobreza, o mundo não está no caminho para cumprir as metas 2025 de nutrição materno-infantil.

Segundo o documento “Da Política ao Prato – Um guia de advocacy para tornar os compromissos globais de alimentação e nutrição em ações para prevenir DCNTs associadas à dieta” (*“From Policy to Plate - An advocacy guide to turn global food and nutrition commitments into action to prevent diet-related NCDs”*), elaborada pelo grupo *NCD Alliance*, que reúne um grande conjunto de organizações não-governamentais de todo o mundo e tem desempenhado

forte papel no advocacy global dessas agendas, o ano de 2025 é um ponto de virada para avançar a agenda global de políticas de nutrição sob uma perspectiva de saúde (NCD Alliance, 2025).

O guia traz, para tanto, subsídios para apoiar todas essas iniciativas, desde uma visão geral do cenário global da má nutrição, das metas internacionais atuais e das soluções existentes para promover dietas saudáveis e uma análise breve dos principais resultados, desafios e oportunidades nos processos da Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS) e da Cúpula de Nutrição para o Crescimento (N4G), sendo concluída com um chamado para ação e recomendações que a sociedade civil pode utilizar para avançar na prevenção de DCNTs relacionadas à alimentação.

Os grandes desafios da agenda global e as respostas políticas propostas

O diagnóstico apresentado no relatório se inicia muito acertadamente destacando que as dietas pouco saudáveis e o aumento da prevalência de DCNTs relacionadas à alimentação em todo o mundo devem ser vistos como uma escolha política e não como uma falha individual, pois são consequência de sistemas múltiplos e desiguais (alimentar, econômico, social, ambiental, urbano e outros) que falham em tornar as opções saudáveis disponíveis, acessíveis e atraentes.

Por exemplo, a pandemia demonstrou a necessidade de reformular e investir mais em sistemas e ambientes alimentares resilientes, sustentáveis, saudáveis e diversificados, por meio de decisões orçamentárias e pacotes de políticas coerentes que aumentem a acessibilidade, disponibilidade e preço acessível de produtos nutritivos. Além disso, é essencial compreender a realidade das pessoas no acesso aos alimentos para desenvolver políticas que efetivamente promovam dietas saudáveis e incorporar cada vez mais elementos de produção sustentável e resiliente de alimentos, priorizando a produção local e diversificada.

Nesse sentido, conforme endossado pela Assembleia Mundial da Saúde (WHA) em sua 76ª sessão em 2023, a OMS atualizou o Anexo 3 do *Plano de Ação Global para as DCNTs 2013-2030* (também conhecido como os *best buys* para DCNTs e outras intervenções recomendadas) para apoiar os governos na priorização de intervenções altamente custo-efetivas para avançar em direção às metas de DCNTs.

Para otimizar o impacto e acelerar ações de prevenção e controle de DCNTs relacionadas à alimentação, reconhece-se que é crucial que essas políticas, já testadas e comprovadas, sejam implementadas como um pacote abrangente de medidas que abordem diferentes aspectos que promovam mudanças de comportamento em direção a dietas mais saudáveis, como disponibilidade, acessibilidade, atratividade e conscientização sobre alimentos nutritivos. No entanto, os planos de transformação dos sistemas alimentares dos países relacionados às políticas mais custo-efetivas para dietas saudáveis ainda tendem a focar mais em campanhas de conscientização e eventualmente em compras públicas saudáveis, em vez de fortalecer a ampliar a criação de ambientes favoráveis que abordem a acessibilidade e preço acessível de alimentos com alto teor de gordura, açúcar e sal (particularmente os produtos alimentícios ultraprocessados) por meio de ações como rotulagem nutricional, reformulação de produtos, restrições à publicidade ou políticas fiscais, além da proteção ao aleitamento materno

Como alguns exemplos exitosos de políticas implementadas em diferentes países, o relatório enumera:

- Políticas de reformulação para alimentos e bebidas mais saudáveis, como a eliminação de ácidos graxos trans (AGT) e/ou redução de gorduras saturadas, açúcares livres e/ou sódio,

implementadas na forma de proibições de AGT de origem industrial TFA alinhadas às melhores práticas da OMS foram recentemente aprovadas no Brasil, México, Índia, Egito, Nigéria, Sri Lanka e Argentina e no estabelecimento de níveis máximos obrigatórios de sódio em alimentos industrializados na Colômbia e Argentina.

- Na rotulagem frontal como parte de políticas abrangentes de informação nutricional para facilitar a compreensão e escolha de alimentos saudáveis pelos consumidores a exemplo dos modelos de advertências adotados na Colômbia, Argentina, México, Peru, Chile e outros países.
- Nas políticas de compras e serviços públicos de alimentação para dietas saudáveis, promovendo a redução do consumo de açúcares livres, sódio e gorduras prejudiciais e o aumento do consumo de legumes, grãos integrais, frutas e verduras, a exemplo da alimentação escolar no Brasil, junto com outras políticas abrangentes de compras públicas de alimentos saudáveis, que vêm sendo implementadas em outros países.
- Nas ações de comunicação para mudança de comportamento e campanhas midiáticas para promoção de dietas saudáveis.
- Em políticas de proteção infantil contra o impacto nocivo do marketing de alimentos, a exemplo de Chile e Portugal, que possuem as restrições mais abrangentes ao marketing direcionado a crianças (cobrindo mídias tradicionais e digitais, com limitações em técnicas persuasivas).
- Na proteção, promoção e apoio às práticas ideais de amamentação, em que práticas exemplares são adotadas no Quênia, Cuba, Brasil, Tailândia e Filipinas.
- Na tributação de bebidas adoçadas com açúcar, como parte de políticas fiscais para dietas saudáveis, já adotadas em Barbados, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e México e recentemente incluídas na reforma tributária aprovada no Brasil. Para além disso, também é importante destacar que a Colômbia tributa tanto bebidas adoçadas quanto alimentos ultraprocessados, o que deve potencializar os impactos sobre a saúde.

Princípios de uma alimentação saudável

O Guia também reforça os princípios de dietas saudáveis definidos no final do ano passado pela OMS e FAO, contemplando a diversidade de padrões alimentares saudáveis, os riscos dos alimentos ultraprocessados e a interligação entre produção alimentar, dietas e meio ambiente.

Lembrando o que abordamos em informes anteriores, apesar da definição de dietas saudáveis já ser antiga, inclusive considerando as recomendações internacionais, há necessidade de atualização com base nas evidências e, mais recentemente, houve importantes mudanças de paradigma, como o olhar mais ampliado sobre alimentos e padrões alimentares no lugar da visão anterior focada nos nutrientes.

Segundo o documento conjunto da FAO e OMS (FAO/WHO, 2024), as dietas saudáveis são aquelas que promovem saúde, crescimento e desenvolvimento, apoiam estilos de vida ativos, previnem deficiências e excessos de nutrientes, doenças transmissíveis e crônicas não-transmissíveis (DCNTs), incluindo as doenças transmitidas por alimentos, e promovem o bem-estar das pessoas e populações. Para além das questões de saúde e de bem-estar, o documento também reforça o papel crítico das dietas na prevenção de todas as formas de desnutrição, na prevenção de doenças e promoção da saúde, bem como as interconexões entre a produção de

alimentos, dietas e o meio ambiente, trazendo, então, as relações com os sistemas alimentares e sobre saúde planetária.

Essas novas abordagens trouxeram uma variedade de definições e perspectivas sobre o que constitui uma dieta saudável e como ela pode ser alcançada, protegendo o meio ambiente, trazendo atenção para o sistema agroalimentar e suas consequências sobre a saúde humana e planetária. Diante das atuais crises na nutrição, na saúde e no meio ambiente, em grande parte provocadas pelos sistemas alimentares hegemônicos, surge a discussão da necessidade de transformá-los para contribuir com os compromissos de erradicar a fome e todas as formas de má nutrição, elevar os níveis de saúde humana e proteger e restaurar o meio ambiente. Nesse sentido, a falta de consenso sobre o que constitui uma dieta saudável e o uso de visões distorcidas sobre a relação entre nutrição e saúde, como o chamado nutricionismo (que prioriza os nutrientes sobre o tipo de alimento e é comumente usado pelas indústrias de ultraprocessados para promover seu consumo, em detrimento dos alimentos frescos e minimamente processados) pode prejudicar o progresso e a continuidade dos esforços para alcançá-la.

Nesse contexto, visando o cumprimento desses compromissos interconectados, a publicação traz uma proposta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) a partir de princípios sobre o que constitui uma dieta saudável, baseados na biologia humana e reconhecidos pela literatura científica. Assim, para que sejam consideradas saudáveis, as dietas devem ser:

Adequadas, fornecendo nutrientes essenciais suficientes para prevenir deficiências e promover a saúde, sem excessos.

Balanceadas, considerando a ingestão de energia e fontes de energia (ou seja, gorduras, carboidratos e proteínas) para promover peso saudável, crescimento e prevenção de doenças.

Moderadas, considerando o consumo de alimentos, nutrientes ou outros compostos associados a efeitos prejudiciais à saúde.

Diversificadas, incluindo uma ampla variedade de alimentos nutritivos dentro e entre os grupos alimentares para favorecer a adequação de nutrientes e o consumo de outras substâncias promotoras da saúde.

O documento destaca também que as dietas só podem ser saudáveis se os alimentos e bebidas consumidos forem seguros, isto é, se não causarem efeitos adversos à saúde dos consumidores quando preparados e/ou consumidos. Esse elemento diz respeito a uma visão de todas as condições e medidas necessárias para garantir a segurança e adequação dos alimentos em todas as etapas da cadeia alimentar sejam implementadas, também abordando, assim, partes dos sistemas alimentares.

Trabalhando especificamente o primeiro princípio, as dietas devem ser adequadas, ou seja, devem atender, sem exceder, aos requisitos de nutrientes, específicos para idade, gênero, tamanho e composição corporal, níveis de atividade física, estados fisiológicos (como gravidez) e condições de saúde.

Isso decorre do fato do corpo humano não sintetizar a maioria dos nutrientes essenciais, que precisam ser obtidos pela dieta. Nutrientes essenciais incluem aminoácidos essenciais, ácidos graxos essenciais e a maioria das vitaminas e minerais, que estão envolvidos em todas as funções corporais, desde o crescimento e desenvolvimento cerebral no feto e no bebê, até o

funcionamento de órgãos e músculos ao longo da vida. Por outro lado, a ingestão inadequada de nutrientes essenciais pode levar a síndromes de deficiência específicas para nutrientes isolados, como escorbuto para a deficiência de vitamina C, raquitismo para a deficiência de vitamina D, bócio para a deficiência de iodo, muitas das quais atualmente são incomuns na maioria das partes do mundo. Vale destacar que há outras condições, como crescimento prejudicado, desenvolvimento cerebral e funcionamento do sistema imunológico, que, entre suas causas, figuram deficiências múltiplas de nutrientes.

O documento destaca particularmente o atendimento dos requisitos de nutrientes para crianças de 0 a 23 meses, que é particularmente importante devido ao crescimento e desenvolvimento e à pequena quantidade total de alimentos consumidos. Primeiramente, reforçando as recomendações já conhecidas, para lactentes de 0 a 6 meses de idade, as necessidades de nutrientes devem ser atendidas exclusivamente pelo aleitamento materno. Na fase seguinte, a partir dos 6 meses de idade, o documento afirma que alimentos de origem animal seriam uma boa fonte de proteína de alta qualidade e vitaminas e minerais biodisponíveis, de modo que a OMS recomenda, além da continuidade do aleitamento materno, o consumo diário de alimentos de origem animal, incluindo carne não processada, peixe ou ovos, para crianças dessa faixa etária.

Para além dessa faixa etária, os requisitos dietéticos para macro e micronutrientes foram definidos pela FAO e pela OMS para energia, proteínas e aminoácidos, gorduras e ácidos graxos, vitaminas e minerais, e muitos países estabeleceram valores para suas populações. Esses requisitos incluem os níveis de ingestão que provavelmente previnem o risco de deficiência e os níveis que limitam o risco de consumo excessivo.

Novamente em referência à segurança dos alimentos, o documento lembra que, para a utilização eficiente dos nutrientes, é necessária a prevenção de doenças transmitidas por alimentos, destacando que as consequências do consumo de alimentos inseguros afetam desproporcionalmente grupos vulneráveis, como crianças e idosos.

Partindo para o segundo princípio, as dietas saudáveis devem também ser balanceadas, considerando a ingestão de energia equilibrada com as necessidades energéticas, que variam de acordo com a idade, sexo, níveis de atividade física e durante diferentes fases da vida, como a gravidez e lactação. O documento afirma que dietas saudáveis requerem um equilíbrio adequado entre as três principais fontes de energia: proteínas, gorduras e carboidratos, cujo consumo é definido com base em recomendações da OMS.

Ainda no campo desse princípio, são explicadas as funções de cada um desses macronutrientes, bem como os potenciais riscos de seu consumo excessivo. Um ponto importante em relação às proteínas é o reconhecimento de que podem vir de uma mistura de fontes animais e vegetais, considerando aspectos de digestibilidade e qualidade, especialmente na infância e adolescência, enquanto em alguns contextos, para adultos, a substituição por fontes vegetais de proteína pode ser preferível para reduzir riscos como as doenças cardiometabólicas, por exemplo. Em relação às gorduras também é destacado limite de ingestão de 30% das calorias ingeridas para ajudar a reduzir o risco de ganho de peso não saudável, assim como o consumo de ácidos graxos insaturados, com 6 a 10% da ingestão total de energia, vindos de fontes vegetais.

Finalmente, quanto aos carboidratos, são reforçadas as recomendações já conhecidas de contemplarem no máximo 75% do total de calorias diárias, mas também destacando suas fontes desejáveis, como grãos integrais, vegetais, frutas e leguminosas. Disso deriva outra

recomendação, sobre grupos de alimentos, de que os adultos devem consumir pelo menos 400 gramas de frutas e vegetais e 25 gramas ou mais de fibras alimentares naturais de alimentos todos os dias, sendo as quantidades para crianças e adolescentes são reduzidas em relação aos valores para adultos, com base na ingestão de energia em diferentes idades.

Ao abordar o terceiro princípio, da moderação, estão considerados os nutrientes não essenciais, associados a efeitos negativos e, portanto, devem ser consumidos com moderação ou excluídos da dieta, frequentemente chamados de nutrientes críticos, tais como o sódio, o açúcar livre e as gorduras não saudáveis.

O sódio, por exemplo, é um mineral essencial, mas em altas ingestões está associado ao aumento da pressão arterial, que atua como fator intermediário para muitas doenças cardiovasculares, assim como câncer gástrico. Assim, novamente se reforça a recomendação já estabelecida de que a ingestão de sódio deve ser limitada a 2 gramas por dia (equivalente a 5 gramas de sal de cozinha) em adultos e proporcionalmente menor para crianças e adolescentes com base na ingestão de energia. Manter a ingestão de sódio dentro desse limite ajudaria a manter a pressão arterial sistólica e diastólica de adultos e crianças em faixas saudáveis, resultando em uma diminuição do risco de AVC, eventos cardiovasculares e mortalidade relacionada.

Açúcares livres, por sua vez, não são nutrientes essenciais e sua ingestão deve ser limitada a menos de 10% da ingestão diária de energia, sendo que menos de 5% de ingestão pode conferir benefícios adicionais à saúde. Um ponto importante dessa recomendação é que a redução do consumo de açúcares livres deve ser alcançada sem o uso de adoçantes não açucarados, pois as evidências sugerem que eles não ajudam no controle de peso a longo prazo nem na redução do risco de DCNTs relacionadas à dieta.

Além desses, menos que 10% da energia diária deve vir de gordura saturada e não mais do que 1% de gordura trans. Nesse sentido, apesar de haver uma forte recomendação em relação ao banimento de gorduras trans produzidas industrialmente (particularmente os óleos parcialmente hidrogenados), existem gorduras trans naturais que podem estar presentes em carne e laticínios de animais ruminantes e por isso não se consegue eliminar completamente as gorduras trans se esses produtos forem consumidos. Por exemplo, países como os Estados Unidos e o Brasil já eliminaram a utilização de óleos e gorduras parcialmente hidrogenadas pelas indústrias de alimentos, que são a principal fonte de gorduras trans industriais, e muitos outros países têm adotado políticas semelhantes.

Uma questão nova e extremamente relevante que as novas recomendações trazem é incorporar nesse princípio o consumo de grupos de alimentos que podem ter efeitos negativos para a saúde, especialmente se consumidos em grandes quantidades, que devem ser evitados ou ter seu consumo reduzido. Dentre as razões para essa recomendação, esses alimentos podem ser fontes de nutrientes a serem limitados, como gordura saturada e açúcares livres, ou podem conter outros compostos que podem ser prejudiciais à saúde.

Dentre essas categorias, o documento destaca as carnes vermelhas e processadas e os alimentos altamente processados ou ultraprocessados. Em adultos, altas ingestões de carne vermelha estão associadas ao aumento do risco de várias doenças e evidências em evolução sugerem que o consumo de carne vermelha processada, mesmo em baixos níveis, pode ter consequências negativas para a saúde, especialmente por sua relação com o risco de alguns tipos de câncer.

Além disso, esse documento traz o primeiro reconhecimento técnico oficial da FAO e OMS em relação aos alimentos ou produtos ultraprocessados. Ele destaca, nesse sentido, que há um grande e crescente corpo de evidências sugere que o consumo de alimentos altamente processados, descritos como ultraprocessados (AUP, em português, ou UPF, em inglês) pelo esquema de classificação NOVA de alimentos, que considera o grau e propósito do processamento industrial dos alimentos. Os alimentos do grupo 1 seriam os alimentos in natura e minimamente processados, que devem ser a base de nossas dietas, o grupo 2 seriam os alimentos processados (alimentos in natura e minimamente processados adicionados de sal, gorduras ou açúcar), o grupo 3 possui os ingredientes culinários processados (sal, óleos e gorduras, açúcar) e o grupo 4 seriam os produtos ultraprocessados. O consumo de ultraprocessados está associado a desfechos negativos para a saúde como risco de mortalidade prematura, câncer, doenças cardiovasculares, sobrepeso, obesidade e diabetes tipo 2, além de comprometimento da saúde mental, respiratória e gastrointestinal (Lane *et al.*, 2024).

O documento destaca, ainda, que muitos ultraprocessados são ricos em gorduras, açúcar ou adoçantes artificiais, sódio ou aditivos alimentares, e muitos passam por processamento que altera a estrutura dos ingredientes alimentares originais através de vários processos. Com isso, as evidências sugerem que as associações com efeitos negativos para a saúde vão além do conteúdo de gordura, sódio e açúcar e que não foi definido um nível aceitável ou seguro de consumo desses produtos, sendo necessárias mais pesquisas são necessárias para compreender as relações entre ingestões de ultraprocessados e desfechos de doenças.

Para além do documento da FAO e OMS, é importante ressaltar que essas doenças associadas ao consumo de ultraprocessados não são somente problemas que afetam indivíduos, mas também questões nacionais, visto que seus custos de tratamento sobrecarregam os sistemas de saúde pública, além de comprometerem a produtividade econômica dos países por meio da morbimortalidade prematura (custos indiretos).

Mais particularmente no contexto das DCNTs, os mecanismos de atuação dos ultraprocessados envolvem uma provável sinergia de fatores como os hábitos alimentares (substituição da dieta diversificada e baseada em alimentos frescos e minimamente processados e com isso gerando alterações no tempo e frequência de consumo, tamanho de porções e redução da comensalidade), mudanças na composição nutricional dos alimentos (maior conteúdo de nutrientes críticos como sódio, gorduras e açúcares e baixo conteúdo de nutrientes essenciais, como vitaminas e minerais), mudanças físicas (alterações da estrutura física que representa a matriz alimentar tornando os nutrientes extracelulares em sua natureza), mudanças químicas (como o uso intensivo de aditivos alimentares tais como edulcorantes, emulsificantes, estabilizantes, flavorizantes, aromatizantes e outros, bem como aumentando a presença de contaminantes formados durante o processamento industrial físicos, os contaminantes neoformados). Assim, além da mediação de DCNTs por nutrientes críticos, da relação do excesso de ingestão energética com a obesidade, do aumento da exposição a substâncias não presentes nos alimentos na natureza e das transformações negativas na forma de alimentação, há crescentes evidências relacionadas com mecanismos fisiológicos de inflamação e sua relação com alterações na microbiota intestinal dos indivíduos (Juul, Vaidean e Parekh, 2021).

Não existem muitos estudos sobre a potencial magnitude do impacto desses problemas, porém, no Brasil, aproximadamente 57 mortes prematuras são anualmente atribuíveis ao consumo de produtos ultraprocessados no país (Nilson *et al.*, 2022), correspondentes a mais de R\$9 bilhões em perdas à economia brasileira (Nilson, 2024). Mais recentemente, um estudo

realizado sobre as mortes prematuras em oito países mostrou que de 4% a 14% das mortes por todas as causas entre pessoas de 30 a 69 anos de idade dependendo do consumo de ultraprocessados, significando, ao ano, perto de 105 mil mortes atribuíveis nos Estados Unidos e cerca de 18 mil mortes no Reino Unido, onde mais de metade das calorias da dieta vêm do consumo de ultraprocessados (Nilson *et al.*, 2025).

Adicionalmente, os ultraprocessados estão vinculados a sistemas alimentares baseados em monoculturas e na pecuária que reduzem a biodiversidade e têm sérios impactos ambientais, incluindo emissão de gases de efeito estufa, esgotamento de recursos naturais e poluição (especialmente por plásticos).

Esse impacto dos ultraprocessados se dá por uma somatória de mecanismos e processos que envolvem todo o sistema alimentar dominante, visto que os commodities são em grande parte a base dos ingredientes na produção dos ultraprocessados, aos quais se somam as características próprias do extensivo processamento industrial. Dessa forma, esse impacto engloba desde as consequências do estímulo a monoculturas dependentes de agrotóxicos e com uso intensivo de fertilizantes químicos, do transporte dos produtos por grandes distâncias, do elevado consumo energético da produção, da redução da biodiversidade e do desmatamento associados às monoculturas, do estímulo à utilização excessiva e insustentável dos recursos naturais (particularmente água e solos) e da poluição relacionada ao descarte de embalagens (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt *et al.*, 2019)(Leite *et al.*, 2022)(Seferidi *et al.*, 2020). Como exemplo deste último item, as grandes transnacionais de produtos ultraprocessados foram responsáveis pelo descarte anual de mais de 8 milhões de toneladas de plástico no mundo em 2020, sendo as maiores produtoras de lixo plástico empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas, seguidas pelas indústrias de produtos lácteos, todavia as tendências futuras de produção de plástico tendem a crescer exponencialmente se medidas mais robustas não forem tomadas (Changing Markets Foundation, 2020).

Para uma dimensão do impacto dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o ambiente e os recursos naturais, incluindo a participação dos produtos ultraprocessados, esses sistemas são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeitos estufa, pelo uso de 50% da terra habitável, por 70% do uso de água fresca e por 78% da poluição (eutrofização) das águas do planeta (Poore e Nemecek, 2018). Além disso, em termos da perda de biodiversidade, o impacto dos sistemas alimentares hegemônicos é impressionante: 96% da biomassa global de mamíferos é representada por rebanhos e 71% da biomassa de pássaros é representada por aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

Segundo uma revisão recente (Anastasiou *et al.*, 2022), considerando a somatória de inputs e outputs dos sistemas alimentares associados aos produtos ultraprocessados, contemplando as etapas da produção agrícola, do processamento industrial dos alimentos, da embalagem e distribuição e do comércio, armazenamento doméstico, preparação e consumo, foram encontrados impactos ambientais significantes. Por exemplo, os produtos ultraprocessados são responsáveis por até 39% do uso de energia relacionada à dieta, por 36% a 45% da perda de biodiversidade, por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios relacionados à dieta, bem como por aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda. Cabe destacar que, apesar de já alarmantes, tratam-se de estimativas conservadoras que não incluem outros efeitos ambientais da cadeia de produção dos ultraprocessados, tais como degradação dos solos, uso de herbicidas, eutrofização e uso de embalagens (Anastasiou *et al.*, 2022).

Estudos no Brasil, avaliando especificamente o impacto dos padrões de consumo alimentar e seus impactos ambientais mostraram que a pegada de carbono da dieta brasileira excede em cerca de 30% a pegada da dieta humana ideal, capaz de atender simultaneamente às necessidades nutricionais da população e conter o aumento da temperatura global (Maria Fellegger Garzillo *et al.*, 2021) e que a contribuição dos produtos ultraprocessados está diretamente associada à pegada hídrica (Garzillo *et al.*, 2022). Além disso, durante as últimas três décadas, no Brasil houve aumento de 21% na produção de gases de efeito estufa, de 22% na pegada hídrica e de 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais aumentou em 183% a 245% nesse período (T Da Silva *et al.*, 2021).

O último princípio, da diversidade, estabelece que dietas diversas, baseadas em uma ampla variedade de alimentos entre e dentro dos grupos alimentares, estão associadas a uma maior probabilidade de atender às necessidades de vitaminas e minerais. Naturalmente, a única exceção a essa recomendação seria durante os primeiros seis meses de vida, quando os bebês devem receber apenas leite materno.

Essa recomendação reconhece que grupos alimentares distintos e os alimentos dentro deles diferem no conteúdo e na densidade de nutrientes essenciais e muitos outros componentes bioativos e que as evidências mostram menor mortalidade e taxas de DCNTs relacionadas à dieta entre participantes com maior diversidade de grupos alimentares, maior diversidade dentro de grupos alimentares específicos (por exemplo, frutas e vegetais) e maior diversidade de espécies em padrões alimentares completos.

Portanto, segundo o documento, a diversidade alimentar constitui um elemento fundamental das dietas saudáveis e um princípio de saúde pública amplamente aceito e defendido nos guias alimentares baseadas em alimentos, nos princípios orientadores da FAO e da OMS para dietas saudáveis e sustentáveis, nas recomendações da OMS para crianças de 6 a 23 meses e no relatório técnico da OMS, FAO e Unicef sobre métricas de dietas saudáveis. Reconhece-se, ainda, que é possível que as pessoas tenham uma dieta suficientemente diversa em diferentes idades, ambientes alimentares, estações, restrições alimentares (como dietas vegetarianas) ou preferências culturais.

Em sua conclusão, o documento faz um chamamento para celebrar os padrões alimentares saudáveis, lembrando que, embora os princípios de dietas saudáveis sejam universais, os padrões alimentares, ou seja, as combinações de alimentos e bebidas consumidos ao longo do tempo, são altamente contextuais. Dessa forma, os padrões alimentares são determinados por uma ampla variedade de fatores sociais, econômicos e ambientais, incluindo preferências e crenças individuais, cultura, tradições, religião, renda e a disponibilidade e acessibilidade dos alimentos.

Para que sejam considerados saudáveis, os padrões alimentares devem, então, atender atendam aos quatro princípios principais mencionados, além de serem compostos por alimentos seguros. Ademais, os padrões alimentares saudáveis recomendados em contexto são articulados nas diretrizes alimentares nacionais, que são baseadas em considerações e evidências locais e que fornecem recomendações para combinações de grupos alimentares, sua proporcionalidade e, às vezes, frequência de consumo.

Além dos aspectos de saúde, os padrões alimentares também têm implicações importantes para o meio ambiente mediante seu impacto nos sistemas agroalimentares, incluindo emissões de gases de efeito estufa e uso de recursos naturais (terra e água,

biodiversidade e desmatamento). Reconhece-se, nesse contexto, que os sistemas agroalimentares também impactam e moldam os padrões alimentares que, em muitos contextos, são limitados para fornecer alimentos nutritivos suficientes para todos devido ao uso excessivo de recursos naturais, agravado pela resistência antimicrobiana, zoonoses, perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa, poluição do ar e da água e outros problemas. Consequentemente, mudanças para padrões alimentares saudáveis, portanto, devem ser um pilar importante da transformação dos sistemas agroalimentares e podem contribuir para superar as atuais desigualdades no acesso a dietas saudáveis.

O documento lembra, ainda, que as diretrizes ou guias alimentares baseadas em alimentos têm sido utilizados pelos países para caracterizar dietas saudáveis em contexto e para informar a educação do consumidor, porém possuem potencial de uso muito além da educação do consumidor, visto que trazem para o primeiro plano as considerações ambientais, socioculturais e econômicas necessárias para possibilitar dietas saudáveis para todos, ao caracterizar dietas saudáveis de sistemas agroalimentares sustentáveis no contexto. O documento informa, então, sobre a publicação da FAO sobre a nova metodologia para o desenvolvimento de diretrizes dietéticas com uma perspectiva de sistemas agroalimentares a ser publicada pela FAO, sobre a qual trataremos na seção a seguir.

O documento conjunto da FAO e OMS é finalizado afirmando que as recomendações incentivam a consistência na definição de dietas saudáveis com base nos quatro princípios principais mencionados, lembrando sempre também das questões de segurança dos alimentos e da água. Assim, as instituições buscam encorajar a todos, em qualquer lugar, a reconhecer e celebrar a diversidade de padrões alimentares saudáveis e os sistemas agroalimentares sustentáveis que podem promover e proteger a saúde humana e planetária, exortando todos os governos a desenvolverem, atualizarem e utilizarem diretrizes dietéticas e guias alimentares desenvolvidos com uma perspectiva de sistemas agroalimentares para informar políticas e programas que promovam e possibilitem padrões alimentares saudáveis de sistemas agroalimentares sustentáveis para todos.

Aproveitando o momento global

O ano de 2025 é histórico em relação a muitas iniciativas e compromissos da saúde, segurança alimentar e nutricional e clima, pois marca o fim da Década de Ação das Nações Unidas (ONU) sobre Nutrição (2016-2025 – lembrando, porém, que a vigência da Década foi recentemente prorrogada para 2030), marca o prazo para as metas da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre melhoria da nutrição materna, infantil e de crianças pequenas (que também devem ser estendidas até 2030 na 78ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde) e o monitoramento das metas relacionadas à nutrição no Quadro Global de Monitoramento de DCNTs da OMS, que devem ser estendidas até 2050 por meio de um processo separado.

Além disso, 2025 vem sendo um ano de outros grandes eventos globais sobre saúde e nutrição, tais como a Cúpula de Nutrição para o Crescimento (N4G) em Paris, a revisão +4 da Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS+4, que deve ocorrer nos próximos meses), a 4ª Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre Prevenção e Controle de DCNTs e Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar e, ainda, a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30 da UNFCCC), no Brasil.

Diante desse cenário, o documento afirma que será crucial que os resultados desses encontros priorizem o combate à má nutrição em todas as suas formas, incluindo a adoção de compromissos para prevenir DCNTs relacionadas à alimentação. Ao mesmo tempo, o momento

e os eventos representam muitas oportunidades futuras, de modo que o documento visa a orientar os esforços de advocacy e responsabilização de organizações da sociedade civil e informar como elas podem mobilizar outras partes interessadas nesses processos de políticas de alimentação e nutrição, sob uma perspectiva de saúde, para garantir que os sistemas alimentares sejam transformados de forma eficaz.

A necessidade de proteger as agendas

Naturalmente, já são bem conhecidas as preocupações importantes foram identificadas pelas organizações da sociedade civil em relação à falta de transparência, governança adequada e regras de engajamento em alguns desses eventos globais de alimentação e nutrição realizados nos anos anteriores. Portanto, a Aliança defende que é crucial proteger os esforços atuais e futuros de transformação dos sistemas alimentares contra a influência indevida de atores da indústria com conflitos de interesse, adotando mecanismos de governança claros e transparentes, bem como um foco mais forte em considerações nutricionais, devem ser defendidos e incorporados na formulação de políticas.

A Aliança mostra, em particular, grandes preocupações da sociedade civil sobre os processos da Cúpula de Sistemas Alimentares, incluindo, em sua avaliação, que o impacto das DCNTs relacionadas à alimentação foi amplamente negligenciado nas discussões da Cúpula e que, apesar do engajamento ativo do Departamento de Nutrição e Segurança Alimentar da OMS, da *NCD Alliance* e da sociedade civil dedicada às DCNT nos processos participativos da Cúpula e da Cúpula +2 (UNFSS e UNFSS+2), esses momentos marginalizaram em grande parte o enorme e crescente impacto global das DCNT relacionadas à alimentação. Em vez disso, as discussões sobre compromissos financeiros centraram-se principalmente na agricultura e segurança alimentar, com poucos líderes nacionais abordando a relação entre sistemas alimentares sustentáveis, dietas saudáveis e DCNT, ou reconhecendo o peso que representam para as populações.

Houve, ainda, outras críticas como pela falta de transparência, governança adequada e regras de engajamento (em especial para o setor privado) durante todo o processo da UNFSS (incluindo a Pré-Cúpula, a Cúpula principal e a UNFSS+2). Com isso, foi notável o risco de interesses da indústria alimentar minarem esforços por sistemas alimentares mais equitativos, saudáveis e sustentáveis nos processos.

Em resposta a esses riscos, durante o processo preparatório, essas preocupações levaram à criação de um Comitê Ad-Hoc sobre Governança da UNFSS, que atuou junto com membros dos *Action Tracks* da Cúpula, representantes acadêmicos, agências internacionais e ONGs, para elaborar uma carta à liderança da Cúpula com recomendações para incluir uma perspectiva de direitos humanos, gerenciar conflitos de interesse, identificar corporações que não deveriam participar dos compromissos ou Coalizões de Ação resultantes, garantir transparência sobre os organizadores e seus motivos, permitir contribuição pública e revisão científica, divulgar todas as fontes de financiamento, esclarecer planos pós-Cúpula e estabelecer mecanismos de prestação de contas para compromissos governamentais. Todavia, segundo o documento, apesar desses esforços e de preocupações semelhantes levantadas por especialistas em direitos humanos, a liderança da Cúpula não respondeu à carta nem às questões levantadas.

Diante disso, o movimento de resistência da sociedade civil buscou eventos alternativos e a falta de transparência e governança adequada levou algumas organizações a boicotarem as Cúpulas e organizarem eventos paralelos, incluindo a Contra-Mobilização Popular para

Transformar os Sistemas Alimentares Corporativos (2021) e o Food Systems 4 People (2023). Esses eventos focaram, então, em amplificar vozes marginalizadas contra a consolidação do poder corporativo, discutir soluções como soberania alimentar, fortalecer o multilateralismo democrático na ONU e promover a agroecologia.

Assim, segundo o relatório, a Cúpula de Sistemas Alimentares e seu seguimento, ainda que tenham elevado a transformação dos sistemas alimentares à agenda global, falaram em muitos pontos como a vinculação dessa transformação a melhores resultados de saúde, na promoção da responsabilização dos atores, na proteção contra a captura corporativa e na garantia de mecanismos de governança que promovessem o engajamento significativo das comunidades, a autodeterminação dos povos e a abordagens baseadas em direitos.

Portanto, é essencial, nesse caminho, que a sociedade civil livre de conflitos de interesse assegure que futuros compromissos da Cúpula e os resultados das coalizões reflitam verdadeiramente vozes globais diversas (incluindo jovens, mulheres, povos indígenas, pequenos agricultores e consumidores) e garantam que os compromissos se traduzam em políticas nacionais ousadas, eficazes e coerentes que proporcionem benefícios mensuráveis à saúde.

Recomendações da Aliança

Em sua parte final, o guia do NCD Alliance traz um conjunto de recomendações com vistas a impulsionar uma transformação efetiva dos sistemas alimentares, com base nas prioridades de advocacy, particularmente na Reunião de Alto Nível para DCNTs e Saúde Mental. Nessas recomendações, convocam os governos a:

1. Acelerar a implementação, traduzindo compromissos globais em alimentação e nutrição em ações políticas eficazes para prevenir e controlar DCNTs relacionadas à alimentação.
2. Romper barreiras setoriais, promovendo maior atenção a dietas saudáveis nas políticas globais e nacionais, garantindo que a nutrição esteja no centro das reformas dos sistemas alimentares e integrando o combate à má nutrição em todas as suas formas com as preocupações sobre DCNTs ligadas à alimentação.
3. Mobilizar investimentos em políticas de alimentação e nutrição que integrem considerações de saúde, assegurando financiamento sustentável e adequado às necessidades de transformação dos sistemas alimentares.
4. Garantir responsabilização, monitorando rigorosamente os compromissos globais em alimentação e nutrição para assegurar transparência e impulsionar avanços significativos.
5. Envolver a sociedade civil, incluindo pessoas que vivem com DCNTs relacionadas à alimentação, no apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas para sistemas alimentares saudáveis em todos os níveis.
6. Estabelecer mecanismos de governança transparentes que priorizem a saúde pública, garantindo processos de formulação de políticas abertos, responsáveis e livres de conflitos de interesse.

Conclusão

O desafio do enfrentamento das DCNTs associadas à alimentação inadequada são grandes e demandam a atuação conjunta dos atores nacionais e internacionais, incluindo o papel chave da sociedade civil. Nesse sentido, o guia produzido pelo NCD Alliance traz importantes subsídios para governos e organismos internacionais, além de basear-se fortemente em evidências científicas robustas e recentes.

O momento é muito oportuno para avançar na transição entre os sistemas hegemônicos da atualidade para modelos inclusivos, saudáveis, resilientes e sustentáveis. Isso demanda, portanto, o reconhecimento de que os modos predominantes de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos não foram capazes de acabar com a fome no mundo e, pior, estão associados à dupla carga da má nutrição, às doenças crônicas associadas à alimentação inadequada e às mudanças climáticas, para o bem da saúde humana, animal e planetária.

Nesse conjunto de medidas que precisam ser realizadas em conjunto, é fundamental reconhecer também a centralidade dos padrões alimentares, evitando o reducionismo comum na abordagem das DCNTs (por exemplo, limitando aos nutrientes críticos) e considerando os impactos dos produtos alimentícios ultraprocessados, considerando o grande acúmulo de evidências em relação a isso. Dietas saudáveis somente poderão ser alcançadas pelas populações na medida em que promoverem ambientes alimentares saudáveis e promotores da saúde, por meio do aumento da produção, oferta e consumo de alimentos frescos e minimamente processados, de modo que as escolhas saudáveis sejam as mais fáceis, baratas e acessíveis. Isso significa transformar os sistemas alimentares, com o apoio da sociedade civil e responsabilizando as indústrias por seus danos, mas também estimulando que produzam alimentos saudáveis e sustentáveis no lugar dos ultraprocessados.

Referências

FAO/WHO. **What are healthy diets? Joint statement by the Food and Agriculture Organization of the United Nations and the World Health Organization.** [s.l: s.n.].

LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.

NCD ALLIANCE. **From Policy to Plate - An advocacy guide to turn global food and nutrition commitments into action to prevent diet-related NCDs.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://ncdalliance.org/resources/from-policy-to-plate-advocacy-guide>>.

NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.

NILSON, E. A. F. Estudo de modelagem sobre a carga epidemiológica e econômica do consumo de produtos ultraprocessados no Brasil. **Researchgate (preprint)**, 2024.

NILSON, E. A. F. *et al.* Premature Mortality Attributable to Ultraprocessed Food Consumption in 8 Countries. **American Journal of Preventive Medicine**, n. April, p. 1–9, 2025.

Informe UNESCO: Agenda estratégia Unesco Brasil 2025-27, eleição para Diretor-Geral da UNESCO e Rio Capital Mundial do Livro

UNESCO Report: Strategic Agenda UNESCO Brazil 2025-27, election for Director-General of UNESCO and Rio World Book Capital

**Gisele Sanglard
Fabiane Gaspar
Heliton Barros
Vitor Rodrigues**

Abstract. *Presentation of the multi-year plan of UNESCO-Brazil for the period from 2025 to 2027. The question was raised: how can Brazilian UNESCO chairs contribute to the goals proposed by the regional office? The election process for the selection of the next Director-General of UNESCO has begun, with three candidates nominated. Since April 23, the city of Rio de Janeiro has become the World Book Capital, a title granted by UNESCO to the first Portuguese-speaking city.*

Keywords. *UNESCO Chairs. General Director's Election. Rio World Book Capital.*

Resumo. Apresentação do plano plurianual da UNESCO-Brasil para o período de 2025 a 2027. Onde foi colocada a pergunta: como as cátedras Unesco brasileiras podem contribuir para as metas propostas pelo escritório regional? Iniciou-se o processo de eleição para a escolha do próximo Diretor-Geral da UNESCO, com três candidatos indicados. Desde o dia 23 de abril, a cidade do Rio de Janeiro tornou a Capital Mundial do Livro, título concedido pela UNESCO à primeira cidade de língua portuguesa.

Palavras-chave. Cátedras UNESCO. Eleição do Diretor Geral. Rio Capital Mundial do Livro.

Agenda estratégia Unesco Brasil 2025-27

As cátedras Unesco-Brasil foram convocadas para uma reunião virtual com a Unesco-Brasil para discutir a participação nas ações estratégicas do escritório regional para o triênio 2025-2027. O plano plurianual apresentado pela instituição estabelece seis prioridades centrais e agendas transversais.

Imagem 1 Prioridades e Agendas UNESCO BRASIL

Prioridades centrais		Agendas transversais
1.	Combate à fome e redução das desigualdades	Crianças e adolescentes
2.	Educação básica	Mulheres
3.	Saúde: atenção primária e especializada	Igualdade racial
4.	Neoindustrialização, trabalho e renda	Povos indígenas
5.	Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Meio ambiente
6.	Combate ao desmatamento e crise climática	

Fonte: UNESCO Brasil, 2025.

Tais prioridades e agendas transversais serão organizadas a partir de 05 eixos:

1. Transformação econômica para o desenvolvimento sustentável;
2. Inclusão social para o desenvolvimento sustentável;

3. Meio ambiente e mudança climática para o desenvolvimento sustentável;
4. Governança e capacidades institucionais;
5. Vinculação de ações humanitárias e de desenvolvimento sustentável.

São objetivos a serem alcançados pelo PPA apresentado, espera-se, entre outras respostas que:

Até 2027, o Brasil terá fortalecido, com o apoio da UNESCO, suas capacidades institucionais para desenvolver e implementar políticas públicas que garantam o acesso inclusivo à educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, incluindo povos indígenas, grupos tradicionais e pessoas com deficiências.

Até 2027, instituições públicas brasileiras terão fortalecido, com o apoio da UNESCO, suas estratégias, políticas e capacidades para avançar, conforme as metas nacionais e regionais acordadas, na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas terrestres e aquáticos, fortalecendo assim o engajamento do país na conservação de locais designados pela Organização para a gestão sustentável e levando em consideração as práticas e os conhecimentos de povos e comunidades tradicionais e indígenas.

Até 2027, capacidades nacionais e subnacionais, incluindo as de organizações da sociedade civil (OSCs), terão sido fortalecidas, com o apoio da UNESCO, para promover políticas e práticas eficazes de proteção social e desenvolvimento inclusivo, resultando em um aumento, conforme as metas nacionais e subnacionais, da implementação de iniciativas voltadas para territórios e grupos vulneráveis, especialmente jovens, mulheres, afrodescendentes, povos indígenas e outros grupos que sofrem formas multidimensionais de discriminação.

Até 2027, instituições brasileiras, nos âmbitos nacional e regional, terão suas capacidades fortalecidas, com o apoio da UNESCO, para incorporar a inteligência artificial (IA) e outras novas tecnologias de maneira ética e responsável, de modo a aprimorar, conforme as metas nacionais e subnacionais, o uso das tecnologias digitais a fim de promover, proteger e cumprir os direitos humanos, a igualdade social e as liberdades fundamentais.

Até 2027, instituições públicas terão fortalecido, com o apoio da UNESCO, suas capacidades e estratégias para proteger, salvaguardar e promover o patrimônio natural e cultural no Brasil, de modo a ampliar, conforme as metas nacionais e internacionais, a implementação de políticas e iniciativas voltadas à preservação do patrimônio material/tangível, imaterial/intangível, subaquático e dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas.

A pergunta norteadora do encontro foi: como as Cátedras Unesco no Brasil podem contribuir para atingir as metas propostas? A Cátedra Oswaldo Cruz de ciência, saúde e cultura está traçando suas propostas para contribuir para alguns destes objetivos.

Eleição para o cargo de Diretor-Geral da UNESCO

A Diretora-Geral, Sra. Audrey Azoulay, foi nomeada pela Conferência Geral, após uma eleição realizada por voto secreto, em sua 41ª sessão (2021) para um segundo mandato de quatro anos, que expirará em 14 de novembro de 2025. Em novembro de 2024, iniciou o processo de escolha do(a) Diretor(a)-Geral da UNESCO para o período de 2026-2030, conduzido pelo Conselho Executivo da UNESCO após a indicação de candidatos pelos Estados Membros. Para este processo, três candidatos foram indicados (em ordem de registro de candidatura): sr. Kaled El-Enany – Egito; sra. Gabriela Ramos – México e sr. Firmin Matoko – Congo.

Imagem 2 Da esquerda para direita: Firmin Matoko, candidato indicado pelo Congo; Gabriela Ramos, candidata indicada pelo México; Presidente do Conselho Executivo, Vera Lacoëuilhe e; Khaled El-Enany, candidato indicado pelo Egito



Fonte: UNESCO, 2025

Todos os candidatos foram entrevistados durante a 221ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, que foi realizado entre dias 2 e 17 de abril de 2025. Para quem tiver curiosidade e interesse em conhecer os candidatos, vide a página da UNESCO dedicada ao processo eleitoral: <https://www.unesco.org/en/executive-board/dg-candidates?hub=421>

Rio Capital Mundial do Livro 2025

Desde o dia 23 de abril, a cidade do Rio de Janeiro tornou a Capital Mundial do Livro, título concedido pela UNESCO à primeira cidade de língua portuguesa. A UNESCO escolheu a cidade em outubro de 2023 (vide [Cadernos CRIS Fiocruz – Informe 18 2023](#), pág. 94-95).

Todos os anos, como parte das celebrações do Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais, uma Capital Mundial do Livro é selecionada pela UNESCO e por organizações internacionais que representam os três principais setores da indústria do livro – editoras, livrarias e bibliotecas. As cidades selecionadas se comprometem a promover livros e leitura para todas as faixas etárias e em todos os setores da sociedade, no país anfitrião e além.

Até o momento, a UNESCO designou 25 Capitais Mundiais do Livro, desde Madrid, Espanha, em 2001, até Rio de Janeiro, Brasil, em 2025. Este ano, o Rio está implementando um projeto que destaca como os livros podem promover mudanças sociais – por exemplo, através da literacia, educação e erradicação da pobreza – e criar benefícios econômicos sustentáveis.

Em 2024, o programa Capital Mundial do Livro da UNESCO (WBC) foi relançado como uma Rede. Em um encontro na cidade de Tbilisi, na Geórgia, representantes de 19 das 22 Capitais Mundiais do Livro designadas se reuniram para discutir propostas para o relançamento do programa como uma rede. Os Estados Membros da UNESCO e as cidades WBC apresentaram a ideia de uma Rede oficial.

As atividades das Capitais Mundiais do Livro geralmente ocorrem dentro do ano – a partir de 23 de abril (Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais) – em que detém o título,

durante 12 meses até o ano seguinte. As novas diretrizes da Rede visam comprometer as cidades a colaborar anualmente, tanto individualmente quanto coletivamente.

Nesse contexto de atividades, início de abril, a cidade do Rio de Janeiro iniciou oficialmente as atividades com o lançamento da marca do título em cerimônia no Real Gabinete Português de Leitura, com a presença do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes e da Ministra da Cultura, Margareth Menezes.

Eduardo Paes definiu o Rio de Janeiro como uma cidade "sem ponto final" e destacou que o evento contribui para políticas de educação: "Não existe nação sem livros. Ser patriota é defender a leitura, instrumento de conhecimento e cidadania", destacou o prefeito.

Anteriormente ao evento oficial, a prefeitura lançou edital público para seleção de pontos de cultura para realização de atividades com o tema "Livro, Leitura e Literatura" para população dos territórios e comunidades onde atuam, que neste momento, está na fase final de seleção.

Referências

Boeckel, Cristina. G1 Rio. **Marca da Rio Capital do Livro é lançada em cerimônia no Real Gabinete Português de Leitura.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/04/11/marca-da-rio-capital-do-livro-e-lancada.ghtml> Acesso em: 25 abr.2025

G1. **Rio é escolhido capital mundial do livro em 2025.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/04/rio-e-escolhido-capital-mundial-do-livro-em-2025.ghtml> Acesso em 25 abr. 2025.

Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura. **Rio Capital Mundial do Livro. Edição Cultura Viva.** Disponível em: <https://cultura.prefeitura.rio/riocapitalmundialdolivroculturaviva/> Acesso em: 27 abr 2025

UNESCO. Executive Board. **Election of the Director-General (2025).** Disponível em: <https://www.unesco.org/en/executive-board> Acesso em 20 abr. 2025

UNESCO. **Procedure for the nomination of the Director-General of UNESCO.** Disponível em: <https://www.unesco.org/en/executive-board/dg-candidates?hub=421> Acesso em 20 abr. 2025.

UNESCO. **World Book and Copyright Day.** Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/world-book-and-copyright> Acesso em 28 abr. 2025

As Reuniões de Primavera do Banco Mundial e FMI

Spring Meetings World Bank-IMF

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: *The Spring Meetings World Bank and International Monetary Fund The Spring Meetings of the World Bank and the International Monetary Fund were held at their headquarters in Washington, D.C., from April 21st to 26th. The events were attended by Heads of State, leaders from the public and private sectors, and civil society organizations as usual. The main focus of the Meetings was on how to increase job creation, but the most discussed topic was the complexity of monetary policy due to the global taxes that the U.S. government has imposed on the entire world.*

Keywords: *World Bank . IMF. Spring Meetings.*

Resumo: As Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional foram realizadas em sua sede em Washington, nos EUA, entre os dias 21 e 26 de abril. Os eventos contaram com a presença de sempre dos Chefes de Estado, das lideranças dos setores público e privado e das organizações da sociedade civil. O foco principal das Reuniões foi em como aumentar a criação de empregos, porém, o tema mais falado foi a complexidade da política monetária devido às taxas globais que o governo americano impôs para todo o mundo.

Palavras-chave: Banco Mundial. FMI. Reuniões de Primavera

Banco Mundial e FMI: o que foi destaque nas Reuniões de Primavera 2025

O foco das Reuniões de Primavera deste ano foi a criação de mais empregos. Ajay Banga, presidente do Banco Mundial (BM) observou durante o lançamento da próxima fase do Laboratório de Investimentos do Setor Privado que a melhor maneira de mitigar a pobreza é ampliar os empregos para os cidadãos de países que se encontram nesta situação⁵⁰.

O Laboratório de Investimentos é especializado na implementação de soluções. Esta nova etapa apresentada pelo BM amplia o número de membros experientes que irão fortalecer o setor responsável pela geração de empregos para os países com economias em desenvolvimento⁵¹.

Durante 18 meses, o Laboratório e diversas lideranças de instituições financeiras globais identificaram as principais barreiras que dificultavam o investimento do setor privado e posteriormente testaram as soluções para estes problemas, resultando em cinco áreas

⁵⁰ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/23/world-bank-group-launches-next-phase-of-private-sector-investment-lab-with-expanded-membership-and-focus-on-job-creation>

⁵¹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/23/world-bank-group-launches-next-phase-of-private-sector-investment-lab-with-expanded-membership-and-focus-on-job-creation>

prioritárias a serem trabalhadas pelo BM (certeza regulatória e política; seguro de risco político; risco cambial; capital júnior e securitização)⁵².

Um outro anúncio importante foi o compromisso financeiro que a Irlanda e a Itália fizeram para a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA, na sigla em inglês). A Irlanda se comprometeu em aumentar em 33% (€ 141,4 milhões) os recursos ao fundo⁵³. Já a Itália, assinou um acordo com o BM para apoiar o desenvolvimento sustentável no continente africano, somando as contribuições recentes do País direcionadas ao desenvolvimento multilateral, ampliando em 25% o seu apoio financeiro ao fundo⁵⁴ e agilizando o Plano Mattei para a África⁵⁵.

Relevante ferramenta dentro do BM, a IDA é um fundo que apoia mais de 70 países de baixa renda em projetos que tenham como a finalidade estimular o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Relevante para o Fundo Monetário Internacional (FMI) a diretora-gerente Kristalina Georgieva anunciou o lançamento da Agenda de Política Global. Esta Agenda institui diretrizes através de um roteiro de alto nível, com a finalidade de garantir que o FMI permaneça como parceiro de confiança do Conselho dos Formuladores de Políticas e um credor confiável para encarar as crises das balanças de pagamentos e de outros desafios econômicos a médio e longo prazo⁵⁶. Durante a coletiva de apresentação, Georgieva enfatizou as três prioridades a serem trabalhadas pelo FMI:

“Em primeiro lugar, e mais urgente, que os países trabalhem de forma construtiva para resolver as tensões comerciais o mais rápido possível, preservando a abertura e removendo a incerteza. É essencial um acordo de política comercial entre os principais atores, e exortamo-los a fazê-lo rapidamente, porque a incerteza é muito onerosa. A segunda prioridade geral, os países devem agir para salvaguardar a estabilidade econômica e financeira. A melhor maneira de fazer isso é colocar sua própria casa em ordem. No que diz respeito à política orçamental, a maioria dos países precisa de reconstruir reservas e assegurar a sustentabilidade da dívida, embora alguns possam ver choques que justifiquem um apoio orçamental temporário e direcionado. Minha terceira e última prioridade geral, dobrar as reformas orientadas para o crescimento para aumentar a produtividade. Mesmo antes do último choque, vivíamos em um mundo de baixo crescimento e alto endividamento, soando o alarme sobre o fraco crescimento de médio prazo por algum tempo. Você me ouviu dizer isso muitas vezes. Agora é a hora de reformas há muito necessárias, mas muitas vezes atrasadas, que podem criar um bom ambiente de negócios, colocar o empreendedorismo no banco da frente, reformar os mercados de

⁵² Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/23/world-bank-group-launches-next-phase-of-private-sector-investment-lab-with-expanded-membership-and-focus-on-job-creation>

⁵³ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/24/ireland-announces-33-increase-to-world-bank-s-ida-fund-bolstering-support-for-low-income-countries>

⁵⁴ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/24/italy-increases-ida-commitment-launches-africa-partnership-with-world-bank>

⁵⁵ Principal iniciativa da italiana para impulsionar o crescimento equitativo por meio de investimentos em energia, infraestrutura e capital humano. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/italia-anuncia-investimento-de-e-55-bilhoes-no-continente-africano/>

⁵⁶ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2025/04/24/The-Managing-Director-s-Global-Policy-Agenda-Spring-Meetings-2025-Medium-Term-Direction-for-566316>

trabalho, criar condições para a inovação e, em um mundo de rápidos avanços tecnológicos, dar aos países a chance de aproveitar os benefícios desses avanços para seu povo”. Kristalina Georgieva, [2025](#).

Em um evento voltado para os assuntos econômicos, FMI e BM lançaram as perspectivas econômicas globais e regionais como fazem em todos os anos. Os relatórios de ambas as instituições possuem informações detalhadas sobre os caminhos que as fizeram estabelecer as projeções para os países e regiões, indicando onde devem se concentrar para promover as melhorias – apesar do alto grau de incertezas.

As **Perspectivas Econômicas Globais** (*World Economic Outlook*, em inglês) do FMI mostram que a economia global suportou durante algum tempo os choques sem precedentes, com taxas de crescimento medianas, resultando em uma razoável estabilidade. Porém, o cenário atual está mergulhado em incertezas, uma vez que os governos resolveram reordenar as suas prioridades políticas⁵⁷. As estimativas de crescimento global realizadas pelo FMI foram revisadas para baixo se formos comparar com as estimativas de janeiro deste ano⁵⁸. As grandes tarifas lançadas pelo governo americano e o revide dos outros países contribuíram para estas projeções tão baixas.

O FMI projeta que a inflação global tende a diminuir mais lentamente do que o esperado. As tensões comerciais e os ajustes nos mercados financeiros dominam as perspectivas negativas devido à intensificação dos riscos. De acordo com o FMI, o aumento da incerteza da política comercial ajuda a prejudicar as perspectivas de crescimento de curto e longo prazo.

O relatório foi dividido em três capítulos. O primeiro, a instituição financeira entendeu neste relatório que para a economia global progredir, os países devem trabalhar dispostos a promoverem um ambiente comercial mais estável e previsível, apoiando a cooperação internacional e não o contrário, pois a sua redução dificulta os caminhos de uma economia global mais resiliente. Já o capítulo dois, tratou sobre a chamada “economia prateada”, ou seja, a força de trabalho de homens e mulheres idosos. Políticas que promovam o aumento da participação destes cidadãos podem ajudar a estimular o crescimento e no alívio das pressões fiscais. O terceiro capítulo tratou sobre migrantes e refugiados e como eles podem contribuir para o crescimento da produtividade, promovendo maior integração.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/04/22/world-economic-outlook-april-2025>

⁵⁸ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/01/17/world-economic-outlook-update-january-2025>

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2024	2025	2026
World Output	3.3	2.8	3.0
Advanced Economies	1.8	1.4	1.5
United States	2.8	1.8	1.7
Euro Area	0.9	0.8	1.2
Germany	-0.2	0.0	0.9
France	1.1	0.6	1.0
Italy	0.7	0.4	0.8
Spain	3.2	2.5	1.8
Japan	0.1	0.6	0.6
United Kingdom	1.1	1.1	1.4
Canada	1.5	1.4	1.6
Other Advanced Economies	2.2	1.8	2.0
Emerging Market and Developing Economies	4.3	3.7	3.9
Emerging and Developing Asia	5.3	4.5	4.6
China	5.0	4.0	4.0
India	6.5	6.2	6.3
Emerging and Developing Europe	3.4	2.1	2.1
Russia	4.1	1.5	0.9
Latin America and the Caribbean	2.4	2.0	2.4
Brazil	3.4	2.0	2.0
Mexico	1.5	-0.3	1.4
Middle East and Central Asia	2.4	3.0	3.5
Saudi Arabia	1.3	3.0	3.7
Sub-Saharan Africa	4.0	3.8	4.2
Nigeria	3.4	3.0	2.7
South Africa	0.6	1.0	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.3	3.7	3.8
Low-Income Developing Countries	4.0	4.2	5.2

Source: IMF, *World Economic Outlook*, April 2025

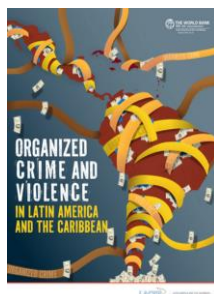
Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2024/25 (starting in April 2024) shown in the 2024 column. India's growth projections are 6.5 percent in 2025 and 6.2 percent in 2026 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org/pubs

Fonte: FMI, [2025](#)

Sobre as atualizações econômicas regionais, o BM divulgou as projeções de crescimento econômico e desenvolvimento macro da América Latina e Caribe (ALC), da África, da Europa e Ásia Central, do Oriente Médio e do Norte da África e Sul da Ásia.



Ao tratar das projeções para a ALC, o BM relata que a região está enfrentando grandes desafios na adaptação das suas estratégias econômicas a fim de lidar com o cenário volátil que a economia global vem impondo⁵⁹. De acordo com o BM, o crescimento estimado para a região não ultrapassará de 2,1% em 2025 e 2,4% em 2026, observando que será o lugar onde terá o crescimento mais lento do mundo. O documento aponta que devido ao baixo investimento, ao ambiente externo desfavorável e a alta dívida

⁵⁹ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbcd06e6b6>

tornaram a região mais propensa a se desenvolver menos⁶⁰. Mesmo com o controle da inflação indicando números positivos, os déficits fiscais trazem apreensão, “com a expectativa de que a relação dívida/produto interno bruto atinja 63,3% em 2024, acima dos 59,4% em 2019”⁶¹.



Apesar da incerteza na economia global e do espaço fiscal reduzido, o BM aponta que o crescimento na África Subsaariana tem mostrado resiliência. As projeções para o crescimento regional estão 3,5% para 2025 e 4,3% para os anos de 2026 e 2027⁶². Isso se deve ao aumento dos investimentos e do consumo privado conforme a diminuição da inflação, ajudando na estabilidade das moedas. O relatório alerta que mesmo com uma melhor projeção de crescimento, os países que são ricos em recursos e os que estão em conflitos estão crescendo de forma mais lenta e que a região tem a missão árdua de reduzir a pobreza e criar empregos para atender a população, especialmente os mais jovens⁶³. O relatório indica que para a região ter sucesso nestas missões terá que contar com a capacidade dos governos em criarem políticas que ajudem no bem-estar dos seus cidadãos, fortalecendo os serviços públicos e aumentando o investimento para o setor privado⁶⁴.



O crescimento das economias em desenvolvimento da Ásia Central e da Europa foram estimadas em 2,5% para 2025 e 2026, evidenciando uma desaceleração, segundo o relatório⁶⁵. O BM sugeriu que a região deve aperfeiçoar o seu ambiente de negócios e promover o setor privado se quiser ampliar a competitividade e criar empregos. O relatório propõe também que as intervenções políticas serão necessárias para melhorar a qualificação e educação, a fim de ter uma força de trabalho sólida e competitiva para o mercado global, o acesso às novas tecnologias e a promoção de empresas jovens⁶⁶. O documento adverte que a Europa e a Ásia Central precisam melhorar a sua forma de lidar com o empresariado, pois para crescerem e construírem as suas economias resistentes aos choques econômicos globais, a criação de empregos liderada pelo setor privado é essencial para que as economias de renda média avancem⁶⁷.

⁶⁰ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbcd06e6b6>

⁶¹ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbcd06e6b6>

⁶² Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbcd06e6b6>

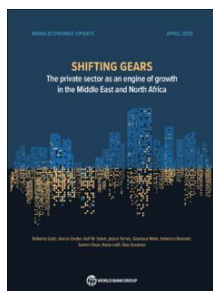
⁶³ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbcd06e6b6>

⁶⁴ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbcd06e6b6>

⁶⁵ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0543a2b1-0727-4c2d-b823-4e2b5539cc23>

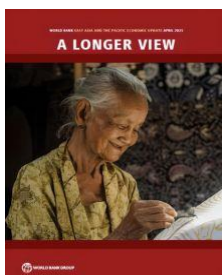
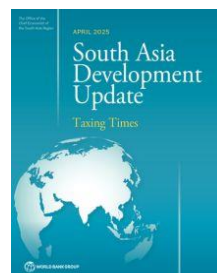
⁶⁶ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0543a2b1-0727-4c2d-b823-4e2b5539cc23>

⁶⁷ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0543a2b1-0727-4c2d-b823-4e2b5539cc23>



Devido à baixa produtividade, a região do Oriente Médio e do Norte da África cresceu somente 1,9% em 2024, de acordo com o relatório. O setor privado da região não é tão eficiente e precisa ser impulsionado, sendo necessário que os governos ajam de uma forma diferente com os mercados, melhorando a concorrência e o ambiente de negócios. O documento ainda aponta que as empresas do setor privado devem aumentar o desempenho com melhores práticas de gestão⁶⁸.

Sobre o Sul da Ásia, o BM estimou um crescimento econômico de 5,8% em 2025, abaixo do que foi projetado em outubro do ano passado. Os países da região passaram por muitos choques em suas economias nos últimos dez anos, trazendo problemas para o âmbito fiscal. O BM sugere a criação de reformas para fortalecer a economia e de políticas que tenham o intuito de melhorar as receitas fiscais para apoiar o crescimento contínuo da região⁶⁹.



As projeções de crescimento do BM para o Leste Asiático e Pacífico ficaram em 4,0% para 2025. O relatório aponta que para a região sustentar este crescimento e gerar empregos, deverá encarar os desafios provenientes das mudanças globais e climáticas. Assim como as demais regiões, os países deverão criar políticas que respondam de forma contundente às incertezas globais⁷⁰.

Participação do Brasil

O governo brasileiro se fez presente, tendo como representantes o presidente do Banco Central Gabriel Galípolo, o embaixador da COP30 André Corrêa do Lago e a embaixadora Tatiana Rosito. O destaque da participação brasileira foi a primeira reunião do Círculo de Ministros de Finanças da COP30, organizada pelo Ministério da Fazenda. O evento tratou de assuntos relacionados ao financiamento climático internacional e foi presidido pela embaixadora Tatiana Rosito, que representou o ministro Fernando Haddad na missão em Washington. O objetivo deste evento foi avançar na mobilização de recursos para o enfrentamento da crise climática, a fim de impulsionar um crescimento mais sustentável⁷¹.

⁶⁸ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/4cffb130-9a22-4e6d-9698-f138782a7357>

⁶⁹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/sar/publication/south-asia-development-update>

⁷⁰ Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/f0f015fa-1d24-41a7-9101-c27875a79cf7>

⁷¹ Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/ministerio-da-fazenda-organiza-primeira-reuniao-do-circulo-de-ministros-de-financas-da-cop-30>

Considerações finais

Era de se esperar que o assunto dominante nas Reuniões de Primavera fosse o pacote de medidas tarifárias que Donald Trump anunciou no início de abril para todo o mundo. O evento serviu para que os países avaliassem as medidas do governo americano, tendo amplo destaque nos documentos lançados que abordavam a parte econômica.

Algo que vem chamando a atenção é como serão as relações do governo americano com o BM e o FMI. Durante uma coletiva de imprensa, a diretora-gerente do FMI afirmou que a instituição financeira continuará apoiando os países, seja em uma crise de balanço de pagamentos ou sobre as questões climáticas⁷². Esta resposta foi direcionada ao secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, que um dia antes desta coletiva pediu ao FMI e ao BM para voltarem a se concentrar em projetos que envolvam o desenvolvimento e a estabilidade macroeconômica, alegando que as instituições se afastaram destes assuntos, dando demasiada atenção para temas como diversidade, gênero e mudanças climáticas, o que na opinião dele, tornaram as instituições menos eficazes⁷³.

Ainda na coletiva, Kristalina foi perguntada se o mecanismo de financiamento voltado para as questões climáticas e pandemias⁷⁴ iria ser repensado diante dos argumentos de Bessent. A diretora-gerente afirmou que os empréstimos concedidos através deste mecanismo não mexem tanto com o financiamento total do Fundo. Aproveitou a oportunidade para afirmar dois pontos relevantes: que concorda que o FMI e o BM devem ser mais eficientes a respeito dos custos, ressaltando que o Fundo não teve o seu orçamento alterado nos últimos 20 anos e que caso seja necessário promover algumas mudanças, o FMI é uma organização formada por membros capazes de decidirem por novas diretrizes⁷⁵.

Ao que tudo indica, Georgieva e Banga não terão vida fácil no FMI e no BM durante estes 4 anos, pois Bessent é quem controla a cota dos EUA para as duas instituições e se mostra inclinado em seguir as orientações do governo, como por exemplo, garantir o aumento dos empréstimos do BM para energia nuclear e combustíveis fósseis.

Referências

Agência Gov [homepage na internet] Ministério da Fazenda organiza primeira reunião do Círculo de Ministros de Finanças da COP 30 [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202504/ministerio-da-fazenda-organiza-primeira-reuniao-do-circulo-de-ministros-de-financas-da-cop-30>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group Launches Next Phase of Private Sector Investment Lab with Expanded Membership and Focus on Job Creation [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/23/world-bank-group->

⁷² Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/04/24/tr-042425-managing-directors-press-briefing-on-gpa>

⁷³ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/04/24/tr-042425-managing-directors-press-briefing-on-gpa>

⁷⁴ Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (*Resiliency and Sustainability Facility*, RSF). Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2023/Resilience-Sustainability-Facility-RSF>

⁷⁵ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/04/24/tr-042425-managing-directors-press-briefing-on-gpa>

[launches-next-phase-of-private-sector-investment-lab-with-expanded-membership-and-focus-on-job-creation](#)

Banco Mundial [homepage na internet] Ireland Announces 33% Increase to World Bank's IDA Fund, Bolstering Support for Low-income Countries [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/24/ireland-announces-33-increase-to-world-bank-s-ida-fund-bolstering-support-for-low-income-countries>

Banco Mundial [homepage na internet] Italy Increases IDA Commitment, Launches Africa Partnership with World Bank [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/04/24/-italy-increases-ida-commitment-launches-africa-partnership-with-world-bank>

Banco Mundial [homepage na internet] Africa's Pulse [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/fc8a525b-a30d-43e1-b6e2-03fbc06e6b6>

Banco Mundial [homepage na internet] Europe and Central Asia Economic Update, Spring 2025: Accelerating Growth through Entrepreneurship, Technology Adoption, and Innovation [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0543a2b1-0727-4c2d-b823-4e2b5539cc23>

Banco Mundial [homepage na internet] Shifting Gears: The Private Sector as an Engine of Growth in the Middle East and North Africa [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/4cffb130-9a22-4e6d-9698-f138782a7357>

Banco Mundial [homepage na internet] South Asia Development Update April 2025 [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/sar/publication/south-asia-development-update>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank East Asia and Pacific Economic Update [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/f0f015fa-1d24-41a7-9101-c27875a79cf7>

Banco Mundial [homepage na internet] Latin America and the Caribbean Economic Review [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a70e369a-e4ec-484e-9231-0853fa11e759>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] World Economic Outlook: a critical juncture amid policy shifts [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/04/22/world-economic-outlook-april-2025>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Press Briefing Transcript: Managing Director's Global Policy Agenda, Spring Meetings 2025 April 24, 2025 [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/04/24/tr-042425-managing-directors-press-briefing-on-gpa>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] World Economic Outlook Update January [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/01/17/world-economic-outlook-update-january-2025>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Press Briefing Transcript: Managing Director's Global Policy Agenda, Spring Meetings 2025 [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/04/24/tr-042425-managing-directors-press-briefing-on-gpa>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Press Briefing Transcript: Managing Director's Global Policy Agenda, Spring Meetings 2025 [acesso em 24 abr 2025]. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2023/06/21/pr23226-idb-imf-deepen-ties-catalyze-climate-reforms-private-sector-resources-climate-action>

Projetos do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no Brasil

Laura Tavares Soares

Resumo. Este informe apresenta a contribuição financeira do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) – ou Banco dos BRICS – para o Brasil nos anos de 2023, 2024 e 2025. Essa contribuição se dá através de empréstimos diretos ao Governo brasileiro; por intermédio de acordos diretos com o BNDES e Bancos Regionais; e por empréstimos a governos estaduais e municipais. Os empréstimos nacionais se deram com foco no desenvolvimento sustentável – com ênfase em projetos da chamada economia verde. Os regionais e locais se deram em diversas áreas, como saneamento básico, meio ambiente, emergências climáticas, desenvolvimento de regiões metropolitanas, entre outras. Foi feita uma introdução relembrando os antecedentes do NDB com relação à sua criação, seus objetivos, e suas inovadoras modalidades de empréstimo – sem condicionalidades e introduzindo moedas locais dos países participantes. O NDB já foi apresentado em Informe anterior como uma estratégia dos BRICS no relacionamento com os países membros.

Palavras-Chave. NDB – Novo Banco de Desenvolvimento – Banco dos BRICS – Empréstimos do NDB ao Brasil – Projetos do NDB no Brasil.

Antecedentes

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), ou o Banco dos BRICS, que - para relembrar - foi criado na VI Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza, Brasil, em 2014, juntamente com o *Acordo Contingente de Reservas (ACR)**, inaugura um novo ciclo na história dos BRICS.

Trata-se de um banco multilateral de desenvolvimento criado com o objetivo de mobilizar recursos para financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento.

A decisão de constituir o NDB baseou-se em estudo de viabilidade conduzido pelos ministérios das finanças nacionais dos países membros dos BRICS, estudo esse que identificou: (i) necessidade de financiamento em países em desenvolvimento não atendidas por instituições financeiras multilaterais tradicionais, como o Banco Mundial; e (ii) redução da capacidade de crédito internacional para o desenvolvimento.

É bom recordar que várias diretrizes seguidas pelo NDB o diferenciam do Banco Mundial. Como exemplo, o poder de veto não existe no NDB; tampouco existe a condicionalidade econômica para países que pedirem empréstimos; e é possível a concessão de empréstimos nas moedas dos países que realizaram as operações.

Sediado em Xangai, e com escritórios em São Paulo e Gujarat (Índia), é administrado pelo Conselho de Governadores e integrado pelos ministérios das finanças dos países membros. A presidência do banco é rotativa e é periodicamente ocupada por um representante dos países do BRICS, enquanto os demais países ficam responsáveis pela indicação dos quatro vice-presidentes. O NDB é presidido, desde 2023, por Dilma Rousseff (ex Presidenta do Brasil) - que teve seu mandato renovado este ano (2025).

Há expectativa de ingresso dos novos membros do BRICS no NDB, processo que deverá seguir os termos e procedimentos previstos no acordo de constituição do banco (2014).

***Arranjo Contingente de Reservas (ACR)**

O *Arranjo Contingente de Reservas (ACR)* é uma plataforma de apoio financeiro mútuo, ao qual se pode recorrer na eventualidade de que algum membro do BRICS enfrente dificuldades em seu balanço de pagamentos. O ACR está plenamente operacional e pode ser acionado a qualquer momento por iniciativa de um dos membros.

Por meio do ACR, os membros dos BRICS se comprometeram a colocar à disposição reservas internacionais no valor de até US\$ 100 bilhões, distribuídos da seguinte maneira: China (US\$ 41 bilhões), Brasil (US\$ 18 bilhões), Índia (US\$ 18 bilhões), Rússia (US\$ 18 bilhões) e África do Sul (US\$ 5 bilhões).

Os novos membros do BRICS podem solicitar adesão ao ACR, a qual será analisada pelo Conselho de Governança do órgão, em linha com o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, de 15 de julho de 2014 (Decreto n. 8.702/2016).

Empréstimos e Projetos do NDB no Brasil

Ano de 2023

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) anunciou em 21 de dezembro de 2023 que fez a transferência de US\$ 1 bilhão - — o equivalente a aproximadamente R\$ 5 bilhões — para as contas do governo do Brasil. O dinheiro foi para o Tesouro da União e se refere ao empréstimo firmado em outubro - no valor de US\$ 2,8 bilhões para financiar o desenvolvimento sustentável - pelo governo federal com o chamando Banco dos BRICS.

“Trabalhamos duro para tentar atender às necessidades dos países membros do NDB”, disse a presidenta do banco, Dilma Rousseff. “O banco atua para reduzir as desigualdades, promover o desenvolvimento sustentável e a cooperação baseada no espírito do verdadeiro multilateralismo”.

BNDES capta R\$ 8,5 bilhões com banco dos BRICS para combate às mudanças climáticas e investimento em sustentabilidade (dezembro de 2023)

Valor poderá ser utilizado pelo banco para financiar investimentos dos setores público e privado, ampliando a capacidade do BNDES de apoiar a transição para a economia de baixo carbono e a agenda do clima.

Os recursos somam US\$ 1,7 bilhão (cerca de R\$ 8,5 bilhões). Desse total, US\$ 500 milhões são para projetos de combate às mudanças climáticas e US\$ 1,2 bilhão, voltados a investimentos em infraestrutura sustentável. Os presidentes do BNDES, Aloizio Mercadante, e do NDB, Dilma Rousseff, participaram da assinatura.

Os valores poderão ser utilizados pelo BNDES para financiar investimentos dos setores público e privado em todo o território nacional, ampliando a capacidade do Banco de apoiar a transição para a economia de baixo carbono e a agenda do clima.

"Nós tivemos uma melhora importante no ambiente macroeconômico do Brasil, mas os extremos climáticos estão exigindo respostas mais urgentes e relevantes. É uma parceria muito importante, a pressão de crédito é muito forte sobre os BRICS, isso significa que temos mais

perspectiva de investir em energia limpa e renovável. E vamos continuar avançando", destacou Mercadante.

A captação para investimentos em infraestrutura sustentável contemplará projetos de energia renovável, transporte e logística, saneamento, mobilidade urbana, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e infraestrutura social, com foco em educação e saúde. Com prazo de 24 anos, a operação prevê que até 30% dos recursos sejam utilizados pelo BNDES para financiamento de debêntures nos setores definidos.

Já os projetos referentes à agenda de redução de emissões de gases do efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas serão voltados a áreas como mobilidade urbana sustentável, resíduos sólidos, energias renováveis, equipamentos eficientes, cidades sustentáveis e florestas nativas. Nesse caso, o prazo para utilização dos recursos é de 11 anos e seis meses.

"É um projeto bastante atrativo, e o foco do banco é investir em desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nesse sentido, o banco investe em infraestrutura, mas considerando todos esses aspectos, tanto na repercussão em termos de meio ambiente quanto em termos da qualidade de vida dessas pessoas. É um investimento dirigido para as questões ligadas a saneamento, saúde pública, educação, logística e também a toda a infraestrutura que permite a economia digital", finalizou Dilma.

1. Projeto de Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do BDMG

Data de aprovação do financiamento: **dezembro 2023**

Limite atual de financiamento do NDB: **USD 200 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A**

Entidade Implementadora do Projeto: **Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A**

Contexto do Projeto

Minas Gerais, o segundo estado mais populoso do Brasil, busca mobilizar recursos adicionais para investimentos em infraestrutura municipal, de transporte, social, energética e projetos no setor agrícola em toda a região. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG) é o terceiro maior banco de desenvolvimento do Brasil, financia projetos no Estado de Minas Gerais ("Estado") e possui vasta experiência em empréstimos a empresas e municípios locais. Ao firmar parceria com o BDMG, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (NDB) aumentará a disponibilidade de financiamento de longo prazo para empresas locais e municípios menores, visando investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais.

Descrição do Projeto

O NDB está concedendo um empréstimo ao BDMG para repasse a sub mutuários dos setores público e privado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais, com foco em (a) energia limpa; (b) desenvolvimento urbano para cidades inclusivas e sustentáveis; (c) agricultura sustentável e sua infraestrutura associada; e (d) infraestrutura social ("Subprojetos").

2. Aparecida de Goiânia: Programa de Infraestrutura dos 100 Anos

Data de aprovação do financiamento: **julho 2023**

Limite atual de financiamento do NDB: **USD 120 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Prefeitura de Aparecida de Goiânia**

Entidade Implementadora do Projeto: **O governo municipal de Aparecida de Goiânia**

Contexto do Projeto

O Município de Aparecida de Goiânia (PMAG) é a segunda maior cidade do estado de Goiás, com uma população de 602.000 habitantes em 2021. Desde a década de 1990, o PMAG vem se transformando de uma cidade-dormitório em um dos cinco polos industriais do estado, representando 10% da produção industrial do estado, com mais de 2.000 indústrias, que vão da agricultura ao setor farmacêutico. Essa transformação causou um aumento populacional linear de 238% e levou à expansão desordenada de bairros, resultando, entre outras coisas, em desafios de mobilidade urbana e infraestrutura social insuficiente.

Descrição do Projeto:

O Projeto compreende os seguintes componentes principais:

- i) Pavimentação de ruas com sistema de drenagem pluvial – Inclui a pavimentação de aproximadamente 214 km de ruas, para atingir 100% da malha viária da cidade pavimentada.
- ii) Pontes, Passagens Inferiores e Elevadas – Construção de quatro pontes, duas passagens inferiores e duas passagens superiores para melhorar a mobilidade e a conectividade.
- iii) Prédios Escolares – Construção de 15 prédios escolares, incluindo 11 para educação infantil (de zero a cinco anos) e quatro escolas de ensino fundamental (de cinco a dez anos).
- iv) Reforma de Parques – Quatro parques, abrangendo uma área total de aproximadamente 351.000 m².

3. Projeto de Eficiência e Expansão de Água e Saneamento de Pernambuco

Data de aprovação do financiamento: **fevereiro 2023**

Limite atual de financiamento do NDB: **USD 202 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Companhia de Águas e Saneamento do Estado de Pernambuco**

Entidade Implementadora do Projeto: **Companhia de Águas e Saneamento do Estado de Pernambuco**

Contexto do Projeto

O Estado de Pernambuco (o Estado) apresenta a menor taxa de disponibilidade hídrica per capita, equivalente a 3,2% da média nacional entre as 27 unidades federativas do Brasil. Cerca de metade dos domicílios do Estado enfrenta abastecimento irregular de água, em comparação com cerca de 10% em nível nacional. Além disso, dos 185 municípios do Estado, apenas menos de um terço possui sistemas de esgoto em conformidade com os padrões, bem abaixo da média nacional e da maioria das médias regionais. A Companhia de Águas e Saneamento do Estado de Pernambuco (COMPESA), principal prestadora de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado, cobrindo 93% de todos os municípios, embarcou no Projeto para lidar com o racionamento frequente de água, reduzir as perdas de água e expandir a cobertura do serviço.

Descrição do Projeto

O Projeto consiste nos seguintes componentes: (i) Região Metropolitana do Recife (RMR): Este componente visa aumentar a eficiência das instalações de abastecimento de água e expandir os serviços de esgoto nos municípios da RMR para lidar com o racionamento frequente de água, altas perdas de água e cobertura insuficiente da rede. Isso será feito por meio da construção de novas infraestruturas e reabilitação das existentes, consistindo em redes de distribuição (incluindo instalações de tratamento e armazenamento de água), sistemas de coleta e tratamento de esgoto, bem como equipamentos de monitoramento e controle associados. (ii) Interior: Este componente otimizará a eficiência operacional e aumentará a rede de abastecimento de água nos municípios do Interior, onde a baixa disponibilidade de água e o abastecimento intermitente de água são os problemas mais graves. A intervenção de infraestrutura prevista neste componente inclui o desenvolvimento e a reabilitação de redes de distribuição (incluindo instalações de tratamento e armazenamento de água), bem como sistemas de monitoramento e controle associados.

Ano de 2024

Em 2024 Após a tragédia climática que devastou o Rio Grande do Sul [afetando mais de 2 milhões de pessoas e resultando na morte de mais de 130](#), o Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e a presidente do NBD, Dilma Rousseff, anunciaram ajuda financeira de aproximadamente 5 bilhões e 750 milhões de reais para o estado afetado. A carta-compromisso referente ao empréstimo foi assinada e oficializada durante [viagem oficial do vice-presidente à China](#).

Em vídeo publicado em sua [conta oficial no X](#), Dilma Rousseff afirma que “o Banco do BRICS tem um compromisso e vai atuar na reconstrução e na recuperação da infraestrutura do estado”. O total disponibilizado será liberado diretamente através de parcerias entre o NDB e instituições financeiras nacionais: Banco do Brasil, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

1. Brasília Capital do Projeto de Iluminação Solar

Data de aprovação do financiamento: **Dezembro 2024**

Limite atual de financiamento do NDB: **EUR 94 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Companhia Energética de Brasília**

Entidade Implementadora do Projeto: **CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. e CEB Participações S.A.**

Contexto do Projeto

O governo do Distrito Federal (“DF”) planeja aumentar a sustentabilidade e a resiliência do sistema de fornecimento de energia elétrica do distrito, adotando uma abordagem dupla: (i) aumentar a eficiência energética dos prédios e serviços públicos e reduzir seu consumo; e (ii) construir uma rede local de geração de eletricidade com base em fontes de energia renováveis.

A Lei nº 6.891/2021 estipulou que, até o final de 2026, no mínimo 50% do consumo de energia dos prédios e serviços públicos do DF deverá ser gerado por energia renovável e, até o final de 2028, no mínimo 75%.

O Projeto visa contribuir para os dois principais objetivos do DF – geração de energia renovável e eficiência energética.

Descrição do Projeto

O Projeto compreende:

Componente 1: Substituição de, no mínimo, 129.000 lâmpadas existentes por tecnologia de diodo emissor de luz (“LED”) no sistema de iluminação pública;

Componente 2: Construção de uma usina solar fotovoltaica com capacidade de geração de, no mínimo, 100 MW;

Componente 3: Elaboração e gestão do projeto.

2. Projeto de Modernização da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica

Data de aprovação do financiamento: **outubro 2024**

Limite atual de financiamento do NDB: **RMB 1,425 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Companhia Paulista de Força e Luz**

Entidade Implementadora do Projeto: **Companhia Paulista de Força e Luz**

Contexto do Projeto

Com a concessão de longo prazo concedida em 1997, a Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) fornece serviços de distribuição de energia em 234 municípios do Estado de São Paulo, abrangendo uma área de mais de 90 mil km² e uma população de cerca de 10,3 milhões de habitantes.

A implementação do Projeto ajudará a Tomador de Empréstimo (Mutuário) a expandir e modernizar a infraestrutura de distribuição de energia, obter ganhos de eficiência e fornecer acesso à eletricidade a domicílios atualmente desassistidos, contribuindo assim para o objetivo de universalizar o acesso à eletricidade no Brasil.

O Projeto complementa o programa de investimentos de capital da Tomador de Empréstimo (Mutuário), permitindo a expansão e a modernização de sua infraestrutura de distribuição de energia e está alinhado aos requisitos do contrato de concessão sob o qual a Tomador de Empréstimo (Mutuário) opera.

Descrição do Projeto

Os componentes do Projeto compreendem linhas de distribuição de Alta Tensão (AT) e subestações; linhas de distribuição de Baixa Tensão (BT), equipamentos de automação e transformadores; e novos equipamentos de conexão residencial, a serem implementados no estado de São Paulo.

3. Programa Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável

Data de aprovação: **agosto de 2024**

Limite proposto de financiamento do NDB: **USD 500 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **República Federativa do Brasil**

Entidade Implementadora do Projeto: **Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional**

Contexto do Projeto

As macrorregiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil (as Regiões Programáticas) representam, juntas, 83% do território brasileiro e 44% da população. Essas regiões estão atrás

das macrorregiões Sul e Sudeste em termos de desenvolvimento socioeconômico geral, o que se reflete nos níveis inferiores à média nacional para os indicadores de renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A melhoria da infraestrutura econômica nas Regiões Programáticas foi identificada como um pilar crucial para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, reduzindo, assim, as desigualdades inter-regionais. A falta de financiamento de longo prazo é identificada como um dos principais fatores que restringem os investimentos em infraestrutura no país. Energia, transporte e logística são os setores prioritários, respondendo pela maior parte da necessidade projetada de investimentos em infraestrutura.

Descrição do Projeto

O Programa apoia o programa do Governo Brasileiro de mobilização de recursos para reduzir o déficit de financiamento de infraestrutura nas Regiões do Programa. Os recursos do Empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento (NDB) serão utilizados pelo Governo Brasileiro como contribuição aos recursos de seus Fundos Regionais de Desenvolvimento, a saber, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Esses recursos, por sua vez, serão utilizados para a concessão de empréstimos de longo prazo para financiar projetos de infraestrutura elegíveis nas Regiões do Programa, com foco em energia renovável e conectividade.

4. Projeto de Infraestrutura de Abastecimento de Água da Paraíba

Data de aprovação do financiamento: **julho de 2024**

Limite atual de financiamento do NDB: **USD 60.95 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Estado da Paraíba**

Entidade Implementadora do Projeto: Companhia de Água e Saneamento da Paraíba

Contexto do Projeto

O interior do semiárido paraibano, que abrange as regiões do Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, sofre com a escassez hídrica e frequentes interrupções no abastecimento. Para o Projeto, as autoridades estaduais selecionaram 16 municípios do interior, onde a escassez de água é especialmente grave: (i) 10 municípios no Agreste Paraibano com acesso a água encanada durante 114 dias por ano, em média, e (ii) 6 municípios no Sertão Paraibano com acesso a água encanada durante 179 dias por ano, em média. Descrição do Projeto

Descrição do Projeto

O Projeto é composto pelos seguintes componentes:

Componente 1: Sistema Adutor Transparaíba Ramal Curimataú 2ª Etapa, que fornecerá água encanada a cerca de 77 mil habitantes do Agreste Paraibano, por meio da construção de 182 km de adutoras, 7 estações elevatórias e 9 reservatórios de água.

Componente 2: Sistema Adutor Integrado da Microrregião Hídrica 89 (MRH89), que fornecerá água encanada a cerca de 51 mil habitantes do Sertão Paraibano, por meio da construção de 103 km de adutoras, 5 estações elevatórias, 2 reservatórios de água e 2 estações de tratamento de água.

5. Projeto de Melhoria da Mobilidade Urbana do Município de Serra

Data de aprovação do financiamento: **julho 2024**

Limite atual de financiamento do NDB: **USD 57.6 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Município de Serra**

Entidade Implementadora do Projeto: **A Prefeitura do Município de Serra**

Contexto do Projeto

Serra está localizada no estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil. Faz fronteira com a capital Vitória e integra a Região Metropolitana da Grande Vitória. O município emergiu como um destino atrativo para instalações industriais e logísticas devido à sua rede de transportes bem conectada a Vitória e seus portos, bem como para os moradores devido ao seu menor custo de vida. Isso levou a um aumento exponencial no tráfego de veículos de passageiros e de carga, sobrecarregando a capacidade viária existente e afetando a qualidade da mobilidade urbana no município.

O Projeto abordará essa questão por meio da construção e modernização de duas importantes vias de ligação na malha rodoviária principal, conectando Vitória e os centros industriais.

Descrição do Projeto

O Projeto consiste no seguinte:

- Componente 1: Terceira ligação rodoviária de Serra a Vitória. Inclui a construção de um desvio ligando Serra a Vitória no distrito de Carapina.
- Componente 2: Reforço da ligação rodoviária entre a BR-101 e a Avenida Norte-Sul. Inclui a modernização de uma estrada que atravessa o bairro Taquara II e liga a Avenida Norte-Sul à BR-101.
- Componente 3: Componente de Capacitação. Inclui o desenvolvimento de um sistema de gestão rodoviária municipal que fornecerá um repositório abrangente dos ativos rodoviários do município.
- Projeto e Estudos. Inclui a preparação de projetos básicos de engenharia e estudos ambientais e sociais para os Componentes 1 e 2.
- Aquisição de Terrenos. Inclui a aquisição de terrenos necessários para a implementação dos Componentes 1 e 2.
- Gestão, Supervisão e Auditoria do Projeto. Inclui serviços de consultoria para gestão de projetos, supervisão da construção e auditoria externa para o Projeto.

6. Projeto Eólico Serra da Palmeira

Data de aprovação: **Maior de 2024**

Limite proposto de financiamento do NDB: **RMB 1,500 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **China Three Gorges Brasil Energia S.A.**

Entidade Implementadora do Projeto: **Veículos para Fins Especiais de propriedade integral da China Three Gorges Brasil Energia S.A.**

Contexto do Projeto

A China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil) é um grande grupo gerador de energia no Brasil, com capacidade instalada total de 8,3 GW, incluindo 17 usinas hidrelétricas, 5 grupos de parques eólicos e 1 usina solar, distribuídos em onze estados brasileiros. Em novembro de 2023, a CTG Brasil recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o selo ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, referência nacional para mensuração e gestão de inventários de gases de efeito estufa (GEE). Como parte da estratégia, o Grupo CTG planeja aumentar ainda mais a capacidade de geração de energia renovável e contribuirá para a diversificação das fontes de fornecimento de eletricidade no Brasil.

Descrição do Projeto

O NDB financiará a construção do projeto hidrelétrico Serra da Palmeira, um projeto eólico de 648 MW no estado da Paraíba, Brasil. O projeto, com geradores eólicos importados da China, demonstra a crescente cooperação entre os países membros do NDB. As instalações associadas ao Projeto incluem a construção de uma subestação privada de 34,5/500 kV e uma linha de transmissão de 500 kV de 75 km de extensão conectando o Projeto à subestação Campina Grande III, que é a interface com a rede elétrica nacional.

Ano de 2025

No âmbito do NDB, o Brasil tinha, em janeiro de 2025, carteira ativa de cerca de US\$5 bilhões em projetos de infraestrutura sustentável, programas emergenciais de apoio à renda, mobilidade sustentável, adaptação à mudança climática, saneamento básico e energia renovável.

1. Programa de Integração, Desenvolvimento Social e Sustentável de Maceió

Data de aprovação: **março 2025**

Limite proposto de financiamento do NDB: **USD 150 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **Prefeitura de Maceió**

Entidade Implementadora do Projeto: **Prefeitura de Maceió**

Contexto do Projeto

O sistema de transporte público de Maceió enfrenta sérios desafios que exigem um maior desenvolvimento de sua infraestrutura de transporte urbano, especialmente ao longo de seus corredores mais movimentados. O congestionamento crônico resultou em ineficiências operacionais, baixas velocidades e tempos de viagem prolongados para os passageiros. Consequentemente, essas deficiências do sistema de transporte público levaram a um rápido crescimento do uso de veículos particulares, agravando o problema da mobilidade urbana. Essa mudança para veículos particulares agravou o congestionamento, especialmente ao longo de seu corredor principal – a Avenida Fernandes Lima, sobrecarregando ainda mais a rede de transporte e levando a maiores emissões de gases de efeito estufa.

O sistema de BRT proposto é uma resposta crucial aos crescentes desafios de mobilidade de Maceió e à paisagem urbana em evolução. A linha de BRT será desenvolvida ao longo da Avenida Fernandes Lima e integrará 80% das linhas de ônibus da cidade, atendendo 66,9% da população de Maceió. Além disso, o Projeto inclui um moderno sistema de transporte inteligente projetado para transformar as operações de transporte público em Maceió, o que

não apenas garante a eficiência operacional do sistema de BRT, mas também otimiza o fluxo de tráfego de todo o sistema de transporte público da cidade.

Descrição do Projeto

O Projeto compreende os seguintes componentes principais:

- Componente I – Desenvolvimento de um Sistema de BRT: implementação de corredores de ônibus e infraestrutura associada, incluindo um corredor dedicado ao BRT ao longo da Avenida Fernandes Lima, reabilitação do pavimento de corredores alimentadores do BRT, construção ou modernização de terminais de BRT e abrigos de ônibus, e aquisição de frota.
- Componente II – Sistema de Transporte Inteligente (ITS): desenvolvimento de um ITS avançado que permitirá principalmente a gestão centralizada do sistema de BRT, enquanto certos sistemas inteligentes terão uma aplicação mais ampla em toda a rede de transporte público da cidade.
- Componente III – Capacitação, Fortalecimento Institucional e Gestão do Projeto: este componente concentra-se no fortalecimento da capacidade das principais partes interessadas do projeto para garantir uma implementação tranquila.

2. Projeto de Desenvolvimento do Saneamento no Pará

Data de aprovação do financiamento: **março 2025**

Limite atual de financiamento do NDB: **USD 50.0 milhões**

Tomador de Empréstimo (Mutuário): **estado do Pará**

Entidade Implementadora do Projeto: **Governo do estado do Pará**

Contexto do Projeto

A Região Metropolitana de Belém (RMB) compreende a capital do estado, Belém, e sete municípios adjacentes do Pará, contribuindo com 20% do PIB estadual e 29% da população do estado, apesar de ocupar apenas 0,4% da área do estado. A maior parte do esgoto na RMB é coletada em fossas sépticas, o que coloca as fontes de água subterrânea em risco de contaminação. Córregos a céu aberto despejam esgoto em corpos d'água, contaminando-os e levando ao aumento do custo e à redução da eficiência do tratamento de água. Os dois maiores municípios da RMB – Belém e Ananindeua – apresentam baixa taxa de cobertura de esgoto e baixa porcentagem de esgoto total tratado em relação à água consumida.

Para lidar com essa questão, o estado do Pará está implementando uma rede de coleta e tratamento de esgoto nos bairros ao redor dos dois corpos d'água – Lagos da Água Preta e do Bolonha, que fornecem cerca de 70% da água tratada na RMB em duas fases: (i) Fase I financiada pelo BID (em implementação); e (ii) Fase II cofinanciada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (NDB) e pelo Banco de Desenvolvimento FONPLATA, que representa o Projeto. O Projeto também inclui ações preventivas e corretivas de controle ambiental para restaurar os corpos d'água e um componente de fortalecimento institucional e inovação para aumentar a capacidade institucional e projetar soluções tecnológicas para resolver problemas estratégicos enfrentados pelo setor de água e saneamento na RMB.

Descrição

O Projeto consiste no seguinte:

- Componente I: Infraestrutura de Saneamento. Inclui a construção de rede coletora de esgoto, coletor-tronco, estações elevatórias, linhas de pressão, módulos de tratamento de esgoto e ligações de esgoto domiciliar.
- Componente II: Recuperação Ambiental. Inclui a remoção de sedimentos e vegetação superficial dos dois lagos, a elaboração de estudos e planos ambientais, o monitoramento da água bruta e tratada e a realização de oficinas de educação ambiental.
- Componente III: Fortalecimento Institucional e Inovação. Inclui a modernização do laboratório de análise de água, a elaboração de estudos de projeto e modelagem para a usina de biogás para reuso de lodo e programa de controle de perdas de água no centro de Belém e a realização de oficinas comunitárias sobre gênero e diversidade.
- Componente IV: Administração, Auditoria e Avaliação do Projeto. Inclui serviços de consultoria para gerenciamento de projeto, supervisão da construção, auditoria externa e avaliação do Projeto.

Considerações finais

Na cooperação entre o NDB e o Brasil pode-se destacar, em primeiro lugar que, nos empréstimos feitos em âmbito nacional, além da ausência de condicionalidades, a modalidade empréstimo é bastante ampla, permitindo ao governo federal uma flexibilidade na decisão sobre as áreas de utilização dos recursos. Nos âmbitos estadual e municipal os projetos são mais amarrados, com objetivos e ações mais definidos. Vale ressaltar que na quase totalidade dos projetos existem os componentes de **Inovação, Fortalecimento Institucional, Auditoria e Avaliação do Projeto**. Esses componentes permitem que as instâncias que recebem os recursos possam vir a ser mais autônomas no futuro no desenvolvimento das ações, sem criar uma dependência nos médio e longo prazos. Essa característica de fomentar a autonomia dos governos, através da criação de capacidades e tecnologias próprias, pode ser considerada inovadora com relação aos empréstimos feitos com os Bancos Multilaterais tradicionais.

Nota sobre o encontro entre o Presidente da China e a Presidenta do NDB

A visita de Xi Jinping à sede do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento) consolida o protagonismo da instituição como alternativa concreta aos mecanismos financeiros dominados por países desenvolvidos. Com Dilma Rousseff como Presidenta do Banco, este se posiciona como instrumento de transformação para uma nova geopolítica do desenvolvimento, desempenhando um papel central na promoção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e equitativa, liderada por países emergentes.

Xi Jinping elogiou o trabalho de Dilma Rousseff, destacando a importância do Banco como uma iniciativa pioneira de unidade e autossuficiência do Sul Global. Ele afirmou que a instituição, criada pelos BRICS, representa uma força em ascensão no sistema financeiro internacional e simboliza o espírito de cooperação entre as nações em desenvolvimento.

“O NDB deve atender às necessidades do Sul Global, fornecendo infraestrutura de alta qualidade, com financiamento sustentável e de baixo custo”, disse o líder chinês. Ele também defendeu que o banco amplifique a voz dos países emergentes nas discussões sobre a reforma da arquitetura financeira global. Dilma Rousseff agradeceu à China pelo apoio contínuo e reafirmou o compromisso do Banco com o desenvolvimento dos países do Sul Global e com os princípios do multilateralismo.

Fontes de Consulta

1. https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key_area_focus=&project_status=&type_category=&pyearval=2025#paginate_d-list
2. https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key_area_focus=&project_status=&type_category=&pyearval=2023#paginate_d-list
3. https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key_area_focus=&project_status=&type_category=&pyearval=2023#paginate_d-list
4. <https://www.poder360.com.br/governo/banco-dos-brics-deposita-us-1-bilhao-em-emprestimo-para-o-brasil/>
5. <https://www.poder360.com.br/economia/municipios-querem-financiamento-conjunto-do-banco-dos-brics/>
6. <https://www.ndb.int/projects/all-projects/#paginated-list>
7. <https://www.ndb.int/projects/all-projects/>
8. <https://www.ndb.int/?s=Portuguese>
9. <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb>
10. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/bndes-capta-r-8-5-bilhoes-com-banco-do-brics-para-combate-as-mudancas-climaticas-e-investimento-em-sustentabilidade>
11. <https://www.ndb.int/event/new-development-bank-ninth-annual-meeting/>
12. <https://www.ndb.int/>
13. <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/08/29/ndb-quer-reduzir-a-dependencia-do-dolar/>
14. <https://observatoriodosbricsunila.wordpress.com/category/novo-banco-de-desenvolvimento/>
15. <https://litoranea.fm/saiba-mais-sobre-o-novo-banco-de-desenvolvimento-o-brics/>
16. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256202>
17. <https://www.dw.com/pt-br/com-banco-brics-quer-nova-era-de-estruturas-de-poder/a-17789702>
18. <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/divida-dos-paises-mais-ricos-compromete-verba-dos-bancos-diz-dilma/>
19. <https://www.conectas.org/noticias/bank-on-human-rights-o-novo-banco-de-desenvolvimento-nbd-dos-brics-quatro-principios/>
20. <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/13/na-china-lula-diz-que-nbd-pode-se-tornar-o-banco-do-sul-global-e-critica-hegemonia-do-dolar>
21. <https://oieb.org/2024/08/01/investimentos-do-novo-banco-de-desenvolvimento-no-brasil/>
22. https://portuguese.news.cn/2021-09/03/c_1310165532.htm
23. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178785>
24. <https://pt.org.br/banco-dos-brics-investe-mais-us-1-bilhao-em-projetos-de-desenvolvimento-no-pais/>
25. <https://oieb.org/2024/08/01/investimentos-do-novo-banco-de-desenvolvimento-no-brasil/>
26. https://docs.google.com/document/d/1pfllq8_ZK_zQYaAdx3qSHjlmPsZ5NYAYmHxNWvgal1U/e_dit?tab=t.0
27. <https://www.politize.com.br/banco-do-brics/>
28. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/banco-do-brics-vai-destinar-r-57-bilhoes-para-reconstrucao-do-rs>
29. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/o-novo-banco-de-desenvolvimento-do-brics>
30. <https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/estudos-tematicos/brics>
31. <https://sites.usp.br/gebrics/novo-banco-de-desenvolvimento-de-onde-veio-e-para-onde-vai/>
32. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/sobre-o-ndb>
33. [https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/#:~:text=Membros%20do%20Banco,Banco%20de%20Desenvolvimento%2C%202014\).](https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/#:~:text=Membros%20do%20Banco,Banco%20de%20Desenvolvimento%2C%202014).)
34. <https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/dilma-fala-em-modelos-de-financiamento-inovadores-para-brics/>

**Sob Pressão: Incertezas Globais, Tensões Comerciais e os Desafios para o
Desenvolvimento Sustentável**

***Under Pressure: Global Uncertainties, Trade Tensions, and Challenges for
Sustainable Development***

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *The World Trade Organization's Global Trade Outlook and Statistics report paints a worrying picture of the evolution of international trade. After a robust performance in 2024—when the volume of world merchandise trade grew by 2.9% and trade in commercial services expanded by 6.8%—the outlook for global trade has deteriorated sharply due to rising tariffs and heightened uncertainty regarding trade policies. The Thirty-fourth Session of the World Intellectual Property Organization's Committee on Development and Intellectual Property will take place from 5 to 9 May 2025 and will focus on the implementation of the Sustainable Development Goals through intellectual property initiatives. This report synthesizes recent UNCTAD analyses, depicting a global economy under pressure, projected to slow to 2.3% growth in 2025 amid record policy uncertainty. Persistent trade barriers, especially high tariffs faced by developing countries, hinder their market access and industrialization efforts. Escalating trade tensions further threaten global growth, disproportionately impacting vulnerable nations least responsible for imbalances. Concurrently, the green transition reveals deep inequalities: the significant clean tech market opportunity contrasts sharply with uneven investment flows, where developing countries receive only a small fraction (e.g., 15% globally). Addressing this requires appropriate policies and innovative finance to lower capital costs, which are significantly higher in developing nations, alongside partnerships and community participation. This complex scenario unfolds as development finance faces constraints from aid adjustments and shifting fiscal priorities in major economies, prompting UNCTAD's call for dialogue and people-centered policies for sustainable development.*

Keywords: *Trade, Intellectual Property, Global Economy, Trade Tensions, Tariffs, Developing Countries, Sustainable Development, Green Transition, Financial Uncertainty, Development Finance, Inequality.*

Resumo. O relatório Global Trade Outlook and Statistics, da Organização Mundial do Comércio, traça um panorama preocupante sobre a evolução do comércio internacional. Após um desempenho robusto em 2024 — quando o volume do comércio mundial de mercadorias cresceu 2,9% e o comércio de serviços comerciais se expandiu 6,8% —, as perspectivas para o comércio global deterioraram-se abruptamente devido ao aumento das tarifas e à intensificação da incerteza em relação às políticas comerciais. A Trigésima Quarta Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da Organização Mundial da Propriedade Intelectual ocorrerá de 5 a 9 de maio de 2025 e focará na análise da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de iniciativas de propriedade intelectual. Análises recentes da UNCTAD, retratam uma economia global sob pressão, projetada para desacelerar para 2,3% de crescimento em 2025 em meio a incerteza política recorde. Barreiras comerciais persistentes, especialmente tarifas elevadas enfrentadas por países em desenvolvimento, dificultam seu acesso a mercados e esforços de industrialização. Tensões comerciais crescentes

ameaçam ainda mais o crescimento global, impactando desproporcionalmente nações vulneráveis menos responsáveis pelos desequilíbrios. Concomitantemente, a transição verde revela profundas desigualdades: a significativa oportunidade do mercado de tecnologia limpa contrasta fortemente com fluxos de investimento desiguais, onde países em desenvolvimento recebem apenas uma pequena fração (por exemplo, 15% globalmente). Enfrentar isso requer políticas apropriadas e finanças inovadoras para reduzir custos de capital, que são significativamente maiores nas nações em desenvolvimento, juntamente com parcerias e participação comunitária. Este cenário complexo desenrola-se enquanto o financiamento para o desenvolvimento enfrenta restrições por ajustes na ajuda e mudanças nas prioridades fiscais nas principais economias, motivando o apelo da UNCTAD por diálogo e políticas centradas nas pessoas para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Comércio, Propriedade Intelectual, Economia Global, Tensões Comerciais, Tarifas, Países em Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Transição Verde, Incerteza Financeira, Financiamento para o Desenvolvimento, Desigualdade.

Perspectivas do Comércio Global - Relatório da OMC

O relatório [Global Trade Outlook and Statistics](#) da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), publicado em abril de 2025, traça um panorama preocupante sobre a evolução do comércio internacional. Após um desempenho robusto em 2024 — quando o volume do comércio mundial de mercadorias cresceu 2,9% e o comércio de serviços comerciais se expandiu 6,8% —, as perspectivas para o comércio global deterioraram-se abruptamente devido ao aumento das tarifas e à intensificação da incerteza em relação às políticas comerciais. Com base nas políticas vigentes até meados de abril de 2025, os economistas da OMC preveem agora uma contração de 0,2% no volume do comércio de mercadorias em 2025, seguida por uma recuperação moderada de 2,5% em 2026. Isso representa uma redução dramática de três pontos percentuais em relação às projeções anteriores, marcando inversão em relação às expectativas iniciais de expansão contínua sustentada pelas melhorias nas condições macroeconômicas (WTO, 2025).

Os principais riscos para esse cenário incluem a possível reativação das "tarifas recíprocas" suspensas pelos Estados Unidos e a disseminação da incerteza comercial para além das relações comerciais ligadas aos EUA. Caso ambos os riscos se concretizem, o volume do comércio mundial de mercadorias poderá sofrer uma queda de até 1,5% em 2025. Os impactos regionais são assimétricos: a contribuição da América do Norte para o crescimento do comércio mundial torna-se negativa, subtraindo 1,7 pontos percentuais, enquanto as contribuições da Ásia e da Europa são reduzidas, mas permanecem positivas. A interrupção no comércio entre Estados Unidos e China deverá gerar significativa diversificação comercial, com aumento das exportações chinesas para outras regiões e criação de oportunidades para os países menos desenvolvidos (PMDs), especialmente na exportação de têxteis e eletrônicos para o mercado norte-americano (WTO, 2025).

Embora o comércio de serviços não seja diretamente afetado por tarifas, espera-se que ele também sofra com a redução da demanda nos setores de transporte, logística e gastos discricionários. Assim, o crescimento do comércio de serviços foi revisto para 4,0% em 2025 e 4,1% em 2026, valores inferiores às projeções anteriores de 5,1% e 4,8%, respectivamente. Este relatório marca ainda a primeira vez que a OMC inclui formalmente projeções para o comércio

de serviços comerciais, complementando suas tradicionais estimativas para mercadorias. Além disso, o crescimento do PIB mundial também foi revisado para baixo, passando de 2,8% para 2,2% em 2025, com leve recuperação prevista para 2026 (WTO, 2025).

Apesar dos desafios atuais, o ano de 2024 apresentou sinais de vigor em vários setores. As exportações mundiais de mercadorias cresceram 2% em valor, atingindo US\$ 24,43 trilhões, e as exportações de serviços comerciais aumentaram 9%, alcançando US\$ 8,69 trilhões. Os Estados Unidos mantiveram-se como o maior importador e exportador de serviços, enquanto a China consolidou-se como o maior exportador de mercadorias. Vale destacar também a resiliência dos países menos desenvolvidos, cujas exportações de mercadorias cresceram 5%, atingindo um recorde de 1,12% de participação nas exportações globais (WTO, 2025).

O relatório identifica a incerteza política comercial como um dos principais fatores restritivos para o crescimento futuro. As novas tarifas anunciadas no início de 2025 agravaram um cenário já complexo, impactado por tensões geopolíticas e uma crescente fragmentação dos fluxos comerciais. O modelo de comércio global da OMC sugere que a imposição de tarifas e a intensificação da incerteza reduzem o comércio e a produção globais, afetando desproporcionalmente a América do Norte e a Ásia. Além disso, a fragmentação do comércio mundial, acelerada por alinhamentos geopolíticos, continua a redesenhar as cadeias de suprimento globais, ainda que não haja evidências conclusivas de uma desglobalização ampla (WTO, 2025).

No setor de serviços, os mais afetados pelas tensões comerciais incluem transporte e viagens. Os serviços de frete e logística, diretamente ligados ao comércio de mercadorias, devem crescer apenas marginalmente, enquanto os serviços de viagens — altamente sensíveis à incerteza econômica — também sofrerão desaceleração. Em contrapartida, outros serviços comerciais, especialmente aqueles entregues digitalmente, como os financeiros e profissionais, continuam apresentando forte expansão. Em 2024, os serviços digitalmente entregues atingiram US\$ 4,64 trilhões em exportações, crescendo 8,3% e representando 14,5% das exportações globais de bens e serviços (WTO, 2025).

Em resumo, o relatório da OMC destaca um momento crítico para o comércio global. Embora fundamentos econômicos sólidos tenham sustentado o crescimento em 2024, as novas barreiras comerciais e a crescente incerteza ameaçam reverter esses ganhos. O futuro do comércio internacional dependerá, em grande parte, da capacidade de mitigar as tensões políticas, conter a fragmentação comercial e fortalecer a resiliência das economias frente ao cenário global em transformação. Monitoramento contínuo e respostas políticas proativas serão essenciais para reduzir os riscos destacados nesta perspectiva sóbria, mas profundamente analítica (WTO, 2025).

OMPI: Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual

A Trigésima Quarta Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP/34) da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI), ocorrerá de 5 a 9 de maio de 2025, na sede da organização, em Genebra, Suíça. Esta reunião híbrida, identificada pelo código CDIP/34, focará na análise das contribuições da OMPI para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio de iniciativas de propriedade intelectual. A sessão abordará diversos documentos, em especial o Relatório Anual sobre a Contribuição da OMPI para a Implementação dos ODS e suas Metas Associadas (CDIP/34/3), que

detalha as atividades da OMPI em apoio à inovação, crescimento econômico e saúde pública. As discussões também incluirão o alinhamento contínuo da agenda de desenvolvimento da OMPI com os ODS, avaliações de projetos de fortalecimento de capacidades e propostas de assistência técnica futura voltadas para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo através dos sistemas de PI (OMPI, 2025).

Contribuição da OMPI para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Foco Especial nos Aspectos Relacionados à Saúde

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) desempenha papel fundamental no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, especialmente por meio do incentivo à inovação, criatividade e sistemas de propriedade intelectual equilibrados. Este relatório, baseado na contribuição anual da OMPI em 2024, explora as diversas iniciativas da organização em diferentes ODS, com ênfase especial nas atividades relacionadas à saúde, alinhadas ao ODS 3, "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades." As intervenções da OMPI não apenas fomentam a inovação, mas também impactam diretamente o acesso a medicamentos essenciais, a preparação para pandemias e a promoção da saúde equitativa através de um arcabouço abrangente de propriedade intelectual. (OMPI, 2025)

Contribuições Gerais para os ODS

Ao longo de 2024, a OMPI manteve seu compromisso com a Agenda 2030, alinhando seus programas e atividades aos ODS. A organização focou especialmente nos Objetivos 8 e 9, relacionados ao crescimento econômico e à inovação na indústria, respectivamente, abordando também de maneira transversal todos os 17 ODS. As intervenções da OMPI fortaleceram os ecossistemas nacionais e regionais de propriedade intelectual, ampliando a competitividade global dos setores criativo e de inovação. Os esforços incluíram assistência técnica aos Estados membros, programas de fortalecimento de capacidades e ações de sensibilização sobre a ligação vital entre propriedade intelectual e desenvolvimento sustentável. Apesar dos avanços, a OMPI reconheceu a necessidade de melhorias, especialmente para alinhar a assistência técnica de forma mais explícita às metas dos ODS e aumentar a conscientização dos Estados membros sobre o potencial da PI para o desenvolvimento (OMPI, 2025).

Iniciativas Focadas na Saúde: Avanços em Direção ao ODS 3

Os aspectos relacionados à saúde foram profundamente integrados às atividades da OMPI em 2024. A colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) exemplificou a contribuição direta da OMPI para o ODS 3, especialmente através da gestão dos Nomes Comuns Internacionais (INN) para substâncias farmacêuticas. O Memorando de Entendimento firmado em 2018 entre a OMPI e a OMS estabeleceu um sistema eficiente de intercâmbio de informações, que foi mantido e ampliado em 2024. Essa colaboração permitiu que examinadores de marcas em todo o mundo acessassem facilmente os INN por meio do Banco Global de Marcas da OMPI, prevenindo a comercialização de marcas semelhantes que poderiam comprometer a segurança dos medicamentos. Por meio desse mecanismo, a OMPI contribuiu para o esforço global de prevenção de erros relacionados a medicamentos, apoiando diretamente a Meta 3.b, que busca fomentar a pesquisa e o acesso a medicamentos (OMPI, 2025).

Além disso, as iniciativas de inovação em saúde da OMPI impulsionaram significativamente a capacidade de atendimento global, especialmente em regiões em

desenvolvimento. A Iniciativa de Bolsas de Inovação em Saúde Global, desenvolvida em colaboração com o departamento de biotecnologia da Índia e instituições técnicas de ponta, capacitou inovadores para identificar necessidades de saúde não atendidas e criar soluções correspondentes. Paralelamente, os programas de Biodesign na África Oriental e na Índia enfatizaram o fortalecimento de capacidades entre inovadores em tecnologia médica, fomentando startups e parcerias voltadas para enfrentar desafios regionais em saúde. Essas iniciativas foram cruciais não apenas para estimular soluções tecnológicas, mas também para promover o acesso equitativo às inovações, alinhando-se às Metas 3.b e 3.8 (OMPI, 2025).

Outro projeto notável com foco na saúde foi a criação do Centro de Excelência em Propriedade Intelectual para a Fabricação Médica (CoE), lançado em 2024. Este Centro foi concebido para fortalecer as capacidades regionais de fabricação de tecnologias médicas, abordando as disparidades no acesso a ferramentas essenciais de saúde. Ao colaborar com universidades, governos, doadores e o setor privado, o CoE busca equilibrar os incentivos à inovação com a necessidade urgente de acesso equitativo a produtos de saúde. Em um contexto marcado pelas lições da pandemia de COVID-19, esta iniciativa ressoa fortemente com o objetivo mais amplo de aprimorar a preparação para pandemias e assegurar a equidade em saúde global (OMPI, 2025).

A OMPI também enfatizou mecanismos de licenciamento voluntário como ferramenta vital para facilitar o acesso a tecnologias médicas. Um dos principais resultados foi a encomenda de um relatório à Medicines Patent Pool, intitulado "Licenciamento Voluntário: Certo para a Saúde, Inteligente para os Negócios." O relatório destacou como acordos de licenciamento voluntário podem simultaneamente avançar a saúde pública e apoiar os interesses comerciais das empresas farmacêuticas, reforçando que a propriedade intelectual pode servir tanto à inovação quanto a objetivos humanitários quando gerida estrategicamente (OMPI, 2025).

Medicina Tradicional e Propriedade Intelectual

A OMPI expandiu suas iniciativas na área da saúde para o campo da medicina tradicional, reconhecendo o papel crucial dos conhecimentos indígenas nos sistemas de saúde, particularmente na África. O Programa de Treinamento, Mentoria e Conexões sobre Propriedade Intelectual e Conhecimento Médico Tradicional (Programa TMK) focou em apoiar curandeiros tradicionais, pesquisadores e outras partes interessadas em Uganda e Nigéria. Ao capacitar os praticantes de medicina tradicional para proteger e comercializar adequadamente suas inovações, a OMPI contribuiu para o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a ampliação das opções de cuidados de saúde. Essas iniciativas alinharam-se diretamente às Metas 3.b e 3.c, promovendo ecossistemas de inovação em saúde mais inclusivos, respeitando as práticas indígenas (OMPI, 2025).

Por meio desse trabalho, a OMPI reconheceu que o conhecimento tradicional, frequentemente subvalorizado nas narrativas convencionais de inovação em saúde, representa uma fronteira importante na busca por soluções de saúde mais inclusivas e sustentáveis. O Programa TMK ajudou a aproximar os sistemas médicos tradicionais e formais, reforçando a necessidade de abordagens de fortalecimento de capacidades que validem e integrem o conhecimento de saúde indígena em estruturas de saúde mais amplas (OMPI, 2025).

WIPO GREEN e Inovações Agrícolas Relacionadas à Saúde

Embora predominantemente voltado para objetivos ambientais, os programas agrícolas da WIPO GREEN tiveram importantes implicações para a saúde. Projetos focados em agricultura

inteligente para o clima, tecnologias de biofertilizantes e produção alimentar sustentável, especialmente em países como Malawi e Butão, contribuíram indiretamente para resultados de saúde pública ao melhorar a segurança alimentar e a nutrição. A ênfase da OMPI em inovações agroalimentares e no apoio ao branding de indicações geográficas (IGs), como "Madd de Casamance" no Senegal, também promoveu padrões nutricionais melhores, fundamentais para melhorias de saúde pública a longo prazo (OMPI, 2025).

Adicionalmente, a iniciativa Agricultura 4.0 da OMPI explorou como a inteligência artificial (IA) e as tecnologias digitais podem revolucionar as práticas agrícolas, reduzindo a dependência de produtos químicos e melhorando a qualidade dos alimentos. Dado o vínculo direto entre nutrição e saúde, essas iniciativas, embora tradicionalmente não categorizadas como intervenções de saúde, apoiaram substancialmente o ODS 3, abordando determinantes sociais da saúde (OMPI, 2025).

Desafios na Promoção da Saúde por meio dos Sistemas de Propriedade Intelectual

Apesar dos avanços da OMPI, persistem desafios significativos para maximizar o potencial da propriedade intelectual na promoção dos objetivos globais de saúde. Um desafio chave é equilibrar a necessidade de proteção robusta da propriedade intelectual para incentivar a inovação com a necessidade de garantir o acesso oportuno e acessível às tecnologias de saúde. Além disso, muitos países em desenvolvimento ainda enfrentam grandes lacunas de capacidade para utilizar os sistemas de propriedade intelectual em prol da inovação em saúde e da transferência equitativa de tecnologias. Os setores de medicina tradicional também requerem apoio contínuo para navegar em estruturas complexas de PI que historicamente marginalizaram os conhecimentos indígenas (OMPI, 2025).

Oportunidades para avanços futuros incluem a expansão do CoE de Fabricação Médica para mais regiões, o fortalecimento do apoio à medicina tradicional por meio do Programa TMK, e a promoção mais ampla de modelos de licenciamento voluntário. Ademais, aumentar a conscientização pública e dos formuladores de políticas sobre como os mecanismos de propriedade intelectual podem ser usados de maneira flexível para atender aos interesses de saúde pública é essencial para garantir que o crescimento impulsionado pela inovação se traduza em benefícios concretos para a saúde globalmente (OMPI, 2025).

Conclusão

As atividades da OMPI em 2024 ilustram uma abordagem abrangente e proativa para integrar os sistemas de propriedade intelectual aos objetivos de desenvolvimento sustentável, particularmente aos relacionados à saúde. Através de iniciativas como a cooperação INN-GBD, as bolsas de inovação em saúde, o Centro de Excelência em Fabricação Médica, os programas de fortalecimento de capacidades em medicina tradicional e as inovações agrícolas sustentáveis, a OMPI demonstrou que a propriedade intelectual pode ser uma ferramenta para alcançar a equidade em saúde, a resiliência e a inovação (OMPI, 2025).

No entanto, para concretizar plenamente esse potencial, a OMPI deve continuar a abordar as tensões inerentes entre proteção de propriedade intelectual e acesso à saúde pública, especialmente nas regiões mais vulneráveis do mundo. Parcerias estratégicas, ecossistemas de inovação inclusivos e uma ênfase contínua no fortalecimento de capacidades serão essenciais para assegurar que o desenvolvimento impulsionado pela PI permaneça equitativo e sustentável. Ao fortalecer suas iniciativas focadas na saúde e ampliar o acesso às

tecnologias de saúde essenciais, a OMPI pode continuar sendo um ator crucial no avanço dos ODS e na promoção de uma sociedade global mais saudável e justa (OMPI, 2025).

UNCTAD: Análise tarifária e dinâmica comercial recente (Global Trade Update - March 2025)

O primeiro documento, "Global Trade Update - March 2025", foca no papel detalhado das tarifas no comércio internacional ("Policy Insights") e na atualização dos dados e tendências comerciais globais ("Facts and Figures").

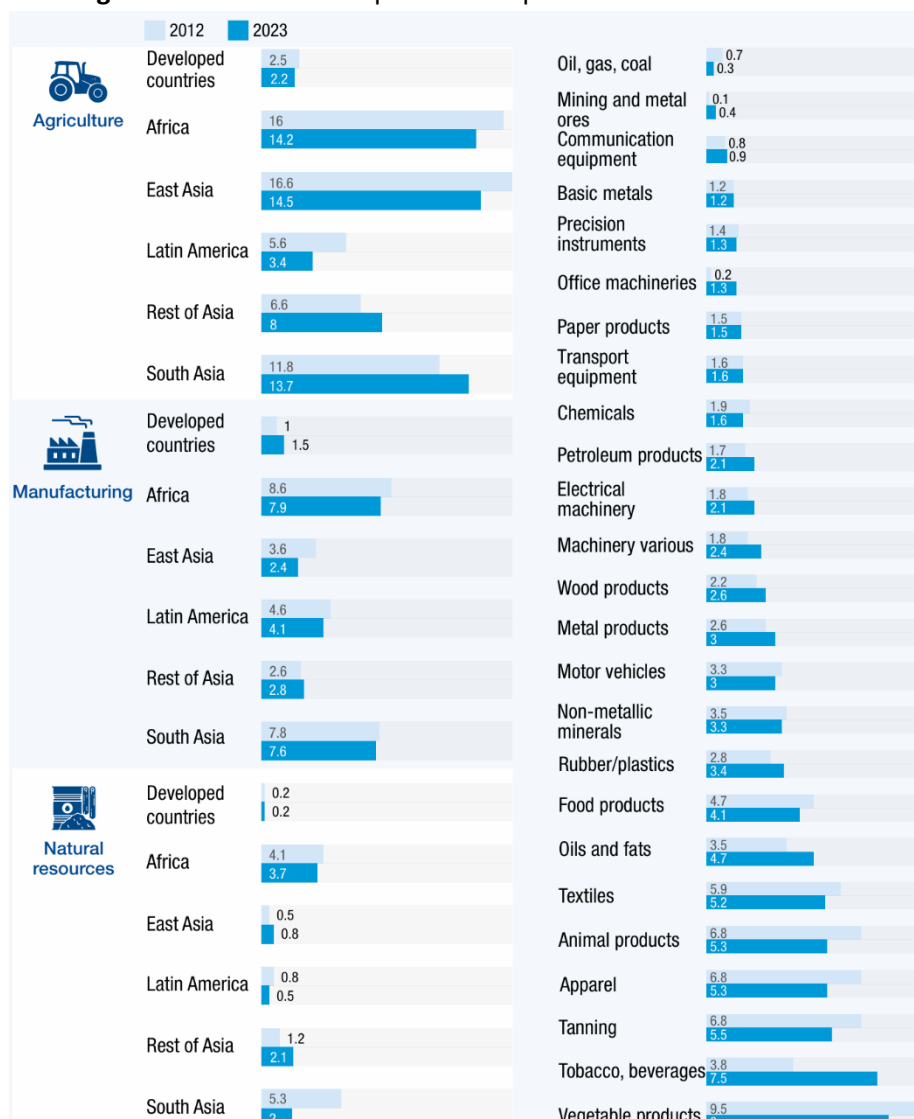
Tarifas globais (Global Trade Update 2025)

As tarifas servem como mecanismo de proteção para indústrias domésticas e como fonte de receita governamental, especialmente importante para países em desenvolvimento com capacidade limitada de tributação direta. Em muitos desses países, as tarifas sobre comércio internacional chegam a representar entre 10% e 30% da receita do governo, financiando serviços essenciais. Elas também funcionam como instrumento para apoiar indústrias nascentes, particularmente em setores como agricultura, têxteis e manufatura leve, onde países em desenvolvimento podem ter potencial competitivo, mas enfrentam forte concorrência. Contudo, tarifas de importação elevadas podem aumentar custos para empresas e consumidores, potencialmente prejudicando o crescimento e a competitividade (UNCTADa, 2025).

Tarifas por setor: barreiras persistentes

- **Agricultura:** Este setor enfrenta algumas das tarifas mais altas. Exportações agrícolas de países em desenvolvimento arcam com tarifas NMF (Nação Mais Favorecida) médias de quase 20%. Mesmo com acordos preferenciais, o acesso é fragmentado. Países africanos, do Sul e Leste Asiático tendem a aplicar tarifas agrícolas altas, enquanto na América Latina são, em média, mais baixas. Países desenvolvidos, apesar de médias baixas (muitas vezes zero para produtos crus que não produzem), mantêm alguns dos maiores picos tarifários, excedendo 100%. Produtos sensíveis como laticínios, carne e açúcar frequentemente sofrem picos acima de 15%. As tarifas médias ponderadas pelo comércio (trade weighted) aplicadas a produtos agrícolas pelos países desenvolvidos foram de 2,5% em 2012 e 2,2% em 2023, enquanto na África foram 16% e 14,2%, e na América Latina 5,6% e 3,4%, respectivamente. A escalada tarifária é marcante, com bens processados enfrentando tarifas mais altas que matérias-primas, desencorajando a agregação de valor (UNCTADa, 2025).
- **Manufatura:** As tarifas variam por categoria e região. Houve uma redução média de aproximadamente 1 ponto percentual entre 2012 e 2023 devido à liberalização. As tarifas permanecem altas apenas na África e Sul da Ásia (cerca de 8% em média), sendo mais baixas em outras regiões em desenvolvimento como América Latina (abaixo de 5%) e nos países desenvolvidos (cerca de 2%). Têxteis e vestuário estão entre os mais tarifados, com média próxima a 6%, limitando a competitividade dos países em desenvolvimento. Retaliações comerciais recentes (EUA-China) aumentaram restrições em setores como máquinas de escritório (UNCTADa, 2025).
- **Matérias-primas:** Geralmente possuem as tarifas mais baixas, refletindo seu papel essencial. Cerca de 80% do comércio global de recursos naturais é isento de tarifas (considerando NMF e preferências). Os 20% restantes enfrentam tarifas relativamente baixas (cerca de 3,5%) (UNCTADa, 2025).

Figura 1 - Tarifas médias ponderadas pelo comércio – 2012 e 2023



Fonte: UCTADa, 2025

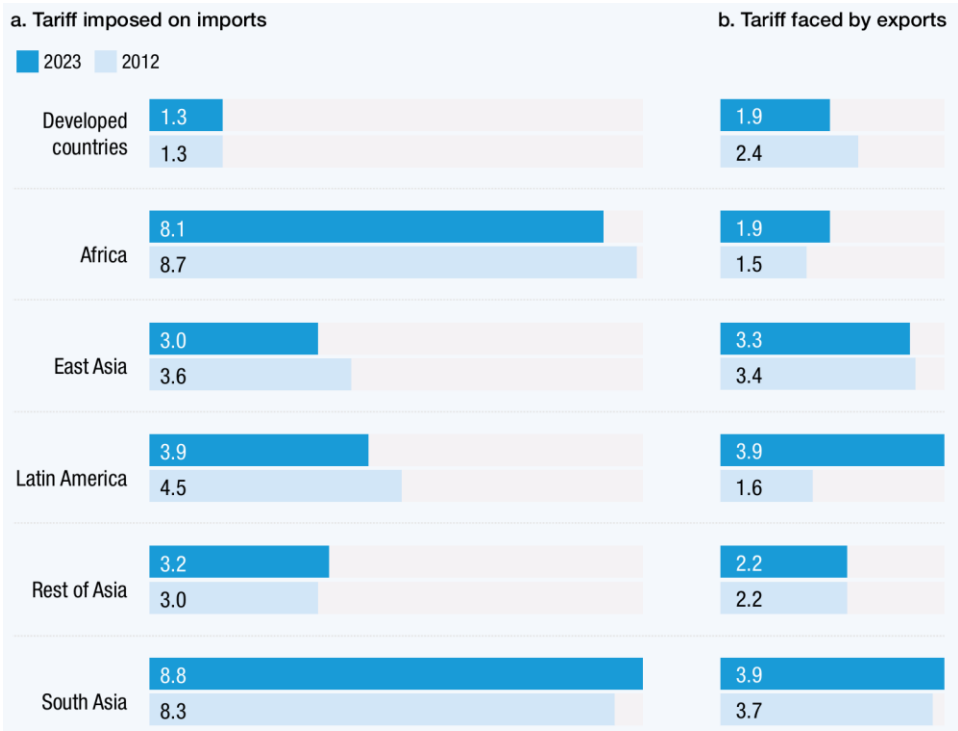
Tarifas por região: disparidades e comércio Sul-Sul

Existem diferenças significativas nas estruturas tarifárias regionais. Países em desenvolvimento geralmente impõem tarifas de importação mais altas que os desenvolvidos para proteger indústrias e gerar receita, mas também enfrentam tarifas mais altas em suas exportações.

- **África:** Importações enfrentam algumas das tarifas mais altas, cerca de 8% em média. As exportações africanas, no entanto, geralmente encontram tarifas mais baixas nos mercados desenvolvidos devido a acordos preferenciais e foco em recursos naturais (que têm tarifas baixas). A tarifa média imposta sobre importações africanas era de 8,7% em 2012 e 8,1% em 2023 (UNCTADa, 2025).

- América Latina:** As tarifas médias de importação são mais baixas que as da África e Sul da Ásia, mas ainda significativas. As exportações latino-americanas enfrentam tarifas altas, próximas a 4% em média. A tarifa média imposta sobre importações na região foi de 4.5% em 2012 e 3.9% em 2023, enquanto a tarifa enfrentada por suas exportações foi de 3.9% em ambos os anos. Acordos regionais e preferências são cruciais para o acesso a mercados. Em 2023 as exportações da América Latina para a África enfrentavam uma tarifa média de 9,9%, para o Leste Asiático 6,7%, para o Sul da Ásia 14,9% e para o Resto da Ásia 8,5%. O comércio dentro da América Latina beneficia-se de uma vantagem tarifária estimada em 3 pontos percentuais. No entanto, exportações para fora da região frequentemente encontram tarifas mais altas, limitando a competitividade internacional (UNCTADa, 2025).
- Outras regiões:** Sul da Ásia também impõe e enfrenta tarifas elevadas. Leste Asiático tem tarifas mais baixas devido à integração regional e acordos. Países desenvolvidos mantêm as tarifas mais baixas (geralmente abaixo de 2%) (UNCTADa, 2025).
- Comércio Sul-Sul:** Tarifas entre países em desenvolvimento permanecem altas, especialmente entre regiões como América Latina, África e Sul da Ásia. O comércio entre América Latina e Sul da Ásia, por exemplo, enfrenta tarifa média de 15%. Essas tarifas Sul-Sul pouco mudaram na última década (UNCTADa, 2025).

Figura 2 - Tarifa imposta sobre importações – 2012 e 2023



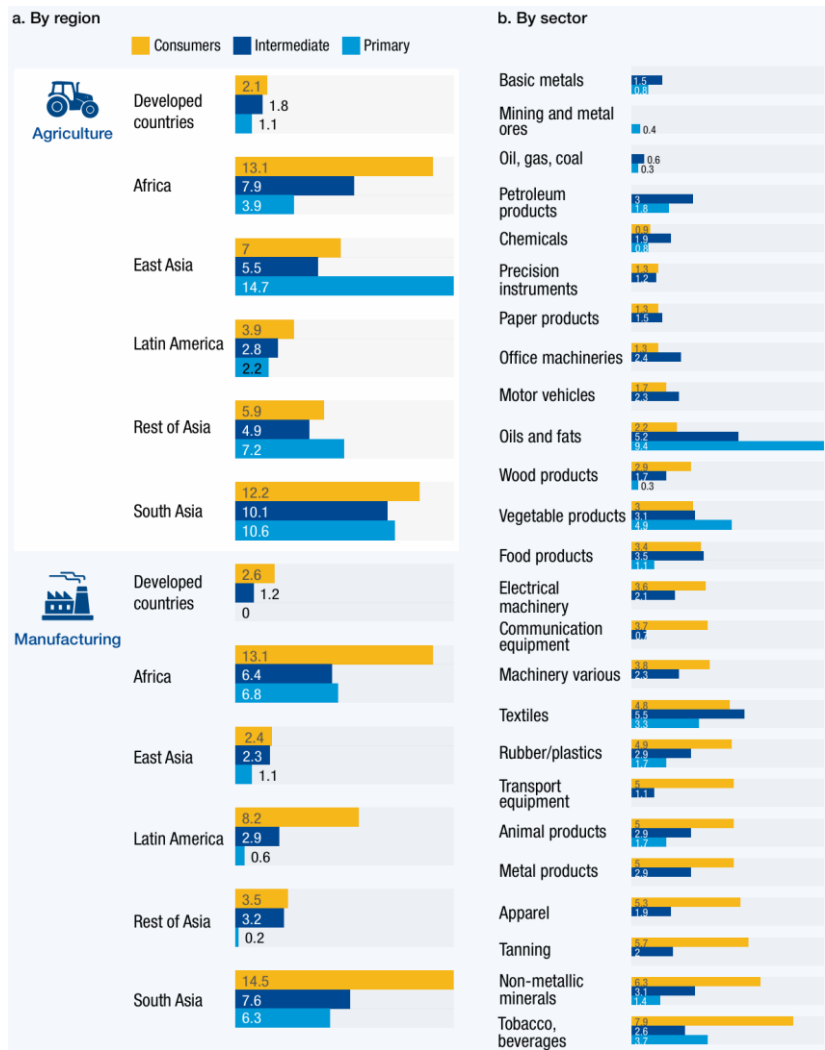
Fonte: UCTADa, 2025.

Liberalização, picos tarifários e escalada

Embora dois terços do comércio mundial já corram livres de tarifas, o terço restante ainda enfrenta alíquotas altas. Na agricultura, o comércio tributado paga em média quase 20%; na manufatura, os 30 % taxados arcam com cerca de 10%. Persistem picos tarifários — alíquotas muito acima da média — em produtos sensíveis como alimentos, têxteis e vestuário, cruciais

para países de baixa renda. Alimentos, vestuário, produtos animais, vegetais e curtumes concentram muitas linhas tarifárias superiores a 15%. Já a escalada tarifária — tarifas maiores para bens processados que para matérias-primas — é mais acentuada na manufatura e em setores estratégicos para economias em desenvolvimento, desestimulando a agregação de valor. Na América Latina, as alíquotas agrícolas sobem de 2,2 % em produtos primários para 3,9 % em bens finais; na manufatura, de 0,6 % para 8,2 % nos estágios equivalentes (UNCTADA, 2025).

Figura 3 - Graduação tarifária por região, categoria ampla e setor - 2023



Fonte: UCTADa, 2025.

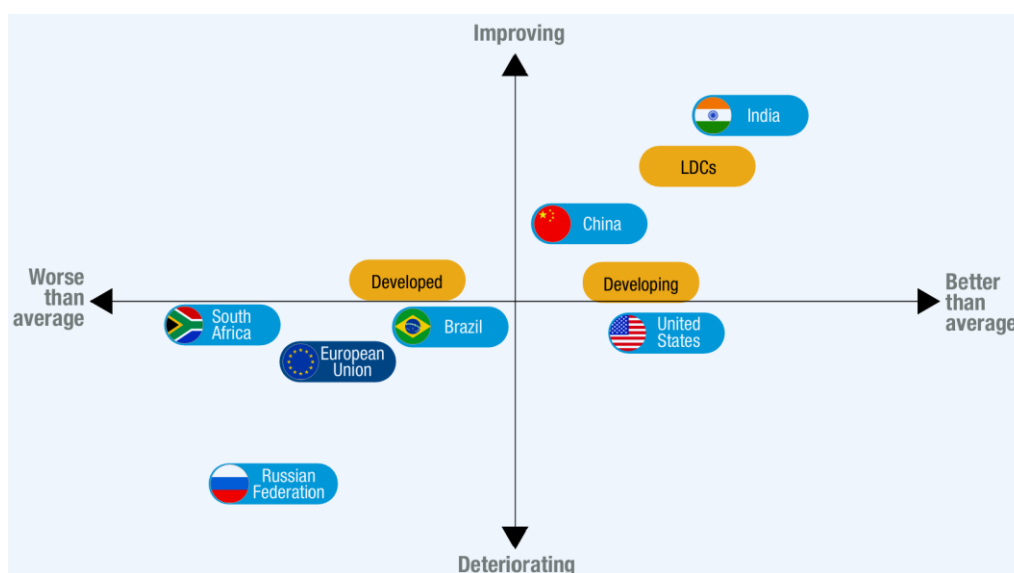
Espaço de política tarifária

A diferença entre as tarifas consolidadas na OMC (teto máximo) e as tarifas NMF efetivamente aplicadas é a "água tarifária", que representa flexibilidade para aumentar tarifas. No entanto, acordos comerciais preferenciais frequentemente "travam" tarifas em níveis baixos, reduzindo a "verdadeira água tarifária" e a flexibilidade real, especialmente em economias avançadas. Muitas regiões, incluindo grande parte da América Latina, têm espaço de política limitado ou muito limitado após considerar os compromissos de RTAs (UNCTADA, 2025).

Atualização do cenário comercial

- **Crescimento recente:** O comércio global (bens e serviços) cresceu 3,7% em 2024, atingindo quase US\$ 33 trilhões, um recorde. O crescimento foi impulsionado por serviços (+9%) e, de forma mais modesta, por bens (+2%). O valor total aumentou quase US\$ 1,2 trilhão em 2024 (UNCTADa, 2025).

Figura 4 – Crescimento do comércio anual e trimestral em relação às médias globais



Fonte: UCTADa, 2025

- **Desempenho regional e por país**

Países em desenvolvimento, especialmente China e Índia, tiveram expansão comercial acima da média em 2024, enquanto muitas nações desenvolvidas viram contrações. O comércio Sul-Sul também teve desempenho acima da média. No 4º trimestre de 2024, o crescimento desacelerou para bens, mas manteve-se forte para serviços. China e Índia continuaram com forte crescimento de exportações no 4º trimestre de 2024. No Brasil, no 4º trimestre de 2024, as importações de bens cresceram 9% (anual) mas caíram 2% (trimestral), enquanto as exportações caíram 1% (anual) e ficaram estáveis (0% trimestral). Para serviços no Brasil (dados do 3º trimestre de 2024), as importações cresceram 15% (anual) e caíram 3% (trimestral), e as exportações cresceram 7% (anual) e 3% (trimestral). O crescimento do comércio na América Latina foi forte no 4º trimestre de 2024 (UNCTADa, 2025).

Figura 5 – Crescimento das importações de bens (Anual e trimestral) – Q4 2024

GOODS (Q4 2024)	Imports growth		Exports growth	
	Annual	Quarterly	Annual	Quarterly
 Brazil	9%	-2%	-1%	0%
 China	1%	0%	5%	5%
 India	6%	8%	2%	7%
 Japan	-6%	-6%	-2%	0%
 Republic of Korea	-2%	0%	8%	0%
 Russian Federation	-3%*	-5%*	-2%*	-12%*
 South Africa	-5%	-7%	-2%	3%
 United States	6%	1%	2%	-1%
 European Union	-4%	-3%	1%	-4%

Figura 6 – Crescimento das importações de serviços (Anual e trimestral) – Q4 2024

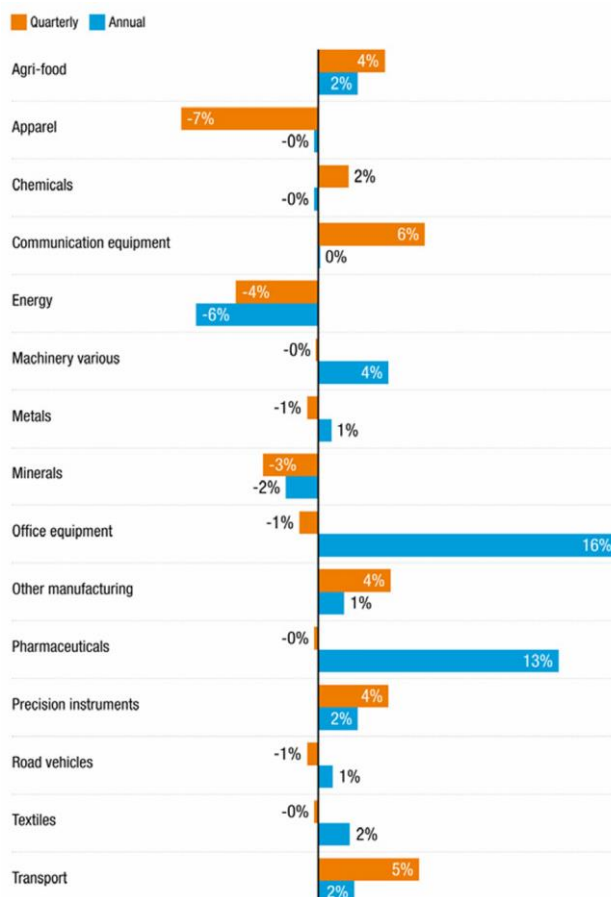
SERVICES (Q4 2024)	Imports growth		Exports growth	
	Annual	Quarterly	Annual	Quarterly
 Brazil	15%	-3%	7%	3%
 China	14%	2%	16%	4%
 India	10%	7%	10%	3%
 Japan	7%	-2%	8%	3%
 Republic of Korea	7%	-1%	11%	-1%
 Russian Federation	5% *	-12% *	3% *	-6% *
 South Africa ¹	7%	4%	13%	13%
 United States	8%	4%	8%	1%
 European Union ¹	8%	1%	8%	0%

Fonte: UCTADa, 2025

- **Desequilíbrios e incertezas:** Os desequilíbrios comerciais globais aumentaram em 2024, com o déficit dos EUA crescendo e o superávit da China aumentando. A União Europeia voltou a ter superávit. Tensões geoeconômicas, políticas protecionistas e disputas comerciais crescentes geram incerteza para 2025. Fatores de risco incluem novas tarifas, retaliações, aumento de subsídios e políticas industriais voltadas para dentro, e potencial desaceleração econômica global (indicada pela queda em índices de frete).
- **Dinâmicas de integração:** Tendências de *friendshoring* (comércio entre países politicamente próximos) e concentração comercial vistas em 2023 reverteram em 2024, com menor concentração e declínio no *friendshoring* e *nearshoring* (comércio entre países geograficamente próximos). A dependência comercial bilateral continua a ser moldada por fatores geoeconômicos e reestruturação de cadeias de valor. A dependência do Brasil nos EUA aumentou 0,8%, enquanto a dependência da China no Brasil aumentou (ou seja, o déficit da China com o Brasil aumentou) 1,2%.

- **Setores:** O crescimento variou por setor em 2024. Equipamentos de escritório e farmacêuticos cresceram bem acima da média, enquanto o setor de energia caiu acentuadamente. No 4º trimestre de 2024, agroalimentos, equipamentos de comunicação, instrumentos de precisão e transporte tiveram crescimento mais pronunciado.

Figura 7 -Desempenho setorial do comércio global no 4º trimestre de 2024



Fonte: UCTADa, 2025.

Contexto econômico global: incerteza e baixo crescimento (Trade and Development Foresights 2025)

O segundo documento da UNCTAD ("Trade and development foresights 2025") aprofunda a análise do cenário macroeconômico global, destacando um ambiente de crescente incerteza e perspectivas de crescimento reduzidas.

O espectro do baixo crescimento e a Incerteza elevada

A economia global, apesar de um desempenho ligeiramente melhor que o esperado em 2024 (2,8%), está projetada para desacelerar para 2.3% em 2025, abaixo do limiar de 2,5% que marca uma fase recessiva global. Este ritmo é significativamente inferior às médias pré-pandemia. A principal nuvem sobre as perspectivas de 2025 é a elevada incerteza política, que atingiu no início de 2025 os níveis mais altos deste século, conforme medido pelo Índice de Incerteza de Política Econômica. Esta incerteza afeta negativamente a atividade econômica, pois as empresas adiam decisões de investimento e contratação. A implementação de medidas comerciais restritivas e a confrontação geoeconômica arriscam graves rupturas nas cadeias produtivas e fluxos comerciais, pressionando ainda mais a atividade global. O dinamismo

observado no final de 2024 e início de 2025, impulsionado por antecipação de tarifas nos EUA, é considerado transitório (UNCTADb, 2025).

Figura 8 - Crescimento do PIB real - mundial regiões selecionadas e países (Percentual)

Country groups	1991– 1999 ^a	2000– 2009 ^a	2010– 2014 ^a	2015– 2019 ^a	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ^b	2025 ^c
World	2.9	3.4	3.2	3.1	2.6	-3.0	6.4	3.2	2.8	2.8	2.3
► Africa	2.4	5.5	2.7	2.9	2.6	-3.0	4.5	3.7	2.8	2.9	3.6
South Africa	2.7	4.0	2.5	1.0	0.3	-6.2	5.0	1.9	0.7	0.6	1.4
► North Africa (incl. South Sudan)	2.6	5.3	-1.8	3.8	2.3	-4.8	4.5	3.3	1.7	2.0	3.1
► Sub-Saharan Africa (excl. South Africa and South Sudan)	2.0	6.4	6.3	2.9	3.5	-1.1	4.4	4.3	4.0	4.0	4.3
► America	3.4	2.5	2.5	2.0	2.0	-3.4	6.3	2.9	2.7	2.6	1.2
► Latin America and the Caribbean	3.3	3.4	3.4	0.1	-0.3	-7.3	7.0	4.1	2.1	2.2	2.3
Mexico	3.2	1.7	3.0	1.7	-0.2	-8.6	5.7	4.0	3.2	1.2	0.5
► Central America (excl. Mexico) and Caribbean	2.8	4.4	3.6	3.0	2.2	-8.7	8.3	4.8	3.1	2.8	2.9
► South America	3.4	3.9	3.5	-0.8	-0.7	-6.7	7.3	4.1	1.6	2.4	2.8
Argentina	4.6	3.8	2.7	-0.3	-2.0	-9.9	10.4	5.3	-1.6	-1.7	5.0
Brazil	2.9	3.6	3.2	-0.4	1.2	-3.3	4.8	3.0	2.9	3.4	2.2
► Northern America	3.4	2.3	2.2	2.5	2.5	-2.4	6.1	2.6	2.8	2.7	1.0
Canada	2.8	2.3	2.5	2.0	1.9	-5.0	6.0	4.2	1.5	1.5	0.7
United States	3.5	2.3	2.2	2.5	2.6	-2.2	6.1	2.5	2.9	2.8	1.0
► Asia (excl. Cyprus)	4.4	5.6	5.7	4.8	3.8	-0.8	6.7	3.5	4.2	4.0	3.8
► Central Asia	-4.4	8.1	6.7	4.0	5.5	-0.3	5.8	4.6	5.8	5.5	5.5
► East Asia	4.4	5.6	5.8	4.8	4.0	0.4	6.9	2.4	4.1	3.8	3.4
China	11.0	10.6	8.6	6.8	6.0	2.2	8.4	3.0	5.2	5.0	4.4
Japan	1.2	0.9	1.4	0.9	-0.4	-4.2	2.7	0.9	1.5	0.1	0.5
Republic of Korea	7.0	4.9	3.7	3.1	2.3	-0.7	4.6	2.7	1.4	2.0	1.4
► South Asia	5.0	6.6	5.5	6.1	3.6	-3.7	8.1	5.6	6.3	5.9	5.6
India	5.9	7.2	6.6	7.0	4.6	-5.9	9.4	6.5	7.7	6.9	6.5
► South-East Asia	5.3	5.5	5.7	5.0	4.5	-3.7	3.7	5.5	3.9	4.7	4.4
Indonesia	4.8	5.2	5.8	5.1	5.0	-2.1	3.7	5.3	5.0	5.0	4.8
► Western Asia (excl. Cyprus)	4.3	5.1	5.4	2.9	1.5	-2.8	6.9	6.2	2.1	2.1	3.2
Saudi Arabia	2.2	4.3	5.7	2.2	1.1	-3.6	5.1	7.5	-0.8	1.3	3.5
Türkiye	3.9	5.0	7.6	4.3	0.8	1.9	11.4	5.5	5.1	3.2	2.9
► Europe (incl. Cyprus)	1.4	2.2	1.2	2.1	1.9	-5.8	6.5	3.2	0.7	1.2	1.1
Russian Federation	-5.9	6.2	3.1	1.2	2.2	-2.7	5.9	-1.2	3.6	3.9	1.0
United Kingdom	2.6	2.1	1.8	2.0	1.6	-10.2	8.5	4.8	0.4	1.1	1.0
► European Union	1.9	1.8	0.8	2.2	1.9	-5.6	6.4	3.5	0.4	0.9	1.0
► Euro area	1.9	1.7	0.7	2.0	1.7	-6.0	6.3	3.5	0.4	0.8	0.8
France	1.9	1.7	1.2	1.5	2.0	-7.4	6.9	2.6	0.9	1.2	0.5
Germany	1.5	1.0	2.0	1.8	1.1	-4.1	3.7	1.4	-0.3	-0.2	0.2
Italy	1.5	0.7	-0.9	1.1	0.4	-8.9	8.9	4.8	0.7	0.7	0.4
► Oceania	3.7	3.2	2.8	2.7	2.1	-1.9	5.3	4.1	2.1	1.0	2.0
Australia	3.7	3.3	2.8	2.5	1.9	-2.0	5.4	4.1	2.1	1.1	2.1
► Developed countries	2.3	2.2	1.8	2.2	2.0	-3.9	5.9	2.8	1.7	1.8	1.0
► Developing countries	4.9	6.4	5.8	4.4	3.7	-1.6	7.2	3.9	4.3	4.2	4.1

Fonte: UCTADb, 2025.

Turbulência financeira

A incerteza traduziu-se em grande turbulência financeira no início de 2025, com correções acentuadas e perdas significativas nos mercados. O índice VIX, ou "índice do medo", atingiu seu terceiro maior nível histórico (após 2008 e 2020), refletindo temores de recessão nos EUA e ansiedade sobre as ramificações internacionais das tensões tarifárias. Países em desenvolvimento são particularmente vulneráveis a essa volatilidade, com as economias asiáticas, mais integradas às cadeias globais, sendo especialmente afetadas. Os riscos atuais incluem a concentração do boom financeiro recente em ações de tecnologia de economias avançadas, dificultando a captação de capital por empresas de países em desenvolvimento, e o potencial desestabilizador de fluxos especulativos de curto prazo para mercados emergentes em um contexto de incerteza sistêmica e tensões comerciais. A percepção de risco também

elevou o preço de ativos de refúgio como o ouro, que atingiu novos máximos (acima de \$3.200/onça em abril de 2025), impulsionado pela diversificação de reservas por bancos centrais e pela busca dos investidores por segurança contra inflação e incerteza (UNCTADb, 2025).

Juro estruturalmente alto e pressão sobre o endividamento

Apesar de cortes acumulados de 150 pb (BCE), 75 pb (BoE) e 100 pb (Fed) desde meados de 2024, as condições financeiras continuam apertadas. Ao contrário de ciclos anteriores, os rendimentos dos títulos soberanos de longo prazo subiram e permanecem acima dos níveis pré-afrouxamento. Mais que a inflação, o aumento do prêmio de prazo reflete a elevada incerteza macroeconômica. Taxas-referência elevadas encarecem o crédito global e ampliam o “crowding-out” de recursos para economias endividadas: 35 dos 68 países de baixa renda já enfrentam sobre-endividamento ou risco alto (UNCTADb, 2025).

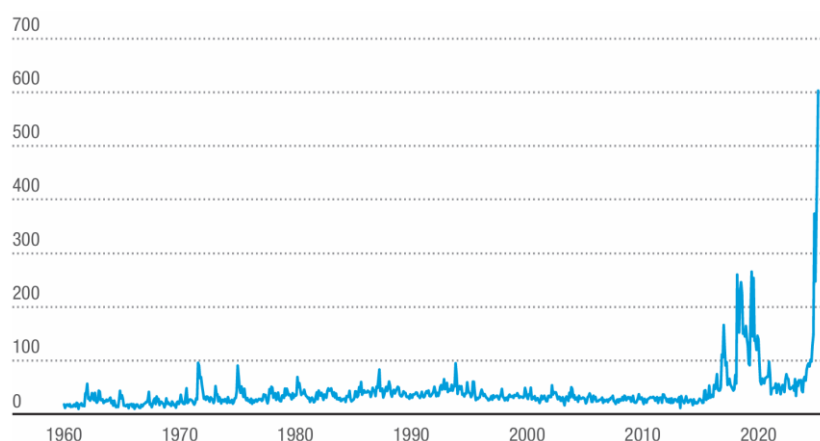
Resiliência e vulnerabilidades dos países em desenvolvimento

Neste contexto desafiador, o documento aponta fatores de resiliência. Embora os EUA sejam o maior mercado de exportação, as economias em desenvolvimento agora representam uma parcela significativa das exportações e importações das três maiores economias (EUA, China, UE), o que pode mitigar o impacto da desaceleração americana. Além disso, o crescimento do comércio Sul-Sul, impulsionado pela China, tem sido mais rápido que outros fluxos, oferecendo oportunidades de integração econômica. O comércio intrarregional também é uma fonte de oportunidades. Na Ásia, o comércio intra-asiático expandiu-se rapidamente, com as economias do Leste e Sudeste Asiático impulsionando mais de 40% do crescimento global em 2024. No entanto, a escalada tarifária e o ambiente externo volátil representam novos desafios, incluindo riscos à estabilidade financeira em várias economias asiáticas devido aos altos custos de serviço da dívida. Para os países em desenvolvimento, o ambiente mais difícil para a normalização da política monetária doméstica pressionará os custos de empréstimos locais e inibirá a demanda interna (UNCTADb, 2025).

Mercados Internacionais: comércio, fluxos de capital e commodities

- **Comércio de Mercadorias:** O sistema comercial enfrenta seu desafio mais sério desde a Segunda Guerra Mundial. A dinâmica positiva no final de 2024 (+2,8% real a/a no 4º tri) foi impulsionada por antecipação de tarifas e efeitos de estoque, sendo considerada transitória. Indicadores apontam para uma desaceleração ou reversão: a incerteza sobre política comercial atingiu níveis históricos no início de 2025; novas encomendas de exportação caíram; e o índice de frete de contêineres de Xangai caiu 40% entre janeiro e março de 2025, aproximando-se dos níveis pré-pandemia. As previsões de comércio da UNCTAD para o 1º trimestre de 2025 foram revisadas continuamente para baixo

Figura 9 - Índice mensal de incerteza na política comercial (Números-índice)



Fonte: UCTADb, 2025.

- **Comércio de serviços:** Manteve um forte impulso no 1º trimestre de 2025, sendo relativamente imune às ameaças tarifárias imediatas. Serviços comercializáveis digitalmente (computação, financeiros, empresariais, seguros) foram os principais motores, com crescimento de dois dígitos em muitas economias em desenvolvimento no 3º trimestre de 2024. Exemplos incluem Chile (+32% em outros serviços comerciais), Argentina (+26%), Peru (+17%), Indonésia (+77% em serviços de computação), Maurício (+37%) e EUA (+18%). No entanto, a incerteza política pode eventualmente frear investimentos em setores dependentes de interconectividade global.
- **Fluxos de capital para países em desenvolvimento:** Caracterizam-se por duas tendências preocupantes: declínio da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e piora das condições financeiras. A ODA para países em desenvolvimento caiu de quase US\$175 bilhões em 2020 para US\$160 bilhões em 2023, com estimativas apontando para cortes adicionais de pelo menos 18% pelos principais doadores entre 2023 e 2025. Há também preocupações sobre a mudança na alocação da ODA: ajuda relacionada à dívida caiu drasticamente (de US\$6 bi em 2013 para US\$0.2 bi em 2023), enquanto a ajuda humanitária aumentou (de US\$13 bi para US\$31 bi). A ajuda programável pelos países (country programmable aid) foi inferior a US\$75 bilhões em 2023. Quanto aos fluxos privados, a incerteza levou a maior cautela dos investidores, e a perspectiva de condições financeiras mais apertadas e um dólar mais forte (devido ao efeito tarifário) impactam negativamente os fluxos. O dólar tem oscilado, e a tensão entre um dólar potencialmente mais forte induzido por tarifas e a ansiedade sobre a economia dos EUA provavelmente impulsionará movimentos cambiais significativos, exacerbados por discussões sobre políticas para enfraquecer o dólar ou restringir influxos de capital.
- **Mercados de commodities:** A incerteza global afetou os mercados de commodities. O ouro atingiu recordes. Metais industriais como alumínio e cobre viram estocagem antecipada nos EUA devido à expectativa de tarifas. Minerais críticos para transição energética (cobalto, lítio, níquel) tiveram preços em queda recente devido à desaceleração global de veículos elétricos (excluindo China) e ambiente macroeconômico desafiador, embora o cobalto tenha se recuperado após suspensão de exportações pela RDC. O petróleo tendeu a cair devido à possível elevação da produção da OPEP+ e preocupações com a demanda, com o Brent caindo para US\$60/barril em abril de 2025. O gás natural subiu desde meados de 2024 por fatores sazonais e estoques baixos na Europa. Preços agrícolas e alimentares subiram desde o início de 2024, mas com divergências entre cereais (trigo e milho subiram, arroz caiu). Café (Arábica) subiu 60%

entre Nov/24 e Mar/25 devido ao clima no Brasil e Vietnã. Cacau teve alta volatilidade devido a fatores estruturais e climáticos (UNCTADB, 2025).

Desenvolvimentos Regionais e Perspectivas para 2025

As projeções de crescimento para 2025 são marcadas por desaceleração e riscos elevados, com impactos diferenciados por região:

- **América do Norte:** Desaceleração acentuada nos EUA (1,0%) e Canadá (0,7%) devido à incerteza política, medidas comerciais disruptivas e ambiente externo. Risco considerável de recessão na região.
- **Europa:** Crescimento moderado na Zona do Euro (0,8%), com demanda doméstica lenta e setor manufatureiro sob pressão. Alemanha deve sair da contração para crescer apenas 0,2%, limitada por baixo investimento e incerteza externa, embora reformas fiscais possam ajudar. França (0,5%) e Itália (0,4%) também desaceleram. Reino Unido cresce marginalmente (1,0%). Rússia desacelera acentuadamente (abaixo de 1,0%) devido a múltiplos desafios internos e condições monetárias apertadas.
- **Ásia:** Leste Asiático desacelera para 3,4%. China cresce 4,4%, revisado para baixo devido às tensões comerciais, mas com resiliência apoiada por estímulos fiscais e monetários e estabilização do setor imobiliário. Japão cresce apenas 0,5%, com expectativas rebaixadas. República da Coreia desacelera para 1,4%. Sudeste Asiático mantém crescimento robusto (4,4%), com força da demanda doméstica compensando ambiente externo desafiador. Indonésia cresce 4,8%. Sul da Ásia expande 5,6%, com afrouxamento monetário ajudado pela queda da inflação, mas volatilidade de preços de alimentos e dinâmicas de dívida complexas (Bangladesh, Paquistão, Sri Lanka) permanecem riscos. Índia cresce 6,5%, apoiada por gastos públicos e afrouxamento monetário. Ásia Ocidental cresce 3,2% com aumento da produção de petróleo. Arábia Saudita expande 3,5%. Turquia cresce 2,9%.
- **América Latina e Caribe:** Crescimento regional modesto de 2,3%, com recuperação da Argentina compensando esperada desaceleração no Brasil e México. Região suscetível a mudanças políticas nos EUA (comércio, migração). Maioria dos bancos centrais continua afrouxamento monetário, exceto Brasil que iniciou aperto. Brasil, nas expectativas da Unctad, desacelera para 2,2% devido ao aperto monetário. México desacelera para 0,5% devido a condições financeiras apertadas e consolidação fiscal, com risco de revisão para baixo se restrições às exportações se intensificarem. Argentina projeta forte recuperação (5,0%) após anos de contração, impulsionada por salários reais e investimento, mas desigualdade e informalidade altas temperam a expansão.
- **África:** Crescimento deve acelerar para 3,6%. Cenário misto nas maiores economias: África do Sul se recupera para 1,4%; Nigéria cresce 3,0% com produção de petróleo sustentada e setor de serviços; Egito cresce 3,5% com reformas e dinamismo manufatureiro, mas ambos ainda lutam com inflação de dois dígitos. O continente permanece na linha de frente da exposição a crises múltiplas, e o ritmo de crescimento é insuficiente para gerar empregos suficientes e progresso nos ODS.
- **Oceania:** Crescimento de 2,0% projetado para 2025, impulsionado pela Austrália (2,1%) com aumento do investimento público (infraestrutura, transição energética) e recuperação do consumo, embora o ambiente externo adverso tempere o otimismo (UNCTADB, 2025).

Mudanças Fiscais: Conservadorismo e Gastos Militares

Nos países do G7, receitas e despesas públicas (% do PIB) devem cair em 2024-25 frente a 2021-23, sinalizando retorno ao conservadorismo fiscal; já Brasil, China, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Turquia projetam ampliar gastos. Essa disciplina poderá ser comprometida pela escalada tarifária, que corrói outras fontes de receita, e pela incerteza sobre a adoção do imposto mínimo global. Paralelamente, os pagamentos líquidos de juros avançam, sobretudo em emergentes como Brasil, Índia, México e África do Sul, mas também em membros endividados do G7 (Itália, EUA). Enquanto isso, gastos militares aceleram. Em 2024, o aumento global — quase US\$ 2,5 tri em 15 países — superou o acréscimo no investimento em energia limpa. Europeus do G7 já destinam 1,9 % do PIB à defesa; metas de 2,5-3 % exigem mais US\$ 150-260 bilhões. O Reino Unido financiará sua meta de 2,5 % até 2027 cortando 40 % da AOD, e a UE lançou o plano “Rearm Europe” (€ 800 bi) baseado em maiores aportes nacionais. Sem dívida adicional ou tributação progressiva, o avanço militar ameaça deslocar recursos vitais aos ODS (UNCTADb, 2025).

Alerta sobre Tensões Comerciais e Vulnerabilidade (Press Release - Abril 2025)

Um comunicado de imprensa da UNCTAD de 4 de abril de 2025 alerta que o sistema de comércio global está entrando em uma fase crítica devido à iminente imposição de novas tarifas abrangentes pelas principais economias. A UNCTAD adverte que essa escalada ameaça o crescimento, o investimento e o progresso do desenvolvimento, impactando particularmente as economias mais vulneráveis. A Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynsman, enfatizou que "o comércio não deve se tornar outra fonte de instabilidade. Deve servir ao desenvolvimento e ao crescimento global". O comunicado destaca que, em uma economia global de baixo crescimento e alto endividamento, tarifas mais altas arriscam enfraquecer os fluxos de investimento e comércio, adicionando incerteza a um contexto já frágil e potencialmente erodindo ganhos de desenvolvimento. O alerta ressalta que os mais vulneráveis, como os Países Menos Desenvolvidos (PMDs) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), arcarão com o custo mais alto, apesar de terem responsabilidade mínima pelos desequilíbrios comerciais globais. Por exemplo, embora 10 parceiros comerciais respondam por quase 90% do déficit comercial dos EUA, os PMDs e SIDS, responsáveis por apenas 1,6% e 0,4% desse déficit, respectivamente, estão sendo afetados por medidas que não ajudarão a equilibrar o déficit nem gerarão receita significativa. Muitas economias de baixa renda enfrentam uma "tempestade perfeita" de piora das condições externas, níveis de dívida insustentáveis e desaceleração do crescimento doméstico. A UNCTAD enfatiza que a necessidade de reforma comercial é clara, mas a solução deve vir do diálogo e da negociação para abordar desequilíbrios, ganhos concentrados e regras desatualizadas, sem sacrificar os menos responsáveis. A organização apela aos decisores para reconsiderarem urgentemente as tarifas impostas aos países vulneráveis (UNCTADc, 2025).

Transição Verde Justa: Desafios de Investimento e Equidade (Pronunciamento R. Grynsman - Abril 2025)

Em discurso, a Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynsman, enfatizou que a transição verde deve ser justa e centrada nas pessoas para ser sustentável, questionando "transformação para quem?". Embora represente uma vasta oportunidade econômica (projetado para exceder \$2 trilhões até 2030), o investimento é muito desigual: países em desenvolvimento recebem apenas 15% do investimento global em energia limpa, e a África menos de 2%, apesar de deter

60% dos melhores recursos solares. Essa assimetria se reflete na captura de valor, como no caso da RDC que, fornecendo 70% do cobalto, retém apenas 3% do valor da cadeia de baterias. Para corrigir isso, Grynspan destacou a necessidade de: políticas para capacidade produtiva e tecnologia; finanças apropriadas que reduzam o custo de capital (3 a 4 vezes maior nos países em desenvolvimento) via ação multilateral e colaboração; participação comunitária; e parcerias multissetoriais, lembrando que a viabilidade política da ação climática depende da percepção de justiça (UNCTADc, 2025).

Referências

1. WTO. Global Trade Outlook and Statistics. Committee on Development and Intellectual Property. 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/trade_outlook25_e.pdf
2. WIPO. 2025. Disponível em: https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=85668
3. UNCTADa. Global Trade Update 2025. 2025. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinf2025d3.pdf>
4. UNCTADb. Trade and development foresights 2025. 2025. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/gdsinf2025d1_en.pdf
5. UNCTADc. Press release: un trade and development alerts: the poor and the vulnerable risk being overlooked in escalating trade tensions. 2025. Disponível em: https://unctad.org/system/files/press-material/pr25004_en_tariff-tensions-escalation.pdf
6. UNCTADd. 4G Viet Nam Summit - High-level plenary session: Sustainable and people-centered green transition. 2025. Disponível em: <https://unctad.org/osgstatement/p4g-viet-nam-summit-high-level-plenary-session-sustainable-and-people-centered-green>

“Deixem-nos trabalhar”:

A sociedade civil mantém vivas as redes de solidariedade internacional

*Renan Amaral Oliveira, Ana Carol
Aldapi Vaquera, Diana Zeballos,
Patrícia Lewis Carpio, Laurenice
Pires, Matheus dos Santos da
Silveira, Tatiana Cerqueira Machado
Medrado, Jesús Enrique Patiño
Escarcina, e Luis Eugênio de Souza.*

Resumo. Para preparar este informe, foram monitoradas 62 Organizações da Sociedade Civil (OSC), das quais doze não apresentaram manifestações dignas de nota. Nesta quinzena, observa-se o fortalecimento de uma narrativa comum entre as OSC, que clamam pelo reestabelecimento do financiamento internacional às organizações humanitárias e multilaterais, em resposta à retirada das doações da USAID e aos cortes sociais promovidos pelo governo Trump — fatores que impactaram severamente a atuação dessas entidades. Com o clamor “deixem-nos trabalhar”, protagonizado pela Save the Children, as OSC pedem a manutenção dos mecanismos de cooperação internacional. Até organizações que evitam se posicionar em temas político-partidários, como grandes fundações filantrópicas e *think tanks* — a exemplo da Rockefeller Foundation e do CORE Group —, manifestaram-se sobre o tema nesta quinzena ou em meses anteriores. Vale destacar que repercussões como essas, relacionadas a questões administrativas do governo norte-americano, não haviam sido registradas entre essas categorias de OSC nos últimos três anos. Em relação às demais manifestações desta quinzena, as organizações de interesse público concentraram suas publicações na defesa dos direitos humanos, no acesso à saúde, na resposta humanitária em contextos de conflito e emergência, na promoção da justiça climática e na defesa da equidade. Já as organizações de interesse privado manifestaram-se majoritariamente sobre temas como financiamento de respostas a desastres, desenvolvimento tecnológico em saúde, combate à resistência antimicrobiana, expansão da infraestrutura digital pública e fortalecimento da economia inclusiva. Apesar das diferenças em foco e estratégias, ambas as categorias convergem na preocupação com a equidade em saúde, a resposta a emergências e o enfrentamento das desigualdades globais.

INTRODUÇÃO

Ao longo desta quinzena, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) fizeram vários apelos à solidariedade internacional, evidenciando um panorama marcado pela multiplicação de situações de urgência humanitária, por retrocessos em políticas de ajuda humanitária e por desafios ambientais. Em paralelo, muitas OSC envidaram esforços para avançar os pactos globais pela saúde. Apesar das diferenças em seus focos e estratégias de atuação, tanto as organizações de interesse público quanto as de interesse privado manifestam preocupações convergentes em relação à equidade, à proteção de direitos e à resposta a emergências globais.

No âmbito das organizações de interesse público, predomina um tom de denúncia e apelo à solidariedade internacional. As crises no Sudão, em Gaza e na Ucrânia receberam atenção central, com Médicos Sem Fronteiras, Save the Children, ActionAid e Oxfam denunciando violações sistemáticas de direitos humanos, como o bloqueio de ajuda humanitária, ataques a civis e o colapso de sistemas de saúde. A fome como instrumento de guerra e a deterioração do acesso à educação e à assistência básica foram amplamente destacados, configurando a urgência dessas graves violações humanitárias contemporâneas. Além disso, temas relacionados à justiça climática, como a defesa do Tratado Global do Oceano, e a denúncia das desigualdades acentuadas pela exploração de recursos, também mobilizaram grandes esforços.

As organizações da sociedade civil de interesse privado, por sua vez, adotaram uma abordagem orientada à implementação de respostas práticas e ao desenvolvimento tecnológico. Fundos emergenciais para desastres naturais, como o aporte da Fundação Rockefeller em Myanmar, iniciativas de vacinação conduzidas pela GAVI e indução para investimentos em infraestrutura digital pública pela Fundação Gates ilustram essa estratégia. Em vez de adotar um discurso crítico, essas organizações concentram-se em oferecer soluções instrumentais, reforçando a importância da inovação tecnológica e da colaboração técnica internacional para fortalecer a “resiliência” de sistemas de saúde em países de baixa e média renda.

Apesar das diferenças nos modos de atuação, é possível identificar convergências temáticas importantes. Tanto organizações de interesse público quanto de interesse privado manifestaram preocupações com a preparação para futuras pandemias, destacando a necessidade de implementação efetiva do novo Acordo Pandêmico da OMS. A equidade no acesso a vacinas e medicamentos, a necessidade de garantir financiamento sustentável para programas de saúde pública e o fortalecimento de sistemas de resposta a emergências foram pontos em comum nas agendas de ambos os grupos.

Por fim, em termos de tom, este informe revela uma sociedade civil mobilizada em torno da urgência de fortalecer o financiamento internacional. Ganha força um apelo contundente — “deixem-nos trabalhar” — que reivindica não apenas o acesso às comunidades em situação de crise humanitária e o suporte financeiro necessário para enfrentá-las, mas também o reconhecimento e o respeito às milhares de redes de cooperação e à profissão de indivíduos historicamente comprometidos com as populações em risco. É válido lembrar que esses atores emergiram a partir de valores do liberalismo e cosmopolitismo que, em sua promessa, buscavam a construção de um mundo de maior justiça. O atual cenário global, marcado por acirradas disputas geopolíticas, expõe a vulnerabilidade de bilhões de pessoas, intensificando a desassistência em saúde, o desabastecimento de alimentos básicos e a interrupção de serviços essenciais dos quais os mais vulneráveis dependem. Em extensão surpreendente, sequer o “mercado” se vê protegido em seu livre comércio e financeirização total da vida. A ordem internacional, liderada nas últimas décadas pelos Estados Unidos e fundamentada na expansão do capitalismo neoliberal, agora se desmantela, revelando não apenas a fragilidade do modelo Estado-nação liberal e do sistema interestatal, mas também as limitações dos próprios povos diante da ausência de lideranças comunitárias, nacionais e internacionais suficientemente fortes para reerguer tamanhas estruturas parecem caminhar para o colapso.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Guerras e conflitos

Guerra no Sudão

A World Vision lançou uma [ação emergencial em múltiplos países](#), prestando assistência com alimentos, água potável, saúde, proteção e educação para milhões de pessoas, especialmente mulheres e crianças, reafirmando seu compromisso com a promoção da dignidade e da vida em meio à devastação que a crise humanitária no Sudão, iniciada em abril de 2023 com o conflito entre forças armadas rivais, levou à deslocação de mais de 8,4 milhões de pessoas e gerou a maior crise de deslocamento infantil do mundo. A violência tem agravado a fome, interrompido o acesso à educação para 19 milhões de crianças, comprometido os serviços de saúde e provocado surtos como o de cólera.¹

Após dois anos de guerra no Sudão, Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta para o [agravamento da maior crise humanitária do mundo](#), com milhões de pessoas invisibilizadas, deslocadas e privadas de assistência básica. A organização denuncia ataques a instalações de saúde, violência contra civis e o colapso dos serviços médicos, agravados por desnutrição infantil severa e surtos de doenças. MSF reforça o apelo por acesso humanitário irrestrito, proteção de profissionais e civis, além de medidas urgentes antes da estação chuvosa, que pode isolar ainda mais comunidades já em situação crítica.²

A Save the Children alerta que desde o início do conflito no Sudão em abril de 2023, o país enfrenta uma das maiores crises humanitárias do mundo, com mais de 6,5 milhões de crianças deslocadas — o equivalente a [uma criança forçada a fugir a cada 10 segundos](#). A situação agravou-se em abril de 2025, quando o campo de deslocados de Zamzam, em Darfur do Norte, foi brutalmente atacado pelas Forças de Apoio Rápido (RSF), resultando na morte de mais de 300 civis, incluindo crianças e nove trabalhadores humanitários. Sobreviventes relataram [execuções sumárias, incêndios criminosos e violência étnica](#), forçando cerca de 70 mil famílias a fugirem a pé por até 70 km até a cidade de Tawila, [chegando feridas, traumatizadas e sem acesso a alimentos ou água](#). A Save the Children condenou veementemente os ataques e alertou para o risco iminente de genocídio, enquanto a crise continua a se intensificar diante da escassez de ajuda humanitária e da insegurança generalizada.^{3 4 5}

A Oxfam apontou que o conflito do [Sudão](#) está entrando em seu terceiro ano, após ter deslocado mais de 12,7 milhões de pessoas e ter criado a maior crise humanitária do mundo. Apontou que a próxima estação chuvosa, juntamente com os cortes de ajuda, ameaça exacerbar ainda mais a situação, empurrando milhões para a fome e potencialmente desestabilizando os países vizinhos.⁶

Conflito em Gaza

A ActionAid, por meio de seus parceiros como o hospital Al-Awda em Gaza, denunciou um aumento alarmante nos casos de desnutrição severa entre mulheres grávidas, lactantes e crianças pequenas, causado pelo [bloqueio total de ajuda humanitária imposto por Israel há mais de 40 dias](#). Com o fechamento das fronteiras, a escassez de alimentos, água potável e medicamentos tem levado à deterioração acelerada da saúde da população. Médicos relatam aumento de partos prematuros, cesáreas, abortos e baixo peso ao nascer, além da falta de insumos médicos essenciais. A ActionAid Palestina alertou que a continuidade do bloqueio

agrava a crise e apelou à comunidade internacional por uma ação urgente, exigindo o fim da guerra, a retirada militar israelense e a entrada imediata de ajuda humanitária em larga escala.⁷

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) [condenou as forças de ocupação israelenses em Gaza pelo novo ataque ao Hospital Al-Ahli](#), que destruiu as instalações do pronto-socorro e os laboratórios. De acordo com o PHM, o ataque ocorreu na noite de 12 para 13 de abril, com o exército israelense dando apenas alguns minutos de aviso. O Movimento Popular pela Saúde apelou à comunidade internacional para que se solidarize com o povo palestino e exigiu a punição dos crimes de guerra cometidos contra profissionais de saúde e pacientes na Faixa de Gaza ocupada.⁸

Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou que [Gaza se transformou em uma "vala comum" para palestinos e para os profissionais humanitários](#) que tentam ajudá-los, diante da intensificação dos ataques israelenses por terra, ar e mar. MSF relatou múltiplos episódios de bombardeios a hospitais, ambulâncias e abrigos identificados, com a morte de 11 de seus profissionais, dois deles nas últimas semanas. A organização exige o fim imediato do cerco imposto por Israel, a proteção das equipes médicas e humanitárias, e investigações independentes sobre os ataques. A situação atual representa uma punição coletiva à população palestina e um ataque deliberado à capacidade de sobrevivência em Gaza.⁹

A Save the Children e outras 11 grandes organizações humanitárias emitiram um alerta intitulado [“Nos deixe fazer nosso trabalho”](#), denunciando o colapso da ajuda em Gaza. Desde o fim do cessar-fogo em março, 95% das agências suspenderam ou reduziram drasticamente suas ações devido a bombardeios e falta de garantias de segurança por parte de Israel. O bloqueio total imposto desde 2 de março impediu a entrada de suprimentos essenciais, afetando mais de 2 milhões de pessoas. As organizações denunciam o bloqueio deliberado da ajuda e pedem acesso humanitário imediato e seguro para salvar vidas.¹⁰

O SHEM divulgou seu boletim mensal intitulado [“Health Workers Finding Strength on the Frontline”](#), que traz o relato de uma enfermeira que atuou na linha de frente em Gaza. Além de reflexões sobre as experiências vividas por profissionais de saúde na região, o texto explora o significado de cuidar dos outros enquanto se enfrenta dificuldades inimagináveis, sempre com força e empatia.¹¹

A Oxfam apontou que o sistema de ajuda humanitária em [Gaza](#) está à beira do colapso após 18 meses de guerra e um cerco de seis semanas. As organizações de ajuda não podem entregar suprimentos devido a restrições de movimento e carga presa fora de Gaza. Foi apontado que os CEOs de 12 grandes organizações de ajuda estão pedindo acesso seguro para fornecer ajuda, proteção de civis e trabalhadores de ajuda e um cessar-fogo imediato.¹²

Foi apontado que a Oxfam e as organizações parceiras estão lutando para fornecer apoio aos civis em [Gaza](#) que enfrentam a fome e a violência implacável. Os trabalhadores da ajuda descreveram a situação como “o material dos pesadelos”, com pessoas chorando por ajuda sob os escombros e lutando para encontrar comida e água. A Oxfam está pedindo um cessar-fogo renovado, acesso imediato à ajuda e o fim das vendas de armas para Israel.¹³

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) expressou indignação após suas [instalações em Gaza serem atingidas por um explosivo](#) em 16 de abril, o segundo incidente em menos de três semanas. Mesmo com os prédios claramente identificados e com a localização comunicada às partes envolvidas, os ataques continuam, colocando em risco civis, profissionais de saúde e trabalhadores humanitários. O CICV reforça que tais ações violam o direito

internacional humanitário e comprometem sua capacidade de oferecer assistência vital na região.¹⁴

Conflito na Ucrânia

A ActionAid expressou profunda indignação diante dos recentes [ataques da Federação Russa contra organizações humanitárias na Ucrânia](#), destacando a gravidade das agressões a civis e trabalhadores humanitários. Em nota, a entidade prestou solidariedade às vítimas e exigiu o fim imediato da violência, reforçando que o ataque deliberado a civis e agentes humanitários constitui uma séria violação do Direito Internacional Humanitário e deve ser investigado com rigor, com responsabilização dos autores.¹⁵

Conflito armado na Colômbia

A Fòs Feminista faz uma reflexão sobre a crise de acesso à saúde na região do Catatumbo, na Colômbia, evidenciando as profundas desigualdades que afetam especialmente mulheres, meninas e pessoas de gênero diverso, cujos direitos à saúde sexual e reprodutiva estão seriamente comprometidos devido ao [conflito armado na região](#), levando a um desplazamiento masivo, e colapso dos sistemas de saúde.¹⁶

Meio ambiente

Tratados e acordos

Representantes da Greenpeace compareceram nas Nações Unidas para defender o [Tratado Global do Oceano](#). O tratado visa proteger 30% dos oceanos do mundo e entrará em vigor depois que 60 países o ratificaram. A organização apontou que apesar do progresso, as ações do governo dos EUA prejudicam os esforços multilaterais para proteger os oceanos.¹⁷

A Greenpeace saudou a mensagem de unidade do Secretário-Geral da ONU sobre a ação climática após uma [reunião com os líderes da UE, China e outras grandes economias](#). Eles enfatizaram a necessidade de metas ousadas de 2035 para manter 1,5°C ao alcance e planos concretos para combater os combustíveis fósseis.¹⁸

Justiça Climática

O Greenpeace destacou que, em uma vitória histórica para ambientalistas e movimentos juvenis, a Suprema Corte da Noruega restabeleceu a [suspensão do desenvolvimento de três campos de petróleo e gás no Mar do Norte](#). A decisão atende a um recurso apresentado pelo Greenpeace Nórdico e pela organização juvenil *Natur og Ungdom*, e determina a paralisação imediata das atividades nos campos Tyrving, Breidablikk e Yggdrasil, considerados aprovados ilegalmente por falta de avaliação adequada dos impactos climáticos globais. Embora o caso retorne ao Tribunal de Apelação para nova análise, a proibição imposta em janeiro de 2024 permanece em vigor. As organizações celebram a medida como uma reafirmação do Estado de Direito e da prioridade da proteção climática, e esperam que o governo norueguês cumpra integralmente a sentença.¹⁹

A Greenpeace criticou os passeios espaciais dos bilionários, como jatos particulares, como um [símbolo de excesso e poluição](#), destacando a crescente lacuna de riqueza e a crise climática. Apontou que esses passeios de vaidade, comercializados como avanços, distraem da necessidade urgente de ação sobre as mudanças climáticas e a desigualdade. Denunciou que os super-ricos devem ser responsabilizados e tributados de forma justa para financiar um futuro verde e justo para todos.²⁰

Ativismo ambiental

A Greenpeace destacou as ações de ativismo ambiental global da última semana, incluindo [protestos contra a poluição plástica na Coreia do Sul, Canadá e República Tcheca](#). No Brasil, grupos indígenas se reuniram com a Suprema Corte para contestar a Lei-Quadro Temporal. O Greenpeace também se manifestou na França contra comentários de extrema-direita sobre o judiciário e na Austrália contra os planos de energia nuclear.²¹

Dia da Terra

No dia da celebração da terra a World Vision celebra o poder de proteger e de curar o nosso planeta. A World Vision está utilizando a [energia solar para enfrentar os desafios de eletricidade](#) cara e instável em muitas comunidades onde atua. Atualmente, 75% dos poços motorizados da organização funcionam com energia solar, fornecendo água potável para comunidades, unidades de saúde e escolas para ampliar o uso de energias renováveis, preservar os recursos naturais e criar mudanças duradouras que beneficiarão as próximas gerações.²²

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) manifestou-se na passagem do Dia da Terra, expressando seu [compromisso com a responsabilidade ambiental](#). Para isso, está tornando mais verdes os locais onde faz seus ensaios clínicos no Quênia, Uganda e na RDC e está treinando profissionais de saúde em padrões ambientais, segurança ocupacional, gestão de resíduos e ação climática. O Roteiro Climático e Ambiental pode ser acessado lo link: <https://bit.ly/3EtGDg8>²³

A Organização Mundial dos Médicos de Família (WONCA) aproveitou a [passagem do Dia Mundial da Terra para lançar o Grupo de Trabalho Regional do Sul da Ásia sobre Saúde Planetária](#). A iniciativa, de acordo com a Wonca, reflete a necessidade urgente de ações de saúde focadas no clima em uma das regiões mais vulneráveis ao clima do mundo.²⁴

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) se manifestou, na passagem do Dia da Terra, lembrando que os [líderes de saúde focados no futuro impulsionam ações para proteger o planeta](#) e que os líderes hospitalares estão em posição de prestar cuidados juntamente com a ação climática.²⁵

Resiliência Climática

Duas celebridades aventureiras, Huw Kingston e Laurence Mote, embarcaram em uma jornada de 4.000 km pela Nova Zelândia, envolvendo esqui, ciclismo, caminhada e vela, com o objetivo de [arrecadar fundos para construir salas de aula resilientes ao clima em Vanuatu](#). Essas salas de aula, adaptadas de contêineres marítimos, utilizam materiais sustentáveis, iluminação natural, ventilação aprimorada e energia renovável. Vanuatu, frequentemente afetado por desastres naturais, como os ciclones gêmeos de março de 2023 que impactaram mais de 80% da população, necessita urgentemente de infraestruturas educacionais resistentes. A campanha, chamada "Alpine Odyssey Aotearoa", visa arrecadar mais de 42 mil dólares para apoiar este projeto piloto da Save the Children.

Migrações Forçadas

A Save the Children divulgou que quase 50 mil crianças afegãs foram forçadas a deixar o Paquistão nas duas primeiras semanas de abril de 2025, como parte da [expulsão de afegãos indocumentados](#). Muitas dessas crianças, que nasceram e foram criadas no Paquistão, agora enfrentam um retorno traumático a um país em crise, sem acesso a moradia, escola ou serviços

básicos. A Save the Children alerta para os riscos de doenças, separação familiar e exclusão educacional, e pede apoio internacional urgente para garantir assistência e reintegração digna a essas famílias.²⁶

A Progressive International divulgou uma matéria sobre a [situação dos refugiados palestinos que foram evacuados para as Filipinas](#). Os refugiados enfrentam dificuldades como o fim iminente dos contratos de locação e a redução do apoio financeiro. Com os novos bombardeios, a situação permanece incerta, agravada pela instabilidade política local e pela escassez de recursos decorrente do esgotamento das doações.²⁷

Emergências e desastres de saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou entrevista com Duha Shellan, coordenadora de seu Grupo de Trabalho em Emergências e Desastres, que afirma que as [emergências agravam as desigualdades](#), penalizando, sobretudo, os mais vulneráveis. Duha Shellan destacou seu compromisso com a defesa de uma abordagem centrada nas pessoas que priorize os esquecidos, proteja os profissionais da linha de frente e construa sistemas de saúde sustentáveis, baseados na equidade.²⁸

Entre os dias 8 e 10 de abril, Médicos Sem Fronteiras (MSF) promoveu, em parceria com a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), um [workshop em Brasília voltado à preparação para emergências](#). A atividade reuniu profissionais da FN-SUS e de MSF para práticas colaborativas, troca de experiências e construção de um plano de resposta adaptado ao contexto brasileiro. Com vasta experiência internacional em crises humanitárias, MSF reforçou a importância do planejamento antecipado como forma de salvar vidas em situações críticas.²⁹

Acordo pandêmico

A People's Medicines Alliance uma nota sobre a [aprovação de um texto consensual para o Acordo Pandêmico](#) da OMS e elogiou a colaboração entre os países, apesar da retirada dos Estados Unidos, que, segundo a organização, enfraqueceram o texto. A nota destaca que enquanto países em desenvolvimento lutaram por um acordo com compromissos concretos para garantir acesso equitativo a produtos médicos em futuras crises sanitárias, as pressões da indústria farmacêutica e de países ricos, como a União Europeia, Suíça e Reino Unido, enfraqueceram esse objetivo. Ainda assim, o acordo é visto como um passo inicial rumo a um sistema de saúde global mais justo, com um apelo para que os países priorizem a saúde pública em vez dos interesses comerciais.³⁰

A World Medical Association (WMA) elogiou os esforços dos Estados Membros da OMS ao longo dos últimos três anos para negociar o [Acordo Pandêmico e instou à sua adoção formal na 78ª Assembleia Mundial da Saúde](#). Apesar dos desafios nas negociações, o acordo representa um avanço crucial para prevenir e enfrentar futuras pandemias de forma mais ética, justa e eficaz. A organização defendeu que o acordo fortaleça a solidariedade global, a equidade, a abordagem "Uma Só Saúde" e a proteção dos profissionais e sistemas de saúde e se compromete a apoiar a implementação do acordo com sua rede médica global, defendendo acesso oportuno a recursos, padrões científicos e éticos, e combate à desinformação.³¹

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) publicou nota em que saúda o consenso histórico sobre o [Acordo Pandêmico da OMS](#), considerando-o um tratado inédito que, se implementado, pode ajudar a remodelar a equidade global em saúde, garantindo que o financiamento público proporcione benefícios públicos. Destacou, em especial, o Artigo 9.5 que

compromete os países a desenvolver políticas para vincular condições de interesse público ao financiamento de pesquisa e desenvolvimento.³²

Medidas do governo Trump

David Arkush, diretor do programa climático da Public Citizen, criticou duramente a medida de Donald Trump que determina que algumas agências do governo incluam [prazos de validade em suas regulamentações sobre produção de energia](#), uma tentativa de enfraquecer ou anular importantes proteções ambientais e de segurança atualmente em vigor. Isso significa que regras ambientais e de segurança que protegem a população dos EUA poderiam expirar automaticamente. A medida pode gerar ainda mais caos e prejudicar a proteção da saúde e segurança pública.³³

A Public Citizen informou que sua equipe jurídica está apoiando a AFSA, AFGE e a Oxfam America, que, junto com outras organizações, entraram com uma [ação judicial diante das tentativas contínuas do governo Trump-Vance de dismantelar a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional \(USAID\)](#), pedindo ao tribunal que impeça essa ação considerada ilegal. O desmonte da USAID já resultou na interrupção da maioria dos programas de ajuda externa, na perda de milhares de postos de trabalho públicos e em graves consequências humanitárias ao redor do mundo. As lideranças dessas organizações afirmam que o fechamento da USAID compromete a segurança nacional dos EUA, fere princípios constitucionais e coloca em risco milhões de vidas ao cortar o acesso a alimentos, água e cuidados básicos.³⁴

Desde 2014, mais de 4.000 crianças morreram em rotas migratórias ao redor do mundo, muitas vezes fugindo de conflitos, fome e desastres climáticos, segundo análise da Save the Children. A organização alerta que [cortes recentes na ajuda internacional ameaçam agravar ainda mais essa crise](#), colocando em risco serviços essenciais de proteção e assistência humanitária. A Save the Children enfatiza a necessidade urgente de restaurar e ampliar o financiamento para programas que salvam vidas de crianças em movimento, a fim de evitar um aumento nas fatalidades infantis em contextos de migração forçada.³⁵

Crise alimentar

A Save the Children alertou que [mais de 416 mil crianças na Síria correm risco de desnutrição severa](#) após cortes no financiamento internacional que forçaram o fechamento de um terço de suas atividades nutricionais no país. Com a suspensão de 20 dos 50 programas, mais de 40 mil crianças deixaram de receber cuidados essenciais, em meio a uma crise humanitária agravada por 14 anos de conflito. A organização pede a restauração urgente do apoio internacional para evitar mais mortes infantis.³⁶

[Cortes recentes na ajuda humanitária ameaçam a vida de 110 mil crianças com desnutrição aguda severa em 10 países](#) onde a Save the Children atua. Essas crianças dependem de tratamentos emergenciais que incluem o fornecimento de alimentos terapêuticos prontos para uso (RUTF), monitoramento médico, vacinação e acesso à água potável. A organização alerta que, sem esse suporte, muitos enfrentarão danos irreversíveis à saúde ou poderão morrer por causas evitáveis. A perda desses programas representa um retrocesso devastador e a Save the Children faz um apelo urgente por apoio internacional.³⁷

Gênero e diversidade

A Interacademy Partnership (IAP) anunciou o lançamento de uma nova série de palestras dentro do programa Mulheres pela Ciência pela Rede Interamericana de Academias de Ciências (IANAS), vinculada à IAP. A [iniciativa intitulada "Mulheres que Compartilham sua Ciência"](#) reúne cientistas mulheres de todo o continente para apresentar suas pesquisas, trajetórias pessoais e reflexões sobre o papel crescente das mulheres na ciência. A palestra inaugural abordará a saúde auditiva, destacando as bases biológicas de distúrbios auditivos relacionados ao envelhecimento, à exposição ao ruído e à predisposição genética.³⁸

A Women in Global Health está organizando o evento virtual "[Cobertura Universal de Saúde para Todos: Promovendo Sistemas de Saúde Sensíveis ao Gênero para uma Saúde Sexual e Reprodutiva Abrangente](#)". Será um evento paralelo à Conferência da Sociedade Civil da ONU, em Nairobi, que discutirá a Cobertura Universal de Saúde³⁹.

Representatividade LGBTQ+ nos esportes

A ACON celebrou as grandes conquistas esportivas LGBTQ+ nos [prêmios Australian Pride in Sport 2025 que homenageia indivíduos e organizações que promovem a inclusão de pessoas LGBTQ+ no esporte](#). Criado em 2018 pela iniciativa Pride in Sport, vinculada à ACON (a maior organização de saúde LGBTQ+ da Austrália), o evento reconhece clubes, federações, atletas e aliados que trabalham para tornar o esporte mais acessível, seguro e acolhedor. As lideranças do programa destacam que a inclusão vai além da representatividade: fortalece o esporte, amplia a participação e gera benefícios físicos, mentais e sociais para toda a comunidade.⁴⁰

Doenças infecciosas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) [anunciou que uma nova formulação de liberação sustentada de flucitosina](#), um medicamento usado para tratar a meningite criptocócica, entrou em ensaios clínicos de Fase II no Malawi e na Tanzânia.⁴¹

A Fundação Huésped divulgou informações sobre o sarampo para a população devido ao [surto de sarampo na Argentina](#). A organização deu informações sobre a situação do surto, sobre os sintomas, e destacou que a única forma de prevenção é a vacina.⁴²

A World Heart Federation fez publicação chamando a atenção para [seis compromissos contra a Doença de Chagas](#), em lembrança do dia mundial da doença, 14 de abril. São eles: (a) mais acesso a cuidados abrangentes; (b) mais investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); (c) mais apoio à vigilância, controle e monitoramento de casos; (d) mais treinamento e conscientização para profissionais de saúde e comunidades em risco; (e) maior fortalecimento dos sistemas de saúde para garantir que os caminhos de cuidado sejam totalmente implementados e que as pessoas afetadas sejam integradas. (f) mais visibilidade e informação sobre a doença de Chagas em nível social, em diferentes contextos. De acordo com a matéria, "A doença de Chagas tem sido a metáfora perfeita para o esquecimento. E é por isso que se trata de um problema de saúde pública urgente. A hora de cuidar é agora"⁴³.

Em abril de 2025, pelo menos [cinco crianças com cólera morreram em Akobo](#), no Sudeste do Sudão do Sul, após caminharem por três horas sob calor extremo em busca de tratamento médico, devido ao fechamento de clínicas locais causado por cortes na ajuda internacional. A Save the Children, que anteriormente mantinha 27 unidades de saúde na região, foi forçada a encerrar sete delas e reduzir os serviços nas demais, deixando comunidades inteiras sem acesso a cuidados essenciais. A falta de transporte e de profissionais de saúde

agravou a situação durante um surto nacional de cólera que já contabiliza mais de 46 mil casos e 871 mortes. A organização alertou que decisões políticas externas estão custando vidas infantis e apelou por uma resposta humanitária urgente para evitar mais tragédias.⁴⁴

Doações financeiras à OSCs

A European Public Health Alliance (EPHA) destacou que enviou uma carta aberta à Comissão Europeia e à presidente Ursula Von Der Leyen, pedindo a adoção urgente do [Plano de Trabalho EU4Health para 2025 e a liberação do financiamento anual para organizações da sociedade civil \(OSCs\) na área da saúde](#). O programa EU4Health foi fundamental durante a pandemia de Covid-19, mas o atraso na publicação do plano para 2025 ameaça a implementação das políticas de saúde pública e a estabilidade das OSCs que dependem dessas subvenções para funcionar. A carta destaca que essa demora não é apenas técnica, mas compromete diretamente o trabalho das OSCs. O apelo é para que a Comissão aja rapidamente e garanta o financiamento operacional anual para essas organizações.⁴⁵

A Oxfam lamentou que os dados preliminares da OCDE sobre os [gastos com ajuda](#) em 2024, a informação evidencia uma queda significativa na Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e uma parte substancial do gasto em custos domésticos de refugiados. Apenas alguns países mantiveram ou aumentaram seus orçamentos de ajuda. A Oxfam pediu aos governos que revertam os cortes de ajuda e tributem os super-ricos para enfrentar os desafios globais.⁴⁶

Regulamentação da Saúde na União Europeia

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou notícia sobre a [agenda “Legislar Melhor”](#) como ferramenta crucial para uma melhor regulamentação das políticas de saúde na região, desde a concepção, adoção, implementação, avaliação e revisão no âmbito da União Europeia. O projeto “Legislar Melhor para uma Saúde Melhor” foi concebido por organizações da sociedade civil da saúde e que atuam em outras questões sociais, fornecendo um kit de ferramentas em apoio a uma melhor regulamentação do setor.⁴⁷

Equidade na vacinação

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) manifestou-se, afirmando que a [vacinação é um direito](#), não um privilégio e que todas as pessoas idosas, independentemente de sua renda ou localização, merecem acesso oportuno e acessível à vacina pneumocócica.⁴⁸

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a passagem, na semana de 24 a 30 de abril deste ano, da [Semana Mundial de Imunização](#), um movimento global liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para destacar o poder das vacinas na proteção de vidas. O tema da semana “A imunização para todos é humanamente possível” lembra que as vacinas salvaram milhões de vidas e continuam a proteger as gerações futuras.⁴⁹

Direitos dos idosos

Ao divulgar a realização de seu congresso, a Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) destacou que, em um mundo com uma população envelhecida, [proteger os direitos humanos dos idosos](#) é mais urgente do que nunca. No congresso [#IFACONF2025](#), a IFA pretende unir defensores, especialistas e agentes de mudança para discutir o preconceito de idade e pressionar por políticas inclusivas que defendam os direitos dos idosos em todos os lugares.⁵⁰

Força de trabalho em saúde

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) anunciou a realização do Webinário sobre [Dados e Pesquisa da Força de Trabalho](#), sendo o terceiro de uma série sobre a Estratégia Global da Força de Trabalho da WFOT. Inscrições no link: <https://wfot.link/workforce-data-and-research-register>.⁵¹

Controle global da nicotina

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou nota em que afirma que a nicotina, substância viciante presente no tabaco, precisa de um controle rigoroso da ONU, pois representa uma séria e crescente ameaça à saúde pública. A nota destaca que, com o aumento do número de cigarros eletrônicos, sachês de nicotina e produtos saborizados voltados para crianças, a [nicotina deve ser urgentemente colocada sob rigoroso controle internacional](#) pela ONU.⁵²

Saúde bucal

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou a realização de um webinário que reuniu líderes para examinar as influências coloniais nos sistemas de saúde bucal e propor caminhos para abordagens mais equitativas. Os participantes destacaram que a [saúde bucal global reflete as estruturas de poder coloniais](#) que priorizam os sistemas e abordagens de conhecimento ocidentais sobre as estruturas indígenas e locais, resultando em desigualdades persistentes em saúde bucal nas populações globais, relações de dependência insustentáveis na organização global de saúde bucal e desequilíbrios de poder na pesquisa, educação e desenvolvimento de políticas em saúde bucal.⁵³

Terremoto em Myanmar

Após o terremoto de magnitude 7.7 que atingiu Myanmar em março de 2025, Médicos Sem Fronteiras (MSF) ampliou significativamente suas atividades no país, oferecendo [atendimento médico, psicológico e suporte em água e saneamento às populações afetadas](#). A organização atua nas regiões mais atingidas, como Mandalay e Naypyidaw, onde hospitais foram danificados, moradores ficaram desabrigados e o acesso a serviços básicos foi comprometido. Diante da iminente estação chuvosa e do risco de surtos de doenças, MSF reforça a urgência de apoio internacional e acesso irrestrito à ajuda humanitária.⁵⁴

Alimentos ultraprocessados

A ACT Promoção da Saúde divulgou o [livro “Gente Ultraprocessada”](#), do autor Chris van Tulleken, traduzido para o português. A obra relata a experiência radical do autor, que passou semanas consumindo exclusivamente alimentos ultraprocessados, apostando que nada de anormal aconteceria. O livro explora tanto os impactos já documentados quanto os efeitos ainda pouco conhecidos desse tipo de alimentação. O livro reforça a luta da ACT, que defende: se faz mal à saúde, deve pagar mais imposto.⁵⁵

78ª Assembleia Mundial de Saúde

A International Alliance of Patients' Organizations realizará atividade paralela no primeiro dia da [78ª Assembleia Mundial da Saúde \(WHA78\)](#), juntamente com o Mecanismo de Envolvimento da Sociedade Civil para a UHC2030 (CSEM), para mostrar o papel fundamental e único das associações de doentes na definição do panorama global da saúde. "Iremos discutir a

razão pela qual a colaboração, a sinergia e a solidariedade são pré-requisitos para uma mudança significativa, não deixando ninguém para trás num período de incerteza e turbulência global"⁵⁶.

Bem-estar social e IA

A International Federation of Social Workers participou da Conferência Internacional do ICSW sobre Participação, Bem-Estar Social e Administração Local em Tempos de IA. Uma discussão global sobre [o futuro do bem-estar social e o uso ético da tecnologia](#), em Málaga, Espanha.

“De uma perspectiva global, os sistemas de bem-estar social encontram-se hoje numa encruzilhada crucial. Embora a participação cidadã continue a ser um pilar fundamental da governação democrática e do desenvolvimento social, a aceleração das tecnologias digitais pós-COVID e a integração da Inteligência Artificial (IA) na administração pública apresentam tanto novas oportunidades como riscos significativos”, diz a matéria⁵⁷.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Resposta a desastres naturais

Em resposta ao devastador terremoto de magnitude 7,7 que atingiu Myanmar em 28 de março de 2025, a Fundação Rockefeller anunciou um [aporte emergencial de US\\$200 mil ao Plan International Myanmar](#). A iniciativa visa apoiar crianças e famílias nas regiões mais afetadas, oferecendo espaços seguros, refeições, apoio psicossocial e educação emergencial com foco em meninas e jovens. O projeto “Resilient Children of Mandalay” também prevê a reabilitação de escolas, capacitação de professores em cuidados com traumas e distribuição de kits educacionais, promovendo a recuperação a longo prazo. A ação busca restaurar o bem-estar emocional das crianças e mitigar os efeitos das desigualdades acentuadas por desastres naturais.⁵⁸

A Global Fund aprovou uma alocação de financiamento de emergência de US\$ 5 milhões para apoiar necessidades urgentes de saúde em [Mianmar](#) após terremotos devastadores. O financiamento priorizará a continuação do diagnóstico e tratamento do HIV, TB e malária, bem como a restauração dos serviços de saúde interrompidos e o fortalecimento dos esforços de prevenção de doenças. A organização apontou que os terremotos resultaram em mais de 3.000 mortes relatadas e mais de 4.500 feridos, danificando gravemente a infraestrutura crítica, incluindo instalações de saúde.⁵⁹

Vacinação

Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, as [vacinas contra a gripe para 2025 já estão disponíveis](#), com atualizações para combater as cepas circulantes mais recentes. A OMS recomenda a vacinação anual, especialmente para grupos de risco (idosos, grávidas e pessoas com comorbidades). Novas tecnologias, como vacinas de mRNA, estão em desenvolvimento, mas ainda não são acessíveis globalmente. A escolha da vacina depende de fatores como idade e condições de saúde. Como reforçado pela aliança, campanhas de imunização são essenciais para reduzir hospitalizações e mortes.⁶⁰

Iniciativas comunitárias no Paquistão destacadas pela GAVI, The Vaccine Alliance estão aumentando as [taxas de vacinação, especialmente em áreas rurais e de conflito](#). Além disso, líderes locais e mulheres vêm utilizando as redes sociais, que são mobilizadas para combater a desinformação sobre vacinas. Estratégias incluem clínicas móveis e engajamento de líderes

religiosos. Alguns dos resultados, de acordo com a GAVI, mostram redução em surtos de poliomielite e sarampo. O modelo paquistanês serve de exemplo para outros países com baixa cobertura vacinal em condições semelhantes.⁶¹

Pesquisa e Desenvolvimento

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou a importância da [Tradução de Conhecimentos e seu papel crucial de transformar evidências científicas em políticas e práticas de saúde](#). A GAVI propõe um modelo em 4 etapas para esse processo: identificação de lacunas, adaptação para públicos-alvo, disseminação estratégica e avaliação de impacto. Tais etapas, somadas à luta frente às barreiras como falta de financiamento e resistência a mudanças devem ser superadas para uma adoção mais efetiva de diretrizes clínicas baseadas em evidências.⁶²

A cientista da computação Maryam Mustafa, professora na Universidade de Lahore, Paquistão, e apoiada pela Fundação Gates, está desenvolvendo um [aplicativo de inteligência artificial](#) chamado *Awaaz-e-Sehat* ("Voz da Saúde") para ajudar profissionais de saúde no Paquistão a identificar precocemente riscos durante a gravidez, como pré-eclâmpsia e diabetes gestacional. Diante da realidade de clínicas superlotadas e consultas que duram em média apenas três minutos, seu projeto visa preencher lacunas críticas no cuidado pré-natal, especialmente em áreas com poucos recursos. A ferramenta, baseada em voz e acessível por smartphones ou WhatsApp, guia profissionais e pacientes em perguntas estruturadas no idioma local e já demonstrou identificar sinais de risco com muito mais eficácia do que o atendimento convencional por humanos.⁶³

Cortes do Governo Trump

A CORE Group alertou, em relatório, que as [demissões em massa e a reestruturação do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA](#), promovidas pelo governo Trump, comprometem gravemente a resposta nacional ao HIV. As medidas incluem cortes em divisões essenciais do CDC e NIH, além da extinção da Secretaria de Doenças Infecciosas, responsável por coordenar políticas e estratégias contra HIV e outras doenças. Segundo a organização, tais mudanças representam um grave retrocesso nos avanços em prevenção, tratamento e vigilância da epidemia.⁶⁴

Economia Digital

A Fundação Gates destaca como a [infraestrutura pública digital](#) (DPI) pode impulsionar o crescimento econômico inclusivo, expandir serviços e fortalecer a resiliência econômica. DPI refere-se a sistemas digitais interoperáveis, como identidades digitais, pagamentos eletrônicos e plataformas de troca de dados, que permitem aos governos fornecer serviços de forma mais eficiente e acessível. Exemplos como o da Índia mostram como a implementação de DPI pode transformar processos complexos, como a solicitação de empréstimos, em operações rápidas e seguras realizadas online. Segundo a fundação, com o apoio de tecnologias de código aberto, como MOSIP e Mojaloop, países de baixa e média renda teriam a oportunidade de desenvolver essas infraestruturas de maneira econômica e adaptada às suas necessidades, promovendo inclusão, dinamismo nos mercados e redução de custos operacionais.⁶⁵

Resistência Antimicrobiana

Um relatório divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance revelou que [infecções resistentes a antibióticos mataram mais de 3 milhões de crianças em 2022](#), principalmente em países de baixa renda. O uso excessivo de antimicrobianos na agricultura e saúde humana

acelerou tal resistência. Algumas das soluções propostas pela aliança incluem vigilância epidemiológica, vacinas para prevenir infecções e investimento em novos antibióticos. Tal tema é de suma importância pois a OMS classifica a resistência antimicrobiana como uma das 10 maiores ameaças à saúde global.⁶⁶

Dia Mundial da Terra

Para o [Dia Mundial da Terra](#), o CORE Group realça a urgência de garantir a saúde materna e neonatal, o qual deve continuar no centro das prioridades da saúde global, exigindo investimento contínuo, colaboração e compromisso político. É fundamental que profissionais, formuladores de políticas e parceiros se mantenham mobilizados para evitar a estagnação e preservar os avanços conquistados nas últimas décadas.⁶⁷

Preparação para pandemias

A [resposta global à epidemia de Ebola na África Ocidental](#) em 2014 teve participação ativa da Wellcome Trust, que investiu mais de £10 milhões para conter o surto do vírus Zaire, altamente letal. A crise levou à criação de iniciativas como a CEPI, voltadas à preparação para futuras pandemias por meio de colaboração internacional e investimento em pesquisa. A Wellcome divulgou que teve papel central no desenvolvimento do ERVEBO®, vacina licenciada em 2019 com eficácia superior a 95% em testes, que ajudou a conter novas transmissões. No entanto, a Trust pondera que embora o ERVEBO® tenha sido um marco, ele é eficaz apenas contra uma cepa do vírus, e novos esforços são necessários para enfrentar variantes como a que causou o surto de 2025 em Uganda.⁶⁸

Alimentação

Durante os Encontros da Primavera de 2025, a Fundação Rockefeller, em parceria com a iniciativa Sustainable Financing Initiative for School Health and Nutrition (SFI), lançou um relatório propondo novas [estratégias de financiamento para ampliar programas de alimentação escolar](#). Diante da queda na ajuda internacional, o relatório sugere alternativas como impostos sobre produtos nocivos, swaps de dívida e uso de fundos climáticos. A Fundação anunciou ainda um investimento de US\$ 100 milhões para beneficiar 100 milhões de crianças nos próximos cinco anos.⁶⁹

HIV/AIDS

A Cúpula de Liderança da Global Network of people living with HIV (GNP+) emitiu uma declaração, em caráter de urgência, exigindo a [aplicação dos preceitos dos direitos humanos, acesso equitativo a tratamento e fim do estigma estrutural](#), destacando desigualdades no acesso a antirretrovirais, leis discriminatórias contra populações-chave e falta de financiamento para redes comunitárias. Os membros demandaram a eliminação de barreiras legais, maior investimento em programas liderados por pessoas vivendo com HIV e sua participação ativa na formulação de políticas, reforçando o princípio "Nada sobre nós, sem nós" como guia para a resposta global à AIDS.⁷⁰

Meio Ambiente e preservação ambiental

Em Maldivas, escoteiros estão liderando um [projeto de restauração de recifes de coral](#), aprendendo na prática habilidades de conservação marinha ao monitorar, cuidar e transplantar corais para recuperar o ecossistema local. Apoiados pela UNICEF Maldivas e parceiros locais, e promovido pela World Organization of the Scout Movement (WOSM), os escoteiros do grupo

Muhyiddin demonstram como os jovens podem promover mudanças reais na proteção ambiental, contribuindo ativamente para a saúde dos oceanos e do planeta.⁷¹

EVENTOS

O CORE Group destaca com entusiasmo o [Global Health Futures Symposium](#), que será realizado na sexta-feira, 25 de abril, no North Carolina Biotechnology Center. Este evento inaugural, promovido pela North Carolina Global Health Alliance, reunirá profissionais para discutir o futuro da saúde global, os desafios emergentes e novas trajetórias profissionais na área. A Global Health Council, membro do CORE Group, estará representada por sua presidente e CEO, Elisha Dunn-Georgiou, que participará da Sessão 1: Unindo-se para Construir um Novo Futuro para a Saúde Global, compartilhando reflexões sobre caminhos coletivos para reimaginar e transformar o setor.⁷²

O CORE group anunciou que no dia 16 de abril de 2025, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou, em um webinar, seu [novo guia prático para medir e monitorar a qualidade do cuidado nos serviços de saúde materna, neonatal, infantil e do adolescente](#), acompanhado de uma ferramenta de avaliação de sistemas de informação em saúde. Voltado a gestores, formuladores de políticas e profissionais da área, o evento abordará a seleção de indicadores de qualidade, o uso eficaz de dados e o fortalecimento da capacidade de monitoramento.⁷³

A Fòs Feminista realizará um treinamento online sobre os [mecanismos de direitos humanos da África](#), voltado a organizações da sociedade civil e defensores de direitos humanos. O evento se realizará no dia 6 de maio de 2025. O evento tem como objetivo fortalecer o conhecimento sobre a estrutura e funcionamento dos mecanismos regionais, apresentar estudos de caso sobre jurisprudência emergente e oferecer estratégias práticas de engajamento. A iniciativa busca ampliar a atuação coletiva por justiça e responsabilização no continente africano.⁷⁴

A organização Medicus Mundi Switzerland realizará em 30 de abril de 2025 a conferência [Sexual and Reproductive Rights in the Digital Age](#), em Berna, para debater os impactos da tecnologia digital, como inteligência artificial e redes sociais, sobre os direitos sexuais e reprodutivos. A conferência abordará tanto as oportunidades — como a personalização do cuidado e a mobilização social — quanto os desafios éticos, de privacidade e desigualdade, propondo estratégias para equilibrar inovação com responsabilidade.⁷⁵

Comentários finais

A análise das manifestações revela que, enquanto as organizações de interesse público priorizam a defesa de direitos, o atendimento de populações vulnerabilizadas e a promoção de justiça social e climática, as organizações de interesse privado focam sua atuação em soluções pontuais e tecnológicas, financiamento de ações emergenciais e fortalecimento de sistemas de serviços de saúde. Apesar dessas diferenças, todas reconhecem a necessidade de respostas ágeis e de colaboração internacional para enfrentar os desafios globais. As áreas de convergência, como a preparação para pandemias, a defesa da equidade em saúde e o combate às desigualdades, demonstram o potencial de articulações mais integradas entre diferentes setores da sociedade civil em prol de objetivos comuns.

Esse informe aponta para um momento de inflexão histórica, em que as bases tradicionais da cooperação internacional e da ordem liberal global mostram claros sinais de esgotamento. Diante da retração do financiamento, da precarização dos serviços essenciais e

do enfraquecimento das redes de solidariedade global, torna-se evidente a necessidade de repensar e reorganizar profundamente os modelos de governança, desenvolvimento e proteção social. A mobilização da sociedade civil, embora expressiva, confronta-se com a dificuldade ou a incapacidade de articulação de ações coletivas em escala internacional. Nesse cenário de incertezas e reconfigurações, a defesa da cooperação transnacional e da equidade emerge não apenas como uma reivindicação moral, mas como um imperativo para a reconstrução de um futuro minimamente sustentável e justo.

Referências

1. World Vision. Sudan Crisis Response [Internet]. World Vision. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.wvi.org/emergencies/sudan-crisis-response>
2. Dois anos de guerra no Sudão [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/dois-anos-de-guerra-no-sudao/>
3. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/sudan-one-child-every-10-seconds-forced-flee-their-home-conflict-began-two-years-ago>
4. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/joint-statement-ingos-sudan-condemn-killing-civilians-and-aid-workers-zamzam-camp-abu-shouk>
5. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/families-fleeing-attacks-sudans-zamzam-camp-arrive-injured-traumatised-nothing-eat-save>
6. Oxfam International. Sudan: Two years into the conflict, the world's largest humanitarian crisis now threatens regional stability [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/sudan-two-years-conflict-worlds-largest-humanitarian-crisis-now-threatens-regional>
7. April 10. Doctors in Gaza report sharp rise in severe malnutrition among pregnant women and young children [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://actionaid.org/news/2025/doctors-gaza-report-sharp-rise-severe-malnutrition-among-pregnant-women-and-young>
8. PHM. People's Health Movement. Israeli forces bomb Al-Ahli Hospital again [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://peoplesdispatch.org/2025/04/14/israeli-forces-bomb-al-ahli-hospital-again/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io>
9. Gaza se tornou uma "vala comum" para palestinos e para quem tenta ajudá-los [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/gaza-se-tornou-uma-vala-comum-para-palestinos-e-para-quem-tenta-ajuda-los/>
10. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/let-us-do-our-jobs-ceos-major-aid-groups-gaza-warn-aid-system-collapsing>
11. SHEM. HL48 - Health workers finding strenght on the frontline [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_hl48-health-workers-finding-strenght-on-activity-7318815093595561984-bZBP
12. Oxfam International. "Let us do our jobs" — Major aid groups in Gaza warn aid system is collapsing [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/let-us-do-our-jobs-major-aid-groups-gaza-warn-aid-system-collapsing>
13. Oxfam International. Aid workers describe Gaza as "stuff of nightmares" as Israel's mass forced displacements cause carnage and despair [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/aid-workers-describe-gaza-stuff-nightmares-israels-mass-forced-displacements-cause>
14. Israel y los territorios ocupados: el CICR expresa indignación ante el impacto que recibieron sus instalaciones en Gaza por un explosivo [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2025

- [cited 2025 Apr 24]. Available from: <https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/israel-y-los-territorios-ocupados-cicr-indignacion-impacto-instalaciones-explosivo-gaza>
15. April 14. ActionAid statement on attacks against humanitarian organisations in Ukraine [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://actionaid.org/news/2025/actionaid-statement-attacks-against-humanitarian-organisations-ukraine>
 16. Feminista F. Crisis in Catatumbo [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_crisis-in-catatumbo-activity-7318346840406417410-qU60
 17. Greenpeace International. Jane Fonda stands with Greenpeace to defend the oceans at United Nations global oceans talks [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74164/jane-fonda-stands-greenpeace-defend-oceans-united-nations-global-oceans-talks/>
 18. Greenpeace International. Greenpeace comment on Joint Leaders Session on Climate and Just Transition [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74157/greenpeace-comment-joint-leaders-session-climate-just-transition/>
 19. Greenpeace International. Victory for youth and environmentalists in Norwegian Supreme Court: Illegal oil and gas fields must halt [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/74050/victory-for-youth-and-environmentalists-in-norwegian-supreme-court-illegal-oil-and-gas-fields-must-halt/>
 20. Greenpeace International. Billionaire joyrides to space: the ultimate symbol of privilege and pollution [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74077/billionaire-joy-rides-to-space-the-ultimate-symbol-of-privilege-and-pollution/>
 21. Greenpeace International. Greenpeace Pictures of the Week [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/74076/greenpeace-pictures-of-the-week-17/>
 22. World Vision. Empowering Communities with Clean Water and Renewable Energy [Internet]. World Vision. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.wvi.org/earth-day>
 23. DNDi Drugs for Neglected Diseases. Earth day 2025 [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_earthday2025-ourpowerourplanet-activity-7320362187393282048-83wg
 24. WONCA. World Organization of Family Doctors. Today, on World Earth Day, WONCA proudly celebrates the launch of the... [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_today-on-world-earth-day-wonca-proudly-activity-7320542560156901376-gkqM
 25. IHF. International Hospital Federation. This Earth Day, we're reminded that future-focused healthcare leaders... [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_this-earth-day-were-reminded-that-future-focused-activity-7320478406423244800-WtA1
 26. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/nearly-50000-afghan-children-pushed-out-pakistan-first-two-weeks-april>
 27. Refugiados palestinos nas Filipinas enfrentam futuro incerto [Internet]. Progressive International. [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://progressive.international/wire/2025-04-15-palestinian-refugees-in-the-philippines-face-uncertain-future/pt-br>
 28. WFPFA. World Federation of Public Health Associations. Interview with the Chair of the WFPFA Emergencies and Disasters Working Group [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.wfpha.org/emergencies-and-disasters-working-group/>

29. Fronteiras. MMS. Médicos Sem Fronteiras facilita treinamento sobre atuação em emergências no Brasil [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/medicos-sem-fronteiras-facilita-treinamento-sobre-atuacao-em-emergencias-no-brasil/>
30. WHO pandemic agreement “must only be the first step” [Internet]. People’s Medicines. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://peoplesmedicines.org/resources/media-releases/who-pandemic-agreement-must-only-be-the-first-step/>
31. WMA. The World Medical Association welcomes progress on the Global Pandemic Agreement [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-welcomes-progress-on-the-global-pandemic-agreement/>
32. DNDi Drugs for Neglected Diseases. DNDi welcomes the historic consensus on the WHO Pandemic Agreement [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_dndi-welcomes-the-historic-consensus-on-the-activity-7318161840302166016-irOI
33. Trump Signs Executive Order to Cancel Protections for Clean Air and Water [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.citizen.org/news/trump-signs-executive-order-to-cancel-protections-for-clean-air-and-water/>
34. Government Employee Unions and Oxfam America Seek Court Ruling to Stop USAID Shutdown [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.citizen.org/news/government-employee-unions-and-oxfam-america-seek-court-ruling-to-stop-usaid-shutdown/>
35. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/least-4000-children-died-migration-routes-2014-aid-cuts-threaten-drive-fatalities-save>
36. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/over-400000-children-syria-risk-malnutrition-following-aid-cuts>
37. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/aid-cuts-threaten-lives-110000-children-severe-malnutrition-reliant-emergency-treatment-save>
38. the InterAcademy Partnership (IAP). IANAS Launches “Women Who Share their Science” Lecture Series [Internet]. [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.interacademies.org/news/ianas-launches-women-who-share-their-science-lecture-series>
39. Universal Health Coverage for All: Advancing Gender-Responsive Health Systems for Comprehensive SRHR [Internet]. Women in Global Health. 2024 [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://womeningh.org/event/uhc-for-all-sotf-event/>
40. ACON. Celebrating Great LGBTQ Sporting Achievements at the 2025 Australian Pride in Sport Awards [Internet]. ACON. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/>
41. DNDi. Drugs for Neglected Diseases. New treatment for cryptococcal meningitis enters Phase II trial [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_cryptococcalmeningitis-globalhealth-hivresearch-activity-7317828870588497920-Op8a
42. Agus. Sarampión: ¿Cuál es la situación en Argentina? [Internet]. Fundación Huésped. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://huesped.org.ar/noticias/sarampion-cual-es-la-situacion-en-argentina/>
43. WORLD CHAGAS DISEASE DAY 2025 - Six Commitments Against Chagas Disease [Internet]. World Heart Federation. 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://world-heart-federation.org/news/world-chagas-disease-day-2025-six-commitments-against-chagas-disease/>
44. Website [Internet]. Available from: <https://www.savethechildren.net/news/south-sudan-children-cholera-die-three-hour-walk-treatment-after-aid-cuts-shut-local-health>
45. European Public Health Alliance. The importance of operating grants for civil society organisations

- in the field of health - EPHA. [cited 2025 Apr 23]; Available from: <https://epha.org/the-importance-of-operating-grants-for-csos-in-health/>
46. Oxfam International. Oxfam reaction to OECD preliminary data on aid spending in 2024 [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-oecd-preliminary-data-aid-spending-2024>
 47. European Public Health Alliance. Better Regulation for Better Health Toolkit - EPHA. [cited 2025 Apr 23]; Available from: <https://epha.org/brbh-toolkit/>
 48. IFA. International Federation on Ageing. Vaccination is a Right, Not a Privilege [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_vaccines-healthyageing-vaccinationmatters-activity-7320507212022349824-kSwr
 49. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. This year, the last week of April marks World Immunization Week [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_this-year-the-last-week-of-april-marks-world-activity-7320140525511041024-Ay1b
 50. IFA. International Federation on Ageing. In a world with an ageing population, protecting the human rights of older adults is more urgent than ever [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_ifaconf2025-humanrights-healthyageing-activity-7319846126319255552-yCLx
 51. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. WFOT Webinar - Workforce Data and Research [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://wfot.org/news/2025/wfot-webinar-workforce-data-and-research-1>
 52. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Nicotine Poses a Serious Threat to Public Health – Why It Needs Strict UN Control [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.wfpha.org/nicotine-public-health-threat/>
 53. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. The Oral Health Working Group (OHWG) of the World Federation of Public Health Associations (WFPHA) did a webinar [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_decolonization-publichealth-equity-activity-7320378337288179713-wz44
 54. MSF amplia atividades após terremoto devastador em Mianmar [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-amplia-atividades-apos-terremoto-devastador-em-mianmar/>
 55. Monteiro A. Por que comemos coisas que não são comida e por que não conseguimos parar de comer? [Internet]. ACT. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://actbr.org.br/por-que-comemos-coisas-que-nao-sao-comida-e-por-que-nao-conseguimos-parar-de-comer/7510/>
 56. IAPO at the 78th World Health Assembly [Internet]. [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://www.iapo.org.uk/node/15708>
 57. IFSW President to Speak on Global Panel Exploring Participation, Well-being and AI in Social Welfare [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://www.ifs.org/ifs-president-to-speak-on-global-panel-exploring-participation-well-being-and-ai-in-social-welfare/>
 58. Rockefeller Foundation and Plan International Launch Emergency Response to Support Earthquake-Affected Children in Myanmar [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-and-plan-international-launch-emergency-response-to-support-earthquake-affected-children-in-myanmar/>
 59. Global Fund. Global Fund to Provide US\$5 Million in Emergency Relief to Support Earthquake Response in Myanmar [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2025/2025-04-14-global-fund-to-provide-usd5-million-in-emergency-relief-to-support-earthquake-response-in-myanmar/>
 60. The Conversation. Flu vaccines are now available for 2025. What's on offer and which one should I get? [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/flu->

vaccines-are-now-available-2025-whats-offer-and-which-one-should-i-get

61. How community-led solutions are strengthening immunisation in Pakistan [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-community-led-solutions-are-strengthening-immunisation-pakistan>
62. Turning Research into Action: How to Build an Effective Knowledge Translation Plan [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/turning-research-action-how-build-effective-knowledge-translation-plan>
63. Izadnegahdar R. How a computer scientist is using AI to save mothers' lives in Pakistan [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/ai-maternal-health-pakistan>
64. Dawson L, Kates J. What Do Federal Staffing Cuts and HHS Restructuring Mean for the Nation's HIV Response? [Internet]. KFF. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.kff.org/policy-watch/what-do-federal-staffing-cuts-and-hhs-restructuring-mean-for-the-nations-hiv-response/>
65. Jain S. What happens to an economy with digital public infrastructure? [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/inclusive-economies-digital-public-infrastructure>
66. Geddes L. More than 3 million children died from antimicrobial resistant infections in 2022 [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/more-3-million-children-died-antimicrobial-resistant-infections-2022>
67. CORE Group. world health day [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_worldhealthday-activity-7315448358444122112-hSxT
68. Ebola vaccine: transforming global health responses [Internet]. Wellcome. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://wellcome.org/news/ebola-vaccine-transforming-global-health-responses>
69. Sustainable Financing Initiative With Rockefeller Foundation Support Identifies Innovative Ways To Expand School Meals Worldwide [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2025 [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/sustainable-financing-initiative-with-rockefeller-foundation-support-identifies-innovative-ways-to-expand-school-meals-worldwide/>
70. PRESS Statement: PLHIV Leadership Summit [Internet]. [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://gnpplus.net/latest/news/press-statement-plhiv-leadership-summit/>
71. Scouts in the... - World Organization of the Scout Movement - WOSM [Internet]. [cited 2025 Apr 22]. Available from: <https://www.facebook.com/share/p/19syDVEyXb/>
72. CORE Group. CORE Group is excited to highlight the upcoming Global Health Futures [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_core-group-is-excited-to-highlight-the-upcoming-activity-7317940093996982272-rD7u
73. CORE Group. Measuring and monitoring quality of care to improve maternal, newborn, child and adolescent health services [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_on-%F0%9D%97%94%F0%9D%97%BD%F0%9D%97%BF%F0%9D%97%B6%F0%9D%97%B9-%F0%9D%9F%AD%F0%9D%9F%B2-%F0%9D%9F%AE%F0%9D%9F%AC%F0%9D%9F%AE%F0%9D%9F%B1-from-%F0%9D%9F%AD%F0%9D%9F%B0%F0%9D%9F%AC%F0%9D%9F%AC-activity-7316063694570835970-_oqP
74. Feminista F. 🇳🇬 Join us on this Training on Africa's Human Rights Mechanisms Are you... [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_join-us-on-this-training-on-africas-human-activity-7318992717881982976-Yxj8
75. Sexual and Reproductive Rights in the Digital Age: Tackling Threats and Seizing Opportunities [Internet]. [cited 2025 Apr 23]. Available from: <https://www.medicusmundi.ch/en/exchange-and-networking/events/mms-conference/sexual-and-reproductive-rights-in-the-digital/>

Entre a Austeridade e a Reforma: O Sistema Financeiro Internacional, o Acordo sobre Pandemias e a Encruzilhada do Desenvolvimento Global pré-FfD4

Between Austerity and Reform: The International Financial System, the Pandemic Accord, and the Crossroads of Global Development pre-FfD4

Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho

Abstract. *In this inform, the sixth of this year, we continue to examine the current events on the financial system - with the temporal closeness of the Fourth International Conference on Financing for Development (FfD4), the IMF Program Design and Conditionality Review (the first since 2018) and the Trump administration methods. On Global Health, we analyse the final version of the Pandemic Accord and its high points and flaws, and also examine the state of public health around the world.*

Keywords: *FfD4. Program Design and Conditionality Review. Pandemic Accord. Monterrey Consensus.*

Resumo. Neste informe, o sexto deste ano, continuamos a examinar os acontecimentos atuais no sistema financeiro - com a proximidade temporal da Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), da Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades do FMI (a primeira desde 2018) e dos métodos da administração Trump. Em Saúde Global, analisamos a versão final do Acordo Pandêmico, seus pontos altos e falhas, e também examinamos o estado da saúde pública ao redor do mundo.

Palavras-chave. FfD4. Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades. Acordo sobre Pandemias. Consenso de Monterrey.

No Panorama político-econômico deste informe iremos explorar os recentes movimentos do grupo do Banco Mundial e do IMF, junto das críticas da sociedade civil organizada que traz os problemas duradouros da dívida externa. Também vemos os movimentos jurídicos do governo trumpista na sua busca por controle total. No bloco sobre Saúde, trazemos os detalhes da versão final do Acordo pandêmico e detalhes sobre a situação do sistema de saúde na Europa e no mundo.

Chamadas

A especialista independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional Cecilia Bailliet publicou em suas redes uma chamada para contribuições para o seu próximo relatório à Assembleia Geral sobre Corporações e Solidariedade Internacional. O questionário tem cerca de 50 perguntas e busca identificar melhores práticas sobre mecanismos de comunicação para reclamações de partes interessadas, due diligence e respeito aos limites planetários. O link para completar as questões: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2025/call-input-report-corporations-and-international-solidarity>. O limite para submissão é 10 de junho de 2025.

Panorama político-econômico

No último dia 22, o FMI divulgou seu relatório anual de perspectivas da economia mundial. Com o título “A Critical Juncture amid Policy Shifts”, o relatório foi apresentado durante a semana anual de reuniões do FMI e do BM e estará disponível para leitura a partir do dia 15 de maio. O documento reconhece os problemas que a economia mundial enfrenta, mas, como de costume para o grupo, não é capaz de apontar como a conjuntura crítica é mas uma consequência de uma série de falhas políticas dentro de um projeto de insuficiência que não será capaz de se livrar de suas próprias adversidades.

“Em 22 de abril de 2025, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou seu relatório anual Perspectivas da Economia Mundial, que tem um subtítulo discreto, mas decisivo: Um Momento Crítico e Mudanças de Política. O relatório, mais uma vez um trabalho extenso dos economistas do FMI e seus associados, corre para dar sentido às tarifas primeiro ameaçadas pelo presidente dos EUA Donald Trump e depois adiadas, e então, como se o frenesi não fosse suficiente, mantidas e aumentadas contra a China. O FMI tenta argumentar que até 2024, "o crescimento global foi estável" e que a atual redução do crescimento global é em grande parte um fator da "incerteza" e "imprevisibilidade" das tarifas de Trump. (...)

Erros de julgamento

Um dos erros significativos na avaliação do FMI é que tudo nas economias ocidentais começou a parecer estável no ano passado. Embora seja verdade que a ameaça das tarifas e depois as próprias tarifas anti-China criaram "um grande choque negativo ao crescimento", não é verdade que se esperava que as taxas de crescimento atingissem novos patamares este ano.

O crescimento nos EUA tem ficado significativamente abaixo de sua tendência histórica desde a crise financeira induzida pela crise das hipotecas subprime de 2007-08 - de fato, o crescimento dos EUA desde então tem sido cumulativamente menor do que na Grande Depressão. Nos 17 anos após o Grande Crash de 1929, o crescimento anual do PIB dos EUA teve média de 3,7%, enquanto nos 17 anos desde a Crise Financeira Internacional, o crescimento anual dos EUA teve média de apenas 2,0%.

Em outubro de 2024, o FMI projetou que os Estados Unidos cresceriam a 2,2%, e desde então reduziu sua previsão para 1,8%. Enquanto isso, em outubro do ano passado, sugeriu uma taxa de 4,5% para a China e 6,5% para a Índia, muito acima da taxa projetada para os EUA ou das projeções para economias avançadas (1,8%). As tarifas de Trump certamente agravaram os problemas para os EUA, mas não são a causa do problema. O crescimento lento tem sido a situação por quase duas décadas.

Sobre essa lentidão, o novo Perspectivas da Economia Mundial do FMI é notavelmente brando. Sugere que o "desafio central de política macroeconômica" dos Estados Unidos é sua dívida do governo federal. Essa dívida, que é de 36,2 trilhões, é de 124% do PIB. Dez países do norte global estão entre os vinte países com as maiores razões dívida/PIB: Japão (266%), Grécia (193%), Itália (151%), Estados Unidos (124%), Portugal (122%), Espanha (117%), França (112%), Bélgica (111%), Canadá (109%) e Reino Unido (105%). Reduzir o déficit pode fazer bom sentido macroeconômico, mas não propõe por si só um caminho de volta ao crescimento para os Estados Unidos. Menos gastos com bem-estar social irão esgotar ainda mais o consumo privado. E o sonho de Trump de revitalizar a manufatura dos EUA não vai funcionar apenas através de um déficit reduzido do governo federal sem uma liberação massiva, massiva de recursos para industrialização. Sem um ataque aos padrões de vida, isso só poderia vir de medidas como uma

redução nos gastos militares excessivos dos EUA ou reforma do sistema de saúde privado grotescamente ineficiente do país. Estas são políticas que Trump não adotará. (...)

O FMI está certo. Há grande incerteza pela frente. Mas também há certeza em seus próprios relatórios e em seus gráficos. Alta poupança doméstica e melhor soberania de recursos (incluindo o sistema financeiro), juntamente com a canalização desses recursos para o setor produtivo (para infraestrutura e industrialização), produzem mais estabilidade a longo prazo do que uma dependência excessiva dos mercados financeiros privados e dos caprichos da classe bilionária.”

Concomitantemente à publicação, o Fundo está conduzindo uma *Program Design and Conditionality Review* pela primeira vez desde 2018. O objetivo da revisão é medir a efetividade e adaptabilidade dos programas do FMI. A revisão feita 7 anos atrás expôs o fracasso persistente do FMI em aprender com erros passados, com, então, 60% dos países em situação de crise de dívida, levantando questões sobre a capacidade dos programas do Fundo de ajudar os Estados a escapar dessas crises recorrentes. Desde lá, o Fundo aumentou suas atividades, crescendo em número total de países, porém, a crise da dívida também aumentou, com contornos como o *Fossil Fuel Debt Trap*, as cruéis escolhas orçamentárias frente a necessidade de pagamentos que se juntam a uma onda de austeridade. E de novo o FMI se mostra incapaz de rever seus métodos e suas bases teóricas, como nos mostra o artigo-crítica do *The Bretton Woods Project*.

“Austeridade, armadilha da dívida e as ficções da recuperação econômica

Apesar da revisão de 2018 do Fundo confirmar o que críticos já apontavam há muito tempo - que a consolidação fiscal não é eficaz para garantir crescimento sustentável - a obsessão do FMI com ela permanece inalterada. Ajustes fiscais rigorosos, cortes nos gastos sociais e demissões no setor público prejudicam desproporcionalmente os mais vulneráveis, como evidenciado por estudos acadêmicos e da sociedade civil (ver Observer Inverno 2023). Embora o FMI inclua cada vez mais 'pisos de gastos sociais' em programas como supostas salvaguardas, pesquisa da Oxfam em 2023 mostrou que estes frequentemente não são vinculantes, carecem de transparência e falham em impedir a erosão dos sistemas de proteção social. Outro problema evidente é a superestimação crônica da recuperação econômica pelo FMI. A revisão de 2018 admitiu que as projeções dos programas eram "excessivamente otimistas" e reconheceu melhores resultados quando a reestruturação da dívida era incluída. No entanto, o Fundo continua estabelecendo metas fiscais irrealistas, empurrando governos para austeridade prematura sob o pretexto de "sustentabilidade da dívida", contribuindo para "a pior crise de dívida já vista" - o dobro dos níveis de crise anteriores ao alívio para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) - prendendo países em dependência e pavimentando o caminho para futuros resgates que favorecem credores em detrimento dos cidadãos (ver Observer Verão 2023). A revisão de 2018 foi, em última análise, uma autoincriminação. Ela reconheceu grandes falhas de concepção, mas falhou em entregar reformas significativas. Como observou um estudo de novembro de 2022 do Boston University Global Development Policy Center, as políticas de condicionalidade do FMI são influenciadas por escolhas políticas moldadas por acionistas dominantes, não apenas por considerações técnicas - levantando preocupações duradouras sobre a 'imparcialidade' dos programas do Fundo. Apesar de repetidas promessas de abordagens mais flexíveis e específicas por país - uma recomendação-chave de 2018 - o FMI continua impondo reformas estruturais rígidas que minam a soberania nacional. Frequentemente desalinhadas com as realidades locais, essas medidas têm desencadeado amplo descontentamento, contribuindo para o crescente "problema de protestos" do FMI (ver Observer Outono 2024). As esperanças por mudanças significativas desta vez estão se esvaindo. O cronograma da revisão e o processo de consulta

permanecem pouco claros, apesar de 70 organizações da sociedade civil terem pedido transparência em uma carta de setembro de 2024 (ver Observer Outono 2024). "Apesar de se envolver em novas áreas como gênero e clima, os programas do FMI reforçam dinâmicas globais desiguais incentivam a austeridade e o extrativismo. A revisão deve avaliar se os programas do FMI permitem um desenvolvimento resiliente ao clima e baseado em direitos", disse Federico Sibaja, Gerente de Campanha do FMI na Recourse."

Como farol e representante do Sistema Financeiro Monetário Internacional, o FMI e o BM carregam em si o papel de revisar e analisar o sistema - que ajudaram a criar. O papel de crítica fica sistematicamente à SCO.

Na mesma semana do início das revisões e da publicação do relatório, a *Civil Society and Indigenous Peoples' Mechanism (CSIPM) for relations to the UN Committee on World Food Security (CFS)* publicou um zine explicando a relação entre nosso SFMI e segurança alimentar, sobre como um sistema desigual compromete o direito à alimentação e leva a agricultura familiar a extinção, criando um ambiente que gera dívida e prioriza as grandes corporações exportadoras, ignorando o papel da agricultura de pequena escala dentro da economia doméstica e acaba por financeirizar a alimentação. "*Trade, Debt and Financialisation: What it has to do with the food on your plate?*" Conta através das histórias de produtores de trigo no Paquistão, jovens no Quênia e subsídios ao pão no Egito, como o sistema financeiro global impacta a vida das pessoas e como as comunidades estão resistindo, se organizando e agindo para alcançar a mudança que exigem, ilustrando um conto de solidariedade e ação civil.

Na mesma semana de abril, a rede *Latindadd* publicou o relatório "*La deuda como trampa: ¿Por qué América Latina paga con Derechos Humanos?*". O documento ilustra a relação da dívida com os direitos humanos e como os pagamentos irrisórios causam um déficit e uma incapacidade de proteção do Estado.

"Embora o uso da dívida pública costume aparecer como uma ferramenta neutra de política fiscal, disponível para que os Estados financiem seus gastos, essa lógica costuma omitir a relação mais geral entre as economias do mundo (Asafu-Adjaye, 2024). Este ponto é central ao argumento, porque os credores costumam reduzir a discussão a uma questão técnica, omitindo que a dívida tem um papel no marco de um paradigma mais amplo de relações sociais. Justamente, neste plano, apresenta-se com clareza como a dívida afeta um conjunto de direitos humanos não circunscritos a uma mera contabilidade. A inscrição das relações econômicas – em específico, de dívida – em um marco de direito faz parte de um debate aberto com interesses contrapostos (Koskeniemi, 2021). Esta tensão é especialmente relevante em relação à dívida pública, considerando que os Estados são os principais responsáveis (garantes) dos direitos humanos (Bantekas e Lumina, 2018). Embora seja certo que o crédito pode aportar recursos que ampliem o espaço fiscal, permitindo assim aos Estados investir no bem-estar da população, nos fatos trata-se de uma relação mais complexa. A dívida tem múltiplas relações com os direitos humanos. (...)

Não se trata de uma trivialidade. O princípio do direito financeiro *pacta sunt servanda* ("os pactos devem ser honrados") não pode ser considerado em termos absolutos, como costumam fazer os credores e seus representantes. Sua interpretação e aplicação devem ser consideradas no marco mais amplo das obrigações jurídicas dos Estados, como aquelas fundamentadas no direito internacional dos direitos humanos. Contemplar essas diversas obrigações gera uma noção de sustentabilidade da dívida mais ampla e complexa, em que o pagamento da obrigação vinculada ao crédito não pode prejudicar o cumprimento de outras obrigações, particularmente

com a população que habita o país. E isso vale para o Estado devedor, mas também para os diversos credores envolvidos. Para começar, devem ser consideradas as condições e operações que dão origem às obrigações. Em mais de uma ocasião na região, essas obrigações apresentam vícios de legalidade ou legitimidade em sua própria origem. Nos casos em que os credores têm conhecimento desses aspectos, podem ser considerados corresponsáveis e, por isso, questionar a boa-fé com a qual se exige o pagamento integral da obrigação. Ou seja, não se pode presumir que a dívida em questão seja legal (e legítima) e, portanto, deva ser cumprida sem mais; daí a importância das auditorias – que geram tanta resistência entre os credores.”

Às vésperas do FfD4, a sociedade civil vem se organizando e impulsionando pautas relacionadas a reformas no sistema financeiro internacional, com rascunhos embasados nos males da dívida e da superexploração, pedindo que a reforma seja feita pela Organização das Nações Unidas, trazendo um aspecto socioeconômico, não priorizando somente o PIB e o capital.

“Os preparativos para a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), que ocorrerá em Sevilha, Espanha, de 30 de junho a 3 de julho, estão entrando em suas etapas finais. Os co-facilitadores da FfD4 divulgaram um amplo rascunho revisado do documento final em 10 de março, como parte dos preparativos para a conferência de nível de Chefes de Estado neste verão. O documento preliminar da FfD4 discute longamente o papel das Instituições de Bretton Woods (BWIs, ou seja, o Banco Mundial e o FMI), refletindo o fato de que elas continuam sendo peças-chave de um sistema econômico global em grande necessidade de reforma fundamental. A conferência ocorre em um ponto de inflexão importante – assim como a primeira conferência FfD em Monterrey, México, em 2002, que aconteceu no rescaldo da crise financeira asiática. As BWIs foram muito criticadas por sua resposta a essa crise, quando impuseram austeridade rigorosa aos países que buscavam assistência, com consequências negativas duradouras. O período prévio à FfD4 tem sido marcado por tensões econômicas globais crescentes, à medida que a nova administração dos EUA revisa sua participação em todas as "organizações intergovernamentais internacionais" e pondera tentar forçar um realinhamento econômico global. Embora o foco de grande parte da discussão tenha sido no posicionamento dos EUA, os EUA, o Japão e os países europeus tentaram diluir elementos do rascunho do documento da FfD4. Nesse contexto, reafirmar a necessidade de reforma urgente tem sido mais uma vez o grito de guerra das organizações da sociedade civil (CSOs). Como argumentou Bhumika Muchhala, da CSO global Third World Network, durante uma intervenção no Terceiro Comitê Preparatório para a FfD4 em Nova York em fevereiro: "O Consenso de Monterrey entendeu que... dentro de uma hierarquia monetária internacional, problemas recorrentes de balanço de pagamentos e crises de dívida soberana, o fluxo desregulado de capital e os desequilíbrios globais não podem ser resolvidos no terreno nacional e revelam seus altos custos sociais e econômicos por meio de choques exógenos recorrentes e crises financeiras." Desde Monterrey, a FfD tem oferecido um espaço alternativo de governança econômica global em relação ao proporcionado pelas BWIs, onde o poder de decisão permanece desigualmente inclinado para os EUA, o Japão e os países europeus (ver Inside the Institutions, What are the main criticisms of the World Bank and IMF?).”

EUA e Trump

Desde o início da administração de Trump, que completa 100 dias esta semana, o gabinete presidencial tem utilizado de diversos métodos para desestabilizar a destruir as ofensivas das resistências. Dentro das Universidades, esses métodos vão de ameaças de

defunding a uso de IA para controlar as postagens de alunos intercambistas e internacionais, perseguindo ativistas pró palestina e filhos de imigrantes.

Semana passada a *Harvard University* recebeu uma carta guia de intimação para seguir certos pressupostos caso quisesse continuar a receber financiamento federal.

“Os Estados Unidos investiram nas operações da Universidade Harvard devido ao valor que a descoberta acadêmica e a excelência educacional trazem para o país. Porém, um investimento não é um direito adquirido. Ele depende de Harvard cumprir as leis federais de direitos civis e só se justifica se a universidade promover o tipo de ambiente que gera criatividade intelectual e rigor acadêmico — ambos antagônicos à dominação ideológica. Nos últimos anos, Harvard falhou em atender tanto às condições intelectuais quanto às de direitos civis que justificam o investimento federal. No entanto, reconhecemos sua declaração de compromisso em reparar essas falhas e acolhemos sua colaboração para restaurar a universidade ao seu propósito original. Por isso, apresentamos as disposições abaixo como base para um acordo de princípio que manterá o relacionamento financeiro de Harvard com o governo federal.”

O documento endereçado ao presidente da instituição - Dr. Alan Garber - exige o monitoramento de estudantes, o fim das políticas de diversidade e inclusão (*DEI*), o estabelecimento de contratação (professores) e entrada (alunos) por mérito, condutas que evitem e punam “antissetimismo” e a vigilância para que isso seja obedecido por todos docentes e discentes, assim como a responsabilização de alunos que engajam contra essas novas práticas e normas, ao mesmo tempo que garantam que professores e cátedras que sigam as práticas sejam recompensados.

Harvard respondeu através de uma publicação aberta em suas redes. O texto *“The Promise of American Higher Education”* assinado por Garber declara que a universidade não irá acatar as demandas e ressalta o dever das instituições de ensino superior de proteger a liberdade, junto do seu papel - garantido por um governo justo - de produzir conhecimento capaz trazer melhorias à sociedade.

“Informamos à administração, por meio de nossos advogados, que não aceitaremos o acordo proposto. A Universidade não abrirá mão de sua independência nem renunciará a seus direitos constitucionais. As exigências da administração ultrapassam os poderes do governo federal. Violam os direitos da Harvard sob a Primeira Emenda e excedem os limites legais da autoridade governamental previstos no Título VI. Além disso, ameaçam nossos valores como instituição privada dedicada à busca, produção e disseminação do conhecimento. Nenhum governo — independentemente do partido no poder — deve ditar o que universidades privadas podem ensinar, quem podem admitir ou contratar e quais áreas de estudo e pesquisa podem perseguir. Nosso lema — Veritas, ou verdade — nos guia ao enfrentarmos os desafios que estão por vir. Buscar a verdade é uma jornada sem fim. Exige que estejamos abertos a novas informações e diferentes perspectivas, que submetamos nossas crenças a um escrutínio constante e que estejamos dispostos a mudar de opinião. Isso nos obriga a enfrentar o difícil trabalho de reconhecer nossas falhas para que possamos cumprir plenamente a promessa da Universidade — especialmente quando essa promessa está ameaçada.”

Após a recusa de Harvard, o governo federal anunciou que irá congelar 2,2 bilhões de dólares em financiamento multianual para a Universidade, somados a um contrato de 60 milhões. Com isso, Harvard abriu um processo contra o governo federal - se juntando aos quase 300 processos já relatados nesses primeiros 100 dias.

Esse tipo de ação - a de ameaçar *defunding* - tem sido vista em diversas áreas. O portal *Portside* explicou o efeito que *largesse* - traduzido como “favores governamentais” - terá sobre as universidades, pesquisas e instituições públicas.

“Em um tempo em que o “Medo Vermelho” permanecia uma memória palpável, um professor de direito chamado Charles Reich advertiu sobre o poder arbitrário do governo de retirar a riqueza que despejava em instituições tão diversas quanto universidades, corporações e programas de bem-estar. “Liberalidade governamental” era seu termo para tal riqueza — riqueza portando poder abrangente em uma “escala vasta, imperial”. O fluxo de dinheiro, e o medo de sua perda, aumentavam o poder do governo “para investigar, regular e punir”. Apoiado por juramentos de lealdade e listas negras, a liberalidade induzia fidelidade e restringia liberdades civis, permitindo “ao governo ‘comprar’ o abandono de direitos constitucionais.” Hoje, a liberalidade representa novamente uma forma potente de coerção governamental. Um pacto com o diabo está sobre a mesa, com a liberdade à venda — um pacto envolvendo condições inescrupulosas: perder a liberalidade é o preço pago por afirmar direitos constitucionais. Essa foi a lição ensinada na Universidade Columbia no mês passado, um exemplo da não-liberdade tão preocupante para Reich meio século atrás. Na Columbia, US\$400 milhões compraram o abandono de muita liberdade acadêmica, um acordo provocando algum arrependimento universitário tardio sobre ganhos mal-obtidos e afirmações de independência.”

Durante a última semana, milhares de cidadãos foram às ruas de diversas cidades dos Estados Unidos, opondo-se aos cortes austeros que ameaçam a frágil democracia americana, seu sistema de seguridade social e seu instável sistema de saúde “pública”. A agenda trumpista não está, fora os milionários, arrecadando muitas amizades. *Susan Milligan, colunista do Portside*, opina que o próximo passo poderia - e deveria - ser uma greve geral. Evitada pelos trabalhadores norte-americanos, devido a falta de proteção e garantia de direitos trabalhistas, é agora uma potencial chance de protesto. E a ameaça de Trump ao já fragilizado sistema de segurança social pode ter sido o empurrão que faltava.

“O que levaria os trabalhadores americanos a tentarem novamente uma greve geral nacional? Resume-se à ameaça real, disse Nelson, de perder as próprias coisas que os sindicatos construíram, como a Previdência Social (Social Security), Medicare, Medicaid e direitos básicos dos trabalhadores. Uma greve geral poderia ser curta, ela acrescentou, e talvez — como em 2019 — a mera ameaça de uma paralisação massiva já fosse suficiente.

“Quanto mais falamos sobre o que estamos dispostos a fazer, menos provável é que uma ação real precise acontecer. O poder disso está na ideia e na noção de que podemos fazer isso juntos”, ela disse. Mesmo assim, é um pedido grande. “O que eles realmente estão pedindo é que os sindicatos e seus aliados comunitários trabalhem juntos em um nível coordenado que é a-histórico”, disse Eugene Carroll, um educador e organizador sindical de longa data e pesquisador do Worker Institute na Escola de Relações Industriais e Trabalhistas da Universidade Cornell. Mas se houver “ruptura econômica contínua em grande escala” — ataques à Previdência Social, erosão dos direitos dos trabalhadores, mais demissões em massa, inflação persistente — então isso “vai permitir que essa faísca se expanda”, ele disse

Saúde

Acordo Pandêmico

Depois de 3 anos de trabalho, 13 reuniões formais de encontro do *INB*, tendo sido 9 delas estendidas, e inúmeras negociações e encontros paralelos, o *Pandemic Accord* foi

concluído. Nos últimos meses acompanhamos as discussões e impasses ao redor dos artigos 9 e 11, sobre compartilhamento de tecnologia e *PABS*, campos que geraram embates desde as primeiras reuniões e que pareciam impossíveis de atingir um consenso. Os países desenvolvidos se posicionaram contra normas *binding* e contra o uso de vocabulário que expressasse compromisso e dever (como o uso de “voluntário” que foi discutido no informe passado).

“Os Estados-membros devem adotar o tratado, que será juridicamente vinculante, no próximo mês. Os Estados Unidos, que deixaram de participar das negociações depois que o presidente Trump anunciou planos de se retirar da OMS, não devem ratificar o tratado. O projeto do tratado tem um escopo mais limitado do que a visão inicial proposta pela OMS durante o auge da pandemia de Covid, mas é significativo por ser o primeiro grande acordo multilateral em um mundo onde os EUA não são mais a âncora incontestável.”

Os *highlights* positivos ficam para as concessões que países europeus fizeram em relação a linguagem vinculativa (em troca dos países africanos cederem em questões de vigilância agrícola). A partir dessas concessões de linguagem e acesso a tecnologia\ *PABS* foi incluída uma entrada que garante que países que compartilharem amostras de patógenos e sequências genéticas terão acesso a quaisquer diagnósticos, vacinas ou tratamentos desenvolvidos a partir delas. A OMS também receberá 10% das fabricações para doar aos países empobrecidos (ou vender a preços mais acessíveis). O tratado também é o primeiro a ter uma cláusula para prevenir *spillover effect* - transmissão de patógenos de animais para humanos, ressaltando a necessidade dos países terem planos de vigilância e contenção. Esse último aspecto marca também o caráter inovador do tratado, não apenas lidando com as crises, mas também tomando medidas ativas de prevenção (o famoso PPR: Prevention, Preparedness and Response)

Onde o tratado falta? O ponto mais crucial é não possuir um mecanismo de fiscalização, o que enfraquece seu caráter vinculativo. No caso de uma nova pandemia ou em algum outro momento de crise de saúde global, seria muito difícil garantir o cumprimento do acordo que aparentemente depende majoritariamente da boa vontade dos envolvidos. Outro ponto - discutido desde a primeira das 13 reuniões oficiais - é o financiamento. Inicialmente foi idealizado um financiamento coletivo, porém, dada a pressão dos países desenvolvidos que viam a Prevenção e Preparação como custosas - e como um dever individual - o tratado agora em sua versão final exige que cada país construa seus próprios mecanismos de controle. Isso se torna especialmente irônico, uma vez que já sabemos que muitos países têm em seu orçamento de pagamento da dívida externa, um montante maior do que o disponível para a saúde pública.

“Alguns países inicialmente resistiram a essas obrigações de prevenção de pandemias, considerando-as onerosas e caras, explicou Alexandra Finch, pesquisadora sênior do Instituto O'Neill de Direito Sanitário Nacional e Global da Universidade Georgetown. A ausência de uma fonte de financiamento específica no tratado para ajudar os países a custear esse trabalho surgiu como um obstáculo desde o início, destacou Finch. Porém, o texto final estabelece que as nações implementarão essas medidas "de acordo com a disponibilidade de recursos". "Eu realmente gostaria que houvesse uma linha de financiamento dedicada à prevenção", admitiu Finch. "Os países poderiam ter se sentido mais confortáveis para assumir compromissos mais ambiciosos."

A *Third World Network*, numa nota publicada no dia 16, parabenizou o grupo pelo consenso, mas apontou como a falta de ambição acabou por podar a chance de lidar com desigualdades estruturais que foram aprofundadas e expostas pela última pandemia.

“De forma crucial, o instrumento PABS deve garantir acesso equitativo rápido e oportuno a vacinas, terapêuticos e diagnósticos, estabelecendo compromissos juridicamente vinculantes para fabricantes que acessam materiais e informações de sequenciamento de patógenos com potencial pandêmico. Para emergências pandêmicas, o Artigo 12 abordou esse aspecto em seu parágrafo 6, mas nenhuma garantia de acesso foi prevista para Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e para surtos preventivos. Essas questões devem ser resolvidas com obrigações claras e concretas - incluindo alocações percentuais mínimas definidas para a OMS - para permitir respostas oportunas e eficazes a emergências sanitárias. Sem essa especificidade, arriscamos repetir as gritantes desigualdades observadas durante surtos anteriores e ESPIIs, quando o compartilhamento de materiais e sequências do Sul Global não resultou em acesso justo ou oportuno a vacinas, terapêuticos e diagnósticos.

As disposições sobre transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades de P&D geograficamente diversificadas estão formuladas em linguagem não vinculante, sem obrigações mandatórias para detentores de conhecimento ou propriedade intelectual. Da mesma forma, o Acordo Pandêmico não garante os recursos financeiros ou tecnológicos necessários para implementar os Artigos 4 e 5, sobre prevenção e vigilância de pandemias, inclusive através da Abordagem de Uma Só Saúde. O Acordo Pandêmico deve ser visto como um esforço para reduzir desigualdades globais e promover colaboração internacional genuína para prevenção, preparação e resposta a pandemias - um imperativo baseado no princípio de que ninguém estará seguro até que todos estejam seguros. O próximo passo para concretizar a equidade é os Estados-Membros da OMS concordarem com um Anexo PABS que forneça segurança jurídica sobre a repartição justa e equitativa de benefícios entre todos os usuários do sistema PABS, desenvolvendo detalhes operacionais para a rede logística global de cadeias de suprimentos e operacionalizando o mecanismo financeiro.”

O documento finalizado será submetido à aprovação durante a *World Health Assembly* que se inicia no próximo 19 de maio. O resultado será examinado no nosso informe 8.

A saúde no mundo

Em meio a um orçamento militar que cresce semestralmente, a Europa continua a ignorar o crescente problema do seu sistema de saúde. Segundo os sindicatos dos trabalhadores da saúde, os sistemas estão operando no seu limite, consequência de projetos neoliberais que visam fragilizar e posteriormente extinguir os sistemas de saúde públicos (como vem sendo feito com o *NHS* nos últimos anos, por exemplo), solidificando a ideia da saúde como uma mercadoria e não como um direito.

“Dados coletados por sindicatos revelam que os sistemas de saúde na Europa estão funcionando além da capacidade. Escassez crônica de profissionais – resultado de cortes orçamentários e escolhas políticas – faz com que quase um terço dos trabalhadores da saúde excedam regularmente suas jornadas contratuais. A situação não melhorou desde a pandemia de COVID-19, como destacado pela Federação Europeia de Sindicatos de Serviços Públicos (EPSU) em uma série de ações lançadas em torno do 7 de abril, Dia Mundial da Saúde. *“Subdimensionamento histórico, salários baixos e má gestão de pessoal criaram um sistema cada vez mais dependente de profissionais – especialmente enfermeiros e auxiliares – alongando turnos, cancelando descansos e se disponibilizando em cima da hora para manter os serviços funcionando”*, afirmou a EPSU. O sindicato alerta que essa situação não é acidental, mas uma consequência conhecida e documentada de sistemas de saúde operando sob a lógica da austeridade.”

Os trabalhadores da saúde têm se organizado ao redor de greves e protestos, exigindo mudanças estruturais que ponham fim à austeridade orçamentária na saúde, assim como, através de um sistema com suficiência em investimentos, garanta os direitos e a segurança dos trabalhadores, junto do melhor cuidado possível para a população.

Em meio a crise dos sistemas de saúde e no Dia Mundial da Saúde (7 de abril), o *People's Health Movement (PHM)* publicou uma nova parte do novo Global Health Watch 7, lançado no fim de 2024. O relatório analisa a crise interconectada que vivemos, destacando os desafios que esse cenário gera à saúde global pública, apresentando alternativas locais e sistêmicas para enfrentarmos os desafios através de mudanças que garantam que o futuro seja diferente. Os principais pontos das partes já publicadas e dos títulos provisórios são: a crise multidimensional (como as desigualdades estruturais, mudanças climáticas, conflitos e sistemas de saúde fragilizados se retroalimentam, aprofundando as vulnerabilidades em escala global); a crítica à austeridade, com o PHM enfatizando como cortes orçamentários e privatizações agravaram a capacidade de resposta a emergências, como visto durante a pandemia de COVID-19 e alternativas transformadoras, o documento apresenta propostas baseadas em justiça social, como sistemas universais de saúde fortalecidos e modelos de governança global mais equitativos, destacando que a crise não é acidental, mas representante um projeto de mundo baseado no colonialismo, no neoliberalismo e na concentração de poder e capital na mão de corporações, preterindo direitos com a sublimação da justiça social, econômica e ambiental. Essa é a primeira publicação do documento após a pandemia da COVID-19.

Os capítulos, divididos em 5 seções, serão: Seção 1: A1. De uma Economia Política da Doença para uma Economia Política para o Bem-Estar A2. Avançando uma Economia Política Ecofeminista para a Saúde A3. Conhecimentos Ancestrais e Populares para o Buen Vivir. Seção 2: B1. Privatização e Financeirização dos Sistemas de Saúde: Desafios e Alternativas Públicas B2. Inteligência Artificial, Tecnologias Digitais e Saúde B3. Construindo Sistemas de Saúde Equitativos: Uma Proposta Transformadora a partir de uma Perspectiva de Gênero Interseccional B4. Medicina Abolicionista como Ferramenta para Justiça em Saúde B5. Descolonizando a Saúde Global. Seção 3: C1. Guerra, Conflito e Deslocamento C2. Pessoas em Movimento C3. Colocando o Direito à Saúde para Trabalhar C4. Justiça Fiscal: Um Caminho para uma Saúde Melhor C5. Determinação Comercial/Corporativa da Saúde. Seção 4: D1. O Papel Comprometido da OMS na Liderança da Saúde Global D2. Desvendando Nossos Fracassos Pandêmicos para a Prevenção, Preparação e Resposta a Futuras Pandemias D3. Financiando a Recuperação, Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias. Seção 5: E1. Lutas Nacionais pelo Direito à Saúde E2. Levando os Extrativistas aos Tribunais E3. Medo e Esperança em 'Falar a Verdade ao Poder': Lutas pela Saúde em Tempos de Repressão e Espaços em Diminuição E4. 5ª Assembleia Popular de Saúde: Avançando na Luta pela Libertação e Contra o Capitalismo.

A seção A1 traça uma crítica ao capitalismo e suas muitas versões, depositando especial atenção ao capitalismo financeiro identificado como a forma atual da estrutura sócio-econômica e relacionando nossas crises ao funcionamento do sistema de acumulação, tocando na crise da dívida, do comércio e, por fim, como isso afeta à saúde como um direito. [O capítulo pode ser lido aqui.](#)

Sul Global

Global South

Regina Ungerer

Erica Kastrup

Livia Ferreira

Abstract: *As the 4th International Conference on Financing for Development (FfD4) approaches, all relevant institutions are preparing for this event in Seville, Spain. There is increasing concern about the insufficient action and commitment from developed countries in addressing global issues. To achieve meaningful progress, it is crucial that the Global South is represented and has a voice in the reform of global financial architecture.*

The theme of the 22nd meeting of the UN High-Level Committee on South-South Cooperation will be “Accelerating the 2030 Agenda for Sustainable Development: South-South Cooperation as a Driver of Transformation.” This committee serves as the main policy-making body for South-South cooperation within the United Nations. For the next two years, the pro tempore presidency will be held by the Kingdom of Morocco, with Colombia, Portugal, and Serbia sharing the vice-presidency. During the meeting, participants will review the progress of BAPA, BAPA+40, the new strategic directions for technical cooperation among developing countries and the final document from the High-Level Conference on South-South Cooperation that took place in Nairobi.

Brazil emphasized the significance of the International Forum on Hygiene and Epidemiology held in Havana, Cuba, and highlighted the issue of child labor in the domestic sector, which is one of the most hidden forms of human exploitation. Additionally, Brazil noted the donation of 3,000 rabies vaccine doses to Haiti.

The G-77 and China participated in the administrative discussions and operational activities, particularly regarding the final document of the agreement on the conservation and sustainable use of marine biodiversity beyond national jurisdiction (BBNJ). Additionally, at the G24 meeting held in Washington, they made it clear that the Global South faces various interconnected crises that threaten sustainable development.

Seventy years ago, the city of Bandung, Indonesia, hosted an international conference that marked a significant milestone for the countries of the Global South, which were newly independent and striving for an international identity. At that time, it was difficult to imagine that these diverse nations, deeply engaged in their decolonization movements, would be able to unite and present a collective position on the global stage. Nevertheless, they made meaningful contributions to the development of international cooperation. This spirit of solidarity led to the establishment of the Non-Aligned Movement, which remains essential for sustainable development in the Global South today.

The NAMYO highlighted the International Day of Multilateralism and Diplomacy for Peace, emphasizing the need for collective action and shared solutions to promote a stable and secure future for all.

Finally, the South Centre reviewed the discussions surrounding the WHO Global Strategy for Women's, Children's, and Adolescents' Health. It also participated in the ECOSOC 2025 Financing for Development Forum and the 4th Preparatory Committee for the Financing for Development Conference (FfD4). Additionally, the South Centre provided insights into the negotiations of the WHO Pandemic Agreement.

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

Resumen: Con la llegada de la IV Conferencia sobre Financiación para el Desarrollo (FfD4), todas las instituciones pertinentes comienzan a prepararse para este importante evento en Sevilla, España. Existe una creciente preocupación por la falta de acción y compromiso de los países desarrollados para abordar los problemas globales. Para avanzar, es esencial que el Sur Global tenga representación y voz en la reforma de la arquitectura financiera internacional.

El tema de la 22.ª reunión del Comité de Alto Nivel de las Naciones Unidas sobre la Cooperación Sur-Sur será “Acelerar la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: La cooperación Sur-Sur como motor de la transformación”. Este comité es el principal órgano de formulación de políticas sobre cooperación Sur-Sur en el sistema de las Naciones Unidas. La reunión del Comité evaluará los avances del PABA, el PABA+40 y las nuevas orientaciones estratégicas para la cooperación técnica entre países en desarrollo, así como el documento final de la Conferencia de Alto Nivel sobre la Cooperación Sur-Sur celebrada en Nairobi.

Brasil destacó la importancia del Foro Internacional sobre Higiene y Epidemiología en La Habana, Cuba, y llamó la atención sobre el trabajo infantil en el sector doméstico, una de las formas más invisibles de explotación humana. También se mencionó la donación de 3.000 dosis de vacunas antirrábicas a Haití.

El G-77 y China participaron en debates administrativos y actividades operativas, especialmente en relación con el documento final del acuerdo sobre la conservación y el uso sostenible de la biodiversidad marina fuera de la jurisdicción nacional (BBNJ). Además, asistieron a la reunión del G24 celebrada en Washington, dejando claro que el Sur Global enfrenta varias crisis interconectadas que amenazan el desarrollo sostenible.

Hace setenta años, la ciudad de Bandung, Indonesia, albergó una conferencia internacional que marcó un hito significativo para los países del Sur Global, que en aquel entonces eran colonias recién formadas en busca de una identidad internacional. Era difícil imaginar que estos países, tan distintos y tan involucrados en sus movimientos de descolonización, pudieran adoptar una postura unida en el escenario internacional y contribuir significativamente al desarrollo del derecho internacional. Este espíritu contribuyó a la creación del Movimiento de Países No Alineados, que sigue siendo fundamental para el desarrollo sostenible en el Sur Global.

El Movimiento de Jóvenes No Alineados destacó el Día Internacional del Multilateralismo y la Diplomacia para la Paz, resaltando la necesidad de acción colectiva y soluciones compartidas para promover un futuro estable y seguro para todos.

Finalmente, el Centro Sur revisó los debates sobre la Estrategia Mundial de la OMS para la Salud de las Mujeres, los Niños y los Adolescentes, participó en el Foro ECOSOC 2025 sobre Financiación para el Desarrollo y en el 4.º Comité Preparatorio para la Financiación para el

Desarrollo (FpD4), y proporcionó información sobre las negociaciones del Acuerdo Pandémico de la OMS.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Resumo: Com a proximidade da 4ª Conferência sobre Financiamento para Desenvolvimento (FfD4) todas as instituições relevantes começam a se preparar para este grande evento em Sevilha na Espanha considerando alarmante a falta de ação e compromisso dos países desenvolvidos, para enfrentar essas questões. Para avançar, é essencial que o Sul Global tenha representação e voz na reforma da arquitetura financeira internacional.

O tema da 22ª reunião do Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul será “Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Cooperação Sul-Sul como Motor de Transformação”. Este comitê é o principal órgão de formulação de políticas sobre cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas. Durante a reunião do Comitê, será feito um balanço dos progressos do BAPA, BAPA+40, e das novas direções estratégicas para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, além de discutir o documento final da Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul realizada em Nairobi.

O Brasil destacou a importância do Fórum Internacional de Higiene e Epidemiologia em Havana, Cuba, além de chamar atenção para o trabalho infantil no setor doméstico, uma das formas mais invisíveis de exploração humana. Também foi mencionada a doação de 3 mil doses de vacinas antirrábicas ao Haiti.

O G-77 e a China participaram das discussões administrativas e atividades operacionais, especialmente em relação ao documento final do acordo sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além da jurisdição nacional (BBNJ). Além disso, estiveram na reunião do G24 realizada em Washington, deixando claro que o Sul Global enfrenta diversas crises interconectadas que ameaçam o desenvolvimento sustentável.

Há 70 anos, a cidade de Bandung, na Indonésia, sediou uma conferência internacional que se tornou um marco significativo para os países do Sul Global, que, na época, eram recém-colônias em busca de uma identidade internacional. Era difícil imaginar que esses países, tão distintos e envolvidos em seus movimentos de descolonização, poderiam assumir uma posição conjunta no cenário internacional e contribuir significativamente para o desenvolvimento do direito internacional. Esse espírito colaborou para a criação do Movimento dos Países Não Alinhados, que continua a ser fundamental para o desenvolvimento sustentável no Sul Global.

O Movimento Jovem dos Não Alinhados destacou o Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz, ressaltando a necessidade de ação coletiva e soluções compartilhadas para promover um futuro estável e seguro para todos.

Por fim, o Centro Sul examinou as discussões sobre a Estratégia Global para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente da OMS, participou do Fórum ECOSOC 2025 sobre Financiamento para o Desenvolvimento e do 4º PrepCom para o FfD4, e elaborou informações sobre as negociações do Acordo Pandêmico da OMS.

Palavras-chave: *Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

24 de abril de 2025 – 22ª Sessão do Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul será realizado entre 27 e 30 de maio de 2025



O Embaixador Omar Hilale da Missão Permanente do Marrocos junto às Nações Unidas foi eleito Presidente da 22ª Sessão do Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul.

De acordo com o Embaixador, a presidência marroquina chega num momento crítico, em que se torna imperativo repensar os mecanismos de cooperação internacional e em que a cooperação Sul-Sul emerge como uma modalidade essencial para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030.

“A cooperação Sul-Sul é mais vital do que nunca para alcançar nossas aspirações compartilhadas de desenvolvimento sustentável, resiliência e solidariedade entre as nações do Sul Global”.

Ele ressaltou que os países em desenvolvimento devem liderar suas próprias trajetórias de desenvolvimento, enfatizando a base da cooperação Sul-Sul na solidariedade e no apoio mútuo.

Os vice-presidentes eleitos para a 22ª sessão incluem a Sra. Eleonora Betancur Gonzalez (Colômbia), o Sr. Duarte Valente (Portugal) e a Sra. Jelena Plakalović (Sérvia).

A 22ª reunião do Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul será uma plataforma fundamental para revisar o progresso de marcos globais importantes, como:

- O [Plano de Ação de Buenos Aires](#) para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (PABA - 1978)
- [Novas Direções estratégicas para a Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento](#)



- O documento final da [Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairóbi](#)
- O documento final da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul ([BAPA+40](#)), entre outros.

Realizada a cada dois anos, esta sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul deverá explorar como a cooperação Sul-Sul e triangular pode ser um instrumento robusto para um desenvolvimento transformador.

A Discussão Temática será em torno de **“Acelerando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Cooperação Sul-Sul como Motor de Transformação”**, com ênfase no papel da ciência, tecnologia e inovação, especialmente no potencial transformador da inteligência artificial, para acelerar o alcance dos ODS.

Esta reunião será também uma oportunidade para promover esforços coletivos em prol do **Pacto para o Futuro e seus anexos**, incluindo o Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos, o novo Programa de Ação para os Países em Desenvolvimento Sem Litoral e a Agenda de Antígua e Barbuda para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Isso será críticas para apoiar o compromisso global com os ODS e garantir que ninguém seja deixado para trás.

O PNUD está totalmente comprometido em apoiar os Estados-Membros na expansão da Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular nos níveis nacional, regional e global. Em 2023 e 2024, o PNUD facilitou 700 iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular, abordando uma ampla gama de prioridades de desenvolvimento.

De acordo com a Diretora do UNOSSC, a próxima sessão do Comitê de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul tem o potencial de ser uma das mais importantes até hoje. Esta sessão representará uma oportunidade única para unir os Estados-Membros em torno de um resultado audacioso e orientado para a ação, que não só enfrente os desafios urgentes da atualidade, mas também posicione a cooperação Sul-Sul como uma força transformadora para o desenvolvimento sustentável.



30 de abril de 2025 - Promovendo o comércio digital inclusivo por meio da cooperação multissetorial

Este evento fez parte do **Fórum ECOSOC 2025 sobre Financiamento para o Desenvolvimento e 4º PrepCom** e foi organizado pelo UNOSSC e a Organização de Cooperação Digital e realizado em formato híbrido.

Levando em consideração que a 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) a ser realizada entre 30 de junho e 3 de julho de 2025 em Sevilha, Espanha apresenta uma oportunidade importante para alinhar o financiamento para os ODS com o comércio digital inclusivo, e que se apresenta como um caminho transformador, este evento discutiu a colaboração multilateral usando exemplos de estruturas de políticas comerciais regionais como trampolim para a ação global.

O Público-alvo foram os inscitos na conferência FfD4, incluindo formuladores de políticas e reguladores de governos, ministérios do comércio e órgãos reguladores. Além das agências da ONU, bancos de desenvolvimento e instituições multilaterais, sociedade civil e academia como os defensores da igualdade de gênero, pesquisadores e especialistas em comércio digital. Sem destacar o setor privado.

Para saber mais, [clique aqui](#).



25 de abril de 2025 – Cooperação Triangular sobre Economia Azul

UNESCO_IESALC⁷⁶, UNOSSC e o Instituto Camões organizaram um workshop para lançar o projeto de Cooperação Triangular sobre Economia Azul, no âmbito da Rede de Cooperação Universitária Sul-Sul, com a participação de parceiros da Jamaica, Portugal, Chile, Angola e redes de jovens e da sociedade civil para co-criar o projeto.

Contexto

O Projeto Piloto Janela para a Economia Azul é uma iniciativa da Rede de Cooperação Universitária Sul-Sul, voltada para promover o desenvolvimento sustentável dos oceanos.

Envolve instituições de ensino superior, sociedade civil e agências públicas, colaborando para cocriar soluções que atendam às necessidades específicas da economia azul.

O projeto busca assegurar participação inclusiva, relevância e sustentabilidade, visando a utilização responsável dos recursos oceânicos para crescimento econômico e proteção dos ecossistemas.

22 de abril de 2025 – Dia da Terra – criado pelos Estados Unidos em 1970



Em 1969, legisladores americanos foram convocados para discutir um enorme vazamento de petróleo em Santa Bárbara, Califórnia, onde 100.000 barris de petróleo bruto foram derramados no canal de Santa Barbara.

Este desastre ambiental teve uma enorme repercussão gerando uma enorme revolta e uma onda de apoio público à proteção ambiental.

Naquela época, estudantes de diversas Universidades Americanas participavam de um crescente movimento contra a Guerra do Vietnã, que incluía protestos e "palestras" educacionais.

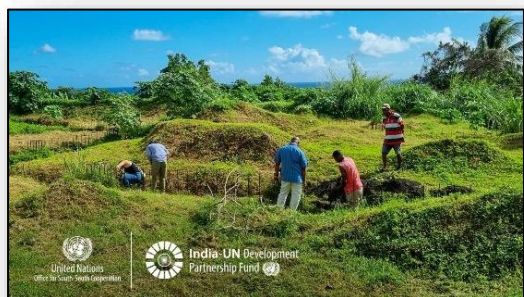
⁷⁶ UNESCO-IESALC é a sigla para o Instituto Internacional de Educação Superior da América Latina e do Caribe, um instituto da UNESCO focado na educação superior na região da América Latina e do Caribe.

Inspirado por esse movimento, o então senador Gaylord Nelson, de Wisconsin, começou a vislumbrar uma iniciativa semelhante com foco no meio ambiente.

Nelson e sua comissão escolheram o dia 22 de abril como a data do **Dia da Terra** porque a data coincidia com o recesso das Universidades (*spring break*) que antecedia as provas finais do ano letivo, permitindo que os alunos participassem do movimento em prol do meio ambiente nos Campus Universitários de todo o país.

O primeiro Dia da Terra foi celebrado em **22 de abril de 1970**. Uma década depois, em 1980, a Casa Branca sediou as primeiras celebrações do Dia da Terra em Washington, D.C. **Posteriormente, o Dia da Terra foi escolhido como a data para o histórico Acordo Climático de Paris de 2016.**

O tema do Dia da Terra de 2025 é "**Nosso Poder, Nosso Planeta**", celebra o 55º aniversário e foi uma oportunidade para conscientizar a todos sobre a ação ambiental em todo o mundo, apoiando práticas sustentáveis e energias renováveis promovendo investimentos que protejam e restaurem os ecossistemas da Terra. **O tema sugere um chamado à ação e o reconhecimento da capacidade humana de impactar positivamente o meio ambiente.**



O UNOSSC aproveitou o **Dia da Terra** para divulgar um sucesso verde Sul-Sul em São Vicente e Granadinas, no Caribe onde comunidades indígenas estão revitalizando a tradicional indústria da araruta com o apoio do Fundo Índia – ONU, criando empregos, empoderando mulheres e fortalecendo a resiliência climática.

14 e 16 de abril de 2025 – Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável



Realizado em Beirute, Líbano, o Fórum teve como tema principal "**Avançando soluções sustentáveis, inclusivas, baseadas em ciência e evidências para a Agenda 2030**". O Fórum foi uma oportunidade para discutir o progresso na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos países árabes.

A conferência abordou questões novas e emergentes, com foco na plena implementação dos ODS como uma oportunidade para a reforma do financiamento em todos os níveis e para o avanço do desenvolvimento global.

Participando por videoconferência, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reafirmou que a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), que ocorrerá entre 30 de junho e 3 de julho de 2025 em Sevilha, Espanha, não apenas discutirá o aumento do fluxo financeiro atual, mas também como transformar a arquitetura do sistema

financeiro para orientar os caminhos e perspectivas de crescimento dos países. Ela destacou ainda a importância de promover a Cooperação Sul-Sul e Triangular como um complemento eficaz à cooperação tradicional para o desenvolvimento.

A conferência abordou questões novas e emergentes, com foco na plena implementação dos ODS como uma oportunidade para a reforma do financiamento em todos os níveis e para o avanço do desenvolvimento global.

12 de abril de 2025 – 6ª Reunião Ministerial do grupo G7+



O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, enfatizou a importância da solidariedade e fortaleceu a coordenação, incluindo a cooperação Sul-Sul, em sua mensagem à 6ª Reunião Ministerial do grupo de países G7+, realizada em Díli, Timor-Leste.

A 6ª Reunião Ministerial do G7+ foi realizada em Díli, Timor-Leste, entre 11 e 12 de abril de 2025 e reuniu líderes para analisar o progresso dos últimos 15 anos e discutir planos futuros, resultando em novos

compromissos com a paz e resiliência.

A **Resolução de Díli**, adotada no final da reunião, reafirma o compromisso dos países do G7+ com soluções orientadas nacionalmente, com o objetivo de promover a paz, o desenvolvimento sustentável e a resiliência em contextos frágeis. A resolução destaca a importância de fortalecer a solidariedade entre nações em crise e propõe ações para aumentar a participação de mulheres e grupos marginalizados nos processos de paz.

Os ministros adotaram também diversas medidas com o objetivo de fortalecer a resiliência e promover a paz:

- Estabelecimento de um **Conselho de Pessoas Eminentes** para intensificar os esforços de mediação em Estados-membros que enfrentam instabilidade
- Nomeação do **Presidente de Timor-Leste**, Dr. José Ramos-Horta, como **enviado especial para mediação**
- Aprovação de um novo quadro para a "**Cooperação Frágil-para-Frágil**" para institucionalizar o intercâmbio de conhecimento
- Compromisso de convocar uma **Cúpula de Chefes de Estado do G7+ durante a próxima Assembleia Geral da ONU**

O Brasil na cooperação Sul-Sul - O que o Brasil faz importa

A ABC fortalece o Brasil no cenário global por meio de iniciativas de impacto nas áreas de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento humano.



Dia 24 de abril de 2025 - Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz

O Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz é celebrado anualmente em 24 de abril.

O Brasil ressaltou a data e a importância das decisões multilaterais e da diplomacia na resolução de conflitos, promovendo a paz global e reafirmando os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas.

O objetivo do dia é incentivar a resolução pacífica de disputas entre os países, reforçar a importância da cooperação internacional e do diálogo, e celebrar os fundamentos do sistema multilateral, essenciais para a manutenção da paz e segurança globais.

Estabelecido pela AGNU em 12 de dezembro de 2018, enfatizando a necessidade de soluções coletivas para os desafios globais. A data serve como um lembrete anual da interconexão entre as nações e da responsabilidade compartilhada em trabalhar por um mundo mais pacífico, incentivando a participação ativa de governos e cidadãos na promoção da diplomacia e da cooperação multilateral.

As comemorações incluem eventos, debates e campanhas de conscientização que destacam a importância do multilateralismo, estimulando reflexões sobre como a diplomacia pode ser utilizada para enfrentar desafios contemporâneos, como conflitos, mudanças climáticas e desigualdades sociais. O dia também foi destacado pelo *Movimento Jovem dos Não-alinhados*.



Dia 24 de abril de 2025 – 53ª Reunião da Carta Internacional Espaço e Grandes Desastres

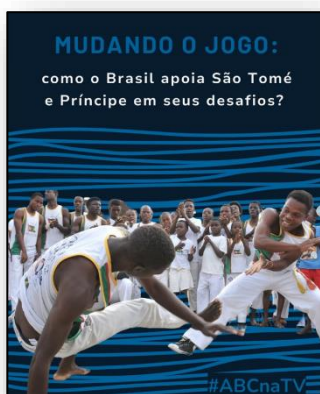
O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) participou de esta reunião que ocorreu de 14 a 17 de abril em Hyderabad, Índia.

Durante o evento, o INPE finalizou seu mandato de seis meses como agência líder da iniciativa, que fornece dados de satélites para apoiar a resposta a desastres em todo o mundo. Durante o período, o INPE gerenciou 41 ativações do mecanismo em 29 países, disponibilizando 817 imagens de satélites essenciais em situações críticas, como furacões e

terremotos.

Além de fornecer imagens, o INPE capacitou nove novos países como Usuários Autorizados da Carta, reforçando assim seu compromisso com a cooperação internacional e o compartilhamento de conhecimento. Durante a reunião, o Instituto apresentou propostas para otimizar o uso da constelação de satélites da Carta e discutiu a integração com bancos de dados globais, com o objetivo de aprimorar a padronização das informações e a eficiência nas respostas a emergências.

A Carta Internacional Espaço e Grandes Desastres, estabelecida em 2000, reúne agências espaciais para disponibilizar dados orbitais de maneira ágil e gratuita em emergência, permitindo respostas rápidas a desastres naturais e provocados pelo homem. O INPE, que se integrou ao consórcio em 2011, tem desempenhado um papel ativo, contribuindo com dados de sua frota de satélites e coordenando operações humanitárias, reafirmando seu compromisso com o uso humanitário de tecnologias espaciais.



23 de abril de 2025 - Documentário sobre os projetos de cooperação entre Brasil e São Tomé e Príncipe.

A cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe abrange diversas áreas, como saúde, educação, cultura e desenvolvimento socioeconômico, e possui uma longa história de parceria que visa fortalecer os sistemas de saúde, combater o analfabetismo e promover o desenvolvimento no país africano. O Brasil tem se empenhado no combate à tuberculose, contribuindo para a construção do Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose e capacitando profissionais, além de participar de projetos relacionados a outras doenças, como malária e

HIV/AIDS.

Na área da educação, a colaboração começou com as iniciativas de Paulo Freire, logo após a independência de São Tomé e Príncipe em 1975. Isso inclui a oferta de cursos técnicos no Brasil e a criação de um Centro de Formação Profissional para preparar jovens para o mercado de trabalho. No campo cultural, um projeto técnico leva a capoeira a crianças e jovens.

O comércio entre os dois países tem crescido, especialmente devido às exportações brasileiras, e um acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos foi aprovado para facilitar investimentos mútuos. O Brasil também colabora em áreas como infraestrutura, agricultura e inclusão social, doando embarcações à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe e oferecendo assistência técnica na gestão da Zona Econômica Exclusiva.

Essa cooperação é implementada com um foco na Cooperação Sul-Sul, visando compartilhar experiências e boas práticas, refletindo um compromisso mútuo para fortalecer as relações e promover o desenvolvimento e o bem-estar do povo santomense.



22 de abril de 2025 – Fórum Internacional de Higiene e Epidemiologia em Havana, Cuba

Membros da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) do Brasil participaram do Fórum Internacional de Higiene e Epidemiologia para discutir os programas de alimentação Escolar na região e seu impacto na segurança alimentar e nutricional.

A delegação conheceu um espaço com hortas que servem a várias escolas de Havana, onde se promove a aprendizagem para a produção de alimentos, oferecidos aos estudantes. A comunidade também se beneficia com a compra de alimentos produzidos nessas hortas.



Dia 17 de abril de 2025 - Entrevista com Juana del Carmen Brítez: trabalho infantil no setor doméstico como uma das formas mais invisíveis de exploração

O trabalho infantil no setor doméstico é uma das formas mais invisíveis de exploração. Muitas vezes oculto dentro dos lares, esse tipo de trabalho afeta principalmente meninas, perpetuando desigualdades e comprometendo suas infâncias.

A ABC em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil, busca desenvolver soluções para erradicar essa prática e garantir os direitos das crianças.

Na Argentina, o diálogo entre governo, empregadores e trabalhadores tem promovido avanços na erradicação do trabalho infantil, com melhorias salariais e proteção dos direitos das trabalhadoras. No entanto, desafios como a falta de reconhecimento do trabalho doméstico e a normalização do trabalho infantil ainda persistem.

Juana destacou a importância de garantir educação para todas as crianças e apoio às mães trabalhadoras, além de campanhas de conscientização e fiscalização rigorosa para

erradicar essa prática. Sua história é um lembrete da luta contínua por um futuro sem trabalho infantil.

Contexto

Juana del Carmen Brítez é argentina e presidente da Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH), dirige a Unión Personal Auxiliar de Casas Particulares (UPACP) na Argentina e é diretora de provisão de saúde na OSPACP (Obra Social del Personal Auxiliar de Casas Particulares)

A Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres do Trabalho Infantil reúne 31 países, juntamente com organizações de empregadores e trabalhadores, com a meta de erradicar o trabalho infantil na região e alcançar a primeira geração livre dessa prática.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) desempenha o papel de Secretaria Técnica da iniciativa. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é uma das parceiras fundadoras, assim como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Agência Andaluza de Cooperação Internacional (AACID).

Os países membros incluem, entre outros, Brasil, Argentina, México e Uruguai, além da Organização Internacional de Empregadores (OIE) e da Confederação Sindical das Américas (CSA).

O trabalho infantil no setor doméstico é uma das formas mais invisíveis de exploração. Muitas vezes oculto dentro dos lares, esse tipo de trabalho afeta principalmente meninas, perpetuando desigualdades e comprometendo suas infâncias.



17 de abril de 2025 – II CICLO REGIONAL DE APRENDIZAGEM - Lições aprendidas na delimitação e reconhecimento de territórios de povos indígenas e afrodescendentes

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a ABC promoveram este seminário virtual para abordar diretrizes e sugestões acerca da definição e formalização dos direitos de posse da terra dos povos indígenas e afrodescendentes, utilizando como exemplos casos do Brasil e da Colômbia.



17 de abril de 2025 - Doação de 3 mil doses de vacinas antirrábicas ao Haiti.

O Brasil forneceu 3 mil doses da vacina antirrábica humana ao Haiti, com o objetivo de abastecer seus hospitais públicos sem comprometer seus estoques nacionais. A remessa, solicitada pelo Ministério da Saúde Pública do Haiti, chegou a Porto Príncipe no dia 20 de fevereiro de 2025 e foi entregue ao Departamento de Saúde e Promoção Ambiental.

Essa operação contou com a colaboração de diversos parceiros para garantir a integridade das vacinas durante o transporte. O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) auxiliou no transporte

das vacinas do Brasil até o Panamá, enquanto o Programa Mundial de Alimentos (WFP) fretou a aeronave para o trajeto Panamá-Haiti. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) assegurou o embarque no Panamá.

A ação foi coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde do Brasil, a Receita Federal e as embaixadas e consulados do Brasil em Porto Príncipe, Cidade do Panamá e Miami, que facilitaram a liberação da carga.



16 de abril de 2025 - Documentário sobre o projeto "Além do Algodão" na Tanzânia

Contexto:

O Projeto "Além do Algodão", na Tanzânia, é uma iniciativa de cooperação entre o Brasil e a Tanzânia, voltada para o fortalecimento da produção de algodão e para a promoção da renda e da segurança alimentar dos agricultores locais. A parceria conta com a participação do WFP (Programa Mundial de Alimentos), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Instituto Brasileiro do Algodão.

Este projeto estimula a diversificação da produção por meio do plantio consorciado de algodão com outras culturas, como milho e feijão, e busca conectar os produtores a mercados mais seguros. Além disso, contribui para o acesso à água ao construir cisternas e sistemas de irrigação, e capacita agricultores e técnicos em práticas agrícolas eficientes.

Até o momento, o projeto beneficiou cerca de 11 mil agricultores na região de Mwanza, promovendo a segurança alimentar e a melhoria da renda familiar, além de fortalecer a produção agrícola e fomentar a inclusão social. O "Além do Algodão" reflete o compromisso da cooperação brasileira em melhorar as condições de vida dos pequenos produtores e em combater a fome, representando uma abordagem inovadora para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil destacou os ODS 10 e 11



O ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) tem o objetivo de tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. É sobre moradia digna, mobilidade, cultura e clima.

Parceiros como a ONU Habitat e países estão empenhados em construir cidades mais justas e resilientes. Exemplos são:

Planejamento Urbano Integrado – Projetos de cooperação facilitam o intercâmbio de metodologias para o desenvolvimento territorial, combinando mobilidade sustentável, uso de solo e inclusão social em políticas públicas urbanas.

Resiliência a desastres – Parcerias para a capacitação em gestão de riscos e emergências urbanas ajudam cidades vulneráveis a desenvolver sistemas de alerta precoce e infraestrutura adaptada a mudanças climáticas.

Patrimônio Cultural e Inclusão – Iniciativas conjuntas fortalecem a preservação de patrimônios históricos em áreas urbanas, conectando a identidade cultural a modelos de turismo sustentável e à revitalização de espaços públicos.

Tecnologias Urbanas inovadoras – Na Cooperação Sul-Sul, iniciativas promovem o compartilhamento de boas práticas sobre habitação social, eficiência energética e gestão de resíduos, adaptando tecnologias a realidades locais



ODS 10 (Redução das Desigualdades) - Como a Cooperação Internacional pode ajudar a reduzir as desigualdades?

O ODS 10 representa um compromisso global com a justiça social, a inclusão e a promoção de oportunidades iguais, tanto dentro dos países quanto entre eles.

A Cooperação Internacional desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas inclusivas, na modernização de serviços, na geração de renda e no fortalecimento da justiça social. A desigualdade não é uma condição inevitável; a colaboração entre nações é fundamental para transformar essa realidade.

Além disso, o ODS 10 tem como objetivo empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de características pessoais, assegurando igualdade de oportunidades e eliminando discriminações por meio de uma legislação adequada. Ele estimula a implementação de políticas fiscais e sociais que promovam maior igualdade, melhorem a regulamentação e o monitoramento de mercados e instituições financeiras globais, além de aumentar a representação dos países em desenvolvimento nas decisões das instituições financeiras internacionais.

O ODS 10 também visa facilitar a migração segura e ordenada por meio de políticas bem geridas, implementar tratamento especial para países em desenvolvimento, especialmente os menos favorecidos, conforme os acordos da OMC, e incentivar a assistência ao desenvolvimento, bem como os fluxos financeiros para países que mais necessitam. Por fim, busca reduzir os custos de transação das remessas para menos de 3% até 2030 e eliminar corredores onde os custos sejam superiores a 5%.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁷⁷, Nairóbi (UNEP)⁷⁸, Paris (UNESCO)⁷⁹, Roma (FAO/IFAD)⁸⁰, Viena (UNIDO)⁸¹ e Washington (G-24)⁸².

Em 2025, o Iraque detém a presidência pró tempore do G-77.

Destaques do G-77

***24 de abril de 2025** – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na discussão informal do Vice-Presidente do ECOSOC sobre o segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento

Primeiramente, o Grupo indicou que há uma necessidade de focar o programa no desenvolvimento, especialmente à luz dos imensos desafios que a agenda de desenvolvimento internacional enfrenta atualmente.

O Grupo expressou sua preocupação com o fato de que a ênfase do programa esteja em temas como construção da paz, questões humanitárias e outros aspectos, que vão além do mandato central de desenvolvimento do segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento.

⁷⁷ UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

⁷⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁷⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁸¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

O G-77 e a China pediram esclarecimentos sobre o Item "**Apoiar as ações operacionais para o desenvolvimento: Mensagens do campo**", pois este permanece insuficientemente definido. O Grupo sugeriu que o desenvolvimento sustentável seja claramente o foco deste segmento e que as experiências dos países em desenvolvimento, África, Países de Renda Média, Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, sejam destacadas.

O Grupo destacou a importância de um diálogo substancial com os Chefes Executivos das entidades do sistema de desenvolvimento da ONU e propôs que fosse alocado tempo suficiente para este item.

O Grupo recomendou que seja abordado não apenas o financiamento dos ODS em nível de país, mas também o desafio mais amplo de mobilizar recursos adequados para o Sistema de Desenvolvimento da ONU. Também deve ter uma oportunidade para discutir a implementação do **Funding Compact 2.0**⁸³.

Por outro lado, embora a Prevenção da Exploração e Abuso Sexual e do Assédio Sexual continue sendo um tema de importância crítica, os desafios mais amplos de responsabilização dentro do sistema de Coordenador Residente (RC) precisam de atenção em nível mais alto. Portanto, o Grupo recomenda que o relatório do Secretário-Geral também aborde essas questões sistêmicas.

Adicionalmente, o Grupo destacou a necessidade de um segmento independente sobre Meios de Implementação, especialmente no contexto digital.

Reconhecendo, a necessidade processual de um resultado formal que registre os relatórios apresentados, o Grupo está aberto à adoção de uma decisão intergovernamental concisa e processual que tome nota dos relatórios do Secretário-Geral, do relatório da Vice-Secretária-Geral, na sua qualidade de Presidente do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDG), e do relatório do Escritório de Avaliação de Sistema.

***22 de abril de 2025** - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na reunião do G24 realizada em WDC.

O G-77 e a China deixaram claro que o Sul Global enfrenta várias crises interconectadas que ameaçam o desenvolvimento sustentável. Portanto, é fundamental encontrar soluções duráveis para esses países, que devem ser acompanhadas de uma cooperação e apoio internacional mais robustos.

É alarmante a falta de ação e compromisso dos países desenvolvidos, para enfrentar essas questões, durante as negociações da FfD4. Para avançar, é essencial que o Sul Global tenha representação e voz na reforma da arquitetura financeira internacional.

Os países do Sul Global enfrentam desafios significativos, como altos níveis de endividamento, a diminuição da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, os efeitos contínuos das mudanças climáticas, o crescimento econômico lento, a pobreza, a fome e uma crescente lacuna no financiamento para atingir os ODS. Além disso, a divisão digital se amplia, agravando ainda mais esses problemas. Embora seja importante que o Sul Global utilize melhores práticas e experiências internas, o apoio externo permanece essencial. Os países desenvolvidos precisam

⁸³ **Funding Compact 2.0** é uma estrutura atualizada projetada para melhorar o financiamento e a eficiência operacional do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas

cumprir suas promessas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento e outros compromissos internacionais para ajudar a enfrentar esses desafios urgentes.

Ano após ano, o progresso em áreas-chave, como a erradicação da pobreza, o enfrentamento da insegurança alimentar e a luta contra as mudanças climáticas, está indo na direção errada. Aproximadamente 700 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza, 260 milhões enfrentam insegurança alimentar aguda e 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso à internet. Esses números ilustram o estado alarmante dos desafios de desenvolvimento enfrentados pelo Sul Global.

Além disso, há um forte apelo por reformas substanciais nas instituições financeiras internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O acesso ao financiamento para comércio e desenvolvimento é crucial, e o documento de resultado do Financiamento para o Desenvolvimento deve oferecer ferramentas eficazes para a transformação no Sul Global.

A reforma da arquitetura financeira internacional exige ações críticas, como a revisão da governança das Instituições Financeiras Internacionais, o fortalecimento das soluções de dívida soberana para países em desenvolvimento, a redistribuição voluntária de Direitos Especiais de Saque não utilizados e a criação de plataformas inclusivas nas Nações Unidas para discutir regras fiscais internacionais.

É urgente uma reforma significativa. Os países em desenvolvimento devem lutar por uma ordem econômica global mais justa e exigir a remoção de medidas coercitivas unilaterais que dificultam seu desenvolvimento sustentável. Esse esforço é essencial para garantir um futuro melhor para todos.

Além disso, é fundamental reviver o multilateralismo, fortalecer a cooperação Sul-Sul e aumentar a autossuficiência coletiva. Embora a assistência oficial ao desenvolvimento continue sendo um pilar importante da solidariedade internacional, é crucial abordar as vulnerabilidades estruturais e implementar caminhos de desenvolvimento sustentáveis e resilientes.

***22 de abril de 2025** - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na primeira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ: modalidades para o funcionamento do mecanismo de compensação

O Mecanismo de Compensação (*Clearing-House Mechanism*) é essencial para facilitar a cooperação internacional, especialmente na necessidade de desenvolvimento de capacidades dos países em desenvolvimento e na transferência de tecnologia marinha. É particularmente crucial para as nações em desenvolvimento, que dependem do mecanismo para acessar informações e recursos técnicos vitais.

O Mecanismo de Compensação é crucial para garantir a transparência na implementação do Acordo BBNJ. Para isso, deve ser acessível, fácil de usar, interativo, multilíngue e interoperável. Dessa forma, ele facilitará a troca eficiente de informações entre os órgãos subsidiários do BBNJ, as partes interessadas e outras estruturas internacionais.

O Mecanismo de Compensação é fundamental para a implementação das disposições relacionadas aos recursos genéticos marinhos (RGM), informações sobre sequências digitais e a divisão justa e equitativa dos benefícios. O G-77 e a China estão prontos para explorar arranjos provisórios para sua operacionalização antecipada por meio de uma fase piloto, enfatizando que

as discussões devem se concentrar em questões relacionadas a RGM e no fortalecimento de capacidades para os países em desenvolvimento que são Partes do Acordo.

Os requisitos específicos dos países em desenvolvimento devem ser plenamente reconhecidos na gestão do Mecanismo de Compensação. É fundamental não apenas tornar a plataforma amigável e acessível, mas também oferecer apoio financeiro e oficinas de capacitação que atendam a essas necessidades. A cooperação internacional é essencial, incluindo a colaboração científica e técnica, para enfrentar e superar os desafios que esses países encontram.

O Mecanismo de Compensação desempenha um papel crucial na promoção da cooperação internacional, exigindo o reconhecimento das necessidades dos países em desenvolvimento, incluindo as circunstâncias específicas dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Como o Secretariado é responsável pela gestão do Mecanismo de Compensação, é fundamental realizar discussões adicionais para esclarecer suas obrigações na facilitação da cooperação e na superação dos desafios enfrentados por esses países.

O Mecanismo de Compensação deve atuar para melhorar o acesso dos países em desenvolvimento a informações e dados, além de apoiar iniciativas de capacitação e facilitar a transferência de tecnologia. Também é importante aumentar as oportunidades de financiamento e oferecer treinamento, assistência técnica e bolsas de estudo científicas. Por fim, é essencial promover a coordenação e a coesão na comunicação entre os órgãos subsidiários e estabelecer conexões claras com o Mecanismo de Compensação para garantir uma implementação eficaz.

***17 de abril de 2025** – Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na primeira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ: Acordos com o Fundo Mundial para o Meio-ambiente para dar efeito às disposições relevantes sobre financiamento e sobre as regras financeiras que regem o financiamento da COP e o financiamento do secretariado e de quaisquer órgãos subsidiários

O Grupo dos 77 e a China destacaram que o apoio aos Estados em desenvolvimento, por meio da capacitação e da transferência de tecnologia marinha, é fundamental para garantir a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas além da jurisdição nacional.

Portanto, o financiamento é fundamental para a implementação do Acordo BBNJ, possibilitando que os Estados em desenvolvimento cumpram suas obrigações e exerçam seus direitos. Além disso, os recursos financeiros devem ser adequados, acessíveis e previsíveis.

O Grupo defendeu que a Comissão Preparatória avance nos mecanismos financeiros, que incluem o Fundo Especial, o fundo fiduciário do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e um fundo fiduciário voluntário. Eles destacaram a importância de discutir a operacionalização do Fundo Especial na próxima reunião. Além disso, afirmaram que o GEF deve operar sob a autoridade da Conferência das Partes (COP), que será responsável por orientar a alocação dos fundos.

Além disso, é imprescindível que o GEF prepare relatórios detalhados para a COP, a fim de apresentar uma visão clara dos projetos em andamento e da acessibilidade aos recursos. O Grupo solicitou uma análise comparativa das relações entre os secretariados multilaterais e o

GEF, enfatizando que o fundo fiduciário do GEF deve apoiar de maneira eficaz tanto a conservação quanto o uso sustentável da biodiversidade marinha em águas internacionais.

O Grupo enfatizou que a Conferência das Partes (COP) deve adotar regras financeiras em sua primeira reunião. Qualquer modelo considerado para essas regras deve atender às necessidades específicas dos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Essas abordagens devem apoiar eficazmente essas nações no cumprimento de seus compromissos financeiros.

Além disso, o Grupo destacou a importância de garantir a plena e efetiva participação dos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nas atividades da COP e na implementação do Acordo BBNJ. Deve-se adotar medidas para assegurar o financiamento oportuno necessário para apoiar sua participação nas reuniões, incluindo a Conferência.

É fundamental explorar maneiras para garantir que o financiamento adequado esteja sempre disponível para esse fim.

O Grupo observou a importante relação entre as regras financeiras do Acordo BBNJ e seu mecanismo financeiro e consideraram o Fundo Especial como um componente-chave da estrutura financeira do BBNJ e ressaltaram a necessidade de os países desenvolvidos cumprirem suas contribuições orçamentárias para a operacionalização desse Fundo.

O Grupo solicitou a disponibilização de documentos relacionados aos acordos com o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), além da operacionalização do Fundo Fiduciário e do Fundo Especial.

Por fim, em relação ao financiamento do Secretariado, é necessário que haja uma análise comparativa abrangente dos Secretariados multilaterais existentes.

14 e 15 de abril de 2025 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na primeira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ: Regulamento de procedimento da Conferência das Partes; Acordo para o funcionamento do secretariado, incluindo sua sede e os Termos de referência e modalidades para a operação e regras de procedimento dos órgãos subsidiários estabelecidos sob o acordo;

Contexto

O **BBNJ Agreement**, formalmente conhecido como **Tratado sobre a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional** é um acordo internacional que busca proteger a biodiversidade marinha em áreas que estão fora da jurisdição nacional, ou seja, em alto-mar.

O processo para conseguir um acordo para o Tratado sobre a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional é em decorrência da série de Conferências da ONU sobre o Direito do Mar, realizadas entre 1973 e 1982. O processo para o acordo BBNJ é uma resposta às crescentes preocupações com o declínio da saúde dos ecossistemas marinhos devido a fatores como sobrepesca, poluição e mudanças climáticas.

O objetivo da Comissão Preparatória é facilitar as negociações para um instrumento juridicamente vinculativo para proteger a biodiversidade marinha nas Áreas além da Jurisdição Nacional que representam aproximadamente 50% da superfície da Terra.

Nesta primeira reunião, nos dias 14 e 15 de abril, o G-77 e a China ressaltaram a importância de assegurar a representação equitativa dos países em desenvolvimento, com atenção especial aos Estados sub-representados ou não representados. Eles enfatizaram a necessidade de um envolvimento ativo desses países na criação e adoção do Acordo BBNJ, afirmando que a Comissão Preparatória deve priorizar suas necessidades e circunstâncias, especialmente em relação aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e aos Países Menos Desenvolvidos.

Atualmente, o Grupo está revisando o Regulamento Interno e, de modo geral, considera positiva a capacidade do projeto de facilitar a Conferência das Partes (COP). Nesta fase, os principais pontos de discussão incluíram o local das reuniões, a participação de observadores, as reuniões extraordinárias, a tomada de decisões, os requisitos de quórum, emendas ao regimento, a votação por Organizações de Integração Regional (REIOs), a definição da agenda e o papel dos presidentes na votação.

Adicionalmente, a estrutura do Secretariado da Comissão Preparatória, incluindo seu tamanho, organização e financiamento, deve considerar sua relação com a ONU e outros fatores que facilitem sua operação. O Secretariado deve promover os objetivos do Acordo BBNJ, mantendo responsabilidade perante as Partes e garantindo sua independência operacional.

É fundamental destacar que as modalidades e regras precisam ser funcionais para garantir uma operação harmoniosa e flexível dos órgãos de forma coerente. Além disso, é crucial considerar o tamanho e a composição de cada órgão subsidiário, assegurando a representação geográfica equitativa e assentos dedicados para os Estados em desenvolvimento, incluindo os Países Menos Desenvolvidos, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e os Países em Desenvolvimento Sem Litoral, conforme estabelecido no Acordo.

Os órgãos subsidiários devem ser capazes de interagir diretamente entre si, com os Estados e com outros órgãos subsidiários sob instrumentos relevantes, além de se relacionarem com a Conferência das Partes (COP), o Secretariado e o Mecanismo de Compensação sob o BBNJ. Nesse sentido, é vital que o Secretariado mantenha flexibilidade em suas responsabilidades, coordenando-se com órgãos relevantes e assegurando altos padrões de transparência e responsabilização.

Por fim, o Grupo agradeceu as contribuições ao fundo fiduciário voluntário e enfatizou a necessidade de aumentar as doações para promover a inclusão, garantindo que as delegações dos países em desenvolvimento possam participar efetivamente da Comissão Preparatória. Além disso, ressaltou que toda capacitação e assistência técnica da ONU deve ser direcionada às necessidades específicas dos Estados em desenvolvimento, já que são esses países os mais bem posicionados para identificar estratégias de apoio eficazes.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador. De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri

Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaque do MNA

Há sete décadas, de 18 a 24 de abril de 1955, a cidade de Bandung, na Indonésia, sediou uma conferência internacional que se tornou um marco importante no caminho para os países do Sul Global, recém-colônias, adquirindo uma identidade internacional.

Naquela época, era difícil imaginar que esses países, tão diferentes e envolvidos em um árduo processo de consolidação nacional sobreposto ao seu movimento de descolonização, seriam capazes de assumir uma posição conjunta internacionalmente e, além disso, dar uma contribuição importante para o desenvolvimento do direito internacional.

O Espírito de Bandung exerceu uma influência considerável na formação da identidade política internacional dos países em desenvolvimento e contribuiu para a criação do Movimento dos Países Não Alinhados ((MNA).

Esta data destaca a importância da solidariedade e da cooperação mutuamente benéfica entre os países do Sul Global, especialmente em um contexto global tão crítico.

O aniversário de Bandung é particularmente relevante para as atividades do BRICS, um grupo que representa os interesses e valores compartilhados pelo Sul. Além disso, é fundamental recordar os princípios e o papel de Bandung na decisão do BRICS de aceitar a Indonésia como membro pleno a partir de janeiro de 2025.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

Destaques do NAMYO



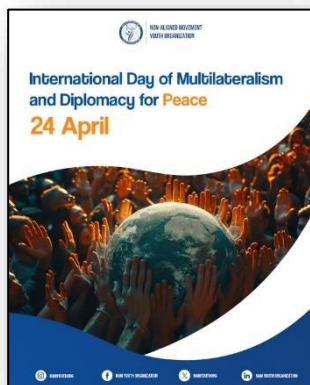
25 de abril de 2025 - Simulação da COP

Coorganizada pela NAMYO e pelo Centro Regional Eurasiático do Fórum da Juventude da Cooperação Islâmica (ICYF–ERC), o dia foi dedicado ao **Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz.**

O evento teve início com uma sessão de orientação, para que os participantes se familiarizassem com a história e os procedimentos das Conferências das Partes (COP).

Essa fase inicial teve como objetivo compreender a estrutura, os objetivos e os papéis centrais das COP através de sessões plenárias, onde os delegados definiram suas posições e formaram alianças estratégicas.

O Diretor Geral do ICYF-ERC enfatizou o papel dessas simulações na capacitação dos jovens para a ação climática.



24 de abril de 225 - Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz

Complementando o que já foi destacado na sessão da Cooperação Sul-Sul do Brasil, o dia enfatiza a importância da tomada de decisões multilaterais e da diplomacia na resolução de conflitos e no fomento à paz global.

Ele reafirma os princípios da Carta da ONU e tem como objetivo promover:

- Resolução pacífica de disputas entre nações
 - Fortalecimento da cooperação internacional e do diálogo
- Celebração dos princípios fundamentais do sistema multilateral, essenciais para a paz e a segurança globais.

O Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz serve como um lembrete anual da interconexão entre as nações e da responsabilidade compartilhada em trabalhar por um mundo mais pacífico. Ele incentiva a participação ativa de governos e cidadãos na promoção da diplomacia e da cooperação multilateral.

Em um mundo que vive desafios globais complexos, o Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz destaca a necessidade de uma ação coletiva e soluções compartilhadas para promover um futuro estável e seguro para todos.

Principais razões para a criação do Dia **Internacional** do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz

1. Ênfase na Tomada de Decisões Multilaterais destacando que muitos desafios, como conflitos e mudanças climáticas, exigem abordagens compartilhadas.
2. Promoção da Resolução Pacífica de Conflitos incentivando os países a usarem diálogo e negociação em vez de ações unilaterais ou violência.
3. Reforço dos Princípios da Carta da ONU promovendo o respeito à soberania e a coexistência pacífica entre as nações.
4. Aumento da Conscientização dando oportunidade para aumentar a conscientização sobre a importância de estruturas multilaterais, como tratados internacionais e acordos de cooperação.
5. Estímulo à Participação ativa de governos, organizações internacionais, sociedade civil e cidadãos em esforços diplomáticos e iniciativas multilaterais visando a paz sustentável.
6. Abordagem de Desafios Contemporâneos incentivando discussões sobre como a diplomacia pode enfrentar eficazmente desafios globais que ameaçam a estabilidade, como o terrorismo e a desigualdade econômica.

Em resumo, o Dia Internacional do Multilateralismo e da Diplomacia para a Paz foi estabelecido para reafirmar a necessidade de cooperação global na resolução de questões complexas e promover os valores da diplomacia como meio para alcançar a paz duradoura.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário.

O Centro Sul celebrou o 70º aniversário da Conferência de Bandung, realizada de 18 a 24 de abril de 1955, que lançou as bases para a solidariedade e a cooperação Sul-Sul no Sul.



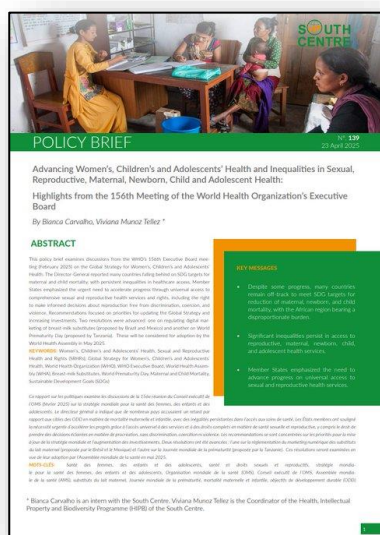
O espírito de Bandung continua sendo fundamental para o desenvolvimento sustentável no Sul global

Este encontro histórico de 29 nações asiáticas e africanas recém-independentes preparou o cenário para a cooperação Sul-Sul e lançou as bases do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA).

A relevância dos princípios de Bandung se mantém no cenário geopolítico contemporâneo, diante da crescente polarização global, da erosão do multilateralismo e dos desafios à ordem internacional baseada em normas.

Destaques do Centro Sul

Resumo de Política



Promovendo a saúde das mulheres, crianças e adolescentes e as desigualdades na saúde sexual, reprodutiva, materna, neonatal, infantil e do adolescente

Destaques da 156ª Reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde realizada de 3 a 11 de fevereiro de 2025

Bianca Carvalho, Viviana Munoz Tellez

Este documento examina as discussões da 156ª reunião do Conselho Executivo da OMS de fevereiro de 2025, sobre a Estratégia Global para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.

O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, destacou o atraso de alguns países em relação às metas dos ODS

relacionadas à mortalidade materna e infantil, evidenciando as desigualdades persistentes no acesso à saúde.

Os Estados-Membros enfatizaram a necessidade urgente de acelerar o progresso por meio do acesso universal a serviços e direitos abrangentes de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o direito de tomar decisões informadas sobre reprodução, livre de discriminação, coerção e violência.

As recomendações se concentraram nas prioridades para revisar a Estratégia Global e aumentar os investimentos.

Duas resoluções foram apresentadas: uma sobre a regulamentação do marketing digital de substitutos do leite materno (proposta pelo Brasil e México) e outra sobre o Dia Mundial da Prematuridade (proposta pela Tanzânia).

Essas resoluções serão submetidas à consideração da Assembleia Mundial da Saúde para adoção em maio de 2025.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#).

28 de abril a 01 de maio de 2025 – Fórum ECOSOC 2025 sobre Financiamento para o Desenvolvimento e 4ª PrepCom para FfD4

O Fórum do ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento realizado no final de abril de 2025, seguido pela 4ª Sessão do Comitê Preparatório (4ª PrepCom) para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FFD4).

No primeiro dia do Fórum ECOSOC 2025, ministros e autoridades se manifestaram sobre o momento político que antecede a Conferência FfD4. O Fórum deste ano assumiu uma importância especial e um papel crucial na mobilização de soluções para o FfD4, servindo como um precursor chave para a sessão da 4ª PrepCom, cujas discussões moldarão os resultados do FfD4.

Estiveram presentes representantes de governo, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, setor empresarial e autoridades locais.



A 4ª Comissão Preparatória para a FfD4) é uma sessão intergovernamental estabelecida pela [resolução 78/231 da AGNU](#).

Sua principal função é preparar os aspectos organizacionais, processuais e substantivos para a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento. A 4ª PrepCom foi realizada após o Fórum ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

O evento paralelo à 4ª PrepCom para o FfD4, realizada no dia 30 de abril de 2025, abordou a necessidade de combater os Fluxos Financeiros Ilícitos (IFFs) e a melhoria da Mobilização de Recursos Nacionais como pilares essenciais para o financiamento do desenvolvimento: revisão de uma década.

O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento do G20 da África do Sul, pelo Centro Sul, pelo Instituto Sul-Africano de Relações Internacionais e pelo Fórum Africano de Administração Tributária.

O objetivo foi rever os progressos alcançados nos últimos 10 anos, discutir os impactos e desenvolver recomendações concretas para fortalecer a cooperação global em relação aos Fluxos Financeiros Ilícitos (IFFs) e à Mobilização de Recursos Nacionais na agenda da 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4). O evento serviu como um espaço para compartilhar experiências práticas e identificar passos concretos a serem dados nesse contexto.

Em 2015, durante a 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, os IFFs foram reconhecidos como uma ameaça ao desenvolvimento sustentável. Apesar dos avanços da última década, a África ainda enfrenta enormes perdas financeiras que comprometem seu progresso; anualmente, o continente perde mais de US\$ 88,6 bilhões devido a IFFs.

Como presidente do G20 em 2025, a África do Sul enfatiza a urgência de abordar os Fluxos Financeiros Ilícitos e a Mobilização de Recursos Nacionais na agenda de financiamento do desenvolvimento. Foram apresentadas recomendações para fortalecer a cooperação global e abordar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.4.1 (ODS 16.4.1), com foco na necessidade de financiamento proveniente de fontes internas.

25 de abril de 2025 - Negociações do Acordo Pandêmico da OMS atingem estágio crítico, aguardando uma solução equitativa sobre acesso e compartilhamento de benefícios

Estas foram as considerações do Centro Sul.

As negociações intergovernamentais sobre um acordo pandêmico foram concluídas. O texto final será apresentado para adoção na Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2025. Se adotado, os Estados-Membros decidirão individualmente se irão aderir ao acordo.

O Centro Sul parabenizou os Estados-Membros da OMS por terem superado esta fase crítica, resultado de três anos de intensas negociações e essa conquista demonstra o valor dos fóruns multilaterais na abordagem de desafios globais.

O acordo pandêmico é apenas o segundo instrumento jurídico vinculativo negociado sob os auspícios da OMS, de acordo com o Artigo 19 de sua Constituição. Durante as negociações, surgiram disputas de poder, e os Estados-Membros optaram por delegar parte da autoridade de negociação a um *Bureau*. Os interesses comerciais também influenciaram fortemente a elaboração de normas relacionadas à expansão da produção de vacinas, transferência de tecnologia e propriedade intelectual.

O acordo apresenta um formato que combina disposições vinculativas e compromissos, além de adiar algumas questões para a futura conferência das partes (COP).

As principais disposições incluem:

- Medidas de prevenção na interface entre humanos, animais e meio ambiente, incluindo vigilância.
- Fortalecimento dos sistemas de saúde e da capacidade da força de trabalho.
- Promoção da colaboração em pesquisa e transparência em toda a cadeia de valor e nos ensaios clínicos.

- Condições vinculadas ao financiamento público de pesquisa e desenvolvimento para garantir acesso oportuno e equitativo a produtos relacionados à pandemia, especialmente para países em desenvolvimento.

O acordo exige que as partes melhorem a capacidade de produção desses produtos em todas as regiões, com um enfoque especial nos países em desenvolvimento. Também estabelece uma Rede para melhorar o acesso equitativo a produtos de saúde relacionados à pandemia, com funções específicas a serem definidas em futuras COPs.

Vale ressaltar que os países em desenvolvimento fizeram grandes concessões para obter o consenso e sair do impasse. Contudo, o acordo adotado não inclui obrigações em questões cruciais, como compromissos concretos para aumentar o acesso a vacinas e outros produtos médicos, regulação do armazenamento de vacinas por países, mecanismos de transferência de tecnologia e know-how para a produção acelerada de vacinas e produtos médicos, além de financiamento para o instrumento e assistência emergencial durante pandemias.

Um ponto crítico do acordo ainda está sem solução que é garantir acesso equitativo e oportuno a contramedidas médicas para países em desenvolvimento durante pandemias. Essa questão fundamental foi relegada para negociações futuras. A estrutura atual apenas estabelece disposições provisórias, sendo a mais significativa a obrigação dos fabricantes participantes de um sistema a ser criado de doar 10% dos produtos e reservar até 10% desses produtos a preços acessíveis para a OMS. Em contrapartida, os países concordam em abrir mão dos direitos existentes que condicionam o acesso a materiais e informações sobre patógenos à repartição de benefícios. Essa compensação ainda não é definitiva; o acesso incondicional a esses materiais permanece condicionado à finalização de acordos para a repartição equitativa de benefícios.

O Centro Sul continuará a apoiar os países em desenvolvimento na identificação dos elementos necessários para alcançar tais acordos equitativos.

Para ler o documento no original, [clique aqui](#)



24 de abril de 2025 - Países em desenvolvimento buscam equilíbrio e inclusão em meio a um debate contencioso sobre o futuro das normas de direitos autorais

Nirmalya Syam

A 46ª sessão do Comitê Permanente de Direitos Autorais e Direitos Correlatos (SCCR) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) evidenciou a persistente divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a evolução das normas internacionais de direitos autorais.

Durante seis dias de reuniões, as delegações manifestaram profundas divergências em torno das negociações para um tratado de proteção às organizações de radiodifusão, no avanço das limitações e exceções e nas questões relativas aos direitos autorais no contexto digital e da inteligência artificial (IA).

As discussões sobre o tratado de proteção às organizações de radiodifusão foram tensas, com países desenvolvidos, especialmente do Grupo B⁸⁴ e da União Europeia (UE), defendendo uma abordagem simplificada, focada no combate à pirataria e que contemplasse direitos exclusivos. Em contraste, vários países em desenvolvimento expressaram preocupações sobre o potencial desequilíbrio causado pela imposição desses direitos.

Para saber mais, [clique aqui](#).

21 a 26 de abril de 2025 - Reunião Ministerial do G24 durante as Reuniões de Primavera do FMI e do Banco Mundial

O **G24**, ou Grupo dos Vinte e Quatro, é uma coalizão de países em desenvolvimento que se concentra em questões monetárias e financeiras internacionais. Foi criado em 1972 para representar os interesses econômicos dos países em desenvolvimento em discussões com instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.



Na reunião de abril do G24, realizada em Washington, D.C., o Centro Sul emitiu uma declaração enfatizando os riscos decorrentes de uma perspectiva econômica global negativa, além da necessidade de ação coletiva na ONU e na Conferência para a Financiamento do Desenvolvimento (FfD4) para enfrentar questões sistêmicas e reformar a arquitetura financeira internacional, especialmente no que diz respeito à tributação e à dívida soberana.

De acordo com o Centro Sul, os países em desenvolvimento devem adotar impostos voltados para a economia digital, incluindo impostos sobre serviços digitais, e se unir para resistir a ameaças externas contra essas medidas.

Yuefen Li, Consultora Sênior do Centro Sul, discursou sobre Abordagens da Economia Real para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, destacando os impactos das volatilidades externas na Gestão de Riscos Difíceis e no combate aos Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs) no Sul global.

⁸⁴ O Grupo B, na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), tem o objetivo representar seus interesses nas discussões sobre propriedade intelectual. Os países que fazem parte do Grupo B incluem: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Reino Unido, Suécia, Suíça, Estados Unidos.

Reunião dos ministros de Finanças do G20 termina sem comunicado conjunto. G7 debate economia global e conflito no Sudão. O urbano em foco na OCDE: há ainda espaço para o futuro?

G20 finance ministers' meeting concludes without a joint communiqué. G7 discusses global economy and Sudan conflict. Urban in focus at OECD: is there still room for the future?

Pedro Burger

Vitória Kavanami

João Miguel Estephano

Thaiany Medeiros Cury

Nina Bouqvar

Paulo Esteves

Abstract

G20 - *Without much progress, the fortnight at the G20 was marked by meetings of finance ministers and central bank governors and the second meeting of the Development Working Group.*

G7 - *The G7 met in Washington to discuss global economic challenges and emphasized the importance of cooperation in the face of trade and geopolitical tensions. The group also strongly condemned the conflict in Sudan, calling for a ceasefire, humanitarian access, and an end to external support for warring forces. Civil society, through the C7, criticized G7's inaction in the face of global crises and called for concrete and inclusive actions. Meanwhile, the U7+ brought together universities to discuss the role of education in the ethical development of artificial intelligence.*

OCDE - *The OECD's highlights include two publications of the organization's urban studies and an update of the global employment and unemployment rate index.*

Keywords: *G20; G7; OECD; South Africa; Sudan; Civil Society; International Cooperation.*

Resumo

G20 - Sem muitos avanços, a quinzena no G20 foi marcada pela realização dos encontros dos ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais e da segunda reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento.

G7 - O grupo se reuniu em Washington para discutir os desafios econômicos globais e destacou a importância da cooperação frente às tensões comerciais e geopolíticas. Também houve forte condenação ao conflito no Sudão, com apelo por cessar-fogo, acesso humanitário e fim do apoio externo às forças em guerra. A sociedade civil, através do C7, criticou a inércia do G7 diante das crises globais e pediu ações concretas e inclusivas. Paralelamente, o U7+ reuniu universidades para debater o papel da educação no desenvolvimento ético da inteligência artificial.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre duas publicações de estudos urbanos da organização e a atualização do índice de taxa de emprego e desemprego mundial.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; África do Sul; Sudão; Sociedade Civil; Cooperação Internacional.

G20

Reunidos nos dias 23 e 24 de abril, em Washington, à margem da Reunião de Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), os ministros das Finanças do G20 e os presidentes dos Bancos Centrais realizaram seu segundo encontro do ano. Após uma primeira reunião que não resultou em grandes compromissos, marcada pela ausência de uma declaração conjunta, nesta segunda tentativa o bloco parece ter repetido o cenário, sem produzir sequer um resumo oficial dos pontos discutidos.

Diante da guerra tarifária e comercial promovida pelos Estados Unidos, as tensões já existentes no bloco, decorrentes da política externa norte-americana, parecem ter se intensificado. Países como Japão e China manifestaram à imprensa sua preocupação com o tema e defenderam a necessidade de medidas coletivas para conter o protecionismo. O ministro das Finanças da China, Lan Foan, conclamou todas as partes a fortalecerem a cooperação multilateral, afirmando que o país apoia o diálogo e a consulta "em pé de igualdade" como forma de resolver disputas comerciais e tarifárias.

É importante destacar que, no resumo divulgado após o primeiro encontro, um dos compromissos chave foi a resistência dos participantes às práticas protecionistas. O documento reafirmou o apoio a "um sistema de comércio multilateral baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente" — um princípio que, na prática, tem se mostrado distante da realidade atual. Embora o presidente Donald Trump tenha suspenso algumas das tarifas inicialmente anunciadas, ele implementou um aumento substancial de 145% nas tarifas sobre produtos chineses. Além disso, manteve uma tarifa universal de 10% sobre importações, bem como taxas de 25% sobre carros, aço e alumínio, o que reflete uma continuidade das tensões comerciais e uma postura de protecionismo econômico.

Para o ministro japonês, Katsunobu Kato, fatores como a invasão da Ucrânia e as tarifas de importação adotadas por alguns países têm contribuído para "aumentar a incerteza, desestabilizar os mercados e prejudicar o crescimento econômico global"⁸⁵. Resultado disso seria o insuficiente crescimento econômico mundial, alertado pela China — um dos países que mais recebeu taxaões pelo governo de Trump⁸⁶. Para o presidente do Banco Popular Chinês, Pan Gongsheng, a fragmentação econômica e as tensões comerciais teriam interrompido as cadeias de suprimentos, minando a possibilidade de taxas maiores de crescimento. O unilateralismo e o protecionismo “não têm saída” e não são do interesse de ninguém, afirmou

⁸⁵ Japan urges G20 to stabilise markets, warns of US tariff damage. Reuters. 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/japans-kato-meet-us-treasury-secretary-bessent-thursday-2025-04-24/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

⁸⁶ China warns G20 global economic growth 'insufficient', trade tensions weaken momentum. Reuters. 25 abr. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/asia/china-finance-minister-tells-g20-world-economic-growth-insufficient-2025-04-25/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

durante o encontro⁸⁷. De acordo com a Reuters, outros participantes também enfatizaram o aumento expressivo dos riscos ao crescimento global, decorrentes das tensões comerciais, das condições de financiamento mais restritivas e dos desafios estruturais de longo prazo.

Amina Mohammed, secretária-geral adjunta das Nações Unidas, expressou o apoio da ONU à presidência sul-africana do G20 durante o primeiro encontro dos ministros, enfatizando o papel fundamental do grupo na orientação da economia global e na melhoria das perspectivas de desenvolvimento sustentável⁸⁸. Na ocasião, a secretária destacou a necessidade de medidas proativas para apoiar os países em desenvolvimento sobrecarregados pelo serviço da dívida, ampliar o financiamento ao desenvolvimento e fortalecer a rede de segurança financeira global. “Embora tenhamos avançado em muitos aspectos da nossa agenda de desenvolvimento, também enfrentamos diversos retrocessos, incluindo a pandemia, novos conflitos, a desaceleração do crescimento global e o aumento dos custos de empréstimos”, afirmou.

A importância de sistemas tributários mais justos e eficientes também foi destacada, ressaltando que sistemas fiscais robustos são essenciais para impulsionar o crescimento econômico, aliviar a pobreza e reduzir as desigualdades. Para enfrentar esses desafios, Mohammed delineou três linhas de ação para o G20: (i) fortalecer os bancos multilaterais de desenvolvimento; (ii) adotar uma abordagem abrangente para a crise da dívida; e (iii) aprimorar a rede de segurança financeira global, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no centro. “Com as reformas adequadas e a vontade política necessária, podemos transformar a relação entre finanças e desenvolvimento de um ciclo vicioso em um ciclo virtuoso. Essa é a promessa da presidência sul-africana do G20 e de sua liderança”, concluiu.

Já no segundo encontro, complementando as falas anteriores, Lesetja Kganyago, presidente do Banco de Reserva da África do Sul, apresentou outras formas de tornar o G20 mais efetivo, em resposta às críticas de que o grupo estaria perdendo relevância⁸⁹. Para ele, um grande problema enfrentado é que a agenda do bloco está sobrecarregada e muitos assuntos cobertos, ainda que importantes, não deveriam ser tratados nesse foro. “Embora existam muitos itens da agenda adequados para discussões tecnocráticas e fundamentadas, como a melhoria dos sistemas de pagamento ou a ajuda aos países pobres altamente endividados, o G20 não pode se dedicar efetivamente a todos eles”, analisou. Assim, especialmente em momentos de crise, reduzir o escopo de atuação e ser mais criterioso na escolha dos temas a serem debatidos parece ser um caminho promissor para promover discussões mais focadas e alcançar resultados mais significativos.

Apesar da ausência de documentos publicados que expressem o consenso dos participantes, a agência oficial de notícias do governo da África do Sul relatou que a reunião promoveu discussões produtivas e construtivas sobre a estabilidade macroeconômica e financeira global, a arquitetura financeira internacional e as prioridades específicas do

⁸⁷ China supports free trade, central bank governor says in Washington meeting, CCTV reports. Reuters. 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/china-supports-free-trade-central-bank-governor-says-washington-meeting-cctv-2025-04-24/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

⁸⁸ At G20 finance meetings in South Africa, UN deputy chief calls for reforms that back growth, curb debt. UN News. 4 mar 2025. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2025/03/1161026>. Acesso em: 27 abr. 2025.

⁸⁹ Keynote address by Lesetja Kganyago, Governor of the South African Reserve Bank, at the Brookings Institution, Washington DC. G20. 22 abr. 2025. Disponível em: <https://g20.org/g20-media/keynote-address-by-lesetja-kganyago-governor-of-the-south-african-reserve-bank-at-the-brookings-institution-washington-dc/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

continente africano. Segundo a nota divulgada, os membros endossaram o programa de trabalho proposto pela presidência sul-africana, voltado para a identificação e apresentação de soluções políticas personalizadas para os obstáculos encontrados pelos países. Também foi reconhecido que os países de baixa renda serão os mais impactados pela fragmentação do comércio. Além disso, os membros concordaram com a necessidade de: aumentar o financiamento ao desenvolvimento; promover o financiamento misto e a mobilização de capital privado; fortalecer a cooperação multilateral para enfrentar as elevadas vulnerabilidades da dívida e os desafios de liquidez; e ampliar a transparência em relação à dívida.

Dando continuidade aos acontecimentos da quinzena, destacamos a realização da segunda reunião do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento (DWG, na sigla em inglês), realizada em Western Cape. Em alinhamento com o tema proposto para o G20 neste ano — “Solidariedade, Igualdade e Sustentabilidade” —, as discussões concentraram-se em três prioridades: (i) princípios de alto nível sobre bens públicos globais e investimento público global; (ii) mobilização de financiamento para o desenvolvimento e meios de implementação; e (iii) fortalecimento da resiliência por meio da criação de pisos universais de proteção social. “O DWG do G20 desempenha um papel fundamental na definição das prioridades de desenvolvimento global, com foco na redução das desigualdades, na promoção do crescimento sustentável e no fortalecimento das parcerias internacionais”, destacou o Departamento de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Até o momento, maiores informações sobre os resultados do encontro não foram disponibilizadas.

Por fim, um avanço importante na área da saúde foi a assinatura de um memorando de entendimento entre o Departamento de Saúde da África do Sul e a Unitaaid, reforçando o compromisso conjunto no combate ao HIV, à tuberculose (TB) e ao câncer do colo do útero⁹⁰. O novo acordo foi firmado após a Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do G20, realizada em Zimbábue, entre os dias 26 e 28 de março. Nessa gestão, esses temas aparecem com destaque pela presidência sul-africana do G20, a qual tem defendido a importância de soluções equitativas e de abordagens colaborativas para enfrentar os desafios de saúde do século XXI, por meio da promoção da cobertura universal de saúde.

A parceria, iniciada em 2018 e agora renovada, concentrar-se-á em diversos aspectos, como: o combate ao HIV e à tuberculose por meio da introdução de produtos de saúde inovadores — entre eles, o *lenacapavir*, um medicamento injetável para a prevenção do HIV, e regimes terapêuticos mais curtos para o tratamento da tuberculose resistente a medicamentos; a eliminação do câncer do colo do útero, com o aumento do acesso à triagem e ao tratamento preventivo; e o fortalecimento das respostas de saúde, mediante a expansão da fabricação regional de testes de diagnóstico e tratamentos.

Apesar de a África do Sul ser reconhecida por seu papel na luta contra o HIV e a tuberculose, tendo alcançado progressos significativos no fornecimento de acesso a testes, tratamentos e cuidados para milhões de pessoas, o país ainda enfrenta enormes desafios. Atualmente, a África do Sul permanece com o maior número de pessoas vivendo com HIV no mundo — mais de 7,5 milhões — e uma das maiores cargas de tuberculose. Além disso, o câncer do colo do útero é a principal causa de mortalidade relacionada ao câncer entre as mulheres sul-

⁹⁰ South Africa and Unitaaid partner to accelerate access to health innovations for HIV, tuberculosis and cervical cancer. Unitaaid. 15 abr. 2025. Disponível em: <https://unitaid.org/news-blog/south-africa-and-unitaid-partner-to-accelerate-access-to-health-innovations-for-hiv-tuberculosis-and-cervical-cancer/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

africanas. Diante desse cenário, é necessário um investimento contínuo em inovação, assegurando que a população tenha acesso a produtos e serviços de saúde de alta qualidade, eficazes e acessíveis.

G7

Nos últimos dias, acompanhamos a reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G7, que ocorreu em Washington, D.C, Estados Unidos. A reunião foi presidida pelo Ministro das Finanças canadense, François-Philippe Champagne, e copresidida pelo Governador do Banco Central do Canadá, Tiff Macklem. Em pronunciamento, o líder mencionou: “A atual incerteza comercial global está criando ventos contrários significativos para a atividade econômica global. Os países precisam resolver suas diferenças no comércio para que possamos trabalhar juntos para enfrentar outros desafios urgentes, como as tensões geopolíticas em curso e a desaceleração do crescimento econômico global⁹¹”. Champagne também participou da reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20. Na oportunidade, os líderes discutiram riscos macroeconômicos globais e estabilidade financeira, além de questões relacionadas à arquitetura financeira internacional e às oportunidades e desafios de crescimento na África.

As reuniões fazem parte de uma preparação às margens das Reuniões de Primavera de 2025 do Grupo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. “Ao concluirmos nossas reuniões em Washington, a liderança do Canadá entre os parceiros do G7 de todo o mundo é crucial. Próximo ao encontro do G7 no próximo mês em Banff, Alberta, devemos colaborar para resolver nossas diferenças comerciais e enfrentar os desafios compartilhados para garantir um forte crescimento global”, disse o ministro canadense⁹². O documento final do encontro ainda não está disponibilizado nas fontes oficiais do G7.

Os Ministros das Relações Exteriores do G7 uniram esforços para denunciar o conflito em curso no Sudão e as graves violações e abusos dos direitos humanos sofridos no território, no momento em se completa dois anos desde o início da guerra entre as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF). Fato que fez com que o terceiro maior país da África mergulhasse em um conflito que acarretou em cerca de 64% da população dependente da ajuda humanitária e 12 milhões de pessoas em deslocamento – de um total de 51 milhões de habitantes⁹³. De acordo com dados de organizações internacionais, o número de mortos pode chegar a 150 mil pessoas, em que meninas e mulheres são particularmente afetadas por estupro coletivo e violências.

⁹¹ Minister of Finance to co-chair G7 Finance Ministers and Central Bank Governors meeting in Washington, D.C. G7. CANADÁ. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/minister-of-finance-to-co-chair-g7-finance-ministers-and-central-bank-governors-meeting-in-washington-dc/>>. Acesso em: 27/04/2025.

⁹² Minister of Finance concludes successful G7 and G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meetings in Washington, D.C. G7. CANADÁ. Disponível em: <<https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/minister-of-finance-concludes-successful-g7-and-g20-finance-ministers-and-central-bank-governors-meetings-in-washington-dc/>>. Acesso em: 27/04/2025.

⁹³ Guerra no Sudão faz 2 anos em cenário cada vez mais complexo. DW. 2025. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/guerra-no-sud%C3%A3o-faz-2-anos-em-cen%C3%A1rio-cada-vez-mais-complexo/a-72249796>>. Acesso em: 27/04/2025.

Em declaração, os Ministros do G7 condenam os relatos do uso da fome de civis como método de guerra e reiteram que tais ações são proibidas pelo direito humanitário internacional. Além disso, pedem às partes em conflito que cumpram suas obrigações de acordo com a lei humanitária internacional e seus compromissos com a Declaração de Jeddah, que incluem a responsabilidade de separação entre civis e combatentes e entre objetos civis e alvos militares. Ainda, apelam a todas as partes do conflito para que removam os impedimentos à assistência humanitária efetiva, ofereçam garantias de segurança para os agentes humanitários locais e internacionais e permitam o acesso humanitário em todas as passagens de fronteira para o Sudão, inclusive através do Sudão do Sul e do Chade. Os líderes reconhecem o importante papel das Salas de Resposta de Emergência no atendimento e proteção de civis e pedem sua proteção. Também, pedem a todas as partes que não ataquem infraestruturas críticas das quais os civis dependem, incluindo represas e sistemas de telecomunicações. Os Ministros do G7 também pedem um cessar-fogo imediato e incondicional e instam, tanto a SAF, quanto a RSF, a participarem de forma significativa das negociações construtivas.

De acordo com o Comitê Internacional de Resgate, uma ONG global de referência no tema das crises humanitárias, “o conflito está atraindo mais grupos, fazendo com que um acordo de paz precise atender a interesses diversos e, portanto, seja mais difícil negociar e sustentar”, disse Alexandra Janecek, porta-voz da ONG. A guerra do Sudão é mantida por diversos interesses, dentre eles os de apoiadores regionais e internacionais que injetam armas em cada uma das forças opostas. O Egito e o Catar apoiam militarmente e politicamente as SAF, enquanto que as RSF são supostamente apoiadas pelos Emirados Árabes Unidos, que negam as alegações⁹⁴. Em resposta a isso, a declaração dos Ministros das Relações Exteriores do G7 pede que todos os atores externos cessem qualquer apoio que alimente o conflito em acordo com a Declaração de Princípios adotada na Conferência Humanitária Internacional para o Sudão e Países Vizinhos em Paris em 2024 e o embargo de armas das Nações Unidas para Darfur. Por fim, condenam todas as violações e ataques ilegais da SAF, da RSF e de suas milícias aliadas.

Uma parte interessante da declaração versa sobre a necessidade de participação das mulheres, jovens e sociedade civil em todos os processos de paz. Segundo os ministros, apenas dessa forma seria possível alcançar uma paz sustentável no Sudão. Os ministros ainda reafirmaram o apoio a uma transição democrática e seu compromisso com os esforços diplomáticos para pôr fim à crise humanitária, por meio da Conferência de Londres sobre o Sudão, que ocorreu no dia 15 de abril. No entanto, parece haver mais mediação, de forma desordenada, do que realmente a prática para resolução e alcançar um cessar-fogo. Segundo a ONU, dos 4,2 bilhões de dólares necessários para ajuda humanitária em 2025, apenas 6,3% foram recebidos. Ainda, com a decisão dos Estados Unidos, país responsável por quase metade da ajuda externa ao Sudão, nos cortes de gastos com assistência humanitária, a situação no Sudão pode ser ainda mais agravada⁹⁵.

Nos dias 14 e 15 de abril, ocorreu a Cúpula do C7, grupo de engajamento da sociedade civil, e foi emitido ao final do evento um comunicado do C7 ao G7. No documento, o C7 pede aos líderes do G7 que reconheçam que não pode haver segurança nem progresso econômico justo sem cooperação global. Segundo o grupo, em referência à conjuntura internacional marcada pelas últimas ações de Donald Trump, estamos vivendo “um ponto de inflexão e o G7 não pode se dar ao luxo de ficar parado.” O documento menciona que “décadas de cooperação

⁹⁴ Ibid, 2025.

⁹⁵ Ibid, 2025.

internacional trouxeram progresso e prosperidade, mas o aumento do isolacionismo, a escalada dos conflitos, a emergência climática e o aprofundamento da desigualdade estão ameaçando desfazer esse progresso duramente conquistado”⁹⁶. A crítica do grupo é uma crítica comum que viemos fazendo ao longo dos últimos anos neste observatório, de que o G7 não deve ser apenas um fórum para diálogo, mas deve ser um condutor de ações significativas e um defensor da solidariedade global. Levando em consideração, acima de tudo, a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão.

Finalmente, nos dias 22 e 23 de abril, aconteceu em Ottawa, o encontro do U7+, a primeira aliança de reitores de universidades da Europa, Ásia, América do Norte, América do Sul e África dedicada a definir ações concretas e coletivas que as universidades podem adotar para enfrentar os desafios globais, em coordenação com líderes governamentais dos países do G7 e de outros países. Este ano, com a Universidade de Ottawa como anfitriã, 42 universidades de 16 países, com 85 participantes, incluindo 37 reitores, reuniram-se para a 7ª edição da Cúpula Presidencial U7+. O tema central do encontro foi o papel das universidades no avanço da Inteligência Artificial. Em um comunicado intitulado “*The Role of Universities in Advancing AI*” (O papel das universidades no avanço da IA), 40 reitores de universidades de 16 países se reuniram para destacar o papel que as instituições de ensino superior devem ter na contribuição para um desenvolvimento responsável da IA. Esse documento foi entregue oficialmente ao governo canadense⁹⁷.

OCDE

No decorrer da segunda quinzena do mês de abril de 2025, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou em seu portal eletrônico a publicação do relatório intitulado “*The Circular Water Economy in Latin America*”⁹⁸, uma nova inclusão de sua série de estudos urbanos.

Se propondo a investigar o estado da arte, os desafios e as oportunidades da economia circular da água em 10 países latino-americanos – sendo eles: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai – e se orientando a partir dos princípios de governança da água da própria OCDE (*OECD Principles on Water Governance*, em inglês), o documento chama a atenção sobre a chamada “economia circular da água”. Tal abordagem de gestão da água consiste em reduzir o uso da mesma nos processos de produção e consumo, objetivando no aumento da eficiência da água e promovendo sua reutilização e sua reciclagem, além da recuperação de energia e materiais do tratamento de águas residuais.

Dessa forma, o relevante estudo avalia então as lacunas de governança no setor e oferece recomendações de políticas para estabelecer ações concretas na região, como estruturas regulatórias, mecanismos de financiamento e medidas de capacitação necessárias para a transição de uma economia linear para uma economia circular da água. É interessante ressaltar que o estudo possui ainda dois materiais suplementares ao relatório: um documento

⁹⁶ 2025 C7 Communiqué. C7 GROUP. 2025. Disponível em: <<https://civil7.org/en/2025-c7-communique>>. Acesso em: 27/04/2025.

⁹⁷ U7+ Summit in Ottawa - 22-23 April, 2025. U7+ Alliance of world universities. 2025. Disponível em: <<https://www.u7alliance.org/news/u7-summit-ottawa-2223-april-2025>>. Acesso em: 27/04/2025.

⁹⁸ OCDE. The Circular Water Economy in Latin America. OECD Urban Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a0508572-en>.

que resume e destaca os principais achados⁹⁹ e outro que melhor detalha de modo claro, informativo e objetivo os perfis e dados relacionados de cada um dos dez países analisados¹⁰⁰.

Outro adendo de destaque na série de pesquisas da OCDE sobre questões urbanas lançado no período foi o relatório *“Cities for All Ages”*¹⁰¹.

Refletindo sobre o contexto atual, onde nota-se a junção de elementos como o rápido crescimento da parcela de idosos nas cidades da OCDE, o desenvolvimento e a expansão de cidades de grande porte e a capacidade de atração das mesmas para populações jovens, o documento busca explorar e analisar como os governos locais e nacionais podem enfrentar os múltiplos desafios sociais e econômicos concomitantes e multigeracionais ambientados em uma mesma localidade, garantindo assim com que as cidades funcionem para todas as gerações que nelas habitam. A pesquisa atenta que, sem políticas que incluam a idade, as cidades correm o risco de sofrer graves impactos de sua omissão e graves carências, com resultados que vão desde piores nos índices de saúde e de maior isolamento até perda de mão de obra, aumento dos gastos públicos e fugas de cérebros.

O documento, dessa forma, orienta que os formuladores de políticas possuam estratégias políticas como a adaptação do projeto urbano e do planejamento do uso do solo para que as cidades se tornem mais acessíveis, o fornecimento de moradias adequadas à idade e a promoção do engajamento de jovens e idosos nos mercados de trabalho e de consumo. Para impulsionar o progresso de tal agenda, o relatório oferece uma lista de verificação de nove ações políticas em três áreas principais – sendo elas: (i) definição de estratégia; (ii) desenvolvimento de recursos; e (iii) coordenação das partes interessadas – a fim de auxiliar os órgãos locais e nacionais a moldar suas cidades para todas as faixas etárias. É interessante salientar também que o estudo dispõe um documento suplementar ao documento anterior, destacando resumidamente os principais achados do estudo¹⁰².

Por fim, no que tange às atualizações apresentadas ainda durante a quinzena pela organização intergovernamental sobre seus tradicionais estudos e medições estatísticas sobre a economia global, apenas um de seus índices obteve seus dados atualizados.

⁹⁹ OCDE. The Circular Water Economy in Latin America - Policy highlights. OECD Urban Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/support-materials/2025/04/the-circular-water-economy-in-latin-america_e1f4eade/CWE-LA-Policy-Highlights-2025.pdf/jcr_content/renditions/original/CWE-LA-Policy-Highlights-2025.pdf.

¹⁰⁰ OCDE. Country Notes - The Circular Water Economy in Latin America. OECD Urban Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/support-materials/2025/04/the-circular-water-economy-in-latin-america_e1f4eade/Country%20Profiles%20-%20The%20Circular%20Water%20Economy%20in%20Latin%20America.pdf/jcr_content/renditions/original/Country%20Profiles%20-%20The%20Circular%20Water%20Economy%20in%20Latin%20America.pdf.

¹⁰¹ OCDE. Cities for All Ages. OECD Urban Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://doi.org/10.1787/f0c8fefa-en>.

¹⁰² OCDE. Cities for All Ages: Policy Highlights. OECD Urban Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 25]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/support-materials/2025/03/cities-for-all-ages_27894d77/CFAA-Policy-Highlights-2025.pdf/jcr_content/renditions/original/CFAA-Policy-Highlights-2025.pdf.

O índice citado é relativo à pesquisa acerca das taxas de emprego e desemprego mundial¹⁰³, com o recente incremento revelando que as taxas de emprego e participação na força de trabalho nos países integrantes da OCDE permaneceram praticamente estáveis em 70,2% e 73,9% no quarto trimestre de 2024, estando próximas de seus picos registrados no trimestre anterior. Além disso, é interessante observar que ambos os indicadores estavam em seus máximos históricos ou próximos deles em 11 dos 38 países da OCDE, incluindo Alemanha, Japão e Turquia.

A pesquisa também indicou que, em fevereiro de 2025, a taxa de desemprego da OCDE se manteve estável em 4,8%, confirmando a tendência iniciada em abril de 2022 de se manter igual ou abaixo de 5,0%. Ademais, tanto na União Europeia, quanto na zona do Euro, os números atingiram seus mínimos históricos com, respectivamente, 5,7% e 6,1%. Em comparação com os dados de janeiro de 2025, as taxas de desemprego de fevereiro permaneceram inalteradas em 22 países da OCDE, recuaram em 7 e se elevaram somente em 2.

¹⁰³ OCDE. OECD employment and labour force participation rates broadly stable in the fourth quarter of 2024. OECD [Internet]. 2025 Apr 17 [cited 2025 Apr 25]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/04/labour-market-situation-updated-april-2025.html>.

Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde, cooperação em CT&I e segurança alimentar, desenvolvimento agrícola sustentável e redução das desigualdades rurais em foco nos BRICS

Public Health Research and Health Systems, cooperation in ST&I and food security, sustainable agricultural development and reduction of inequalities in rural areas in focus in BRICS

Claudia Hoirisch

Resumo: Dia 15 de abril, ocorreu a 1ª reunião da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dos BRICS sob a presidência brasileira, organizada pela Fiocruz e Ministério da Saúde. Em consonância com as prioridades do Brasil, o objetivo principal desta Rede é fortalecer os sistemas de saúde dos países BRICS e a Cooperação Sul-Sul em saúde pública. A reunião marcou o lançamento do plano de trabalho proposto pelo Brasil e ocorre em um momento em que o governo dos Estados Unidos anunciou sua retirada do principal organismo que coordena esforços nessa área em nível mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS). Duas sessões foram de apresentações dos países-membros sobre as características dos seus sistemas de saúde, suas políticas prioritárias e seus desafios, bem como áreas potenciais para colaboração. O trabalho da Rede abrange três frentes: a cooperação técnica, a formação e a pesquisa em áreas prioritárias para o fortalecimento dos sistemas de saúde. A próxima reunião da Rede está programada para o dia 29 de maio. Ainda em abril, o MCTI sediou o seminário internacional 'Prospecção Tecnológica: Oportunidades em CTI para a Cooperação do BRICS'. Com temas estratégicos como IA, sustentabilidade, integração de big data e prospecção tecnológica, o Brasil deu um passo à frente na agenda de cooperação entre os países do BRICS. Os países compartilharam suas experiências em CT&I, além de fortalecer o incentivo a parcerias multilaterais. Atualmente, no Brasil, diversas instituições e grupos de pesquisa estão se aprofundando na aplicação da metodologia de prospectiva estratégica em setores como saúde pública e prevenção de pandemias, medicina tropical, indústria farmacêutica e agricultura; é o caso da Fiocruz, no setor de saúde, e da Embrapa. Ministros da Agricultura e líderes dos onze países membros do BRICS aprovaram uma Declaração Conjunta em Brasília, reforçando o compromisso do grupo com a segurança alimentar, o desenvolvimento agrícola sustentável e a redução das desigualdades nas áreas rurais. Os países do BRICS são responsáveis por 75% da produção agrícola global e abrigam quase metade dos 550 milhões de estabelecimentos agrícolas familiares do mundo, muitos deles administrados por pequenos produtores; esses dados demonstram não apenas o poder produtivo e econômico dos BRICS, mas também o papel decisivo que desempenham na segurança alimentar global. Na ocasião, destacaram o papel da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza na promoção da cooperação internacional nesta área e organizações como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) também foram incentivadas a colaborar ativamente na implementação de políticas públicas agrícolas. Os países concordaram em fortalecer os estoques de alimentos, investir em infraestrutura de armazenamento e promover instrumentos como preços mínimos e monitoramento de custos, buscando estabilizar o acesso a alimentos essenciais diante da volatilidade dos preços. Da mesma forma, espera-se que, em situações excepcionais de crise alimentar em um país-membro, os BRICS atuem em solidariedade com

respostas emergenciais. Esses estoques são incentivados a serem provenientes da agricultura familiar de pequena escala, promovendo o desenvolvimento rural, a valorização dos alimentos locais e a preservação da biodiversidade. O Brasil destacou a necessidade de tecnologia e inovação chegarem ao campo para apoiar os pequenos produtores e enfatizou que a agricultura familiar é a menos responsável pelas mudanças climáticas, mas a mais afetada por suas consequências e, portanto, deve ser prioridade no processo de adaptação e mitigação. No cenário comercial, foi discutida a necessidade de facilitar o comércio agrícola entre os países do BRICS, reduzir barreiras desnecessárias, implementar a certificação digital e estabelecer mecanismos de financiamento para importação de alimentos para países de baixa e média renda afetados pelo aumento dos preços de alimentos e insumos. O evento também marcou o lançamento do novo Plano de Ação 2025-2028, que definirá metas concretas a serem apresentadas na Cúpula do BRICS, marcada para 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: BRICS. Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dos BRICS. Cooperação em C,T&I dos BRICS. Saúde pública. Prevenção de pandemias. Medicina tropical. Indústria farmacêutica. Declaração Conjunta dos BRICS com foco em segurança alimentar.

Abstract: *On April 15, the 1st meeting of the BRICS Network for Public Health and Health Systems Research under the Brazilian presidency took place, organized by Fiocruz and the Ministry of Health. In line with Brazil's priorities, the main objective of this Network is to strengthen the health systems of the BRICS countries and South-South Cooperation in public health. The meeting marked the launch of the work plan proposed by Brazil and takes place at a time when the United States government has announced its withdrawal from the main body that coordinates efforts in this area worldwide, the World Health Organization (WHO). Two important sessions of the meeting featured presentations by each of the member countries that discussed the characteristics of their health systems, their priority policies and challenges, as well as potential areas for collaboration. The Network's work covers three fronts: technical cooperation, training and research in priority areas for strengthening health systems. The next meeting of the Network is scheduled for May 29th. In the same month, the MCTI hosted the international seminar Technological Prospecting: STI Opportunities for BRICS Cooperation. With strategic themes such as AI, sustainability, big data integration and technological prospecting (a methodology for prospecting possible futures in S,T&I) - Brazil has taken a step forward in the cooperation agenda between the BRICS countries. The meeting was an opportunity for each country to share its experiences in ST&I, in addition to strengthening the incentive for multilateral partnerships. Currently, in Brazil, several institutions and research groups are delving into the application of the foresight methodology in sectors such as public health and pandemic prevention, tropical medicine, the pharmaceutical industry, and agriculture. Among the outstanding national cases are the initiatives led by two institutions that systematically apply prospective studies in their annual planning and medium and long-term visions: Fiocruz, in the health sector, and Embrapa. Also, this month, the Ministers of Agriculture and leaders of the eleven BRICS member countries approved a Joint Declaration in Brasília, reinforcing the group's commitment to food security, sustainable agricultural development and the reduction of inequalities in rural areas. BRICS countries account for 75% of global agricultural production and are home to nearly half of the world's 550 million family farms, many of them run by smallholders; these data demonstrate not only the productive and economic power of the BRICS, but also the decisive role they play in global food security. On the occasion, they highlighted the role of the Global Alliance against Hunger and Poverty in promoting international cooperation in this area and organizations such as the New Development Bank and the International Fund for Agricultural Development (IFAD/UN) were also encouraged to actively collaborate in the implementation of agricultural*

public policies. The countries agreed to strengthen food stocks, invest in storage infrastructure and promote instruments such as minimum prices and cost monitoring, seeking to stabilize access to essential foods in the face of price volatility. Similarly, it is expected that in exceptional food crisis situations in a member country, the BRICS will act in solidarity with emergency responses. These stocks are encouraged to come from small-scale family farming, promoting rural development, valuing local foods and preserving biodiversity. Brazil highlighted the need for technology and innovation to reach the field to support small producers and emphasized that family farming is the least responsible for climate change, but the most affected by its consequences and, therefore, should be a priority in the adaptation and mitigation process. In the trade scenario, the need to facilitate agricultural trade between BRICS countries, reduce unnecessary barriers, implement digital certification, and establish financing mechanisms for food imports to low- and middle-income countries affected by rising food and input prices was discussed. The event also marked the launch of the new 2025-2028 Action Plan, which will define concrete goals to be presented at the BRICS Summit, scheduled for July 6th and 7th in Rio de Janeiro.

Keywords: BRICS. BRICS Network for Public Health and Health Systems Research. Cooperation in S, T & I of the BRICS. Public health. Pandemic prevention. Tropical medicine. Pharmaceutical industry. BRICS Joint Declaration focusing on food security.

O Brasil realizou a 1ª Reunião da Rede de Pesquisa em Saúde Pública dos BRICS em 15/4, em um momento estratégico para o fortalecimento do Sul Global na governança internacional

Dia 15 de abril, ocorreu a 1ª reunião da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dos BRICS (BRICS Network for Public Health and Health Systems Research) sob a presidência brasileira, organizada pela Fiocruz e Ministério da Saúde. Em consonância com as prioridades do Brasil, o objetivo principal desta Rede é fortalecer os sistemas de saúde dos países BRICS e a Cooperação Sul-Sul em saúde pública.

A reunião marcou o lançamento do plano de trabalho proposto pelo Brasil e ocorre em um momento em que o governo dos Estados Unidos anunciou sua retirada do principal organismo que coordena esforços nessa área a nível mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS).

“Dois princípios que orientam as atividades da Rede são o respeito aos contextos nacionais e a promoção da autonomia local”, ressaltaram Adelyne Mendes Pereira e Claudia Hoirisch, coordenadoras da iniciativa pelo Brasil. Nesse sentido, duas importantes sessões da reunião contaram com apresentações realizadas por cada um dos países-membros que discorreram sobre as características dos seus sistemas de saúde, suas políticas prioritárias e seus desafios, bem como áreas potenciais para colaboração. A partir deste diálogo, o trabalho da Rede abrange três frentes: a cooperação técnica, a formação e a pesquisa em áreas prioritárias para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

Estiveram presentes representantes da África do Sul, Brasil, China, Emirados Árabes Unidos, Índia, Indonésia, Irã e Rússia. Pela Fiocruz, participaram da organização e condução da reunião: Adelyne Mendes Pereira e Cristiani Vieira Machado, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP); Claudia Hoirisch e Paulo Buss, do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS); e João Miguel Estephano, assessor de relações internacionais da presidência.

A próxima reunião da Rede de Pesquisa em Saúde Pública dos BRICS está programada para o dia 29 de maio.

Prospectiva em C&T orienta a 1ª reunião de cooperação do BRICS em C,T&I: Seminário discutiu como a previsão tecnológica pode orientar o desenvolvimento científico no Sul Global

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI) sediou em abril, o seminário internacional Prospecção Tecnológica: Oportunidades em CTI para a Cooperação do BRICS.

Com temas estratégicos que incluem inteligência artificial, sustentabilidade, integração de big data e prospecção tecnológica — metodologia para prospectar possíveis futuros na área de CT&I - o Brasil deu mais um passo à frente na agenda de cooperação entre os países do BRICS.

O encontro foi uma oportunidade para que cada país compartilhasse suas experiências na área de CT&I, além de fortalecer o incentivo a parcerias multilaterais.

Apesar das realidades diversas dos países BRICS, houve consenso sobre temas prioritários para o futuro da ciência e tecnologia. O que mais chamou a atenção foi a convergência em torno de certos temas — em especial a questão das mudanças climáticas, que apareceu em vários discursos. Isso reflete a preocupação de diferentes países em desenvolver tecnologias que nos ajudem a enfrentar o desafio global que afeta a todos. Essa preocupação é especialmente relevante este ano, pois está diretamente ligada ao nosso próximo grande evento no Brasil, a COP30.

"Observamos uma convergência entre os países. Enquanto alguns ainda estão em processo de definição de direções, estratégias e métodos de implementação para seus projetos, outros já estão em estágios mais avançados. É o caso da Indonésia e da Rússia, que estão ativamente engajadas na área de prospecção tecnológica. A Rússia, por exemplo, conta com a Universidade HSE — um centro de excelência que oferece programas robustos focados em métodos matemáticos aplicados à modelagem de inteligência artificial", destacou Fernando Rizzo, presidente e diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)¹⁰⁴.

O workshop reuniu autoridades, especialistas e líderes globais em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) dos 11 países que atualmente compõem o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Prospecção Tecnológica

Durante o debate, Brasil também compartilhou sua perspectiva sobre como a metodologia de prospectiva pode orientar políticas públicas e decisões estratégicas em ciência e tecnologia. Para Caetano Penna, diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a prospectiva tecnológica deve estar alinhada às necessidades concretas da população e ao papel transformador da ciência e da inovação.

Prospecção é uma análise do futuro. Neste contexto, refere-se a um estudo para antecipar tendências e identificar ações que podemos tomar hoje para atingir objetivos em C,T&I. Busca responder como podemos desenvolver tecnologias para enfrentar os desafios da sociedade, olhando para o futuro e determinando quais tecnologias precisam ser desenvolvidas.

¹⁰⁴ <https://brics.br/en/news/foresight-in-science-and-technology-guides-first-brics-cooperation-meeting-on-science-technology-and-innovation>

A ciência e a tecnologia devem servir ao propósito de resolver problemas concretos e melhorar as condições de vida.

Atualmente, no Brasil, diversas instituições e grupos de pesquisa estão se aprofundando na aplicação da metodologia de prospectiva em setores como saúde pública e prevenção de pandemias, medicina tropical, indústrias farmacêutica e agricultura.

Entre os casos nacionais de destaque estão as iniciativas lideradas por duas instituições que aplicam sistematicamente estudos de prospectiva em seus planejamentos anuais e visões de médio e longo prazo: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no setor de saúde, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que desde a década de 1990 publica estudos de cenário, com foco na evolução tecnológica e em soluções inovadoras para o setor.

Cooperação e recomendações em matéria de prospectiva

Além do workshop, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) está organizando um evento presencial em outubro de 2025 com o objetivo de elaborar um documento oficial de recomendações sobre prospectiva. Este material buscará fornecer um conjunto de diretrizes estratégicas sobre as principais oportunidades dentro do tema, com foco no fomento da cooperação entre os países do grupo. Pretende-se também servir de base para uma coordenação mais estratégica da Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) no contexto do BRICS, contribuindo para o fortalecimento de iniciativas conjuntas.

Países do BRICS aprovam Declaração Conjunta com foco em segurança alimentar: prioridades incluem o fortalecimento da agricultura familiar, o combate à fome e a facilitação do comércio agrícola entre seus membros

Promover a Agricultura Inclusiva e Sustentável por meio da Cooperação, Inovação e Comércio Equitativo entre os BRICS foi o tema da Reunião Ministerial realizada em 4 de abril. O evento reuniu Ministros da Agricultura e líderes dos 11 países-membros, que aprovaram e assinaram uma Declaração Conjunta¹⁰⁵ reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento agrícola sustentável, a segurança alimentar e a redução das desigualdades nas áreas rurais.

Os países do BRICS representam 54,5% da população mundial, detêm um terço das terras agrícolas globais e possuem mais de um terço dos recursos de água doce do mundo. Juntos, respondem por 75% da produção agrícola global e abrigam cerca de metade dos 550 milhões de estabelecimentos agrícolas familiares do mundo, muitos dos quais administrados por pequenos produtores. Esses dados revelam a força produtiva e econômica dos países do BRICS e seu papel decisivo na agricultura e na segurança alimentar mundial.

Com foco na segurança alimentar, na sustentabilidade e na facilitação do comércio agrícola internacional, o documento aprovado pelos ministros representa um marco para a agricultura global, estabelecendo diretrizes claras para o período de 2025 a 2028.

Todos os países desejam atingir o mesmo patamar que o Brasil em termos de produção de alimentos. A agricultura é um aspecto fundamental, e discutir esse tema no BRICS é extremamente valioso. Em países africanos, onde a agricultura não é tão desenvolvida, é de grande importância para participar desse processo, e o BRICS representa uma oportunidade

¹⁰⁵ https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/favaro-destaca-lideranca-do-brasil-em-seguranca-alimentar-e-sustentabilidade-durante-reuniao-do-brics-em-brasilia/ministerial-declaration_brics_awg_2025_final_17-04-2025.pdf

estratégica para a troca de experiências e o fortalecimento da cooperação entre os países-membros, particularmente em áreas-chave como a agricultura.

Segurança Alimentar: Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

O primeiro compromisso diz respeito à segurança alimentar e nutricional, com ênfase na garantia do acesso equitativo a alimentos de qualidade para todas as populações, especialmente em tempos de crise global. A declaração reconhece a importância da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza¹⁰⁶ para promover a cooperação internacional.

Os representantes dos países reconheceram o papel da agricultura para a erradicação da fome e a redução das desigualdades sociais e regionais. Além disso, considerando que o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) são membros fundadores da Aliança Global, a Declaração incentiva ambas as instituições a se engajarem com os países-membros que desejam implementar instrumentos e programas de políticas relacionados a esse tema.

Entre as ações acordadas estão o fortalecimento de reservas estratégicas de alimentos, o investimento em infraestrutura de armazenamento e a promoção de instrumentos de política pública, como o apoio ao preço mínimo e o monitoramento dos custos de produção, visando estabilizar o acesso a alimentos essenciais. Essas medidas visam enfrentar a volatilidade dos preços, identificada como um dos principais desafios à segurança alimentar global.

A Declaração também inclui o compromisso de que, em situações excepcionais que afetam qualquer país do BRICS — como escassez de alimentos ou picos repentinos de preços — a cooperação entre os membros pode apoiar respostas de emergência, baseadas na solidariedade entre os países.

Respeitando a estratégia agrícola de cada país, o BRICS incentiva a formação de estoques de alimentos, sempre que possível, por meio da compra de produtos da agricultura familiar de pequena escala. Essa abordagem pode ajudar a revitalizar e desenvolver áreas rurais, gerar renda para comunidades de baixa renda e promover a valorização e a preservação da produção e do consumo de alimentos locais e nativos.

Agricultura Familiar

Em relação aos pequenos produtores agrícolas, a Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Fernanda Machiaveli, enfatizou a importância do fortalecimento das políticas para a agricultura familiar e reafirmou o papel do bloco na construção de um futuro mais sustentável e justo para os pequenos produtores.

Ela ressaltou que, embora o mundo esteja vivenciando avanços tecnológicos significativos, é essencial que a inovação chegue à agricultura de pequena escala, isso porque a tecnologia deve servir para facilitar o trabalho no campo, gerar renda e garantir a produção de alimentos saudáveis e diversificados.

Entre os itens estratégicos destacados pela secretária e incluídos na Declaração Conjunta está a promoção de parcerias entre os países do Sul Global com o objetivo de produzir máquinas e equipamentos adaptados à agricultura familiar. Os objetivos, são promover a dignidade, atrair jovens para as áreas rurais e acelerar uma transição justa.

¹⁰⁶ <https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/>

“A agricultura familiar não é responsável pelo aumento global das temperaturas, pois não contribui significativamente para as emissões de gases de efeito estufa. No entanto, é o setor que mais sofre com as mudanças climáticas, justamente por depender do clima”. Ela também enfatizou que “a agricultura familiar tem o potencial de aliar agroecologia, manejo sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade por populações tradicionais”.

Sustentabilidade e Inovação

Outro argumento importante apresentado na Declaração Conjunta é que os países do BRICS têm o potencial de desempenhar um papel estratégico no aumento da produtividade agrícola global por meio do alinhamento de suas capacidades industriais com as necessidades dos pequenos produtores, tanto dentro do bloco quanto em outras nações do Sul Global. Para avançar nesse caminho, o documento recomenda a adoção de estratégias de investimento que fomentem parcerias entre empresas e universidades nos países-membros, fomentando a produção local de máquinas agrícolas e o intercâmbio voluntário de tecnologias inovadoras adaptadas aos contextos regionais.

A Declaração propõe o estabelecimento de um mecanismo de financiamento estruturado, potencialmente envolvendo organizações internacionais, para apoiar projetos focados na conservação do solo e na restauração de áreas degradadas, como manguezais, margens de rios, planícies de inundação e áreas úmidas. As ações prioritárias incluem a correção da acidez do solo, o controle da salinização e o investimento em pesquisa, infraestrutura e assistência técnica para trabalhadores agrícolas e proprietários rurais. Para apoiar a adoção dessas práticas, o documento destaca o lançamento da Parceria dos BRICS para a Restauração de Terras, em alinhamento com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).

Menos barreiras ao comércio agrícola

O terceiro e último pilar da Declaração concentra-se em facilitar o comércio agrícola internacional, com o objetivo de reduzir barreiras desnecessárias, promover a transparência e permitir a troca de produtos agrícolas e pecuários entre os países-membros. Propõe também a adoção da certificação digital para reduzir a burocracia, mitigar o risco de fraude, prevenir a falsificação e melhorar a rastreabilidade.

Outro compromisso é o possível estabelecimento de um mecanismo para facilitar o financiamento de importações de alimentos dentro do BRICS, como um meio de fornecer alívio financeiro emergencial a países de baixa e média renda afetados pelo aumento dos custos de alimentos e outros insumos essenciais, como fertilizantes e energia.

Plano de Ação 2025–2028

O evento também marcou o lançamento do Plano de Ação 2025-2028, que reflete uma abordagem mais ambiciosa alinhada aos princípios que buscam equilibrar as necessidades alimentares e agrícolas com a sustentabilidade ambiental.

Este novo plano operacionalizará os compromissos políticos delineados na Declaração, estabelecendo metas, prazos e iniciativas concretas a serem submetidas à aprovação na Cúpula do BRICS, programada para 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro.

**América Latina entre dois “síndicos do condomínio”:
saídas solitárias para questões latino-americanas**

***América Latina entre dos “administradores del condominio”:
salidas solitarias para cuestiones latinoamericanas***

**Miryam Minayo
Sebastián Tobar
Samia de Brito Franco**

Resumo: A América Latina vive hoje uma intensa competição geopolítica entre Estados Unidos e China, que se reflete em áreas como segurança, economia e saúde. O relatório desta quinzena destaca que o novo Comando Sul (Southcom) expandiu sua presença militar e de cooperação – com exercícios e missões médicas na Guiana e acordos de reativação de bases no Panamá – enquanto pressiona aliados regionais (El Salvador, Argentina) a alinharem-se contra a “influência maligna” da China. Em paralelo, Pequim segue investindo sobretudo em infraestrutura e comércio, consolidando-se como parceiro econômico-chave. No campo interno, desafios cruciais se sobrepõem: a Colômbia declarou emergência sanitária por um surto de febre amarela; Trinidad e Tobago realiza eleições marcadas por crise econômica e violência de gangues, e a Argentina debate a interferência do FMI, após elogios de Kristalina Georgieva ao programa de Javier Milei. Ao mesmo tempo, América Latina e Caribe reiteram seu apoio à candidatura de um novo Secretário-Geral da ONU latino-americano, especialmente uma mulher, refletindo os anseios regionais por maior representatividade e voz global.

Palavras-chave: América Latina e Caribe, Geopolítica, Integração regional

Resumen: América Latina vive hoy una intensa competencia geopolítica entre Estados Unidos y China, que se refleja en áreas como seguridad, economía y salud. El informe de esta quincena destaca que el nuevo Comando Sur (Southcom) ha ampliado su presencia militar y de cooperación —con ejercicios y misiones médicas en Guyana y acuerdos para reactivar bases en Panamá— mientras presiona a aliados regionales (El Salvador, Argentina) para que se alineen contra la “influencia maligna” de China. Paralelamente, Pekín continúa invirtiendo principalmente en infraestructura y comercio, consolidándose como socio económico clave. En el ámbito interno, se superponen desafíos cruciales: Colombia declaró emergencia sanitaria por un brote de fiebre amarilla; Trinidad y Tobago celebra elecciones marcadas por crisis económica y violencia de pandillas; y Argentina debate la injerencia del FMI tras los elogios de Kristalina Georgieva al programa de Javier Milei. Al mismo tiempo, América Latina y el Caribe reafirman su apoyo a la candidatura de un nuevo Secretario General de la ONU procedente de la región, especialmente una mujer, reflejando las aspiraciones regionales de mayor representatividad y voz global.

Palabras clave: América Latina y el Caribe, Geopolítica, Integración regional

Apresentação

A América Latina enfrenta uma situação de dupla dependência de dois concorrentes estratégicos globais com paridades de poder relativas. Sob a liderança de Trump, os Estados

Unidos buscam recuperar sua hegemonia global e regional mudando as regras do jogo, promovendo o protecionismo e desestabilizando os equilíbrios militares estratégicos.

A região está vivenciando uma bipolaridade emergente entre Washington e Pequim, com os Estados Unidos, com sua “*Doutrina Monroe Reload*”, buscando domínio militar estratégico ao implantar seu Comando Sul na região e retomar sua influência no Canal do Panamá. A China também consolidou o segundo maior orçamento militar do mundo¹⁰⁷ mas seu poder é de natureza econômica, constituindo-se em um dos principais parceiros na região¹⁰⁸.

Neste triângulo entre Estados Unidos, China e América Latina, os aliados tradicionais, especialmente na Europa, enfrentam três opções: manter o alinhamento com os Estados Unidos, alinhar-se com a China ou optar por uma autonomia estratégica que não implique isolamento, mas sim diversifique as relações comerciais e geopolíticas, fortalecendo laços com países neutros e emergentes.

Por outro lado, os BRICS estão emergindo desse triângulo de poder para enfrentar a guerra comercial de Trump contra o mundo, especialmente a China, um dos pesos pesados entre os países emergentes.

Como já analisamos nestes Cadernos, a Saúde Global foi fortemente impactada pela saída dos Estados Unidos da OMS, pelo fechamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e por cortes drásticos no financiamento dos Institutos Nacionais de Saúde (NHI) e dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e programas de pesquisa biomédica em instituições acadêmicas de prestígio.

Ainda não temos certeza sobre a extensão do impacto dessas medidas na América Latina, mas, como já observamos, além dessa queda no financiamento e da cooperação observada no setor de saúde, parece ter algum aumento na cooperação em segurança e defesa¹⁰⁹.

Observamos com preocupação o surgimento do Comando Sul dos Estados Unidos como um novo ator para a diplomacia e a cooperação em saúde na região, conforme descrito nos parágrafos abaixo com base no caso da Guiana.

Forte presença do Southcom na Região

O novo chefe do Comando Sul dos Estados Unidos (Southcom), Almirante Alvin Holsey, se reunirá com autoridades governamentais e militares sul-americanas. Nesse sentido, ele visitará a base naval argentina em Ushuaia, que desempenha um papel fundamental na proteção de rotas marítimas vitais para o comércio global.

¹⁰⁷ No final da Guerra Fria, o orçamento de gastos militares da China era de 1% dos gastos globais, comparado a 44% dos Estados Unidos. Em 2023, a diferença terá diminuído para 37,5% nos Estados Unidos e 13% na China.

¹⁰⁸ De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz (SIPRI), os gastos militares tiveram seu maior aumento em 2024 desde o fim da Guerra Fria, como resultado de guerras e conflitos em andamento. Os orçamentos de defesa aumentaram em mais de 100 países no ano passado. Os Estados Unidos são o líder mundial (998 bilhões), representando 37% dos gastos militares globais e 66% dos países da OTAN. Em segundo lugar está a China, que vem investindo na modernização de suas forças armadas, que aumentaram 7%, para US\$ 314 bilhões em 2024. Para mais informações sobre despesas militares, consulte o: <https://www.sipri.org/news/2025/annual-review-2024-out-now>

¹⁰⁹

Ele também se reuniu com o Chefe do Estado-Maior Conjunto da Defesa do Chile; Pablo Nieman Figari, com quem analisou a cooperação. Na ocasião, o Comando Sul dos Estados Unidos (Southcom) emitiu uma declaração destacando o Chile como um líder regional e “um dos parceiros de segurança mais importantes dos Estados Unidos, graças às suas fortes relações militares bilaterais, cooperação regional em segurança, colaboração em defesa e alianças multinacionais”.

O Comando Sul¹¹⁰ é um dos seis comandos unificados geograficamente focados dos Estados Unidos e é responsável pelas operações militares dos EUA no Caribe, América Central e América do Sul, bem como pela cooperação em segurança e defesa na região.

O Southcom também enviou uma missão da Equipe de Assistência Médica das Pequenas Antilhas 2025 para a Guiana em abril, onde desenvolveram uma colaboração médica intensiva entre militares dos EUA e seus homólogos guianenses. A missão, realizada em hospitais e clínicas por toda a Guiana, teve como objetivo fortalecer parcerias, melhorar a competência médica e otimizar a interoperabilidade entre os Estados Unidos e a Guiana¹¹¹.

El Salvador: aliado ou fantoche dos Estados Unidos?

O Ministro da Defesa salvadorenho, René Francis Merino Monroy se reuniu com o Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, como parte de um encontro bilateral no qual o secretário elogiou o vínculo entre os dois países e consolidou o seu relacionamento.

Na ocasião o Secretário da Defesa elogiou a repressão ao crime em El Salvador nos últimos anos, descrevendo os esforços do governo salvadorenho como “nada menos que um milagre¹¹²”.

Enquanto isso, o Presidente de El Salvador, Nayib Bukele continua com sua política de terceirização de seu sistema prisional e recebe os deportados pelos Estados Unidos que

¹¹⁰ O comando também é responsável por garantir a defesa do Canal do Panamá. O SOUTHCOM é um comando conjunto composto por mais de 1.200 militares e civis representando o Exército, a Marinha, a Força Aérea, o Corpo de Fuzileiros Navais, a Guarda Costeira e diversas outras agências federais. <https://www.southcom.mil/About/>

¹¹¹ Quase 60 profissionais médicos militares dos EUA participaram, incluindo membros da ativa da Força Aérea, aviadores do Comando da Reserva da Força Aérea e soldados do Exército dos EUA. Eles trabalharam junto com seus colegas guianenses para fornecer cuidados médicos essenciais em cinco grandes centros médicos: Port Marrant Hospital, New Amsterdam Regional Hospital, West Demerara Regional Hospital, Georgetown Public Hospital Corporation e Cheddi Jagan College of Dentistry. A missão fazia parte de iniciativas globais de saúde em andamento lideradas pela Força Aérea do Sul. <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/4161514/lamat-2025-culminates-in-guyana/>

¹¹² "As vitórias de seu país contra cartéis violentos e empresas criminosas — grupos que aterrorizaram seu povo e suas comunidades — são um modelo para todos em nosso hemisfério", disse Hegseth, acrescentando que ele e o presidente Donald J. Trump apreciam aliados como El Salvador porque eles "superam suas expectativas"...Em relação à aplicação da lei sob uma perspectiva militar, Hegseth disse que os EUA estão muito impressionados com a capacidade de interdição de drogas da Marinha salvadorenha. Em dezembro de 2023, o governo dos EUA doou dois barcos de patrulha à Marinha Nacional de El Salvador como um exemplo do compromisso dos EUA com a luta internacional contra o narcotráfico. <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/4157684/hegseth-welcomes-salvadoran-counterpart-praises-relationship-between-countries/>

permanecem nas prisões salvadorenhas. Bukele¹¹³ avançou propondo a Nicolas Maduro, um “acordo humanitário” para repatriar migrantes venezuelanos expulsos dos Estados Unidos e detidos em uma prisão de segurança máxima no país centro-americano, acusados de pertencer à gangue criminosa transnacional Tren de Aragua, em troca da libertação de “presos políticos”.

Maduro respondeu por meio do programa de televisão “Con Maduro +” (https://www.youtube.com/watch?v=IOY5fJw_He8), que ele apresenta. “Bukele é um violador em série do direito à liberdade, ao tratamento justo e à dignidade humana”, e afirmou que “Bukele agiu de acordo com os padrões e cânones de violações em série dos direitos humanos e agiu de acordo com os esquemas dos nazistas¹¹⁴”.

O presidente Nayib Bukele se encontrou com seu colega americano, Donald Trump, em 14 de abril – conforme contamos na edição anterior dos Cadernos. Eles discutiram questões relacionadas à migração, crime e terrorismo, expressando o desejo de El Salvador de ajudar¹¹⁵.

O FMI está interferindo na política nacional argentina, incentivando as pessoas a votarem em Milei

Em outro país onde temos um importante aliado de Trump, a Argentina, ocorreram fatos inéditos. Em uma atitude sem precedentes, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, Cristalina Georgieva, declarou: “O país terá eleições em outubro. É muito importante que a vontade de mudança não seja prejudicada. Peço à Argentina que mantenha o rumo.”¹¹⁶ O país terá eleições em outubro.

Georgieva elogiou o programa econômico de Milei em uma coletiva de imprensa à margem da Reunião de Primavera do FMI e do Banco Mundial, realizada em Washington. Ela enfatizou que a Argentina “mostrou que desta vez é diferente. Desta vez, há uma decisão de colocar a economia no caminho certo: de um déficit elevado para um superávit, de uma inflação de dois dígitos para uma inflação que, em fevereiro, caiu abaixo de 3%. De 50% de pobreza para cerca de 37% agora, ainda muito alta, mas em queda”.

¹¹³ Bukele publicou uma mensagem na Rede X: “Quero propor um acordo humanitário que inclua a repatriação de 100% dos 252 venezuelanos que foram deportados, em troca da libertação e entrega de um número idêntico (252) dos milhares de presos políticos que vocês mantêm” “Vocês disseram em inúmeras ocasiões que querem os venezuelanos de volta e livres” “Ao contrário de vocês, que têm presos políticos, nós não temos presos políticos” e garantiu que “todos os venezuelanos que temos presos foram detidos no âmbito de uma operação contra gangues como a do Trem Aragua, nos Estados Unidos”. <https://hoy.com.do/la-propuesta-de-nayib-bukele-a-nicolas-maduro-de-las-que-se-habla/>

¹¹⁴ <https://hoy.com.do/la-respuesta-de-nicolas-maduro-a-nayib-bukele/>

¹¹⁵ “Estamos ansiosos para ajudar. Sabemos que eles têm um problema de criminalidade, um problema de terrorismo e precisam de ajuda. Somos um país pequeno, mas se pudermos ajudar, ajudaremos”, disse o líder centro-americano, que considerou uma honra estar no Salão Oval ao lado do “presidente e líder do mundo livre”. Bukele afirmou que San Salvador não é mais a “capital mundial do assassinato” e que seu país se tornou, em sua opinião, o mais seguro da América Latina: “Às vezes, dizem que prendemos milhares. Eu gosto de dizer que, na verdade, libertamos milhões.” <https://hoy.com.do/reunion-bukele-trump-de-que-hablaron-en-la-casa-blanca/>

¹¹⁶ https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/inedita-intromision-del-fmi-en-la-politica-nacional-insto-a-votar-por-el-gobierno-de-milei/

O Partido Justicialista^{117, 118} (PJ) denunciou publicamente a chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, por “*interferência eleitoral*”. “Custou muito a nós, argentinos, conquistar a liberdade de voto para submeter a decisão a um organismo estrangeiro que não tem voz na vontade do povo argentino”.

Outros políticos argentinos de diferentes convicções políticas se manifestaram contra as declarações de Georgieva¹¹⁹.

Após críticas à interferência do FMI na política argentina, Georgieva teve que esclarecer suas declarações¹²⁰: “*As eleições são para o povo argentino, não para nós. O que aprendemos com a experiência é que, muitas vezes, antes das eleições, os governos enfraquecem sua determinação de implementar reformas, então minha mensagem ao governo foi: estabeleçam um rumo em benefício do crescimento da Argentina, em benefício do povo argentino*”.

Próximo Secretário-Geral das Nações Unidas

A nomeação do próximo Secretário-Geral ocorrerá na Assembleia Geral das Nações Unidas, e tudo indica que um candidato da América Latina e do Caribe será escolhido para o cargo.

As negociações para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas estão avançando, e vários países estão defendendo uma candidata da região.

Alguns candidatos que já manifestaram interesse em concorrer são:

Mia Mottley¹²¹: Primeira mulher a servir como primeira-ministra em Barbados. Ela é líder do Partido Trabalhista de Barbados e tem atuado ativamente na luta contra as mudanças climáticas, promovendo um plano para atingir emissões líquidas zero até 2035. Mottley atuou como co-presidente do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A recente eleição de Albert Ramdin, do Suriname, como Secretário-Geral da OEA torna difícil para outro candidato caribenho ter a chance de se tornar Secretário-Geral das Nações Unidas.

¹¹⁷ <https://www.diariopopular.com.ar/politica/el-pj-repudio-kristalina-georgieva-y-denuncio-la-intromision-del-fmi-las-elecciones-n839544>

¹¹⁸ <https://www.perfil.com/noticias/politica/el-pj-rechazo-las-declaraciones-de-kristalina-gerogieva-por-intromision-electoral.phtml>

¹¹⁹ O liberal Carlos Maslatón, que compartilhou o vídeo do funcionário, foi direto: “*Nunca vimos o FMI fazer campanha diretamente por um governo*”. Cecilia Moreau, representante da Frente Renovadora, declarou: “*A declaração de Kristalina Georgieva é pornográfica; a dívida que eles assumiram em violação à lei é ilegal e ilegítima*.” Desde o bloco parlamentar da União pela Pátria, Germán Martínez, declarou: “*Georgieva deixa claro: o FMI não apenas define a política econômica da Argentina, mas também direciona claramente sua estratégia política e eleitoral, incentivando as pessoas a votarem em Milei. Com Milei e o FMI, a soberania política e a independência econômica acabaram*.” <https://www.perfil.com/noticias/politica/el-pj-rechazo-las-declaraciones-de-kristalina-gerogieva-por-intromision-electoral.phtml>

¹²⁰ www.lanacion.com.ar/economia/kristalina-georgieva-debio-aclarar-sus-dichos-tras-el-revuelo-que-genero-su-apoyo-electoral-al-nid25042025/

¹²¹ https://es.wikipedia.org/wiki/Mia_Mottley

Michelle Bachelet¹²²: Aos 73 anos, ex-presidente do Chile por dois mandatos, membro do Partido Socialista e da aliança de centro-esquerda, ela atuou como Diretora da ONU Mulheres e Alta Comissária para os Direitos Humanos.

Rebeca Grynspan Mayufis¹²³ é ex-vice-presidente da Costa Rica, tem 69 anos, é uma economista costarriquenha que atualmente atua como Secretária-Geral da Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), atuou como Secretária-Geral Ibero-Americana, Administradora Associada do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre outros cargos no Sistema das Nações Unidas. A candidatura de Grynspan¹²⁴ teria o apoio da presidente mexicana Claudia Sheinbaum e do presidente colombiano Gustavo Petro. Também conta com o respaldo de Washington. A candidata mantém relações cordiais com a Rússia, um fator que se alinha à estratégia internacional promovida pela Casa Branca e pode ser fundamental para garantir o apoio dos países africanos¹²⁵.

Juan Manuel Santos Calderón¹²⁶: político, economista e professor colombiano, Prêmio Nobel da Paz de 2016 e ex-presidente da Colômbia. Atualmente é professor na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, na Universidade Nacional da Colômbia e membro do Conselho da Fundação Rockefeller. Santos apoiou a ideia do “*petrosantismo*”¹²⁷ como uma aliança com o presidente Petro que daria suporte à sua candidatura. Apesar do consenso de que a nova Secretária-Geral deveria ser uma mulher, Petros tem transferido cada vez mais apoio à candidata costarriquenha.

Rafael Grossi¹²⁸: Ele é um diplomata de carreira argentino. Desde 2019, ele atua como Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica e manifestou interesse em concorrer ao cargo de Secretário-Geral. Formado em Ciência Política pela Universidade Católica Argentina, ingressou no serviço exterior em 1985, após se formar com medalha de prata pelo Instituto de Serviço Exterior da Nação (ISEN). Ele concluiu seu mestrado e doutorado em relações internacionais no Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais da Universidade de Genebra, Suíça.

David Choquehuanca: Líder sindical e político boliviano de ascendência aimará. Ele é o atual vice-presidente da Bolívia. Anteriormente, ele foi Ministro das Relações Exteriores e atuou como Secretário-Geral da aliança ALBA. Na 24ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, realizada recentemente em Nova York, o Pacto de Unidade Boliviano¹²⁹ endossou o vice-presidente David Choquehuanca como candidato indígena para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU), pelo que é a mais nova candidatura que se espalhou.

O processo de seleção do novo Secretário deverá seguir os seguintes passos:

¹²² https://es.wikipedia.org/wiki/Michelle_Bachelet

¹²³ https://en.wikipedia.org/wiki/Rebeca_Grynspan

¹²⁴ <https://elpais.com/america/foro-economico-caf-wip/2025-02-04/rebeca-grynspan-es-el-momento-de-america-latina-le-toca-la-secretaria-general-de-la-onu.html>

¹²⁵ <https://www.larepublica.net/noticia/tica-rebeca-grynspan-seria-impulsada-por-claudia-sheinbaum-para-dirigir-la-onu>

¹²⁶ https://es.wikipedia.org/wiki/Juan_Manuel_Santos

¹²⁷ <https://www.infobae.com/colombia/2025/02/10/averiguen-donde-fueron-esas-reuniones-entre-petro-y-santos-ivan-duque-dice-que-santos-quiere-ser-secretario-de-naciones-unidas/>

¹²⁸ https://es.wikipedia.org/wiki/Rafael_Grossi

¹²⁹ A posição foi expressa em nome das 36 Nações Indígenas-Originárias-Camponesas da Bolívia

Primeiro passo: Uma publicação é feita pelas presidências da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança para notificar que o período de seleção e nomeação do novo Secretário-Geral está aberto.

Segundo passo: Os presidentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança informam os Estados-Membros dos nomes dos candidatos. Paralelamente, elas também serão publicadas no site.

Terceiro passo: Os candidatos serão convidados a fazer uma apresentação sobre sua visão para o futuro e participar de um diálogo informal com os Estados-Membros. O mesmo será feito com a Assembleia Geral, antes que o Conselho de Segurança inicie sua seleção.

Quarto passo: De acordo com uma carta, o Conselho de Segurança gera uma recomendação à Assembleia Geral. Há mais de 20 anos, o Conselho decidiu por unanimidade recomendar um candidato à Assembleia Geral.

Quinto passo: A Assembleia Geral decide e nomeia o próximo Secretário-Geral da ONU por meio de uma resolução.

Sexto Passo: Com a decisão pronta, o Secretário-Geral inicia seu mandato no primeiro dia do ano seguinte à eleição. O mandato é especificado nas resoluções relevantes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral sobre nomeação e seleção. Nas últimas eleições, o mandato foi de cinco anos.

Como temos informado nestes Cadernos, os Presidentes dos Estados membros da Comunidade de Estados de América Latina e o Caribe (CELAC) se manifestaram, na Declaração de Tegucigalpa, no ponto 3: *“Afirmar sua convicção comum de que é oportuno e apropriado que um cidadão de um Estado da América Latina e do Caribe ocupe o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, considerando que, dos nove Secretários-Gerais que a ONU teve até o momento, apenas um veio de um Estado da região e lembrando que o cargo nunca foi ocupado por uma mulher.”*

A missão da OEA reconheceu a vitória de Noboa nas eleições equatorianas e descartou fraude¹³⁰

A OEA enviou observadores para cobrir as eleições presidenciais. Ao completarem a missão, eles concluíram que os resultados do Conselho Nacional Eleitoral *"correspondem à amostra coletada no campo"*¹³¹ (território).

A Missão de Observação Eleitoral (MOE/OEA) aproveita a oportunidade para reiterar que os resultados anunciados pelo CNE são consistentes com a amostra coletada pela Missão no terreno. Além disso, a equipe de observação comparou as atas das seções eleitorais visitadas e verificou que as atas transmitidas, as entregues aos partidos políticos e as devolvidas nas urnas eram totalmente consistentes.

A Missão de Observação Eleitoral da OEA reafirmou sua total confiança nos resultados apresentados pelo CNE e reconheceu os esforços das autoridades eleitorais, dos delegados dos

¹³⁰ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/04/26/la-mision-de-la-oea-reconocio-la-victoria-de-daniel-noboa-en-las-elecciones-de-ecuador-y-descarto-fraude/>

¹³¹ https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-021/25

partidos políticos e do público equatoriano para realizar uma eleição pacífica, ordeira e transparente.

Na manhã de 24 de abril, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) negou quatro alegações da aliança Revolução Cidadã-RETO sobre supostas irregularidades em aproximadamente 1.800 contagens de votos. As contagens de votos relatadas totalizaram aproximadamente 500.000 votos. Um número que ainda não é suficiente para que a candidata do RC-RETO, Luisa González, ultrapasse Daniel Noboa. As alegações eram de falta de assinaturas e inconsistências numéricas¹³².

Enquanto isso, o presidente venezuelano Nicolás Maduro reiterou as alegações de "fraude" alimentadas pelo "correísmo". É curioso que Maduro esteja exigindo transparência nas eleições no Equador, mesmo sem ter tornado públicos os resultados que supostamente confirmam seu novo mandato no país. Maduro declarou: *"Este CNE fechou a porta para a sociedade civil equatoriana e para as organizações internacionais e fechou a porta para qualquer revisão legal que desse alguma transparência a um processo que está visivelmente contaminado por fraude, crime, repressão e influência do tráfico de drogas"*¹³³.

CEPAL: Especialistas impulsionam a reestruturação da dívida e a criação de novos instrumentos financeiros para enfrentar a mudança climática e a perda da natureza nesta "década crítica de ação"^{134 135}

Um novo informe de especialistas, encomendado pelos governos da Colômbia, Quênia, França e Alemanha, destaca a existência de um "círculo vicioso" entre o aumento da dívida, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Intitulado *"Healthy Debt on a Healthy Planet: Towards a virtuous circle of sovereign debt, nature and climate resilience"*, o relatório mostra como os riscos associados às crises climática e ambiental estão agravando as perspectivas de crescimento e endividamento de muitos países em desenvolvimento e mercados emergentes, ao mesmo tempo em que o aumento dos pagamentos do serviço da dívida compromete sua capacidade de enfrentar esses riscos. O objetivo do informe é apoiar esses países no uso sustentável do endividamento, promovendo instrumentos financeiros inovadores que estimulem investimentos compatíveis com o clima e a natureza, em um momento considerado como uma "década crítica" para a ação global.

O informe foi elaborado por um Grupo Independente de Especialistas (IEG), copresidido por Songwe e Kraemer, composto por representantes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, com experiência em governos, instituições financeiras internacionais, setor privado, academia e sociedade civil. Conta ainda com o apoio técnico de quatro centros de pesquisa independentes: a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o ODI Global do Reino Unido, o Finance for Development Lab da França e o Africa Centre for Economic Transformation de Gana.

¹³² <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/cne-niega-impugnacion-actas-revolucion-ciudadana-IB9210280>

¹³³ <https://sumarium.info/2025/04/24/maduro-insiste-en-denunciar-fraude-en-ecuador-pese-a-finalizacion-de-escrutinio/>

¹³⁴ <https://www.cepal.org/es/noticias/expertos-impulsan-reestructuracion-la-deuda-creacion-nuevos-instrumentos-financieros>

¹³⁵ <https://debtnatureclimate.org/reports/>

O documento aponta que muitos países de baixa e média-baixa renda enfrentam saídas líquidas de capital, com os pagamentos de juros superando a entrada de novos empréstimos — o que, em 2023, representou cerca de 4 bilhões de dólares. Além disso, segundo o Fórum Econômico Mundial, riscos ambientais são vistos como as principais barreiras ao crescimento global. Diante desse cenário, o informe apresenta uma série de recomendações, como a necessidade de o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial revisarem seus modelos de Análise de Sustentabilidade da Dívida, incorporando melhor os riscos climáticos e os benefícios econômicos da mitigação desses riscos. Também recomenda que países desenvolvidos, outros credores e o FMI estabeleçam novos programas para permitir a reestruturação ou o refinanciamento das dívidas dos países emergentes e em desenvolvimento, visando apoiar seus planos de crescimento baseados em investimentos verdes e resilientes ao clima.

O relatório também sugere que os bancos multilaterais de desenvolvimento, em parceria com países devedores e credores, ampliem o uso de instrumentos financeiros inovadores, como cláusulas de resiliência climática e intercâmbio de dívida por natureza ou ação climática. Ainda, propõe que países doadores, o setor privado e os bancos multilaterais criem novos instrumentos, como a securitização de fluxos futuros de assistência oficial para o desenvolvimento (AOD), para gerar fontes adicionais de financiamento para projetos climáticos e ambientais. Outro ponto importante é a criação de uma “janela única” pelas instituições financeiras internacionais e pelas comissões econômicas regionais da ONU, destinada a oferecer assistência técnica aos países em desenvolvimento na gestão sustentável da dívida.

Os copresidentes do grupo de especialistas, Vera Songwe e Moritz Kraemer, reforçaram a urgência dessas ações. Songwe destacou que, diante dos crescentes impactos climáticos, é essencial que os países reestruturam suas dívidas para investir em resiliência climática e no crescimento sustentável. Já Kraemer chamou atenção para o atual contexto geopolítico, que reduziu a ajuda internacional, tornando ainda mais necessário desenvolver mecanismos que mobilizem financiamento privado em larga escala para o clima e a natureza.

Por fim, o documento explica como se estrutura o “círculo vicioso” entre dívida, clima e biodiversidade. A crise climática e a perda de biodiversidade levam ao aumento do endividamento, seja para financiar respostas a desastres ou para arcar com os altos custos da transição para economias sustentáveis. Ao mesmo tempo, esses fatores provocam tensões sociais e reduzem o crescimento econômico, diminuindo a capacidade de pagamento das dívidas e elevando os custos de financiamento. Em contrapartida, a própria crise da dívida limita a capacidade dos países de investir em ações climáticas e de preservação ambiental, além de aumentar o custo do crédito, tornando ainda mais difícil financiar iniciativas sustentáveis e, em alguns casos, pressionando os países a intensificarem a exploração de recursos naturais para gerar receitas.

Canal do Panamá e o novo colonialismo americano^{136 137}

Desde que Donald Trump voltou à Casa Branca, Washington não para de ameaçar o Panamá com sua intenção de “retomar o Canal”. O memorando de entendimento assinado entre Estados Unidos e Panamá em abril, que restabelece a presença rotativa de tropas

¹³⁶ <https://www.bbc.com/mundo/articles/c2lzprwe7e9o>

¹³⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-navios-dos-eua-nao-devem-pagar-para-usar-canais-do-panama-e-de-suez/>

americanas em três bases panamenhas (Sherman, Rodman e Howard) e garante passagem “primeiro e livre” (gratuita) de navios militares dos EUA pelo Canal, é prova de que as intenções do presidente já estão se concretizando. O acordo merece um olhar crítico sobre seus potenciais impactos políticos, jurídicos e geoestratégicos.

1. Risco à neutralidade do Canal

O Tratado Torrijos-Carter de 1977 consagrou o princípio de neutralidade do Canal de Panamá, proibindo que qualquer potência explore ou favoreça interesses militares em seu funcionamento. Ao permitir presença militar rotativa e trânsito prioritário dos EUA, o memorando fragiliza esse pilar jurídico. Mesmo que o governo Mulino afirme não haver cessão de território, o simples desfile de tropas e embarcações altera o status simbólico e prático de um canal que deve servir a “todos, sem distinção de nacionalidade” — potencialmente criando precedentes para outras potências reivindicarem acordos semelhantes.

2. Soberania e percepção doméstica

Embora o Executivo panamenho defenda que a soberania não foi afetada, a retomada de bases que custaram décadas de negociação pode gerar desgaste político interno. A reação de oposição e de parte da sociedade civil aponta para um sentimento de retrocesso: posições ideológicas anti-estadunidenses ou, inversamente, pró-china, podem se radicalizar. Protestos já ocorreram, revelando que o memorando não foi debatido amplamente no Legislativo nem com a população, fragilizando a governabilidade de Mulino.

3. Geopolítica e rivalidade EUA-China

O pretexto de “contrabalançar a influência maligna da China” revela que o Canal de Panamá se tornou outro tabuleiro da competição estratégica entre grandes potências. Ao romper o acordo da Rota da Seda em fevereiro de 2025, Panamá alinhou-se decisivamente com Washington, mas à custa de diversificação de parceiros e de possíveis investimentos chineses em infraestrutura. A curto prazo, isso reforça a segurança segundo a ótica estadunidense; a médio e longo prazo, pode expor o país a retaliações econômicas de Pequim ou a uma dependência excessiva de Washington.

4. Benefícios tangíveis versus custos estratégicos

O governo promete que a presença militar trará maior capacidade de resposta a ameaças e cooperação em segurança. Porém, não está claro se riscos concretos — como terrorismo, pirataria ou incidentes ambientais — justificam tal escalada. Ademais, eventuais gastos logísticos e de adaptação das bases podem recair sobre o orçamento panamenho, sem garantir contrapartidas financeiras ou tecnológicas proporcionais.

5. Alternativas de cooperação

O Panamá poderia ter buscado mecanismos multilaterais de segurança marítima, envolvendo a ONU ou a Organização dos Estados Americanos, em vez de um pacto bilateral assimétrico. Uma estrutura regional de monitoramento e resposta a incidentes climáticos, de tráfego e de criminalidade econômica traria legitimidade e distribuiria custos entre vários parceiros, reduzindo tensões geopolíticas.

Embora o memorando responda a preocupações reais de segurança e reflita a aliança histórica com os EUA, ele leva a Panamá a um dilema entre proteção imediata e autonomia estratégica de longo prazo. Ao enfraquecer o princípio de neutralidade do Canal e estreitar laços

militares com Washington, o país arrisca sua imagem de pivô imparcial do comércio global e sacrifica margem de manobra frente a outras potências, notadamente a China. Uma abordagem mais multilateral e transparente teria mitigado tensões internas e preservado o legado de soberania conquistado com o Tratado de 1977.

Por fim, em seu último pronunciamento sobre o assunto, Trump foi além e disse que nenhum navio de bandeira dos EUA não deveria pagar para utilizar o Canal do Panamá (nem o de Suez), pois este não existiria sem os Estados Unidos.

Colômbia: estado de emergência sanitária¹³⁸

A Colômbia decretou estado de emergência sanitária em 24 de abril de 2025 devido a um surto de febre amarela, anunciado pelo presidente Gustavo Petro. Até o momento, 32 pessoas morreram, sobretudo no departamento de Tolima, região cafeeira para a qual Petro recomenda que não viajem pessoas não vacinadas.

A febre amarela é causada pelo vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. É endêmica em 23 países africanos e 13 da América Latina. Cerca de 15% dos casos evoluem para a fase tóxica, com febre alta, lesão hepática e renal, icterícia (pele e olhos amarelados), dor abdominal, vômitos e hemorragias. Nessa fase, a mortalidade chega a 50% em até dez dias, segundo a OMS.

A vacina é eficaz e com uma única dose confere proteção vitalícia. No entanto, na Colômbia a vacinação só se tornou obrigatória em 2002, deixando sem imunização quem nasceu antes. Zulma Cucunubá, da Universidade Javeriana de Bogotá, afirma que este é o maior surto em 20 anos, mas ainda sem transmissão urbana — todo caso registrado ocorre no ciclo silvestre, em áreas rurais e periurbanas, onde o vírus circula entre mosquitos e macacos.

Cucunubá atribui a gravidade do surto a três fatores principais: mudanças climáticas (temperatura e umidade) que ampliam a área de reprodução do mosquito; expansão agrícola que modifica o habitat de primatas silvestres, aumentando o contato entre vetores e pessoas; e maior mobilidade humana, que dissemina o vírus mais rapidamente.

SE-COMISCA realiza o lançamento regional da plataforma Noti-FACEDRA 2.1¹³⁹

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde de Centro-América e República Dominicana (SE-COMISCA), em parceria com o Ministério da Saúde de Costa Rica (Presidência Pro Tempore do COMISCA) e as Autoridades Reguladoras de Medicamentos dos países do SICA, lançou regionalmente a versão 2.1 da plataforma Noti-FACEDRA. Essa ferramenta on-line padroniza e centraliza a notificação de suspeitas de reações adversas a medicamentos e vacinas, oferecendo agora interface mais intuitiva, opção de anexar evidência clínica e mecanismos de acompanhamento dos relatos.

O evento virtual reuniu cerca de 500 participantes — entre autoridades de saúde, reguladores, profissionais de farmacovigilância, médicos do setor público e privado e representantes da indústria farmacêutica regional e internacional. A Dra. Alejandra Acuña (SE-COMISCA) ressaltou que a plataforma fortalece a segurança dos medicamentos na região; a Dra. Mariela Marín (vice-presidente Pro Tempore do COMISCA) destacou seu papel na proteção do

¹³⁸ <https://www.bbc.com/mundo/articles/ckg24ywwx35o>

¹³⁹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-el-lanzamiento-regional-de-la-plataforma-noti-facedra-2-1_1_135148.html

paciente e na agilidade de intercâmbio de informações entre países; e o Dr. Ignacio Calderón afirmou que o Noti-FACEDRA 2.1 é um instrumento-chave para aprimorar os serviços sanitários. Com isso, os oito países do SICA renovam seu compromisso com a vigilância sanitária, promovendo notificação oportuna, transparência e maior proteção à saúde da população.

O Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) discutiu temas acesso à medicamentos e cooperação com a Espanha¹⁴⁰¹⁴¹

No começo de abril, o COMISCA lançou em El Salvador oficialmente o portal web do Mecanismo de Negociação Conjunta. Durante o evento foram apresentadas as funcionalidades da plataforma digital que tem como objetivo melhorar a eficiência da compra conjunta de medicamentos e produtos sanitários entre os países membros da SICA.

A Secretária executiva do COMISCA, Alejandra Acuña, destacou o compromisso da organização com a saúde da população centroamericana e conclamou os países a utilizarem a plataforma como meio para melhoria do acesso a medicamentos e insumos médicos. Além disso, agradeceu o papel do governo da Espanha na criação e elaboração da plataforma. Em sua fala, Sonia Alvarez, embaixadora da Espanha em El Salvador, destacou que a plataforma facilitará as compras conjuntas e fortalecerá a cooperação regional na área de saúde e acesso à medicamentos. Por fim, Carlos Alvarenga, vice-ministro de saúde de El Salvador, afirmou o impacto positivo que o mecanismo terá na compra mais eficiente e coordenada dos insumos na região.

A SE- COMISCA participou de encontro com a Secretária de Estado para Iberoamérica e Caribe no Mundo, Susana Jordán, para reafirmar a associação estratégica e o compromisso da Espanha com a integração e desenvolvimento sustentável. Na ocasião foram discutidos desafios e oportunidades em matéria econômica, de segurança alimentar e nutricional, meio ambiente e gestão de riscos de desastres, saúde e gênero.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) discutiu saúde dos migrantes¹⁴²

O ORAS-Conhu realizou em Lima a Reunião do Comitê Andino de Saúde Migrante com a participação de diretores e representantes de Ministérios da Saúde do Chile, Equador, Peru, Venezuela, Bolívia e Colômbia. O objetivo principal da reunião foi concluir o Plano andino de saúde para a pessoa migrante 2025-2030.

Na reunião, a secretária executiva, Maria del Carmen, destacou a importância da articulação do Organismo com organizações regionais como OPAS e OIM para o desenvolvimento de ações na área de saúde dos migrantes e que buscam alcançar o acesso equitativo a serviços de saúde e promover vigilância de doenças em zonas fronteiriças.

Além da secretária executiva, Yosef Campos, diretor do escritório de cooperação técnica internacional do Ministério da Saúde do Peru, ressaltou que a migração é resultado de uma busca por melhores condições de vida e que a cooperação entre os países, como o ORAS-Conhu,

¹⁴⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-lanza-portal-web-del-mecanismo-de-negociacion-conjunta-comisca_1_135109.html

¹⁴¹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-del-dialogo-abierto-con-la-secretaria-de-estado-de-espana_1_135100.html

¹⁴² <https://www.orasconhu.org/es/reunion-del-comite-andino-de-salud-del-migrante-y-del-comite-tecnico-de-coordinacion>

reflete uma experiência dos países que trabalham para melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos migrantes.

Eleições em Trinidad e Tobago

Os eleitores de Trinidad e Tobago iniciaram, nesta segunda-feira (28), a votação para escolher os 41 deputados da Câmara dos Representantes, que por sua vez decidirão quem será o próximo primeiro-ministro. O país enfrenta uma grave crise econômica e alta violência de gangues.

Stuart Young, que assumiu o cargo em março depois da renúncia de Keith Rowley — seu companheiro de partido no Movimento Nacional do Povo (PNM), líder desde 2015 —, tenta agora se manter à frente do governo. Porém, as pesquisas indicam que Kamla Persad-Bissessar, ex-primeira-ministra entre 2010 e 2015 pelo Congresso Nacional Unido (CNU), desponta como a favorita.

Nestas eleições, apelidadas de “a mãe de todas as eleições” e convocadas em março, será definido o governo encarregado de enfrentar a escalada da violência que levou à declaração de estado de emergência em dezembro, medida válida até 15 de abril no país caribenho.

No final de março, Stuart Young, de 50 anos, tomou posse como o oitavo primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, substituindo Keith Rowley, que após nove anos e meio no cargo renunciou, encerrando 45 anos de carreira política ativa. Ao todo, 17 partidos e 161 candidatos disputam a eleição, após uma campanha intensa que terminou no sábado.

Os dois principais partidos são o governista Movimento Nacional do Povo (PNM) e o opositor Congresso Nacional Unido (UNC), liderado por Kamla Persad-Bissessar.

VII Reunião de Ministros da Saúde da CPLP

8th Meeting of Health Ministers of CPLP

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Dala Djop

Felix Rosenberg

Abstract. *This report addresses the 8th Meeting of Health Ministers of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), held in São Tomé and Príncipe on April 15th. The meeting brought together Health Ministers from the CPLP Member States, except for Timor-Leste, which was represented by its Director-General. During the meeting, structural challenges in the health systems of Portuguese-speaking countries and strategies to address them were discussed, with an emphasis on solidarity and cooperation to overcome the impacts of the Covid-19 pandemic. The meeting resulted in the signing of the Final Declaration and the adoption of several documents, including the 2025-2026 Action Plan. The Minister of Health of Brazil, Alexandre Padilha, emphasized the importance of multilateralism and international cooperation to face global and regional health challenges. He also proposed a meeting of Health Ministers on the sidelines of the upcoming World Health Assembly in Geneva.*

Keywords: *CPLP. VII RMS. Multilateralism. Cooperation.*

Resumo. Este informe aborda a VII Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em São Tomé e Príncipe em 15 de abril. O encontro reuniu Ministros da Saúde dos Estados-Membros da CPLP, exceto Timor-Leste, que foi representado pelo Diretor-Geral. Durante a reunião, foram discutidos desafios estruturais dos sistemas de saúde dos países de língua portuguesa e estratégias para enfrentá-los, com ênfase na solidariedade e cooperação para superar os impactos da pandemia de Covid-19. A reunião resultou na assinatura da Declaração Final e na adoção de vários documentos, incluindo o Plano de Ação 2025-2026. O Ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, destacou a importância do multilateralismo e da cooperação internacional para enfrentar os desafios de saúde globais e regionais. Ele também propôs um encontro de Ministros da Saúde da CPLP à margem da próxima Assembleia Mundial de Saúde em Genebra.

Palavras-chave: CPLP. VII RMS. Multilateralismo. Cooperação.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

VII Reunião de Ministros da Saúde (VII RMS)

No quadro da presidência *pro tempore* de São Tomé e Príncipe, a VII Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizou-se na capital são tomense no dia 15 de abril, sob o lema "Promovendo a Saúde Integral e Sustentável na CPLP: Estratégias inovadoras para todas as gerações".

Imagem 1: Foto de família de Ministros e Ministras da Saúde da CPLP



Fonte: SECPLP, 2025.

Com a exceção de Timor-Leste, que se fez representar pelo Diretor-Geral, este encontro reuniu os Ministros e Ministras da Saúde dos Estados-Membros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal e o país anfitrião São Tomé e Príncipe) representantes do Secretariado Executivo e das suas Entidades Assessoras para o Setor da Saúde e parceiros internacionais, com o objetivo de refletir coletivamente sobre os desafios estruturais dos sistemas de saúde dos países de língua portuguesa e buscar respostas eficazes para o presente e futuro das comunidades.

Durante a reunião, foi destacada a importância da solidariedade e cooperação entre os países da CPLP para enfrentar os impactos da pandemia de Covid-19, que evidenciou fragilidades nos sistemas de saúde, mas também a força dos profissionais e a necessidade de sistemas universais e integrados de saúde. Ressaltou-se que a recuperação da pandemia tem sido desigual, agravada por dificuldades econômicas e ameaças globais como as mudanças climáticas e a redução de apoios externos a programas de saúde pública, como os de malária, HIV e tuberculose.

Foi enfatizada a necessidade urgente de repensar modelos de financiamento sustentável para os sistemas de saúde, com Angola, por exemplo, trabalhando em planos de contingência para cobrir lacunas de apoio externo e garantir recursos para a saúde como direito fundamental. A reunião também destacou a importância de estratégias inovadoras, sustentáveis e intergeracionais para a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde, incluindo a saúde mental e a capacidade de resposta a emergências sanitárias.

Além disso, os Ministros e Ministras compartilharam seus esforços na diversificação econômica, na formação e especialização de profissionais de saúde em cooperações bilaterais, visando fortalecer os sistemas nacionais de saúde. Também foram mencionados progressos na redução das taxas de mortalidade neonatal, infantil e em menores de cinco anos, e investimentos na abordagem "Uma Só Saúde".

A VII RMS fortaleceu o compromisso dos Estados-Membros da CPLP com a promoção da saúde integral e sustentável, alinhada ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP, 2023-2027), buscando justiça social e equidade em saúde, tendo sido assinada a [Declaração Final](#), adotados vários documentos, com destaque do Plano de Ação 2025-2026.

No entanto, todos os nove Ministros e Ministras da Saúde ou seus representantes, proferiram discursos com contribuições valiosas tanto para reiterar o diálogo político-diplomático quanto para orientar a cooperação no sentido de melhorar a execução dos diferentes eixos do PECS-CPLP no próximo biênio.

Sendo a intervenção do Ministro da Saúde do Brasil, Alexandre Padilha, uma perfeita diretriz de grande interesse para a cooperação técnica no âmbito do PECS.

O Ministro Padilha começou por afirmar que a VII RMS acontece num momento histórico grave para a saúde global porque o financiamento à saúde escasseia, países deixam a OMS e tantos outros reduzem suas contribuições para as organizações internacionais da saúde, em função de esforços armamentistas e por isso, a situação financeira de várias organizações é hoje razão de grande preocupação.

O Ministro também foi bastante enfático ao defender a OMS diante dos ataques que tem sofrido e da situação de desfinanciamento em que ela se encontra, assinalando o corte nas contribuições dos EUA à OMS uma perda de 90% dos recursos da organização para os países africanos, o que tem óbvias consequências negativas para os sistemas de saúde dos nossos Estados-Membros.

Padilha chama à atenção de que os desafios de saúde não deixam de crescer fazendo com que as já tradicionais doenças tropicais negligenciadas e de doenças de forte determinação social, somarmos os desafios de nos recuperarmos da pandemia da Covid-19, de nos prepararmos para a próxima pandemia e de enfrentarmos o impacto crescente da mudança do clima na saúde.

O Ministro aproveitou a ocasião para convidar os seus homólogos a participarem do Dia da Saúde que o Brasil realizará em Belém durante a COP-30 de Mudança do Clima para avançar na adaptação dos sistemas nacionais de saúde aos efeitos da mudança do clima. Os Ministros e Ministras da Saúde serão posteriormente informados sobre a programação prevista para um dia no período de 10 a 15 de novembro de 2025.

Relativamente ao multilateralismo, o Ministro Padilha afirmou que cabe à CPLP reafirmar de forma inequívoca para a comunidade internacional o seu compromisso com o multilateralismo no entendimento de que os desafios comuns à humanidade na área da saúde não serão vencidos se não de forma conjunta e cooperativa, de que o enfrentamento desses desafios passa pela manutenção e pelo fortalecimento da Organização Mundial da Saúde, permitindo-lhe o pleno cumprimento de seu mandato.

E no que nos diz respeito mais especificamente à CPLP, o Ministro propôs um encontro de Ministros da Saúde dos Estados-Membros à margem da próxima Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, como mostra do compromisso da CPLP. A este propósito, ele afirmou que neste momento o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, é mostrar de forma prática e concreta a atualidade, a importância e a necessidade da cooperação internacional. Que a CPLP seja fonte de inspiração para outras regiões e agrupamentos mundo afora. E para promover o lema da VII RMS “Saúde Integral e Sustentável”, é muito relevante do que nunca redobrar a aposta no diálogo e na cooperação internacional.

Ainda no âmbito da CPLP, o Ministro reiterou o seu compromisso para fortalecer a relevância e pertinência do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), pois, segundo ele, este é o instrumento primordial para orientar a cooperação da Comunidade

no setor saúde, devendo-se dar seguimento ao seu processo de revisão de meio-termo para melhor eficiência e resultados concretos.

O Ministro Padilha afirmou que a versão atual do PECS-CPLP mantém as áreas de sucesso das versões anteriores, priorizando as iniciativas que se mostraram difíceis de implementar no ciclo anterior, mas que foram revisitadas neste novo documento como novos desafios para os países da CPLP, como por exemplo, os efeitos provocados pela pandemia da Covid-19 que acentuaram a desigualdade social e econômica, expondo as fragilidades dos sistemas nacionais de saúde, a falta de prontidão para responder a emergências de saúde pública e a insuficiência dos mecanismos de solidariedade nos âmbitos internacional, regional e nacional, amplamente discutidos em seus seis eixos de intervenção.

O Ministro reconheceu o relevante trabalho realizado pelas Redes em Saúde da CPLP, como a da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), que tem a Fiocruz como responsável pelo secretariado, da Rede de Escolas Técnicas de Saúde e da Rede de Bancos de Leite Humano, que no contexto internacional, é elogiada e reconhecida, inclusive pela ONU, como um exemplo de boas práticas e sucesso de cooperação horizontal, e que o seu Governo buscará, nesta nova gestão, consolidar e expandir nos Estados-Membros da CPLP.

No âmbito das potencialidades de cooperação na CPLP, o Ministro destacou os seguintes pontos:

Reitera os esforços para a plena concretização da Telemedicina e Telessaúde nos Estados-Membros da CPLP, pois acredita que a informatização, a digitalização, a conectividade e a tecnologia da informação também podem apoiar o alcance da Agenda 2030 e do Acesso Universal de Saúde, bem como de fortalecer a atenção à saúde, e, por isso, no governo do Presidente Lula foi criada a Secretaria de Informação e Saúde Digital no Ministério da Saúde. Entretanto, ele alertou que a tecnologia deve apoiar e sustentar a oferta e a qualidade dos sistemas e serviços de saúde, não os substituir ou desestruturar, devendo-se fomentar ações para corrigir assimetrias de acesso e de conhecimento, tanto em nível pessoal, como sistêmico, para o desenvolvimento de infraestrutura digital em áreas mais vulneráveis, pautados pelo controle e participação social e a construção coletiva;

Reforça a importância da temática “Fortalecimento de capacidades em vigilância e resposta a emergências em saúde pública”. Estamos trabalhando para ofertar capacitações para os países da CPLP no Programa de Formação em Emergências em Saúde Pública (PROFESP) e no Programa de Treinamento em Epidemiologia de Campo (FETP Brasil) — EpiSUS, visando a atividades que possam contribuir para o fortalecimento das capacidades de enfrentamento das emergências em saúde pública dos nossos países, tendo agradecido pelas parcerias nessa área Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, informando que está em curso a análise de proposta de uma nova institucionalidade e organização para se preparar para os impactos da mudança do clima e possíveis epidemias e pandemias na dimensão de previsibilidade enquanto uma ação de Estado e não de governo;

No âmbito da Alimentação e Nutrição, o Brasil segue comprometido com o cumprimento da resolução sobre fomento de sistemas alimentares sustentáveis e promotores de alimentação saudável e cooperar tecnicamente para a elaboração e adaptação de Guias Alimentares no âmbito da CPLP. Os Guias além de serem instrumentos de Educação Alimentar e Nutricional, também são documentos indutores de políticas públicas, para além do setor saúde. Estão em sintonia com os conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada e

Saudável e de Segurança Alimentar e Nutricional abordando a qualidade da alimentação, por meio da oferta de alimentos mais saudáveis, diversificados e que respeitem a cultura alimentar local. Nesse tema, temos desenvolvido uma iniciativa relevante com o Ministério da Saúde de Moçambique e o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional;

Reiterou, também, a disponibilidade do Brasil em colaborar para o desenvolvimento do Plano de Abordagem às Doenças Crônicas Não-Transmissíveis na CPLP, com o objetivo de fortalecer as capacidades dos seus Estados-Membros na elaboração de políticas públicas de saúde, reorientação de serviços, promoção, prevenção, vigilância e investigação científica. Como ilustração, as Doenças Crônicas Não-Transmissíveis são responsáveis por mais de 70% das mortes em todo mundo e são doenças multifatoriais que se desenvolvem no curso da vida e que possuem longa duração. Nesse contexto, para o enfrentamento do cenário descrito, são necessárias ações multicomponentes e articulação de estratégias, no âmbito da Atenção Primária em Saúde. O Ministério da Saúde preparou o curso de Formação em Análise de Situação de Saúde para a Vigilância de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis que conta com a participação de representantes de 5 países da CPLP, destacando-se a participação crescente da Guiné-Equatorial.

Por fim, não esquecer o combate ao HIV-AIDS. Deixa aos homólogos o convite para a Conferência Internacional sobre AIDS, a realizar-se no Rio de Janeiro, em julho de 2026. Dentro desse evento poderá ser realizada a Conferência da CPLP sobre HIV/AIDS como forma de estreitar a cooperação técnica entre seus Estados-Membros no enfrentamento dessa epidemia.

O último tema, também importante, abordado pelo Ministro Padilha no seu discurso, refere-se ao acesso equitativo a medicamentos e equipamentos médicos. Ele afirmou que precisamos fortalecer a produção local, reduzir a dependência de importações e garantir a oferta de insumos estratégicos por meio de parcerias com laboratórios públicos e privados. Acredita que, no âmbito da CPLP, podemos avançar no intercâmbio de experiências, de tecnologias e incentivar mais pesquisas em diversas áreas, incluindo as chamadas doenças negligenciadas.

Para os interessados, principalmente para os que estão no nosso curso de atualização, vale a pena conhecer como é estruturada e organizada a Reunião de Ministros da Saúde da CPLP.

Regimento da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP

Existe um [Regimento Interno](#) que é o instrumento regulador da organização e do funcionamento da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, adiante designada “RMS”. Resumidamente:

A RMS é constituída pelos Ministros e/ou Secretários de Estado responsáveis pelo setor da Saúde em todos os Estados-Membros, competindo-lhe coordenar as ações de concertação e cooperação da Comunidade no setor da Saúde.

A RMS tem como objetivo promover o desenvolvimento das relações de cooperação entre os Estados-Membros no setor da Saúde, sendo regida pelos seguintes fins:

- ❖ A promoção da concertação política entre os Estados-Membros em matéria de Saúde, tendo em vista estimular o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros;
- ❖ A coordenação e monitorização, pelos Governos dos Estados-Membros, das ações de cooperação e concertação matéria de Saúde, enquadrando-as com as orientações da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;

- ❖ O incentivo à partilha de boas práticas e troca de experiências bem-sucedidas, e ao aprofundamento das relações entre os Estados-Membros no domínio da Saúde;
- ❖ O fortalecimento das instituições nacionais para o desenvolvimento de políticas sustentáveis no domínio da Saúde;
- ❖ O debate e análise de assuntos ou matérias da respetiva área de competência da RMS suscitados no âmbito de fora internacionais.

Participam na RMS:

- ❖ Os Ministros e / ou Secretários de Estado responsáveis pelo setor da Saúde nos Estados-Membros da CPLP, ou as entidades com poderes para os representar;
- ❖ O Secretário Executivo da CPLP e outros funcionários do Secretariado Executivo da CPLP;
- ❖ Os Pontos Focais Setoriais e demais membros das Delegações dos Estados-Membros.

Podem participar na RMS, como convidados:

- ❖ Entidades Assessoras do Secretariado Executivo para o Setor da Saúde: Fiocruz (Brasil), Instituto de Higiene e Medicina Tropical e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Portugal);
- ❖ Representantes dos Observadores Associados e dos Observadores Consultivos da CPLP, nomeadamente os coordenadores de Comissões Temáticas de Observadores Consultivos da CPLP;
- ❖ A Coordenação da Comissão Temática de Observadores Consultivos para o setor da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional;
- ❖ Representantes de outros Estados, de Organizações Internacionais ou Regionais e de Organismos Intergovernamentais, nomeadamente com os quais a CPLP tenha celebrado Memorandos de Entendimento;
- ❖ Representantes de organizações da sociedade civil, nomeadamente as participantes no Fórum da Sociedade Civil da CPLP;
- ❖ Especialistas, atendendo aos assuntos a serem apreciados em cada RMS, com funções consultivas e de orientação estratégica.

Qualquer Estado-Membro pode solicitar que a RMS tenha lugar sem a participação de convidados, nos termos dos Estatutos da CPLP.

Quanto à periodicidade e local da RMS:

- ❖ A RMS ocorre com uma periodicidade ordinária bienal, sem prejuízo da realização de reuniões extraordinárias, sempre que a agenda o aconselhe, por deliberação dos Estados-Membros;
- ❖ A RMS deve ser organizada dentro da previsão estabelecida pelo calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP, preferencialmente durante o mês de março do primeiro ano da Presidência em exercício;
- ❖ O local de realização da RMS é, preferencialmente, no Estado-Membro que exerce a Presidência, podendo também ser realizada na Sede da CPLP ou noutro Estado-Membro ou local, mediante concertação entre a Presidência e os Estados-Membros;
- ❖ A RMS pode ser realizada em plataforma eletrônica, em caso de necessidade, mediante concertação entre a Presidência e os Estados-Membros.

Relativamente à convocatória e ao acolhimento da RMS:

A convocatória da RMS é competência do Ministro ou Secretário de Estado do Estado-Membro que exerce a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, mediante articulação com o Secretariado Executivo da CPLP.

O acolhimento da RMS é assegurado pelo Estado-Membro que exerce a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, independentemente do local onde se realize.

Quanto à presidência da RMS:

Ela é exercida até à passagem da pasta, pelo Ministro ou Secretário de Estado do Estado-Membro que deteve a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP no ciclo anterior, e após a passagem da pasta, pelo Ministro ou Secretário de Estado do Estado-Membro que a detém.

Com relação à organização e preparação da RMS, ela será precedida pela realização de duas reuniões técnicas preparatórias, de acordo com a seguinte ordem:

- ❖ Reunião do Secretariado Técnico Permanente da RMS;
- ❖ Reunião de Pontos Focais Setoriais da RMS.

A preparação da RMS tem em conta a circulação de documentos, conformes ao “Anexo – Modelos de documentos”, constantes da “Resolução sobre o Reforço da Organização e Funcionamento das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP”, aprovada pela XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em S. Tomé, em 2023, e do Manual de Cooperação da CPLP, remetidos pelo Estado-Membro que exerce a Presidência da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

A circulação dos documentos pressupõe o envio desses elementos pelo Estado-Membro que exerce a Presidência da CPLP para o Secretariado Executivo, e compreende a seguinte documentação:

- ❖ Comunicação para reserva de data, com proposta do lema da RMS, enviada com a antecedência de 90 dias;
- ❖ Carta convite, remetida com antecedência de 60 dias, acompanhada pelos seguintes documentos:
 - Propostas de programas da Reunião de Ministros e da Reunião de Pontos Focais Setoriais;
 - Manual Operativo da RMS.

É igualmente importante prestar atenção à estrutura da RMS para entender como é estruturado o decorrer dos trabalhos:

- ❖ Sessão de abertura e sessão de encerramento, abertas à Imprensa;
- ❖ Sessão de trabalho, restrita aos Ministros e ou Secretários de Estado dos Estados-Membros, ou seus representantes, ao Secretariado Executivo da CPLP, aos Pontos Focais Setoriais, membros das Delegações dos Estados-Membros, Entidades Assessoras do Secretariado Executivo para o Setor da Saúde e Coordenação da Comissão Temática de Observadores Consultivos para os Setores da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional. Para além do acima previsto, podem decorrer, à margem da RMS, eventos e atividades paralelas, tais como conferências, seminários, simpósios, colóquios, mesas redondas e congressos.

Para além do acima previsto, podem decorrer, à margem da RMS, eventos e atividades paralelas, tais como conferências, seminários, simpósios, colóquios, mesas redondas e congressos.

Podem participar da Sessão restrita, ou de parte desta, representantes dos Observadores Associados e dos Observadores Consultivos, coordenadores de Comissões Temáticas de Observadores Consultivos, representantes de organizações internacionais ou regionais e de organismos intergovernamentais, ou outros convidados credenciados, desde que nenhum Estado-Membro solicite que a RMS, ou parte desta, tenha lugar sem a participação de convidados.

A RMS termina com a adoção, por consenso, de uma Declaração Final, que regista as decisões tomadas e as recomendações formuladas.

Também não são menos importantes as questões logísticas, protocolares e financeiras (as despesas associadas à participação da delegação do Secretariado Executivo da CPLP, bem como as cortesias oferecidas pelo anfitrião aos representantes dos Estados-Membros).

Quando a RMS tiver lugar na Sede da CPLP, os encargos de viagem e alojamento das delegações são suportados pelo respetivo Estado-Membro, e os encargos logísticos para o acolhimento da RMS serão da responsabilidade da Presidência da RMS. O Secretariado Executivo da CPLP assumirá encargos logísticos associados com a segurança das delegações, manutenção do espaço e dos meios logísticos existentes e disponibilizados para utilização pela RMS.

Quando a RMS tiver lugar num Estado-Membro que não o do Estado-Membro que exerce a Presidência ou num outro local, os encargos de viagem e alojamento das delegações são suportados pelo respetivo Estado-Membro, e os encargos logísticos para o acolhimento da RMS serão repartidos pela Presidência da RMS e pelo Estado-Membro ou instituição que recebe a RMS, conforme apropriado.

Quanto ao financiamento das atividades aprovadas no âmbito da RMS, será previsto no Plano de Ação e obtido por fontes identificadas pela Secretaria Executiva. Além disso, as atividades aprovadas no quadro da RMS poderão ser financiadas pelo Ministério Setorial competente e consignadas ao Fundo Especial da CPLP, ou a RMS poderá, ainda, definir um valor de contribuições voluntárias, consignadas às suas atividades, no Fundo Especial da CPLP, com origem no respetivo Ministério Setorial.

Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde

A RMS não se realizaria sem os serviços de apoio compostos pela Reunião de Pontos Focais Setoriais e pelo Secretariado Técnico Permanente.

A Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde é constituída por Diretores Nacionais (Ponto Focal) e quadros técnicos superiores do quadro permanente (Ponto Focal Adjunto), designados pelo Ministério da tutela de cada Estado-Membro.

Podem participar na Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde as Entidades Assessoras do Secretariado Executivo para o Setor da Saúde e a Coordenação da Comissão Temática de Observadores Consultivos para os Setores da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional.

A Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde atua em articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, como instância encarregada de preparar a RMS e acompanhar a implementação das deliberações emanadas da RMS, em diálogo com o Secretariado Técnico Permanente, sendo parte integrante desse evento.

A convocatória das Reuniões de Pontos Focais Setoriais da Saúde e de outras reuniões técnicas que careçam da nomeação de Pontos Focais é feita pelo Estado-Membro que exerce a Presidência da RMS, em articulação com o Secretariado Executivo da CPLP. O acolhimento e a coordenação das Reuniões de Pontos Focais Setoriais são assegurados pelo Estado-Membro que exerce a Presidência da RMS, independentemente do local onde se realize.

A Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde tem como finalidades:

- ❖ Concertar a agenda da RMS;
- ❖ Avaliar o grau de implementação das decisões presentes nas Declarações das Reuniões Ministeriais anteriores, com base no quadro de acompanhamento da implementação do Plano de Ação;
- ❖ Monitorizar, avaliar e recomendar a revisão do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP);
- ❖ Formular recomendações que permitam assegurar a execução técnica e financeira das deliberações;
- ❖ Preparar a proposta de Plano de Ação;
- ❖ Preparar o projeto de Declaração Final a ser submetida à Reunião de Ministros;
- ❖ Identificar a necessidade de mobilização de peritos nacionais no contributo para a execução das ações de cooperação e estabelecer a articulação necessária com os mesmos;
- ❖ Acompanhar e prestar o apoio técnico necessário aos trabalhos e demais funções que lhe sejam incumbidas pela RMS.

A Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde é preparada com o apoio do Secretariado Técnico Permanente e do Secretariado Executivo da CPLP que, por sua vez, poderá contar com o apoio das Entidades Assessoras do Secretariado Executivo para o Setor da Saúde e a Coordenação da Comissão Temática de Observadores Consultivos para os Setores da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional.

O quórum para a Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde é de seis Estados-Membros e as suas deliberações são adotadas por consenso dos Estados-Membros presentes.

O Secretariado Executivo da CPLP prestará, no quadro das suas competências, em conformidade com os Estatutos da CPLP, e sempre que solicitado pela Presidência, o apoio necessário à organização e acompanhamento da RMS.

O Secretariado Técnico Permanente é o órgão de apoio à Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde. A Coordenação do Secretariado Técnico Permanente é exercida pelo Ponto Focal do Estado-Membro que exerce a Presidência.

O Secretariado Técnico Permanente é constituído pelos Pontos Focais:

- ❖ Do Estado-Membro que deteve a presidência da RMS de Ministros no ciclo anterior;
- ❖ Do Estado-Membro que detém a presidência da RMS;
- ❖ Do Estado-Membro que previsivelmente assumirá a presidência da RMS no ciclo subsequente.

Competências do Secretariado Técnico Permanente:

- ❖ Assegurar o seguimento do grau de cumprimento da execução das decisões, iniciativas e medidas que venham a resultar de deliberações da Reunião de Ministros, nomeadamente por via do acompanhamento da concretização do Plano de Ação da RMS;
- ❖ Apoiar a organização e a preparação da Reunião de Ministros e da Reunião de Pontos Focais Setoriais da Saúde;
- ❖ Garantir a troca de informações entre o Secretariado Técnico Permanente e os Pontos Focais;
- ❖ Elaborar os Relatórios das Reuniões de Pontos Focais.

Periodicidade da Reunião de Pontos Focais:

A reunião realiza-se cinco vezes por ciclo de presidência, de acordo com o seguinte cronograma:

- ❖ Para balanço intermédio da execução do grau de implementação do Plano de Ação da RMS, a meio do ciclo da Presidência em exercício;
- ❖ Para preparação da agenda e dos documentos da Reunião Ministerial, após a sua convocatória, são realizadas três reuniões, no seguinte calendário:
 - 60 dias antes da realização da RMS;
 - 45 dias antes da realização da RMS;
 - 30 dias antes da realização da RMS.

No dia anterior à realização da Reunião de Ministros, para apreciação das propostas de documentos a submeter à RMS. Sempre que se justifique poderão ser realizadas reuniões ou encontros extraordinários. Durante a pandemia de Covid-19, realizaram-se muitas reuniões em plataforma eletrônica.

Imagem 2: Foto de família dos participantes da reunião de Pontos Focais da Saúde da CPLP



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros de STP, 2025

VII REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DA CPLP

“Promovendo a Saúde Integral e Sustentável na CPLP. Estratégias Inovadoras para Todas as Gerações”

15 de abril de 2025

São Tomé, São Tomé e Príncipe

Declaração

Os Ministros da Saúde dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou seus representantes, reunidos a 15 de abril de 2025, na cidade de São Tomé, São Tomé e Príncipe, por ocasião da sua VII Reunião Ordinária, com o objetivo de abordar o tema: “Promovendo a Saúde Integral e Sustentável na CPLP. Estratégias Inovadoras para Todas as Gerações”;

1. *Reafirmando* o seu empenho na concretização dos compromissos assumidos nas Reuniões de Ministros da Saúde da CPLP precedentes, em particular, com a implementação bem-sucedida do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) – 2023-2027;
2. *Reiterando* o seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nomeadamente no âmbito da concretização do ODS 3 e das metas relacionadas com a Saúde nos demais ODS;
3. *Manifestando preocupação* com o estado do financiamento das organizações da arquitetura global de saúde;
4. *Considerando* a relevância de um trabalho conjunto para a definição de estratégias sustentáveis de financiamento para saúde num contexto global de redução do financiamento para a saúde, com impacto nos Estados-Membros da CPLP;
5. *Saudando* o reforço do diálogo em curso entre o Secretariado Executivo da CPLP e a Organização Mundial de Saúde (OMS), visando a renovação do Memorando de Entendimento entre as Organizações;
6. *Reconhecendo* que a cooperação multilateral e a solidariedade internacional são princípios fundamentais para o cumprimento dos compromissos globais relacionados com a Saúde e, afirmando que a CPLP constitui um espaço privilegiado para a cooperação em todos os domínios e concertação política e diplomática nesse âmbito;
7. *Registando* o seu compromisso inalienável com o direito humano à saúde, reconhecendo que a saúde é fundamental para a dignidade humana e essencial para o exercício pleno dos direitos sociais, económicos e culturais;
8. *Reconhecendo* que o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza económica, geográfica, de género, de etnia e de condição social, é um princípio absolutamente essencial para garantir a redução de desigualdades, a promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas, promovendo assim o acesso equitativo à saúde de qualidade, vidas saudáveis e bem-estar ao longo da vida;
9. *Reafirmando* o compromisso de garantir estratégias inovadoras de saúde integral e sustentável de forma a promover políticas públicas específicas para cada fase da vida, garantindo cuidados adequados e programas de saúde preventiva, com foco nas necessidades individuais e coletivas de todas as gerações;
10. *Reiterando* a importância da vacinação como uma estratégia essencial para a proteção à saúde e a prevenção de doenças imunopreveníveis, especialmente na infância, nas populações dos Estados-Membros da CPLP;
11. *Reconhecendo* a importância de políticas públicas para garantir o cuidado integral das mulheres em todas as fases da vida, envolvendo ações de prevenção, promoção, tratamento e recuperação da saúde e garantindo acesso equitativo e de qualidade aos serviços de saúde;
12. *Manifestando* a importância de se poder reforçar a cooperação e a partilha de conhecimentos e lições aprendidas entre os Estados-Membros da CPLP, promovendo a troca de experiências,

- tecnologias e de estratégias para enfrentar os desafios comuns que se colocam na Comunidade, especialmente no que se refere à saúde pública e à sustentabilidade;
13. *Reconhecendo* a importância de políticas públicas integradas e de iniciativas que contribuam para a prevenção, o rastreio atempado, o diagnóstico e o tratamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, nomeadamente a diabetes, a hipertensão, as doenças cardiovasculares e o cancro, cujo peso representa uma parte cada vez mais significativa da carga de doença nos Estados-Membros da CPLP;
 14. *Reafirmando* a importância de adotar uma abordagem holística da saúde, que envolva não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção de estilos de vida saudáveis, prevenindo condições crónicas e melhorando a saúde mental de todas as gerações;
 15. *Considerando* a importância da colaboração intersectorial na CPLP, especialmente entre o setor da saúde e os setores da segurança alimentar e nutricional, ambiente, água e recursos hídricos, ensino superior ciência e tecnologia e direitos humanos;
 16. *Assumindo* o compromisso de trabalhar para uma saúde sustentável, que considere os impactos ambientais das práticas de saúde, incentivando a utilização de tecnologias limpas, a gestão adequada dos resíduos, o uso eficiente de recursos naturais e o fortalecimento de sistemas de saúde resilientes;
 17. *Reforçando* a importância de promoção de iniciativas de cooperação focadas na formação e aprimoramento da força do trabalho em saúde dos Estados-Membros da CPLP, considerando que se trata de um pilar fundamental e necessário para a ampliação e qualificação do cuidado, melhoria do acesso à saúde pública e para a criação de condições para o desenvolvimento das nações;
 18. *Considerando* que a Saúde Digital e a Inteligência Artificial em Saúde são fundamentais para a transformação dos sistemas de saúde, tornando-os mais eficientes, acessíveis e resilientes, e que no contexto da CPLP, as oportunidades para a implementação de saúde digital e inteligência artificial podem ser exploradas de forma inovadora, considerando as particularidades culturais, geográficas e socioeconómicas de cada Estado-Membro e no combate às desigualdade no acesso, falta de infraestrutura, e a necessidade de capacitação e treino contínuo;
 19. *Encorajando* a implementação de Estratégias de Saúde Digital, com especial foco na Telemedicina e Telessaúde e plataformas de dados, para melhorar a eficiência, cobertura e a qualidade na prestação de serviços de saúde, tornando-os mais acessíveis e de maior qualidade, especialmente nas áreas mais remotas da Comunidade;
 20. *Reiterando* a importância da identificação e implementação de estratégias para o fortalecimento das capacidades nacionais e regionais orientadas para a produção sustentável de recursos para a saúde a fim de proteger a saúde das nossas comunidades, garantindo um futuro mais saudável e o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros;
 21. *Congratulando-se* com o grau de execução do Plano de Ação 2022-2024 da VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP e *saudando* a contribuição para esse fim de diversas entidades, para além das estruturas de implementação previstas no Plano;
 22. *Saudado* o trabalho realizado pela Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP), nomeadamente pelo grau de concretização do Plano de Ação 2023-2025, com destaque para a cooperação técnica prestada a S. Tomé e Príncipe no projeto de criação do seu Instituto Nacional de Saúde;
 23. *Saudado* S. Tomé e Príncipe pela iminente entrada em funcionamento do seu Instituto Nacional de Saúde, que muito contribuirá para o avanço da investigação, educação e promoção de políticas de saúde pública no país;
 24. *Saudado o trabalho* realizado pela Rede das Escolas Nacionais de Saúde da CPLP (RENSP-CPLP), designadamente pela aprovação do Plano de Trabalho da RENS-CPLP para o período 2024-2025;
 25. *Saudado o trabalho* realizado pela Rede das Escolas Técnicas em Saúde da CPLP (RETS-CPLP), especialmente pela reflexão em curso que conduzirá a aprovação do seu Plano de Trabalho 2025-2028 e ao novo Regimento da Rede, em junho de 2025;

26. *Registando, com apreço*, o trabalho empreendido pela Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP e a sua relevância para a promoção do aleitamento materno e a nutrição infantil, ressaltando, assim, a necessidade de consolidação da rede e a cooperação entre os Estados-Membros;
27. *Registando, com apreço*, o trabalho realizado pela coordenação do Grupo de Trabalho Permanente da CPLP em Telemedicina e Telessaúde, assessorado pela Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) do Brasil, nomeadamente por via da dinamização de redes académicas nos Estados-Membros que contribuem para definição de estratégias de transformação digital na saúde na CPLP, conforme previsto na “Estratégia de Telessaúde dos Países de Língua Portuguesa”, aprovada em 2016;
28. *Registando, com apreço*, o trabalho desenvolvido pelas entidades assessoras do Secretariado Executivo para o Setor da Saúde – Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Fundação Oswaldo Cruz e Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge – que contribuiu para a implementação de várias das atividades previstas no Plano de Ação 2022-2024 da VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP e do PECS-CPLP 2023-2027;
29. *Assinalando* a assinatura, em 18 de novembro de 2024, de um Memorando de Entendimento entre a Fundação Oswaldo Cruz, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com o objetivo de reforçar a implementação do PECS-CPLP 2023-2027, através de ações de cooperação em saúde que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros da CPLP;
30. *Registando, com apreço*, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, com o apoio do Instituto Camões de Portugal, na implementação do Projeto “FORTalecer a alianÇA entre os Sistemas de SAÚDE Africanos e Portugal”, na contribuição para a resiliência dos serviços de saúde dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), através do fortalecimento da atuação dos Institutos Nacionais de Saúde, contribuindo para o reforço da Segurança Global através da capacitação dos recursos humanos na área da saúde;
31. *Registando com apreço* o trabalho da Comissão Temática de Observadores Consultivos da CPLP para os setores da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional, coordenado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde do Brasil (CONASS), nomeadamente a realização, entre 20 e 22 de novembro de 2024, na sede da CPLP, do Seminário Internacional “Cuidados de Saúde Primários nos Estados-Membros da CPLP”, que permitiu concretizar uma das deliberações da VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP e cujas recomendações permitem dar continuidade ao tema nas resoluções da CPLP;

DECIDEM:

1. *Reiterar* a vontade política dos Estados-Membros da CPLP para continuar a reforçar mecanismos de diálogo e coordenação política e técnica que intensifiquem a partilha regular de conhecimentos, lições aprendidas e experiências entre as diversas entidades da CPLP atuantes no setor da saúde, reforçando a cooperação intracomunitária, particularmente nos domínios da formação, capacitação e aprimoramento da força do trabalho em saúde;
2. *Reforçar* o seu compromisso com a identificação e mobilização de recursos financeiros e humanos para a concretização do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) 2023-2027, tal como previsto nesse instrumento
3. *Priorizar* a formação de quadros qualificados em saúde, mediante o fortalecimento das instituições formadoras para responder aos desafios atuais e futuros dos sistemas de saúde dos Estados-Membros;
4. *Reforçar* a coordenação política e a cooperação técnica entre os Estados-Membros na área da vigilância e da capacitação de quadros e instituições, incluindo a criação de uma rede, funcional, de resposta a emergências em Saúde Pública, incluindo epidemias e desastres;
5. *Instar* a Coordenação do PECS-CPLP a avaliar a necessidade de uma revisão de meio-percurso desse Plano, divulgando aos Estados-Membros o resultado desse processo, até ao final de 2025;

6. *Renovar* o seu apelo aos parceiros de desenvolvimento, nomeadamente aos Observadores Associados e Observadores Consultivos, para impulsionar atividades de cooperação com a CPLP para a implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) 2023-2027;
7. *Reforçar* o seu compromisso com a consolidação dos trabalhos das Redes Estruturantes em Saúde da CPLP – Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP), Rede das Escolas Nacionais de Saúde da CPLP (RENSP-CPLP) e Rede das Escolas Técnicas em Saúde da CPLP (RETS-CPLP), visando o incremento da capacitação e fortalecimento institucional dessas Redes e dos gestores de saúde beneficiários das suas atividades;
8. *Instar* a RINSP-CPLP a facilitar a criação de Institutos Nacionais de Saúde nos países onde ainda não existem, como na Guiné-Equatorial, e a contribuir para o reforço da missão e visão estratégica dos Institutos Nacionais de Saúde e a consolidação dos novos institutos que venham a integrar a Rede;
9. *Afirmar* o seu compromisso com o estabelecimento de Observatórios Nacionais de Saúde, dinamizados pelos Institutos Nacionais de Saúde, com foco nas determinantes sociais de saúde e iniquidades;
10. *Instar* as coordenações das Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP – RIDES Malária, RIDES Tuberculose e RIDES VIH-SIDA – a revitalizarem os seus mecanismos de governação, renovando a indicação ao Secretariado Executivo da CPLP dos seus Coordenadores e apresentação dos seus Planos de Atividade;
11. *Instar* ao reforço da colaboração intersectorial na CPLP, especialmente entre o setor da saúde e os setores da segurança alimentar e nutricional, ambiente, água e recursos hídricos, ensino superior ciência e tecnologia e direitos humanos, convidando as Redes Estruturantes da CPLP a consolidar esses diálogos nos seus diferentes níveis de competência;
12. *Avançar* na transformação digital da saúde de modo a gerar condições para o combate à desinformação, ao aprimoramento da solidariedade, à qualificação dos dados de saúde e à melhoria dos serviços de saúde pública entre os Estados-Membros da CPLP;
13. *Instar* o “Grupo de Trabalho permanente da CPLP em Telemedicina e Telessaúde” a iniciar um processo de reflexão visando a eventual revisão da “Estratégia de Telessaúde dos Países de Língua Portuguesa”, aprovada em 2016, considerando a possibilidade de evolução deste grupo para uma futura “Rede de Saúde Digital da CPLP” e consequente definição de um “Plano de Ação da CPLP para a Saúde Digital na CPLP”;
14. *Expressar* o seu apoio à manutenção das atividades da Organização Mundial da Saúde (OMS) no âmbito multilateral, tendo em vista o seu papel estratégico como agência do Sistema das Nações Unidas dedicada à saúde global;
15. *Aprovar* o Plano de Ação 2025 – 2026 da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, em anexo a esta Declaração;
16. *Aprovar* a revisão do Regimento Interno da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, anexo à presente Declaração, e
17. *Agradecer* à República Democrática de São Tomé e Príncipe, pelo acolhimento, hospitalidade e excelentes condições de trabalho criadas para a realização desta VII Reunião de Ministros da Saúde da CPLP.

Feito em São Tomé, a 15 de abril de 2025.

Pela República de Angola

Silvia Paula Valentim Lutucuta, Ministra da Saúde

Pela República Federativa do Brasil

Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde

Pela República de Cabo Verde

Jorge Eduardo St. Aubyn de Figueiredo, Ministro da Saúde

Pela República da Guiné-Bissau

Pedro Tipote, Ministro da Saúde Pública

Pela República da Guiné Equatorial

Praxedes Rabat Macambo, Ministro Delegado de Sanidad

Pela República de Moçambique

Ussene Hilário Isse, Ministro da Saúde

Pela República Portuguesa

Ana Paula Martins, Ministra da Saúde

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Celso Vaz do Nascimento Matos, Ministro da Saúde

Pela República Democrática de Timor-Leste

Laura Soares Abrantes, Embaixadora da Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP, em representação da Ministra da Saúde, Élia António de Araújo dos Reis Amaral

A Europa em defesa de seu território

Europe defends its territory

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. No informe Europa traz o falecimento do Papa Francisco como grande destaque da quinzena e o importante evento internacional que emergiu de seu funeral. A autora também aborda a insegurança territorial europeia enfrentada pelo contexto atual da guerra, com a perda do apoio financeiro e militar dos EUA e o evidente fatiamento da Ucrânia entre estadunidenses (minerais-raros) e russos (territórios). A guerra, no entanto, esvaziou, mas não paralisou as outras esferas políticas: pelo contrário, vem as pautando. Este movimento é perceptível na grande revisão de sua estrutura de preparação de crises que começa a ser apresentada pelo bloco.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Donald Trump; Guerra na Ucrânia; Preparação para enfrentamento de crises;

Abstract. *The Europe report brings the death of Pope Francis as the major highlight of the fortnight and the important international event that emerged from his funeral. The author also addresses the territorial insecurity faced by Europe in the current context of the war, with the loss of US financial and military support and the evident division of Ukraine between the Americans (rare minerals) and the Russians (territories). The war, however, has emptied, but not paralyzed, other political spheres: on the contrary, it's guiding them. This movement is noticeable in the major revision of its crisis preparation structure that the bloc is beginning to present.*

Keywords: *Global Health; European Union; Donald Trump; Ukraine war; Crises preparedness.*

Não há dúvida que o acontecimento da quinzena foi o falecimento do amado Papa Francisco. Em paralelo ao movimento de milhares de fiéis que se enfileiravam para a despedida, o cenário político se movia, naquele que, cogita-se, [possa ser considerado o principal evento internacional do ano](#). A missa contou com presença de mais de 100 delegações oficiais, incluindo diversos de Estado. Dentre os encontros, este informe destaca a conversa privativa de Trump e Zelenski e os apertos de mãos de Trump com Ursula Von der Leyen e com Emmanuel Macron.

A Guerra na Ucrânia segue sem perspectiva de trégua. Pelo contrário, os ataques parecem se intensificar. Durante a quinzena, aconteceu a quarta reunião entre EUA e Rússia em prol de um cessar-fogo. O negociador de Trump, Steve Witkoff, reuniu-se com o Presidente russo, Vladimir Putin. A avaliação imediata foi positiva, acompanhada da afirmação de que as partes “estavam muito perto de um acordo”, mas dias depois, após o encontro com Zelenski e a primeira reunião entre americanos, ucranianos e europeus (no caso, franceses), Trump manifesta dúvida quanto as intenções de Putin. A paciência de Trump está sendo posta à prova e os EUA já admitem abandonar as negociações.

A Europa está sendo assaltada e se defende como pode de Trump e Putin. Os EUA, até então alinhado incondicional, já garantiram um [memorando de intenções](#) com a Ucrânia visando

o acesso às terras raras como forma de pagamento pelo investimento feito na Guerra que se seguiu à invasão russa, sob a qual a Europa, praticamente já “perdeu” 20% de território ucraniano para a Rússia, incluindo a Crimeia. Ou seja, a Ucrânia está sendo dividida entre EUA, que ficam com as riquezas que lhes interessam e a Rússia, que fica com os territórios que conseguir conquistar. Como se não bastasse, os EUA ameaçam clara e publicamente, tomar a Groenlândia.

Rússia e Putin, são considerados ameaça histórica ao continente europeu. A Ucrânia pode ser apenas o primeiro país a ser invadido. Não tem como a Europa não se defender! A Finlândia, que compartilha 1,300 km de fronteira com a Rússia, tratou logo de construir um muro e reforçar a fronteira. Em nome da preservação de seus territórios, a Europa se volta à rearmamentação, levantando 800 bilhões de euros, lamentavelmente, em detrimento de políticas sociais e de melhorias nas condições de vida de seus cidadãos.

Como desafios adicionais à história e às concretas ameaças de segurança enfrentadas pela Europa, estão o enfraquecimento da Otan - há décadas ancoragem da segurança e defesa do continente; e a impossibilidade da UE ter seu exército próprio. Se a ausência deste último leva à necessidade de grande coordenação dos países, a sua criação envolveria decisões como quem comandaria o exército, quais tropas iriam para o front e para quais guerras, dentre outras.

Algumas semanas após a recomendação para que cidadãos europeus tenham kits de sobrevivência em casa, países europeus enfrentam um apagão inédito, cujas causas ainda são desconhecidas. Portugal, Espanha, França e Alemanha foram afetados. A interrupção no fornecimento de energia, que durou aproximadamente 12 horas, gerou caos nas ruas, paralisou serviços essenciais e deixou milhões de pessoas sem eletricidade. Aeroportos, estações de trem e serviços de telecomunicação foram duramente afetados. Os serviços de saúde foram duramente afetados e cirurgias tiveram que ser desmarcadas. Como o inimigo precisa sempre estar presente para sustentar o medo e a indústria da guerra, um Ciberataque tem sido a principal hipótese aventada.

Adentrando a área da saúde, a União Europeia adota uma nova “[Estratégia Europeia de Preparação da União](#)” para crises, que inclui a [revisão das atribuições da recém-criada HERA, Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias](#) (2021). A Comissão definiu 30 ações para melhor prevenir e responder a crises, de pandemias às catástrofes climáticas e ameaças cibernéticas. A Estratégia promove uma abordagem que considera todos os riscos e a sociedade como um todo, propondo medidas como o reforço de funções sociais essenciais, a criação de um Centro de Crise da UE e o reforço das capacidades de previsão.

As ações definidas pela Comissão são apresentadas em agrupamentos conforme abaixo:

Previsão e antecipação

- Desenvolver avaliação abrangente dos riscos e ameaças da EU;
- Criar um “painel de crise” para os tomadores de decisão;
- Fortalecer o Centro de Coordenação de Resposta a Emergências (ERCC);
- Desenvolver um catálogo da UE para treinamento e uma plataforma para lições aprendidas;
- Estabelecer um Serviço Governamental de Observação da Terra (EOGS) da EU;

Resiliência de funções vitais da sociedade

- Incorporar a preparação desde a concepção nas políticas e ações da EU;

- Adotar requerimentos mínimos de preparação;
- Revisar o Mecanismo de Proteção Civil da União;
- Propor uma estratégia de estocagem da UE;
- Propor um plano de adaptação climática;
- Assegurar abastecimento de água e outros recursos naturais críticos;

Preparação da população

- Aprimorar sistemas de alerta precoce;
- Aumentar a conscientização sobre riscos e ameaças;
- Desenvolver diretrizes para atingir autossuficiência populacional de no mínimo 72 horas;
- Incluir a preparação no currículo escolar e treinar equipes educacionais;
- Promover a preparação em programas de juventude;
- Atrair talentos que reforcem a preparação da UE;

Cooperação público-privada

- Estabelecer Força-Tarefa de Preparação Público-Privada;
- Desenvolver protocolos de emergência público-privados;
- Revisar a estrutura de compras públicas;
- Estabelecer um Centro Europeu Especializado em Segurança da Pesquisa;

Cooperação civil-militar

- Estabelecer arranjos abrangentes de preparação civil-militar;
- Desenvolver padrões para planejamento e investimento de dupla utilização civil-militar;
- Organizar exercícios regulares para promover uma ampla preparação;

Resposta às crises

- Estabelecer um Centro Europeu de Coordenação de Crises;
- Reforçar o rescEU – reserva de capacidades de resposta a nível da EU;

Resiliência por meio de parcerias externas

- Avançar na resiliência mútua com países candidatos;
- Integrar preparação e resiliência em parcerias bilaterais e instituições multilaterais;
- Integrar preparação e resiliência na cooperação com a Otan; e
- Desenvolver resiliência mútua por meio de políticas externas de economia e desenvolvimento.

Embora os Estados-Membros da EU sejam os principais intervenientes na proteção civil, preparação e resposta a crises, a Estratégia Europeia de Preparação da União, define a visão de uma União da Preparação, onde o apoio da UE complementar os esforços nacionais. O documento afirma que juntos, haverá mais eficazes, mais agilidade, com responsabilidades claras e mais fortes na antecipação e na resposta em todos os setores relevantes. Ferramentas flexíveis ajudarão os Estados-Membros a responder a emergências inesperadas.

O trabalho rumo a uma União da Preparação contribuirá também para tornar a UE mais inclusiva, competitiva e próspera. Desta forma, a Europa poderá usufruir de todos os benefícios de escala e eficiência decorrentes de uma atuação conjunta a nível da União. A implementação

da Estratégia será monitorizada regularmente. As atualizações serão regularmente partilhadas com o Conselho e o Parlamento Europeu para acompanhar o progresso da implementação. Ao mesmo tempo, a Comissão convida o Conselho e o Parlamento Europeu a trabalharem em conjunto com a Comissão e o Alto Representante na Estratégia e nas ações definidas no Plano de Ação e a colaborarem na sua concretização.

A revisão promovida pela Comissão em relação à HERA, mas ainda não definida, reafirma o seu papel fundamental no reforço da coordenação, da constituição de reservas e da resposta a pandemias a nível da UE. Quando de sua criação, a agência tinha como principal missão, melhorar a preparação e a resposta a ameaças transfronteiriças graves na área das contramedidas médicas, que incluem vacinas, medicamentos, equipamentos médicos, antídotos químicos, testes de diagnóstico e equipamentos de proteção individual, como luvas e máscaras cirúrgicas. Podem também incluir serviços necessários para preparar e responder a ameaças transfronteiriças graves à saúde.

O relatório de revisão reconhece a complexidade do ecossistema para a preparação ou resposta a crises sanitárias: uma resposta eficaz necessita envolvimento de ampla variedade de partes interessadas, a nível nacional, regional e global. O objetivo da HERA de reforçar o quadro de segurança sanitária existente, implica estreita cooperação e coordenação com outros serviços da Comissão, agências da UE e outras estruturas. As principais áreas de cooperação incluem os serviços da Comissão responsáveis pela saúde, pesquisa & inovação, proteção civil e parcerias internacionais; as agências da UE: EMA (Agência Europeia de Medicamentos) e CDC Europa, bem como a Agência Executiva Europeia para a Saúde Digital (HaDEA); e com os Estados-Membros, a indústria e a sociedade civil. Além disso, tem havido uma cooperação significativa com organizações internacionais e países terceiros. Esta interligação de diferentes dimensões da preparação e resposta em saúde exige um fluxo constante de informação, uma priorização comum e cooperação e coordenação operacionais (características definidoras da Agência).

Por fim, a revisão identifica uma série de áreas onde são necessários mais trabalho e clareza para aproveitar ao máximo o potencial combinado e proteger melhor a saúde dos cidadãos. Esta revisão também destaca áreas onde uma maior coerência entre o trabalho da Comissão em matéria de contramedidas médicas e a segurança sanitária em geral poderia ajudar a racionalizar os esforços e reforçar a coerência geral.

Em alinhamento com a agenda política do bloco, a presidência polonesa da UE elegeu a saúde mental digital da juventude como uma de suas prioridades. Com isto, o crescente impacto das tecnologias digitais passa a ser pauta de encontros de alto nível, que fazem avançar os esforços. Na recente reunião do Conselho Informal sobre Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO Saúde), [os ministros de saúde da UE destacaram a importância de incluir ambientes digitais nas estratégias de saúde mental](#), na era da tecnologia e das redes sociais. Para enfrentar os desafios colocados, os ministros defendem o fortalecimento da cooperação entre os Estados-Membros e propuseram um catálogo europeu de boas práticas para garantir que o bem-estar mental se torne um elemento fundamental da saúde pública em toda UE. Logo após o encontro, um [documento da OCDE, que descreve as melhores práticas para apoiar o bem-estar mental das crianças](#), foi apresentado em reunião específica. Os participantes discutiram os riscos e as oportunidades das tecnologias digitais, como o uso de intervenções baseadas em IA e aplicativos de bem-estar, bem como a necessidade de estruturas de políticas digitais seguras, equitativas e centradas nos jovens. Os resultados de ambas as reuniões servirão de base para as Conclusões do Conselho, que visam orientar a ação integrada da UE em matéria de saúde mental de crianças e adolescentes na era digital.

Ainda sobre a saúde mental, mas sob o escopo das relações trabalhistas, um [estudo realizado pelo Instituto Sindical Europeu \(ETUI\)](#) avaliou o custo das doenças cardiovasculares e casos de depressão, às vezes com finais trágicos, atribuídos a 5 riscos psicossociais: estresse, longas jornadas, insegurança no emprego, desequilíbrio entre esforço e recompensa, e assédio moral. O estudo aponta que [o custo anual da depressão relacionada com o trabalho na União Europeia, ultrapassa 100 bilhões de euros anualmente](#). Este relatório é o primeiro a quantificar o custo económico não só da depressão, mas também das doenças cardiovasculares, em particular das doenças coronárias e dos acidentes vasculares cerebrais, ligados a fatores psicossociais do trabalho, afirma o ETUI. França, Bélgica, Finlândia, Irlanda e Países Baixos são os 5 países mais afetados em termos de custo por 100.000 trabalhadores. Perante as constatações, o Instituto solicita à Comissão Europeia que apresente um texto para reforçar a prevenção. O ETUI considera que esta diretiva sobre a saúde mental deveria igualmente fornecer orientações aos empregadores.

Considerações finais

A Europa está ameaçada e precisa se defender. A Ucrânia está sendo dividida entre EUA e Rússia, enquanto a Europa se apressa em se rearmar como estratégia mínima de dissuasão. Funciona como um recado aos inimigos: estou me rearmando! Mesmo que Trump desista das negociações, seus interesses na Ucrânia estão praticamente garantidos: minerais raros. Dificilmente um acordo não será alcançado. Todavia, a paz no continente europeu parece ainda distante. Enquanto os russos exigem a Crimeia, os ucranianos se recusam a perder o território. Tudo ainda parece longe do fim. A Europa, sem o apoio financeiro e militar dos EUA e posta à margem das negociações, precisa sim se mobilizar: não pode ficar desprotegida. É a sua integridade territorial e sobrevivência que estão em jogo. O congelamento do conflito, no caso de uma trégua, não resolveria a questão territorial e poderia levar a novas exigências territoriais russas, pondo em risco a estabilidade da Europa.

Em paralelo, a União Europeia reorganiza sua estratégia de preparação para o enfrentamento de crises, se aproveitando do investimento militar que vem sendo realizado. Dentre as 30 ações definidas pela Comissão para o aperfeiçoamento da capacidade de preparação, 3 estão sob a cooperação civil-militar. Na esfera da preparação, também merecem destaque as ações que visam à sensibilização das populações para o enfrentamento de crises, que nesta altura não são apenas sanitárias, mas climáticas, energéticas e bélicas.

Vemos aqui que a guerra esvaziou, mas não paralisou outras esferas políticas do bloco: pelo contrário, vem as pautando. Este movimento é perceptível na grande revisão da estrutura de preparação da União Europeia para o enfrentamento de crises que começa a ser apresentada pelo bloco.

Dia Mundial da Saúde na Ásia e no MENA

**Lúcia Marques
Bárbara Nogueira**

“Investir em saúde materna e neonatal não é apenas um ato de cuidado – é um investimento no futuro”¹⁴³

Resumo: Ásia Sul, região MENA e África Subsaariana são as regiões com maiores índices de mortalidade materna, como apontado no relatório da OMS, de 2023, que traz uma tabela comparando as seis regiões da OMS. Outra tabela do mesmo relatório apresenta as estimativas por país e território. E dentre os 195 países membros da OMS, **Afganistão (7.600 mortes), Bangladesh (4.000), Congo (19 mil), Etiópia (8.000), Índia (19 mil), Indonésia (6.300), Nigéria (75 mil), Paquistão (11 mil)** e Tanzânia (6.500) foram destacados como países com os maiores índices de mortalidade materna. Note-se que, **muitos desses países, como Bangladesh e Índia, por exemplo, são países com alto índice de casamento infantil.** O que confirma que para reduzir a mortalidade materna e neonatal requer uma atuação ampla, para além do reforço dos sistemas de saúde e da atenção médica, incluindo saúde sexual e reprodutiva e saúde mental. É necessário olhar para **os direitos das mulheres e meninas**; são necessárias políticas públicas abrangentes, com foco nos determinantes sociais e setores interconectados, como **igualdade de gênero, empoderamento feminino, educação** - sabe-se que as oportunidades econômicas permitem que as mulheres educadas e economicamente capacitadas tomem decisões informadas sobre sua saúde e suas famílias. E, dado o impacto das mudanças climáticas, estresse térmico e poluição do ar na gravidez, a saúde materna também deve ser priorizada nos planos de adaptação climática para enfrentar essas ameaças emergentes. As três regionais da OMS para Pacífico Ocidental, Mediterrâneo Oriental e Sudeste da Ásia trabalham neste sentido junto com parceiros locais, personalizando as soluções e inovando para acelerar a redução das taxas de mortalidade e alcançar as metas 3.1 e 3.2 do Objetivo 3, dos ODSs. Falta pouco para 2030.

Palavras chaves: Mortalidade materna e neonatal, Igualdade de Gênero, Empoderamento feminino, Pacífico Ocidental, Mediterrâneo Oriental, Sudeste da Ásia.

Abstract: South Asia, the MENA region, and Sub-Saharan Africa are the regions with the highest maternal mortality rates, as highlighted in the 2023 WHO report, which contains a table comparing the six WHO regions. Another table in the same report presents the estimates by country and territory. And among the 195 WHO member countries, Afghanistan (7,600 deaths), Bangladesh (4,000), Congo (19,000), Ethiopia (8,000), India (19,000), Indonesia (6,300), Nigeria (75,000), Pakistan (11,000), and Tanzania (6,500) were highlighted as countries with the highest maternal mortality rates. It should be noted that many of these countries, such as Bangladesh and India, for example, are countries with high rates of child marriage. This confirms that reducing maternal and neonatal mortality requires broad action, in addition to strengthening health systems and medical care, including sexual and reproductive health and mental health. It is necessary to look at the rights of women and girls; Comprehensive public policies are needed, focusing on social determinants and interconnected sectors such as gender equality, women's

¹⁴³ Dr. Mark Jacobs, representante da OMS no Pacífico Sul e Diretor de Suporte Técnico do Pacífico. <https://www.who.int/westernpacific/about/how-we-work/pacific-support/news/detail/06-04-2025-who--spc--unfpa--and-unicef-in-the-pacific-calls-for-urgent-action-to-save-mothers-and-newborns>

empowerment, education – it is well known that economic opportunities enable educated and economically empowered women to make informed decisions about their health and their families. And given the impact of climate change, heat stress and air pollution on pregnancy, maternal health must also be prioritized in climate adaptation plans to address these emerging threats. The three WHO Regional Offices for the Western Pacific, Eastern Mediterranean and South-East Asia are working towards this goal together with local partners, tailoring solutions and innovating to accelerate the reduction of mortality rates and achieve SDG Goal 3 targets 3.1 and 3.2. The 2030 deadline is just around the corner.

Keywords: Maternal and neonatal mortality, Gender equality, Women's empowerment, Western Pacific, Eastern Mediterranean, Southeast Asia

*

O [Dia Mundial da Saúde](#), celebrado anualmente em 7 de abril, marca uma data histórica para a saúde pública: o aniversário da Organização Mundial da Saúde (OMS), que em 2025 completou 77 anos desde a entrada em vigor de sua Constituição em 1948. Esse documento estabelece as 22 funções essenciais da Organização, sendo uma delas justamente "promover a saúde e o bem-estar materno-infantil".

Em 2025, a campanha concentra-se na saúde materna e neonatal, com o tema "[Inícios Saudáveis, Futuros Promissores](#)", demonstrando como esse princípio constitucional da OMS segue guiando ações prioritárias. A iniciativa, desenvolvida com diversos parceiros, como a UNICEF e a UNFPA, teve como objetivo central chamar a atenção de governos, profissionais de saúde e sociedade civil para a urgência em reduzir as mortes evitáveis de mães e recém-nascidos, garantindo acesso a cuidados de qualidade em todas as etapas da gestação e parto, além de promover o bem-estar integral das mulheres.

A garantia de que mulheres e bebês tenham acesso não apenas à sobrevivência no parto, mas a uma saúde plena, é fundamental para o fortalecimento de famílias e comunidades em todo o mundo. A perspectiva defendida pelo Diretor-Geral da organização, Dr. Tedros Adhanom, durante o [discurso de abertura](#) do evento comemorativo de aniversário da OMS, que lançou a campanha, reforça que a saúde materna e neonatal vai além de questões médicas isoladas, sendo também um alicerce essencial para o desenvolvimento socioeconômico global e a estabilidade das nações.

Os avanços conquistados por meio de pesquisas e do mapeamento das principais causas de mortalidade materna têm sido decisivos. Métodos como o [cuidado mãe-canguru](#) e a expansão de unidades neonatais especializadas já mostram resultados positivos nos índices mundiais. Um marco importante: segundo o [relatório](#) lançado na data comemorativa, em 2023, pela primeira vez, nenhum país foi classificado com taxas extremamente altas de mortalidade materna, um progresso que deve ser celebrado, mas também impulsionado.

Entretanto, alguns desafios ainda persistem. Embora a taxa de mortalidade materna (TMM, número de mortes materna por 100.000 nascimentos vivos) tenha sido reduzida em 40% desde 2000, os números ainda são inaceitáveis. Segundo os dados do relatório, em 2023, diariamente, mais de 700 mulheres morrem por causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto, ou seja, uma morte a cada dois minutos. A maioria das mortes ocorre nos países ou comunidades de baixa renda (um percentual de 92%) e agravados por conflitos ou fragilidades

sociais: em zonas de guerra, o risco de morte materna é cinco vezes maior que em regiões estáveis¹⁴⁴.

Vários fatores impedem que essas mulheres recebam ou busquem cuidados adequados durante a gravidez e o parto. Falhas nos sistemas de saúde, como atendimento de baixa qualidade (incluindo desrespeito e abusos), escassez de profissionais qualificados, falta de medicamentos essenciais e pouca fiscalização, são obstáculos críticos. Além disso, determinantes sociais, como pobreza, escolaridade, raça e etnia, aumentam os riscos para grupos vulneráveis. Papéis de gênero rígidos também perpetuam desigualdades, relegando a saúde sexual e reprodutiva das mulheres a segundo plano. Por fim, crises climáticas e humanitárias fragilizam ainda mais os sistemas de saúde, especialmente em regiões instáveis. Para transformar essa realidade, é essencial enfrentar essas barreiras tanto na estrutura dos serviços de saúde quanto nas dinâmicas sociais mais amplas.

Nesse sentido, a crise orçamentária em que a OMS está mergulhada, após a retirada do seu principal financiador, os EUA,¹⁴⁵ compromete diretamente a ampliação da implementação desse plano de ação em favor da saúde materna e neonatal. Diante de um ambiente financeiro dramaticamente limitado, uma das prioridades estratégicas da agência global de saúde é o fortalecimento das parcerias.

Por isso, dentre as iniciativas da campanha, está o incentivo a doação e a participação de movimentos de doação. Em colaboração com instituições parceiras, especificamente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi instituída a iniciativa [Every Woman Every Newborn Everywhere \(EWENE\)](#), um mecanismo de coordenação multilateral (reúne uma ampla gama de organizações envolvidas na melhoria da saúde materna e neonatal) que visa otimizar a implementação de intervenções em saúde reprodutiva. Essa plataforma colaborativa promove uma maior sinergia de esforços técnicos e financeiros, permitindo a ação conjunta das organizações junto aos países prioritários e maior abrangência do seu escopo. Essas parcerias institucionais assumem um papel de grande relevância como um veículo para o progresso em direção às metas dos ODS.

Embora o tema da saúde materna e neonatal tenha sido contemplado em vários compromissos assumidos pelos governos e seus representantes, em diferentes momentos, como: no ODS 3 – Saúde e Bem Estar – meta 3.1: Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 por 100.000 nascidos vivos até 2030; e meta 3.2: reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos; na Resolução 77.5 para Aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Meta para a mortalidade materna de recém-nascidos e crianças (MNCH) adotada na 77a Assembleia Mundial da Saúde (2024); e na [Estratégia Global para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente \(2016-2030\)](#)¹⁴⁶ - roteiro que visa atingir o

¹⁴⁴ Dados obtidos em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/maternal-mortality>

¹⁴⁵ [Cortes de financiamento dos Estados Unidos, ordenados por Donald Trump, vêm afetando funcionamento da organização.](#)

¹⁴⁶ A Estratégia absorveu [Estratégias para acabar com a mortalidade materna evitável \(EPMM\), de 2015](#), cujas metas e estratégias baseiam-se em uma abordagem de direitos humanos para a saúde materna e neonatal e concentram-se na eliminação de desigualdades significativas que levam a disparidades no acesso, qualidade e resultados de cuidados dentro e entre os países. Compromissos políticos concretos e investimentos financeiros por parte dos governos dos países e parceiros de desenvolvimento são necessários para cumprir as metas e realizar as estratégias para a EPMM.

mais alto padrão de saúde atingível para todas as mulheres, crianças e adolescentes, muito há que se avançar.

Falta pouco para 2030. A campanha chama a atenção que o tema tem que estar no centro das políticas, pois, embora tenha havido progressos, ele foi desigual entre as regiões e entre os países. As tendências apontam que quatro em cada cinco países estão longe de atingir as metas 3.1 e 3.2 do ODS 3 de melhoria da sobrevivência materna e neonatal até 2030. Além disso, de acordo com a OMS, um em cada três países não conseguirá atingir as metas de redução de mortes de recém-nascidos.

Entendendo que é preciso atuar em todas as frentes desde capacitação, disponibilização de informações, divulgação de orientações e compartilhamento de experiências, como parte da campanha "[Inícios Saudáveis, Futuros Promissores](#)", a OMS lançou o novo guia sobre [Medição e monitoramento da qualidade dos cuidados para os serviços de saúde maternos, recém-nascidos, infantis e adolescentes](#), em 16 de abril. O guia e sua ferramenta de acompanhamento são projetados para apoiar os gerentes de programas, formuladores de políticas e trabalhadores da saúde no fortalecimento dos esforços para medir, monitorar e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, especialmente para a saúde materna, neonatal, infantil e adolescente. Com as ferramentas certas, indicadores claros e trabalhadores de saúde capacitados, a mensuração da qualidade do cuidado torna-se mais do que uma tarefa; torna-se um condutor de melhor saúde para cada mãe, recém-nascido, filho e adolescente.

O tema na Ásia e no Mediterrâneo Oriental e Norte da África (MENA)

Um [artigo no The Lancet](#) aponta que mais de 80% da mortalidade mundial em crianças menores de 5 anos ocorre na África Subsaariana e no sul da Ásia. Os autores chamam a atenção que, “em comparação, em muitos países com altos recursos, as taxas de mortalidade infantil de menores de 5 anos estão mais próximas de 2 por 1000 nascidos vivos, mas é improvável que mais de 50 países em todo o mundo atinjam a meta do ODS 3 até 2030”.¹⁴⁷ É importante ressaltar que a grande maioria dessas mortes é evitável com acesso a intervenções básicas e acessíveis em saúde e saneamento. Dados os escassos recursos de saúde disponíveis, priorizar e investir efetivamente nos sistemas e nos recursos dos profissionais de saúde é crucial para prevenir mortes infantis.¹⁴⁸

Como apontado no [relatório](#) interagência de Estimativa de Mortalidade Materna das Nações Unidas (MMEIG)¹⁴⁹, de 2023, das 712 mulheres que morreram todos os dias devido a complicações durante e após a gravidez e o parto, totalizando aproximadamente 260.000 mortes maternas ao longo do ano; como destacado em [artigo sobre mortalidade materna](#), deste total, cerca de 70% da mortalidade materna ocorreu na África Subsaariana. Essas mortes foram em grande parte devidas a causas diretas, que poderiam ser prevenidas ou tratadas. Somam-se a esses fatores, os agravos decorrentes de conflitos e ambientes frágeis e a crescente carga de doenças não transmissíveis estão afetando a saúde durante a gravidez e além. Segundo o artigo,

¹⁴⁷ [Global, regional, and national trends in under-5 mortality between 1990 and 2019 with scenario-based projections until 2030: a systematic analysis by the UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation](#)

¹⁴⁸ https://www.thelancet.com/servlet/linkout?suffix=e_1_4_1_2_1_2&dbid=4&doi=10.1016%2FS2214-109X%2825%2900140-8&key=10.1016%2FS0140-6736%2821%2901207-1&cf=pdf&site=lancet-site

¹⁴⁹ Composto pela OMS, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), o Grupo Banco Mundial e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de População (Divisão da ONU/População)

soluções baseadas em evidências podem contribuir para reverter essa crise. Mas é crucial a vontade política para implementar essas soluções comprovadas em escala.¹⁵⁰

África, Mediterrâneo Oriental e Sudeste da Ásia (regiões da OMS) são as regiões com maiores índices de mortalidade materna. Os dados podem ser encontrados na página 102, do Anexo 5, do [relatório da OMS](#), de 2023, que apresenta estimativas da razão de mortalidade materna (RMM), número de mortes maternas, risco ao longo da vida e proporção de mortes entre mulheres em idade reprodutiva devidas a causas maternas, por região da OMS.

No Anexo 4, página 94 a 101, do mesmo relatório, uma tabela apresenta as estimativas por país e território. E dentre os 195 países membros da OMS, **Afganistão (7.600 mortes), Bangladesh (4.000)**, Congo (19 mil), **Etiópia (8.000)**, **Índia (19 mil)**, **Indonésia (6.300)**, Nigéria (75 mil), **Paquistão (11 mil)** e Tanzânia (6.500) foram destacados como países com os maiores índices de mortalidade materna. Note-se que, **muitos desses países, como Bangladesh e Índia, são países com alto índice de casamento infantil**. O que confirma que para reduzir a mortalidade materna e neonatal são necessárias outras medidas para além da atenção médica; são necessárias políticas públicas abrangentes, como igualdade de gênero, empoderamento feminino, educação, entre outras políticas.

Além disso, nessas três regiões vive uma grande população de migrantes e deslocados por conflitos, por eventos climáticos, por perseguições étnicas e por crises econômicas, consequentemente, encontram sistemas de saúde fragilizados, ou destruídos, com governos frágeis ou com outras prioridades. As mulheres migrantes, particularmente aquelas em trânsito ou com status irregular, enfrentam riscos aumentados de complicações relacionadas à gravidez ou gravidezes indesejadas, às vezes devido à violência sexual. Algumas podem dar à luz em centros de imigração sem cuidados pré-natais e pós-natais adequados, ou em ambientes onde os cuidados de saúde são fragmentados ou indisponíveis. O medo de detenção ou deportação também pode impedir que mulheres sem documentos busquem atendimento médico, inclusive em casos de violência sexual que requerem serviços de emergência, colocando ainda mais em risco suas vidas e as de seus recém-nascidos.¹⁵¹



[No Sudão, após dois anos de conflito, o sistema de saúde está em ponto de ruptura. Para agravar a situação, o país em breve entrará na estação chuvosa, cada vez mais perigosa em função das mudanças climáticas. Uma tempestade perfeita de surtos de doenças, desnutrição e serviços em colapso](#)

No Dia Mundial da Saúde 2025, a [Rede das Nações Unidas sobre Migração \(UNNM\)](#), com a OMS como membro de seu Comitê Executivo, reafirmou seu compromisso de garantir que todas as mulheres migrantes grávidas, mães e recém-nascidos tenham acesso a cuidados de saúde essenciais, independentemente do status migratório. Essa prioridade se alinha ao plano de ação global da OMS para promover a saúde de refugiados e migrantes e é mantida no [Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular](#).

¹⁵⁰ [As mães merecem melhor: estratégias baseadas em evidências para lidar com a mortalidade materna - The Lancet Global Health](#)

¹⁵¹ <https://migrationnetwork.un.org/statements/united-nations-network-migration-statement-world-health-day-2025>

Em sua [declaração](#), a UNNM, juntamente com a OMS e suas organizações parceiras, emitiu um apelo à ação para remover urgentemente as barreiras que impedem que mulheres migrantes e recém-nascidos acessem cuidados pré-natais e pós-natais essenciais. Como por exemplo, garantir o registro de nascimento para todas as crianças, possibilitando o acesso a serviços essenciais; reforço cultural e linguisticamente inclusivo de cuidados maternos e neonatais; e melhorar a cooperação regional e os acordos transfronteiriços de saúde e alavancar os instrumentos digitais de saúde, para garantir a continuidade dos cuidados

OMS Mediterrâneo Oriental – Oriente Médio e Norte da África

Embora tenha havido progresso na redução da mortalidade materna e neonatal, a Região do Mediterrâneo Oriental continua a enfrentar desafios significativos para garantir a saúde e o bem-estar das mães e dos recém-nascidos, especialmente em ambientes frágeis e de emergência. Como afirmou a diretora regional, Hanan Balkhy, “o progresso na redução da mortalidade materna e infantil está longe, especialmente em países de alta carga e ambientes de emergência.”¹⁵² Grandes obstáculos permanecem no acesso aos serviços de saúde materna e reprodutiva – muitos dos serviços e infraestruturas de saúde estão destruídos pelos conflitos e eventos climáticos.

Mais de 120 milhões de mulheres em idade reprodutiva vivem na região, e cerca de 20 milhões de recém-nascidos nascidos a cada ano. São quase 400 mil natimortos por ano, cerca de meio milhão de vidas recém-nascidas são perdidas anualmente, representando quase 60% das mortes entre crianças menores de 5 anos na região. E enquanto a meta global de 2030 é reduzir a mortalidade materna para 70 mortes/100 000 nascidos vivos até 2030, as taxas de mortalidade materna excedem 600 mortes maternas/100 000 nascidos vivos em alguns países da Região.¹⁵³ Como indicado na Anexo 5, página 102, do [relatório da OMS](#), foram registradas 33 mil mortes maternas na região, em 2023.

A OMS EMRO está trabalhando junto a formuladores de políticas e parceiros para combater as mortes maternas e recém-nascidas uma vez que, para alcançar essa meta é essencial que as mulheres e meninas sejam capacitadas; é crucial promover a igualdade de gênero e o acesso à educação; sabe-se que as oportunidades econômicas permitem que as mulheres educadas e economicamente capacitadas tomem decisões informadas sobre sua saúde e suas famílias.

A [regional](#) tem 22 Estados membros e os Territórios Palestinos Ocupados (Gaza e Cisjordânia), com uma população de cerca de 679 milhões de pessoas – Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Paquistão, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Yemen e Territórios Palestinos.

Situação em Gaza

A OMS EMRO registrou que, entre 18 de março e 4 de abril deste ano, desde a retomada das hostilidades, mais de 500 crianças e 270 mulheres foram mortas. Nenhuma ajuda entrou em Gaza desde 2 de março, aprofundando a crise da fome e da desnutrição, deixando as famílias sem água limpa, abrigo e cuidados de saúde adequados e aumentando o risco de doença e

¹⁵² <https://www.emro.who.int/media/news/world-health-day-2025-healthy-beginnings-hopeful-futures.html>

¹⁵³ <https://www.who.int/publications/i/item/9789240108462>

morte. Estima-se que 55 000 mulheres estejam grávidas no enclave, com um terço a enfrentar gravidezes de alto risco. Cerca de 130 bebês nascem todos os dias, 27% por cesariana. Aproximadamente 20% dos recém-nascidos são prematuros, abaixo do peso ou nascidos com complicações, necessitando de cuidados avançados que estão diminuindo rapidamente.¹⁵⁴ Os parceiros relatam que equipamentos e medicamentos essenciais, como incubadoras portáteis, ventiladores para terapia intensiva neonatal, máquinas de ultrassom e bombas de oxigênio, juntamente com 180 000 doses de vacinas infantis de rotina – o suficiente para proteger totalmente 60 mil crianças com menos de dois anos – não foram autorizados a entrar, deixando recém-nascidos e crianças pequenas doentes sem o cuidado que eles precisam urgentemente.¹⁵⁵

OMS Sudeste da Ásia

A [regional](#) tem 11 países membros e está enfrentando as consequências dos terremotos em Myanmar e Tailândia. Está sob sua responsabilidade os mais de 2 milhões de Rohingya, apátridas, acampados em Cox's Bazar, Bangladesh, ou instalados provisoriamente em uma ilha no litoral de Bangladesh – que a regional descreve como emergência prolongada.

A diretora regional, Saima Wazed, deixou [mensagem no site](#), na qual relata a atual situação da região. “A partir de 2010, nossa região alcançou a maior redução na taxa de natimortos e nas taxas de mortalidade materna, neonatal e infantil, em comparação com todas as outras regiões da OMS e a média global.” Embora tenha havido progresso, ela chama a atenção que mais de 2.700 mulheres ainda morrem mensalmente na região durante o parto e período pós-natal, enquanto mais de 1500 recém-nascidos morrem todos os dias antes de completar seus primeiros 28 dias de vida. Além disso, a Região contribui para mais de 22% da carga global de natimortos - hoje, aproximadamente 45 mil recém-nascidos ainda morrem todos os meses. Mortes evitáveis, como ela destaca.

A diretora registra uma redução de 53% na taxa de mortalidade materna (TMM), uma redução de 44% na taxa de mortalidade neonatal (TMN), uma redução de 39% na taxa de natimorto e uma redução de 49% na taxa de mortalidade de menores de cinco anos (U5MR). “Pela primeira vez na região, foi relatada uma TMM abaixo de 100 por 100 mil nascidos vivos (atualmente 96). De 2016 a 2023, nossa mortalidade materna reduziu em média 5,1% ao ano – mais de três vezes a taxa de redução global.”

Wazed também chama a atenção que, embora a região tenha registrado avanços, eles se distribuíram de forma desigual nos países, mostrando que vários fatores contribuem para a redução da mortalidade materna e neonatal. “Infelizmente, no entanto, estamos testemunhando uma despriorização de recursos para a Saúde Materna e Neonatal. Estamos vendo isso globalmente, regionalmente e em nível nacional.” Ela chama atenção que “enfrentamos tempos difíceis. Os desenvolvimentos geopolíticos estão nos afetando e colocando em risco nosso trabalho.”

¹⁵⁴ <https://www.emro.who.int/media/news/healthy-beginnings-hopeful-futures-on-world-health-day-who-calls-for-an-immediate-ceasefire-in-gaza.html>

¹⁵⁵ <https://www.who.int/emergencies/situations/conflict-in-Israel-and-oPt>

OMS Pacífico Ocidental

A regional trabalha em 37 países e territórios. “Nosso alcance se estende das estepes mongóis na Ásia Central, a leste até as Ilhas Pitcairn, no Oceano Pacífico, e ao sul da Nova Zelândia.”¹⁵⁶

A disparidade entre os países é grande: países populosos, como a China, com 1,4 bilhão de pessoas, e pequenos, como Niue, que tem população de 1.000 pessoas; ricos e pobres; alguns com populações explodindo (Índia) e outros que estão envelhecendo rapidamente (Japão); sistemas e serviços de saúde que são fortes em alguns países e fracos em outros.



The boundaries and names shown and the designations used on this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the World Health Organization concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries. Dotted lines on maps represent approximate border lines for which there may not yet be full agreement. © WHO Regional Office for the Western Pacific 2009. All rights reserved.

<https://www.who.int/westernpacific/about/where-we-work>

Muitos são pequenas ilhas isoladas, longe das rotas comerciais, dificultando acesso a uma variedade de alimentos e insumos. Outros, sujeitos a desastres naturais, como terremotos ou erupções vulcânicas e aumento do nível do mar e salinização de terras e de água doce. Algumas ilhas enfrentam o envelhecimento da população, com jovens indo para outros países; ou comportam pequenas populações divididas em dezenas de ilhas (Vanuatu é formada por 83 ilhas e tem uma população de 313 mil pessoas), dificultando o acesso e resposta a emergências; enfrentam capacidade limitada dos sistemas de saúde e lacunas na força de trabalho. Há falta de dados de qualidade para tomada de decisões.

São eles, em ordem alfabética: Austrália, Brunei, Camboja, China, Coreia do Sul, Fiji, Filipinas, Guam (EUA), Hong Kong (China), Ilhas Cook, Ilhas Marianas do Norte (EUA), Ilhas Marshall, Ilhas Pitcairn (UK), Ilhas Salomão, Japão, Kiribati, Laos, Macao (China), Malásia, Micronésia, Mongólia, Nauru, Niue, Nova Caledônia (França), Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Polinésia Francesa (França), Samoa, Samoa Americana (EUA), Singapura, Tokelau, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietnam, Wallis e Futuna (França).

Segundo a regional, o Pacífico Ocidental enfrenta algumas das mais gritantes disparidades de saúde materna e neonatal do mundo. As mudanças climáticas, o afastamento das ilhas do Pacífico e os frágeis sistemas de saúde ampliam esses desafios. Para a [OMS regional](#), a taxa de mortalidade materna e a taxa de mortalidade neonatal são indicadores centrais que servem como medidas cruciais da saúde materna e neonatal e como os sistemas de saúde protegem mães e bebês. Estima-se que a taxa de mortalidade materna em alguns países do Pacífico exceda 120 por 100 000 nascidos vivos, enquanto as taxas de mortalidade neonatal são tão altas quanto as 40 em cada 1000 nascidos vivos.¹⁵⁷ A Região do Pacífico Ocidental tem a segunda menor taxa de mortalidade materna entre as seis regiões da OMS em todo o mundo.¹⁵⁸

¹⁵⁶

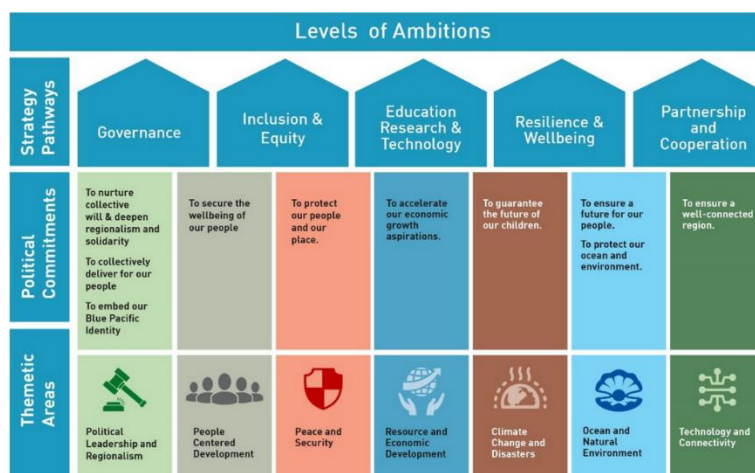
¹⁵⁷ <https://www.who.int/publications/i/item/9789240108462>

¹⁵⁸ <https://www.who.int/westernpacific/news/item/07-04-2025-who-in-the-western-pacific-calls-for-urgent-action-to-save-mothers-and-newborns>

No entanto, o progresso continua frágil. Em vários países, as melhorias nas mortes de mães e bebês estagnaram.

A regional tem como meta “alcançar os inalcançáveis” - o isolamento das ilhas exige soluções personalizadas ou inovadoras, como telemedicina e transporte inter ilhas. A regional está empenhada em: manter o ímpeto para acabar com as epidemias e melhorar a saúde da mãe e da criança; vincular os esforços para abordar doenças transmissíveis e a mortalidade materna, infantil e infantil à agenda universal de cobertura de saúde; aproveitar o potencial de soluções “ground-up”¹⁵⁹, a inovação e o uso estratégico de dados para ação para acelerar o progresso.

O Fórum das Ilhas do Pacífico (FORUMSEC), principal organização política e econômica da região, com 18 membros, estabeleceu a [Estratégia 2050 para o Continente Azul do Pacífico](#), que define a abordagem a longo prazo para trabalhar em conjunto como região. Além disso, a regional, juntamente com [SPC](#)¹⁶⁰, UNFPA e UNICEF estão trabalhando juntos com o FORUMSEC para avançar numa ação “radical” e



<https://forumsec.org/2050>

trabalhar em parcerias inovadoras, necessárias para fechar as lacunas de equidade, fortalecer a base dos povos e comunidades do Pacífico e avançar para as metas de saúde e desenvolvimento em setores interconectados, como mudança climática, educação e empoderamento socioeconômico. O cuidado materno e neonatal de melhor qualidade requer atuação ampla, incluindo saúde sexual e reprodutiva, saúde mental, bem como sistemas de saúde robustos e um compromisso de abordar a educação, nutrição e igualdade de gênero.

Para Berlin Kafoa, diretor de saúde pública da SPC, o trabalho em conjunto é fundamental para essa região com países tão dispersos. “Acabamos de concluir o quinto Encontro de Mulheres e Obstetrícia Chefes do Pacífico, que coincide com o tema deste ano. A força de trabalho de enfermagem é a espinha dorsal do setor de saúde, e enfermeiros e parteiras estão presentes no início e no final da vida.” Segundo ele, a reunião enfatizou as principais recomendações que contribuirão para os esforços para acabar com as mortes maternas e neonatais evitáveis e alcançar os ODSs. “Não podemos fazer isso sozinho e é por isso que a colaboração com governos, parceiros, partes interessadas e doadores é crítica.”, completou.

¹⁵⁹ Desenvolvimento do zero, significa criar algo novo desde a base, sem recorrer a soluções ou códigos pré-existentes. Em vez de adaptar ou reutilizar, essa abordagem envolve a construção integral de um produto ou sistema, desde as suas fundações até as camadas mais complexas.

¹⁶⁰ Comunidade do Pacífico é uma organização científica e técnica que reúne 27 países e territórios do Pacífico. Envolve conhecimento e inovação em áreas como ciência pesqueira, vigilância em saúde pública, geociências e conservação de recursos filogenéticos para a segurança alimentar. Foi fundada em 1947.

Considerações finais

Para melhorar a saúde materna e neonatal, as barreiras que limitam o acesso a serviços de saúde materna de qualidade devem ser identificadas e abordadas. E não só as falhas do sistema de saúde, mas a nível de sociedade, que impedem as mulheres de receber ou procurar cuidados durante a gravidez e o parto.

No quesito sistemas de saúde, má qualidade dos cuidados, incluindo desrespeito, maus-tratos e abusos; lacunas na força de trabalho de cuidados de saúde e inadequadamente treinados; escassez de suprimentos médicos essenciais, contribuem para a estagnação na redução das taxas de mortalidade.

A nível da sociedade, determinantes sociais, incluindo o rendimento, o acesso à educação, a raça e a etnia, que colocam algumas subpopulações em maior risco; desigualdade de gênero que resulta em uma baixa priorização dos direitos das mulheres e meninas, incluindo seu direito a serviços de saúde sexual e reprodutiva seguros, de qualidade e acessíveis - é vital evitar gravidezes indesejadas; todas as mulheres, incluindo adolescentes, precisam de acesso à contracepção, serviços de aborto seguros em toda a extensão da lei e cuidados de qualidade pós-aborto. E ainda, fatores externos que contribuem para a instabilidade e a fragilidade do sistema de saúde, como as crises climáticas e humanitárias.¹⁶¹

Além disso, deve ser dada maior atenção às mulheres e meninas em contextos humanitários e frágeis. Em 2023, 64% de todas as mortes maternas ocorreram em países frágeis ou afetados por conflitos.¹⁶² As respostas globais a emergências e crises humanitárias devem priorizar os esforços de aumento da equidade nas regiões com maior mortalidade materna, particularmente na África Subsaariana, no MENA e no Sul da Ásia. As estratégias para prevenir a mortalidade e morbidade materna devem ser integradas à resposta humanitária e aos planos de prevenção, preparação e resposta à pandemia. E, dado o impacto das mudanças climáticas, estresse térmico e poluição do ar na gravidez - incluindo associações com diabetes gestacional e pré-eclâmpsia- a saúde materna também deve ser priorizada nos planos de adaptação climática para enfrentar essas ameaças emergentes.¹⁶³

¹⁶¹ <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/maternal-mortality>

¹⁶² **As mães merecem melhor: estratégias baseadas em evidências para abordar a mortalidade materna.** Langlois, Etienne V et al. The Lancet Global Health, Volume 13, Edição 5, e797 - e798. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2825%2900149-4>

¹⁶³ <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2825%2900149-4>

O Tarifaço e a Saúde Digital

Tariffs and Digital Health

André Costa Lobato

Summary. *China's response to the U.S.-driven dismantling of global supply chains signals a new economic order, where Chinese products are recognized for originality and quality. Factories now use platforms like TikTok to bypass traditional brands and sell directly to consumers. The pandemic exposed Western vulnerabilities in managing global health emergencies, highlighting the importance of data sovereignty. With initiatives like TikTok's Project Texas and open-source AI tools such as DeepSeek, Brazil has a historic opportunity to strengthen its health system, protect sensitive data, and expand its scientific and digital autonomy in a rapidly changing global landscape.*

Keywords: *Trade war, Digital Health*

Resumo. As reações da China ao desmantelamento das cadeias globais por parte dos EUA revelam uma nova ordem econômica, em que a originalidade e a qualidade dos produtos chineses ganham destaque. Fábricas chinesas usam plataformas como TikTok para vender diretamente ao consumidor, desafiando marcas tradicionais. A pandemia expôs fragilidades do Ocidente em emergências sanitárias e reforçou a necessidade de soberania em dados de saúde. Com iniciativas como o Projeto Texas e o uso de IA aberta como o DeepSeek, o Brasil tem a chance de fortalecer seu sistema de saúde e ampliar sua autonomia digital e científica.

Palavras-chave: Guerra comercial, saúde digital

As reações chinesas ao desmantelamento, pela Casa Branca, da lei e da ordem das cadeias globais de produção geram reflexões sobre uma nova ordem na qual EUA e Europa perdem o controle simbólico sobre a originalidade e a qualidade de produtos consumidos globalmente. Se antes a China se posicionava pelo “preço”, agora para muitos é também a originalidade e a qualidade. Um caso curioso foi o das bolsas de luxo. Artesãos chineses iniciaram uma série de vídeos afirmando que a qualidade de grandes marcas ocidentais era resultado do trabalho chinês, com as oficinas na Europa apenas finalizando e multiplicando o preço do produto. Não paguem pela marca, comprem mais bolsas, dizem, em um inglês bem razoável, os fabricantes chineses. Se aplicativos chineses como Temu já assustavam os gigantes de comércio do tipo Amazon, agora as fábricas passaram a anunciar diretamente seus produtos pelo Tik Tok. Com as tarifas altas, economize comprando diretamente da fábrica, argumentam os empresários chineses. Dessa forma, os produtores, em vez de esperar que marcas famosas troquem de fornecedor, estão tomando a dianteira e tentando convencer o consumidor a abandonar as marcas e comprar diretamente dos fabricantes. Está cada vez mais difícil sustentar que os produtos chineses são falsos ou inferiores. O que acontece com o panorama do capital global se Hermes, Nike, e outros “sonhos de consumo” tiverem o preço de seus produtos reduzidos em 10 vezes? As bolsas de luxo são um caso interessante porque representam um apego ao passado, quanto mais história, mais caras. Se os produtos do passado já estão tendo sua originalidade deslocada, o que dizer dos que ainda estão em fase de

desenvolvimento intelectual, como é o caso da inteligência artificial, dos diagnósticos, hardwares e das novas terapias avançadas que transformarão a saúde global nos próximos anos? Nesse aspecto, os sistemas de inovação para saúde da China e dos EUA são muito diferentes. Enquanto o governo chinês pressiona os preços¹⁶⁴ para baixo, realizando compras públicas através de seu gigantesco sistema de seguros médicos, nos EUA, o custo dos tratamentos é altíssimo e os planos de saúde possuem grande liberdade para negar procedimentos.

Além da diferença interna, a Pandemia nos trouxe lições para as relações internacionais. O Ocidente rico, que concentra vacinas e prioriza a proteção da propriedade intelectual em detrimento da ordem sanitária, não pode ser confiado em emergências sanitárias globais. As plataformas digitais tampouco se atêm ao princípio de responsabilidade. Durante a pandemia, experienciei pessoalmente situações que ilustram essa quebra de confiança: o Facebook me alertava para as postagens da Fiocruz, recomendando seguir as orientações do CDC dos EUA, que, por sua vez, demorou a recomendar o uso de máscaras – algo que o CDC chinês fez antes mesmo da identificação precisa do patógeno. Hoje, os cortes no financiamento público dos EUA, a aversão a pesquisadores estrangeiros, e as restrições de segurança nacional ao acesso a repositórios até há pouco tratados como bens públicos da saúde global criam oportunidades para a colaboração científica internacional e o desenvolvimento dos sistemas nacionais de saúde.

A exposição de riscos e oportunidades da postura agressiva da Casa Branca tem levado a muitos comentários sobre a necessidade de aumento da cooperação com a China. Recentemente, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, tratou do tema, afirmando que a “guerra comercial é uma oportunidade para o Brasil”¹⁶⁵. Tratemos então de um caso específico urgente para o Brasil: a proteção e o tratamento de dados de saúde.

Desde 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), considera dados de saúde como dados sensíveis, mas a ausência de programas e processadores próprios – com parte importante dos dados rodando em nuvens com localização desconhecida – criam várias dificuldades para unir LGPD e soberania nacional. O fato de grande parte do tráfego ser feito em empresas estrangeiras dificulta ainda mais o processo. Com o avanço do ciberespaço chinês, notadamente do aplicativo Tik Tok, os EUA se viram numa situação “brasileira” em termos de dados. Em resposta às preocupações estadunidenses, o Tik Tok lançou o Projeto Texas¹⁶⁶, que formulou um nível inédito de nacionalização dos dados sensíveis por uma plataforma digital global. Todos os dados sensíveis dos cidadãos ficariam no país e só seriam administrados por cidadãos do país dentro do país em servidores produzidos por uma empresa do mesmo país. A aplicação à realidade brasileira de modelos similares faria grandes contribuições ao cumprimento dos propósitos da legislação.

Em relação aos dados em posse do próprio poder público brasileiro, como os do SUS, por exemplo, as ferramentas de inteligência artificial em código aberto atendem a dois

¹⁶⁴ 1. Roche’s diagnostic sales hit by China pricing reforms [Internet]. [citado 26 de abril de 2025]. Disponível em: <https://finance.yahoo.com/news/roche-diagnostic-sales-hit-china-120315573.html>

¹⁶⁵ Trade War Is a Trade Opportunity for Brazil, São Paulo Mayor Says [Internet]. [citado 26 de abril de 2025]. Disponível em: <https://www.caixinglobal.com/2025-04-24/trade-war-is-a-trade-opportunity-for-brazil-so-paulo-mayor-says-102312925.html>

¹⁶⁶ Perault M. What Happened to TikTok’s Project Texas? Lawfare [Internet]. 20 de março de 2024 [citado 28 de abril de 2025]; Disponível em: <https://www.lawfaremedia.org/article/what-happened-to-tiktok-s-project-texas>

objetivos: o desenvolvimento de programas de código aberto para satisfazer os entes federados, como previsto na Lei 14.063, e permitira o controle aumentado sobre os dados. Seguindo essa lógica programas como o chinês DeepSeek podem ser executados em computadores locais, o que diminui o risco de vazamentos ou usos inadequados de dados sensíveis. Essa soberania na gestão de dados permitiria ao Brasil integrar informações de diagnóstico, prontuários e despesas médicas, criando um quadro epidemiológico em tempo real, crucial para a proteção da vida em todo o território. A aplicação na pesquisa básica, no desenvolvimento de novos medicamentos, também é uma excelente oportunidade. O sucesso do DeepSeek em remodelar o mercado pode ser mais uma vez verificado com a proposta de que a Nvidia fabrique chips otimizados para o programa de Inteligência Artificial desenvolvido na China¹⁶⁷.

Assim, exposição das vulnerabilidades do sistema científico ocidental, a revolução digital chinesa e a transformação do comércio e da inovação global oferecem ao Brasil uma oportunidade histórica de revolucionar seu sistema de saúde e garantir a proteção e a disponibilidade para pesquisa dos dados e das vidas da população nacional.

¹⁶⁷ 1. Jensen Huang visits Beijing – Trivium China [Internet]. [citado 26 de abril de 2025]. Disponível em: https://triviumchina.com/2025/04/17/jensen-huang-visits-beijing/?mc_cid=7539b1c0d4&mc_eid=f54343b29a

Atividades acadêmicas sustentam a discussão sobre clima e saúde

Guto Galvão

Resumo. A Academia Nacional de Medicina (NAM) realizou a Cúpula do Clima e Saúde de 2025 em 22 de abril, com foco nos impactos das mudanças climáticas na saúde, incluindo condições climáticas extremas e desigualdades em comunidades marginalizadas. Uma iniciativa importante discutida foi o "Grande Desafio Climático" do NAM, que visa integrar a ação climática à saúde pública e reduzir as emissões do setor de saúde. O "Roteiro para Ação Transformadora" descreve estratégias para reduzir as emissões e, ao mesmo tempo, promover a equidade na saúde. A Cúpula enfatizou a necessidade de colaboração intersetorial para alcançar um futuro sustentável e saudável para todos.

Palavras-chave: Cúpula do Clima e da Saúde, Mudanças climáticas, Impactos na saúde, Grande Desafio Climático, Emissões líquidas zero

Summary. *The National Academy of Medicine (NAM) held the 2025 Climate and Health Summit on April 22, focusing on the health impacts of climate change, including extreme weather and inequities in marginalized communities. A key initiative discussed was NAM's "Climate Grand Challenge," which aims to integrate climate action with public health and reduce health sector emissions. The "Roadmap for Transformative Action" outlines strategies for reducing emissions while promoting health equity. The Summit emphasized the need for cross-sector collaboration to achieve a sustainable and healthy future for all.*

Keywords: *Climate and Health Summit, Climate change, Health impacts, Climate Grand Challenge, Net-zero emissions*

Atividades acadêmicas sustentam a discussão sobre clima e saúde.

O [Summit de Clima e Saúde de 2025 da National Academy of Medicine \(NAM\)](#), realizado dia 22 de abril de 2025 serviu como um espaço para líderes de clima e saúde se reunirem, compartilharem percepções e colaborarem em soluções para enfrentar os impactos urgentes das mudanças climáticas na saúde. O Summit incluiu sessões plenárias, discussões simultâneas e painéis de especialistas, destacando a interseção entre ação climática e saúde pública.

O evento examinou os desafios crescentes que as mudanças climáticas representam para a saúde, como eventos climáticos extremos, doenças transmitidas por vetores e desigualdades de saúde que afetam desproporcionalmente comunidades marginalizadas. A NAM destaca a urgência de priorizar o clima e a saúde na agenda nacional, defendendo abordagens transformadoras ao nível sistêmico para mitigar emissões, adaptar-se aos impactos climáticos e melhorar os resultados de saúde.

Um dos focos centrais do Summit foi o "Climate Grand Challenge da NAM", uma iniciativa global de vários anos lançada em 2020. Essa iniciativa busca transformar sistemas que contribuem para as mudanças climáticas enquanto aborda seus impactos na saúde. Os objetivos principais incluem comunicar a crise climática como uma emergência de saúde pública, desenvolver um roteiro global para alcançar saúde para todos com emissões líquidas zero,

catalisar o setor de saúde para reduzir emissões e acelerar a pesquisa e a inovação na interseção entre clima e saúde.

O Summit apresentou diversos programas e ferramentas, como o "Roadmap for Transformative Action to Achieve Health for All at Net-Zero Emissions", o qual identifica estratégias de alto impacto para reduzir emissões enquanto promove a equidade em saúde. A NAM também destaca o Climate Collaborative, uma parceria público-privada que mobiliza mais de 100 líderes para reduzir a pegada de carbono do setor de saúde e fortalecer sua resiliência. Além disso, a Climate Communities Network (CCN) amplifica soluções impulsionadas pelas comunidades para enfrentar desigualdades de saúde relacionadas ao clima, promovendo a colaboração entre líderes comunitários, formuladores de políticas e pesquisadores.

O programa de Pesquisa e Inovação (R&I) é outro pilar do Climate Grand Challenge, visando preencher lacunas de evidências e catalisar centros regionais de pesquisa para avançar soluções climáticas e de saúde. Esses centros se concentram em capacitação, inovação e ampliação de soluções, especialmente em regiões com poucos recursos, para corrigir o desequilíbrio global na pesquisa sobre clima e saúde.

O Summit concluiu com um chamado à ação coletiva, enfatizando a necessidade de colaboração ampla entre setores, disciplinas e geografias. A NAM imagina um futuro onde a ação climática seja sinônimo de saúde para todos, exigindo inovação ousada, investimento direcionado e parcerias globais sustentadas. Ao colocar a saúde humana no centro das soluções climáticas, a NAM busca criar um futuro resiliente, sustentável e mais saudável para todos.

O [Roadmap para Ação Transformadora para Alcançar Saúde para Todos com Emissões Líquidas Zero](#), liderado pela Academia Nacional de Medicina (NAM), é uma iniciativa ambiciosa que busca colocar a saúde como um elemento central nas estratégias de ação climática. Reconhecendo a interconexão entre sistemas ambientais, sociais, econômicos e políticos, o Roadmap adota uma abordagem sistêmica para enfrentar os desafios de saúde agravados pelas mudanças climáticas. Seu objetivo principal é alcançar saúde para todos enquanto promove a redução de emissões, equidade e resiliência.

Para atingir essa visão, o Roadmap foca na redução de emissões nos setores que mais contribuem para as mudanças climáticas, como energia, transporte, agricultura e indústria pesada. Esses setores são responsáveis pela maior parte das emissões globais de gases de efeito estufa e possuem grande potencial de mitigação. Ao identificar estratégias que simultaneamente reduzam emissões e gerem benefícios para a saúde, o Roadmap busca abordar as causas fundamentais dos riscos climáticos à saúde, enquanto melhora os resultados de saúde pública.

Além disso, o Roadmap prioriza investimentos em intervenções baseadas em evidências que fortalecem tanto a adaptação quanto a mitigação climática. Ele dá especial atenção às comunidades mais vulneráveis aos impactos climáticos, promovendo soluções que reduzam desigualdades, aumentem a resiliência e incentivem o crescimento econômico equitativo. Essa abordagem visa garantir que populações historicamente marginalizadas não sejam deixadas para trás na transição para um futuro sustentável.

Outro aspecto fundamental do Roadmap é capacitar líderes e tomadores de decisão em governos, indústrias e sociedade civil com ferramentas, métricas e orientações para impulsionar o progresso. Ao fornecer insights práticos e estratégias baseadas em evidências, a iniciativa empodera os stakeholders a alinhar seus esforços com metas de saúde e emissões líquidas zero.

Essa abordagem promove colaboração entre setores e disciplinas, quebrando barreiras e criando soluções integradas para os desafios complexos das mudanças climáticas e da saúde.

A escalabilidade de soluções comprovadas também é um foco importante do Roadmap. Por meio da replicação de intervenções bem-sucedidas em diferentes contextos econômicos e geográficos, a iniciativa busca fomentar a adoção global de estratégias eficazes e adaptadas às realidades locais. Esse foco na escalabilidade garante que os benefícios da ação climática centrada na saúde possam ser realizados tanto em países de alta renda quanto em países de baixa e média renda (LMICs), promovendo progresso inclusivo e sustentável.

A equidade é um tema central do Roadmap, especialmente em sua ênfase nos Países de renda média e baixa (LMICs). Esses países, que têm responsabilidade histórica mínima pelas emissões, sofrem impactos desproporcionais das mudanças climáticas na saúde, representam algumas das populações e economias de crescimento mais rápido. O Roadmap prioriza o aprendizado com esses países e o desenvolvimento de soluções que atendam às suas necessidades, apoiando infraestrutura sustentável e comunidades resilientes. Essa abordagem não apenas acelera o progresso em direção a melhores resultados de saúde, mas também permite que os LMICs evitem caminhos de desenvolvimento intensivos em carbono.

No cerne da iniciativa, o Roadmap redefine a saúde como uma prioridade unificadora em políticas, estruturas de governança e modelos econômicos. Ao integrar a saúde nas estratégias climáticas, ele garante que a ação climática produza benefícios imediatos e de longo prazo para a saúde. Essa abordagem holística reconhece que os resultados de saúde são moldados por determinantes que vão além das intervenções biomédicas, incluindo fatores sociais, econômicos e ambientais. Ao abordar esses determinantes, o Roadmap busca catalisar mudanças sistêmicas transformadoras que alinhem saúde, equidade e prioridades climáticas.

Em resumo, o [Roadmap para Ação Transformadora para Alcançar Saúde para Todos com Emissões Líquidas Zero](#) imagina um futuro onde a ação climática seja sinônimo de saúde para todos. Por meio de inovação ousada, investimentos direcionados e colaboração global entre setores, ele busca proteger a saúde humana, promover a equidade e fomentar resiliência e sustentabilidade. Ao colocar a saúde no centro das estratégias climáticas, o Roadmap oferece uma visão transformadora para um futuro mais saudável, equitativo e sustentável para todos.

Esse trabalho conta com o apoio de uma comissão criada para esse fim: a Comissão para desenvolver o "Roadmap for Transformative Action to Achieve Health for All at Net-Zero Emissions" (Roteiro para Ação Transformadora para Alcançar Saúde para Todos com Emissões Líquidas Zero). Em um [artigo publicado na revista Lancet](#) são descritas as razões, objetivos e resultados esperados da Comissão.

O artigo intitulado "Charting a path to health for all at net-zero emissions", diz que as mudanças climáticas são o maior desafio de saúde do século XXI, com temperaturas recordes e eventos climáticos extremos já causando impactos sem precedentes na saúde e no bem-estar humano. O consenso científico aponta que reduções rápidas e profundas nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2050 são essenciais para evitar danos irreversíveis aos sistemas naturais e proteger a saúde, o bem-estar e a equidade humana. Apesar da crescente conscientização sobre a relação entre clima e saúde, muitas intervenções climáticas não aproveitam as oportunidades de maximizar os co-benefícios.

Também enfatiza que a saúde humana depende de fatores sociais, econômicos e ambientais que vão além das intervenções biomédicas, sendo moldados por decisões nos

setores de energia, agricultura, indústria pesada, transporte e construção. Esses setores são responsáveis pela maior parte das emissões globais de GEE e possuem grande potencial de mitigação para alcançar as metas de emissões de 2035. Uma abordagem integrada e sistêmica que considere explicitamente os benefícios para a saúde pública das ações climáticas é essencial. Por exemplo, a poluição do ar causada pela queima de combustíveis fósseis contribui para cerca de 5 milhões de mortes prematuras anualmente e gera custos econômicos globais de US\$ 8,1 trilhões. Sistemas alimentares intensivos em recursos também são grandes emissores de GEE e causam doenças crônicas, poluição hídrica, degradação do solo e perda de biodiversidade, com custos anuais superiores a US\$ 8 trilhões.

Assume que os investimentos em energia limpa, infraestrutura urbana sustentável e dietas baseadas em plantas podem gerar benefícios imediatos e de longo prazo, reduzindo emissões e promovendo saúde e sustentabilidade. Além disso, os custos econômicos relacionados à saúde induzidos pelo clima afetam diretamente a produtividade, os mercados de trabalho, os gastos com saúde e a estabilidade econômica, incentivando setores não relacionados à saúde a reconhecerem a interconexão entre saúde e sustentabilidade operacional.

Para alcançar saúde para todos com emissões líquidas zero, diz o artigo, é necessário adotar uma abordagem sistêmica abrangente que considere dimensões ambientais, sociais, econômicas e políticas. Políticas climáticas que ignoram desigualdades estruturais, inércia política e injustiças intergeracionais perdem eficácia e equidade. Estratégias transformadoras devem incorporar determinantes sistêmicos mais amplos, como normas sociais, estruturas econômicas e incentivos fiscais.

Reconhece a urgência e a oportunidade da Comissão para desenvolver o Roteiro para Ação Transformadora para Alcançar Saúde para Todos com Emissões Líquidas Zero, o qual é um projeto global que busca posicionar a saúde como elemento central nas respostas climáticas, identificando estratégias de alto impacto que reduzam emissões, promovam equidade e fortaleçam a resiliência econômica e social.

A Comissão reunirá evidências rigorosas, conduzirá diálogos políticos e workshops especializados, e identificará barreiras e condições para implementação bem-sucedida. O relatório final, previsto para 2026, o qual detalhará estratégias, prioridades e pontos de alavancagem para transformação sistêmica. O foco será em países de baixa e média renda, que têm responsabilidade histórica mínima pelas emissões, mas sofrem impactos desproporcionais das mudanças climáticas.

Ao vincular saúde a sustentabilidade econômica, bem-estar e coesão social, o Roteiro busca catalisar ações climáticas globais sustentáveis e equitativas. A NAM convida líderes políticos, industriais, pesquisadores e a sociedade civil a contribuir com perspectivas e soluções para este esforço global.

A big pharma sob Trump: o mar, a rocha e os mariscos

Reinaldo Guimarães

O tarifaço trumpiano provoca maremotos pelo mundo afora e ninguém está livre de suas consequências. E até agora o debate tem estado apenas no plano macroeconômico e quando chega à microeconomia fica centrado nos impactos sobre as empresas. Entretanto, será preciso avaliar, em cada caso, quem ganha e quem perde nos ajustes provocados por ele. Haverá casos em que os atritos entre o mar e a rocha farão sofrer os mariscos, como no caso que comento a seguir.



“Com as tarifas iminentes de Trump, as empresas farmacêuticas exigem mudanças para permanecer na UE”. Sob este título, o blog *‘Fierce Pharma’*, anuncia propostas empresariais de ajustes na regulação europeia com vistas a poderem resistir ao tarifaço de Trump.

As empresas demandantes são Amgen, AstraZeneca, Biogen, Bristol Myers Squibb, Eli Lilly, Gilead Sciences, GSK, Merck & Co., Novartis, Novo Nordisk, Pfizer, Roche, Sanofi e Takeda, todas multinacionais com fábricas na UE, a maioria de matriz norte americana e todas negociando suas ações na Bolsa de Nova Iorque.

Chorando suas pitangas, as empresas anunciam que a política de “reshoring” (transferência física das manufaturas para os EUA) custaria algo como 103.2 bilhões de euros até 2029 a menos que a Europa implemente mudanças políticas “rápidas e radicais” na regulação.

E quais seriam os ajustes regulatórios demandados para garantir a presença das empresas na Europa?

- 1) Repensar suas políticas de precificação de medicamentos e propiciar um ambiente comercial mais favorável para medicamentos inovadores. As contribuições da indústria para os gastos públicos com medicamentos teriam aumentado de 15% para 22% nos últimos anos, uma tendência que sugere que a indústria vem suportando o aumento dos

gastos vinculados à introdução de novos medicamentos. Em termos mais claros, liberar preços de medicamentos.

- 2) Simplificar as regras para o desenvolvimento e registro de medicamentos e possibilitar um modelo coordenado e de aprovação única para encurtar o processo de ensaios clínicos multinacionais. Atualmente, ensaios clínicos de fase 3 devem ser realizados em vários países com vistas a garantir a avaliação da efetividade do produto em vários ambientes étnico-genéticos.
- 3) Alteração das regras regulatórias relacionados à propriedade intelectual. Isso incluiria o aumento do prazo de proteção de dados para dez anos (tempo em que as agências reguladoras não divulgam os dados dos ensaios clínicos para concorrentes) o que significa mais dois anos adicionais de proteção de mercado, bem como o aumento da exclusividade do mercado de medicamentos para doenças raras dos atuais 10 anos para 12 anos.
- 4) Eliminação de uma nova taxa de tratamento de águas residuais que as empresas na UE devem pagar e que impõe aos fabricantes de produtos farmacêuticos e cosméticos a responsabilidade de eliminar micro poluentes nos efluentes industriais.

As fábricas de medicamentos situadas na Europa têm razão em tentar se defender do maremoto, mas essas quatro medidas gerais, sendo aprovadas, terão um grande perdedor: as pessoas que consomem medicamentos, não apenas na Europa, mas pelo mundo afora. Liberalizar as condições de registro de medicamentos (o que significa diminuir a segurança no seu uso), diminuir a concorrência (o que significa aumentar preços) e atenuar obrigações sanitárias sob a responsabilidade das empresas, talvez seja ganha-ganha para alguns, perde-ganha para outros, mas perde-perde para a cidadania e para os sistemas públicos de saúde. E não tenhamos ilusões de que este é um assunto do Norte Global. Chegará aqui, tenhamos certeza disso.

CRÉDITOS DOS AUTORES DOS CADERNOS

Ana Carol Aldapi Vaquera - Doutoranda em Ciências Políticas, UFSCar; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB; Licenciatura em Ciências Políticas, Universidad Católica Boliviana (titulação revalidada em Relações Internacionais pela UFPB)

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, Doutor pela UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica, Mestre em Medicina e Saúde, Doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Doutora em História das Ciências e da Saúde, Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação do CRIS/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestre em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Giacomo Giannelli - Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Giulia Mariano Machado - Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Júlia Moraes e Silva - Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Pesquisadora, CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephanio - Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Juan Garay - Professor of global health equity in Spain (ENS), Mexico (UNACH) e Cuba (ELAM, UCLV and UNAH); Pesquisador Visitante Sênior, CRIS/Fiocruz

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisador sênior do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Manuel Mahoche - Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), Mestre em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ), MBA em DataScience Analytics (USP/ESALQ)

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski Lima - Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito - Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira - Doutorando em Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, Bacharel (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Co-Editor da Revista Debates Indígenas

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis Carpio - Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade, FSP/USP; Mestre em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel duplo em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Osvaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar - Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Sonia Fleury – Doutora em Ciência Política, pesquisadora sênior do CEE, coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco (wikifavelas.com.br)

Tatiana Cerqueira Machado Medrado - Graduada em Ciências Biológicas (UCSal) e Medicina Veterinária (UFBA); Especialista em análise de dados secundários, e em monitoramento,

avaliação e informação estratégica (ISC/UFBA), Especialista em análise da situação de saúde (UFG), Mestre em Saúde Pública e Doutoranda em Saúde Coletiva, ISC/UFBA

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues - Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram produzidos **106** Informes quinzenais. Para 2025 está programada a edição de 24 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram realizados 114 Seminários e, em 2025, estão programados 24 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos Seminários

Dia 07 de maio – *Migração, refúgio e saúde*

Dia 21 de maio – *Saúde da mulher e da criança*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 07/2025

Período de 16 a 29 de abril de 2025

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025

299 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.